



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E
REGIONAL**

**O PATRIMÔNIO CULTURAL A PARTIR DO ESTUDO DA PAISAGEM:
O CASO DE SANTA CRUZ DO SUL (RS)**

LUIZ CARLOS SCHNEIDER

Porto Alegre – RS

2018

Luiz Carlos Schneider

**O PATRIMÔNIO CULTURAL A PARTIR DO ESTUDO DA PAISAGEM:
o caso de Santa Cruz do Sul (RS)**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do título de Doutor em Planejamento Urbano e Regional.

Aprovado em 28 de junho de 2018:

Heleniza Ávila Campos, Dra. (UFRGS)
(Presidente/Orientadora)

Lívia Salomão Piccinini, Dra. (UFRGS)

Daniele Caron, Dra. (UFRGS)

Inês Martina Lersch, Dra. (UFRGS)

Dóris Maria Machado de Bittencourt, Dra. (UNISC)

Porto Alegre – RS

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Luiz Carlos, Schneider

O patrimônio cultural a partir do estudo da paisagem: o caso de Santa Cruz do Sul (RS) / Schneider Luiz Carlos. -- 2018.

363 f.

Orientadora: Heleniza Avila Campos.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Paisagem. 2. Patrimônio Cultural. 3. Valores. 4. Parâmetros espaciais. 5. Planejamento. I. Campos, Heleniza Avila, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Pessoas deixam marcas e neste trabalho, elas estão impressas em uma paisagem vivida e experimentada por mim com gratidão. Do ambiente acadêmico do PROPUR, onde se forjam e se discutem ideias até a oportunidade que tive de compartilhar todo o processo do desenvolvimento desta tese pela orientação da professora e amiga Heleniza Ávila Campos. Meu muito obrigado aos mestres pelos ensinamentos recebidos e especialmente, para a professora Heleniza, pessoa e profissional extraordinária, a quem tanto devo pelas contribuições teóricas e críticas.

Agradeço também a todos que sempre estiveram presentes e apoiaram-me ao longo desta trajetória:

À Cris e toda a minha querida família, onde há tantos apaixonados pela história e pelas memórias da cidade, contadas pela minha mãe, Marliese Voss Schneider, por Rodolfo e Norma Maerker, pela minha irmã Beatriz ou pelo “tio” Henry Knak.

Aos amigos Bruno Deprá, Daiane Hennig, Verushka de Oliveira, Valéria Borges Vaz e Ronaldo Wink pelas longas e sempre tão prazerosas horas de conversas ao longo da realização deste trabalho.

Ao incentivo, sempre presente, dos colegas da Unisc e, especialmente, aos acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo que de maneira voluntária e motivada contribuíram para a organização dos levantamentos e construção dos mapas: Ariane Morsch, Deborah Ferreira, Débora Kummer, Daiane Hennig, Camila Lampert, Jefferson Leidemer, Jéssica Seibt, Patrícia M. Ferreira e Yasmin Mustafa Ali. A alegria de ter tido o convívio afetuoso e inteligente de vocês é a marca desse resultado! Obrigado!

O PATRIMÔNIO CULTURAL A PARTIR DO ESTUDO DA PAISAGEM: o caso de Santa Cruz do Sul (RS)

RESUMO

Esta pesquisa aborda as discussões teóricas estabelecidas entre os conceitos de paisagem e do patrimônio cultural em uma perspectiva de estudo relacionada à identificação de valores e parâmetros espaciais que possam contribuir como contraponto às ações de planejamento e gestão urbanas. Para tanto, selecionou-se como estudo de caso a cidade de Santa Cruz do Sul, localizada no Rio Grande do Sul e que, enquanto cidade polo da Região do Vale do Rio Pardo, possui um extenso patrimônio cultural legado, especialmente, por influência da imigração alemã. A caracterização e a análise da paisagem de Santa Cruz do Sul são realizadas de maneira interescalar, apresentando o Município e o seu patrimônio cultural, bem como a área de estudo que é denominada de paisagem de atenção especial. Nesta área, coincidente com o centro histórico urbano, abordaram-se dois enfoques distintos: a paisagem e o patrimônio vistos como problema em sua relação com o planejamento; a leitura da imagem histórica e cultural da paisagem realizada a partir das marcas patrimoniais e da atribuição de valores. A abordagem da paisagem-problema pode constituir uma estratégia que permite avaliar os resultados visíveis de aplicação dos parâmetros espaciais que são utilizados pelo planejamento. Já a leitura histórica permitiu identificar os principais valores da paisagem e do patrimônio, sistematizando-os nas categorias de interesse paisagístico-ambiental, visual e cultural. Os valores, em seu conjunto, constituem um contraponto ao planejamento e podem estabelecer parâmetros espaciais voltados à proteção das características históricas da paisagem.

Palavras-chave: paisagem, patrimônio cultural, valores, parâmetros espaciais, planejamento.

**CULTURAL HERITAGE BASESED ON LANDSCAPE STUDY:
case study on Santa Cruz do Sul (RS)**

ABSTRACT

This research project approaches the theoretical discussions established between the concepts of landscape and cultural heritage, in a perspective of study focused on the identification of values and spatial parameters that can contribute as a counterpoint to the actions of urban planning and management. For this purpose, the city of Santa Cruz do Sul, located in Rio Grande do Sul, was selected as a case study and, as a polo city in the Rio Pardo Valley Region, has an extensive cultural heritage transmitted by German immigration. The characterization and analysis of the landscape of Santa Cruz do Sul is carried out in an inter-scale way, presenting the municipality and its cultural heritage, as well as the study area named as a “special interest landscape”. In this area, coincident with the urban center, two distinct approaches were made: the reading of landscape and heritage seen as a problem in its relationship with planning; the approach of the historical and cultural image of the landscape by reading the heritage marks and attributing values. The problem landscape approach can be a strategy that allows to evaluate the visible results of application of the spatial parameters that are used by the city planning. On the other hand, the historical approach allowed the identification of the main values of landscape and heritage, systematizing them in the categories of landscape-environmental, visual and cultural interest. The values, as a whole, constitute a counterpoint to planning and establish spatial parameters aimed at protecting the historical and landscape identity characteristics.

Keywords: landscape, cultural heritage, values, spatials parameters, planning.

LISTA DE ABREVIATURAS

ATC	Associated Tobacco Company
CEP	Convenção Europeia da Paisagem
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumento e Sítios
IDESE	Índice de Desenvolvimento Socioeconômico
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
IPHAE	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado
IPHAN	Instituto de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
JTI	Japan Tobacco International
MINC	Ministério da Cultura
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PDM	Plano Diretor Municipal
PMOT	Planos Municipais de Ordenamento do Território
PROT	Plano Regional de Ordenamento do Território
PU	Plano de Urbanização
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul
UPL	Unidades de Paisagem Local
UPSM	Unidades de Paisagem Supra municipais
UPU	Unidades de Paisagem Urbana

LISTA DE FIGURAS

01: Localização de Santa Cruz do Sul (RS).....	017
02: Dinâmicas de transformação da paisagem.....	059
03: Classificação das marcas materiais da paisagem urbana (malha ortogonal).....	086
04: A configuração territorial do Vale do Rio Pardo e localização de Santa Cruz do Sul.....	111
05: Relevo, hidrografia e declividade da região do Vale do Rio Pardo.....	112
06: A bacia hidrográfica do Rio Pardo e Rio Pardinho.....	113
07: Cobertura vegetal da Mata Atlântica conforme sua configuração original.....	115
08: Mapa político administrativo e principais vias de acesso do Município.....	120
09: Maquete tridimensional: relevo, área urbana e área de estudo.....	123
10: Área urbana, acessos viários e bairros de Santa Cruz do Sul.....	125
11: Parques municipais de Santa Cruz do Sul.....	126
12: Vistas aéreas parciais de Santa Cruz do Sul: norte-sul e sul-norte.....	127
13: Mapa do Plano Diretor Urbano: áreas de preservação ambiental, zoneamentos e estrutura viária.....	129
14: A paisagem de atenção especial e localização do patrimônio cultural material.....	133
15: Uma paisagem contemporânea.....	137
16: Um recorte da paisagem urbana de Santa Cruz do Sul, vista sul.....	139
17: Utilização das categorias de vias, marcos, limites, bairros e nós.....	140
18: Relevo, visualidade e marcos internos da paisagem de atenção especial.....	142
19: A configuração do traçado urbano e a localização dos bens culturais materiais.....	144
20: Roteiro de caracterização e análise da paisagem de atenção especial.....	149
21: Vista do centro da cidade a partir da Igreja Matriz, respectivamente: em direção norte; em direção noroeste e sul.....	151
22: Vista da Avenida Independência com edificações características da paisagem e vista do Botucaraí (fotografias 01 e 02)	152
23: Igreja Evangélica de Santa Cruz do Sul (fotografia 03)	153
24: Igreja Evangélica – visão panorâmica da Comunidade Evangélica (fotografia 04) ...	153
25: Empreendimento de grande porte na quadra da Igreja Evangélica.....	154
26: Vista da Rua Ernesto Alves com Borges de Medeiros e 07 de Setembro (em direção sul – fotografias 05 e 06)	156
27: Interrupção da Rua Venâncio Aires ao norte e vista do acesso principal do Parque da Oktoberfest (fotografia 07)	156
28: Vista da Rua 07 de setembro (da esquina da Igreja Evangélica em direção leste) com detalhe ampliado do jardim da Residência Riedel (fotografias 08 e 09)	157
29: Esquina das Ruas Tenente Coronel Brito e 07 de Setembro (fotografia 10)	158
30: Prédio da Maçonaria e esquina da Rua Tenente Coronel Brito com a Rua Borges de Medeiros (fotografias 11 e 12)	159
31: Vista da esquina das Ruas Tenente Coronel Brito e Borges de Medeiros (fotografia 13)	160
32: Vista da lateral sul da praça na Rua Borges de Medeiros e conjunto de edificações características da paisagem e pertencentes a arquitetura menor (fotografias 14 e 15)	161
33: Praça da Bandeira e Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul (fotografia 16)	162
34: Esquina da Rua Marechal Floriano com a Rua Borges de Medeiros (fotografia 17) ..	163
35: Esquinas das Ruas 07 de Setembro com a rua Marechal Floriano (fotografia 18)	164
36: Exemplo de jardins nas edificações residenciais e esquina da rua 07 de setembro com a rua Marechal Deodoro (fotografias 19 e 20)	164
37: Monumento aos Imigrantes e mudança de direção da rua principal (fotografia 21) ..	165
38: Esquina da Rua Marechal Floriano com a Rua Borges de Medeiros em direção sul (fotografia 22)	166
39: Vistas sul e norte da rua principal, esquina com a Rua 28 de Setembro (fotografias 23 e 24)	167

40: Rua 28 de Setembro (fotografias 25 e 26)	168
41: Centro de Cultura Regina Simonis e vista norte do Túnel Verde (fotografias 27 e 28)	168
42: Rua Júlio de Castilhos e vista do Quiosque (fotografias 29 e 30)	169
43: Vista da praça Getúlio Vargas e Catedral São João Batista (da Rua Júlio de Castilhos em direção sul – fotografia 31)	170
44: Vista leste da Rua Ramiro Barcelos e esquina da Rua Ramiro Barcelos com a Rua Marechal Deodoro (fotografias 32 e 33)	171
45: Esquina da rua principal com a Rua Ramiro Barcelos – vista em direção norte do túnel verde e da praça Getúlio Vargas (fotografia 34)	171
46: Esquina da rua principal com a Rua Ramiro Barcelos – vista em direção sul do túnel verde e vista em direção oeste com interrupção da via (fotografia 35)	172
47: Esquina das ruas Ramiro Barcelos e Tenente Coronel Brito (fotografias 36 e 37)	173
48: Ruas Ramiro Barcelos e Venâncio Aires – vista para o Centro de Cultura Francisco José Frantz e Rua Venâncio Aires (fotografias 38 e 39)	173
49: Vista da esquina das Ruas Ernesto Alves e Júlio de Castilhos – praça Siegfried Heuser e Estação Férrea (fotografia 40)	174
50: Esquina das ruas Ernesto Alves e Júlio de Castilhos (fotografia 41)	175
51: Esquina das ruas Júlio de Castilhos e Venâncio Aires (fotografia 42)	175
52: Identificação das marcas – imagem histórica e cultural da paisagem.....	182
53: Florescimento das paineiras no Cinturão Verde de Santa Cruz do Sul.....	187
54: Parque da Gruta: Hidráulica e Monumento em Homenagem ao Índio.....	189
55: Cinturão Verde e o Cerro do Botucarái na paisagem oeste de Santa Cruz do Sul...	191
56: O Lago Dourado e a paisagem da cidade de Santa Cruz do Sul ao leste.....	192
57: As colônias alemãs no Sul do Brasil.....	197
58: Planta da Colônia de Santa Cruz.....	202
59: Mapa do município de Santa Cruz em 1922.....	210
60: Modelo de organização espacial do lote colonial.....	211
61: Organização espacial de uma propriedade agrícola em Rio Pardinho.....	213
62: Antiga Igreja Evangélica e Cemitério de Rio Pardinho.....	218
63: Foto de Rio Pardinho e Monumento ao Imigrante.....	219
64: As cucas e as quermesses: uma tradição local.....	221
65: Cooperativa de Linha Santa Cruz.....	222
66: Acesso a Santa Cruz do Sul: “Fritz” e “Frida” ao lado do Monumento de Cem Anos da Colonização Alemã.....	223
67: Relevo de Santa Cruz do Sul e traçados de 1855 e 1870.....	225
68: Mapa de Santa Cruz do Sul em 1855 e 1870.....	226
69: Igreja Evangélica com vista de Santa Cruz do Sul no ano de 1872 (<i>Evangelische Schule mit Ansicht von Santa Cruz vom Jahre 1872</i>).....	232
70: Praça XV de Novembro, prédio da Prefeitura e prédio da Maçonaria.....	235
71: Cartão Postal Saudações de Santa Cruz (Gruss aus Santa Cruz)	239
72: Cartões postais de Santa Cruz do Sul: início do século XX até a década de 1920....	241
73: Planta da Cidade de Santa Cruz em 1922 e usos do patrimônio.....	245
74: Companhia de Fumos Santa Cruz na rua Ernesto Alves e eixo da Rua Ramiro Barcelos.....	246
75: Igreja Evangélica de Confissão Luterana de Santa Cruz do Sul – centro.....	249
76: Catedral São João Batista.....	250
77: Arquitetura Eclética da área central urbana: edificações de uso comercial.....	251
78: Arquitetura Eclética da área central urbana: edificações de uso industrial.....	252
79: Arquitetura Eclética da área central urbana: edificações de uso residencial.....	253
80: Arquitetura eclética em Santa Cruz do Sul.....	254
81: Descaracterização e perda da arquitetura eclética urbana.....	254
82: Imagem aérea de Santa Cruz do Sul em 1935.....	255
83: Brasão do município de Santa Cruz do Sul.....	260
84: Síntese da evolução urbana de Santa Cruz do Sul até 1975.....	262

85: Paisagem de Santa Cruz do Sul em 1955.....	263
86: Cartões postais de Santa Cruz do Sul na década de 50 e 60.....	264
87: A paisagem dos anos 50 na área central urbana.....	266
88: Mapa de uso do solo em Santa Cruz do Sul em 1976.....	270
89: Cartões postais de Santa Cruz do Sul – décadas de 60 e 70.....	273
90: Expansão urbana de Santa Cruz do Sul entre 1976 – 2017.....	280
91: A paisagem da cidade e os padrões gerais de uso e ocupação do solo.....	282
92: Mapa de uso do solo em 2017: traçado de 1922.....	284
93: Arborização urbana na Rua Venâncio Aires.....	289
94: Processo de verticalização do centro urbano, vista no sentido norte-sul.....	290
95: Cartões postais de Santa Cruz do Sul na década de 80.....	293
96: Selo da Igreja Matriz e cartões postais de Santa Cruz do Sul na década de 90.....	294
97: Síntese dos valores históricos e das marcas da paisagem de atenção especial – Traçado e monumentos.....	300
98: Mapa dos espaços abertos públicos	302
99: As marcas da arquitetura na paisagem de atenção especial.....	306
100: Altura das edificações e dos bens culturais por pavimentos.....	309
101: Mapa de valores de interesse paisagístico ambiental.....	316
102: Mapa de valores de interesse visual (estéticos e cênicos).....	320
103: Síntese dos valores culturais e simbólicos.....	330

LISTA DE QUADROS

01: Síntese de valores da paisagem.....	021
02: Leitura dos elementos da paisagem.....	035
03: Enfoques para interpretação da paisagem.....	039
04: Enfoques e abordagens disciplinares da pesquisa.....	041
05: Elementos de pesquisa para identificação das marcas e valores culturais da paisagem.....	055
06: Classificação do patrimônio cultural segundo documentos internacionais.....	075
07: Síntese das principais ações sobre a paisagem conforme a CEP.....	079
08: Critérios, métodos e parâmetros para controle das intervenções em entorno.....	085
09: Critérios para caracterização da paisagem.....	090
10: Procedimentos metodológicos para investigação da paisagem.....	092
11: Critérios de avaliação da qualidade paisagística.....	099
12: Graus de avaliação da paisagem.....	100
13: Componentes objetivos e subjetivos para caracterização da paisagem.....	102
14: Vias radiais de acesso ao centro urbano.....	130
15: Nomenclatura das vias da paisagem de atenção especial.....	135
16: Marcos externos e internos à paisagem de atenção especial.....	141
17: Fases e períodos correspondentes à imagem histórica e cultural da paisagem de Santa Cruz do Sul.....	184
18: Cartões postais de Santa Cruz no começo do século XX.....	240
19: Exemplificação do patrimônio eclético classificado por usos.....	248
20: As marcas descritas e inventariadas na paisagem de atenção especial.....	297
21: Monumentos de pequeno porte e elementos singulares da paisagem.....	303
22: O patrimônio cultural material e as práticas socioculturais.....	334

LISTA DE TABELAS

01: Classificação dos bens patrimoniais conforme Lei nº7.382, de 19/08/2015.....	134
02: Afastamentos e recuos dos bens culturais em relação ao passeio público.....	136
03: A influência do traçado na composição da paisagem urbana.....	143
04: Categorias situacionais dos bens patrimoniais conforme a figura 19.....	145
05: Evolução da população em Santa Cruz do Sul e Rio Pardo.....	208
06: Crescimento populacional entre 1850 e 1910.....	234
07: População de Santa Cruz do Sul entre os períodos de 1940 e 1970.....	243
08: Evolução da população urbana e rural em Santa Cruz do Sul.....	279
09: Localização do patrimônio da Lei nº 7382 e outros bens culturais nas esquinas da paisagem de atenção especial e limites do entorno imediato.....	312
10: Análise de usos dos bens culturais da Lei nº 7.382 de 19/08/2015	314

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	015
2	PAISAGEM	023
2.1	O surgimento da paisagem no Ocidente: um olhar a partir do enfoque pictórico..	024
2.2	Análise de evolução da paisagem a partir de imagens fotográficas.....	032
2.3	Enfoques e abordagens de distintos campos disciplinares do conhecimento sobre a paisagem.....	036
2.4	Paisagem na Geografia Humana e Cultural.....	041
2.5	Paisagem como história e como estrato do patrimônio cultural.....	055
3	O PATRIMÔNIO CULTURAL	062
3.1	A trajetória institucional do patrimônio cultural e a sua relação com a paisagem.	065
3.2	A abordagem institucional da paisagem.....	076
3.3	A proteção de entorno dos bens culturais.....	081
4	PAISAGEM E PLANEJAMENTO	087
4.1	Metodologias de abordagem da paisagem.....	088
4.2	A paisagem na perspectiva do planejamento europeu.....	093
4.3	Uma discussão sobre os valores da paisagem.....	104
5	A PAISAGEM E O PATRIMÔNIO CULTURAL DE SANTA CRUZ DO SUL(RS)	109
5.1	O Município no contexto do Estado e da região do Vale do Rio Pardo - RS.....	110
5.2	Caracterização da paisagem urbana	120
5.3	A paisagem de atenção especial e o patrimônio cultural material.....	131
5.4	A visibilidade da paisagem de atenção especial e do patrimônio cultural.....	136
5.5	Caracterização da paisagem de atenção especial e do patrimônio cultural em sua relação com o planejamento.....	148
5.6	A paisagem como indicadora de conflitos e potencialidades entre o patrimônio e o planejamento.....	176
6	IDENTIFICAÇÃO DAS MARCAS DA PAISAGEM – IMAGEM HISTORICA E CULTURAL	181
6.1	A natureza e as marcas indígenas na paisagem urbana.....	186
6.2	A ocupação portuguesa e o contexto da imigração alemã.....	193
6.3	A formação da Colônia de Santa Cruz.....	199
6.4	A paisagem do galo e da solidão.....	202
6.5	As marcas do desenvolvimento na paisagem rural.....	207
6.6	A formação do núcleo urbano e da paisagem institucional (1854 – 1877)	223
6.7	O desenvolvimento urbano e a paisagem do trem (1878 – 1917)	233
6.8	A paisagem do progresso e do embelezamento urbano (1918 – 1976)	242
6.9	As novas paisagens (1977 – 2017)	277
7	OS VALORES DA PAISAGEM E OS PARÂMETROS ESPACIAIS	297
7.1	Análise dos valores históricos e das marcas da arquitetura na paisagem.....	298
7.2	Valores de interesse paisagístico-ambiental.....	314
7.3	Valores de interesse visual (estéticos e cênicos).....	318
7.4	Valores culturais e simbólicos.....	325
7.5	Considerações sobre os valores e os parâmetros espaciais da paisagem de atenção especial em sua relação com o planejamento.....	335
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	341

REFERÊNCIAS	344
APÊNDICE A – Sínteses da legislação municipal (Plano Diretor e outras)	356
APÊNDICE B – Anexos da Lei nº 7.382 de 19 de agosto de 2015.....	359
APÊNDICE C – Classificação das marcas patrimoniais na paisagem.....	361

1 INTRODUÇÃO

Esta tese de doutoramento parte das discussões teóricas estabelecidas entre os valores da paisagem e do patrimônio cultural em uma perspectiva de estudo relacionada à identificação de parâmetros espaciais que possam ser aplicáveis ao planejamento e à gestão urbana.

A paisagem é um fenômeno complexo e objeto de estudo de diferentes disciplinas e áreas do conhecimento. Concerne, portanto, a filósofos, artistas, economistas, geógrafos, arquitetos constituindo-se em tema atual de investigação científica enquanto conceito real, tangível, ainda que polissêmico e aberto a inúmeras interpretações. Paisagem, para Carapinha (2009, p. 111), é uma obra natural, cultural, social, é suporte e não somente cenário ou panorama. Trata-se, também, de uma realização histórica própria de cada lugar, ao mesmo tempo em que é, simultaneamente, um sistema natural, uma construção (lugar onde se está) com conteúdo histórico e cultural, mas também espaço de emoção e de experiência vital (relação ética e estética). Há, portanto, uma intensa discussão teórica sobre as formas de abordagem do conceito e suas respectivas matrizes epistemológicas. Entende-se, nesta tese, que a paisagem é sempre cultural e é definida como uma soma entre a paisagem natural com as manifestações culturais materiais e imateriais, adotando-se, para a sua abordagem disciplinar as “portas” da História, da Geografia e da Arquitetura (SILVESTRE, 2009). Neste contexto, as marcas da paisagem, conforme Berque (1998), são o resultado das ações do homem em sua relação com a natureza e constituem-se, por exemplo, em expressões materiais da arquitetura e do urbanismo relacionadas aos traçados das cidades, monumentos, edificações, formas de parcelamento ou de uso do solo, estradas, vias, entre outros.

De forma similar à paisagem, as renovações de conceitos e significados do patrimônio, ao longo das últimas cinco décadas, ocorreram em todos sentidos. Houve sua valorização como componente fundamental para a preservação cultural e ambiental, bem como inclusão da temática, em algum nível, enquanto contraponto ao planejamento urbano e às diretrizes de desenvolvimento das cidades brasileiras. Entende-se, portanto, que o patrimônio cultural, enquanto componente intrínseco à paisagem, expressa também a manutenção das características identitárias de uma sociedade, de maneira vinculada aos seus valores culturais, simbólicos, afetivos e artísticos, bem como da memória e história. Tais questões também se encontram profusamente ancoradas em autores como Ribeiro (2007), Choay (2001), Maderuelo (2009, 2010) entre outros citados neste trabalho.

Paisagem e patrimônio, como conceitos de alta tensão, podem expor dois aspectos simultâneos: o primeiro, relacionado ao tempo presente, onde as paisagens constituem o cenário do cotidiano, percebido e vivido pela população no “aqui” e “agora”. A paisagem constitui a fisionomia e a expressão material das diferentes dinâmicas de estruturação do

espaço construído por cada sociedade e encontra-se, de acordo com Renes (2009) continuamente sujeita às transformações e /ou agregações de novos elementos. Sendo construção sempre histórica, também apresenta permanências ou resiliência de determinadas configurações morfológicas ao longo do tempo. Neste contexto, um dos objetivos da leitura histórica das paisagens do passado é o de entender as condições de origem e de inserção do patrimônio cultural material. E a partir do reconhecimento do conjunto de marcas da paisagem, patrimoniais ou não, procurar entender a composição de seus valores e as dinâmicas de transformação espacial.

Os bens culturais e ambientais, para Renes (2009), são constituintes das forças de estabilidade sobre o território. As forças de estabilidade estão relacionadas com a (re) utilização dos espaços e com a sua persistência ou permanência ao longo do tempo. Desta construção, em caráter permanente, onde a evolução da paisagem e suas respectivas forças de estabilidade e de mudanças dialogam com o patrimônio cultural, resultam conflitos latentes em muitas estratégias e políticas de desenvolvimento. Tais alterações traduzem-se também, recorrentemente, em degradação e perda de qualidades paisagísticas, afetando tanto a identidade quanto o caráter dos lugares em diferentes escalas (MADERUELO, 2008). Soma-se, ainda, uma banalização da arquitetura que substitui determinadas qualidades ou valores anteriores da paisagem por configurações repetitivas que não demonstram nenhum tipo de integração com as heranças passadas. Portanto, ao lado da importância de questionar o que valorizar, em termos de paisagens e patrimônio, e como preservar, apresenta-se o desafio da seguinte problemática: como o estudo da paisagem pode viabilizar uma melhor articulação entre patrimônio cultural e planejamento?

O contexto desta problemática soma-se à fragilidade das condições de elaboração e implementação das políticas de planejamento urbano e de preservação patrimonial dos municípios. Excetuando-se casos especiais (como o das cidades históricas), muitos municípios sequer apresentam políticas de preservação patrimonial ou levantamentos de seus bens históricos. Também é recorrente que as políticas de desenvolvimento urbano apresentem lacunas em termos de seus conteúdos mínimos, ou estejam descoladas da preservação patrimonial. Esta desarticulação, onde políticas urbanas operam de forma fragmentada e isolada, contribui para que a paisagem construída seja muito mais um produto-resultado das operações de agentes econômicos hegemônicos (em especial o capital imobiliário) e do próprio estado do que de uma visão de cidade pactuada com a sociedade e orientada por ações de gestão do desenvolvimento ou patrimonial voltadas à qualificação da paisagem urbana. A categoria paisagem, contudo, tem sido utilizada, em especial após a promulgação da Convenção Europeia da Paisagem (CEP, 2000), como um dos instrumentos orientados para a identificação e proteção das paisagens e de suas histórias. As discussões recentes, portanto, estão voltadas ao estudo da paisagem como aporte para aprimoramento

ou mesmo elaboração de legislações urbanísticas bem como para melhorar processos de gestão relacionados à preservação patrimonial e ao planejamento da cidade.

Em termos metodológicos e com intuito de integrar os suportes teóricos do trabalho pesquisou-se um estudo de caso que pudesse representar, de forma clara, os dilemas entre a valorização patrimonial e a formação de novas paisagens. Santa Cruz do Sul, situada no Vale do Rio Pardo (Figura 01), região central do Rio Grande do Sul, apresenta uma população total de 118.287 habitantes com 105.184 habitantes residentes na sede (Censo IBGE, 2010). Do ponto de vista da economia, o Município ocupa lugar de destaque no cenário gaúcho e nacional, configurando-se, também, como polo regional em áreas como a educação, saúde e cultura.

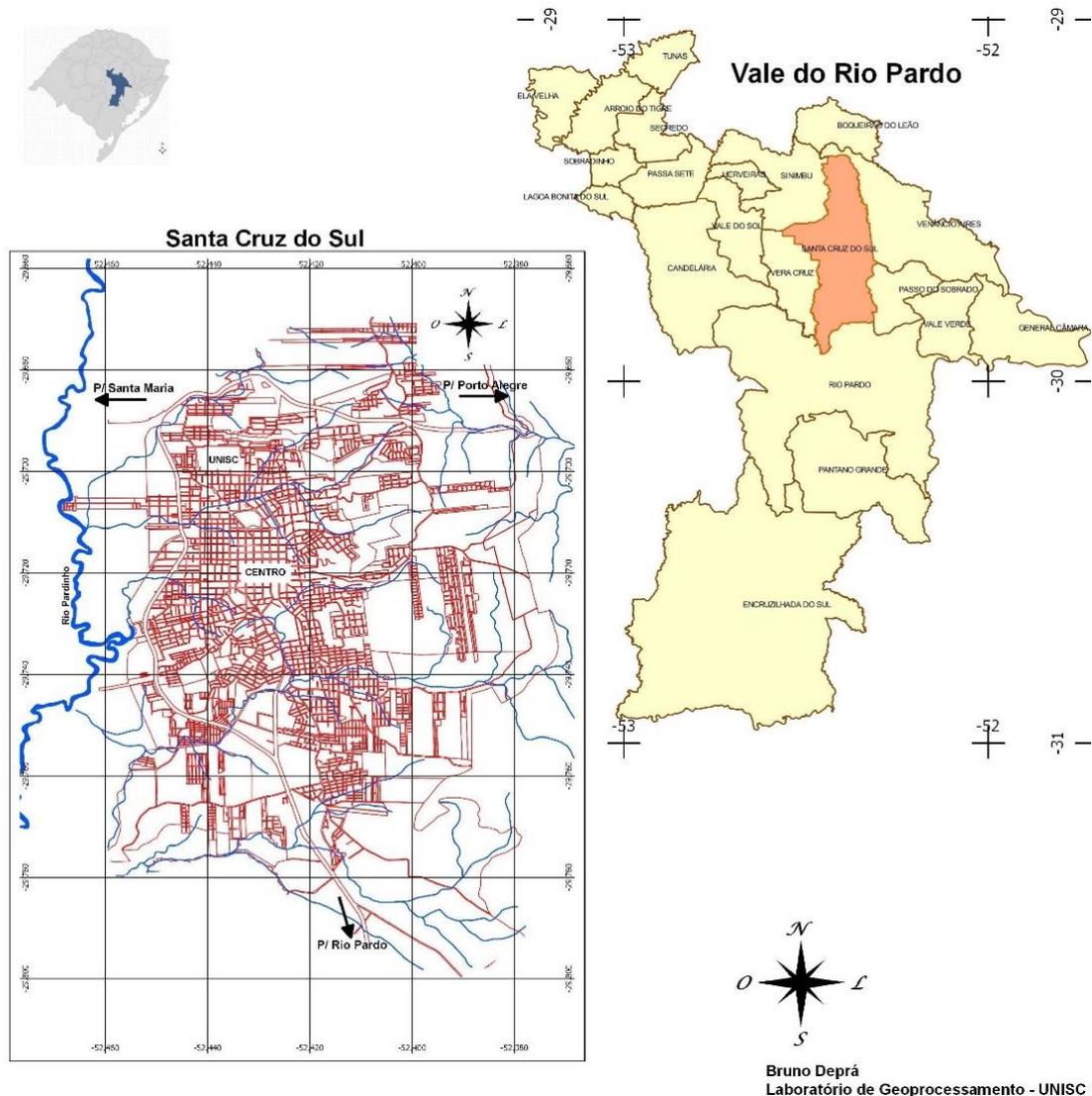


Figura 01: Localização de Santa Cruz do Sul (RS)

Fonte: Laboratório de Geoprocessamento, UNISC /Bruno Deprá.

A cidade teve sua origem histórica ligada, especialmente, à segunda leva da imigração alemã do Rio Grande do Sul iniciada na metade do século XIX. O início da povoação coincide com a área central urbana que se caracteriza pelo seu traçado regular ortogonal com ruas largas, arborizadas bem como pela existência de um patrimônio cultural influenciado, esteticamente, pela arquitetura eclética do final do século XIX (e primeiro quartel do século XX), bem como por outros movimentos posteriores como o Art Decô e o Modernismo.

Em relação à história local do Município e dos bens culturais existem muitas publicações tais como as de Roche (1969), Martin (1979, 1999), Weimer (1983, 1992), Krause (1991), Vogt (1997, 2001), Wink (2002), Bittencourt (2005), Etges (2004) e Keller (2014), entre outros. Na área central urbana da sede municipal, a importância do patrimônio arquitetônico (especialmente do período eclético) de Santa Cruz do Sul encontra-se reconhecida a partir de uma série de publicações específicas, como inventários e outros documentos oficiais e legais de identificação dos bens culturais. Contudo, o cenário de crescimento urbano, aliado ao forte desenvolvimento econômico, tem acarretado intensas alterações da paisagem construída, especialmente no centro histórico e simbólico que é também correspondente à implantação do plano e respectivo traçado urbano de 1922. Neste traçado ocorre a concentração dos bens culturais materiais legalmente reconhecidos pelo Município. Esta área também se caracteriza de maneira distinta em termos de parcelamento do solo, por estar diretamente associada ao planejamento inicial de Santa Cruz do Sul e aos primeiros planos urbanos que foram implantados em 1855 e 1870. Desta maneira, a delimitação espacial do estudo de caso está vinculada a dois aspectos: o tema (a leitura realizada a partir do patrimônio cultural de Santa Cruz do Sul) e a concentração dos bens culturais que ocorre no traçado de 1922, que passa a ser considerado uma “paisagem de atenção especial” (NOGUÉ; SALA, 2006).

O problema que se apresentou, portanto, é a falta de reconhecimento de valores da paisagem e do patrimônio cultural no planejamento. Motivo pelo qual se coloca a hipótese de que a inserção dos valores da paisagem no planejamento pode estabelecer parâmetros espaciais que contribuem para diminuir a fragmentação patrimonial e aumentar a qualificação dos espaços urbanos. Para tanto, esta pesquisa investiga os valores da paisagem e do patrimônio cultural para organização de parâmetros espaciais (entendidos no sentido de critérios, normas, padrões e referências) que possam estar vinculados a objetivos de qualidade paisagística voltados à proteção das suas características históricas.

Neste contexto, o objetivo geral da pesquisa é explorar o conceito de paisagem e suas possibilidades de utilização em relação à valorização do patrimônio cultural utilizando-se, para tanto, quatro objetivos secundários:

a) estudar o processo de ampliação conceitual, metodológica e estratégica da paisagem;

b) analisar a paisagem e o patrimônio cultural de Santa Cruz do Sul, apresentando seus valores;

c) analisar os condicionantes legais relacionados à paisagem urbana e ao patrimônio cultural de Santa Cruz do Sul;

d) propor, a partir do estudo de caso, a inserção da paisagem como estratégia de tratamento do patrimônio no contexto do planejamento urbano.

A tese foi estruturada em oito capítulos (incluindo a introdução e as considerações finais), referências bibliográficas e apêndices. A organização dos capítulos distingue-se entre os que são referentes à abordagem teórica (de números 2 a 4) e por aqueles vinculados ao estudo de caso (de número 5 a 7).

Os capítulos 2 e 3, respectivamente relacionados aos eixos estruturantes do trabalho, paisagem e patrimônio cultural, apresentam a trajetória destes conceitos dialogando com a literatura existente e própria a estes temas. Já o capítulo 4 aborda discussões pragmáticas e metodológicas de incorporação dos valores da paisagem às políticas públicas de planejamento. Adotaram-se, com especial ênfase, as publicações de autores ibéricos vinculados a instituições ou empresas públicas, tais como o Centro de Arte y Naturaleza (CDAN, Huesca, Espanha), Observatorio del Paisaje (Catalunha, Espanha), Conselleria de Infraestructuras, Território y Médio Ambiente, (Valência, Espanha) e da Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (Portugal). Também se utilizaram autores nacionais, destacando-se, entre estes, Corrêa e Rosendhal (1998, 2003), Stello (2011) e Verdum (2012). Ao final de cada seção dos capítulos teóricos são feitas considerações sobre principais conceitos, procedimentos ou técnicas selecionadas para análise do estudo de caso.

O conjunto dos conteúdos teóricos possibilitaram selecionar os principais conceitos e procedimentos metodológicos para a investigação da paisagem de Santa Cruz do Sul em sua relação com o patrimônio cultural e o planejamento. As marcas da paisagem expressam uma civilização (BERQUE, 1998) e são resultado das relações entre a natureza (em seus atributos físico territoriais e biológicos) e a cultura (por meio das manifestações imateriais e materiais). Toda paisagem é cultural (VERDUM, 2012) e, enquanto resultado de uma construção histórica, apresenta determinadas configurações de suas marcas materiais, como as da arquitetura e do urbanismo, que a caracterizam e lhe conferem caráter. Nesta perspectiva, e de acordo com Meining (2002), adotaram-se dois enfoques que são correspondentes, respectivamente, a paisagem vista como problema e, outro, relacionado a paisagem enquanto construção histórica. O primeiro enfoque está relacionado a observação da falta de valorização patrimonial no planejamento e na formação de novas paisagens; já o segundo, ocorre por meio da realização de uma síntese evolutiva e da valorização das marcas da paisagem, no seu conjunto.

Com base nestes dois enfoques e também nos procedimentos metodológicos descritos por Mendoza (2008) para o estudo da paisagem, organizaram-se três etapas distintas, mas complementares entre si, para o estudo de caso: a caracterização e análise da paisagem e do patrimônio cultural de Santa Cruz do Sul; o estudo evolutivo da paisagem com atribuição de valores às marcas da natureza e da cultura; a sistematização dos valores da paisagem e estabelecimento de parâmetros espaciais voltados a proteção das suas características históricas. A cada um destes procedimentos correspondem, respectivamente, os capítulos 5, 6 e 7 da pesquisa. Estes capítulos, também apresentam, em sua introdução, os principais procedimentos e técnicas utilizadas para o desenvolvimento do trabalho.

No capítulo 05, a caracterização de Santa Cruz do Sul e do seu patrimônio cultural apresenta a paisagem do “aqui” e “agora”. A abordagem é realizada de maneira interescolar e por meio da exposição dos principais aspectos paisagísticos ambientais e histórico-culturais da Região do Vale do Rio Pardo, do Município e da Cidade. Neste contexto, a caracterização da área de estudo e do planejamento são realizados em conjunto com a identificação dos principais marcos visuais urbanos, dos monumentos e do patrimônio cultural e natural. A visibilidade da paisagem urbana é demonstrada a partir da utilização das categorias de marcos, bairros, limites, vias e nós (PANERAI, 1983; LYNCH, 1997). Ao mesmo tempo, a localização espacial dos principais marcos, monumentos e do patrimônio cultural material na área de estudo contribuiu para a organização de pontos de observação e de um percurso de forte valor cênico ou de interesse visual para a paisagem de atenção especial (CRIADO, 2012; NOGUÉ; SALA, 2006; STELLO, 2011).

Os pontos de observação deste percurso são utilizados para descrever as principais características arquitetônicas e urbanísticas da área de estudo demonstrando a visão de cenários de valor natural, monumentos e bens culturais de maneira associada às sínteses históricas e às principais práticas socioculturais existentes. O percurso possibilitou, também, realizar a análise dos principais dilemas relacionados à paisagem em sua relação com o patrimônio e o planejamento, destacando potencialidades, descontinuidades históricas ou espaços com fragilidade ou interesse visual. Desta maneira, a própria observação da paisagem, vista como problema (MEINING, 2002), passou a ser indicadora de conflitos (VERDUM, 2012), o que possibilitou avaliar as relações que esta apresenta com o patrimônio cultural bem como refletir criticamente sobre os principais parâmetros utilizados pelo planejamento.

A construção da imagem histórica e cultural, no capítulo 06, está relacionada ao estudo evolutivo da paisagem e à valorização das marcas. A imagem de uma paisagem, de acordo com Criado (2012), é entendida como resultado da configuração morfológica (que determina a estrutura visual) e dos processos culturais de apreensão do território. Nesta abordagem, a paisagem e a área de estudo são analisados a partir de uma leitura que adota

dois procedimentos: a identificação das principais marcas da natureza e da arquitetura e do urbanismo na paisagem (e da sua classificação em marcas patrimoniais e não patrimoniais); a atribuição de valores históricos, ambientais, culturais, simbólicos e estético/cênicos, em uma perspectiva histórica, de evolução da paisagem (NOGUÉ; SALA, 2006; CRIADO, 2012; STELLO, 2011) conforme síntese demonstrada no quadro 01:

Quadro 01: Síntese de valores da Paisagem

Valores da paisagem	Discriminação geral	Aspectos analisados
Históricos	Traçados e planos, estruturas de parcelamento, monumentos, patrimônio arquitetônico, sítios arqueológicos.	Identificação das marcas da natureza e da arquitetura e do urbanismo (patrimoniais, reconhecidas em publicações científicas ou catálogos técnicos);
Culturais	Conjunto dos principais aspectos políticos, econômicos e sociais da paisagem.	Sistemas de usos e ocupação; Patrimônio cultural imaterial: práticas socioculturais.
Simbólicos e identitários	Elementos relacionados à identificação de uma coletividade com o espaço.	Espaços com carga simbólica, toponímia, valores afetivos, monumentos.
Ambientais	Qualidades do meio natural. Interações entre natureza e cultura.	Natureza, espaços de interesse natural como áreas de preservação, parques, praças, jardins.
Visuais (Estéticos e cênicos)	Visibilidade – pontos de observação, eixos visuais, cenários, singularidades da paisagem.	Principais cenários, pontos de interesse destacados pelo turismo ou pela história, composição visual dos espaços e singularidades da paisagem; Imagens (fotografias e cartões postais).

Fonte: elaborado com base em Silva (2007), Stello (2011) e na utilização de Catálogos de Paisagem de Portugal, Valência e Cataluña, respectivamente: Cancela d'Abreu (2011); Criado (2012); Nogué e Sala (2006).

O estudo evolutivo da paisagem de Santa Cruz do Sul possibilitou classificar os bens culturais e as marcas da arquitetura e do urbanismo em duas fases distintas: a primeira, entre a data de 1849 (fundação da Colônia de Santa Cruz) até 1976, incluindo-se a totalidade do que é atualmente reconhecido como patrimônio cultural material; a segunda, entre 1977 e até dezembro de 2017, que é correspondente à consolidação de Santa Cruz do Sul como cidade polo e à formação de novas paisagens. A construção da imagem histórica e cultural também ampliou o reconhecimento de um conjunto de marcas que apresentam valores paisagísticos, revelando ainda as cenas, descrições, a história do patrimônio, bem como os lugares com carga cultural e paisagens de referência que podem ter significados especiais para moradores ou habitantes.

O capítulo 7 expõe a síntese do conjunto de valores da paisagem urbana em sua relação com o patrimônio cultural na área de estudo. A análise histórica das marcas da

arquitetura e da natureza apresenta a descrição e inventariação dos principais elementos constituintes da forma urbana, categorizados em: espaço aberto público (caracterização do traçado, vias, praças, parques, arborização urbana), espaço aberto privado (quadras e formas históricas de parcelamento do solo, jardins, pátios) e forma construída (monumentos, bens patrimoniais ou de interesse patrimonial, principais tipologias e estilos arquitetônicos). A estes elementos sobrepõem-se os valores de interesse paisagístico-ambiental, culturais e visuais, que em seu conjunto, possibilitaram a organização de parâmetros espaciais que podem ser úteis no planejamento e na manutenção das características históricas da paisagem. Ressalta-se, contudo, em relação as análises, que este é um exercício do pesquisador na leitura do patrimônio cultural em sua relação com a paisagem. Reconhece-se, portanto, as limitações decorrentes da não participação dos diversos atores cuja participação é indispensável em qualquer processo de planejamento. Ao final deste capítulo, expõem-se as conclusões gerais do estudo de caso, seguindo-se no capítulo 8, às considerações finais e a exposição dos principais resultados da pesquisa.

2 PAISAGEM

A paisagem, na contemporaneidade, é um termo polissêmico, ambivalente, carregado de significados distintos, ainda que estes possam ser complementares entre si. Sua complexidade de apreensão reside tanto em relação ao seu entendimento junto às manifestações artísticas (pintura, poesia, música, literatura, paisagismo, fotografia) quanto às possibilidades de suas múltiplas abordagens pelas ciências em disciplinas tais como a Geografia, Arquitetura, Urbanismo, Ecologia, História, Sociologia, Botânica, entre outras. Este capítulo tem como objetivo introduzir os conceitos, enfoques e as abordagens disciplinares da paisagem, estabelecendo-se a sua relação de estudo com o patrimônio cultural e o planejamento. Discorre-se, também, em cada subtítulo, sobre os principais procedimentos metodológicos gerais adotados para a pesquisa.

O surgimento da paisagem no Ocidente: um enfoque pictórico, expõe, de maneira sintética, a origem do conceito de paisagem, que emerge, para autores como Cauquelin (2008) e Schama (1996), vinculado às representações artísticas, mas também como obra da mente e marca da cultura que é mediada por técnicas e estéticas. A partir da evolução da perspectiva e das representações da paisagem pela pintura, o surgimento e a popularização da fotografia e de imagens pitorescas, como os cartões postais, também correspondem ao desejo da cultura e ao aumento das sensibilidades individuais e coletivas. Neste contexto, e segundo Kossoy (2009) e Coelho (2012), a análise de evolução da paisagem a partir de imagens apresenta os principais cuidados metodológicos e procedimentos a serem utilizados para a seleção de fotografias de valor documental onde os cartões postais constituem particular interesse, nesta pesquisa, pelo seu conteúdo histórico, cultural e simbólico.

Na sequência, descrevem-se os enfoques adotados para o estudo da paisagem neste trabalho: no presente, onde a paisagem e o patrimônio cultural são percebidos como problemas para o planejamento; no passado, por meio da interpretação e visão da paisagem pela sua história (MEINING, 2002). A História é uma abordagem disciplinar capaz de revelar o conjunto das manifestações materiais e imateriais de maneira concomitante aos processos e eventos ocorridos em tempos e espaços distintos. Selecionaram-se, também, duas outras abordagens disciplinares: a da Arquitetura, onde o patrimônio cultural constitui parte da expressão material vinculada a valores históricos, simbólicos e culturais da paisagem; a da Geografia, onde se apresenta o conceito de paisagem denominada como marca e matriz (BERQUE, 1998).

A paisagem na Geografia Humana e Cultural, permite entender a evolução e amplitude do conceito junto às ciências geográficas. As marcas, conforme Berque (1998), expressam uma civilização, mas também se vinculam a uma paisagem-matriz que participa ativamente dos esquemas de sua concepção, ação e percepção por meio da cultura. O conceito de

marcas, como parâmetro de análise, possibilita a investigação da paisagem como dado perceptível ou resultado visível e material das ações do homem. Neste contexto, propõem-se a identificação e classificação das principais marcas que podem ser descritas e inventariadas e que são compostas pelos elementos da natureza, mas também da arquitetura e do urbanismo (traçado, parcelamento do solo, praças, parques, monumentos, edificações). Em relação à matriz, e como parte da análise histórica das marcas, selecionaram-se as categorias que permitem a apreensão das manifestações imateriais da cultura nos espaços urbanos tais como as práticas socioculturais, a toponímia e as formas simbólicas. Ao conjunto das marcas, na paisagem são atribuídos valores que compõem o patrimônio cultural.

A evolução da paisagem, vista como história e como estrato do patrimônio cultural, para Renes (2009), está condicionada às forças de estabilidade e de mudanças sobre o território. A periodização histórica das marcas, agrupadas por camadas de estabilidade, permite perceber o contexto de inserção do patrimônio cultural (marcas patrimoniais), bem como pode contribuir para avaliação do caráter da paisagem em relação à manutenção da sua identidade histórica.

2.1 O surgimento da paisagem no Ocidente: um olhar a partir do enfoque pictórico

Existem muitas evidências e hipóteses associadas à existência de uma cultura paisagística em diferentes períodos da história do homem. Já na Roma antiga, segundo Bartalini (2010, p. 112), houve uma ampla produção pictórica e literária, e são exemplos, na pintura, os afrescos com cenas bucólicas de campos, pássaros e jardins dos pátios e casas de Pompéia (Itália). Na produção literária, de forma semelhante, as odes de Virgílio também já contêm muitas sugestões paisagísticas e “...enaltecem a vida rústica em termos morais extraíndo uma poética da terra e exprimindo o prazer de contemplá-la” (BARTALINI, 2010, p.112). Por outro lado, os romanos, ou mesmo outras civilizações, não utilizavam uma palavra que definisse, especificamente, a ideia de paisagem, e, por este motivo, é recorrente utilizar-se o seu surgimento a partir da origem do termo¹ em diversas línguas europeias.

Para a filósofa Anne Cauquelin (2008, p. 27), o surgimento da paisagem ocorreu aproximadamente em 1415, e o termo e a noção teriam, de fato, proveniência da Holanda,

¹ Conforme Vieira (2007, p. 18) as palavras que delinearam a noção de paisagem na Europa surgiram somente no final do século XV. A origem etimológica está ligada a palavra francesa “paysage”, onde o prefixo “pays” origina também a palavra “país” em português com atribuição de significados como território, nação ou lugar (MARTINS, 2004, p. 08). Segundo o historiador e crítico de arte Simon Schama (1996, p. 20) o termo inglês “landscape” (paisagem) é precedente da Holanda, surgindo no final do século XVI. Já “landschap” (ou landskip em sua forma coloquial), de maneira similar a “landschaft” (raiz germânica) poderia significar tanto uma unidade de ocupação humana quanto “...qualquer coisa que pudesse ser o aprazível objeto de uma pintura” (SCHAMA, 1996, p. 20). Segundo este autor esta percepção teve origem nos Países Baixos determinada, provavelmente, pela longa história da engenharia humana na transformação da natureza e que foi transferida aos desenhos.

transitando posteriormente pela Itália e instalando-se, definitivamente, a partir da elaboração das leis da perspectiva, no contexto da Renascença. O Renascimento marca, efetivamente, uma ruptura com a visão de mundo do homem medieval. A inspiração na cultura clássica greco-romana, o antropocentrismo, a valorização da razão e da natureza, bem como de métodos experimentais de observação, passam a ser valorizados, refletindo-se, em seu conjunto, sobre as ciências e a arte. Neste contexto, a associação da perspectiva com o aparecimento da paisagem é uma asserção correta quando se trata exclusivamente da pintura e da apresentação dos elementos paisagísticos no panorama de um quadro. Para Cauquelin (2008, p. 29), é a partir da perspectiva que surgem novas estruturas de percepção da paisagem e que assinalam, de certa forma, o seu nascimento no Ocidente. A paisagem assume uma consistência e uma autonomia para além do quadro. Neste sentido, as formas simbólicas não se limitam ao domínio da arte, pois há uma associação com o conjunto complexo das atividades culturais expressas pela palavra, pelas sensibilidades. Para esta autora, a técnica da perspectiva transformou a visão que o homem tem das coisas, da natureza, dos percursos, distâncias, das geometrias e proporções dos elementos.

A imagem construída sobre a ilusão da perspectiva confunde-se com aquilo que adviria da imagem. Legítima, a perspectiva também é denominada de artificial. O que é, então, legitimado é o transporte da imagem para o original, uma valendo pelo outro. Melhor, ela seria a única imagem-realidade possível, aderiria perfeitamente ao conceito de natureza, sem desvio. (CAUQUELIN, 2008, p. 30)

A perspectiva instrumentalizou a ordem de apresentação dos elementos paisagísticos e possibilitou as formas de constituir, em termos de sistema, uma visão de conjunto da realidade. Na pintura, a paisagem é um artifício da técnica transformado em uma espécie de escrita da percepção visual humana. Esta singularidade da pintura, para Cauquelin (2008, p. 59), onde se projeta um plano que permite a percepção humana em perspectiva, definindo o que se vê de acordo com regras estabelecidas em um determinado momento, define o surgimento da paisagem. Apesar de haver pinturas de paisagens antes da Renascença, estas não desafiavam a realidade.

Assim, a pintura passa a mostrar não somente os objetos em si, mas também o elo que os une, associando um sentido narrativo e de coerência na organização de uma estrutura espacial apreendida pela visão. Há união entre o que deve ser visto, em termos da natureza das coisas mostradas, não de forma isolada, mas em suas relações, e uma paisagem. Em outras palavras, na paisagem as coisas não são reconhecidas de forma separada e sim pela forma como estão dispostas e se oferecem para apreciação em seu conjunto. Tanto a representação quanto a sua compreensão, contudo, estão condicionadas pela cultura e por um momento histórico distinto. Por isso, e segundo esta autora, durante o Renascimento, a

invenção da perspectiva mudou a visão de mundo do homem, transformando a visão global das coisas. Na perspectiva há as regras da redução (de uma representação feita em escala menor) e também da junção, ou seja, da manutenção da totalidade e constituição de uma unidade ou construção mental completa. Há uma relação intrínseca entre o mundo real e a sua representação conceitual que é expressa pela linguagem. Se a paisagem é uma construção mental orientada e instaurada por práticas para expressar ideias e conceitos, ela é também uma retórica, uma representação clara dos esquemas mentais e das marcas simbólicas da cultura. Conforme Cauquelin (2008, p. 23), "... aquilo que aprendemos a ver é a parte imersa de um fundo ao qual chamamos natureza." É este fundo, o da natureza, que surge e suscita construções como a paisagem-símbolo, por exemplo, e que representa, no imaginário, algum valor que é socialmente ou culturalmente construído. Ao selecionarem-se paisagens, para Cauquelin (2008, p. 23), "... toda dificuldade de um inventário reside na afirmação simultânea de uma historicidade das formas (a cultura) e de um fundo sempre já dado, oferecido."

Segundo Vieira (2007, p. 29), a pintura de paisagem corresponde também a um espelho sobre o espírito de cada época e pode ser sintetizada, ao longo de diferentes períodos e expressões artísticas como: a paisagem de símbolos no período da Idade Média (séculos XII, XIII e XIV); a paisagem de fatos correspondente ao Renascimento (século XV); a paisagem fantástica característica do Maneirismo (século XVI); a paisagem ideal, durante o Barroco (século XVII) e a paisagem natural (século XVIII) relacionada ao Neoclassicismo. Para a mesma autora, nos períodos precedentes à Idade Média, os atributos e valores da natureza tinham um papel secundário, e a paisagem ocupava um mero espaço decorativo similar ao de um cenário. As descrições mais precisas da paisagem, segundo Vieira (2007, p. 23), aparecem ao final do século XV, e a libertação da pintura exclusivamente litúrgica marca o começo do gênero pictórico que se denomina como paisagístico.

As pinturas do século XIX são caracterizadas pela observação natural, e a arte evolui também, para as representações das sensações. A própria representação da natureza se renova por meio da possibilidade de realização das pinturas ao ar livre e do desinteresse pelas paisagens de caráter mítico ou religioso. Conforme Vieira (2007, p. 39), e nessa fase, as décadas de 60 e 80 revelaram um naturalismo completo nas artes por meio de pintores como Corot, Monet, Renoir e Manet. Destacam-se, também, entre os pintores naturalistas, os nomes de Turner e Van Gogh, por expressarem as relações entre homem e natureza, transpondo para suas telas enorme sensibilidade aliada a técnica. Artistas como Renoir (1841-1919) e Monet (1840-1926), impressionistas, exploraram efeitos da luz, da cor e do movimento nas paisagens.

Em sua obra *Paisagem e Memória*, Schama (1996, p.17) discorre sobre o conjunto de complexas sensações, significados, lembranças, mitos que acompanham aquilo que

denominamos “... a moldura através da qual nossos olhos adultos contemplam a paisagem”. Para este autor, a natureza e a percepção humana estão em um mesmo campo e a paisagem é obra da mente. “Paisagem é cultura antes de ser natureza; um constructo da imaginação projetado sobre mata, água, rocha” (SCHAMA, 1996, p.70). Por isso afirma que o conceito de paisagem está relacionado primeiramente à cultura e não à natureza. A paisagem é um constructo da imaginação humana na significação dos elementos físicos naturais como as florestas, os rios, as pedras, impregnados pelas experiências, memórias, tradições, mitos de cada povo.

A paisagem se transmite, assim, a partir das expressões artísticas para muito além da realidade, tornando-se um produto próximo ao que Schama (1996, p. 17) denomina “desejo da cultura e da elaboração da cultura”. Como exemplo, a ideia do jardim resignificado a partir de um Éden americano, representado da maneira como se imagina o parque natural de Yosemite Valley (Califórnia – EUA), nas pinturas de Albert Bierstadt ou nas fotografias de Carleton Watkins e Ansel Adams.

No século XIX, a pintura “The Yosemite Valley – Yellowstone Park” remete ao imaginário de uma natureza selvagem sem a presença humana. Mas a natureza não se delimita a si mesma. E tal fato também não corresponde à realidade histórica do local. O ato de identificação, e isso inclui a própria representação do espaço por meio da pintura ou da fotografia, já pressupõe a presença humana e toda sua extensa bagagem cultural. Desta maneira, e conforme Schama (1996, p. 20), a pintura retrata simbolicamente o desejo de mitificação da natureza e do Oeste selvagem americano, uma visão de um paraíso terrestre que perpassam experiências emocionais e espirituais. O Parque Nacional de Yosemite, desde o século XIX, é um dos parques americanos mais conhecidos e visitados dos Estados Unidos. Contudo, os prados que sugeriram uma natureza pura e bravia foram resultado de ações humanas, no caso, dos seus ocupantes originais, os índios Ahwahneechee, expulsos do local com a chegada do homem branco.

Assim, há que se considerar uma longa relação entre natureza e cultura, onde as ações antrópicas desenvolvem-se em uma constante interação com a própria paisagem. De forma objetiva, para Schama (1996, p.17), e mesmo que do ponto de vista dos ecossistemas, estes não dependam da interferência humana, torna-se difícil pensar em qualquer ambiente natural que não tenha tido algum tipo de modificação exercida pela cultura do homem.

Ao mesmo tempo, e ao longo da história da humanidade, sempre houve espaço para o caráter sagrado e místico da natureza. Este aspecto, compartilhado como universo mental comum, transparece nas manifestações artísticas e revela que antes de somente explorar a natureza, o homem também fazia parte e sentia-se pertencente à mesma. Contudo, o homem tende a colocar paisagem e natureza em dois campos distintos de percepção. Por outro lado, praticamente todos os sistemas naturais estão também relacionados, de alguma forma, com

as atividades humanas. Neste contexto, o próprio ato de identificar, reconhecer determinado local ou paisagem pressupõe a presença e, portanto, a paisagem revela-se como um produto da cultura manifestada pela percepção transformadora do homem, de onde emerge como uma representação. Sendo assim, se "... toda nossa tradição da paisagem é o produto de uma cultura comum, trata-se, ademais, de uma tradição construída a partir de um rico depósito de mitos, lembranças e obsessões" (SCHAMA, 1996, p. 24). De maneira que a paisagem, seus mitos e lembranças, revelam duas características comuns: a sua permanência e a capacidade de moldar instituições (SCHAMA, 1996, p. 26). Moldam-se paisagens que correspondem à identidade nacional, por exemplo, mapeando-se e reconhecendo-se territórios e expressando-os de forma simbólica em termos de suas qualidades, belezas, virtudes, sempre relacionadas a determinadas comunidades ou grupos sociais. Conceitos como os de nação, país, liberdade, império, ditadura, necessitam de conhecimentos do território e da topografia para conferirem forma material às ideias.

As paisagens, portanto, podem ser conscientemente concebidas com o propósito de invocar ou expressar virtudes históricas, culturais, sociais ou políticas. Ao mesmo tempo Schama (1996, p. 26) enfoca as representações simbólicas da paisagem, bem como as maneiras em que são feitas as mediações pelas técnicas e estéticas, ou seja, o sentido com que a natureza é experimentada como objeto cultural. Toda paisagem revela uma tessitura histórica e cultural que pode ser descrita, lida e interpretada. Em outras palavras, o homem reconhece, interpreta, representa e nomeia as paisagens, atribuindo significados ou mesmo criando símbolos, mas também as relaciona com suas emoções, recordações, memórias e sentidos. Ao mesmo tempo, as linguagens e expressões artísticas como a pintura, a literatura, a fotografia, criam representações que socializam valores e alimentam os imaginários sociais e a sensibilidade coletiva e individual.

Cauquelin (2008, p. 69) também discorre sobre o aumento da sensibilidade social de maneira associada à descoberta de paisagens tais como as montanhas e o mar. Este fenômeno se iniciou, particularmente no século XIX, por meio das elites e da descoberta das belezas naturais, seguindo-se, também, a ideia de que constituem um bem comum para todos. Para esta autora, a arte tem um importante papel nesta transição, assegurado, por exemplo, pela extensa literatura na forma de narrativas de viagens, poemas, romances, e a pintura, em um segundo momento, assegurou uma espécie de continuidade da percepção social. Desta maneira, a visão pode compartilhar, em termos de imagem mental, o que é descrito, adquirindo e afirmando uma determinada realidade e valor de existência. Mas, ao mesmo tempo em que imagens parecem suceder-se às narrativas ou descrições poéticas estas últimas são, também, invocadas em uma espécie de efeito de retorno.

De certa maneira, vemos aquilo que já foi visto e também vemos da forma como deve ser visto e percebido, o que corresponde a perceber a paisagem como resultado de uma

construção social e cultural. Neste contexto, a paisagem, a literatura e a pintura são um “conjunto indissociável”, e, se as descrições poéticas ou literárias são, por vezes, anteriores em termos de fatos, é a imagem pintada que corresponde a uma afirmação da realidade (CAUQUELIN, 2008, p. 73). De maneira que, para esta autora, as palavras podem ter muitas interpretações e significados, mas é a imagem que aparentemente tem o poder de fixar aquilo que existe.

Pode-se perceber que o surgimento da paisagem, no Ocidente, está intrinsicamente ligado a alguma forma de sua representação artística. Visualmente destacam-se os desenhos, ilustrações, gravuras e pinturas e, contemporaneamente, a fotografia. Segundo Cauquelin (2008, p. 12), a paisagem em uma pintura ou uma fotografia cuja suposta identificação do representado com o objeto da representação sejam capazes de satisfazer nossas expectativas e nossos sentidos, correspondem a uma percepção do real. Na tela “ilusionista”, se pode ver aquilo que deve ser visto, ou então a natureza das coisas mostradas não de forma isolada, mas em sua relação de conjunto, ou seja, uma paisagem. “Aquilo que é dado a ver, a paisagem pintada, é a concretização do elo entre os diferentes elementos e valores de uma cultura, ligação essa que oferece uma disposição, uma ordenação e, por fim, uma ordem para a percepção do mundo.” (CAUQUELIN, 2008, p. 12). A pintura rege as formas como a paisagem é capturada e há uma apropriação da visão de um outro. A paisagem é assim um artifício constituído ilusoriamente a partir de uma representação. Contudo, tem o poder de conjurar todos sentidos invocados pelas lembranças, pela memória, ao mesmo tempo em que se remete a formas históricas e simbólicas produzidas socialmente.

A paisagem é, portanto, uma projeção e uma marca da cultura. Neste contexto, a percepção sensorial do homem também evoluiu, condicionada pelas suas relações com a natureza em contextos sociais e históricos distintos. Quando Schama (1996) afirma que a paisagem é uma obra da mente, a eleva também para muito além da pintura ou de outras formas de sua representação. Neste contexto, a de uma imagem mental, apreendida e percebida pelo homem, a paisagem envolve toda uma associação de significados coletivos e individuais. Se por um lado, é capaz de revelar os hábitos culturais, é também impregnada de significados individuais ligados a vivências pessoais, à memória e à manifestação dos sentidos. Desta maneira, paisagem carrega consigo uma memória partilhada por mitos e lembranças que têm permanência (SCHAMA, 1996, p. 26). Alguns têm capacidade de moldar instituições como, por exemplo, a identidade nacional.

Segundo Cauquelin (2008, p. 31), há também uma relação ambígua entre o que denomina de paisagem-natureza e a natureza-paisagem. A primeira trabalha a natureza como uma maneira de a tornar visível e a outra procura identifica-la em termos de seus princípios inalteráveis e sem uma ideia de construção. Estes aspectos, para a autora, podem ser

percebidos em expressões como “local pitoresco”; “ambiente”; “ordenamento” ou mesmo de “integração”, termos que apresentam uma grande fluidez entre si.

Porque os mesmos que querem salvaguardar a naturalidade da paisagem como dado primitivo se empenham também na salvaguarda dos locais pitorescos, depositários de uma certa memória, histórica e cultural. Ora, o local pitoresco, o que se mantém lá, designa tanto o monumento (esse arco, essa cidade antiga, esse vestígio) como essa forma geológica singular que intervém num meio natural. (CAUQUELIN, 2008, p. 31)

O pitoresco, conforme Ferreira (2004, p. 556), é o que é próprio para ser pintado, ou fotografado por ser graciosamente original. Um adjetivo a ser utilizado para definição do que se considera interessante, excêntrico, único, diferente, particular, inusitado. Originalmente, o pitoresco provém do italiano *pittresco*, que poderia ser traduzido como semelhante à pintura pois apresenta singularidade e estímulo visual. Ao se perceber o pitoresco, de certa forma, também se percebem as qualidades que poderiam ser reproduzidas em uma obra artística. Esta atribuição qualitativa valoriza uma imagem peculiar que pode estar relacionada a uma paisagem, uma cena ou um costume. É, portanto, a atribuição de uma qualidade às vezes destinada às paisagens humanizadas e culturais e outras para as paisagens naturais. O pitoresco é, portanto, uma ligação comum a dois mundos, vistos como oposição. Mas há uma relação intrínseca entre natureza e cultura, resultado de uma constante ressignificação do espaço do homem e da atribuição de valores. A palavra pitoresca também revela que a apreciação da paisagem expõe aspectos qualitativos onde os seus vínculos com a apreciação estética e, por isso, também com a arte, são muito fortes.

O valor da paisagem considerada, por exemplo, como pitoresca, é, em si, atrelado a uma determinada ordem de natureza estética. Este aspecto leva a considerar a paisagem como um fenômeno que evidencia subjetividades, pois não há paisagem sem sujeito e sem um olhar que lhe dê sentido e significação. Neste sentido, a pintura e a fotografias são representações visuais influenciadas pela cultura artística de cada momento histórico, mas vêm também acompanhadas pela sensibilidade coletiva ou individual. São, de um lado, apreendidas culturalmente, mas também “ensinadas”, pois participam ativamente da percepção do sujeito. Esta percepção individual (dada pela inteligência e pelos sentidos) possibilita a interpretação das formas simbólicas que se traduzem em um fundo visual ao qual denominamos paisagem.

Para Coelho (2012, p. 215), após a invenção do daguerreotipo em 1838 e do surgimento da fotografia, ocorre a popularização de imagens pitorescas, como as de cartões postais, por exemplo. A partir deste momento, e com a gradativa evolução e acesso das tecnologias e das mídias, as imagens de paisagens tornaram-se cada vez mais presentes e acessíveis no cotidiano. Este momento de transição da pintura para fotografia envolve

também uma mudança conceitual, visto que as formas de olhar são distintas. O contexto da fotografia, a partir do século XIX e ao longo de todo século XX, é o de transformações sociais e econômicas globais que resultaram na produção e consumo de imagens, e em uma busca cada vez mais intensa por capturar o instantâneo e a transitoriedade da vida moderna. Por este motivo, para Coelho (2012, p. 215), a fotografia também gerou uma revolução na pintura e na sua maneira de representação da realidade.

A representação da paisagem na fotografia tornou-se cada vez mais difundida, seja a partir da produção de panoramas e vistas da cidade, seja pela sua capacidade instantânea de fixar as imagens da natureza ou mesmo as memórias pessoais em nível individual e coletivo. Ainda que uma fotografia possa captar toda e qualquer imagem, é importante ressaltar também o aperfeiçoamento das técnicas e das sensibilidades para a apreensão de uma paisagem. Um dos maiores fotógrafos americanos, Ansel Adams (1902 – 1984) destaca o desafio de fotografar uma paisagem, pois ao lado da técnica (o tipo de equipamento, a clareza de ideias do que fotografar, com qual luz e qual composição) é preciso uma capacidade natural ou adquirida de se emocionar com a cena. Essa capacidade emocional, que utiliza de todos sentidos e da vivência, e da técnica, é o que pode transpor a imagem tridimensional para um plano que representa e reflete a beleza da paisagem. A paisagem é, portanto, o visível, mas é também o invisível que se transmite pelas emoções e pelo sentimento.

Após o surgimento da fotografia, e com o posterior desenvolvimento do cinema, ampliou-se ainda mais a difusão e o consumo de imagens pela sociedade contemporânea. Esta nova expressão, dinâmica e em movimento, passou a relacionar história e imagem ocasionando uma associação de aspectos que, anteriormente, estavam presentes de forma dissociada na literatura e na pintura (YAZIGI, 2001 apud ROCHA, 2007, p. 24).

Para Bartalini (2013, p.40), a visibilidade é, efetivamente, o aspecto onde surge a convergência de posturas consideradas como “realistas” e “subjetivistas” em relação à paisagem. A primeira postura assume a existência de uma realidade que é independente do espectador e, portanto, objetiva, concreta. Há uma fisionomia que pode ser (re)conhecida a partir do que é visível ou da sua representação. Desta maneira, é também possível perceber no visível as manifestações do que não é visível. Na dimensão subjetivista, contudo, é o espectador que define a paisagem. Provém de um ponto de vista e de um olhar que a constitui, pois, a paisagem é uma imagem e não uma realidade. É assim uma representação ela mesma definida pelo próprio espectador. Esta concepção está alinhada, em grande parte, a críticos ou historiadores da arte, por exemplo.

Já a postura realista, conforme Bartalini (2013, p. 40), está afinada com as ciências naturais e sociais, e com os especialistas de disciplinas como a Sociologia, Geografia, Arquitetura e História. Neste sentido, a sua relação é motivada pela produção do

conhecimento e pelas possibilidades de intervenção sobre a paisagem realizadas por meio de propostas de ordenamento sobre o território. Na arquitetura e no urbanismo, por exemplo, o conhecimento sobre a fisionomia da paisagem, revela-se muito útil para o desenvolvimento de projetos e planificações e implica em reconhecimento prévio do caráter da paisagem que é dado, em parte, pela estrutura urbana e formas espaciais. Mas ainda assim, lembrando Schama (1996, p.27), quando diz que “perceber o contorno fantasmagórico de uma paisagem antiga, sob a capa superficial do contemporâneo, equivale a perceber, intensamente, a permanência dos mitos essenciais”, há que se pensar nas formas de interpretação da paisagem. A paisagem apresenta uma essência que é dificilmente apreendida pelas ciências. Para Bartalini (2013, p.41), a abordagem estética, de alguma forma, acompanha a paisagem, e é uma efetiva contribuição da arte e da subjetividade para identificação e interpretação das fisionomias.

A noção de paisagem, portanto, é uma conquista recente de nossa cultura, surgida mais precisamente a partir do momento em que o homem se percebeu como portador de uma determinada cultura, reconheceu a paisagem de seu território e por meio desta colocou-se de forma racional sobre o território. Podemos ainda acrescentar que, após libertar-se da tutela exclusiva da arte, a noção de paisagem passou a ser entendida e ligada a outras áreas como a geografia, a geologia e a ecologia e, mais recentemente, tornou-se um conceito jurídico. (VIEIRA, 2007, p. 23)

Ao que se pode acrescentar também que, mesmo que a paisagem tenha se libertado da tutela exclusiva da arte, a acepção moderna do termo não declina de uma ampla subjetividade e também do que Bartalini (2010, p. 02) denomina de persistência do olhar estético. Este parece ser um dos seus componentes imanentes resultado também de sua carga histórica e cultural. Ao mesmo tempo, as manifestações artísticas ou representações como as imagens fotográficas estão abertas enquanto documentos que possibilitam contribuir para interpretação dos valores e significados coletivos da paisagem.

2.2 Análise de evolução da paisagem a partir de imagens fotográficas

As linguagens e expressões artísticas, como a pintura, a literatura, a poesia, a fotografia contribuem para alimentar os imaginários sociais atuando também sobre a sensibilidade coletiva e individual. São, portanto, representações conscientemente concebidas com o propósito de invocar ou expressar virtudes históricas, culturais, sociais ou políticas da paisagem. Por outro lado, as imagens fotográficas são também as fontes alinhadas com a postura realista, constituindo-se em documentação essencial para estudos históricos de evolução da paisagem.

As fotografias fixam determinada relação espacial e temporal, mas as interpretações dos seus conteúdos devem ser cercadas de cuidados conceituais e metodológicos pois diferem das demais representações gráficas e pictóricas e apresentam fundamentos peculiares para a sua utilização. Qualquer imagem revela uma seleção, um fragmento visível daquilo que constitui a aparência do mundo real e que foi cristalizado em um determinado momento e espaço. A fotografia ou um cartão postal, contudo, apresentam uma realidade própria que pode não corresponder ao que está representado. Cada imagem é, pois, uma segunda realidade onde há motivações de caráter estético ou ideológico (como exemplo aquilo que está determinado pela história oficial ou pelos interesses da imprensa ou de grupos sociais dominantes), ainda que possa, efetivamente, servir de registro ou elo com o passado. Imagens não são, portanto, conforme Kossoy (2009, p. 22), um “espelho fiel dos fatos”, mas sim, plenas de ambiguidade em sua interpretação que deve estar também associada a conteúdos históricos, culturais, artísticos, sociais, econômicos entre outros.

Os elementos constitutivos da imagem fotográfica, para Kossoy (2009, p. 25), são o assunto, o fotógrafo e a tecnologia. O assunto é caracterizado por ser o objeto de registro da imagem, enquanto o fotógrafo é o agente imerso em um processo de criação que envolve muitas variáveis de ordem pessoal e profissional e que incluem, também, o contexto estético, cultural e técnico que originam a expressão fotográfica. Há, portanto, componentes de forma material (recursos técnicos, eletrônicos etc.) e os de ordem imaterial, como os mentais e culturais. Em relação à ordem imaterial, a motivação dá origem à seleção de um determinado assunto, o que estabelece uma determinada funcionalidade ou intencionalidade da imagem fotográfica. O assunto representado é o resultado de uma sucessão de escolhas, tais como a seleção do próprio assunto, dos equipamentos, do tipo de enquadramento e da composição (organização visual dos elementos que compõem a cena), do momento e das possibilidades que podem conferir determinada ambientação ou atmosfera à imagem final.

A fotografia, segundo Kossoy (2009, p. 29), é uma fragmentação em termos de recorte espacial e do assunto, bem como um congelamento, ou interrupção temporal. É, assim, uma representação produzida a partir do real, mas vinculada intrinsecamente ao olhar, às intenções, e ao contexto do seu autor. Enquanto fonte de valor histórico a imagem fotográfica é documento iconográfico e indicial. Como índice, é prova ou constatação de evidências, como o assunto representado, ou de um fato que efetivamente existiu e está aberto a interpretações. Enquanto ícone, revela a aparência ou semelhança de determinada realidade que lhe deu origem. Neste sentido que, e para Kossoy (2000, p. 33), tanto índice quanto ícone são inerentes ao registro fotográfico e estão também relacionados à visão do fotógrafo e da sua elaboração do documento.

Em termos de análise e compreensão da imagem fotográfica, ocorrem duas realidades distintas. Uma primeira realidade, que está vinculada ao momento em que é efetuado o ato

do registro fotográfico e em que a imagem é gerada, correspondendo, na sequência, ao índice fotográfico. E uma segunda realidade, relacionada ao assunto que está representado em duas dimensões, ou fato definitivo que é selecionado no espaço e tempo, e que é referência "...sempre presente de um passado inacessível." (KOSSOY, 2009, p. 37). Todas fotografias analisadas fazem parte, portanto, de uma segunda realidade e o assunto que está representado (conteúdo explícito da fotografia) é uma face exterior e aparente de um fragmento visível do passado que é tornado documento. Para o autor, esta natureza, que é comum a todas as imagens fotográficas, constitui-se na segunda realidade e implica em efetuar uma transposição de dois contextos: o da vida (ou da primeira realidade) para a da representação (ou imagem fotográfica e segunda realidade).

A representação fotográfica não corresponde necessariamente à verdade histórica, apenas ao registro expressivo da aparência...Suas informações se abrem às diferentes "leituras" que cada receptor dela faz num dado momento; tratamos, pois, de uma expressão peculiar que suscita inúmeras interpretações. (KOSSOY, 2009, p. 38)

De maneira que, de acordo com Kossoy (2009, p. 41), a produção e a recepção das imagens pelo observador estão articuladas tanto pelo processo de construção da representação quanto ao processo mental da interpretação, ou às leituras em diferentes momentos da história. O fotógrafo constrói a representação, e esta passa a ser uma nova realidade. Ao mesmo tempo, a fotografia estabelece imagens mentais que permitem conhecer o mundo, deixando de serem estáticas para se tornarem fluídas e parte da memória da coletividade. A realidade da representação, contudo, sempre contrasta com a realidade do passado, material e objetiva. Para este autor, portanto, a realidade da fotografia é moldável na sua produção, fluída em sua recepção, apresenta uma realidade exterior relacionada aos seus aspectos iconográficos (semelhança), ao mesmo tempo em que tem uma história implícita e particular (realidade interior), que tem validade documental.

Neste sentido, a utilização de imagens com valor documental e histórico podem contribuir muito para a compreensão e interpretação da paisagem urbana contemporânea, revelando as suas principais dinâmicas e transformações espaciais. A leitura da paisagem por meio das fotografias pode contribuir para uma análise visual apontando aspectos simbólicos e marcas coletivas da memória social pois a própria história da paisagem pode apresentar diferentes valores a serem percebidos pelas suas alterações morfológicas e funcionais. Ainda que a fotografia isole um determinado segmento da realidade é a apreensão subjetiva deste recorte que confere sentidos à visão fragmentada. A utilização de imagens de paisagens pode revelar, também, as estratégias sociais e simbólicas de forma a valorizar as representações que a sociedade produz em torno de si mesmas. É o caso dos cartões postais, por exemplo, ou das fotografias de paisagens históricas, capazes de contribuir para uma leitura da cidade

que integre as experiências mais sensíveis do mundo relacionadas à cultura e a um conjunto de significações produzidas. Acrescente-se, ainda, que documentos técnicos, como as fotografias aéreas e as imagens de satélite, quando disponíveis, constituem-se também como fontes para interpretação da paisagem.

Para Coelho (2012, p. 217), a leitura do passado a partir das suas representações, como as imagens, possibilita compreender o presente a partir da sucessão de diferentes camadas espaciais e temporais. Contudo, para interpretar os indícios e registros do passado é preciso também estabelecer uma estrutura que possa dar sentido à totalidade. De maneira similar aos textos históricos e à sua necessidade de contextualização com outros referentes, a utilização da fotografia como fonte histórica deve procurar compor séries homogêneas relacionadas a um conjunto de imagens. Este procedimento permite perceber, a partir dos registros fotográficos, tanto a evolução da paisagem quanto as rupturas e as suas permanências.

A seleção de paisagens necessita de uma concepção histórica e também de critérios para seleção das imagens a partir de uma visão de conjunto. Estes critérios estão relacionados a enquadramentos e pontos de vista da paisagem como visões panorâmicas; aos diferentes ângulos de visão e às escalas que permitam visão de totalidade ou local; aos períodos das imagens que devem ser agrupadas por ordem cronológica de maneira a permitir a observação das transformações físicas e dos aspectos sociais e culturais da paisagem. Se há intenção de compreender a paisagem contemporânea a partir da sua formação por sucessivos estratos históricos, a etapa seguinte está relacionada à análise e desmontagem da imagem em camadas superpostas pelo tempo organizando-se, segundo o quadro 02, uma leitura de formas, funções, elementos e estrutura. A forma está entendida como a configuração ou volume da paisagem que é visível, procurando-se identificar as geometrias de sua composição por meio de linhas, volumes e massas. Cada paisagem apresenta também função e estrutura, ou então, usos que se revelam em uma totalidade de partes que mantêm determinadas relações entre si.

Quadro 02: Leitura dos elementos da paisagem

Elementos da paisagem	
Forma	Configuração visível dos elementos da paisagem;
Função	Funções e usos;
Estrutura	Organização, disposição e ordem dos elementos,

Fonte: Adaptado de Coelho (2012)

A análise realizada em diferentes tempos ou períodos históricos possibilita, desta maneira, a leitura das formas que são os vestígios relacionados à permanência dos elementos no tempo. Tendo Kossoy (2009) e Coelho (2012) como referência, esta pesquisa adota parte

dos seus procedimentos metodológicos para investigação da paisagem urbana de Santa Cruz do Sul da seguinte maneira:

- a) Seleção de imagens fotográficas da paisagem: a seleção de imagens fotográficas de valor documental e histórico será realizada em duas escalas distintas de abordagem procurando-se privilegiar tanto a visão de conjunto da paisagem quanto a sua visão mais local, ao nível do observador. Os assuntos das imagens estarão associados à evolução da paisagem e a interpretação de seus valores a partir da identificação histórica e cronológica das marcas da arquitetura. Sendo a paisagem uma construção social e cultural, propõe-se também uma distinção entre dois tipos de imagens devido a sua intencionalidade: as fotografias e os cartões postais. Os postais, pela sua natureza de divulgação pública, apresentam uma motivação estética e ideológica própria, e a sua existência já manifesta, em si mesma, uma seleção particularizada de assuntos. Este aspecto contribui para a interpretação simbólica das representações atribuídas à paisagem em momentos históricos distintos. Ao mesmo tempo, também possibilita identificar os lugares com maior carga histórica e cultural de determinada sociedade;
- b) A interpretação das imagens: todas as imagens fotográficas serão justapostas em uma evolução cronológica da paisagem e de interpretação de seus valores históricos associados às principais marcas ou permanências em termos de formas materiais. Para melhor oportunizar uma visão de conjunto da paisagem, propõem-se também o agrupamento de imagens fotográficas, como a dos postais, por exemplo, em períodos distintos e de maneira a possibilitar uma visão mais abrangente do espaço. A seleção e exposição de imagens fotográficas também é acompanhada por outros documentos, como mapas históricos e temáticos que propiciem a apreensão de uma visão de conjunto do território;
- c) Atribuição de sentido à leitura das imagens: reconhecendo as qualidades e valores que conferem características específicas para a paisagem. Ao mesmo tempo, a pesquisa de imagens contribui para a identificação das principais formas da paisagem que revelam permanência ao longo do tempo.

2.3 Enfoques e abordagens de distintos campos disciplinares do conhecimento sobre a paisagem

A paisagem, de maneira paralela ao desenvolvimento e evolução das ciências, também se consolidou como um termo científico e técnico, relacionado a profissões ou áreas específicas do conhecimento. As possibilidades de enfoques distintos e sua

multidisciplinariedade lhe conferem complexidade, ao mesmo tempo em que também abrem diferentes possibilidades de abordagem.

Na Geografia, por exemplo, a paisagem é um dos conceitos-chaves da disciplina e, ao longo do século XX, houve uma grande variação de sua importância, em detrimento de outras categorias geográficas de análise, como região, espaço, território e lugar (CORREA e ROSENDAHL, 1998, p.07). Autores da Geografia clássica, como Humboldt, Ritter, Ratzel, La Blache, utilizaram a noção de paisagem, ainda que com diferenças em relação ao seu objeto de estudo. Mas foi no século XIX e ao longo do século XX que o conceito alcançou um “status” científico, definindo e classificando tipos por meio de estudos que, de forma geral, estão embasados na relação homem-natureza, utilizando-se diferentes técnicas de análise de observação, descrição e representação. Esta é a paisagem visível e da descrição, e, para Puntel (2012, p.23), ainda há uma forte propensão de se pensar a paisagem somente a partir do que é visto e observável. Contudo, a partir da década de 60 e 70 do século passado, ocorreu uma retomada do conceito, embasada em novas matrizes epistemológicas, das quais, na dimensão perceptiva destacam-se autores da Geografia Humana e Cultural tais como Cosgrove, Tuan e Berque, entre outros. A influência da noção de cultura e do meio, sempre presente nas abordagens tanto do ponto de vista da expressão artística quanto geográfica, também contribui para determinar quais sentidos ou dimensões são privilegiados no estudo da paisagem.

De acordo com Correa e Rosendahl (1998, p.08), a retomada do conceito na Geografia, após 1970, apresenta novas concepções. A paisagem apresenta várias dimensões que coexistem simultaneamente, sendo elas: morfológica ou um conjunto de formas que são criadas tanto pela natureza quanto pelas ações antrópicas; funcional, pois apresenta relações entre as diversas partes e elementos que a constituem; histórica, pois é um produto da ação humana ao longo do tempo; espacial e, portanto, relacionada a determinada área da superfície terrestre; simbólica enquanto conjunto de significados que expressam diferentes valores. Ainda que estas dimensões possam ter diferentes enfoques segundo matrizes epistemológicas distintas da Geografia, estes não se excluem entre si e podem somar-se de forma complementar.

A composição da paisagem, segundo Meining (2002, p.25), não é somente o visível ou aquilo que se apresenta “em frente aos olhos” por meio de elementos perceptíveis das formas de casas, plantações, estradas, cidades, ruas, montanhas, rios, e que estão mais relacionados à sua dimensão morfológica. O problema principal está relacionado aos significados que são atribuídos a partir de diferentes associações e interpretações capazes de estabelecer uma coerência de ideias. Portanto, a paisagem, para este autor, é “...aquilo que se esconde em nossas mentes”, e que também prescinde de um olhar somente técnico no viés da cultura, epistemologia ou outras áreas. É a partir de um olhar conjunto entre

linguajar técnico e coloquial, que podem haver mais condições de chegar à essência da paisagem, expondo-se as principais ideias organizadoras capazes de conferir sentido ao que é visto. Segundo Meining (2002, p. 35), existem pelo menos dez diferentes tipos de interpretações para a paisagem, entre os quais destacam-se, neste trabalho, dois enfoques distintos e complementares.

O primeiro enfoque está relacionado à interpretação e visão da paisagem pela sua história. Este viés compreende que tudo o que é percebido é resultado de uma acumulação no tempo do trabalho que é realizado pelo homem em sua relação com a natureza, em um determinado local. Se for mais inclusivo, pode-se aprofundar-se em áreas como a história natural ou a geologia, ou ainda recuar ainda mais para o estudo dos homens primitivos que povoavam determinado local. Segundo Meining (2002, p.42), o sustentáculo sobre o qual se apoia a periodização histórica é a cronologia:

... o perito historiador da paisagem, trabalhando em uma área cultural genericamente familiar, pode assinalar por aproximação datas de muitos itens baseado em materiais, desenho, ornamentação, propósito, posição. Pela classificação dos indícios de acordo com a idade, a paisagem pode ser visualizada em termos de camadas de história, que estão às vezes separadas em áreas distintas, como uma nova área de habitações, mas com frequência, complexamente entrelaçadas. (MEINING, 2002, p. 42)

Para Meining, a visibilidade da paisagem não constitui um registro completo da história, mas pode fornecer muitas informações que contribuem, por inferência, para conclusões muito mais precisas do que um olhar casual. A leitura das marcas históricas pode equivaler a uma coleta de fragmentos e peças que podem auxiliar na reconstrução de determinados padrões. Alguns destes padrões reconhecíveis nas formas das cidades, por exemplo, possuem características de longa permanência, como no caso das geometrias de ruas, parques, praças e mesmo propriedades. Outros se caracterizam pela sua fluidez no tempo como no exemplo das funções e das constantes alterações da fisionomia das paisagens e das fachadas das edificações. As permanências físicas podem ser lidas na paisagem revelando muito sobre os aspectos sociais e culturais do espaço. Cada edificação possui sua história própria, singular, vinculada a determinados processos gerais, mas também particulares. As obras possuem, assim, formas geométricas, expressões artísticas, relações entre espaço público e privado, funções distintas, materiais, que expressam hábitos, modos, costumes e diferentes formas de vida. A dinâmica de transformação da paisagem, portanto, revela que as paisagens são uma acumulação constante do passado onde se sucedem, de forma contínua, as diferentes marcas deixadas pelo tempo. São linhas demarcatórias no parcelamento de solo, jurisdições político-territoriais entre outras. É um passado que também atua sobre o presente, e é por isso que Meining (2002, p. 43) considera a paisagem como uma grande exibição de conseqüências.

Como segunda interpretação e enfoque deste trabalho apresenta-se a paisagem vista como problema. Nesta perspectiva, a paisagem é percebida e invocada de forma a expor evidências ou fatos que necessitem de ajustes ou correções em diferentes aspectos. Estes podem ser, por exemplo, ambientais, como as inundações, os desmatamentos, a poluição, a erosão dos solos, as formas desorganizadas de expansão urbana, os esgotos. A paisagem pode revelar, também, e do ponto de vista social, as formas como o espaço é apropriado e vivido no seu cotidiano (a prostituição nas ruas, indigentes, condomínios de luxo etc.). Nesta perspectiva, podem ser incorporadas muitas relações relacionadas a outras visões de paisagem, em que se evocam referências a melhorias da qualidade de relações do habitat humano e deste com a natureza. Contudo, e para tanto, é preciso não somente perceber, mas entender os problemas onde a paisagem representa um problema de planejamento ou de “design” do território. Estes problemas, por sua vez, podem ser tanto funcionais (como exemplos, usos incompatíveis entre si, congestionamento) quanto estéticos (poluição visual, desordem, etc.), ou os relacionados à preservação patrimonial, objetivo desta pesquisa. As paisagens descritas como problema induzem a uma tendência de alterá-las e, portanto, estão ligadas às questões que dizem respeito ao ordenamento do território. Têm, por isso, uma estreita ligação com a visão da paisagem enquanto artefato, ao mesmo tempo em que se diferenciam criticamente pela disposição de controle ou de planejamento capazes de conferir maior harmonia e eficiência. A totalidade das visões propostas por Meining (2002, p. 45), não esgota as possibilidades de percepção do tema. Constitui-se em interpretações que podem ser justapostas entre si, assim como abre possibilidade para novos enfoques.

No quadro 03, são hachurados os dois enfoques que estão relacionados à percepção da paisagem nesta pesquisa. Cada paisagem apresenta uma história própria ligada à diversidade de obras e atividades humanas, sendo, assim, uma dimensão do conhecimento que contribui para melhor situar o presente e projetar o futuro.

Quadro 03: Enfoques para interpretação da paisagem

Interpretação da paisagem	
1. Natureza	Natureza como estrutura básica e fundamental.
2. Habitat	Mistura entre natureza e homem revela padrões.
3. Artefato	A marca das ações antrópicas. A natureza como suporte.
4. Sistema	A visão da ciência.
5. Riqueza	Os valores monetários e de mercado.
6. Ideologia	Simbólica e filosófica.
7. Lugar	Ambiente vivenciado.
8. Estética	Qualidades artísticas.
9. História	Acumulativa do trabalho do homem e da natureza.
10. Problema	A visão dos problemas orientada para o planejamento.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Meining (2002).

Se a história e as suas marcas são percebidas como conhecimento e, em especial, como valor patrimonial, o presente é a única possibilidade de ação, mas é em relação ao futuro que são definidas as estratégias de planejamento. A respeito da história da paisagem, de acordo com Silvestre (2009, p.09), a problemática se refere à totalidade do problema de sua descrição, considerando-se a existência de diferentes abordagens disciplinares. Pelo menos sete tipos de paisagens poderiam ser descritas, tais como: a paisagem dos geógrafos físicos e geomorfólogos (paisagem combinação de elementos químicos, físicos e biológicos); a paisagem dos historiadores do mundo rural; a paisagem dos historiadores da arte; a paisagem monumental dos arqueólogos; a dimensão paisagista; a paisagem poética dos historiadores da literatura; a paisagem da Geografia Humana (PITTE apud SILVESTRE, 2009, p. 09). Ainda outra forma de classificação é a proposta por François Béguin e Jean Marc Besse apud Silvestre (2009, p. 10). Béguin realiza uma distinção entre as paisagens da arte, da Geografia e da Arquitetura. Já Besse propõe a utilização de cinco “portas” de acesso ao tema, referentes aos seguintes blocos disciplinares: a porta dos humanistas (historiadores); a porta dos geógrafos culturais; a porta dos ecólogos, geólogos, climatólogos, botânicos e geomorfólogos; a porta dos filósofos (paisagem como experiência); a porta dos criadores (como a dos arquitetos, paisagistas e artistas).

A separação do estudo da paisagem por disciplinas, de certa forma, facilita o estudo dos diferentes modos de percepção da paisagem. Por outro lado, pode ser também contraditória, porque a paisagem, enquanto visão de conjunto e marcada pelas suas propriedades holísticas, passa a ser percebida por diferentes enfoques especializados. Por exemplo, a visão do botânico ou do biólogo sobre uma paisagem natural descreve perfeitamente a existências dos biomas, classificação da diversidade da fauna e da flora ou a complexidade das relações e dos diferentes processos metabólicos entre outros aspectos. Ainda assim, não poderia abranger a realidade manifestada pela existência desta paisagem em si e da sua capacidade, por exemplo, de emocionar o espectador, que, ao usar de seus sentidos, a relaciona com diferentes interpretações e representações simbólicas, sociais e artísticas. Tais aspectos, contudo, e que envolvem subjetividades relacionadas aos objetos contemplados, não são próprios do método científico. O método científico, para Silvestre (2009, p. 12), confere controles fronteiros que dificultam a apreensão da paisagem como unidade que existe exclusivamente na consciência humana.

Em relação às abordagens disciplinares, esta pesquisa, utilizará conforme o quadro 04, as “portas” da História, da Arquitetura e Urbanismo e da Geografia Humana e Cultural.

Quadro 04: Enfoques e abordagens disciplinares da pesquisa

Enfoque	Abordagens realizadas		
1 História	História	Evolução histórica.	Identificação das marcas e da imagem histórica e cultural da paisagem Composição de estratos históricos e valores.
	Geografia	Aspectos culturais (e simbólicos).	
	Arquitetura (morfologia)	Expressão material Patrimônio cultural.	
2 Problema (E potencialidades para o planejamento)	A identificação de valores patrimoniais e os estratos históricos; Rupturas e descontinuidades históricas; Novas paisagens e significados.		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Entende-se que tais abordagens podem somar-se, de maneira a revelar tanto os aspectos objetivos (materiais e visíveis da forma) quanto alguns dos aspectos subjetivos da paisagem. O enfoque histórico aborda as transformações da paisagem urbana e contribui para identificar as principais marcas e vestígios materiais das relações entre homem e natureza, bem como a sua carga simbólica e cultural. A investigação destas marcas pode também ser classificada em estratos históricos distintos, o que possibilita isolar as paisagens criadas mais recentemente de outras que contêm o patrimônio cultural material. Desta maneira, pode-se observar a inserção do patrimônio arquitetônico na paisagem contemporânea, percebendo-se tanto as potencialidades de entorno quanto os tipos de descontinuidades e rupturas históricas, o que caracteriza a paisagem-problema.

A partir da Geografia Humana e Cultural, abrem-se possibilidades de realizar uma leitura mais global das permanências e marcas da paisagem urbana em sua totalidade, o que possibilita resgatar, a partir da dimensão física, outras dimensões imateriais que possam revelar diferentes significados culturais e simbólicos da paisagem, bem como as suas ressignificações.

2.4 Paisagem na Geografia Humana e Cultural

A evolução do conceito de paisagem, conforme Maderuelo (2010, p.06), pode enquadrar-se a partir de uma vertente dupla que é constituída por um constructo mental (interpreta o que percebe) de um lado, e por uma construção física, de outro. Enquanto objeto histórico de estudo nas ciências geográficas, ao longo do século XX, houve uma grande variação de importância da paisagem, em detrimento de outras categorias de análise, como região, espaço, território e lugar. Para Ribeiro (2007, p.16), as principais vertentes da paisagem na Geografia podem ser classificadas, de forma geral, em duas abordagens distintas. A primeira está relacionada aos seus aspectos materiais e físicos (e, portanto, visíveis), enquanto a segunda está relacionada aos seus aspectos subjetivos ou simbólicos. Desta forma, expõem-se, na sequência, algumas das principais noções e conceitos da

paisagem provenientes da Geografia com especial enfoque na sua vertente classificada como humana e cultural.

O conceito de paisagem na Geografia, segundo Puntel (2012, p.23), pode ser atribuído a Alexandre Von Humboldt (1769 – 1859), naturalista alemão. Humboldt estudou, em suas viagens, os múltiplos aspectos da superfície terrestre, combinando contemplação com observação sistemática dos elementos que compõem a paisagem e das suas diferenciações em relação aos diferentes lugares e povos. Já para Ribeiro (2007, p. 18) a definição da paisagem como conceito na Geografia surgiu no final do século XIX e começo do século XX, por meio dos geógrafos alemães como Otto Schlüter e Siegfried Passarge. Otto Schlüter utilizou o termo Geografia Cultural (Kulturgeographie) e criou outro conhecido como “Kulturlandschaft”. Este último termo, conforme Ribeiro (2007, p. 18), denomina, em sua essência, a paisagem cultural, por se tratar de uma oposição às paisagens naturais. Desta forma, inclui a cultura (kultur) com a ação (ou trabalho - “schaft”) do homem sobre a terra (land). Mas, também conforme Ribeiro (2007, p. 18), todos esses geógrafos (incluindo Humboldt) legaram uma base teórica e metodológica sobre a hierarquia das paisagens e dos mecanismos ou processos de transformação da paisagem natural em paisagem cultural.

No final do século XIX, as relações entre sociedade e meio tornaram-se centrais para a disciplina da Geografia, cuja origem liga-se ao estudo das descrições da terra e de sua diversidade. Conforme Claval (1999, p. 19), o termo Antropogeografia, criado por Friedrich Ratzel em 1880, surge para designar o campo de investigação das relações entre a sociedade e o seu meio e foi traduzida na França (sob influência de Vidal de La Blanche) por Geografia Humana. Também segundo Claval (1999, p. 20) a Geografia Humana adquire, desde a sua origem, diferentes formas de abordagem na Alemanha, Estados Unidos e França.

Na Geografia Humana sempre houve um diálogo constante entre geógrafos e antropólogos estudiosos dos fenômenos culturais. A utilização do adjetivo “cultural” remete também à noção de cultura, termo que permanece tão polissêmico e aberto a interpretações quanto a própria paisagem. Este conceito tem uma evolução distinta repleta de variações de significados ao longo da história. Atualmente, de forma sintética, segundo Name (2010, p.165), “...a cultura é entendida tanto como o trabalho, a interação direta dos seres humanos com a natureza na produção (agricultura, policultura, vinicultura, silvicultura etc.), quanto a consciência, o conjunto de ideias, valores, crenças e a ordem moral.”

E em relação às noções de cultura e de paisagem, ambas expressam tanto manifestações materiais quanto imateriais, que apresentam diferentes vínculos e associações entre si. Neste contexto, e no século XIX, o geógrafo Paul Vidal de La Blache (1845-1918), considerado fundador da moderna Geografia francesa, influenciou as formas de percepção da paisagem por meio da análise dos “gêneros de vida” e da cultura como forma de adaptação ao meio. Segundo Puntel (2012, p.25) Vidal de la Blache “...colocou o homem como um ser

ativo, que sofre influências do meio, mas que atua sobre este, transformando-o”. Para Name (2010, p. 167), ainda que não seja utilizado especificamente o termo cultura, a ideia de gênero de vida inclui tanto as noções de hábito quanto as de adaptação ao meio, ou de moldagem de uma paisagem em termos de forma (síntese da conexão de diferentes elementos que a constituem) e de sua fisionomia (enquanto expressão de sua singularidade). A análise geográfica é feita, portanto, por meio da observação de campo e com indução a partir da paisagem, comparando e classificando áreas e gêneros de vida.

O contexto das primeiras décadas do século XX é de novos paradigmas na ciência, abrangendo temas como a teoria da relatividade de Einstein, a geometria não euclidiana, a psicanálise, entre outros. Nos Estados Unidos, por meio de Carl Ortwin Sauer (1889 – 1975), a Geografia Cultural e o conceito de paisagem passam a destacar-se também dentro da disciplina geográfica. Carl O. Sauer foi, a partir de 1923, geógrafo e professor do Departamento de Geografia da Universidade de Berkeley. Conforme Name (2010, p. 168), houve intensa troca intelectual entre Sauer e antropólogos como Robert Lowie e Alfre Kroeber, especialmente com objetivo de desenvolver conhecimentos sobre a diversidade dos grupamentos humanos e as definições de cultura. Em 1925, a partir do seu estudo “A morfologia da paisagem”, Sauer “...definiu a paisagem geográfica como o resultado da ação da cultura, ao longo do tempo, sobre a paisagem natural” (CORREA E ROSENDHAL, 1998, p. 07). Sauer rompe com a tradição determinista ambiental ou geográfica (onde prevalece a influência do meio sobre o homem) e propõe o termo “paisagem” como conceito unitário na Geografia capaz de caracterizar a peculiar associação geográfica dos fatos. Para Sauer a Geografia deveria ter como objeto de estudo a “área” ou a paisagem (Name, 2010, p. 168), admitindo que esta também apresenta um conteúdo subjetivo definido por qualidades estéticas e fora do alcance das ciências. A paisagem é a expressão de uma determinada área distinta de formas que são, simultaneamente, culturais e físicas. Neste sentido, os termos em inglês “landscape” e em alemão “landschaft” passam também a ser equivalentes e definidos “...como uma área construída por uma associação distinta de formas, tanto naturais como culturais” (RIBEIRO, 2007, p. 19).

Os geógrafos Passarge e Schlüter legaram a Sauer os conceitos de paisagem natural e cultural, bem como a concepção de que os estudos de paisagem são restritos aos seus aspectos visíveis e aos fatos materiais das ações humanas (Ribeiro, 2007, p.20). Segundo Claval (1999, p. 31), a cultura é percebida por Sauer principalmente como um conjunto de artefatos e instrumentos utilizados pelo homem para transformação de seu meio. Mais tarde, também amplia essa visão de cultura por meio da incorporação de parte da natureza domesticada, ou seja, pela associação de animais e plantas que são selecionados e utilizados pelo homem de acordo com sua capacidade produtiva. Conforme Correa e Rosendahl (1998, p. 09) a paisagem geográfica é entendida por Sauer como “... um conjunto de formas naturais

e culturais associadas em uma dada área” e pode ser analisada morfológicamente vendo-se a integração das formas entre si e o caráter orgânico ou quase orgânico delas. Neste processo o tempo é uma variável fundamental.

Segundo Claval (1999, p. 12), a Geografia, para Sauer, está limitada ao que é legível na superfície da terra. Sendo assim, “...a identidade da paisagem é determinada, antes de mais nada, pela visibilidade de sua forma” (SAUER, 1998, p. 28). Por este motivo, a ênfase dos estudos de Sauer está concentrada nos aspectos morfológicos da paisagem não incluindo as suas dimensões estética e subjetiva. A respeito destas, e apesar de reconhecer sua existência, acrescenta que não podem fazer parte do estudo científico por não poderem ser classificadas e mensuradas. (RIBEIRO, 2007, p. 20). O método morfológico de Sauer baseia-se em três postulados fundamentais com destaque para o que denomina de unidade orgânica ou quase orgânica da paisagem. Em outras palavras, uma qualidade relacionada ao desenvolvimento de formas e a estágios evolutivos da(s) paisagem(s) e que incorpora ao caráter espacial a variável tempo. Conforme Sauer (1998, p. 42): “Não podemos formar uma ideia de paisagem a não ser em termos de suas relações associadas ao tempo, bem como suas relações vinculadas ao espaço. Ela está em um processo constante de desenvolvimento ou dissolução e substituição.”

Sauer também definiu as paisagens em dois tipos básicos: as paisagens naturais e culturais. As primeiras, onde há ausência de ações antrópicas, paisagens intocáveis ou com pouca interferência humana. O segundo tipo, onde o homem é agente de transformação da paisagem natural e imprime nesta as suas marcas. Em relação à paisagem natural, destaca a necessidade do seu conhecimento por meio da descrição das suas principais formas e da interpelação produzida por elementos como o clima, a terra (superfície, solo, drenagem e formas minerais), mar, litoral e cobertura vegetal. Prioriza, contudo, a ação do homem em sua ação transformadora da natureza e na alteração de suas formas. Neste sentido, denomina de paisagem cultural “...a área geográfica em seu último significado” (SAUER, 1998, p. 57) e onde se revela as marcas e obras do homem na paisagem. Portanto, “a paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural o resultado” (SAUER, 1998, p. 59). Entendendo-se, pois, que a paisagem cultural é o meio onde a força transformadora do homem atua produzindo as formas (população, habitação, produção, comunicação) e os resultados materiais, visíveis e próprios de sua expressão cultural.

Para Sauer, as ações humanas expressam-se na paisagem cultural e pode haver sucessões de paisagens e de culturas. “A paisagem cultural então é sujeita à mudança pelo desenvolvimento da cultura ou pela substituição de culturas” (SAUER, 1998, p. 43). Entende, portanto, que a paisagem não é estática e está sempre em continua transformação na relação tempo-espaço-cultura, havendo um determinado momento de desenvolvimento que

corresponde a um “clímax”, que pode ser sucedido por um período de decadência. Desta forma, e conforme Ribeiro (2007, p. 22), “...havendo a introdução de uma cultura exterior, a paisagem cultural sofre um rejuvenescimento ou uma nova paisagem cultural é construída sobre os remanescentes da antiga.”

O conceito de paisagem cultural de Sauer, de acordo com Name (2010, p. 169), evoluiu, posteriormente, para uma visão geográfica de uma economia de grupo e da maneira como ela sustenta-se por meio de abrigo, alimentação, mobiliário, ferramentas e transporte. Neste contexto, a Geografia geral estaria ligada ao estudo das formas da paisagem e de seus sistemas, enquanto que os processos de comparação entre as paisagens individuais e em relação a outras paisagens constituiria o fundamento da Geografia regional. Já a Geografia histórica teria seu objeto a partir do estudo das alterações das paisagens ao longo do tempo, reconstituindo assim as paisagens do passado.

Para Name (2010, p. 170), a Geografia moderna é estabelecida por correntes, como a Geografia quantitativa e a Geografia crítica. A primeira, com base positivista (a partir da década de 50 do século XX) e a segunda, com base no materialismo histórico (década de 60 e 70). No período do pós-guerra, inicia-se um processo de interligação econômica e cultural do homem, caracterizado pela gradativa uniformização em relação a suas técnicas e adaptação ao meio. Este aspecto contribuiu para a manifestação de Sauer quanto à não destinação da sua Geografia Cultural para a abordagem da complexidade e dinâmica do espaço urbano das sociedades modernas. Conforme Name (2010, p. 170), esta “paisagem” passa a ser tratada na Geografia quantitativa em termos de sua materialidade física, reduzindo a sua dimensão cultural à ideologia. A Geografia teórico-quantitativa, de fato, é marcada pelas análises matemáticas e estatísticas e, em sua essência, era baseada mais em experimentos laboratoriais do que análise tradicional de campo. Neste sentido, muitos dados estatísticos, tabelas, gráficos, mensurações obtidas com auxílio de sensores e fotografias aéreas, são os elementos usados pela Geografia para a compreensão e interferência na realidade pelo poder estatal. As críticas à Geografia teórico-quantitativa foram fundamentadas principalmente, pela ausência de investigação das particularidades dos fenômenos, como por exemplo, a história de formação dos lugares ao longo do tempo, as ações do homem em seu meio e o materialismo histórico. Acrescente-se, ainda, a ausência de preocupação com o lugar e suas singularidades relacionadas ao cotidiano e às vivências pessoais, em detrimento de uma visão de um todo homogêneo representado por uma racionalidade matemática.

Mas, de acordo com Ribeiro (2007, p. 24), uma segunda abordagem do conceito de paisagem na Geografia, para além das questões materiais e racionais, pode ser realizada a partir da inclusão das dimensões simbólicas e subjetivas. A década de 60 foi caracterizada pelo que se denominou de “contracultura”, de forte questionamento moral e ético dos valores e comportamentos sociais da cultura ocidental. A contestação social recebeu adesão de

intelectuais, artistas, escritores e de grupos como os “hippies” e movimentos estudantis, contando com o gradativo apoio dos meios de comunicação em massa. Este fenômeno influenciou profundamente os padrões culturais e o modo de vida da sociedade moderna, implicando em críticas de diferentes questões ligadas aos aspectos ideológicos, dos direitos civis, da sexualidade, política, entre outros. Houve uma maior aproximação da Geografia com as filosofias do humanismo no final da década de 60 do século passado, e a paisagem passou a incorporar muito mais do que somente os remanescentes do visível, representando também, as relações complexas entre as atitudes e ações humanas e a percepção sobre o meio. Sendo assim, conforme Ribeiro (2007, p. 24), “...a estética da paisagem é uma criação simbólica, desenhada com cuidado, onde as formas refletem um conjunto de atitudes humanas.”

Por outro lado, as marcas do homem impressas na paisagem revelam a sua cultura e as formas como determinada sociedade percebe o mundo que a cerca. Para Claval (1999, p. 53), a Geografia Humana, por ter sua origem ligada originalmente a um ramo das ciências naturais, explica o motivo pelo qual não foram incorporadas certas dimensões da realidade humana mais sensíveis com a diversidade das paisagens. Neste sentido, ainda segundo Claval (1999, p. 53) a partir do momento em que o geógrafo Yi-Fu Tuan propõe falar de abordagem humanista, abordando a complexidade de sentido dos lugares, do vivido e dos pesos das representações religiosas incorporam-se também a importância dos estudos culturais.

Tendo como suporte a fenomenologia, por vezes existencial, em um enfoque bastante particularista, a paisagem é avaliada pelo que se convencionou chamar de geografia humanista, a partir dos valores, das crenças, do gosto e das preferências, da visão de mundo, termos que substituem o conceito de cultura. Busca-se a análise da paisagem a partir de sua interação com pequenos grupos (o máximo no que diz respeito a um “sujeito coletivo”) e seus valores, sejam pequenas elites locais ditando o que são belas paisagens e formando um gosto geral, sejam camponeses dando inteligibilidade a seus arredores. (NAME, 2010, p. 172)

A concepção de paisagens vernaculares inclui a subjetividade relacionada à memória e aos aspectos simbólicos de cada lugar, com a história da população que ali vive e a experimenta, em sua relação com a natureza e com o seu espaço habitado. Expressa, portanto, uma relação entre um determinado grupo social, com práticas sociais e culturais distintas, com um lugar, onde se manifestam diferentes expressões materiais e imateriais, que estão associadas entre si e que se constituem também em uma rede simbólica. Para Costa (2008, p.05), esta rede simbólica “...traz também o imaterial, algo visível que mostra o invisível, um gesto que significa um valor”. Desta maneira, e para o mesmo autor, a leitura da paisagem e do lugar realizada por meio dos símbolos, da sua memória e/ou história é uma empresa da Geografia Humanística e Cultural. E, também para Name (2010, p. 173), a interpretação e valorização da paisagem por outros aspectos e valores, para além de seus atributos materiais,

contribuiu para que a paisagem cultural possa ser analisada enquanto valor artístico, simbólico ou moral, apesar do enfoque da Geografia Humanista estar centrado em discussões como o lugar.

Sendo assim, em relação à atitude científica anterior, a Geografia humanista dá ênfase a uma abordagem qualitativa incorporando, de diferentes maneiras, análises relacionadas à percepção e à simbologia. Para Ribeiro (2007, p. 24), fica claro que esta foi a grande característica que resultou na ideia de uma paisagem-documento como resultado de um determinado “patamar” ou alcance moral, intelectual e estético do processo civilizatório. Este movimento humanista, portanto, está caracterizado pela oposição ao positivismo da Geografia Cultural e, como refutam os postulados de Sauer, passam a denominar o período anterior (Escola de Berkeley) como Geografia Cultural Tradicional.

Conforme Claval (1999, p. 55), a renovação da Geografia Cultural ocorre efetivamente a partir do início dos anos 70. Neste sentido, afirma que “...os lugares não têm somente uma forma e uma cor, uma racionalidade funcional e econômica. Eles estão carregados de sentido para aqueles que os habitam ou que os frequentam”. Abrem-se, assim, novas abordagens relacionadas à percepção do espaço e da paisagem. Incluem-se documentos como romances e pinturas capazes de expressar as relações de emoção e sentimentos do homem, do seu lugar e da paisagem. Na Geografia Humanista, podem ser destacados autores como Yu-Fu Tuan, geógrafo sino-americano, e o conceito de lugar no sentido de pertencimento, individualidade e apego, ou mesmo as noções relacionadas à topofilia. Já James Duncan, em sua publicação “*The City as a Text*” (1990), revela a multiplicidade de significados e as diferentes formas de possibilidades de leituras das paisagens. A paisagem está impregnada de subjetividades conforme os conjuntos de símbolos característicos a cada grupo social. O mundo é constituído por um conjunto de paisagens em constantes transformações e alterações de significados, seja por quem observa e a percebe e interpreta, seja por quem as produziu com diferentes motivações e intenções.

Outra maneira de entender o conceito de paisagem é por meio de sua simbologia com um conceitual teórico de fundo marxista (Ribeiro, 2007, p. 26). Neste sentido, conforme Ribeiro (2007, p. 27) “...a paisagem é uma forma de ver o mundo que tem sua própria história, mas esta só pode ser entendida como parte de uma história mais ampla da economia e da sociedade”. Desta maneira, há uma associação entre a produção cultural e a prática material, havendo uma ordem espacial e dimensão geográfica relacionadas à transição com o sistema capitalista, bem como relações entre sociedade e ambiente físico entre si. Segundo Ribeiro (2007), o geógrafo Denis Edmund Cosgrove (1948 – 2008), um dos principais nomes da nova Geografia Cultural, distingue duas maneiras de abordagem da paisagem: uma, relacionada à representação artística e ou literária, e que engloba o cenário percebido pelo espectador, bem como sua sensibilidade e expressão de sentimentos; a outra, relacionada à forma como a

paisagem é apropriada pela Geografia. Neste aspecto, Cosgrove enfatiza que o estudo desse relacionamento (entre as distintas abordagens) deve ser melhor compreendido e analisado. O seu trabalho tem base no materialismo histórico, nas paisagens simbólicas e no conceito de formação socioeconômica sem, contudo, entrar em determinismos. Este autor procura caracterizar as paisagens enquanto expressões culturais de grupos distintos, classificando-as como dominantes e/ou paisagens alternativas, estas últimas incluindo paisagens residuais, emergentes e/ou mesmo excluídas. A definição de cultura dominante, para Cosgrove (1998, p. 111), é daquela exercida por um grupo com poder sobre os outros. Neste sentido, o poder é entendido como o controle dos meios de vida: terra, capital, matéria-prima e força de trabalho. São os grupos com maior poder que acabam por determinar (e de acordo com seus valores) de que forma serão utilizados os excedentes sociais que são produzidos por toda comunidade.

A paisagem é apresentada em uma visão bastante imaterial; ela seria, para Cosgrove, uma ideia, uma maneira europeia/ocidental de ver o mundo e onde o sujeito (coletivo, cada grupo ou sociedade) interpretaria a si e os outros. Escolher, formatar ou representar uma paisagem seria necessariamente uma atitude ideológica ligada a uma rede de interesses e a uma estratégia de dominação. (NAME, 2010, p. 177)

Pode-se perceber que Cosgrove (1998, p. 112) dá especial ênfase ao significado da ideologia. Os grupos dominantes têm a capacidade de projetar seus valores e a sua imagem correspondente de mundo de acordo com a sua própria experiência e, ao mesmo tempo, ter essa imagem assimilada e internalizada como verdadeira. Sendo assim, e em termos de percepção da paisagem, é natural estar inclinado a olhar a expressão mais clara da cultura dominante no centro geográfico do poder. Como exemplo, este autor cita o uso de formas racionais e geométricas recorrentemente usadas para a concepção de planos de cidade. São uma representação da razão humana e do poder do intelecto utilizado sobre as paisagens naturais e as paisagens das cidades são uma declaração da cultura política da época em que foi escrita no espaço. É o caso do plano de Washington, capital americana, que se configura como paisagem simbólica e não apenas uma afirmação de caráter formal estática no tempo. Conforme Cosgrove (1998, p. 115), "...os valores culturais que eles celebram precisam ser ativamente reproduzidos para continuar a ter significado". A reprodução destes valores culturais corresponde à necessidade de manutenção de determinadas práticas. Em parte, isto pode ser realizado pelo reconhecimento dos nomes das ruas, lugares, dos edifícios, dos monumentos. Mas pode também ser reforçado pelos rituais ou práticas que ocorrem no cotidiano da paisagem. Assim cada cultura possui paisagens correspondentes, mesmo que estas sejam paisagens da fantasia.

Portanto, todas paisagens do cotidiano estão repletas de significado, e é uma tarefa crucial da Geografia realizar a decodificação. Para Cosgrove (1998, p. 121), a recuperação do significado das paisagens é fundamental sendo que "...uma geografia efetivamente humana crítica e relevante, que pode contribuir para o próprio núcleo de uma educação humanista: melhor conhecimento e compreensão de nós mesmos, dos outros e do mundo que compartilhamos". A paisagem pode, pois, ser uma ferramenta de análise que possibilita a compreensão do mundo e da sociedade na produção e compartilhamento de paisagens. De acordo com Cosgrove, segundo Name (2010, p. 177), não há distinção entre uma paisagem real de outra que seria representação, pois ambas dimensões estão vinculadas de forma indissociável, de modo que "...ideologia, representação e cultura assim se fundem e se confundem."

De acordo com Claval (1999, p. 56), tanto Duncan quanto Cosgrove apresentam em comum o interesse pelas representações e tiveram grande influência do historiador inglês Raymond Willian. Neste sentido, e conforme Claval (1999, p. 56), "...a cultura é para ele um sistema de significações que tem por objetivo permitir o funcionamento da sociedade global.". A paisagem, para os autores ligados à Geografia Cultural, torna-se portadora de sentido. Desta forma priorizam-se a interpretação simbólica conferida por diferentes grupos, bem como suas justificativas estéticas ou ideológicas e os impactos das representações sobre a sociedade.

Aproximadamente na metade da década de 80, houve uma convergência dos pesquisadores anglo-saxões no sentido de consolidar a formação de uma "New Cultural Geography". Esta, segundo Claval (1999, p. 5), passa a estar inserida em oposição as orientações da antiga disciplina e interessa-se pela pós-modernidade. Já na França, a renovação da Geografia Cultural ocorre de forma mais contínua e equilibrada com os trabalhos já desenvolvidos na primeira metade do século e não abdica dos estudos ligados aos aspectos materiais da cultura. A perspectiva é de ampliação das abordagens sobre os sentidos dos lugares e percepção dos espaços e da paisagem. Surgem pesquisas como as de Armand Frémont (anos 70), explorando os papéis e o emprego de tempo; de Joel Bonnemaïson relacionado aos fatos da representação (mitologia) ou de Augustin Berque.

O geógrafo e filósofo francês Augustin Berque (1910 – 1995) entende a Geografia Cultural como "...o estudo do sentido (global e unitário) que uma sociedade dá à sua relação com o espaço e com a natureza, relação que a paisagem exprime concretamente" (BERQUE, 1998, p. 84). Este autor afirma que, para além de uma objetivação analítica da paisagem, é fundamental compreendê-la, antes de mais nada, como parte de uma relação com um sujeito coletivo, neste caso, a própria sociedade que a produziu. Compreender o sentido da paisagem, portanto, de um ponto de vista cultural, é procurar compreender a lógica de quem a (re) produziu e que também a transforma ao longo do tempo.

A paisagem é uma marca, pois expressa uma civilização, mas é também uma matriz porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura, que canalizam, em certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza e, portanto, a paisagem no seu ecúmeno. E assim, sucessivamente, por infinitos laços de co-determinação. (BERQUE, 1998, p. 85)

A partir deste conceito de paisagem, constituída como marca e como matriz, Berque (1998, p. 86) faz algumas considerações referentes a aspectos metodológicos. Enquanto “marca”, a paisagem pode e deve ser descrita e inventariada. Isto significa realizar a quantificação de formas e conjuntos, relacionando-os estatisticamente ou analisando a articulação dos elementos entre si, entre outros aspectos. O ponto de partida, para Berque, é a descrição da paisagem como dado perceptível. Contudo, do ponto de vista da Geografia Cultural, não é suficiente explicar o que produz a paisagem como objeto, sendo necessário compreendê-la também de duas maneiras: a paisagem apreendida e valorizada por um olhar e por uma consciência e/ou experiência e julgada por uma determinada moral, gerada por uma política; sob outro ângulo a paisagem também é matriz, pois determina esse olhar e a consciência, os julgamentos estéticos e morais ou valores políticos, entre outros.

Em síntese, a paisagem é pluri-modal, da mesma forma como é pluri-modal o sujeito que a observa e a percebe. No entendimento de Berque, esse sujeito é coletivo, ou seja, a própria sociedade, sua história e o meio em que se desenvolve. E, da mesma forma, a percepção inclui todos sentidos do homem (e não somente a visão) e todos os modos de relação do indivíduo com o mundo. Sendo assim:

A geografia cultural sempre levará cuidadosamente em conta o material físico no qual cada cultura imprime a marca que lhe é própria – marca que ela considera como uma geo-grafia em primeiro grau: a escrita da terra por uma sociedade. Essa marca, como vimos, possui um sentido que implica toda uma cadeia de processos físicos, mentais e sociais na qual a paisagem desempenha um papel perpétuo e simultâneo de marca e de matriz. (BERQUE, 1998, p. 88)

Berque (1998, p. 88) procura também traçar caminhos capazes de orientar os estudos na Geografia Cultural. Como alguns procedimentos fundamentais cita a realização de diferentes tipos de inventários (eco geográfico, representações, conceitos, valores, políticas), do material ao imaterial, bem como a necessidade de um exame sintético dos conteúdos de forma relacionados à determinada sociedade, à sua cultura e à produção da paisagem.

Ao longo da exposição sintética da trajetória do conceito de paisagem na ciência geográfica, pode-se perceber a sua elasticidade e pluralidade em termos de significados. A Geografia Humanista e Cultural, conforme visto, não tem uma abordagem única de pensamento, mas sim, apresenta uma grande variedade de enfoques que, contudo, não parecem ser contraditórios ou conflitantes. Para Name (2010, p.176), este aspecto pode ser

muito positivo por permitir que, de acordo com o objeto de estudo, os pesquisadores possam conjugar tantas análises subjetivas (portanto mais particularistas) com abordagens mais materialistas e com ênfase na (re) produção do sistema capitalista. A análise da paisagem decorre, assim, de dois pontos de vista: o da sua observação (em termos de materialidade e de sua localização) e o da opinião (ideologia e significados). É a partir da conjugação de ambos que pode haver a revelação dos espaços que estão ocultos em uma paisagem.

Neste contexto, a abordagem de Berque define a paisagem como marca, capaz de expressar determinada civilização por meio de sua materialidade e, simultaneamente, como matriz, pois participa ativamente dos esquemas de percepção, concepção e ação (ou então da cultura). Assim, a paisagem não está somente no objeto nem somente no sujeito, mas na interação complexa entre os dois. Esta interação é marcada pela carga histórica e cultural da paisagem em uma relação dialética com a sociedade que a vive e experimenta. A paisagem marca pode ser revelada e descrita a partir das configurações das formas existentes. Pois ela é um espaço geográfico que é composto por elementos da natureza (tais como relevo, flora e fauna, hidrografia, clima) e das ações do homem. Há, portanto, um consenso sobre a materialidade da paisagem, e esta apresenta determinadas classificações como paisagem natural e cultural. A primeira está relacionada às formas de organização e interação dos diferentes elementos da natureza, e a segunda onde é entendida como um resultado das ações antrópicas atuando sobre e/ou em conjunto com a natureza, e de onde surgem, por exemplo, os espaços urbanos e rurais. Ao mesmo tempo, a paisagem reúne todos estes aspectos, aos quais podem ser também adicionados os valores de significação cultural. Em síntese, a paisagem é concreta e material, mas também percebida pelos sentidos e vivida de forma afetiva e cultural.

Em relação às discussões sobre a paisagem natural e cultural, entende-se, e em acordo com Verdum (2012) e Schama (1996), que, na contemporaneidade, as ações do homem abrangem e impactam, em algum nível, todo o planeta. Mesmo nas regiões e recantos mais isolados e onde se pensa serem possível haver paisagens intocadas e, portanto, “naturais”, a sua própria identificação e delimitação lhe atribui determinadas significâncias culturais. Esta incidência de valores humanos e atribuição de sentidos permite, portanto, afirmar que toda paisagem é cultural. Este é o motivo pelo qual, na percepção da paisagem, a abordagem da Geografia Cultural pode destacar as ideias e os sentimentos do homem a partir de suas vivências e da dimensão da cultura. O sentido da paisagem, em sua relação com o homem, está marcado de significados dados pela história, mas também pela cultura de cada lugar e de sua sociedade.

Cultura e paisagem estão, desta maneira, em uma interação recíproca de relações. A produção da paisagem é um efeito ou expressão da cultura e, como esta, caracteriza-se por estar permanentemente aberta às mudanças e transformações. Sendo cada paisagem um

produto histórico, sua configuração revela diferentes camadas ou estratos que podem ser lidos ou interpretados como texto. Trata-se de entender os vestígios ou as marcas reveladas pela construção histórica e cultural da paisagem. A identificação e análise destas marcas pode desvendar parte dos seus significados em relação ao seu processo de formação, expondo, portanto, a sua carga histórica e cultural. Esta dimensão de análise urbana, relacionada ao estudo de aspectos culturais, é essencial para as questões que dizem respeito à conservação patrimonial. Paisagem e patrimônio cultural encontram-se vinculados, e o estudo histórico da paisagem como texto, a partir da identificação das marcas, permite perceber a complexa atribuição de significados culturais das edificações, não de forma isolada, mas a partir da construção dos espaços urbanos. São significações que podem revelar diferentes valores paisagísticos que são influenciados pela cultura e pela sociedade.

A cultura e o urbano têm relações profundas e complexas, manifestando-se de diferentes maneiras. Neste sentido, Corrêa (2003, p. 175) destaca três aspectos que considera essenciais: o primeiro deles está ligado à toponímia como uma das significações vinculadas à identidade do lugar e, portanto, uma marca cultural e de apropriação do espaço. O ato de nomear ou de renomear espaços naturais ou urbanos (rios, bairros, ruas etc) é, em si, uma expressão cultural de apropriação de determinado lugar e que, portanto, pode envolver muitos aspectos que estão relacionados à identidade espacial. Esta identidade é uma expressão simbólica de diferentes etnias, grupos sociais e culturais, onde os nomes dos lugares podem ser reconhecidos de maneira oficial (quando associados aos interesses institucionais ou das elites dirigentes) mas também informal, quando estão embasados na cultura popular e na memória.

Como segundo aspecto, mas não dissociado do primeiro, Correa (2003) discorre sobre a produção de formas simbólicas construídas em uma relação de significados e sentidos com a paisagem urbana. Conforme Scott (2001) apud Correa (2003, p. 177), as formas simbólicas constituem-se de bens e serviços que apresentam significativo conteúdo emocional ou intelectual e que se apresentam como instrumentos de autovalorização, comunicação, entretenimento ou de posição social. As formas simbólicas são também representações da realidade e constituem-se em uma relação entre as formas (significantes) e os significados (ou conceitos). Estão sujeitas a interpretações distintas e apresentam, portanto, conforme Corrêa (2007, p. 07), uma instabilidade de significados e polivocalidade. Do ponto de vista espacial, caracterizam-se por terem atributos relacionados às suas localizações e itinerários e podem ter natureza material ou imaterial. Neste sentido, alguns exemplos de formas simbólicas são os memoriais, as estátuas, os monumentos, elementos da natureza, mas também se incluem as questões ligadas à toponímia, como nome de ruas e localidades, bem como manifestações, tais como procissões, festividades, desfiles, entre outros.

As relações das formas simbólicas com o espaço, de acordo com Corrêa (2007, p. 09), são marcadas pelo desejo de que cumpram efetivamente o papel a que se destinam. De maneira que atributos espaciais como as localizações e itinerários, a acessibilidade e a visibilidade, são componentes essenciais para a transmissão das mensagens e significados. O estudo destes atributos permite identificar determinadas políticas locacionais que envolvem as dimensões absolutas, relativas e relacionais do espaço. A localização absoluta da forma simbólica relaciona-se ao espaço onde ocorreu um evento histórico, ou fato significativo, ou, ainda, que apresente potencial para finalidades, como local de memória, celebração ou contestação. Atributos como acessibilidade e visibilidade conferem uma localização relativa, ou seja, capacidade de transmissão do seu significado na escala da cidade, ou do espaço regional, ou nacional. Por fim, a localização relacional diz respeito às maneiras como as formas simbólicas estão distribuídas no espaço urbano, conferindo valores que se salientam, ou sobrepõem, ou mesmo, configuram interesses divergentes.

Além da política locacional das formas simbólicas, Corrêa (2007, p. 09) também salienta a utilização de uma política de escala, ou seja, das dimensões físicas expressas em termos de volume, altura ou área e que estão associadas "...à magnitude do evento ou personagem a ser celebrado, contestado ou memorializado, e aos recursos disponíveis". A dimensão relacional da escala pode também incorporar personagens, fatos e eventos onde os significados extrapolem a escala local, regional, ou mesmo nacional, não sendo, portanto, necessariamente singulares, mas podendo atuar em sentidos mais universais. Por este motivo, e para Correa (2007, p. 10), as formas simbólicas espaciais têm forte sentido político, sendo concebidas para exercerem funções como as de glorificação do passado, transmissão de valores de grupos hegemônicos, bem como afirmação de identidades de grupos étnicos, religiosos, raciais ou sociais, criação de lugares de memória (manutenção de coesão social). A toponímia, em si, constitui uma forma simbólica espacial, pois atribui significados que tanto valorizam quanto podem estigmatizar determinados objetos e espaços. Outro aspecto das formas simbólicas diz respeito à sua utilização tanto na interpretação do passado quanto do futuro. Neste sentido, o passado pode ser reconstruído ou remodelado a partir da utilização de formas simbólicas como estátuas, memoriais e prédios. No caso de uma fachada de uma edificação, por exemplo, esta pode ser totalmente reformulada alterando-se os seus significados originais e gerando outra interpretação. Formas simbólicas espaciais são, portanto, ao mesmo tempo, marcas e matrizes que estão profundamente vinculadas à identidade da paisagem, na afirmação das semelhanças e desigualdades ou diferenças dos grupos sociais.

Conforme Correa (2002, p. 179), a paisagem urbana permite muitas leituras embasadas em contextos histórico-culturais específicos, e se, por um lado, pode revelar as marcas e a carga histórica e cultural da paisagem, por outro, também se pode perceber as

contradições e os conflitos dados pelas diferenças sociais, de crenças e valores. A paisagem é, assim, um conjunto compartilhado de ideias que incluem sentimentos e memórias, mas é também um espaço que expressa valores que são idealizados por determinados grupos sociais e econômicos. Portanto, o entendimento dos significados da paisagem não ocorre somente a partir da ação da cultura, mas também a partir das relações de poder que se estabelecem e definem as imagens associadas a determinada identidade do espaço. Este é o terceiro aspecto, o que, para Correa (2002), implica em entender os significados da paisagem urbana a partir, por exemplo, de sua dimensão política, e dos espaços idealizados, aos quais correspondem determinadas identidades, valores e finalidades. A cidade apresenta, desta maneira, diferentes concepções de paisagem e significados, o que leva a percepção de um conjunto de práticas que são direcionadas com determinados objetivos, ainda que estes não estejam explicitados em si mesmos. Neste último aspecto, pode-se enfatizar análises, por exemplo, que são direcionadas a políticas de paisagem que estão propostas pelo planejamento.

Por outro lado, e em relação às práticas socioculturais, a sua abordagem se constitui em objeto de estudo das Ciências Sociais, que englobam a noção de “cultura”. De acordo com Glenn (2004, p. 133), o comportamento aprendido e a sua transmissão constituem a infraestrutura da cultura humana, e o termo prática cultural refere-se a padrões similares de conteúdos comportamentais. Neste sentido, e segundo Sampaio e Andery (2010, p. 190), a denominação de prática sociocultural corresponde ao conjunto de atividades desenvolvidas em determinada sociedade, relacionando-se a aspectos tais como costumes de casamento, criação e educação dos filhos, uso de tecnologias, estrutura familiar, papéis de gênero, mitos, padrões estéticos, religião, entre outros. Deste campo extenso, é possível, a partir da definição adotada internacionalmente pela Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (Paris, 17 de outubro de 2003), restringir algumas definições, como as tradições e expressões orais, idioma, expressões artísticas, práticas sociais, rituais e atos festivos, conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo, ou mesmo técnicas tradicionais. Estando o objeto desta pesquisa relacionado à paisagem e à preservação patrimonial, será utilizado o termo prática sociocultural como referência às ações ou conjunto de atividades que são próprias de determinado lugar e de sua história, sendo, portanto, também características em termos de afirmação identitária e cultural.

O quadro 05 apresenta as categorias conceituais adotadas para esta pesquisa bem como a sua discriminação sintética:

Quadro 05: Elementos de pesquisa para identificação das marcas e valores culturais da paisagem

Marcas: material e visível	Discriminação
Identificação das marcas presentes na paisagem	Elementos da natureza: relevo, flora, fauna, hidrografia, clima. Arquitetura e urbanismo: estruturas de parcelamento do solo; traçados urbanos; edificações, praças, parques, natureza, estratos históricos (permanências);
Identificação do patrimônio material	Edificações e espaços legalmente reconhecidos;
Valores culturais	Discriminação
Práticas socioculturais	Conjunto de práticas sociais e culturais tais como: idiomas, festividades, procissões, ritos, tradições, costumes e usos. Podem estar associadas aos significados da paisagem e podem também se constituir em formas simbólicas espaciais.
Toponímia	Estudo das relações entre identidade e o nome próprio de lugares, de sua origem e evolução. Engloba o estudo do nome de rios, e cursos da água, subdivisões administrativas, estradas, denominação de localidades entre outros.
Formas simbólicas espaciais	Identificação de monumentos, memoriais, edificações e/ou espaços de criação de lugares da memória. Afirmação de identidade, transmissão de valores, coesão social, valorização ou estigmatização de espaços entre outros.
Significados da paisagem	Significados e valores que são dados pelos diferentes grupos sociais a partir das práticas e dos usos (ou suas alterações) adotados para construção ou apropriação da paisagem.

Fonte: Realizado pelo autor.

O estudo das marcas implica em reconhecer, em diferentes escalas espaciais, os elementos da natureza em sua relação com as ações do homem. Portanto, a ênfase é dada as marcas embora a matriz esteja subjacente ao estudo. As marcas podem ser descritas e inventariadas, e a Arquitetura e o Urbanismo podem revelar o conjunto das expressões materiais, bem como as vinculações que estas apresentam com o patrimônio cultural. Por outro lado, as manifestações imateriais da cultura estão associadas à matriz, e consistem em valores que podem ser expressos por categorias como as práticas socioculturais, a toponímia, as formas simbólicas espaciais e os significados da paisagem.

2.5 Paisagem como história e como estrato do patrimônio cultural

De acordo com Carapinha (2009, p. 111), há diferentes relações entre a paisagem e a história. A primeira, ainda que polissêmica e de múltipla interpretação, é real e tangível. Já a história está etimologicamente vinculada ao testemunho em um sentido de quem busca, observa, explora informações e conhecimentos do passado. Neste ponto história e paisagem relacionam-se, pois, conforme este autor, a paisagem é, simultaneamente história e espelho de sua própria história. Portanto, entender a paisagem como história implica em uma

construção mental realizada pela investigação e seleção de fatos que correspondem ao testemunho ou narração.

Cada paisagem é um depósito histórico equivalente a um espaço particular de leitura do mundo. É, também, um rico depósito cultural pertencente à realidade que o homem habita e experimenta (CARAPINHA, 2009, p. 113). Assim, paisagem não é somente panorama ou cenário, mas sim, e simultaneamente uma simbiose que ocorre entre o sistema natural e um sistema cultural (construção). Em relação ao que se contempla, a paisagem é também um produto de uma relação entre o sujeito e o espaço. É uma experiência, que para Tosco (2009, p. 122), constitui-se em algo vital capaz de reconhecer lugares singulares e individualizados tanto do ponto de vista histórico quanto cultural.

A paisagem histórica constitui-se em um interesse crescente de investigação, especialmente no caso Europeu a partir do estudo de áreas urbanas e rurais. De tal modo que:

Na realidade, todos podem compreender que o meio ambiente que temos em frente aos nossos olhos é o fruto do encontro entre o homem e a natureza, e a presença antrópica é sempre uma presença histórica estratificada ao longo do tempo. Quando observamos uma paisagem marcada pelo trabalho do homem, observamos somente o estágio final de um amplo processo de transformação. Por isso, a investigação histórica tem o objetivo de reconstrução das paisagens do passado partindo da situação presente. A finalidade desta investigação não é somente científica, mas também operativa: é preciso reconhecer que as paisagens do passado seguem atuando sobre o presente bem como seguem condicionando as escolhas enquanto marcas impressas sobre o território. (TOSCO, 2009, p. 91, tradução nossa)

Uma investigação científica, realizada com objetivo de reconstrução de determinada paisagem histórica e caracterizada pela interdisciplinaridade, é extremamente complexa quando se tratar de grandes espaços como as dimensões regionais ou nacionais. Contudo, em uma escala mais reduzida como municípios rurais, províncias ou áreas de assentamento, pode ser possível elaborar uma síntese histórica global. Nesta síntese, conforme Tosco (2009, p. 90), o centro de interesse é a própria paisagem, para a qual podem convergir contribuições de disciplinas mais importantes como a: Ecologia, Geografia Física, história dos arquivos locais e documentações (cartográfica e fotográfica), história da Arquitetura e do Urbanismo bem como Arqueologia.

O autor também ressalta que cada investigação histórica elenca suas próprias necessidades em termos de outras disciplinas que podem contribuir com a pesquisa, pois cada caso de estudo contempla, em si mesmo, um problema específico. O estudo de qualquer paisagem histórica não está desvinculado de aplicações práticas no planejamento territorial. Seu objetivo pode muito bem ser orientado à valorização do patrimônio local, natural e antrópico e contribuir para promoção e conservação de potencialidades. De acordo com

Tosco (2009, p.93), a indagação científica interdisciplinar (por meio da História, Arqueologia, Geografia, Arquitetura ou outras) constitui-se em uma premissa indispensável para valorização do território. Tanto pode dar suporte à tomada de decisões no planejamento e ordenamento territorial quanto pode ser, em si mesma, considerada uma atividade de valorização.

Em relação aos procedimentos metodológicos úteis para investigações históricas, e de acordo com Tosco (2009, p. 96), "...cualquier elemento del pasado, em condiciones de proporcionar informaciones sobre la sociedad y el medio ambiente, puede ser estimado una fuente...". Desta forma, há uma grande variedade de documentos, tais como mapas, documentos históricos, edificações, delimitações físico-territoriais, propriedades, entre outros. O autor classifica estas fontes em três situações: as escritas (descrições literárias, evocações poéticas, natureza administrativa e pública, etc.); figuradas (todos tipos de imagens que retratam o território) e classificadas em imagens artísticas, cartográficas, cadastrais e fotográficas; e as manufaturas territoriais. Estas últimas estão vinculadas a todo tipo de estruturas materiais ou formas de antropização do território. Compreendem, portanto, todo conjunto de edificações, bem como estruturas de serviço coletivo, infraestruturas, etc. As manufaturas territoriais devem ser investigadas de forma objetiva e "diretamente sobre el terreno" (TOSCO, 2009, p. 97), por meio da catalogação e classificação tipológica. Com estas observações, é possível perceber a grande variedade de fontes, o que já pressupõe um caráter interdisciplinar a este tipo de estudo.

As alterações morfológicas da paisagem, contudo, mostram, de maneira geral, relativa independência quando comparadas às mudanças econômicas e sociais (Renes, 2009, p. 73). Para exemplificar esta situação, este autor compara uma determinada paisagem a uma edificação. Um prédio ou uma edificação qualquer pode ter diferentes alterações de uso, substituindo-se diferentes funções (industriais, comerciais, residências, serviços, entre outras), de forma a manter suas estruturas externas e estéticas intactas. Mas, a cada substituição de uso, o prédio adquire também novos significados, motivo pelo qual Renes (2009, p. 73) aponta a importância de estudo das relações entre as diferentes paisagens, suas alterações funcionais e as preferências dos próprios habitantes. As preferências podem mostrar as combinações existentes entre mudança e continuidade. Assim, as alterações funcionais equivalem também a ressignificações dos espaços. Segundo Renes (2009, p. 74) "Así, pues, los paisajes pueden cambiar de significado y seguir teniendo la misma estructura".

Mas há também uma outra questão na relação entre paisagens, refuncionalizações e ressignificações conferidas pelos seus habitantes. É comum, tanto em registros da história quanto das ações de planejamento, que se apresentem ideias que reforcem um determinado aspecto nostálgico da paisagem. Este pode emergir a partir dos próprios vínculos de determinadas comunidades com a paisagem que as envolve, motivo pelo qual se pode

pressupor a importância de sua participação em qualquer ação que diga respeito à planificação. Para Renes (2009, p. 74), ainda que o autor demonstre ser plenamente favorável à participação das comunidades em ações de planificação da paisagem, há que se considerar a seguinte realidade:

A paisagem não somente é transmitida para a próxima geração, a cada poucas décadas, quanto, também, sempre houveram movimentos de população dentro dela. As pessoas que vivem e constroem uma paisagem elas mesmas são uma exceção e não a regra. É o que é válido para os indivíduos também serve para as comunidades como um todo. (RENES, 2009, p. 74, tradução nossa)

Assim, diferentes objetos ou artefatos humanos tem suas próprias histórias, ao mesmo tempo em que passam de uma geração para a seguinte bem como de um grupo social a outro. Esse processo, relacionado a uma transmissão temporal, intergeracional e social, é marcado por ressignificações. Um determinado objeto pode, pois, conforme diz Renes (2009, p. 78), iniciar sendo um símbolo religioso, convertendo-se, em sequência, em novos significados (percebido como obra de arte) e sendo reconhecido depois de algum tempo como pertencente ao patrimônio cultural. Cada geração vive uma paisagem, e os diferentes elementos e objetos que a constituem permanecem como estratos históricos. Estes são transmitidos para a geração seguinte, mas, por outro lado, também contam as suas próprias histórias vitais. São histórias e relatos, que para Renes (2009, p. 78), dependem da percepção dos diferentes grupos sociais que vivem a mesma paisagem. Para este autor, portanto, a ideia de paisagem tradicional deve ser vista com cuidado, pois pode apresentar desvantagens para investigação histórica. É possível ter uma falsa impressão de estabilidade e conduzir a histórias simples que não revelam os conflitos que as produziram.

A paisagem atual pode ser percebida a partir da existência de diferentes camadas históricas relacionadas à sua formação. Segundo Hidding apud Renes (2009, p. 79), as camadas históricas podem ser classificadas em tipos distintos que são: vertical, horizontal, palimpsesto e intelectual. A vertical, entendida como uma espécie de sedimentação histórica onde edificações ou ações antrópicas mais recentes são construídas sobre as anteriores. A camada definida como “palimpsesto” é de difícil reconhecimento, pois está relacionada a dispersão dos elementos de forma horizontal sobre a superfície, encontrando-se misturada e mesmo suprimida por elementos mais novos. As capas cronológicas horizontais são referentes à dispersão de inovações, como a expansão da agricultura, a proliferação medieval das cidades europeias ou mesmo o desenvolvimento da rede ferroviária. Por fim, as camadas consideradas “intelectuais” estão relacionadas às maneiras como a produção material de períodos anteriores foi inserida em outros momentos históricos, conferindo significados distintos. É, por exemplo, o caso do estilo neoclássico, adotado no final do século XVIII e início

do século XI, mas correspondente a uma imitação da arquitetura clássica greco-romana. Tal ação se insere, por outro lado, pela ruptura com o estilo anterior (barroco, rococó) e ascensão de ideais de democracia e justiça.

Um dos problemas no planejamento e gestão é a falta de perspectiva histórica e de conhecimento da paisagem. A ausência deste tipo de investigação confere à planificação uma total liberdade de ação que não inclui, recorrentemente, as marcas culturais ou naturais presentes de forma particular em cada paisagem. Em relação ao desenvolvimento das paisagens, a sua história pode compreender períodos relacionados ao seu surgimento, crescimento e/ou estagnação (RENES, 2009, p. 79). O período de desenvolvimento e crescimento caracteriza-se, morfologicamente, pela agregação de elementos à paisagem tais como novos padrões de uso e ocupação do solo, edificações ou áreas urbanizadas. Já o período de estagnação ou pouco desenvolvimento é caracterizado pela reutilização, manutenção e conservação das estruturas, podendo ser percebido, por vezes, como determinada “paisagem cultural”.

Conforme o diagrama representado na figura 02 (baseado em Renes, 2009, p.59), as dinâmicas de transformação da paisagem ocorrem a partir das forças de mudanças e de estabilidade.

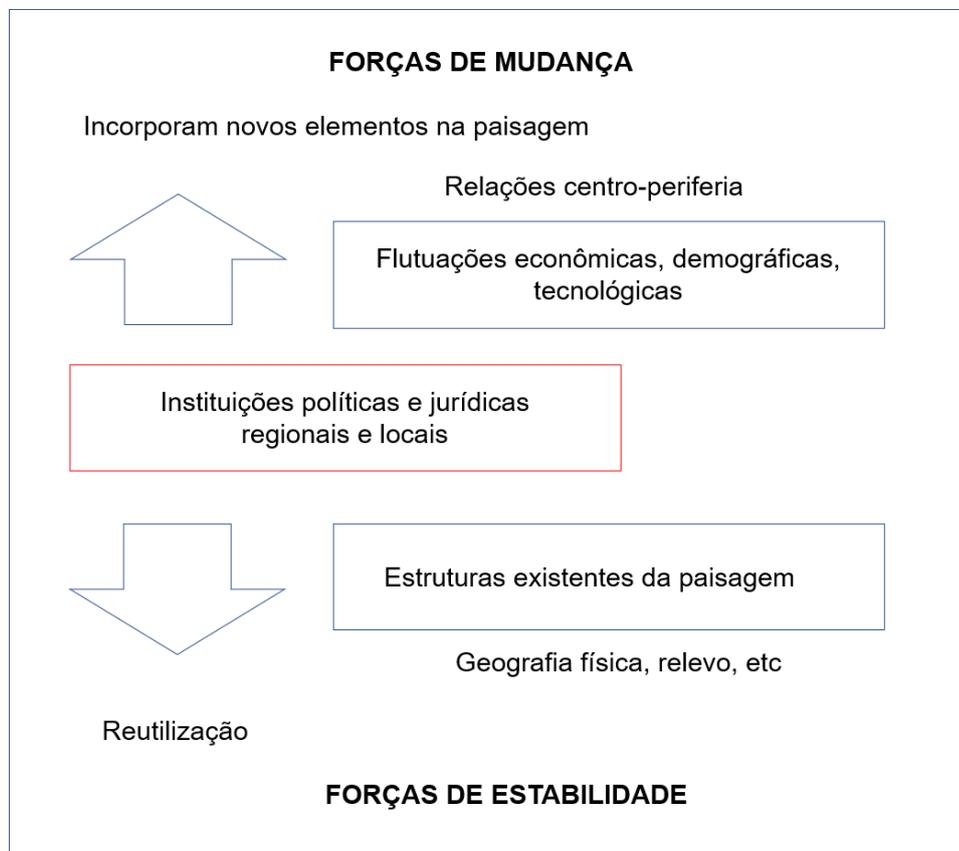


Figura 02: Dinâmicas de transformação da paisagem
 Fonte: Adaptado de Renes (2009, p.60, tradução nossa).

As forças de mudanças incorporam novos elementos à paisagem e vinculam-se às relações centro-periferia e às flutuações econômicas, demográficas e tecnológicas. Assim, um determinado aumento demográfico por migrações ou aumento da natalidade (em ocupações não agrárias) pode estar relacionado ao crescimento da produção econômica e correspondentemente alterar a paisagem por meio da incorporação de novos terrenos e edificações. Pode, também, causar diferentes tipos de alterações morfológicas em áreas urbanizadas já existentes.

Já as forças de estabilidade estão relacionadas a geografia física (relevo, solos, hidrografia etc.) e às estruturas existentes, como ruas, as propriedades fundiárias, o patrimônio, parques e praças e, de forma geral, todas edificações que apresentam resiliência no tempo e espaço. Estas marcas materiais são uma importante fonte de estudo, pela capacidade de resistência às mudanças, ao mesmo tempo em que podem constituir uma das principais motivações no entendimento de uma história mais completa das paisagens.

Por este motivo, é importante entender as mudanças, mas também por que há a sobrevivência de determinadas estruturas, pois “...essa *resistência, essa capacidade da paisagem de resistir à mudança é a principal razão pela qual as paisagens que nos rodeiam contém tanta história*” (RENES, 2009, p. 60, tradução nossa). Entender as forças de mudança tem a mesma relevância de procurar compreender o porquê da sobrevivência de algumas estruturas a partir, especialmente, da sua reutilização. Ao mesmo tempo, é preciso também compreender o papel das instituições políticas e jurídicas regionais e locais em relação ao ordenamento territorial e às transformações da paisagem.

O conceito de forças de estabilidade inclui as estruturas existentes da paisagem, e relaciona-se, portanto, às camadas históricas construídas pela superposição de ações antrópicas sobre a natureza. Neste contexto, as permanências da arquitetura acompanham as discussões sobre as relações entre espaço, tempo e atribuição de valor, fundamentais para definição do patrimônio cultural. A identificação das camadas de estabilidade da paisagem pode ser realizada a partir do seu estudo histórico, bem como da identificação e da classificação das principais marcas da natureza (geografia física) e da cultura (manifestações materiais e imateriais), onde inclui-se o reconhecimento do patrimônio cultural. Entende-se que a organização de estratos ou camadas históricas pode contribuir, também, para entender as relações existentes entre os bens culturais e o seu entorno edificado.

Deste modo, para identificar as estruturas de estabilidade existentes na paisagem de Santa Cruz do Sul, será realizada uma síntese sobre a evolução da paisagem urbana, de maneira associada à leitura das principais marcas da natureza e da cultura (bens patrimoniais). O levantamento morfológico e a identificação das marcas da arquitetura, no seu conjunto, será embasado, segundo Tosco (2009), em documentos históricos e levantamentos

patrimoniais, imagens aéreas, de satélite, mapas e bases cadastrais necessários para restituição das formas urbanas. Estes procedimentos, integrados à delimitação espacial da área de estudo, correspondente ao traçado de 1922 e parte do centro histórico, podem possibilitar a exposição das marcas materiais mais recentes da paisagem urbana separando-as dos estratos históricos anteriores.

3 O PATRIMÔNIO CULTURAL

Este capítulo apresenta o conceito de patrimônio cultural e a síntese de sua trajetória institucional, que ocorre em paralelo à evolução do conceito de paisagem. Ao longo desta abordagem, salientam-se, também, as principais normas e procedimentos utilizados para proteção de entorno dos bens culturais, bem como são selecionadas as terminologias a serem utilizadas para valorização das marcas patrimoniais. Como produto desta etapa, propõem-se uma classificação do patrimônio cultural material a ser utilizada na área de estudo da pesquisa, analisando-se os valores dos bens culturais segundo as periodizações históricas do conjunto de marcas da paisagem.

O conceito de patrimônio sempre esteve firmemente ancorado às ideias de herança e da memória. A origem etimológica do termo provém dos vocábulos greco-latinos “pater” e “nomos”, que estão, por sua vez associados, respectivamente, em um sentido mais amplo, à herança paterna (portanto aos bens ou posses) e às leis, usos ou costumes de um grupo social. Desta junção dos vocábulos, pode-se entender que a significação simbólica de patrimônio é compreendida como o legado ou a herança que é transmitida entre grupos sociais e de forma intergeracional, o que remete, também, à ideia de memória. A memória e as lembranças, para Chauí (2005, p.138), são interpelações ou evocações do passado que revelam a capacidade humana para conservar o tempo que não retorna. A este respeito, ressalta-se, conforme Choay (1999, p.16), que o próprio sentido original do termo monumento (do latim monere e monumentum) está vinculado aos artefatos edificadas pelas sociedades para advertir, transmitir ou fazer recordar acontecimentos.

Já a origem da palavra cultura (bem como de culto e colonização) provém do verbo latino “colo”, cujo significado está relacionado à ocupação da terra, ao trabalho e ao cultivo do campo (BOSI, 1992, p. 05). Do termo “cultum” deriva o particípio “cul-turus”, onde a terminação –urus implica em ideia do que está por vir ou acontecer e, desta maneira, informa movimento em sua direção. Ou então, daquilo que vai ser trabalhado e cultivado, e que, portanto, é empregado como ideia de projeto e de futuro. Para Arantes (1984, p. 26), a ideia central do conceito de cultura deriva da antropologia e relaciona-se a partir da oposição entre a natureza e o homem que foi capaz de construir, por meio de sistemas simbólicos, um ambiente artificial sujeito a transformação permanente. Neste contexto, e conforme Eagleton (2005, p. 12), “...a natureza produz cultura que transforma a natureza” e a natureza, no homem é inteiramente interpretada pela cultura. A ideia de oposição entre cultura e natureza demonstra que os comportamentos humanos são produzidos e socialmente reproduzidos independentemente de sua transmissão genética. Há, desta forma, um processo social em permanente interação com a natureza. Conforme salienta Costa (2011, p. 132), o termo processo é utilizado para indicar a ação do que é construído de forma dinâmica e fluída no

tempo. A cultura, sempre dinâmica, e enquanto processo molda-se também, de forma fluída, como construção histórica pois é "...uma produção coletiva da vida humana em sua relação com seu ambiente imediato, ou seja, com a natureza, que permanece em constante mudança" (COSTA, 2011, p. 134). Sendo assim, mesmo que um conjunto de atributos materiais ou imateriais possa caracterizar culturalmente determinadas sociedades ou povos, sempre haverá transformações e incorporações de novos elementos e as relações do todo se transformam.

De acordo com Horta (Anais do 1º Congresso Latino Americano sobre Cultura Arquitetônica e Urbanística, 1991, p.67), o uso da palavra "cultura" implica em uma grande flexibilidade de usos, sendo empregada, usualmente, como sistema de valores, comportamentos, crenças, hábitos, ideias, tradições que caracterizam uma sociedade e suas produções de maneira a distingui-las das demais. Já para Costa (2011, p. 131), e na contemporaneidade, a cultura adquiriu ampla conotação e pode ter muitos sentidos diferentes, referindo-se às expressões artísticas (música, dança, pintura), ou ainda remetendo a uma época particular (cultura romana), à comunicação (radio, cinema, etc.) ou ligando-se a rituais, festas, lendas, crenças, idiomas, modos de vestir etc. Seu significado mais corrente pode expressar os diferentes modos de vida das sociedades, de suas práticas, costumes, hábitos, ritos, mesmo capacidades artísticas e intelectuais. Sua utilização expandiu-se, também, para dimensões como a política (cultura política, de governo), cultura de empresas (surgida na década de setenta), cultura dos imigrantes entre outras. Há também referências às escalas ou grandezas durante a utilização do termo: da cultura cristã ou da cultura ocidental até a cultura local, pertencente a uma determinada tribo. Desta forma podemos perceber que o termo cultura pode ser utilizado de uma forma geral ou específica, em tempos distintos:

Portanto, para se compreender o que é cultura, há sempre duas concepções básicas que norteiam o entendimento: ou se trata da totalidade das características de uma realidade social, ou diz respeito ao conhecimento que a sociedade, povo, país ou grupo social tem da realidade bem como a maneira como se expressam. (COSTA, 2011, p. 133)

Para Santos (1982, p. 24) a primeira dessas concepções relaciona-se a todos os aspectos capazes de caracterizar a totalidade da realidade social de um povo, nação ou determinados grupos. Essa definição genérica é mais usual quando se falam de realidades sociais muito distintas. Já, na segunda concepção, ocorrem referências específicas a conhecimentos, crenças, costumes ou ideias, e a cultura diz respeito a um domínio específico da vida social, ainda que o mesmo esteja também inserido em uma totalidade construída por uma realidade social comum. Neste modo de perceber a cultura, conforme Santos (1982, p.37), trata-se de entender o conhecimento que uma sociedade, povo ou grupo social tem da realidade, de si mesmo, e de como a expressam. Para este autor, é do relacionamento destas

duas concepções básicas de cultura que é possível também organizar um instrumento de estudo da sociedade contemporânea. A aceleração das interações entre os diferentes povos, nações e culturas do planeta, e o compartilhamento de características comuns em termos de existência social e modos de produção geram tendências a procurar encontrar e entender as dimensões da vida social, não diretamente materiais.

Essa dimensão é a do conhecimento num sentido ampliado, é todo conhecimento que uma sociedade tem sobre si mesma, sobre outras sociedades, sobre o meio material em que vive e sobre a própria existência. Cultura inclui ainda as maneiras como esse conhecimento é expresso por uma sociedade, como é o caso de sua arte, religião, esportes e jogos, tecnologia, ciência, política. O estudo da cultura assim compreendida volta-se para as maneiras pelas quais a realidade que se conhece é codificada por uma sociedade, através de palavras, ideias, doutrinas, teorias, práticas costumeiras e rituais. (SANTOS, 1982, p. 41)

O reconhecimento da diversidade e variedade dos modos de vida é, assim, um dos componentes fundamentais das preocupações contemporâneas com a cultura. A ênfase, portanto, pode ser percebida tanto no reconhecimento da pluralidade de manifestações (materiais e imateriais em tempos distintos) quanto no caráter descritivo das mesmas, reconhecendo-as tais como são em suas características e peculiaridades. Neste sentido, a cultura sempre foi um conceito muito utilizado nas ciências sociais e a sua abordagem científica pode ser feita como expressão humana e da vida em sociedade; como processo ou construção histórica; como conhecimento ou conjunto de características materiais e imateriais. Neste último aspecto, Costa (2011 p. 134) destaca a importância do que denomina de riqueza cultural e de patrimônio coletivo de uma coletividade, ou do patrimônio cultural.

Neste contexto, o patrimônio cultural é o reconhecimento de uma herança que não é transmitida biologicamente e que é resultado dos valores atribuídos pela sociedade ao conjunto das manifestações materiais e imateriais do homem em sua relação com a natureza e o espaço em uma perspectiva histórica. Para Horta (Anais do 1º Congresso Latino-Americano sobre Cultura Arquitetônica e Urbanística, 1991, p.66), o patrimônio cultural pode ser visto, também, como um produto de uma inteligência histórica, cristalizada nos bens materiais e também nos próprios comportamentos culturais. Nesta perspectiva, a história é o conjunto dos acontecimentos, ações e fatos que permite situar a força e a riqueza de significados do patrimônio cultural, possibilitando também estabelecer críticas das continuidades entre o presente e passado. A própria ideia do patrimônio pressupõe, pois, uma relação de tempo e do seu transcurso em consonância com a busca pelas afirmações identitárias, simbólicas e culturais. A este respeito, salienta-se a necessidade da própria sociedade participar na definição e escolha dos seus produtos culturais, ampliando-se a visão histórica, sempre permeada por dilemas e conflitos sociais na seleção de valores e modelos.

Para Pelegrini (2006, p. 116), as ações de caráter patrimonialista têm como base a proteção dos bens culturais para assegurar os valores de determinadas sociedades em relação aos sentidos que despertam e dos seus vínculos em termos de identidade cultural. Neste sentido que:

...nos recônditos da memória residem aspectos que a população de uma dada localidade reconhece como elementos da sua história, da tipologia do espaço onde vive, das paisagens naturais ou construídas. (PELEGRINI, 2006, p. 116)

A memória é muito importante pela sua capacidade de estabelecer vínculos entre gerações. Para Le Goff apud Pelegrini (2006, p. 117), a própria identidade cultural, em diferentes escalas como país, estado, cidade ou comunidade, está relacionada à memória individual e coletiva, e a proteção e preservação dos bens culturais é um fator de construção do que se denomina de “ethos” cultural e cidadania. Este “ethos” pode ser definido como um conjunto dos costumes, práticas, hábitos fundamentais em relação ao comportamento (instituições, afazeres etc.) e também da cultura (expressa por diferentes valores, ideias ou crenças), sendo, portanto, característicos de uma determinada coletividade.

De forma paralela à evolução dos conceitos e a consciência da necessidade de preservação patrimonial, ocorreu o surgimento de instituições internacionais e nacionais vinculadas à salvaguarda do patrimônio e promulgação de diretrizes e normas de orientação voltadas à conservação e preservação. Esse processo continua em evolução e segundo Blanco (2010, p.19) houve também uma série de etapas relacionadas à discussão sobre a importância das relações entre o patrimônio e o seu entorno. A este respeito, um olhar sobre a trajetória institucional do patrimônio cultural demonstra a evolução histórica das recomendações institucionais para a preservação e conservação dos bens culturais, em que, atualmente, se insere a perspectiva de inclusão da paisagem.

3.1 A trajetória institucional do patrimônio cultural e a sua relação com a paisagem

A trajetória institucional do patrimônio cultural revela conceitos que incorporaram, com diferentes ênfases no tempo, princípios técnicos e científicos que fundamentaram a elaboração de documentos pertinentes ao tema da proteção e preservação patrimonial. Estes documentos orientadores são resultados, primeiramente, de eventos como os Congressos Internacionais de Arquitetura e Urbanismo (realizados nas primeiras décadas do século XX), mas posteriormente, se consolidam a partir das organizações das instituições internacionais

como a Organização das Nações para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO)² e do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), que preconizam princípios para a identificação, preservação e conservação patrimoniais.

Em outubro de 1931, ao longo do I Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos, houve a elaboração de um ato normativo de caráter internacional (Carta de Atenas) cujo objetivo foi a valorização e proteção dos monumentos de interesse histórico, artístico ou científico. O evento reuniu diversos especialistas em restauração, e a Carta manifestou o entendimento de não isolar os monumentos do conjunto de edificações e espaços que os cercam. Outros aspectos relevantes estão vinculados à incorporação do conceito de arquitetura menor, à valorização estética e simbólica do patrimônio, bem como à inclusão da história da própria população na apreciação do conjunto. Em relação à paisagem ou entorno, o documento expressa a preocupação com a preservação de perspectivas particularmente pitorescas de alguns conjuntos arquitetônicos. Outras recomendações são referentes às ações relevantes para qualificação dos espaços de entorno do bem patrimonial tais como o estudo da vegetação existente e a supressão de publicidade abusiva. Há também referências aos cuidados com elementos que possam causar obstrução visual (tais como chaminés altas, postes, fios telegráficos e similares) ou mesmo com impactos incômodos como os sonoros, no caso de “indústrias ruidosas”, por exemplo.

Dois anos após, em 1933, e como resultado do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, foi instituída a Carta de Atenas. Esta estabeleceu princípios para o planejamento de cidades modernas funcionalmente zoneadas pelas áreas destinadas a habitação, trabalho, lazer e recreação e circulação. Emerge uma concepção de cidade vinculada às necessidades de um homem pretensamente universal. Entre as diretrizes encontram-se, também, a salvaguarda dos valores arquitetônicos, de forma isolada ou em conjunto, definidos como testemunhos do passado. Destaca-se que a preocupação deste documento, pelo seu contexto histórico, está mais direcionada à construção das novas paisagens urbanas. Já a preservação e conservação patrimoniais correspondem ao que é considerado “relevante” e de “interesse geral”. A carta fornece também orientações quanto aos procedimentos a serem adotados em áreas ou zonas que envolvem monumentos históricos, bem como as maneiras de preservação de concepções artísticas.

Em 1964, e como resultado do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos (ICOMOS), é aprovada a Carta de Veneza. Sua ênfase é a reavaliação dos princípios contidos na Carta de Atenas de 1931, estabelecendo orientações

² A UNESCO foi criada em 1945, após a Segunda Guerra Mundial e a sua representação no Brasil ocorreu em 1964. O escritório em Brasília iniciou suas atividades em 1972. Já o ICOMOS é uma associação civil não governamental fundada em 1965, como resultado da promulgação da Carta de Veneza (em 1964).

relacionadas à conservação e restauração dos monumentos em uma escala internacional. O documento reitera a importância de bens considerados patrimônio comum da humanidade para as futuras gerações. Expande-se o conceito de monumento, considerado criação arquitetônica, bem como sítio urbano ou rural, para todas obras, mesmo modestas, que possam ter adquirido significação cultural. A conservação e a restauração devem considerar a obra enquanto expressão artística, mas também testemunho histórico. A carta também preconiza que a destinação de monumentos deve ser favorecida pela possibilidade de sua destinação útil à sociedade, ao mesmo tempo em que destaca a importância da preservação de um “esquema” em sua escala. Há, portanto, uma concepção de preservação das relações entre o meio, considerado testemunho histórico e “esquema tradicional”, e o monumento. Em 1968, a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas ou Recomendação de Paris de Obras Públicas ou Privadas, indicou a necessidade de harmonizar a preservação do patrimônio com medidas de prevenção que integrem os bens culturais ao planejamento do território. A definição de bem cultural incluiu os bens imóveis e móveis e abrange não somente sítios e monumentos arquitetônicos, arqueológicos e históricos, mas também todas as marcas do passado, sem desconsiderar as mais recentes e ainda não reconhecidas.

Na América Latina, em 1967, e por meio da Organização dos Estados Americanos, é promulgada a carta de Quito. Esta reitera a necessidade de os países americanos adotarem a Carta de Veneza como norma na preservação de sítios e monumentos históricos. Ao mesmo tempo, destaca a função cívica da preservação dos monumentos históricos e o seu papel estratégico para tomada de consciência da população. A valorização dos bens deve ser realizada pela adequada conservação e utilização dos monumentos e sítios de interesse arqueológico, histórico e artístico, e estes podem assumir também papel de recurso econômico por meio de atividades como o turismo, por exemplo.

Em 1972, houveram dois eventos marcantes. O primeiro, realizado em junho de 1972, em Assembleia Geral das Nações Unidas, ocorreu a partir da promulgação da Declaração de Estocolmo. Este documento refere-se aos direitos fundamentais do homem e à garantia de qualidade e preservação dos recursos naturais do planeta. Também enfatiza a necessidade do planejamento como instrumento capaz de conciliar as exigências do desenvolvimento com a proteção e melhoria ambiental. Já a Convenção para a proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, organizada pela UNESCO em 1972, marca um avanço nas definições conceituais de patrimônio cultural e natural, estabelecendo a utilização das seguintes categorias: monumentos (que abrangem tanto os elementos antrópicos quanto os naturais); conjuntos arquitetônicos ou então formações geológicas e fisiográficas (bem como zonas de habitat de espécies da flora e fauna); sítios (obras conjugadas do homem e da natureza entre outras). Ainda que a Convenção frise os valores universais excepcionais como critério para enquadramento destas categorias, há uma ampliação da abordagem de valores estéticos,

científicos, históricos e artísticos. Aparece também a utilização da “paisagem” como referência para a integração de conjuntos arquitetônicos. O documento também reitera a necessidade de proteção, conservação e valorização do patrimônio cultural e natural, integrando suas funções na vida coletiva e em políticas e mecanismos de gestão internacionais e locais (estados-membros) voltados ao planejamento. Para tanto, foram instituídos o Comitê do Patrimônio Mundial e a organização de uma lista de bens do patrimônio cultural e natural, intitulada “lista do patrimônio mundial”, bem como a previsão de fundos para a sua proteção e conservação.

A declaração de Amsterdã, promulgada pelo Conselho da Europa em 1975, ocorreu a partir da bem-sucedida experiência de reabilitação do centro histórico de Bolonha (década de 60), na Itália. A conservação do patrimônio arquitetônico deve ser integrada ao planejamento físico territorial, conclamando tanto os poderes locais quanto entidades e a população para uma atuação em conjunto. Deste modo, as políticas voltadas à conservação devem integrar o patrimônio na vida social, à medida em que os esforços devem ser pensados não somente do ponto de vista do valor cultural dos bens, mas também a partir do seu valor de uso contemporâneo. No contexto das ideias do novo urbanismo, a conservação urbana integrada insere-se em uma perspectiva de desenvolvimento local, de respeito à escala humana, economia de recursos, e manutenção da diversidade de funções urbanas e da diversidade sociocultural. Para estabelecer estes objetivos no planejamento, contudo, há necessidade de uma reforma profunda da legislação bem como do fortalecimento dos meios administrativos e da sensibilização da população. Para tanto, devem ser pensadas políticas contínuas direcionadas à proteção e conservação dos imóveis, ao lado de medidas financeiras apropriadas e de diferentes medidas legislativas e administrativas.

Em 1980, o Conselho Internacional de Monumentos, por meio da promulgação da Carta de Burra, delinea, com mais precisão, a noção de “bem de significância cultural”. O conceito de “bem” é entendido como qualquer local, zona, edificação ou obra ou conjunto de edificações e a “significação cultural” corresponde à atribuição de valores estéticos, históricos, científicos ou sociais. A Carta estabelece objetivos voltados à orientação de procedimentos técnicos utilizados para conservação, preservação e restauração e, eventualmente, na reconstrução de bens de significância cultural. Há também a preocupação com o “entorno visual apropriado” ao bem cultural, o qual deve conter restrições construtivas e formais que garantam a sua apreciação ou fruição.

A Carta de Florença de 1981, aprovada pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios e pelo Comitê Internacional de Jardins e Sítios Históricos (ICOMOS/IFLA), preconiza a proteção de jardins históricos, ou aqueles cuja composição arquitetônica é formada especialmente pela vegetação. São, portanto, monumentos vivos cujas características podem ser aplicadas tanto aos jardins modestos quanto aos parques ordenados ou paisagísticos. A

carta avança conceitualmente ao definir a concepção de sítios históricos como paisagens que invocam fatos históricos (como combates, por exemplo) ou acontecimentos memoráveis e que, por vezes, servem de tema para manifestações artísticas. Além das diretrizes de manutenção, conservação e restauração, há também a reconstituição. Esta ação pode ser utilizada para restituir a “autenticidade” e a originalidade do espaço.

A Convenção de Granada, ou Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Arquitetônico da Europa, foi assinada em Granada em 03 de outubro de 1985. A Convenção de Granada salienta a importância de identificação e preservação do patrimônio europeu bem como a necessidade de implementar políticas de conservação, em diferentes escalas de planejamento e gestão. O termo “patrimônio arquitetônico” está relacionado à utilização das categorias de monumentos, conjuntos arquitetônicos e sítios, bem como à sua valorização histórica, arqueológica, artística, científica, social e/ou técnica. Há uma concepção dos monumentos como construções que se sobressaem pela sua notabilidade de valores. Ao mesmo tempo, reconhecem-se os conjuntos arquitetônicos formados por agrupamentos homogêneos de construções, tanto urbanas quanto rurais, bem como os sítios que são formados pela combinação de obras entre homem e natureza. No mesmo ano da Convenção de Granada, é também realizada a declaração do México, que reitera que o patrimônio cultural de um povo abrange tanto as obras de seus artistas quanto as criações anônimas que surgem da “alma popular”. A Declaração do México engloba um conjunto de valores, que confere “sentido à vida” e marca a identidade cultural de um povo por meio de suas obras materiais e imateriais expressas pela língua, ritos, lugares e monumentos, obras de arte, crenças etc.

Em 1989, a Unesco declara a importância de preservação da cultura tradicional e popular. A noção de patrimônio cultural imaterial recebe reconhecimento oficial em uma escala planetária. De acordo com Blanco (2010, p. 22), há também um enriquecimento na ideia de patrimônio pois o mesmo passa a incorporar, para além da arquitetura menor, também a arquitetura produzida sem arquitetos e que é transmitida geracionalmente pelas palavras e pelas práticas construtivas.

Em 1992, a Unesco reconheceu a paisagem cultural como uma categoria de preservação patrimonial. Embora, e até este momento, sempre tenha havido referências à importância de preservação dos entornos e ambiências de monumentos e sítios, a questão principal sempre esteve relacionada ao objeto de preservação em si e a uma ideia de visibilidade/cenário que o contém. Por este motivo, conforme Ribeiro (2007, p. 40), a ideia de paisagem correspondia a uma atribuição secundária em relação ao bem cultural protegido. A partir da adoção da categoria de paisagem cultural da UNESCO, emerge outra concepção. A paisagem passa a ser percebida como um bem capaz de incluir e valorizar todo o conjunto de relações que a estruturam. Há, portanto, e conforme Ribeiro (2007, p. 41) uma ruptura com os entendimentos anteriores, ao mesmo tempo em que ocorre uma valorização das relações

entre o natural e o cultural. As paisagens culturais passam a ser reconhecidas também em três tipos ou categorias, que podem ser inscritas como patrimônio: as paisagens claramente definidas; as paisagens evoluídas (e que podem ser paisagem relíquia ou fóssil; paisagem contínua); a paisagem cultural associativa. Aqui, faz-se também necessário um esclarecimento. O termo cultural, empregado para a paisagem da UNESCO, distancia-se, no seu significado da concepção de paisagem cultural utilizada na Geografia. Na Geografia o termo cultural está atrelado à ideia de paisagem humanizada enquanto que, para a Unesco, o termo adjetiva a valorização patrimonial.

A Conferência de Nara, realizada em 1994 pela UNESCO, ICCROM e ICOMOS, traz importantes contribuições sobre a ideia de “autenticidade”, ampliando conceitos relacionados ao patrimônio cultural e aos bens listados como patrimônio mundial. Nesta carta, houve o reconhecimento da importância da diversidade de culturas e de seus respectivos patrimônios. O valor conferido a estes patrimônios tem também correlação com a qualidade e confiabilidade dos levantamentos de fontes e informações existentes. O documento reitera, portanto, que o entendimento da autenticidade (cuja importância já é salientada na Carta de Veneza) é essencial para fundamentar as decisões de preservação, manutenção e conservação de um bem cultural, ao mesmo tempo em que a atribuição de valores deve estar vinculada aos diferentes contextos históricos e culturais.

A preocupação com preservação do patrimônio cultural, tanto material quanto em termos do tecido social que lhe garante identidade, foi tema do Primeiro Encontro Luso Brasileiro de Reabilitação Urbana, realizado em 1995 em Lisboa. A Carta de Lisboa estabelece critérios para utilização de conceitos como reabilitação, restauro, reconstrução, renovação, conservação e manutenção.

Além da evolução dos conceitos patrimoniais, as décadas de 80 e 90 também podem ser destacadas pelas recomendações que enfatizam as relações entre o desenvolvimento social e econômico e o planejamento do território e da paisagem. Em 1995, a Recomendação Europa trata da conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas. Há uma evolução, portanto, para um conceito de indissociabilidade entre os componentes culturais e naturais da paisagem europeia, além de reiterar a importância de seu estudo e dos valores que a compõem. A paisagem, é, assim, entendida em um triplo significado cultural, ou então:

...definida e caracterizada da maneira pela qual determinado território é percebido por um indivíduo ou por uma comunidade; dá testemunho do passado e ao presente do relacionamento existente entre os indivíduos e seu meio ambiente; ajuda a especificar culturas e locais, sensibilidades, práticas, crenças e tradições. (Recomendação Europa, 1995, Artigo 1º)

As paisagens culturais são entendidas como partes específicas, topograficamente delimitadas, que manifestam caráter único e distinto ao longo do tempo e espaço, sendo capazes de expressar, por meio da reminiscência física, a evolução da sociedade, seus usos e atividades desenvolvidas. Desta maneira, adquirem valores que são reconhecidos social e culturalmente na forma de tradições ou experiências as mais diversas, como fatos históricos e representações artísticas. Os princípios expostos na Recomendação estão particularmente direcionados à conservação das áreas de paisagens culturais, nas quais devem ser evitados os fenômenos como usos insustentáveis do meio ambiente; desenvolvimento descontrolado de setores ligados a indústria, energia, turismo e lazer; a intensificação da silvicultura e agricultura ou mesmo a insuficiência de desenvolvimento e planejamento urbano, especialmente em áreas suburbanas. São enfatizados dois objetivos principais: estabelecer as linhas de orientação das políticas de paisagem cultural (as formas de evolução orientada de uma paisagem e sua valorização em relação a uma identidade europeia); propor diferentes medidas específicas para sua conservação e evolução em uma perspectiva de desenvolvimento sustentável.

Em 2000, é promulgada a Convenção Europeia da Paisagem (CEP), que assume um caráter distinto da Convenção da Unesco. A CEP enfatiza as funções de interesse público da paisagem nos campos cultural, ecológico, ambiental e social, e o patrimônio contribui para a formação de culturas locais, sendo também seu componente fundamental. A convenção reitera que todas paisagens, e não somente as de caráter patrimonial, são relevantes para a qualidade de vida das populações. Por isso, inclui tanto o reconhecimento das paisagens de grande qualidade ou relevância quanto daquelas que não são dotadas de um valor excepcional, mas que fazem parte do cotidiano e da vida das populações. O objetivo da CEP é o de estabelecer regras de proteção, gerenciamento e planejamento de todos tipos de paisagens estabelecendo princípios para adoção de políticas nacionais no território europeu.

A gradativa importância de reconhecimento do patrimônio e de seus significados como um dos contrapontos no desenvolvimento das civilizações motivou a promulgação da Carta de Cracóvia em outubro de 2000. A Carta de Cracóvia propõe princípios, objetivos e métodos para a conservação e restauro do patrimônio arquitetônico, urbano ou paisagístico. A este respeito, e considerando que cada comunidade é responsável pela identificação e gestão de seus bens culturais, são definidos os seguintes tipos de patrimônio construído: monumentos; edifícios com valor histórico (em meio urbano ou rural); patrimônio arqueológico (destacando a sua relação com território e paisagem); as cidades e aldeias históricas; a decoração arquitetônica, escultura e elementos artísticos (inclui interior das obras); e, por fim, as próprias paisagens reconhecidas como patrimônio cultural. A respeito destas últimas, a Carta as define como resultado de uma interação prolongadas entre homem e natureza e o meio ambiente físico, sendo as mesmas "...um testemunho evolutivo das comunidades e dos indivíduos com

o seu meio ambiente” (Carta de Cracóvia, 2000, Inciso 9º). Ao mesmo tempo, a sua conservação e proteção deve estar centrada em uma relação de integração entre os aspectos humanos e naturais, bem como do patrimônio material e imaterial. Isto, porque muitas paisagens possuem relações históricas com o seu território, e o entendimento do seu caráter é fundamental para a elaboração e implementação de leis e normas adequadas capazes de conciliar usos e valores paisagísticos. Para além das técnicas e métodos a serem adotados na proteção e gestão do patrimônio, como uma totalidade, o documento esclarece também a importância da existência de uma estrutura de comunicação entre cidadãos, no que cabe à sua participação e envolvimento no processo de discussão e proteção dos valores representados pelo patrimônio.

De forma sintética, portanto, pode-se perceber que, especialmente a UNESCO, ao lado do Conselho Europeu e do ICOMOS, instituíram novos princípios para a identificação, preservação e conservação patrimonial incorporando situações que podem abranger:

...de objetos da ciência e da indústria (locomotivas, automóveis, instrumentos de cirurgia, para fábricas, conjuntos industriais, etc.), jardins (Carta de Florença), parques, sítios e parques arqueológicos, e um sem número de imóveis ou propriedades onde a concepção do patrimônio transcende, desde o objeto específico até a cidade concreta, áreas mais amplas que se estendem sobre o território, constituindo sistemas patrimoniais territoriais e autênticos sujeitos patrimoniais com personalidades próprias e definidas.(BLANCO, 2010, p. 21, tradução nossa)

Na legislação brasileira (CF, 1988, Art.216), a definição de patrimônio cultural inclui todos os bens de natureza material e imaterial, tanto de forma individual ou de conjunto, e considerados portadores de referência à identidade e a memória dos grupos que formam a sociedade. Incluem-se as formas de expressão, modos de criar, fazer e viver, as criações artísticas, científicas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações, conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. É competência da União e dos estados também (CF, 1988, Art.23, Inc. III e Art.24, Inc. VII e Inc. VIII) a proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico, de forma a impedir a destruição ou descaracterização dos bens culturais. São também conferidas responsabilidades por danos que possam ocorrer ao meio ambiente e a bens e direitos de valor artísticos, estético, histórico, turístico e paisagístico. A inclusão do tema da preservação patrimonial na Constituição Federal incorpora também, em seu Artigo 225, a natureza e ao direito de um ambiente ecologicamente equilibrado considerado como bem de uso comum do povo e essencial à qualidade vida. Deste modo, tanto o patrimônio cultural quanto a natureza, em seu conjunto, são elementos indispensáveis para o ordenamento do território nacional em qualquer escala de planejamento.

Os marcos legais orientam a atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, que responde pela proteção e promoção dos bens culturais no Brasil desde 1937 (lei nº378 de 13 de janeiro de 1937). A preservação do patrimônio é feita a partir das formas de registro (decreto nº3.551 de 04 de agosto de 2000), do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) e do Tombamento, este último podendo ser realizado em nível federal, estadual ou municipal. Podem estar também sujeitos a tombamentos os monumentos naturais, sítios e/ou paisagens, que, conforme o IPHAN, representem feição notável por parte das singularidades naturais ou enquanto construções humanas. Os bens tombados são subdivididos em bens móveis e imóveis, entre os quais encontram-se, a título de exemplos, os conjuntos urbanos, edificações, paisagens, ruínas, jardins, sítios arqueológicos, entre outros. Após a sua classificação são registrados em um dos quatro Livros do Tombo existentes: Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Histórico; das Belas Artes; das Artes Aplicadas.

Até 2007, na visão de Ribeiro (2007, p. 106), e no caso brasileiro, não havia bens inscritos enquanto paisagem cultural na forma como foi proposto pelas Instituições Internacionais, ou seja, enfatizando as características e as relações entre o cultural e o natural, o material e o imaterial. Para este autor, e na maior parte dos casos, a paisagem foi uma categoria percebida como panorama e vinculada a outros bens culturais. Em 2009, o IPHAN lançou a chancela da Paisagem Cultural (Portaria Iphan nº 127/2009), entendendo-a como uma porção peculiar do território nacional que possa ser representativa, em termos de marcas e valores, dos processos de interação entre o homem e o seu meio natural. Há, portanto, uma inovação do instituto na maneira de percepção do patrimônio cultural e na articulação de ações de valorização, planejamento e gestão. Recentemente, em 2016, o Rio de Janeiro recebeu da UNESCO um certificado de Patrimônio Mundial pela sua paisagem cultural destacando-se a interação entre natureza e homem, e incluindo entre os principais elementos e áreas o Pão de Açúcar, Corcovado, Floresta da Tijuca, Aterro do Flamengo, Copacabana, a entrada da Baía de Guanabara, Parque do Flamengo, Forte e Morro do Leme. A UNESCO, considerou assim, que o Rio de Janeiro é uma área urbana única em termos de interação entre homem, cidade e natureza, expressa por um conjunto de áreas públicas que conferem ao todo um valor universal. Há ainda outras candidaturas que aguardam estudos e pareceres.

Neste estudo, portanto, foi possível expor a evolução de conceitos relacionados ao patrimônio cultural bem como a ampliação na atribuição de valores históricos, estéticos, artísticos, históricos, sociais, pragmáticos (em relação ao uso), científicos e técnicos. Pode-se perceber também, ao longo do tempo, tanto o surgimento contínuo de novas categorias e formas de preservação quanto a incorporação de novos significados aos já existentes. É o caso por exemplo dos monumentos, que de criação arquitetônica passam a incorporar também a dimensão da natureza (monumentos vivos, monumentos naturais).

A respeito da dicotomia patrimônio natural e cultural, entende-se, conforme Scifoni (2006, p.17) que o patrimônio natural aparece como um paradoxo. O termo patrimônio natural, conforme visto, teve sua concepção vinculada à Convenção da UNESCO, em 1972. Neste contexto, sua definição incluiu as formações físicas naturais, geológicas e fisiográficas, bem como as biológicas, que compõem habitats de espécies vegetais ou animais, ou ainda, lugares notáveis de valor universal em termos da ciência, conservação ou da sua beleza natural. Neste conjunto de definições ocorrem ênfases a valores formais e cênicos da paisagem natural, ou aos monumentos. Por outro lado, a convenção também estabelece a importância de reconhecimento dos sistemas ecológicos e ambientais.

De acordo com Scifoni (2006), além da natureza existir como realidade exterior ao homem, ela é também "...culturalmente integrada ao mundo que as sociedades humanas são capazes de conceber, de perceber e de organizar.". Neste entendimento, a noção de patrimônio natural pode englobar tanto a "memória" da natureza, enquanto testemunho dos processos naturais e das relações entre os seus elementos, quanto da memória humana, adquirindo significados sociais e simbólicos distintos. A natureza, portanto, guarda sempre a sua dimensão natural, que é dada por regras e leis próprias, mas é também um objeto de uma construção social e histórica realizada pelo homem, o que amplia o seu significado para o de patrimônio cultural.

O conceito de preservação patrimonial também evoluiu da arquitetura erudita para o reconhecimento da importância da arquitetura menor ou vernacular (aquela realizada sem arquitetos) e integrou, gradativamente a dimensão imaterial, como essência ou "alma" das relações entre o homem e o seu espaço construído. Ao mesmo tempo em que há evolução dos conceitos, há também a ampliação das noções de entorno e ambiência do patrimônio desenvolvendo-se a ideia de paisagem.

De forma sintética, expõem-se no quadro 06 as categorias de preservação patrimonial relacionando-as com as suas respectivas Cartas e Convenções Internacionais.

Quadro 06: Classificação do patrimônio cultural segundo documentos internacionais

Categorias	Cartas e Convenções internacionais
Natureza.	Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972).
Monumentos (criação arquitetônica e “esquema” de preservação do entorno); Monumentos (abrangendo tanto elementos antrópicos quanto naturais); Monumentos (notabilidade de valores e áreas circundantes).	Carta de Veneza (1964); Convenção para proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972); Convenção de Granada (1985); Carta de Cracóvia (2000).
Monumentos vivos (jardins e parques).	Carta de Florença (1981).
Patrimônio arqueológico (e sua relação com o território e a paisagem).	Carta de Cracóvia (2000).
Sítios (urbanos e rurais – inclui o termo modestos); Sítios (obras conjugadas do homem e da natureza); Sítios históricos (inclui paisagens que invocam fatos memoráveis); Sítios (combinação de obras entre homem e natureza).	Carta de Veneza (1964), Convenção para proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972); Carta de Florença (1981); Convenção de Granada (1985).
Patrimônio arquitetônico (definido pelos monumentos, conjuntos arquitetônicos e sítios).	Convenção de Granada (1985).
Formações geológicas e fisiográficas (bem como zonas de habitat de espécies de flora e fauna); Conjuntos arquitetônicos (agrupamentos homogêneos de edificações, tanto urbanos quanto rurais).	Convenção para proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972); Convenção de Granada (1985);
Edificações com valor histórico.	Carta de Cracóvia (2000).
Patrimônio arqueológico.	Carta de Cracóvia (2000).
Cidades e aldeias históricas.	Carta de Cracóvia (2000).
Decoração arquitetônica, esculturas e elementos artísticos.	Carta de Cracóvia (2000).
Paisagens concebidas como patrimônio cultural.	Carta de Cracóvia (2000).
Paisagem como referência para a integração de conjuntos arquitetônicos.	Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972).
Arquitetura vernacular (alma de um povo – obras materiais e imateriais).	Declaração do México (1985).
Arquitetura menor.	Carta de Atenas (1931).
Preservação de perspectivas.	Carta de Atenas (1931).
Áreas de Paisagens Culturais.	Recomendação Europa (1995).
Paisagem Cultural (paisagem-patrimônio).	Unesco (1992).
Paisagem (multiplicidade de paisagens).	Convenção Europeia da Paisagem (2000).

Fonte: elaborado pelo autor.

Para fins de classificação do patrimônio cultural material na paisagem urbana de Santa Cruz do Sul, e conforme apresentado no quadro 06, será utilizada a terminologia de bem cultural, conforme preconizado na Carta de Burra, referindo-se a local, zonas, edificações ou conjunto de edificações que tenham significância em termos de valores estéticos, históricos, científicos, técnicos ou sociais. Em relação ao patrimônio arquitetônico entende-se que o mesmo pode abranger monumentos, sítios e edifícios com valor histórico, conjuntos arquitetônicos homogêneos (Carta de Cracóvia e Convenção de Granada), bem como a arquitetura menor e vernacular (Declaração do México). Por fim, pretende-se, também, utilizar

de forma mais abrangente a noção de patrimônio construído (Carta de Cracóvia) enriquecida pela própria possibilidade do reconhecimento da preservação do entorno ou da paisagem como possível bem cultural.

3.2 A abordagem institucional da paisagem

A paisagem tem-se constituído em uma ideia fundamental para o patrimônio cultural e para o desenvolvimento socioespacial. Esta seção apresenta os atuais conceitos de paisagem cultural e paisagem atrelados às políticas institucionais bem como distinguem-se consensos e diferenças em suas relações com a preservação patrimonial.

O termo paisagem cultural, conforme já apresentado neste trabalho, iniciou sua trajetória no início do século XX, a partir dos estudos de Carl O. Sauer. O conceito, contudo, foi evoluindo, e, nos anos 60 do século passado, conforme Blanco (2010, p. 16), já havia entendimento de autores como John B. Jackson e Pierce Lewis de que todas as paisagens são culturais. O termo “cultural” seria, portanto, um pleonasma utilizado para frisar o interesse em determinados tipos de paisagens consideradas especiais em virtude das características peculiares de interação entre o homem e a natureza ao longo do tempo.

De acordo com Ribeiro (2007, p. 07), a característica fundamental da paisagem cultural é “...a ocorrência, em uma fração territorial, do convívio singular entre a natureza, os espaços construídos e ocupados, os modos de produção e as atividades culturais e sociais, numa relação complementar entre si, capaz de estabelecer uma identidade que não possa ser conferida por qualquer um deles isoladamente.” Nesta perspectiva, em 1992, a Unesco institucionalizou o conceito de paisagem cultural e definiu três critérios para a sua inscrição na lista do Patrimônio Mundial. O primeiro está relacionado às paisagens desenhadas e criadas de maneira intencional pelo homem, e que compreendem jardins, parques construídos que podem estar associados a conjuntos ou então edifícios monumentais e religiosos. São exemplos a paisagem cultural de Lednice-Valtice, na República Tcheca, ou Sintra, em Portugal. O segundo critério é referente às paisagens que evoluíram de forma orgânica como resultado de processos culturais, socioeconômicos, religiosos e refletem, portanto, o seu processo evolutivo por meio das suas formas e elementos componentes. Distinguem-se, então, duas categorias: a de paisagem fóssil ou relíquia (processo evolutivo concluído); a paisagem em continuidade, ou seja, aquela que está inserida na sociedade contemporânea, mas encontra-se associada a modos de vida mais tradicionais, exibindo evidências do seu processo evolutivo ao mesmo tempo em que este ainda está em desenvolvimento. São exemplos deste tipo de paisagem organicamente evoluída os terraços de arroz nas Filipinas. Como terceiro critério está a paisagem cultural associativa, em que ocorrem valores relacionados a associações religiosas, artísticas ou mesmo culturais, a elementos naturais.

A instituição do conceito de paisagem-patrimônio da UNESCO também teve o objetivo de adotar um novo procedimento frente aos critérios de inscrições dos patrimônios natural e cultural, visto que a nova categoria engloba a ambos de maneira indissociável. Na legislação brasileira, o próprio IPHAN já utiliza a paisagem como categoria de proteção do patrimônio nacional desde a promulgação do Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, e da respectiva instituição do Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Mas, ao mesmo tempo, Ribeiro (2007, p. 10) alerta para o fato de que a paisagem foi utilizada em diferentes formas e situações, e a própria história de atuação do IPHAN revela fragilidades em termo de clareza conceitual. Neste sentido, complementa:

...a utilização da noção de paisagem cultural para a atribuição de valor de patrimônio apresenta um campo fértil e deve suscitar uma rica discussão na área de identificação e preservação do patrimônio cultural. (RIBEIRO, 2007, p. 10)

No Brasil, foi promulgada, em agosto de 2007, a Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural. O documento, resultado de um Seminário organizado pela Prefeitura Municipal e diversas entidades e organizações como o Ministério da Cultura –MINC e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, teve como principal objetivo a defesa, de forma geral, das paisagens culturais, incluindo o território dos Pampas Gaúchos e de suas fronteiras. A carta de Bagé fundamenta a paisagem cultural brasileira a partir do conceito de patrimônio cultural expresso na Constituição Federal, definindo-a como bem cultural e como marca das ações e formas de expressão do homem em sua relação com a natureza, sendo passível, portanto, de leituras espaciais e temporais. Assim, como bem cultural, a paisagem passa a ser objeto de procedimentos, tais como identificação, proteção, inventários, manutenção, conservação, restauração, recuperação, renovação, revitalização, restituição e planejamento entre outros. Tais medidas podem ser adotadas para a preservação da paisagem cultural brasileira sendo o seu reconhecimento realizado a partir de certificação especial conferida pelos órgãos de proteção patrimonial e conselhos consultivos.

Em termos de tipos de paisagens culturais a que se refere a Carta, estão descritos sítios de valores históricos ou pré-históricos, étnicos, geológicos, paleontológicos, científicos, artísticos, literários, míticos, esotéricos, legendários, industrial, simbólico, turístico, econômicos, religiosos entre outros. Portanto, lembrando de que a paisagem tem essa multiplicidade de olhares e abordagens de diferentes disciplinas acadêmicas, “...é a escolha de determinada concepção de paisagem e da metodologia para aborda-la que orientará os resultados do processo de identificação e preservação da paisagem.” (RIBEIRO, 2007, p. 10). A esta escolha corresponde, também, as atribuições de valores a serem utilizados para identificação do patrimônio cultural.

Um outro enfoque é conferido pela Convenção Europeia da Paisagem (CEP). Este é, contemporaneamente, o documento mais importante para o reconhecimento da paisagem em diferentes escalas do território europeu, abrangendo tanto áreas naturais quanto rurais, urbanas e periurbanas. Assinada em 2000, em Florença, pelos membros do Conselho Europeu, a CEP reconhece a importância da paisagem, definindo-a como parte do território tal como é apreendida pelas populações, sendo seu caráter um resultado decorrente da ação e da interação de fatores naturais e/ou humanos. Tendo a paisagem como base para discussão da qualidade de vida, a partir de diretrizes de desenvolvimento sustentável, o documento expressa a preocupação com o que é denominado “patrimônio comum” com o objetivo de salvaguardar valores que possam conferir unidade e consolidação da “identidade europeia”. A paisagem é considerada, pois, um componente fundamental do patrimônio cultural e natural europeu, e, neste sentido tem um desempenho de funções de interesse público em dimensões culturais, ecológicas, sociais e ambientais.

Ao mesmo tempo em que a convenção reitera e manifesta uma preocupação patrimonial, há um avanço no sentido de propor a qualificação de todo tipo de paisagens, das excepcionais até as degradadas e as que pertencem ao cotidiano das populações. Isto implica considerar a paisagem como elemento de bem-estar social e individual, atendendo e incluindo as demandas da sociedade no ordenamento e planejamento do território a partir da elaboração de “políticas de paisagem”. Estas deverão ser elaboradas pelos países-membros do Conselho Europeu, designando princípios, estratégias e linhas orientadoras para proteção, gestão e ordenamento da paisagem. Na CEP, as paisagens devem ser reconhecidas com a sociedade em suas diferentes configurações (naturais e/ou intervenções humanas) com objetivo de elaboração dos “objetivos de qualidade paisagística”. Estes objetivos devem ser associados, segundo o documento, às características paisagísticas específicas e às aspirações e ao quadro de vida das populações. Ao mesmo tempo, a “proteção da paisagem” é o termo utilizado para designar as ações que englobam a preservação e a conservação patrimonial. Neste contexto, o termo proteção está relacionado à importância de manutenção dos traços significativos ou característicos de determinada paisagem e do seu correspondente valor patrimonial.

Em relação à gestão (CEU, Art.1º, alínea “e”), esta designa ações referentes à manutenção de uma paisagem, procurando-se orientar as alterações resultantes dos processos sociais, econômicos e ambientais. Por outro lado, o ordenamento implica ações de caráter prospectivo, cujo objetivo é o de valorização, recuperação, ou pode ser mesmo de criação de novas paisagens. Neste contexto, a proteção, gestão e ordenamento da paisagem devem ser realizados por cada um dos estados membros do Conselho Europeu, aos quais cabem diferentes competências. Entre algumas das medidas gerais mais importantes, salienta-se a necessidade de reconhecimento jurídico da paisagem descrita como expressão

da diversidade do patrimônio comum cultural e natural e base da identidade do ambiente humano. Outra medida geral é a efetiva integração da paisagem nas políticas de ordenamento do território e de urbanismo. Há, também uma série de medidas específicas a serem adotadas pelos países signatários, entre as quais destacam-se a sensibilização da sociedade civil e das organizações privadas e autoridades públicas para o valor da paisagem; a necessidade de formação e educação no tema; a identificação, análise e avaliação de paisagens no conjunto do território; o comprometimento das partes no estabelecimento dos objetivos de qualidade paisagísticas para as paisagens identificadas e avaliadas.

A Convenção Europeia não associa, no reconhecimento das paisagens, somente as experiências estéticas positivas. Para Mendoza (2008, p.32, tradução nossa), a ideia mais inovadora do ponto de vista jurídico e político do Convênio Europeu da Paisagem é a de que “...todo território é paisagem e cada território se manifesta segundo a especificidade de sua paisagem, seja qual for a qualidade e apreciação que mereça.” Este entendimento territorial da paisagem implicou um compromisso político entre os países frente a todo tipo de paisagens, sejam notáveis e singulares, ou mesmo exóticas, até as que são consideradas cotidianas ou ordinárias. Estas últimas, pertencentes às paisagens rurais, periurbanas, entre outras que constituem o que se denominou de marco da vida diária das pessoas. Também, para este autor, não há como dissociar a preservação dos valores da paisagem do governo local do território. Portanto, para o futuro das paisagens, é importante que se busque trabalhar a incorporação de critérios paisagísticos na planificação territorial e urbana.

Conforme D’Abreu (2011, p.11), o estudo da paisagem de acordo com a Convenção Europeia, deve atuar, conforme o quadro 07, sobre a proteção, ordenamento e gestão do território.

Quadro 07: Síntese das principais ações sobre a paisagem conforme a CEP

Ações	Discriminação
Proteção	Identificação dos valores da paisagem. Implica em reconhecer e atuar sobre um conjunto de paisagens: patrimoniais, naturais, rurais, urbanas e periurbanas; Inclui, portanto, as paisagens do cotidiano (marco da vida diária das populações) e as paisagens de interesse patrimonial; Definição dos objetivos de qualidade paisagística.
Ordenamento	Planejamento e ordenamento de todo território. Reconhece também as paisagens degradadas e as que não têm interesse estético ou patrimonial; Atua na valorização, recuperação ou construção de novas paisagens.
Gestão	Ação contínua de acompanhamento das transformações da paisagem.
Participação	Inclusão da população nas ações de proteção, ordenamento e gestão.

Fonte: adaptado de Cancela d’Abreu, 2011, p. 18

Em relação ao primeiro aspecto, devem ser definidos objetivos de qualidade paisagística que promovam proteção do caráter, qualidades e valores da paisagem, em

conjunto com a participação da população. Estes objetivos devem estar integrados ao ordenamento ou planejamento por meio da valorização, recuperação ou mesmo construção de novas paisagens. A gestão deve ser realizada no sentido de procurar harmonizar as transformações resultantes dos processos sociais, econômicos e ambientais.

Pode-se observar que, entre as medidas prioritárias, encontram-se a proteção e valorização das paisagens, incluindo as que apresentam interesse patrimonial. Contudo, a perspectiva da Convenção Europeia é ampla e incorpora uma multiplicidade de paisagens e de patrimônios a serem considerados em termos de planejamento e gestão do território. Ainda que toda paisagem seja cultural, esta terminologia quando associada à adjetivação proposta pela UNESCO, remete seu enfoque exclusivamente a preservação patrimonial e a situações muito particulares e distintas.

O conceito de paisagem da Convenção Europeia, por outro lado, designa uma parte do território da maneira como este é apreendido pelas populações e cujo caráter é resultante da interação de fatores naturais e/ou humanos. A paisagem, portanto, além de contribuir para a formação das culturas locais e estar vinculada ao patrimônio cultural e natural, está também associada à qualidade de vida das populações em diferentes partes e escalas do território. Inclui, portanto, tanto as áreas urbanas e rurais, quanto os espaços degradados, do cotidiano ou de excepcional valor e notabilidade.

Nos enfoques apresentados pela UNESCO e pela CEU, ocorrem consensos em relação à importância da preservação patrimonial e da proteção do caráter da paisagem. Sobre a abordagem da paisagem cultural da UNESCO, pendem questões específicas e muito particulares relacionadas aos critérios de sua seleção, bem como das ações de preservação patrimonial. Uma das principais dificuldades para a apreensão do conceito reside na sua abrangência que, sem contornos claros e definidos, também permite uma ampla variedade de situações para a sua utilização em escalas espaciais e intensidades variadas. Estas situações são decorrentes do número de possibilidades e arranjos da paisagem e implicam na necessidade de critérios claros para avaliar sua abrangência geográfica bem como "...da intensidade e qualidade da intervenção humana e das manifestações e representações dela decorrentes" (TORELLY, 2008, s.p.). Neste contexto, acrescenta-se que a paisagem apresenta um caráter dialético e evolutivo, diferenciando-se, especialmente no meio urbano, onde ocorre tanto a necessidade de proteção e preservação patrimonial quanto o atendimento dos aspectos funcionais voltados ao desenvolvimento social e econômico. A complexidade destas situações, portanto, aumenta à medida em que se estabelecem, nas sociedades contemporâneas, um conjunto de variáveis relacionadas às forças de mudanças tanto culturais quanto econômicas.

Já a abordagem de paisagem da CEP prescinde de ações de valorização da paisagem, reconhecendo uma multiplicidade de patrimônios sobre o território, em diferentes

escalas. Há, portanto, uma indagação sobre a qualidade e o caráter dos diferentes tipos de paisagens que devem ser reconhecidos em conjunto com a participação popular. A identificação de um conjunto de paisagens e de seus valores possibilita incluir ações de proteção sobre o território, em diferentes escalas espaciais. Neste sentido, por exemplo, uma paisagem cultural pode corresponder também a um tipo de paisagem específica. A amplitude do conceito da paisagem da CEP, contudo, também implica em estabelecer critérios de abrangência territorial que definam claramente as delimitações de paisagem, às quais correspondam caráter distinto.

Em todas perspectivas institucionais, contudo, a paisagem tem um consenso básico: a proteção dos seus valores e qualidades que lhe conferem caráter. A construção do patrimônio, em sua relação com a paisagem, estabelece-se historicamente e como herança cultural de uma sociedade, de maneira vinculada à sua memória e identidade coletiva. Portanto, os enfoques desta pesquisa estão direcionados à investigação histórica e dos valores da paisagem que, em seu conjunto, em diferentes intensidades e arranjos espaciais, possam corresponder à adoção de medidas de proteção pelo planejamento.

3.3 A proteção de entorno dos bens culturais

Esta seção apresenta princípios voltados à preservação do entorno de bens culturais e à manutenção do caráter e da identidade histórica da paisagem. Na sequência, demonstram-se também, no caso brasileiro, os critérios e métodos utilizados para delimitação espacial do entorno de bens isolados, bem como alguns dos principais parâmetros de atuação que são utilizados no planejamento.

Em 2005, e durante a XI Assembleia Geral do ICOMOS em 2005, foi promulgada a Declaração de Xi'An. Este documento discorre sobre a importância de conservação do entorno dos monumentos e sítios, frente aos riscos representados pela aceleração dos processos de transformação das cidades e das paisagens. Conforme a declaração de Xi'An, os significados da preservação e conservação patrimonial, em qualquer escala, sejam espaços isolados, cidades históricas, paisagens urbanas ou rurais, sítios arqueológicos, edificações entre outros são atribuídos a partir da percepção de valores sociais, espirituais, históricos, artísticos, estéticos, científicos e naturais. Há, portanto, o reconhecimento da importância de conservação do entorno dos monumentos, sítios e áreas de patrimônio cultural, definindo-o como o meio característico que compõe, em diferentes escalas, uma parte significativa da valorização patrimonial. A concepção de entorno extrapola também as questões visuais ou meramente morfológicas, pois implica a manutenção e interação do espaço edificado com o seu ambiente natural e com o patrimônio cultural imaterial. Esta é uma relação de conjunto capaz de contribuir para a manutenção do caráter e da identidade

de cada lugar. É preciso identificar tantos os valores patrimoniais quanto entender e interpretar os entornos nos quais os bens culturais estão inseridos. Esta ação demanda uma compreensão da história e dos processos e dinâmicas de transformação de cada lugar, bem como do que o documento denomina como “caráter dos arredores do bem cultural”.

Este “caráter dos arredores do bem cultural” insere-se em uma perspectiva de procurar harmonizar as relações do bem cultural e dos seus valores com o espaço que lhe confere referência. A declaração de Xi’An estabelece diretrizes para o desenvolvimento de instrumentos de planejamento e práticas para a conservação e gestão do entorno. Entre as mais relevantes, sugerem-se medidas como a delimitação de zonas de proteção ou de “respeito ao seu arredor” para os bens culturais, bem como maior efetividade no controle e gestão dos impactos que possam ocorrer nesta área, em função das transformações de uso e ocupação do solo. Para tanto, por exemplo, é necessário considerar criticamente as possíveis alterações causadas por novos projetos públicos ou privados. Estes devem ser avaliados em termos dos impactos que possam produzir sobre o significado cultural das edificações, sítios ou áreas do patrimônio, bem como do seu entorno.

Mas deve ser considerado também, que as dinâmicas urbanas, em diferentes ritmos, tendem à transformação e a constantes alterações da paisagem. Algumas dinâmicas produzem mudanças de envergadura outras têm impactos acumulativos no tempo, mas requerem, de qualquer maneira um processo de acompanhamento e de gestão contínuos.

A transformação rápida e progressiva das paisagens rurais e urbanas, as formas de vida, os fatores econômicos, ou o meio ambiente natural podem afetar de forma substancial ou irreversível a verdadeira contribuição do entorno para o significado de uma edificação, um sítio ou uma área de valor patrimonial. (Declaração de Xi’An, alínea 9)

O processo de gestão não significa impedir as mudanças ou as transformações da paisagem. A gestão deve procurar estabelecer, em conjunto com a sociedade, as medidas capazes de manter o caráter dos arredores do bem cultural ou então, de cada entorno, procurando definir as alternativas capazes de avaliar, evitar ou mitigar a perda de significado do espaço, a sua degradação ou mesmo banalização. O conjunto das estratégias e ações de gestão também deve ter a cooperação e o compromisso das comunidades para conservação do entorno, bem como a destinação de recursos financeiros por parte de entidades públicas ou privadas.

A declaração de Xi’An é um marco para a conservação do entorno edificado, dos sítios e áreas do patrimônio cultural. Mas o conceito de delimitação de entorno de bens tombados, em função de sua complexidade e alto grau de indefinição conceitual e regulação jurídica é pouco explorado no Brasil. A noção de entorno teve, ao longo do tempo, muitas variações em termos de seus conteúdos, valores e significados. Para Cabreira, Ribeiro e Krause (2013, p.

35) apud Ruiz (1997), os dois pressupostos do conceito estão embasados a partir da sua utilização como um espaço circundante do bem imóvel de interesse patrimonial e da sua caracterização enquanto um mecanismo ou instrumento de proteção. Os autores, contudo, ressaltam que esta dupla dimensão apresenta pouca clareza, podendo haverem dilemas entre a ideia de entorno para bens isolados no espaço e conjuntos históricos, por exemplo. Ao mesmo tempo, reiteram que o papel fundamental do entorno, independentemente de seu valor histórico, é o de potencializar o valor do monumento.

Nas paisagens urbanas contemporâneas, os bens culturais edificados são usualmente tratados de forma isolada no espaço urbano, havendo pouca preocupação, por exemplo, com os valores imateriais que lhe sustentam a “alma” e o sentido original de existência. As ressignificações dos bens, em grande parte, podem lhe garantir a permanência física, mas retiram-lhe também outros conteúdos relacionados às práticas e às possibilidades de conservação do patrimônio cultural imaterial.

Segundo Cabreira, Ribeiro e Krause (2013, p.34), a maior parte dos métodos utilizados para delimitação do entorno estão baseados em critérios de ambiência e visibilidade, que, contudo, são insuficientes para deter os processos de degradação patrimonial. Conforme estes autores, no Brasil, as atuações do Instituto de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, em relação à delimitação do entorno, são embasadas em dois procedimentos básicos: garantir a visibilidade do monumento tombado; propiciar um espaço ou ambiente de fruição do bem cultural. Com o objetivo de identificar os principais valores e justificativas do IPHAN para definição de limites dos entornos de monumentos, Cabreira, Ribeiro e Krause (2013, p.36) também se utilizaram de pesquisa documental referente aos tombamentos realizados pelo Instituto entre o período de 1986 e 2003. Como resultado da pesquisa documental os critérios que se destacaram foram: a utilização da escala, o contexto histórico-paisagístico e o legal. Em termos de discriminação destes critérios, a escala refere-se às áreas que perderam ou não possuem mais relação estilística com o bem tombado ou ainda apresentam natureza tipológica distinta. O contexto histórico-paisagístico está relacionado à intenção de resgatar as relações paisagísticas ou históricas do entorno com o bem tombado, de maneira a procurar garantir a identidade do lugar. Já a delimitação legal é conferida por demanda e estabelece, sem justificativas, mecanismos de proteção ao entorno do bem tombado.

Percebe-se que, tanto do ponto de vista histórico quanto em relação às análises realizadas sobre a delimitação do entorno pelo IPHAN para proteção legal do patrimônio edificado e paisagístico brasileiro, e segundo Cabreira, Ribeiro e Krause (2013, p.36) não há existência de um método institucionalizado em relação ao tema. Ocorrem, portanto, diferentes concepções de entorno, segundo momentos distintos de atuação do órgão não havendo um método particular que possa servir como diretriz geral para outros casos. A ausência de

métodos institucionais, contudo, pode ser justificada pela ausência de debates institucionais sobre o tema, ou mesmo pela complexidade de abordagem e lacunas técnicas do órgão. Ao mesmo tempo, Cabreira, Ribeiro e Krause (2013, p.37) afirmam que há uma preponderância de métodos de delimitação que são fundamentados no atributo da visibilidade. A este respeito, e considerando o conjunto de análises, estudos e pareceres de entorno, destacam os seguintes métodos: método dos visuais, cartografia histórica, análise visual urbana, unidades de paisagem e análise da morfologia urbana.

O método dos visuais pode, a partir da identificação das relações visuais em seu conjunto, contribuir para a construção de possíveis cenários e identificação de impactos ocasionados pelas edificações. A este respeito, é necessário ressaltar que o método está fundamentado na percepção dos elementos e não na interpretação e compreensão das imagens. Neste sentido, em um contexto no qual a maior parte dos bens imóveis se insere de forma fragmentada em relação a sua condição de origem, o método dos visuais possibilita unicamente a garantia de leitura visual do elemento em relação ao conjunto. Trata-se da possibilidade de garantir a percepção do objeto na paisagem. As teorias de Kevin Lynch podem configurar uma extensão do método dos visuais, pois tratam não somente de entender o que se vê, mas como se vê a partir de uma leitura própria de mundo. O método da análise visual urbana, influenciado por este autor e também por Gordon Cullen, procura a compreensão das imagens a partir da percepção do observador na cidade. É uma abordagem subjetiva que busca reconhecer uma imagem pública comum construída a partir de diferentes percepções individuais sobre o espaço.

O método da cartografia histórica é empregado para entender a configuração atual de implantação do bem ou conjunto urbano, resgatando diferentes períodos relacionados às camadas históricas sobre postas sobre o espaço. Este método analisa malhas históricas, traçado urbano, parcelamento do solo, localização das edificações e conjuntos, bem como suas funções, as características naturais, entre outros. Pode ser feita também de maneira integrada à análise da morfologia urbana, método capaz de estabelecer projeções e cenários a partir de tendências de desenvolvimento e avaliação da situação do imóvel em relação aos instrumentos legais de planejamento (índices, taxas de ocupação, recuos, gabaritos etc.). Como último método, Cabreira, Ribeiro e Krause (2013, p.39) referem-se ao uso das Unidades de Paisagem, entendidas como partes do ambiente urbano que apresentam fisionomias particulares e detêm determinadas características e padrões peculiares. São recortes territoriais de natureza homogênea, que podem ser caracterizados por quatro elementos definidores da paisagem: o suporte físico, estrutura e padrão de drenagem, a cobertura vegetal e a forma de ocupação.

Os critérios e métodos analisados por Cabreira, Ribeiro e Krause (2013, p. 41) resultaram em uma classificação que possibilitaram a indicação de parâmetros de atuação que podem contribuir para o controle das intervenções sobre o entorno e dos bens tombados.

Quadro 08: Critérios, métodos e parâmetros para controle das intervenções em entorno

Critério	Método	Parâmetros de atuação
Visibilidade + ambiência	Método dos visuais	Gabarito, restrição na aplicação de sinalização para publicidade, tratamento de fachadas.
Visibilidade + evolução urbana	Cartografia histórica	Gabarito, taxa de ocupação, restrição na aplicação de sinalização para publicidade.
Visibilidade + apropriação do espaço	Análise visual urbana	Gabarito, restrição na aplicação de sinalização para publicidade.
Visibilidade + formação história e morfologia	Unidades de paisagem	Não apresentados.
Visibilidade + morfologia	Análise da morfologia urbana	Gabaritos, taxa de ocupação, restrição na aplicação de sinalização para publicidade.

Fonte: Cabreira, Ribeiro e Krause (2013, p. 41).

A síntese do quadro 08 foi produzida considerando a análise de documentos, portarias e processos de delimitação do entorno de bens tombados. Em relação aos critérios utilizados para explorar as potencialidades de entorno dos monumentos, salientam-se as relações visuais entre a paisagem e o patrimônio cultural, a sua evolução histórica e a cartografia na delimitação de estratos históricos. De maneira geral, percebe-se, também, a existência dos mesmos parâmetros de atuação aplicados no entorno de bens tombados, independentemente dos critérios e métodos que foram adotados para o estudo, onde se observa sempre, a importância de manutenção de visibilidade do bem cultural.

O conjunto de informações disponibilizadas neste capítulo e no anterior permitiu organizar procedimentos metodológicos relativos à classificação do patrimônio cultural material em sua relação com a paisagem. Os bens culturais legalmente reconhecidos em Santa Cruz do Sul concentram-se no traçado de 1992, parte do centro histórico e delimitação espacial desta pesquisa. A adoção de critérios para o planejamento da paisagem deve estar fundamentada na identificação e proteção dos seus valores, entre os quais se inclui o patrimônio cultural e natural como componente essencial da identidade urbana.

A leitura da paisagem, portanto, inicia pela investigação dos valores patrimoniais legalmente reconhecidos, em diferentes escalas, e da sua localização e concentração espacial. Este reconhecimento é ampliado em paralelo aos estudos de evolução histórica bem como, da inventariação e valorização do conjunto de marcas da paisagem, onde a ênfase concentra-se na arquitetura e no urbanismo. O diagrama esquemático da figura 03, apresenta

a classificação das marcas da arquitetura na paisagem urbana, adotando-se a malha ortogonal devido a sua correspondência com o padrão geométrico do estudo de caso.

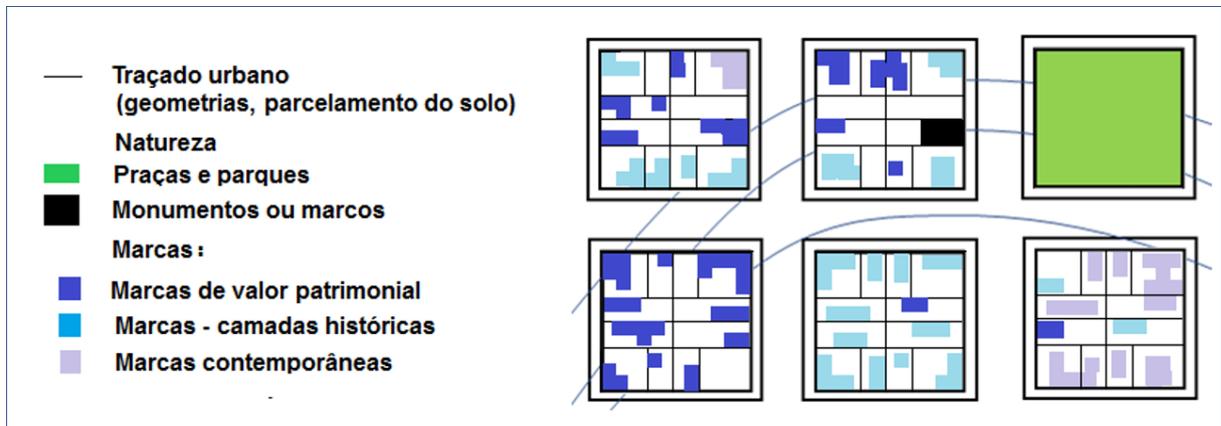


Figura 03: Classificação das marcas materiais da paisagem urbana (malha ortogonal)

Fonte: Elaborado pelo autor.

As marcas relacionadas à investigação e análise do patrimônio cultural material são: o traçado histórico (geometria e dimensionamentos da malha e formas de parcelamento do solo em sua relação com a natureza e a localização dos bens culturais), monumentos, edificações históricas (incluindo-se a arquitetura vernacular) e natureza (parques, praças, jardins, canteiros e arborização urbana). Os bens culturais também são classificados em fases ou períodos históricos distintos segundo o estudo de evolução da paisagem urbana, identificando-se o contexto de sua inserção em relação ao conjunto das marcas da natureza e da cultura. Esta contextualização pode contribuir para a análise do entorno dos bens culturais. Ressalta-se, também, que a classificação morfológica das marcas da arquitetura, segundo Moudon (1997) está vinculada a forma construída (monumentos e edificações) e aos espaços abertos públicos (ruas, praças, parques) e privados (quadras e lotes).

A tessitura histórica e cultural, portanto, pode diferenciar a paisagem por meio da atribuição de valores às marcas, tanto do ponto de vista individual (marcas patrimoniais) quanto em suas relações de conjunto. A diferenciação das marcas da arquitetura, pertencentes a paisagens antigas e recentes, pode expor as camadas de estabilidade, bem como as discontinuidades e rupturas entre diferentes estratos históricos, que correspondem à fragmentação patrimonial. Esta ocorre pelos contrastes entre determinados padrões da configuração espacial vinculadas às características históricas da paisagem. A distinção entre camadas históricas também permite, no presente, a observação dos principais conflitos entre paisagem, patrimônio e planejamento.

4 PAISAGEM E PLANEJAMENTO

A sociedade vem, gradativamente, tomando consciência da importância da paisagem em diferentes escalas do território. Do ponto de vista científico, segundo Maderuelo (2008, p.07), a partir da inclusão do tema em diferentes disciplinas, mas por outro lado, pelo senso comum, devido à facilidade de observação e percepção dos diferentes tipos de impactos das ações antrópicas sobre o território. Este é um dos fatores que contribuem para uma entrada privilegiada da paisagem a partir de temas de preservação, conservação, sustentabilidade ou qualidade de vida. Os impactos relacionados a degradações ambientais podem ocorrer, por exemplo, a partir do crescimento desordenado dos subúrbios residenciais, da urbanização desenfreada de costas marítimas, do abandono da agricultura ou pela ocupação residencial nos campos, pelo surgimento de infraestruturas de porte, etc. Já em áreas urbanas podem ser percebidas situações geradas pela intensidade das transformações espaciais que se traduzem em deterioração, banalização e perda de qualidades paisagísticas de forma a afetar o próprio caráter dos lugares. Muitas das ações do homem são, pois, marcadas pela substituição ou renovação de antigas malhas históricas e edificações de valor patrimonial, ou mesmo de novas configurações de urbanização maciça ou difusa que não apresentam integração com processos históricos de ocupação ou com a natureza. Esses processos de destruição ou invasão, por outro lado, também provocam uma reação de demanda por paisagens de melhor qualidade e de respeito patrimonial.

A definição de território, de acordo com Maderuelo (2008, p.07), ocorre a partir de um conjunto de acontecimentos físicos e elementos que configuram um país, não em suas delimitações políticas, mas como uma região ou um lugar mais extenso. A paisagem surge a partir do momento em que a diversidade dos elementos oferecidos para contemplação aparecem entrelaçados, interligados entre si, sintetizados na expressão “trabazon”. Esta expressão refere-se a uma busca que deve ir além da simples natureza para entender a importância da cultura e também da arte como elementos que qualificam a paisagem. Segundo Maderuelo (2008, p.07), ao se desvendar o que há de paisagem no território é possível utilizar os critérios e valores da paisagem para frear a deterioração ambiental e a perda de qualidades históricas e culturais. Logo, tanto território, em qualquer escala, e suas imagens paisagísticas são suscetíveis de melhorias ou degradação. As paisagens podem ser, portanto, pensadas e planejadas a partir do estudo dos critérios a serem utilizados para prever as consequências visuais das ações antrópicas. E este é um tema pertinente tanto para os territórios que possuem uma imagem de natureza quanto naqueles onde há consolidação das ações do homem como em áreas com densidade histórica.

Se as paisagens expressam o caráter particular de uma região ou de um lugar, é porque estão carregadas de história e conforme Mendoza (2008, p. 17) a sua morfologia está

contida nela. As paisagens que possuem significância histórica têm um caráter cultural inseparável da sociedade, podendo mesmo ser um símbolo visual de identidade coletiva. Há, portanto, e contemporaneamente, uma fase de produção de conhecimentos voltados à planificação e gestão territorial a partir da inclusão das questões históricas e culturais da paisagem no planejamento, sem desconsiderar outros aspectos como os temas de conservação, sustentabilidade e qualidade de vida.

Neste contexto, este capítulo apresenta conceitos teóricos e abordagens metodológicas para o estudo da paisagem e do patrimônio em sua relação com o planejamento. Utilizaram-se também, como referência e suporte pragmático, três casos de experiências internacionais desenvolvidas em países ibéricos e na perspectiva do Convênio Europeu da Paisagem. Desta análise, expõem-se, ao final do capítulo, os principais procedimentos metodológicos adotados para o estudo de caso.

4.1 Metodologias de abordagem da paisagem

A construção de conceitos e métodos para o estudo da paisagem implica em pensá-la tanto como referencial geo-histórico quanto uma forma de leitura do mundo, visto que é uma construção humana incorporada ao senso comum e às manifestações artísticas, mas também, e mais recentemente, às ciências. A paisagem é percebida, conforme Verdum (2012, p. 09), como um complexo mosaico que incorpora tanto sons, cores, emoções, cenas, quanto dinâmicas, estruturas, funcionamentos, constituindo-se simultaneamente, em tema de interesse da arte, da cultura e das ciências. Desta complexidade de abordagens e possibilidades de estudo da paisagem decorre, também um potencial metodológico, visto que diferentes investigações e interpretações podem inter-relacionar-se como em uma espiral, que se move em tempo e espaço distintos.

Do ponto de vista do planejamento e da valorização do patrimônio, a paisagem pode apresentar-se como indicadora de percepção das transformações espaciais a partir da incorporação de novos elementos que são socialmente construídos ao longo do tempo. As mudanças e os novos elementos são também reconhecidos pelo senso comum, de maneira que as transformações decorrentes de ações antrópicas revelam alterações visíveis e perceptíveis nas formas e funcionalidades. Utilizar, portanto, a paisagem como indicadora dessas transformações, equivale, para Verdum (2012, p.10), a entendê-la como estratégia de organização espacial no espaço urbano ao mesmo tempo em que esta é também uma ação simbólica e concreta.

A reconstrução de realidades passadas pela paisagem busca, de certa forma materializar a memória, lembrar acontecimentos, reviver lugares, compartilhar com personagens de tempos vividos. No entanto, a velocidade de transformação das paisagens

altera substancialmente sua leitura por parte das pessoas do lugar, podendo provocar perdas de continuidade histórica e geográfica. (VERDUM, 2012, p. 11)

Neste contexto Verdum (2012, p.11) afirma que todas paisagens urbanas são culturais e revelam transformações no espaço e tempo, considerando as relações entre homem e natureza. As expansões das cidades em áreas ambientalmente imprópria aos assentamentos urbanos, por exemplo, podem ocasionar diferentes situações de fragilidade ambiental. Ao mesmo tempo, as alterações em áreas urbanas já consolidadas, e a criação de novas paisagens, recorrentemente não consideram a necessidade de preservação dos espaços que possuem forte carga simbólica. Um dos enfoques deste trabalho, ou a paisagem-problema, relaciona-se à investigação das relações de descontinuidade histórica e rupturas com o passado na área de estudo. A observação crítica da paisagem na área de estudo é uma estratégia a ser adotada para caracterização do patrimônio cultural em sua relação com o planejamento.

Quanto aos métodos para leitura da paisagem, Verdum (2012, p. 17) descreve a possibilidade de adoção de três alternativas: descritiva, sistêmica e a perceptiva. A paisagem descritiva tem, como fundamento a descrição, enumeração e discussão das formas, o que lhe confere uma análise geográfica com base em um estudo da morfologia da paisagem e da sua visibilidade. Já a alternativa sistêmica constitui-se em uma análise em várias dimensões capaz de reunir elementos físicos, biológicos e sociais. O olhar sistêmico não permite a separação e o aprofundamento de estudo dos diferentes elementos constituintes da paisagem, pois podem haver perda do entendimento das relações entre as partes. A paisagem é o entendimento de uma totalidade capaz de reunir formas, estruturas e funções, mas o relacionamento e a análise das diferentes características espaciais, econômicas, psicológicas, etc não possibilitam dominar o conjunto. Como terceira alternativa, o autor refere-se ao estudo da paisagem perceptiva, entendida como marca e matriz, definição utilizada por Berque. Nesta perspectiva, a paisagem é o concreto e o real, mas as suas representações podem contribuir para revelar a matriz cultural que inclui o coletivo de uma determinada sociedade. A paisagem é, assim, tanto uma realidade quanto uma aparência da realidade, e pode expressar diferentes aspectos relacionados a semiologia, ou a uma poética e a qualidades estéticas. (PUNTEL, 2012, p. 29).

Já em relação aos indicadores de percepção da paisagem, Verdum (2012, p.18) enfatiza a necessidade de reconhecimento dos principais elementos que a estruturam, bem como a relação que se estabelece entre estes e novos elementos integrados em uma escala espacial e temporal. A análise geográfica da paisagem é feita a partir de sua caracterização em Unidades de Paisagem (UP) distintas, utilizando-se basicamente, critérios de forma, função, estrutura e dinâmica, sinteticamente descritos no quadro 09.

Quadro 09: Critérios para caracterização da Paisagem

Critérios	Caracterização
Forma	A paisagem visível (natureza e ações antrópicas).
Função	Atividades (ou conjunto de atividades) desenvolvidas pelas formas.
Estrutura	Relacionado a natureza social e econômica dos espaços e a organização, disposição e ordem das formas e funções.
Dinâmica	Ação contínua que gera diferenças em termos de resultados e movimentos.

Fonte: elaborado com base em Verdum (2012, p. 18).

A forma é constituída pelos aspectos visíveis da paisagem que podem ser reconhecidos pela sua análise em bases cartográficas, registros fotográficos, imagens de satélites, pesquisa de campo, etc. Constituem-se tanto de elementos da natureza (relevo, hidrografia, vegetação etc.) quando das marcas das ações antrópicas (padrões de uso e ocupação do solo). As formas constituem, assim, uma primeira evidência do que é visível e material e relacionam-se a diferentes funções. Estas constituem-se em atividades (ou conjunto de atividades) desenvolvidas pelas formas e que revelam áreas agrícolas, áreas urbanas, infraestruturas construídas, atividades mineradoras etc. As relações entre função e forma ocorrem de forma distinta entre as diferentes unidades de paisagem, e podem também ser reconhecidas pelo sensoriamento remoto ou mesmo pelo trabalho de campo.

Forma e função apresentam-se em diferentes padrões de organização, estabelecendo hierarquias no espaço e revelando estruturas de natureza social e econômica, distintas entre os espaços construídos pelo homem, e, portanto, entre as unidades de paisagem. Estas apresentam também diferentes dinâmicas, entendidas como as ações contínuas, ou comportamentos e evolução capazes de gerar diferentes resultados ao longo do tempo.

A observação e diferenciação da paisagem em suas partes (unidades de paisagem) considera também a subjetividade, que pode ser individual ou coletiva. Do ponto de vista individual quando for realizada pelo pesquisador e do ponto de vista coletivo quando considerar o referencial cultural de determinada coletividade. Deve ser considerada ainda a escala de observação que influencia os processos de entendimento.

De forma sintética, segundo Verdum (2012, p. 19) a observação e a diferenciação espacial, considerando-se forma e estrutura, podem ser reconhecidas a partir da distinção dos elementos que compõem a paisagem (tais como cobertura vegetal, solos, hidrografia, etc) e a sua apropriação e uso, ou então funcionalidade, a partir da observação e diferenciação das transformações realizadas pelo trabalho do homem e pela utilização de técnicas. Desta análise, podem-se obter significados distintos que correspondem a padrões paisagísticos e identidades locais. Estes padrões devem também considerar tempos distintos, ou o geológico e histórico. Em relação ao tempo histórico, o autor faz uma importante ressalva relacionada à

capacidade de incorporação de uma paisagem à identidade individual e coletiva no período de uma geração, ou então aproximadamente 25 anos.

Como proposta de avaliação sensorial e estabelecimento de indicadores visuais, Verдум (2012, p. 20) propõe três etapas metodológicas: a primeira relacionada à análise da paisagem pela sua globalidade, decompondo-a em partes ou unidades definidas pelos seus próprios limites naturais, tais como planícies, coxilhas, vales, encostas, florestas e outros. Esta análise equivale a um primeiro olhar ou impressão sobre os elementos constituintes da paisagem em sua relação com as experiências vividas no cotidiano da população. Na sequência, e como segunda etapa, o autor sugere reconhecer entre estes elementos os que são mais marcantes e valorizados pela sua capacidade de produzir uma reação de caráter estético. Ao mesmo tempo, e como terceira etapa, é preciso reconhecer que estes elementos se transformam e se alteram ao longo do tempo.

Verдум (2012) também enfatiza que é essencial realizar o levantamento das paisagens que têm interesse estético bem como as que apresentarem relevância pela existência de seu patrimônio histórico. Esta ação pode subsidiar elementos que contribuam no planejamento de uma paisagem do futuro, estabelecendo critérios que possam orientar as alterações de forma e função. Há também necessidade de incorporar a percepção da população neste processo. Portanto, sugere que o público-alvo a ser pesquisado seja de residentes, mas também integre visitantes ocasionais. Este tipo de entrevista deve também ser realizada a partir de uma visão global da paisagem, indagando aos entrevistados a sua percepção de paisagem de forma a identificar os elementos que constituem referências, de acordo com sua experiência e satisfação pessoal. Esta percepção deve incorporar também as alterações das paisagens, nem sempre re(conhecidas) pela população. Os resultados das entrevistas podem ser analisados de maneira a qualificar as principais referências da paisagem em escalas de valor que permitam reconhecer a hierarquia de importância existente entre elas.

Também Mendoza (2008, p.33) descreve os principais procedimentos metodológicos para uma investigação territorial da paisagem a partir de três fases distintas. A primeira está relacionada à caracterização da paisagem e de suas fisionomias. Esta fase deve identificar e analisar os diferentes elementos constituintes e estruturantes da paisagem, determinando unidades de paisagens coerentes entre si e que possam expressar o caráter específico de cada área em relação ao conjunto. Portanto, dependendo da escala utilizada, podem ser estabelecidos diferentes tipos, grupos ou conjuntos de paisagens.

A segunda fase está relacionada à atribuição de valores à paisagem. Inclui também os estudos que possam determinar as diferentes capacidades de transformações e mudanças de uso da área em relação a novas atividades. Esta é uma fase importante para o estabelecimento de objetivos e medidas de ações paisagísticas. Pode haver definição de

níveis de interesse paisagístico, com atribuição de valores como “alto”, “médio” ou “baixo”, mas estes também estão relacionados a outros aspectos como análise de tendências e transformações da área.

Após a caracterização e valoração, a terceira fase está relacionada ao estabelecimento de objetivos paisagísticos gerais e à definição de diretrizes e linhas de atuação. Tendo em consideração as indicações do Convênio de Florença, os objetivos podem estar vinculados a diferentes iniciativas voltadas à proteção de determinados elementos ou unidades de paisagem, estabelecendo critérios para gestão, recuperação ou mesmo para a criação paisagística. Nesta fase, devem ser estabelecidos também os instrumentos de ordenamento e o seu alcance jurídico do ponto de vista do planejamento. A planificação pode ocorrer em diferentes escalas (planos territoriais regionais, sub-regionais, municipais, áreas de caráter setorial) sendo necessária a sua integração e ações de coordenação entre as diferentes políticas. O quadro 10 apresenta, de forma sucinta, os três procedimentos metodológicos básicos utilizados para o estudo da paisagem.

Quadro 10: Procedimentos metodológicos para investigação da paisagem

Procedimentos metodológicos
1. Caracterização da paisagem e fisionomias
- análise de elementos constituintes e estruturantes da paisagem;
- determinação de unidades de paisagem;
- relações entre as diferentes escalas da paisagem (tipos, grupos, conjuntos de paisagens).
2. Atribuição de valores para a paisagem
- identificação de valores da paisagem;
- estudos relacionados à evolução da paisagem e transformações;
- definição de níveis de interesse paisagístico.
3. Estabelecimento de objetivos gerais
- elaboração de objetivos voltados à proteção de elementos ou unidades de paisagem;
- critérios para gestão, recuperação ou criação paisagística;
- estabelecimento de instrumentos de ordenamento;
- planificação pode ocorrer em diferentes escalas e deve ser integrada.

Fonte: Realizado pelo autor com base em Mendoza (2008).

Em relação à organização da paisagem são analisados, de forma sintética, a sua configuração e estrutura em aspectos como a topografia, a propriedade fundiária, os processos de assentamento humanos. O autor destaca também que não se trata de capturar todos elementos da paisagem, mas sim identificar os que são dominantes e os diferentes fatores envolvidos. A dinâmica da paisagem deve ser entendida como incorporada ao momento da identificação, e parte tanto de observação de campo quanto da literatura bibliográfica existente. Sendo assim, podem ser sinalizados aspectos relacionados a tendências de evolução, por exemplo. O próximo item refere-se à percepção visual da paisagem e contém aspectos tais como a qualidade e a estrutura visual da paisagem a partir de mirantes, eixos visuais dominantes, fundos cênicos, etc. Na sequência, há uma

identificação dos valores ecológicos, perceptivos e culturais da paisagem de forma associada às fotografias e ao mapa de localização. As fotografias podem ser tiradas de diferentes perspectivas, das mais distantes, como panorâmicas até as mais próximas, conforme o nível de exigência. A ficha é completada, então, conforme Mendoza (2008, p.45), com uma imagem cultural da paisagem que pode incluir ainda uma bibliografia de consulta. Neste sentido, e na descrição da imagem cultural, alerta para a necessidade de denominações que sejam claras e compreensíveis. A toponímia pode revelar expressões culturais e históricas distintas. Além disso, a discriminação fisiográfica da paisagem pode utilizar-se de terminologias simples como serras, maciços, cerros, vales, depressões, planícies entre outros com a capacidade de criar e nomear lugares. Segundo Mendoza (2008, p.51), as unidades de paisagem, constituídas em escala sub-regional, podem servir como base para ações de planejamento e ordenamento que diminuam a degradação, e é necessário discutir quais são os instrumentos a serem utilizados. Desde os urbanísticos, até os planos setoriais e regionais de ordenamento territorial. Estas discussões são, são na atualidade, parte das experiências internacionais que ocorrem na Europa após a promulgação do Convênio Europeu da Paisagem.

4.2 A paisagem na perspectiva do planejamento europeu

A promulgação da Convenção Europeia da Paisagem foi o fator que impulsionou a organização de protótipos e guias de procedimentos para elaboração de catálogos de paisagem, em um esforço realizado por diferentes países-membros para a elaboração de políticas destinadas à proteção, gestão e o ordenamento da paisagem. A base de entendimento da paisagem é realizada a partir de sua definição como parte do território "...tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da ação e da interação de fatores naturais ou humanos" (CEU, 2000, Capítulo I, Artigo 1º, alínea "a").

Os catálogos de paisagem constituem ferramentas capazes de demonstrar os seus valores em diferentes escalas do território, bem como a sua evolução e a sua configuração em termos das respectivas dinâmicas econômicas, sociais e ambientais. Este tipo de documento técnico, conforme exposto por Criado (2012, p.05), é concebido com a finalidade de ordenação e gestão da paisagem no contexto do planejamento em qualquer escala do território. Conforme este autor, a variável paisagística é atualmente um componente substancial no estabelecimento de objetivos, estratégias e diretrizes voltadas à qualificação do território, orientando o desenvolvimento urbano de maneira a preservar a identidade de cada lugar e a garantir a funcionalidade da infraestrutura verde.

Neste sentido, e com o objetivo de pesquisar as bases conceituais, metodológicas e procedimentais existentes na elaboração de catálogos de paisagem, selecionaram-se três

experiências, duas na Espanha e uma em Portugal, todas com abordagem territorial³. Ambos os países, Portugal e Espanha, foram participantes da reunião ministerial de Florença, realizada em 2000, bem como encontram-se entre os primeiros países europeus que efetivamente ratificaram a Convenção. Ressalta-se também que, de forma paralela ao estudo destas experiências, faz-se necessário um olhar crítico em relação às escalas e instrumentos de planificação, devido às peculiaridades jurídicas e administrativas destes países no ordenamento dos seus territórios. Os protótipos de catálogos pesquisados propiciaram muitas informações e procedimentos metodológicos gerais que, de forma contextualizada ao objeto de estudo desta pesquisa, podem ser relevantes para o estudo da paisagem urbana. Na sequência expõem-se os principais aspectos e considerações realizadas a partir da leitura de Nogué e Sala (Protótipo de catálogo da paisagem da Catalunha, 2006), Criado (Guia metodológico de estudo da paisagem, Valença, 2012) e Cancela D'Abreu (A paisagem na revisão dos Planos Diretores, Portugal, 2011).

Os catálogos de paisagem são documentos técnicos que, conforme Nogué e Sala (2006, p. 04), são concebidos com a finalidade de serem utilizados como base para discussões relacionadas ao ordenamento e gestão da paisagem em uma perspectiva de planejamento territorial. Sua elaboração é, portanto, um exercício acadêmico de identificação, caracterização e valorização da paisagem, destinando-se à incorporação de objetivos de qualidade paisagística em diferentes escalas de planificação do território. Conforme este autor, os catálogos constituem ferramentas novas que possuem poucos precedentes na escala internacional. Ainda que haja muito conhecimento científico a respeito do tema paisagem, não há um método universalmente reconhecido para proceder ao estudo, identificação e avaliação da paisagem. Os conteúdos mínimos para os catálogos de paisagem, descritos por Nogué e Sala (2006, p. 14) são: a inventariação dos seus valores; a enumeração de processos e atividades relacionados à configuração atual da paisagem; a sinalização das principais rotas ou áreas de onde a paisagem é percebida; a delimitação de unidades de paisagem; a definição de objetivos de qualidade paisagística para cada unidade de paisagem; as propostas para atendimento dos objetivos de qualidade paisagística.

Nos documentos pesquisados, o estudo da paisagem sobre o território e a identificação e inventariação de seus valores permitem a sua decomposição em partes distintas e menores, mas que mantêm relações entre si. Constituem-se em unidades de paisagem delimitadas de maneira a caracterizar as áreas do território e que apresentam coerência em termos estruturais, funcionais e visuais. Estas partes, ou áreas do território

³ O termo território, conforme Cancela d'Abreu (2011, p. 10), é utilizado com uma significação pragmática correspondente ao suporte físico ou delimitação de determinada área à qual correspondem características importantes e a partir do qual são definidas funções como as de uso e ocupação do solo. Esta mesma significação é compartilhada no entendimento deste projeto de pesquisa.

possuem o que se denomina de caráter, ou então, dito de outra maneira, a existência de um conjunto de elementos capazes de contribuir para reconhecer as diferenças entre as paisagens.

Assim, as unidades de paisagem nos catálogos de paisagem são baseadas, principalmente, nos elementos que estruturam o território (as montanhas, os rios ou a rede de estradas) e na sua organização (terra agrícola, florestal ou urbana), mas consideram ao mesmo tempo que esta paisagem conta com determinadas dinâmicas que contribuíram – e contribuem – para modelar a sua imagem atual (processos irreversíveis de urbanização, transformações agrícolas...) apresentando uma tradição cultural e uma história particular que dificilmente se pode identificar com a simples sobreposição de camadas cartográficas. (NOGUÉ; SALA, 2006, p. 16, tradução nossa)

O caráter de uma paisagem se revela a partir da combinação de formas naturais, do uso e da ocupação do solo integrados à dimensão histórica e às relações da população com o lugar e a sua percepção. Há, portanto, e do ponto de vista metodológico, para este autor, uma consideração na concepção das unidades de paisagens com as relações particulares (sociais, econômicas e culturais) que se estabelecem no território e seus habitantes, o que caracteriza cada paisagem como única e singular. Para servir como base operativa, a unidade de paisagem pode utilizar seis variáveis: os fatores fisiográficos; os padrões de uso e a ocupação do solo; a dimensão histórica da paisagem; a sua estrutura aliada ao estudo de sua visibilidade; a detecção de dinâmicas e tendências de evolução da paisagem e das correlações com o próprio sentimento de lugar.

A quantidade de variáveis para definição das unidades de paisagem sempre acarreta sérias dificuldades metodológicas. Mas, para Nogué e Sala (2006, p.18), estas dificuldades podem ser mitigadas se houver o atendimento de três premissas: a primeira está relacionada à seleção e identificação de elementos que sejam de fácil apreensão; a segunda, no sentido de propiciar o maior conjunto possível de informações, e a terceira, que possa ser útil para o planejamento territorial, urbanístico e setorial.

Em relação à dimensão histórica e patrimonial, objeto desta pesquisa, Nogué e Sala (2006, p. 17) afirmam que qualquer unidade de paisagem fundamenta-se a partir das formas e estruturas paisagísticas herdadas no tempo, desde a formação do núcleo urbano, até as estruturas de parcelamento e das propriedades, bem como as tipologias e a sua distribuição conforme diferentes atividades exercidas ao longo do tempo. A persistências destes padrões históricos, que em grande parte estão relacionados ao patrimônio cultural material e imaterial da sociedade, é o que distingue e define o caráter e a identidade da paisagem, sendo, portanto, elementos que podem contribuir para a sua planificação. Portanto, em uma situação particular, os catálogos de paisagem podem prever situações de paisagens com atenção especial. Estas são definidas a partir de características de determinadas partes do território

que apresentam situações de peculiaridades, complexidades ou singularidades de um ponto de vista paisagístico. São, por exemplo, zonas periurbanas, ou espaços submetidos a uma intensa transformação em termos de seus usos. Em relação às paisagens com atenção especial, (NOGUÉ; SALA, 2006, p. 18) podem corresponder objetivos de planejamento no âmbito urbanístico, por exemplo, que incidem e afetam diretamente a população. A categoria de “paisagem de atenção especial” caracteriza, nesta pesquisa, a abordagem adotada para a área de estudo da mesma. A delimitação espacial do estudo de caso não corresponde ao resultado de análise das unidades de paisagens existentes no território urbano. Sua seleção foi realizada a partir da avaliação preliminar dos conteúdos históricos da paisagem urbana (traçados) bem como pela concentração do patrimônio cultural e simbólico da cidade de Santa Cruz do Sul. Somam-se ainda os aspectos funcionais e simbólicos (centro urbano) bem como os riscos de perda da sua identidade histórica.

Em relação aos procedimentos gerais para elaboração de catálogos de paisagem, o guia da Catalunha apresenta cinco fases ou etapas que são: a identificação e caracterização da paisagem; a avaliação da paisagem; a definição de objetivos de qualidade paisagística; o estabelecimento de diretrizes, ações e propostas de atuação; o uso de indicadores. A primeira etapa está relacionada à identificação das áreas do território que possuem um caráter similar em termos de seus elementos naturais, culturais e visuais e que são, portanto, correspondentes a uma unidade de paisagem. Há necessidade também de uma descrição da dinâmica geral desta paisagem e de sua evolução bem como de suas tendências de desenvolvimento.

A elaboração do mapa de valores sobre o território, portanto, em paralelo ao estudo evolutivo da paisagem, permite compreender a sua dinâmica e os diferentes fatores que atuam na sua composição. A fase dois, correspondente à definição de objetivos de qualidade paisagística, pode ser organizada em duas etapas, respectivamente, relacionadas à avaliação de ameaças e oportunidades e à definição dos objetivos que podem ser integrados às políticas territoriais e setoriais. Na fase três, e após a elaboração de um mapa de objetivos de qualidade paisagística, há o estabelecimento de ações e propostas de atuação as quais consistem em recomendações e medidas a serem adotadas para os assentamentos humanos, as infraestruturas e os espaços abertos. Nesta etapa, devem ser analisadas as políticas já existentes e a capacidade de integração das medidas e propostas de atuação dos objetivos de qualidade paisagística. Por fim, Nogué e Sala (2006, p. 29) discorrem sobre a importância de indicadores capazes de parametrizar os atendimentos dos objetivos propostos.

O guia metodológico para a Comunidade Valenciana apresenta, com pequenas variações, os mesmos procedimentos metodológicos descritos para as principais fases ou etapas de elaboração dos catálogos da Catalunha. A descrição dos mesmos, contudo, é feita de maneira mais detalhada por meio da exposição (e sugestão) de técnicas a serem utilizadas

em diferentes momentos de elaboração do documento. Algumas direcionam-se para o estudo dos valores históricos por exemplo. Outras, descrevem orientações para as diagramações e apresentações visuais dos catálogos, entre outras.

De acordo com Criado (2012, p. 14), toda paisagem é uma construção social e cultural embasada em um substrato material físico. Por isso, é tanto realidade física quanto representação cultural, sendo a fisionomia externa e visível de uma parte da superfície terrestre e também percepção individual e social. Estes dois aspectos ocorrem de forma simultânea para qualquer estudo da paisagem e são exemplificados a partir da utilização de um exemplo da percepção de uma determinada porção do território por meio da visão vertical (ao se observar uma fotografia aérea, por exemplo) e/ou horizontal (quando é feita a partir do ponto de vista do observador). A visão vertical oportuniza uma leitura da realidade que pode revelar estruturas e conteúdo da paisagem, como os diferentes usos do solo e as suas formas de ocupação, expondo, portanto, todos os elementos constituintes da realidade física. A visão horizontal, ao nível do observador, pode estar relacionada com maior ênfase, à percepção do cidadão e aos diferentes significados que estão contidos na paisagem. Este método visual, que engloba tanto a visão vertical quanto a horizontal, pode expor, em conjunto, as peculiaridades e singularidades de cada paisagem, integrando seus aspectos objetivos e subjetivos.

A imagem de uma paisagem, segundo Criado (2012, p. 140), deriva de dois aspectos: da configuração morfológica e dos processos culturais de apreensão do território pela sociedade. O primeiro determina a estrutura visual da paisagem a partir da organização dos seus componentes principais (com especial atenção ao relevo) e o segundo a partir dos estudos de preferência da população e das suas referências e vínculos culturais e pessoais. Para este autor a análise visual da paisagem compreende cinco elementos: a estrutura e exposição visual da paisagem; a imagem histórica e cultural; os percursos de forte valor cênico ou estético; os pontos de observação (tendências mais evidentes de visualização da paisagem) e visibilidade (áreas visualmente mais expostas).

A estrutura e exposição visual avalia o nível de visibilidade de diferentes pontos do território. Compreende, por exemplo, a detecção de bacias visuais e da visibilidade dos principais elementos da paisagem em diferentes escalas do território (CRIADO, 2012, p. 142). Já a imagem histórica da paisagem analisa os aspectos culturais e a história dos lugares expondo suas principais características físicas e visuais. Procura, também identificar e representar as cenas, descrições ou imagens que são transmitidas de maneira intergeracional por representações obtidas na literatura, fotografia, pontos turísticos que exponham as paisagens ou lugares de referência para moradores ou visitantes do território.

Também segundo Criado (2012, p.16), e de maneira similar ao exposto por Nogué e Sala (2016), as principais etapas metodológicas são descritas como: a informação sobre o

território; a caracterização, análise visual e valorização da paisagem; a fixação de objetivos de qualidade paisagística e, por fim, a adoção de medidas e ações que forem necessárias para o cumprimento dos objetivos. O documento chama atenção ainda para a necessidade de qualquer catálogo apresentar as informações de forma sintética, rigorosa, clara e gráfica.

No item de informações do território, devem ser internalizados os diferentes critérios de desenvolvimento sustentável. Estes podem subsidiar princípios e estratégias de desenvolvimento que permitam melhor compatibilizar as adequações de cada paisagem de maneira a favorecer um crescimento mais racional e integrado às singularidades e à identidade visual de cada lugar. Um aspecto ressaltado pelo documento é a necessidade de compatibilidade de usos do território com a sua infraestrutura verde, definida da seguinte maneira:

É a infraestrutura territorial básica integrada pelas áreas territoriais e elementos de alto valor ambiental, cultural e visual, as áreas críticas do território que devem estar livres de urbanização, e o conjunto territorial constituído por corredores ecológicos e conexões funcionais relacionados aos elementos anteriores. (CRIADO, 2012, p. 48, tradução nossa)

A caracterização da paisagem é um primeiro reconhecimento do território entendido como uma descrição, classificação e delimitação cartográfica realizada em unidades de paisagens distintas. A delimitação de unidades de paisagens está relacionada à identificação das áreas que possuem um caráter semelhante, e Criado (2012, p.66) descreve as diferentes nomenclaturas para as unidades de paisagens que estão relacionadas às variações de escala. As unidades de planejamento regionais (UPR), por exemplo, estão em escalas que variam de 1/300.000 até 1/100.000; Unidades de Paisagem Supra municipais (UPSM) em escalas de trabalho de 1/100.000 e 1/50.000; Unidades de Paisagem Local (UPL), em escalas de 1/50.000 e 1/5.000; Unidades de Paisagem Urbana (UPU) aproximadamente entre 1/5.000 e 1/ 2.000. As variações de escalas, nesta pesquisa, serão utilizadas segundo a necessidade de contextualização das configurações morfológicas (ou das marcas da paisagem) com as informações que caracterizem historicamente e culturalmente a área de estudo.

No conjunto, a caracterização engloba cinco etapas, respectivamente: a evolução histórica da paisagem e tendências de desenvolvimento; a organização (ou componentes principais que lhe dão estrutura); as unidades de paisagem; os recursos paisagísticos (relacionados à atribuição de valores); os conflitos ou aspectos que provocam uma degradação da paisagem (CRIADO, 2012, p. 39).

A necessidade de entender a evolução e organização da paisagem, analisando suas transformações ou permanências, ao lado das causas destes processos, é um estudo histórico. Este estudo histórico pode definir as características adquiridas pela paisagem ao longo do tempo, avaliando-se planos e ações, bem como algumas das tendências de

mudanças no futuro. Neste sentido, é possível sintetizar as principais transformações ocorridas na paisagem ao longo do tempo, explicando-as por ordem cronológica e expondo as marcas que persistiram ao longo do tempo (CRIADO, 2012, p. 60). Ao mesmo tempo, utilizando-se de planos e programas em andamento, podem ser extraídas informações relacionadas às tendências de mudança e impactos.

A caracterização da paisagem, pela identificação de seus diferentes valores ou recursos, e a participação social, servem como base para a identificação de conflitos, tanto os já existentes quanto os que podem ser previsíveis por manifestarem determinadas tendências de desenvolvimento. O guia de Valência já expõe alguns dos principais conflitos paisagísticos e suas consequências negativas. Entre eles, estão o desaparecimento ou degradação de paisagens valiosas, a fragmentação das paisagens e a aparição de paisagens de baixa qualidade. Há tendências de mudanças que modificam a paisagem a partir de diferentes aspectos. São implantações de infraestruturas capazes de ocasionar grandes impactos, as construções realizadas de forma imprópria em relação às características do local de implantação, o abandono ou a degradação de edificações patrimoniais (ou mesmo o seu não reconhecimento), a implantação de atividades (usos do solo) não coerentes com a paisagem, a perda de identidade de espaços públicos abertos, entre outros. Após a identificação e seleção dos principais conflitos, a proposição de objetivos de qualidade paisagística, deve ser realizada e ter o acompanhamento de uma equipe pluridisciplinar.

Quadro 11: Critérios de avaliação da qualidade paisagística

Critérios	Discriminação
Interesse para sua conservação	Está relacionado à atribuição de valores que destacam sua necessidade de proteção.
Representatividade	Avaliação da capacidade da paisagem ser um tipo característico do território, e que possa expressar sua identidade e diferença em relação a outras partes.
Singularidade	A singularidade é a excepcionalidade que se encontra na diversidade paisagística, e que pode correr ameaças de degradação merecendo, portanto, uma atenção especial.
Integridade	Corresponde, em relação às paisagens representativas e singulares, aos lugares que apresentam alto nível de integridade revelando padrões nítidos.
Função de paisagem integral	As paisagens que por motivos de localização, organização interna ou evolução tem relevância no contexto geográfico. Tem maior relação com o contexto do que com seus valores intrínsecos.
Qualidade da cena	Reconhecimento das expressões estéticas singulares e dos recursos visuais mais importantes.

Fonte: Criado (2012, p. 105).

As proposições de objetivos, conforme o quadro 11, consideram critérios de avaliação da qualidade paisagística, entre eles a qualidade da perspectiva ou “cena”, a sua representatividade ou carga simbólica e social, o interesse de conservação entre outros. Este

cenário é o que permite definir objetivos de qualidade da paisagem, sempre permeada e procurando-se obter o consenso por meio da participação pública. Os objetivos para as políticas de paisagem da Comunidade Valenciana abrangem três aspectos gerais: a proteção e a valorização das paisagens patrimoniais e daquelas que são socialmente mais apreciadas; assegurar a salvaguarda e a gestão dos valores da paisagem na planificação territorial e urbanística; a coordenação integrada de diferentes setores da administração pública para a melhoria da qualidade da paisagem.

O valor paisagístico é um valor relativo, pois é atribuído em diferentes contextos e escalas (CRIADO, 2012, p.110). A valorização de cada unidade de paisagem deve considerar, também, as preferências da população e da análise de visibilidade. Para organização destas informações, sugere a organização de uma matriz de decisão, de forma a procurar sintetizar tanto os resultados da avaliação de qualidade paisagística, quando o valor social (participação popular) e a visibilidade. Em seu entendimento, e conforme o quadro 12, pode ser atribuída uma valorização qualitativa em cinco graus, respectivamente: muito alto, valor alto, médio, baixo, valor muito baixo. A cada uma destas valorações, correspondem diferentes discriminações, conforme segue:

Quadro 12: Graus de avaliação da paisagem

Valorização da paisagem	Discriminação sintética
Muito alto	Estrutura nítida, organização apropriada de usos; Recursos paisagísticos merecem proteção; Alta avaliação social da paisagem; Alta sensação de identidade com o lugar; Paisagem muito singular ou representativa do território; Cenas de alta qualidade visual; Tem importância decisiva na diversidade do território;
Alto	Estrutura de paisagem reconhecível. Relativa integridade e coerência na organização de seus componentes principais; Alguns recursos paisagísticos merecem proteção; Apresenta alta exposição visual; Relativa singularidade ou representatividade; Tem importância dentro do mosaico territorial;
Médio	A estrutura da paisagem é distinguível com desenvolvimento de diferentes tipos de usos; Pode ter recursos paisagísticos merecedores de atenção; Não apresenta destaque quanto a valorização social;
Baixo	Estrutura de paisagem degradada. Organização confusa e pouco legível; Não apresenta ou tem poucos recursos paisagísticos de interesse especial; Há pouca valorização social;
Muito baixo	Estruturas da paisagem estão avariadas apresentando total alteração de suas características por novos usos desenvolvidos; Não apresenta aspectos que apresentem interesse para sua conservação; A população revela preocupação com a evolução da paisagem.

Fonte: Criado (2012, p. 111).

A valorização proposta para cada unidade de paisagem está também relacionada ao estabelecimento de objetivos de qualidade paisagística, descritos pelo autor como linhas estratégicas que consideram tanto o valor de cada paisagem quando os diferentes tipos de conflitos. O autor sugere cinco objetivos gerais, que podem ser descritos da seguinte forma: a conservação e manutenção do caráter da paisagem; a restauração do seu caráter; a melhoria do caráter da paisagem a partir da introdução de novos elementos ou gestão do que é existente; a criação de novas paisagens e por fim, uma combinação dos objetivos anteriores em determinados casos. A conservação da paisagem está relacionada à manutenção de suas características em termos de estrutura paisagística e de caráter. Esta conservação deve ser também contextualizada em relação às diferentes dinâmicas de transformação da paisagem e do risco de perda de seus valores. A restauração da paisagem pode determinar medidas e ações destinadas à recuperação de valores, em especial quando identificados conflitos que expõem degradação do território. A gestão enfoca todas as atividades de manejo que possam preservar o caráter do lugar. Neste sentido, a modificação da paisagem é um termo utilizado para expressar as transformações que modificaram totalmente a aparência de determinado lugar do território. Dependendo do contexto e da intensidade da transformação as ações podem ser orientadas para a melhoria da qualidade paisagística ou mesmo para a criação de novas paisagens.

O documento “A paisagem na revisão dos PDM: orientações para a implementação da Convenção Europeia da Paisagem no âmbito municipal” tem o objetivo de fornecer bases doutrinárias, metodológicas e técnicas para uma abordagem integrada dos temas da paisagem na gestão territorial municipal. Neste sentido, as questões relacionadas à paisagem, conforme Cancela d’Abreu (2011, p. 08), são recentes, constituindo-se em novas dimensões a serem introduzidas junto às planificações territoriais. De maneira pragmática, o documento explicita conceitos operativos fundamentais a partir de uma leitura crítica da Convenção Europeia da Paisagem focada no ordenamento do território. Em um segundo momento, apresenta os principais aspectos metodológicos referentes ao estudo da paisagem, adequando os mesmos às fases de revisão dos Planos Diretores Municipais. Por fim, demonstra um estudo de caso que expõe parte dos conceitos, metodologias e técnicas preconizadas como orientação metodológica.

Sem excluir outras possibilidades de definição do conceito de paisagem, o autor enfatiza as suas duas naturezas distintas: objetiva e subjetiva, conforme descrito no quadro 13. A componente objetiva está relacionada aos componentes biofísicos e humanos e inclui a análise dos principais aspectos naturais e dos sistemas de uso e ocupação. Já a natureza subjetiva considera a visibilidade e a percepção pública da paisagem, incluindo as maneiras como esta é sentida e entendida pela população em um contexto de participação no ordenamento territorial.

Quadro 13: Componentes objetivos e subjetivos para caracterização da paisagem

Objetiva	Subjetiva
<p>1) Componente objetiva</p> <ul style="list-style-type: none"> - quadro geológico; - clima geral e local; - morfologia e relevo; - sistemas hídricos; - solos; - flora e fauna; - sistemas de uso e suas dinâmicas: <ul style="list-style-type: none"> - tipologias do edificado; - valores patrimoniais; - sistemas viários; - espaços públicos e áreas verdes; - áreas de preservação natural. 	<p>2) Componente subjetiva (ênfatisada pela CEP... “..tal como é apreendida pelas populações.”</p> <ul style="list-style-type: none"> - Percepção pública da paisagem. a) Formas de participação: <ul style="list-style-type: none"> - percepção tem pouco sentido a nível individual; - aplicação de workshops, entrevistas, oficinas, seminários, etc. b) Visibilidade da paisagem: <ul style="list-style-type: none"> - aplicação de visibilidade (bacias visuais) e critérios de semelhança em termos perceptivos; - deteção de linhas, pontos e superfícies com especial interesse no que diz respeito as vistas panorâmicas; - elementos que se salientam na paisagem afetando-a visualmente tanto no sentido positivo quanto negativo. c) Percepções sensoriais: <ul style="list-style-type: none"> - olfativas e auditivas; d) Carga simbólica e emotiva: <ul style="list-style-type: none"> - origem religiosa, histórica, variados tipos de tradições etc. <p>Importância desta análise para definição dos valores, de externalidades positivas e negativas da paisagem..</p> <ul style="list-style-type: none"> - previsão de comportamentos envolvendo mudanças de usos e funções da paisagem; - reações a mudanças.

Fonte: Cancela d’Abreu (2011).

Cancela d’Abreu (2011, p.10) também estabelece distinções entre paisagem e território. Ao conceito de território, são atribuídas associações mais pragmáticas, sendo o mesmo suporte físico para desempenhar atividades e desempenhar determinadas funções. A paisagem pode ser identificada e caracterizada com objetivo de desenvolvimento de propostas de intervenção territorial. Já o território é base para a planificação em um contexto de escolha de determinado modelo de desenvolvimento (ou territorial) com estabelecimento de regras em um dado quadro temporal.

O estabelecimento de objetivos de qualidade paisagística deve estar integrado e em convergência com os objetivos do desenvolvimento territorial, notadamente ao aumento da qualidade de vida e do bem-estar social. A associação de estudos entre paisagem e território pode permitir um conhecimento mais aprofundado das dimensões culturais, sociais e ambientais, ao mesmo tempo em que permite identificar as maneiras como os diferentes atores e grupos sociais se posicionam frente aos seus interesses e à sua relação de identidade com o território. Portanto, em relação ao patrimônio cultural, o ordenamento territorial estabelece os parâmetros gerais de uso e ocupação do solo, bem como todo regramento relacionado à garantia da qualidade ambiental e à preservação dos bens de interesse patrimonial.

As principais fases para o estudo da paisagem, conforme Cancela D’Abreu (2011, p.34), estão relacionadas às seguintes etapas: a análise e diagnóstico com definição de

unidades de paisagem; a elaboração de propostas com estabelecimento de objetivos de qualidade paisagística e medidas de proteção, gestão e ordenamento; a gestão por meio da definição de parcerias, meios, recursos e indicadores. Estas três etapas também se relacionam, respectivamente, às etapas gerais de revisão e implementação dos Planos Diretores Municipais, respectivamente: os estudos de caracterização do território; os relatórios e propostas de Plano; e por fim, os programas de execução. A participação da população é elemento essencial ao longo de todo processo de planejamento, bem como de caracterização de avaliação dos objetivos de qualidade paisagística.

Em relação à primeira etapa, de análise e diagnóstico, os objetivos principais são os de caracterização e definição das unidades de paisagem. As unidades de paisagem são conceituadas como áreas que apresentam padrões específicos que lhe conferem determinado caráter e identidade. A análise e diagnóstico, por sua vez, englobam três dimensões distintas e integradas entre si, respectivamente: uma dimensão espacial que engloba os componentes físicos e biológicos da paisagem, bem como a análise do uso e ocupação do solo; a dimensão temporal, capaz de revelar as transformações da paisagem e também da sua multifuncionalidade; a dimensão social, realizada a partir da participação da população e das avaliações referentes à sua percepção.

A análise espacial da paisagem implica, portanto, uma compreensão dos fatores biofísicos e humanos que a compõem, e que são, também, fundamentais para o ordenamento do território. Por outro lado, os componentes subjetivos da paisagem, e que são enfatizados pela CEP, "...uma parte do território tal como é apreendida pelas populações", conferem um significado peculiar próximo ao sentido de lugar e de identidade. A percepção subjetiva deve incluir diferentes aspectos relacionados às formas de participação da sociedade no processo, os estudos de visibilidade da paisagem, bem como as percepções sensoriais e as cargas simbólicas e emotivas.

Entre os muitos aspectos a considerar na caracterização da paisagem, está a descrição do seu caráter, enquanto resultante dos diferentes elementos e padrões que a compõem, estabelecendo-se as suas principais funções desempenhadas tanto no presente quanto aquelas que podem significar tendências de desenvolvimento. Neste aspecto, é importante ressaltar na paisagem os seus aspectos particulares, como recursos naturais e culturais. Elementos como o patrimônio arquitetônico, cenas paisagísticas singulares, bem como os riscos, ameaças e possíveis disfunções. Este conjunto de descrições deve estar ainda somada à percepção dos aspectos sensoriais e funcionais, incluindo, portanto, as necessidades e expectativas dos atores locais. Este diagnóstico de cada unidade de paisagem corresponde, assim, a uma apreciação global de cada unidade, revelando sua identidade, seus valores, sua coerência de usos e principais componentes simbólicas, emotivas e sensoriais.

Em relação aos objetivos de qualidade, e considerando também que a sua elaboração decorre de contextos de análise e diagnósticos distintos, Cancela d'Abreu (2011, p. 49) especifica diferentes âmbitos e escalas de abrangência. Em relação aos Planos Diretores Municipais e a paisagem, bem como aos recursos culturais, estabelecem-se diferentes ações, tais como a requalificação ambiental e paisagística, aos parâmetros para dimensionamento de áreas destinadas a espaços verdes e de utilização coletiva; a qualificação dos espaços urbanos por meio de regras que valorizem a morfologia existente com adoção de linguagens arquitetônicas compatíveis; orientações quanto aos dimensionamentos e concepção dos espaços públicos; o sistema de vistas (cenas) a serem preservados ou valorizados nos espaços urbanos e rurais; a integração paisagística do patrimônio construído de forma a valorizar as características determinantes da morfologia, considerando sua identidade e conjunto. Deve-se reconhecer a importância e o papel dos espaços públicos nos ambientes urbanos, pois a integração paisagística é parte integrante do valor patrimonial tanto no meio urbano quanto rural.

Na sequência do estabelecimento de objetivos, e com participação ativa da população, a fase de propostas engloba a concepção de estratégias e a definição de programas e planos de ação a serem adotados com medidas de proteção, gestão e ordenamento da paisagem. A última fase do processo de estudo da paisagem é relacionada à gestão. Esta deve ser realizada a partir de um modelo “consensuado” com e entre os diferentes atores que produzem e vivem a paisagem. O estabelecimento de consensos e compromissos deve ter compartilhamento de responsabilidades para implementação das propostas relacionadas tanto à paisagem quanto ao próprio Plano Diretor Municipal. A etapa de gestão pressupõe também a avaliação e monitoramento constante do processo de ordenamento do território e tem como objetivo a verificação do nível de cumprimento dos objetivos alcançados.

4.3 Uma discussão sobre os valores da paisagem

A paisagem cultural, na origem do conhecimento e na academia, é uma paisagem humanizada que resulta da conjugação entre as ações antrópicas e a natureza, em uma perspectiva de evolução do conceito de cultura. Já em relação às diferentes cartas, documentos e experiências internacionais, e mesmo com a consagração da categoria paisagem, a sua definição conceitual ainda gera polêmicas e parece estar longe de estabelecer consensos. As paisagens de interesse patrimonial foram adjetivadas com o qualitativo cultural pela Unesco com o propósito de vincular a paisagem à presença humana superando os entendimentos e as discussões sobre a paisagem como natureza ou como área abordada pela visão (SILVA et al.: 2007, p. 300). Por outro lado, estabeleceu-se também uma redundância na utilização do adjetivo “cultural”, pois há algum tipo de paisagem “não-cultural”?

Para Verdum (2012) e também para Blanco (2010, p.16), todas paisagens são culturais, mas a utilização da adjetivação “cultural” está fortemente vinculada às paisagens patrimoniais sob proteção da Unesco. Contudo, esta é a paisagem-patrimônio e o seu enfoque está direcionado à proteção dos bens culturais materiais e imateriais.

Na Convenção Europeia, a paisagem resulta da ação e da interação entre fatores naturais e/ou humanos e é uma parte do território, tal como esta é apreendida e percebida pelas populações. Há, desta maneira, o entendimento de que o território apresenta muitas paisagens sem desconsiderar, contudo, que como base para a qualidade de vida devem ser reconhecidas as paisagens de interesse patrimonial. Portanto, a distinção entre os conteúdos de paisagem-patrimônio e paisagem-território é realizada a partir da seleção do tipo de paisagens. Na Convenção Europeia há preocupação com um reconhecimento amplo de todo tipo de paisagens sobre o território, a ser realizado em conjunto com a população, e que podem ser das mais notáveis ou excepcionais até as ordinárias, marcos da vida cotidiana, incluindo-se também as que podem apresentar degradação ou deterioração. Seu enfoque é o estabelecimento de objetivos de qualidade paisagística que possam ser integrados ao ordenamento e planejamento territorial em diferentes escalas.

Neste contexto, as definições de paisagem também não se excluem e apresentam convergências. As questões patrimoniais inserem-se como um contraponto ao planejamento e ordenamento territorial, fundamentais no sentido de procurar estabelecer relações ambientais, culturais e socioeconômicas mais equilibradas bem como de garantir a preservação da memória e da identidade da população frente à aceleração das transformações espaciais. Há também o reconhecimento de que a paisagem cumpre funções de interesse público relacionado a áreas ou campos culturais, ecológicos, ambientais, sociais e econômicos. A qualidade do que está expresso como interesse público ou coletivo, portanto, prescinde da identificação de valores da paisagem e estes podem, eventualmente, constituir-se como recursos ou valores legalmente protegidos e incluídos nos processos de gestão e ordenamento do território.

Para haver a participação pública, conforme está preconizado na Convenção Europeia, e para haver algum tipo de processo participativo, é preciso saber, anteriormente, o que está em causa e o que é efetivamente o patrimônio cultural e os seus significados em relação à paisagem. A definição de quais valores da paisagem devem ser protegidos e são merecedoras de uma gestão especial configura uma estratégia de abordagem, a ser definida por meio de regras claras e em conjunto com a população. Tais questões inserem-se, também, na perspectiva do território, por meio da inclusão das questões patrimoniais de forma integrada às políticas e instrumentos de planejamento e gestão. Ao mesmo tempo, é preciso consciência das transformações, em diferentes ritmos e escalas, das paisagens com um

entendimento dos impactos que a somatória de ações antrópicas introduz a partir das alterações culturais e tecnológicas.

A noção de patrimônio cultural, segundo Silva et al.:(2007, p.300), converge para a de paisagem cultural, e a Unesco, a partir dos documentos patrimoniais, deixa antever um conjunto de valores de interesse artístico, histórico, social, arqueológico, religioso e utilitário dos bens. Apesar de esta ser uma categoria do patrimônio mundial, pode ser aplicada em diferentes escalas de maneira a procurar resguardar tanto as paisagens excepcionais quanto aquelas paisagens que possam ser representativas para qualquer grupo humano.

A noção de valor é uma construção humana de expressão qualitativa, determinada historicamente por consensos e conferindo sentido ao tempo e espaço. A identificação de valores deve ser realizada a partir de uma visão integrada da paisagem, sendo esta percebida como projeção cultural da sociedade no espaço e determinada por dimensões materiais, espirituais, ideológicas e simbólicas. De maneira que Nogué e Sala (2006, p. 21) propõem a utilização dos seguintes valores para análise da paisagem:

a) Estéticos: relacionados às qualidades transmitidas pela paisagem e que são decorrentes de seu significado e apreciação cultural. São valores que podem estar associados a determinadas concepções de beleza decorrentes de padrões e modelos culturais. São exemplos de valores estéticos: fundos cênicos, combinações de alinhamentos de arborização, singularidades diversas.

b) Naturais e ecológicos: relacionados aos elementos que podem determinar a qualidades do meio natural. Exemplos: os espaços que apresentam interesse natural de preservação, corredores ecológicos, entre outros.

c) Produtivos: a capacidade de a paisagem promover benefícios econômicos e sociais a partir do seu uso. Exemplos: o desenvolvimento de atividades agrícolas, econômicas, turísticas, industriais.

d) Históricos: os elementos que podem ser descritos como marcas históricas no desenvolvimento da paisagem e que se constituem a partir das diferentes tipologias de assentamento e estruturas de parcelamento, tipologias construtivas, caminhos, estradas ou vias públicas.

e) Uso social: relacionado à utilização da paisagem (pelo indivíduo ou de uma coletividade) com finalidade de observação, repouso, lazer, educação, esportes etc.

f) Mitológicos: a relação da paisagem com atribuições simbólicas, como lendas ou histórias fantásticas.

g) Religiosos e espirituais: correspondentes a elementos da paisagem onde ocorrem práticas ou crenças religiosas, tais como igrejas, cemitérios, monumentos funerários ou espaços de práticas relacionados a ritos, procissões, peregrinações, entre outros.

h) Simbólicos e identitários: o valor identitário está relacionado à identificação de uma coletividade com a paisagem, e refere-se aos elementos que tenham grande carga simbólica para a população local.

A apreciação subjetiva da paisagem, especialmente em relação aos valores culturais, perceptivos ou de caráter interpretativo, como os estéticos, simbólicos ou espirituais, deve ter a participação pública. Contudo, esta não é a única maneira de reconhecimento, visto que, por exemplo, dimensões históricas ou manifestações artísticas e literárias também constituem métodos de caracterização da paisagem. Ainda em relação ao valor histórico, Nogueira e Sala (2006, p. 23) esclarecem de que não se trata de elaborar um inventário de elementos de interesse histórico em si, mas, especialmente, de identificar os espaços ou conjuntos arquitetônicos que possam ter interesse ou valor paisagístico em uma perspectiva histórica.

Para Stello (2011, p. 171), a atribuição de valores para um bem ou mesmo para a paisagem é um processo complexo que tem início a partir do reconhecimento, por parte de comunidades ou instituições, de determinadas qualidades que devem ser conservadas e/ou preservadas. Para este autor, a paisagem apresenta valores simbólicos, culturais, ambientais e cênicos, quais sejam:

a) Simbólicos: é construído a partir da interação entre homem e seu meio, e onde ocorre a atribuição de significados e de relações emotivas e de sentidos.

b) Culturais: são expressos na paisagem pela acumulação de fatores históricos, econômicos, políticos e sociais e ocorrem de forma paralela à construção da identidade de cada lugar.

c) Ambientais: constituem o suporte material de todo tipo de paisagem e são conferidos pelos principais aspectos físico-territoriais bem como biológicos. Incluem, portanto, os sistemas ecológicos e naturais ao mesmo tempo em que ocorrem as interações antrópicas.

d) Cênicos: percebidos como fenômenos predominantemente visuais, e que são capazes de exaltar, de forma positiva ou negativa, um observador ou uma coletividade, de acordo com as características singulares de cada paisagem.

Os valores para caracterização da paisagem, lembrando Cancela d'Abreu (2011), apresentam, portanto, componentes objetivos e subjetivos. Ao analisar as diferentes abordagens considerou-se a utilização dos seguintes valores para um estudo histórico da paisagem:

a) Históricos: constituem-se das marcas materiais do homem em sua relação com a natureza tais como os traçados urbanos, estruturas de parcelamento, estradas, monumentos, edificações e tipologias construtivas, patrimônio cultural. Os valores históricos correspondem, portanto, a descrição e inventariação das marcas da arquitetura e do urbanismo ao longo das diferentes fases de construção histórica da paisagem.

b) Culturais: expressos pela soma de aspectos sociais, políticos e econômicos que determinaram o desenvolvimento e a construção da paisagem ao longo do tempo e que a distinguem em temas de caráter. A acumulação, sempre histórica, destes aspectos também compõe muitas variações e adaptações, conferindo sentidos e significados distintos às marcas da paisagem. Constituem, também, valores culturais, as manifestações imateriais vinculadas às práticas socioculturais tais como o idioma, costumes, ritos, tradições, as utilizações coletivas do espaço, a religiosidade, entre outros.

c) Simbólicos e identitários: compostos pelos elementos capazes de conferir a identificação de um determinado grupo social ou de uma coletividade com o espaço. A atribuição destes valores entre o homem e o lugar confere significados que estabelecem uma rede de sentidos ligados à afetividade, à memória e à sua identidade. São constituídos a partir do estudo da toponímia, ou de elementos e espaços com carga simbólica e afetiva, como monumentos, lugares de memória entre outros.

e) Valores ambientais: compreendidos como suporte da paisagem e compostos por elementos naturais do território em qualquer uma de suas escalas. Integram as categorias físicas (clima, solo, relevo, recursos hídricos) e biológicas (cobertura vegetal e fauna) e todos sistemas ecológicos, considerando-se também a interação das relações do homem com a natureza. Estas, por exemplo, podem estar associados aos seus modos de vida, aos conhecimentos tradicionais ou a aspectos produtivos e ao trabalho. São exemplos: os espaços de interesse natural, como áreas de preservação, parques, praças, jardins.

f) Valores visuais (estéticos e cênicos): caracterizam-se por possuírem uma qualidade essencialmente visual que é atribuída a partir da percepção da paisagem. Esta pode ser considerada um dos seus atributos, capaz de determinar a sua maior ou menor valorização pela população. A apreciação estética tem sempre uma qualidade subjetiva, pois é decorrente de múltiplos fatores, onde interagem padrões e modelos culturais com as experiências vividas, a afetividade, a memória e os próprios sentidos do observador. A análise da imagem histórica e cultural da paisagem, portanto, pode contribuir para indicar as referências e tendências mais evidentes de percepção dos cenários e pontos de observação mais recorrentes da paisagem.

5 A PAISAGEM E O PATRIMÔNIO CULTURAL DE SANTA CRUZ DO SUL (RS)

A escolha do município de Santa Cruz do Sul, como estudo de caso, ocorreu por dois motivos: o primeiro, pela importância do Município como polo regional caracterizado pelo seu desenvolvimento social e econômico, e o segundo, pelo legado histórico representado pela imigração alemã no Rio Grande do Sul, e que se expressa patrimonialmente tanto na paisagem rural quanto urbana do Município. Na área urbana, o patrimônio cultural material, oficialmente reconhecido, encontra-se concentrado, em termos de sua localização espacial, em um pequeno traçado ortogonal, parte integrante do que compõe o centro urbano e que, nesta pesquisa, passou a ser considerado como paisagem de atenção especial. Neste espaço, de forte conotação simbólica, ocorre também a aceleração das transformações espaciais que implicam risco da perda de identidade histórica e da memória da paisagem construída.

Ao se considerarem as relações interescares da paisagem, a primeira abordagem de Santa Cruz do Sul é realizada de maneira contextualizada à Região do Vale do Rio Pardo e ao Estado do Rio Grande do Sul. A escala regional permite ampliar a percepção sobre o conjunto das marcas existentes sobre o território, ao mesmo tempo em que oportuniza uma primeira apreensão da carga histórica e cultural presente no Município e na área de estudo.

A paisagem urbana, por sua vez, é o objeto da segunda leitura da paisagem. A sua caracterização utiliza as mesmas categorias de análise da escala regional (enfocando os principais aspectos paisagístico-ambientais e histórico-culturais) e apresenta, como componente fundamental de identidade histórica da paisagem urbana, o patrimônio cultural e natural do Município da maneira como está inserido e reconhecido pelo planejamento. Esta abordagem inclui também a apresentação da estrutura visual da paisagem de atenção especial, incluindo-se as suas relações de conjunto com as principais referências espaciais e simbólicas da cidade. A imagem de uma paisagem deriva da configuração morfológica e dos processos culturais de apreensão do território pela sociedade. A configuração morfológica determina a estrutura visual e compõem-se pelo conjunto das formas urbanas (espaços abertos e formas construídas) em sua relação com a natureza. Neste sentido, apresentam-se os principais atributos relacionados à arquitetura e o urbanismo como o traçado, as vias, quadras, parques, praças, monumentos, patrimônio, bem como da natureza, tais como o relevo e a vegetação. Em relação aos aspectos culturais procurou-se identificar as principais práticas socioculturais da paisagem de especial atenção bem como as referências simbólicas e espaciais que constituem, do ponto de vista coletivo, parte da identidade urbana e que são compartilhadas pela sociedade local. Neste contexto, e para análise da forma da cidade, são utilizadas também as categorias de vias, bairros, limites, marcos e nós, conforme Lynch (1997) e Panerai (1983). Estas categorias permitem perceber as relações de conjunto entre a área

de estudo e as diferentes partes da cidade. A paisagem de atenção especial é também caracterizada visualmente a partir da seleção de pontos de observação que criam um percurso de forte valor cênico ou estético. Neste sentido, procura-se destacar as cenas e imagens que se constituem como referências coletivas para a sociedade buscando-se apreender as suas relações com o patrimônio cultural e natural existente.

Por fim, é realizada uma análise crítica, utilizando-se a própria observação da paisagem da área de estudo como indicadora de conflitos e potencialidades relacionados ao patrimônio e aos parâmetros que são utilizados pelo planejamento.

5.1 O Município no contexto do Estado e da Região do Vale do Rio Pardo (RS)

O município de Santa Cruz do Sul está localizado no Rio Grande do Sul na região conhecida como Vale do Rio Pardo, que possui uma população total de 418.141 habitantes em uma configuração territorial que reúne um total de 23 municípios de pequeno e médio porte (em termos populacionais). Estes territórios constituem parte integrante do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) do Vale do Rio Pardo que, por sua vez, está localizado na região funcional de Planejamento 2 do Estado. Outras delimitações territoriais, como as do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e sem finalidades político-administrativas, localizam Santa Cruz do Sul na mesorregião do Centro Oriental Rio-Grandense (uma das sete mesorregiões do Estado) e na Microrregião de Santa Cruz do Sul, que abrange um total de 16 municípios. Na figura 04, apresenta-se o mapa político-administrativo do COREDE - VRP com a localização dos municípios e suas respectivas sedes urbanas. A Região do Vale do Rio Pardo encontra-se, também, subdividida em três microrregiões, representadas na figura 04 pelas letras "A", "B" e "C" e que são referentes, respectivamente, às microrregiões Centro Serra, Centro e Sul.

Conforme o Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística do RS (Rumos 2015), a história recente da região do Vale do Rio Pardo está particularmente associada à evolução do complexo agroindustrial do fumo, e esta é a dinâmica econômica que tem garantido, preponderantemente, o seu bom ou relativo desempenho em termos de indicadores sociais (educação, saúde e renda). Ressalta-se neste aspecto, contudo, a grande heterogeneidade de situações e desigualdades dos municípios da região em termos de desenvolvimento. De acordo com o estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Regiões de Influência das Cidades - IBGE) a região do Vale do Rio Pardo apresenta um Centro Sub-Regional (Santa Cruz do Sul), três centros de Zona (Venâncio Aires, Sinimbu e Sobradinho) e 19 centros locais.

Apesar da existência de ferrovias e hidrovias, as principais vias de acesso do Vale do Rio Pardo são constituídas pela estrutura rodoviária que conecta a região a outras regiões do Estado bem como com a capital, Porto Alegre. A hierarquia principal desta estrutura é

constituída pelas BRS 287 e a BR 290 (no sentido leste-oeste) e BRS 153 e BR 471 (no sentido norte-sul). Duas destas rodovias (BRS 287 e BR 471) cruzam o Município e a área urbana de Santa Cruz do Sul, o que lhe confere excelente acessibilidade inter e intrarregional.



Figura 04: A configuração territorial do Vale do Rio Pardo e localização de Santa Cruz do Sul
Fonte: OBSERVADR, 2017. Adaptado pelo autor.

Enquanto principal centro urbano e regional, o município de Santa Cruz do Sul tem uma população estimada, em 2017, de 127.429 habitantes (IBGE-Cidades), seguido pela cidade vizinha de Venâncio Aires com 65.945 habitantes. Os limites político-administrativos do Município são: ao leste, município de Vera Cruz; ao sul, município de Rio Pardo; ao noroeste, município de Sinimbu; ao nordeste, município de Venâncio Aires; e ao leste, município de Passo do Sobrado. A sede municipal está localizada a 155 km de Porto Alegre, capital do estado, e a 142 km de Santa Maria, por meio da rodovia RST 287, que corta a área urbana em sua porção norte em direção leste-oeste. Ao oeste, a área urbana é tangenciada pela BR 471, que segue em direção norte-sul, até o porto de Rio Grande.

Em relação aos aspectos paisagístico-ambientais, a região apresenta uma grande diversidade geomorfológica. Na figura 05, em termos de relevo, pode-se observar que a paisagem natural do Vale do Rio Pardo distingue-se em duas grandes áreas: ao norte, onde tem início o Planalto Meridional (A) e onde o contraste das situações de relevo define o

começo da Serra; as áreas ao sul e abaixo desta linha imaginária de contraste do relevo que são pertencentes à Depressão Central (B) e ao Escudo Sul-Rio-Grandense (C), ambas de menor altitude em relação ao nível do mar.

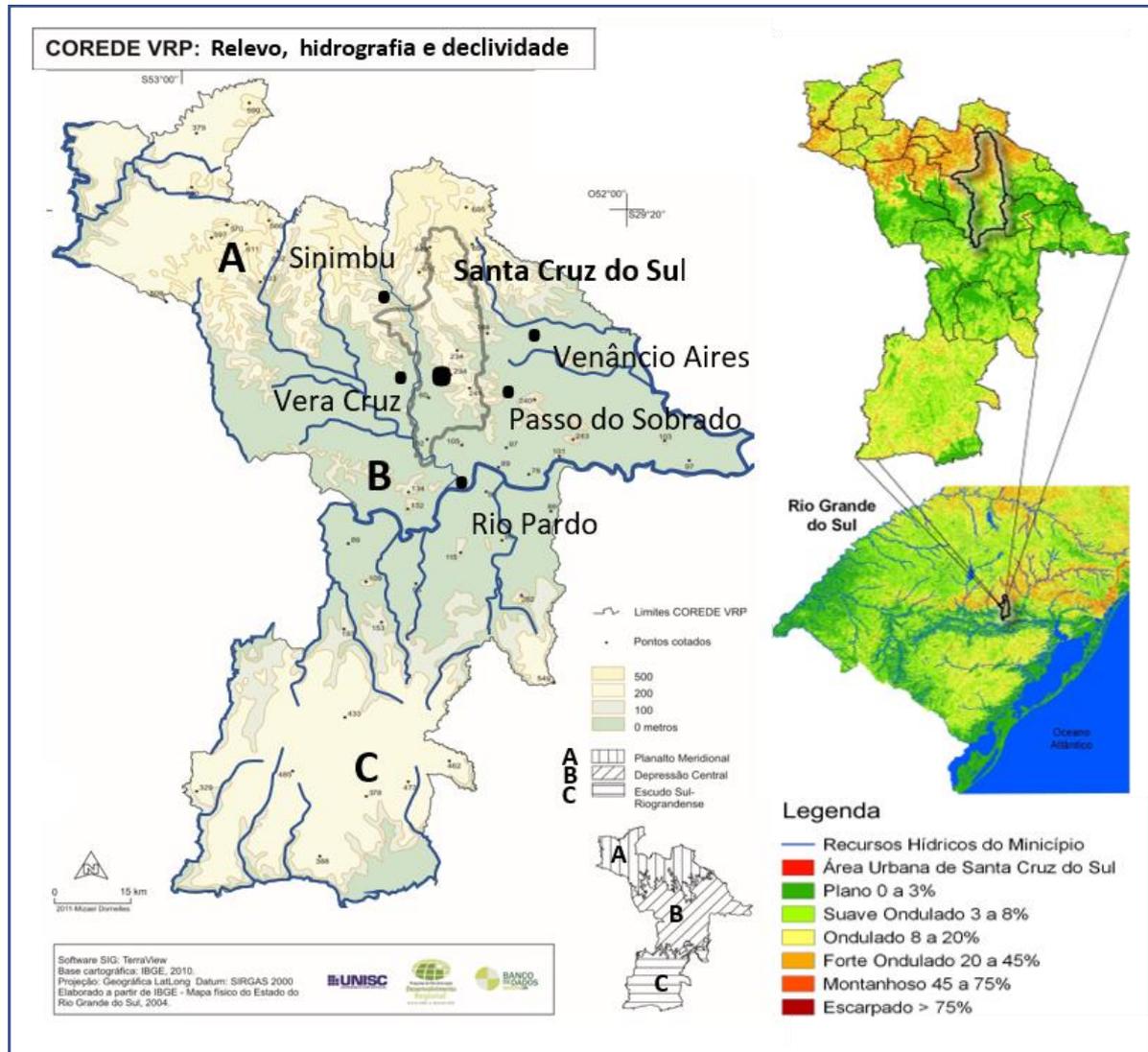


Figura 05: Relevo, hidrografia e declividade da Região do Vale do Rio Pardo

Fonte: OBSERVADR, 2017. Adaptado pelo autor.

Estas áreas, em relação à sua declividade, estão também classificadas em classes percentuais (EMBRAPA, 1979) que vão de plano e suave ondulado (menor declividade situada entre 0 a 8%) até montanhoso e escarpado (quando está acima de 45%). De maneira geral, as áreas com maior declividade coincidem também com o relevo mais acidentado característico do começo da Serra no Rio Grande do Sul e com as microrregiões Centro e Centro Serra. Já as de menor declividade, planas e com suaves ondulações, encontram-se entre o Planalto Meridional e o Escudo Sul-Rio-Grandense, ao longo das bacias dos Rios Jacuí, Rio Pardo e Taquari Mirim. O Rio Jacuí, um dos principais contribuintes da Bacia

Hidrográfica do Guaíba, atravessa a região no sentido oeste-leste passando pela cidade de Rio Pardo. Ali, une-se na confluência com o Rio Pardo, que percorre a região no sentido norte-sul. O nome da região tem origem a partir da Bacia Hidrográfica do Rio Pardo, (RUOSO, 2007, p.58), ainda que a definição político-administrativa (para o planejamento regional) da região não tenha ocorrido por motivações históricas ou parâmetros de delimitação da própria paisagem natural. No tocante à questão ambiental, contudo, a espacialização dos territórios utiliza e refere-se às bacias hidrográficas. ⁴

O Rio Pardo tem sua nascente localizada na subdivisão da cadeia da Serra Geral, que corta diagonalmente o Estado. Um de seus principais contribuintes (figura 06) é o Rio Pardinho, que margeia a delimitação oeste do município de Santa Cruz do Sul, seguindo posteriormente em direção norte para Sinimbu. Outros dois rios também fazem parte das delimitações regionais: no sentido leste, o rio Taquari, e no sentido oeste, o rio Jacuí.

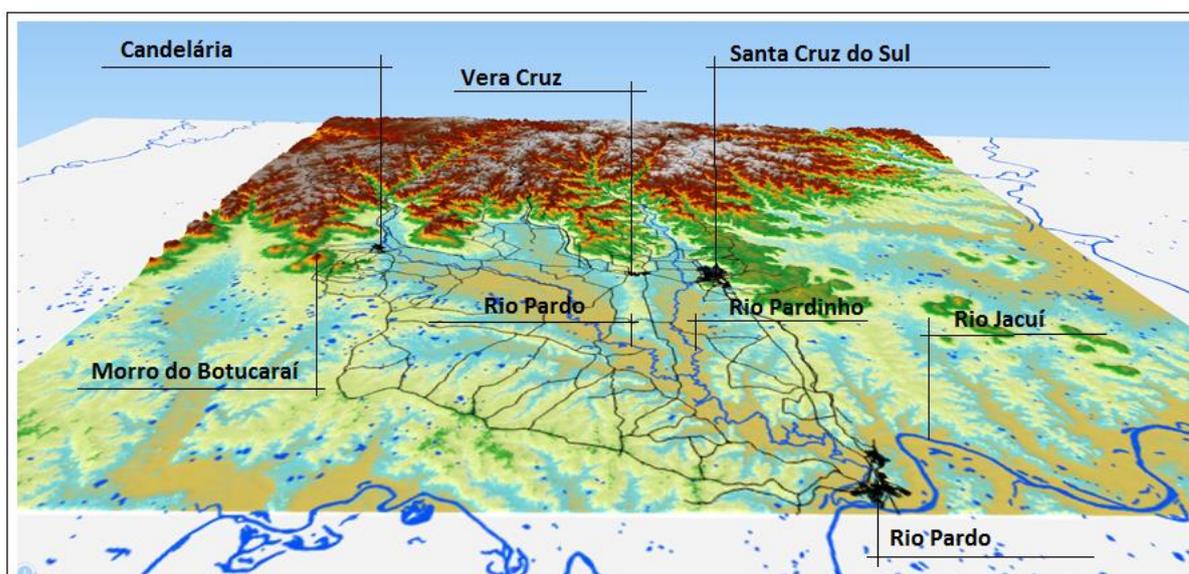


Figura 06: A bacia hidrográfica do Rio Pardo e Rio Pardinho
 Fonte: Tecnol. Bruno Deprá, Geoprocessamento NGP/UNISC-RS.

O Vale do Rio Pardo, para Ribeiro (1991, p.66) apresenta clima subtropical ou virginiano com duas subdivisões distintas. A primeira, ou “Peneplanície sedimentar periférica”, com altitude inferior a 400 metros e localizada ao sul, e a segunda denominada “Periferia do bordo erodido do planalto basáltico”, ao norte da região. As temperaturas médias anuais, para as subdivisões, são de acima de 18°C para a primeira e abaixo de 18°C para a segunda, registrando ambas temperaturas médias do mês mais quente superiores a 22°C e uma oscilação do mês mais frio que varia de – 3°C e 18°C. Os fatores mais importantes para a

⁴ A região do Vale do Rio Pardo tem três bacias hidrográficas distintas: a principal é a do Rio Pardo cujo principal contribuinte é o Rio Pardinho; a do Rio Taquari-Antas, cujo principal manancial é o Rio Taquari Mirim; e por fim, a do Baixo-Jacuí.

variação da temperatura na região estão vinculados às diferenças de altitude e às movimentações das massas de ar (como as influências da massa tropical Atlântica ou, no inverno, da massa polar). De maneira que as partes mais elevadas do Vale do Rio Pardo possuem invernos mais rigorosos, e apresentam, portanto, médias mais baixas do que nas regiões de altitude mais baixa onde ocorrem as temperaturas mais elevadas.

A precipitação pluviométrica anual está aproximadamente entre os valores de 1600 mm e 2000 mm. Conforme Ribeiro (1991, p. 69), o maior índice está concentrado na Região Norte ou do Planalto. Um aspecto relevante é o de que as chuvas são distribuídas ao longo de todo ano de forma relativamente equitativa. A alta taxa de umidade relativa e as variações de temperatura produzem, no outono e inverno, e especialmente entre os meses de abril e agosto, fortes nevoeiros. Há também ocorrência anual de geadas, sendo que a média, conforme Ribeiro (1991, p. 60), é de 12°C ao Sul e 19°C na Região Norte. Nesta, podem ocorrer precipitações de neve que, contudo, são de rara ocorrência, localização muito restrita e de pequena duração. Em relação aos ventos, há uma predominância dos Ventos Alísios (formados pela massa tropical) em direção ao quadrante leste e sudeste. No inverno, e a partir do Sudoeste, com menor recorrência, ocorre o vento conhecido por “Minuano” (frio e seco).

Para Klein (1983) apud Ribeiro (1991, p. 80), os tipos de vegetação podem ser explicados por meio do relevo, bem como dos estudos da geologia e do clima. No Rio Grande do Sul, a Serra Geral, de formação basáltica, estende-se do norte do estado em direção sul e depois no sentido leste-oeste. Na região do Vale do Rio Pardo, e entre a região de Santa Cruz do Sul, os rios descem da Serra abrindo vales com aprofundamento da Zona Selvática. Em termos de cobertura vegetal, a Floresta da Araucária, localizada no extremo leste do Planalto Rio-Grandense, perde a sua força nas áreas ao norte, ou no planalto da região do Vale do Rio Pardo. As condições climáticas do Estado permitem a existência de florestas, a exceção de poucas áreas na parte leste do platô e outras da Campanha Gaúcha. Ribeiro (1991, p. 81) distingue os tipos de florestas em Pluvial, Atlântica, Araucária e Estacional.

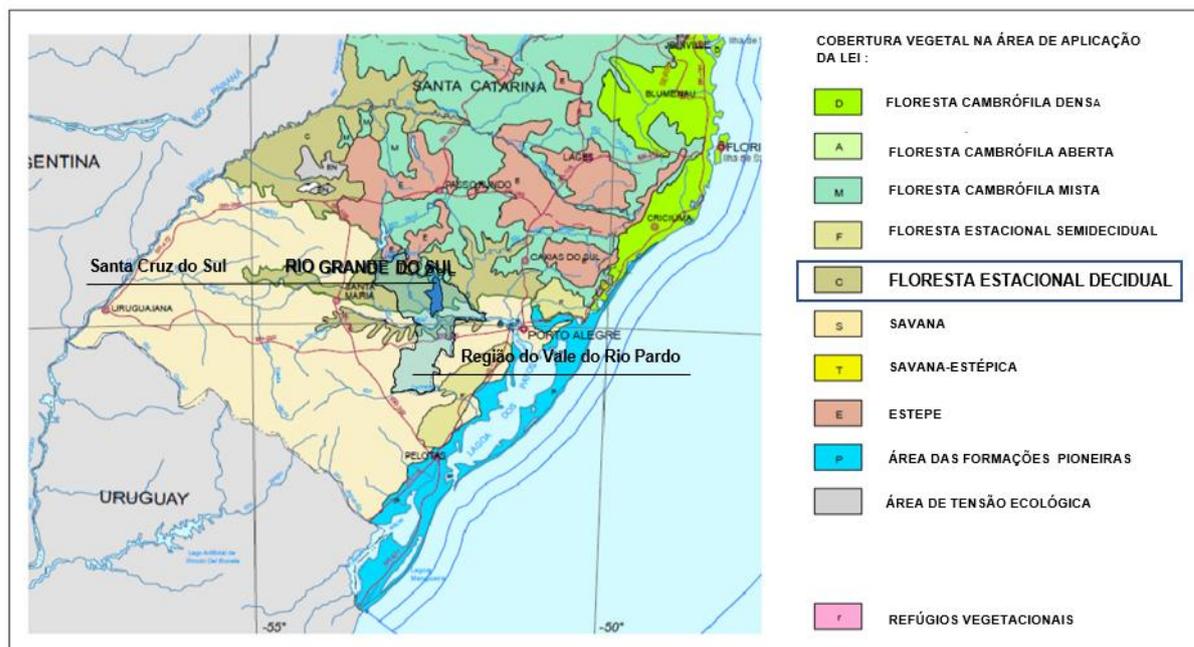


Figura 07: Cobertura vegetal da Mata Atlântica conforme sua configuração original

Fonte: IBGE. Mapa de aplicação da Lei Nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006. Adaptado pelo autor.

A regeneração, proteção e utilização do bioma da Mata Atlântica, presente na Região do Vale do Rio Pardo, está regulada pela Lei Nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006 (figura 07). Esta lei tem como objetivo geral assegurar o desenvolvimento sustentável por meio da preservação ambiental, de maneira a garantir a manutenção da biodiversidade e a qualidade dos regimes hídricos. Todo este bioma é também considerado patrimônio nacional, portanto a legislação ressalta a necessidade de preservação dos seus valores paisagísticos, estéticos e turísticos. A identificação e o mapeamento em território nacional dos diferentes tipos de formações vegetais foram remetidos ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O mapa da área de aplicação da lei nº 11.428, de 2006, delimita todas as formações de florestas e os ecossistemas associados da Mata Atlântica, e posteriormente, o Decreto nº 6.660 de 21 de novembro de 2008, estabeleceu que o mesmo contempla a configuração original conforme demonstrado na figura 07.

A Mata Atlântica, portanto, e os seus ecossistemas associados, compõem um dos biomas da região que abriga inúmeras espécies da flora e fauna. Salienta-se, contudo, que a vegetação nativa original da Mata Atlântica é, atualmente, um dos ecossistemas mais ameaçados de extinção. No Rio Grande do Sul, este bioma ocupava 39,7% do território e está atualmente reduzido a 2,69% (FEPAM, 2017). Segundo Vaz (2017, p. 190), somente 7% da mata estão conservados em áreas superiores a 100 hectares. Outro bioma distinto, e presente na parte sul do Vale do Rio Pardo é do Pampa, que compõe aproximadamente 63% da Metade Sul do estado do Rio Grande do Sul (VAZ, 2017, p. 189).

Em relação à Mata Atlântica e seus ecossistemas associados, a preservação deste patrimônio natural e paisagístico está assegurada também pela Portaria 03/93 de 28/01/1993, promulgada pelo Instituto de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado – IPHAE/RS. A área tombada, e que reforça os aspectos legais de preservação da paisagem natural, engloba uma superfície total de 29.319 Km² em uma poligonal que abrange dezenas de municípios. A delimitação desta poligonal é estabelecida pelo decreto nº 36.636, de 03 de maio de 1996, determinando também o estabelecimento de áreas de preservação permanente em todos espaços com formações florestais nativas, incluindo-se as zonas consideradas urbanas ou de expansão urbana, excluindo-se, contudo, as que já eram vigentes e anteriores à lei.

Neste contexto, o município de Santa Cruz do Sul localiza-se na região fisiográfica que é denominada de Encosta Inferior do Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, mais exatamente em uma área de transição entre o Planalto Meridional e a Depressão Central. Conforme figura 08, pode-se observar também que está em uma zona de transição entre os biomas da Mata Atlântica e do Pampa, e segundo a Agência Nacional das Águas – ANA (2015), o Município está localizado na Região Hidrográfica do Guaíba, entre os limites das Bacias do Rio Pardo e dos Rios Taquari-Antas. A parte norte do território municipal, com relevo acidentado (vales, morros e elevações maiores) alcança uma média de aproximadamente 500 metros de altura e a área sul, onde se localiza a maior parte da área urbana, em torno de 50 metros. De maneira geral, de acordo com SANTA CRUZ DO SUL (2017), a altitude média no Município é a de 122 metros acima do nível do mar. Segundo a Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul (1976, p. 19), a temperatura média anual é de 19,2°C com temperaturas médias máxima de 31,8°C (janeiro) e mínima de 8,6° C(julho). Já na Serra do Nordeste, e a partir das medições do posto meteorológico de Bento Gonçalves, a temperatura média anual atinge 16°C com médias máxima de 28,4°C (fevereiro) e mínima de 7,3°C (julho).

Conforme SANTA CRUZ DO SUL (2017) a precipitação pluviométrica do Município ocorre entre 100 e 126 dias ao ano, variando entre 1300 mm e 1800 mm. Já os ventos dominantes, na Depressão, são de nordeste enquanto que na Serra do Nordeste há a predominância de ventos sudeste (meses mais quentes) e norte e nordeste (nos meses frios). (SANTA CRUZ DO SUL, 1976, p. 20)

Em termos geológicos, e ao norte, o território é caracterizado pela presença de substratos característicos do derrame basáltico, onde são verificados por efeito de erosão os patamares, correspondentes a sequência dos derrames. (SANTA CRUZ DO SUL -RS. Prefeitura, 1976, p. 19). Já ao sul do Município e no entorno da área urbana, as florações basálticas diminuem e são substituídas pelos afloramentos areníticos da formação Botucatu, que apresenta coloração vermelha, rósea ou amarelo-clara.

Do ponto de vista histórico e cultural, as características territoriais dos municípios no Vale do Rio Pardo estão associadas, conforme Silveira e Campos (2017, p. 34), a um contexto relacionado ao próprio processo de ocupação do Estado e às influências da paisagem natural. A Região Meridional do Rio Grande do Sul e do Vale do Rio Pardo, no século XVIII, foi colonizada por açorianos e militares luso-brasileiros. A região Norte, a partir da metade do século XIX, recebeu a imigração alemã e também a italiana. A geografia natural da Região apresenta, em seu território, uma divisão de relevos que inclui desde áreas planas e onduladas ao sul, até as fortemente onduladas e montanhosas ao norte. A linha divisória do início da Serra (situada no começo do Planalto Meridional) delimita, portanto, a formação de dois espaços distintos no Vale do Rio Pardo: ao sul, encontram-se os municípios de maior dimensão territorial, caracterizados por grandes propriedades e lavouras, como Rio Pardo, Pântano Grande e Encruzilhada; ao norte, os municípios com menor extensão territorial e caracterizados pela pequena propriedade familiar e pelas áreas de relevo mais acidentado como Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Vera Cruz, Sinimbu e outros (SILVEIRA E CAMPOS, 2017). Há que se considerar também, para explicar as desigualdades das dimensões espaciais dos municípios na Região, o intenso processo de emancipações ocorridos entre os períodos das décadas de 1980 e 1990.

Mas, de maneira geral, estes fatores contribuíram para que o Vale do Rio Pardo apresente uma diversidade de situações culturais, sociais e econômicas associadas à paisagem natural do território, que foram posteriormente consolidadas em novas regionalização internas. Estas foram apresentadas anteriormente na figura 04, onde a linha tracejada indica três microrregiões distintas, respectivamente: Norte (A), Centro (B) e Sul (C).

A Microrregião Sul (figura 04, letra "C"), do ponto de vista histórico, teve a sua ocupação vinculada a Rio Pardo, um dos quatro primeiros municípios gaúchos instalados em 1809. O município de Rio Pardo, cujo posterior e sucessivo desmembramento deu origem à maior parte dos municípios localizados ao oeste do Rio Grande do Sul, tem sua sede situada às margens dos Rios Jacuí e Pardo, que constituem dois dos principais recursos hídricos da Região. A ocupação portuguesa no interior do Rio Grande do Sul ocorreu ao longo do Rio Jacuí, com a gradativa instalação de fortalezas, fundação de núcleos urbanos e concessão de extensas sesmarias. A cidade de Rio Pardo foi um importante entreposto comercial e cultural entre a metade do século XVIII até aproximadamente o último quartel do século XIX. Estes aspectos, vinculados às características da paisagem natural, constituem associações que vinculam ainda hoje a totalidade deste espaço regional à dinâmica econômica e social da Metade Sul do Estado. A Microrregião Sul do Vale do Rio Pardo constitui-se, portanto, por municípios de maior extensão territorial. Para Silveira e Campos (2017, p.40), observa-se uma maior presença cultural relacionada às tradições e práticas da cultura luso-brasileira. Outras características marcantes desta microrregião são a concentração fundiária e o

predomínio das culturas agrícolas como o arroz e, em menor escala, o fumo em folha. Estas culturas são favorecidas pela paisagem natural, onde fatores como a diversidade hídrica e as menores declividades coincidem com as áreas planas da Depressão Central e com um relevo mais ondulado do Escudo Sul-Rio-Grandense. Em relação ao patrimônio cultural material, a cidade de Rio Pardo apresenta três bens tombados pelo IPHAE (a Escola Militar, a Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário e a Ponte do Couto) e outro pelo Instituto de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (Rua da Ladeira). Há, também, um bem tombado pelo Estado em Candelária (Ponte do Império).

Na Microrregião Norte (figura 04, letra "A"), concentram-se os municípios pertencentes à região denominada como Centro Serra. Esta localiza-se ao centro do Rio Grande do Sul onde ocorrem as escarpas do Botucarái (conjunto de morros e cerros), que são uma extensão da Serra Gaúcha que se situa ao nordeste do Estado. A Região Centro Serra apresenta relevo muito acidentado, com altitudes que variam aproximadamente entre 200 até uma média de 500 metros. A história de ocupação desta microrregião está relacionada ao comércio realizado no começo do século XIX, pela passagem dos tropeiros (ou carreteiros) e, posteriormente, depois da metade do século XIX, pelas imigrações alemãs e italiana, que legaram forte identidade cultural para a população local. Para Silveira e Campos (2017, p. 37), todo espaço apresenta maior diversificação em termos da sua agricultura, que é praticada em minifúndios com uso da mão de obra familiar. Os principais produtos são o fumo em folha, feijão, soja, milho ou produtos pecuários como o leite. De maneira geral, e do ponto de vista político-administrativo, a Microrregião Norte caracteriza-se por apresentar municípios de menor extensão territorial e também um menor índice de urbanização.

A Microrregião Centro (figura 04, letra "B") também apresenta municípios de menor extensão territorial, pequenas propriedades e insere-se geograficamente em uma área de transição entre a Depressão Central do Estado (relevo mais plano com baixas declividades) e o Planalto Meridional que apresenta fortes declividades. Há, portanto, uma grande variação de altitudes médias (entre 100 e 600 metros) com presença alternada de solos basálticos e areníticos da Serra. Conforme Silveira e Campos (2017, p. 39), esta microrregião, onde localiza-se o município de Santa Cruz do Sul (vide figura 04, hachura em azul), é responsável pela concentração do Produto Interno Bruto do Vale do Rio Pardo, por apresentar maior dinamicidade industrial com especial ênfase para as atividades exercidas pelas empresas internacionais de exportação de fumo em folha. Neste contexto, destaca-se a importância da cidade de Santa Cruz do Sul para a Região com as seguintes características: a forte presença do setor fumageiro, representada pela existência de empresas de grande porte, tais como a Souza Cruz, Universal Leaf Tabacos Ltda e Phillip Morris; a existência de um conjunto de serviços especializados (como por exemplo na saúde e na educação) e da concentração de atividades comerciais; a consolidação da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC-RS)

enquanto polo agregador de atividades que exercem grande influência social, cultural e econômica para o Município e região. A centralidade de Santa Cruz do Sul articula também uma rede urbana caracterizada pela complementação de atividades sociais e econômicas, especialmente com os municípios vizinhos de Venâncio Aires e Vera Cruz.

A Microrregião Centro do Vale do Rio Pardo apresenta forte especialização das pequenas propriedades agrícolas na produção do fumo, ainda que hajam, mais recentemente, tendências de diversificação na produção de alimentos. A associação dos municípios com o plantio do fumo, contudo, é também uma particularidade histórica. Esta foi uma região predominantemente ocupada por imigrantes alemães a partir da metade do século XIX e da instalação da Colônia de Santa Cruz. A maior parte das áreas cobertas por florestas (como no Planalto Meridional) pertenciam ao Governo Imperial ou Provincial, enquanto as propriedades localizadas nos campos foram vendidas ou doadas aos portugueses. A disponibilidade de áreas não ocupadas ao norte da região do Vale do Rio Pardo coincidiu também com as políticas de colonização dos Governos Imperial e Provincial. A partir da imigração alemã, foram-se instalando, gradativamente, as colônias de pequenos produtores rurais em contraponto à mão de obra escrava e às grandes propriedades latifundiárias da Metade Sul do Estado. Neste contexto, de pequena propriedade e de trabalho familiar, o fumo logo destacou-se como principal produto econômico. Além de necessitar de pouco investimento, havia um relativo conhecimento desta planta por parte dos imigrantes, e a sua produção, destinada à exportação, garantia grande lucratividade e poder de troca.

A influência cultural que foi herdada da imigração alemã é particularmente forte nos municípios da Microrregião Centro e expressa-se em diferentes aspectos, tais como no uso da língua alemã alemão e na utilização deste idioma para denominações de lugares, das práticas tradicionais associadas a festividades, recreação, músicas, gastronomia, entre outros. Também se salientam as particularidades da organização do espaço físico, que resultaram em uma paisagem construída especialmente característica e visível, ainda, nas áreas rurais.

Na Microrregião Centro também houveram tombamentos patrimoniais realizados em nível estadual. Em Venâncio Aires, a Casa de Cultura é bem tombado desde 1912. Já em Santa Cruz do Sul existem quatro bens tombados pelo Estado, respectivamente localizados na área central urbana: prédio do Fórum (Colégio Distrital, realizado em 1991); prédio do Banco Pelotense (atual Centro de Cultura Regina Simonis, realizado em 1991); a Prefeitura Municipal (ou “Palacinho da Prefeitura”, realizado em 2011) e a antiga Estação Férrea (tombada também em 2011) (IPHAE, 2017).

5.2 Caracterização da paisagem urbana

O território político-administrativo do município de Santa Cruz do Sul tem uma área total de 794,49 km² subdividido em nove distritos constituídos pelas localidades de (citadas de norte em direção sul na figura 08) Alto Paredão (H), Saraiva (G), São Martinho (F), Monte Alverne (E), Boa Vista (C), Rio Pardinho (D), Sede Municipal (A - 1º Distrito) e São José da Reserva (B). Deste território, 156, 96 km² são pertencentes à área urbana e 637,53 km² à áreas rural com uma concentração populacional (segundo censo-IBGE de 2010) de 88% de habitantes na cidade e sedes distritais. A área urbana de Santa Cruz do Sul está entre as latitudes de 29°40' e 29°47'S e as longitudes de 52°27' e 52°23'W, representada, na figura 09, em cor vermelha.

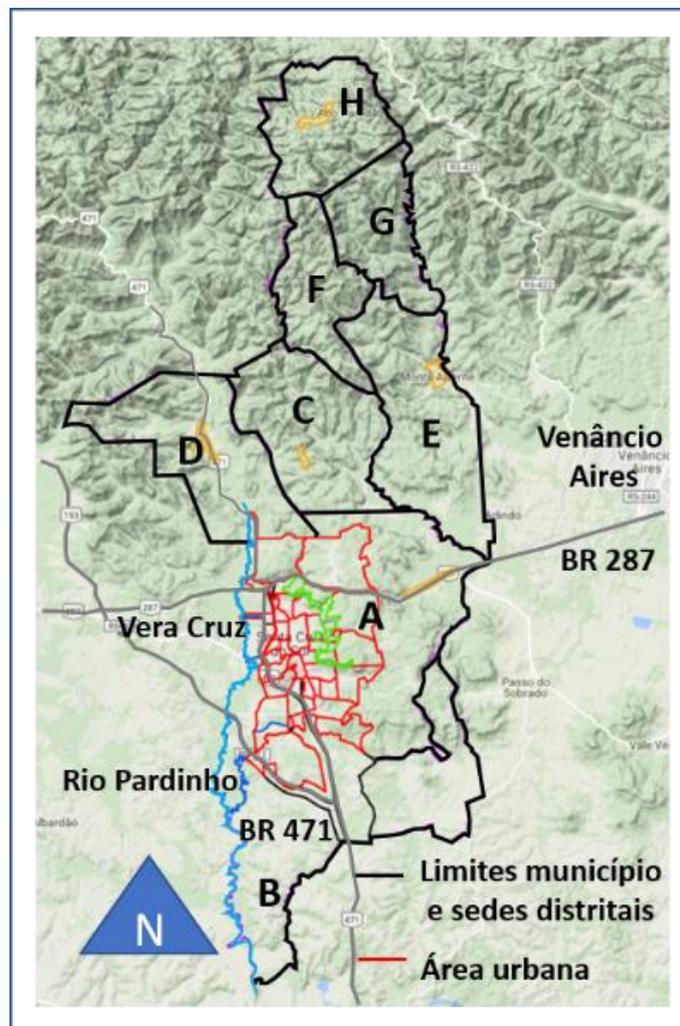


Figura 08: Mapa político-administrativo e principais vias de acesso do Município
 Fonte: SANTA CRUZ DO SUL. Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul. Elaborado pelo autor com base em Geo/PMSCS. Disponível em: <<http://www.santacruz.rs.gov.br/geo/>> Acesso em out. 2017

Conforme informações do Perfil das Cidades Gaúchas, elaborado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, Santa Cruz do Sul teve uma avaliação muito positiva em termos de seu Índice de Desenvolvimento Socioeconômico no Estado (IDESE, 2014), obtendo, assim, a terceira melhor colocação após Bento Gonçalves e Erechim no critério geral utilizado para classificação dos municípios com mais de cem mil habitantes. O IDESE considera aspectos qualitativos e quantitativos do processo de desenvolvimento, a partir de indicadores que são divididos em blocos de renda, educação e saúde e, nestas categorias, Santa Cruz do Sul ocupou a segunda, terceira e quarta colocações no ranking estadual, respectivamente.

As avaliações positivas procedem, do ponto de vista da economia, de uma dinâmica que aponta, segundo a Prefeitura Municipal (SANTA CRUZ DO SUL, 2017). Informações gerais para a continuidade de elevação do Produto Interno Bruto do Município. Em 2014, o Município obteve, neste quesito, a quinta posição no Estado. Neste sentido, a principal fonte de receita, bem como de empregos e renda, está vinculada à indústria fumageira, que constitui uma complexa rede que interliga pequenas propriedades fumicultoras (com média aproximada de 12,7 hectares) com grandes empresas de capital internacional do setor, como a Souza Cruz, Phillip Morris Brasil, Universal Leaf Tabacos, Premium Tabacos do Brasil, Japan Tobacco International (JTI), Associated Tobacco Company (ATC), entre outras. Mas, e mesmo que hajam fortes restrições nacionais e internacionais para o comércio e consumo do tabaco, a perspectiva deste setor é a de investimentos, como, por exemplo na previsão de construção de uma nova fábrica de cigarros anunciada pela JTI em abril de 2017.

Na área industrial, destacam-se também outras empresas do setor alimentício, metalúrgico e farmacêutico, como a Excelsior Alimentos, Metalúrgica Mor, Mercur e Genésio A. Mendes. Em relação aos empreendimentos de pequeno e médio porte, há uma diversidade de atividades voltadas à fabricação de móveis, vestuário, esquadrias de metais, construção civil bem como prestação de serviços em áreas como informática, transporte escolar, estética entre outros. Ainda que haja, segundo Ruoso (2007, p. 172), uma crescente diversificação das indústrias, bem como da agricultura, no geral, as atividades voltadas ao fumo correspondem aproximadamente a 80 % da renda industrial do Município e movimentam outros setores, como o comércio e a prestação de serviços.

No comércio, segundo as informações da Prefeitura Municipal, existem aproximadamente 4,5 mil estabelecimentos varejistas distribuídos na área central, bairros e no interior. Soma-se, ainda, uma forte rede hoteleira, com uma capacidade de hospedagem em torno de duas mil pessoas. Na área da educação (formação básica), a Cidade conta com quatro instituições particulares de ensino (Colégio Mauá, Educar-se, São Luís e Dom Alberto) e 66 escolas da rede pública estadual e municipal abrangendo um total de 21 mil alunos. Já no ensino superior, Santa Cruz do Sul tem três instituições presenciais (Universidade de Santa

Cruz do Sul - UNISC-RS, Polo da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS e Faculdades Dom Alberto) e dois polos universitários de graduação e especialização à distância. Neste conjunto, a UNISC destaca-se pela quantidade de cursos de graduação, especializações e programas de Mestrado e Doutorado oferecidos, bem como pelas modalidades oferecidas pelo ensino a distância no Campus Sede (em Santa Cruz do Sul) e nos outros quatro campi existentes em cidades como Sobradinho, Venâncio Aires, Montenegro e Capão da Canoa. Em 2017/1, a estrutura da UNISC apresentou 55 cursos de graduação, 39 cursos de pós-graduação lato sensu e 13 cursos de pós-graduação stricto sensu (Mestrado e Doutorado) envolvendo um total aproximado de 14.603 estudantes. O conjunto de atividades de ensino, extensão e pesquisa na comunidade regional e no município de Santa Cruz do Sul também se reflete em outras áreas, como, por exemplo, os atendimentos e serviços prestados na saúde pela Unisc e nas atividades culturais que são promovidas, em seu conjunto, pelas instituições.

Na área da saúde, o Município apresenta uma rede completa, que inclui três hospitais (Santa Cruz, Ana Nery e Monte Alverne), bem como toda estrutura necessária para procedimentos de alta complexidade. Além disso, a Prefeitura Municipal também oferece os serviços de atenção básica e especializada, bem como uma extensa variedade de programas de atendimento e equipamentos voltados ao atendimento comunitário (entre eles Centros de Convivência, Albergues, Casa da Mulher, Cozinhas Comunitárias etc.). A consolidação da cidade como referência regional na área econômica, da educação e saúde é também acompanhada do aumento das suas funções institucionais administrativas pela concentração de órgãos públicos da Justiça Federal, Ministérios Públicos, Receita Federal, Previdência Social entre outros.

Esta breve caracterização de alguns dos principais aspectos econômicos e sociais teve o objetivo de evidenciar o curto espaço de tempo em que o Município, desde a fundação da Colônia de Santa Cruz em 1849, passou a exercer a condição de polo na Região do Vale do Rio Pardo, tornando-se também uma das principais cidades industriais do estado. Ao mesmo tempo, este perfil dinâmico, ao lado de um rápido crescimento demográfico, implicou uma organização espacial distinta e em uma rápida expansão horizontal e vertical, com intensa transformação da paisagem natural e construída.

Em relação aos aspectos paisagísticos ambientais, a cidade de Santa Cruz do Sul está localizada na transição do começo da Serra com a Depressão Central do Estado, em um território natural que abrange tanto as áreas mais baixas e pertencentes às planícies do Rio Pardo (ao oeste) quanto áreas mais elevadas do começo do Planalto Meridional (ao leste). Na figura 09, e a partir da visualização de um modelo tridimensional, destacou-se o contorno do perímetro urbano em relação às declividades do relevo e suas alturas. Salientou-se, também o traçado urbano da Cidade e a estrutura viária radial hachurada em vermelho. A

localização da área de estudo (e suas praças) foi delimitada em amarelo na malha urbana. Os principais acessos viários da área urbana da sede municipal são: RST-287 e BR 471 (em nível regional e estadual); RST 471 e RS 409 (em nível intermunicipal/local). As principais intersecções e cruzamentos destas rodovias estão representados na cor azul, formando nós a partir dos quais se estruturam algumas das principais vias radiais que conectam o centro da cidade à área de estudo.

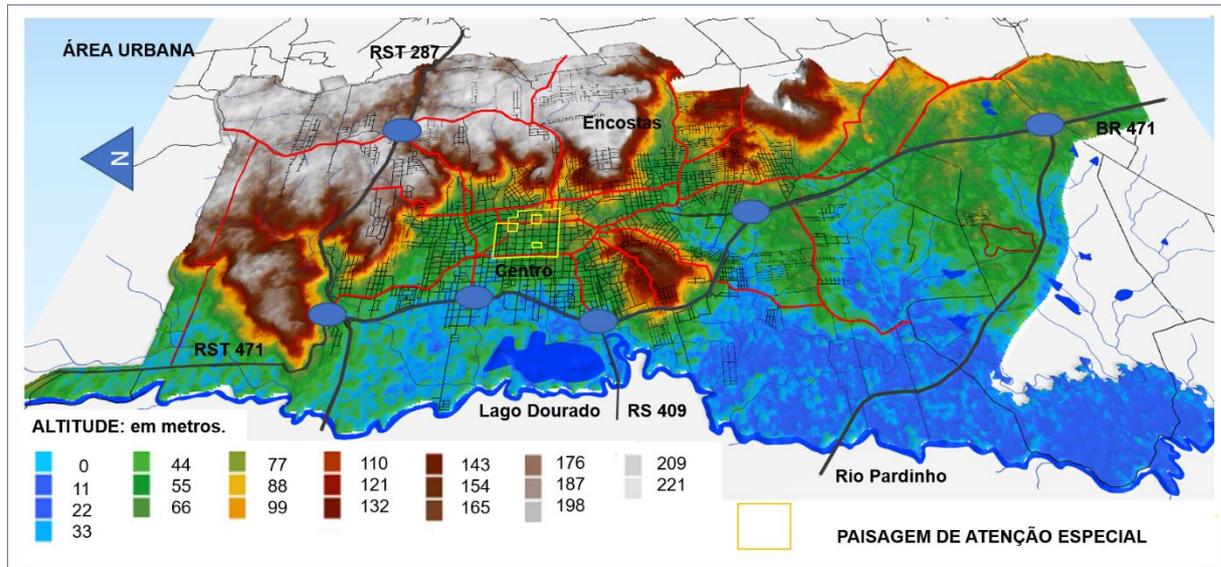


Figura 09: Maquete tridimensional: relevo, área urbana e área de estudo

Fonte: Tecnol. Bruno Deprá, Núcleo de Gestão Pública - NGP/UNISC – RS.

Na imagem em 3D da figura 09, pode-se observar a significativa variação de altitudes entre a Depressão Periférica Rio-Grandense (da cor azul para a verde) e do Planalto Meridional (das cores amarelas até o marrom claro). As áreas urbanas com menor altimetria correspondem à planície do Rio Pardinho e apresentam cotas entre 20 e 40 metros acima do nível do mar. A maior parte do traçado apresenta uma altura média de aproximadamente 50 metros, variando, contudo, até acima de 200 metros na parte superior da encosta.

As áreas da encosta, e que contornam a área de estudo (ou paisagem de atenção especial) ao norte e ao leste, apresentam, conforme dados da Fundação S.O.S Mata Atlântica, reminiscências da vegetação original em diversos estágios de regeneração. Estas matas pertencem, assim, ao bioma da Mata Atlântica, que é considerada patrimônio nacional pela importância da sua diversidade ecológica e cultural. Segundo Ruoso (2007, p.65), a vegetação predominante é a floresta subcaducifólia subtropical, assim denominada devido a sua composição por algumas espécies que perdem as folhas no outono e inverno. De maneira geral, este tipo de vegetação apresenta dois tipos de estratos relacionados à altura das árvores: um superior, que pode atingir 30 metros de altura (com grande variação de espécies) e outro inferior formado por espécies arbustivas e de menor porte. Do ponto de vista geológico,

conforme Ruoso (2007, p. 64), as encostas estão em uma zona de contato entre as formações Santa Maria, Botucatu e Serra Geral, e do ponto de vista geotécnico e ocupacional, são consideradas instáveis e sujeitas a deslizamentos. A este respeito, e ainda segundo Ruoso (2017, p. 64), a diversidade geológica em Santa Cruz do Sul pode ser observada em alguns espaços como no Morro da Cruz, parque ambiental implantando no espaço de uma antiga pedreira. No Morro da Cruz é possível ver a sobreposição das rochas vulcânicas dos derrames de lavas ou basalto oriundas do Planalto da Bacia do Paraná sobre o arenito.

A figura 10 apresenta a área urbana, os principais acessos da cidade, os bairros de Santa Cruz do Sul bem como os parques municipais. A área urbana possui grandes extensões do território voltadas à preservação ambiental, especialmente definidas pelas várzeas do Rio Pardinho (letra A) e pelas encostas que formam o Cinturão Verde (letra B) situado nas encostas do começo da serra ao leste da paisagem de atenção especial. O Cinturão Verde constitui-se em um monumento natural e é também marco simbólico para a população local dividindo a cidade em uma área com relevo mais alto (letra C) e mais baixo (letra D). Os principais acessos ao centro urbano ocorrem: ao norte, pela RST 287 (ligação entre Porto Alegre e Santa Maria) por meio do pórtico onde estão localizados dois bonecos denominados “Fritz” e “Frida” (e que são uma alusão a germanidade do Município e à festa da Oktoberfest) e na rótula desta rodovia com a BR 471; ao sul pela BR 471 (ligação com Rio Pardo e também Porto Alegre) onde localiza-se também o Distrito Industrial da cidade; ao oeste por meio da RS 409 em direção ao município de Vera Cruz.

Em relação aos parques da cidade, destacam-se duas áreas que se encontram inseridas no Cinturão Verde: o Parque da Gruta dos Índios (ou somente Parque da Gruta localizado pela letra “F”), com uma área de aproximadamente 17,4 hectares e o Parque da Cruz (letra “G”). Outro parque associado a uma área de preservação ambiental é o do Lago Dourado (letra “E”). Este espaço tem sido, mais recentemente, objeto de projeto da Prefeitura Municipal que pretende instalar um complexo de turismo no local. O quarto parque existente na área urbana está localizado ao sul e sedia o Autódromo Internacional de Santa Cruz do Sul (letra H). Este parque, inaugurado em 2005 em uma área de aproximadamente 230 hectares, tem como principal objetivo a realização de provas do automobilismo brasileiro como as de Stock Car, Fórmula 3, Fórmula Truck, entre outros similares.

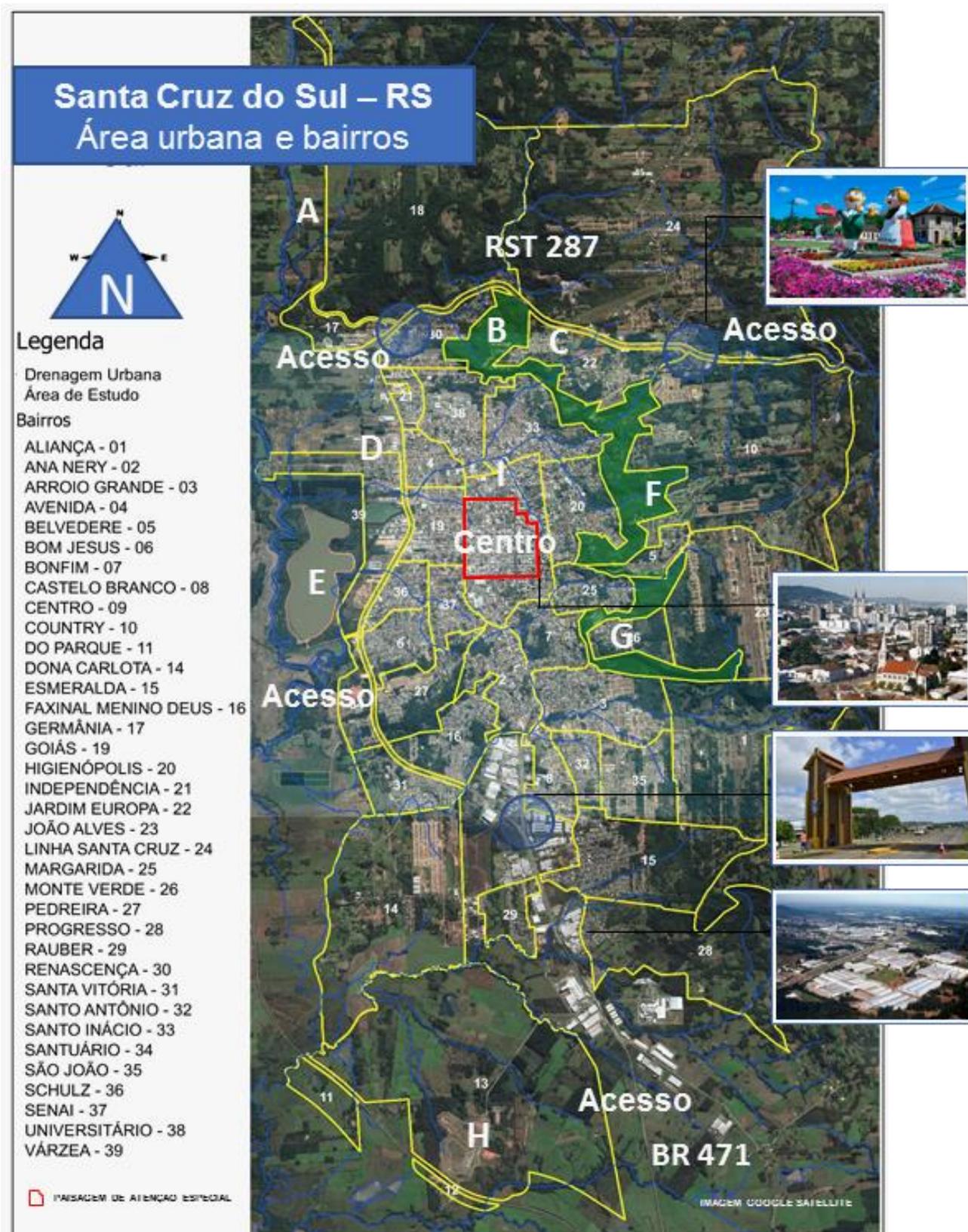


Figura 10: Área urbana, acessos viários e bairros de Santa Cruz do Sul

Fonte: Tecnol. Bruno Deprá, Núcleo de Gestão Pública - NGP/UNISC – RS.. Adaptado pelo autor.

Os parques urbanos descritos anteriormente estão apresentados na imagem da figura 11. Estes espaços são amplamente utilizados pela população local e regional. O único parque municipal inserido internamente à malha urbana, e que está localizando no centro urbano, é o parque da Oktoberfest (letra I da figura 10). Este parque, cujo nome provém de uma das maiores festas organizadas pelo Município, faz a divisa norte da área de estudo, ou paisagem de atenção especial.

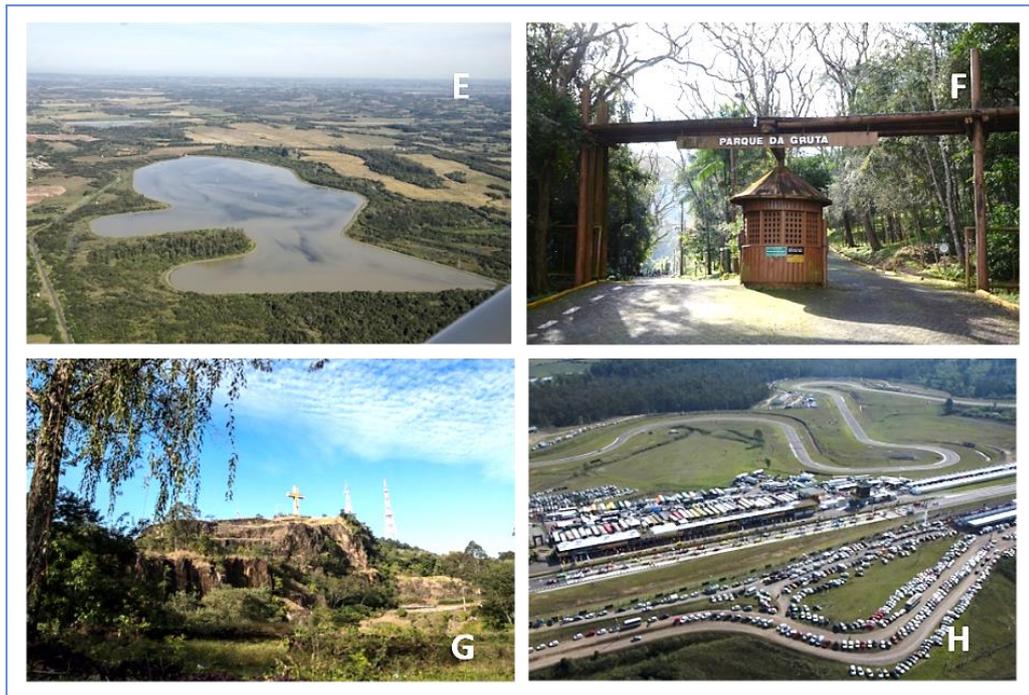


Figura 11: Parques municipais de Santa Cruz do Sul

Fonte: SANTA CRUZ DO SUL, 2017.

A figura 12, composta por duas vistas aéreas parciais de Santa Cruz do Sul, permite visualizar a paisagem natural e urbana onde destacou-se, em círculo, um dos principais monumentos da cidade: a Catedral São João Batista. Esta Igreja, com torres de 83 metros de altura, é um dos marcos simbólicos e visuais e a sua localização, em frente à praça Getúlio Vargas, também é coincidente com o Centro Histórico e a área de estudo. A Igreja Matriz aparece em destaque na paisagem urbana e a sua visibilidade está associada também à percepção do “centro” (simbólico e implicando no conjunto de funções econômicas, institucionais e sociais exercidas nesta área). Em relação ao conjunto da forma construída, pode-se observar que, ao lado oeste do centro urbano, há a predominância de edificações de pequena altura (até dois pavimentos) e ao lado leste e norte ocorre a verticalização das edificações.

As fotografias da figura 12 mostram a paisagem natural que cerca a cidade. Na primeira imagem (sentido norte-sul), pode-se ver, ao leste, o Cinturão Verde e o começo da

serra. A oeste, estão as áreas mais planas pertencentes às planícies do Rio Pardinho, e no horizonte da fotografia, pode-se ver o reflexo do espelho de águas do Lago Dourado. Estes são também os principais marcos naturais e simbólicos para a população local. A segunda fotografia, tirada no sentido sul-norte, a partir do Parque da Cruz (que também se constitui como referência simbólica e visual), pode-se observar o bairro centro sinalizado pela dominância visual da Igreja Matriz (marcada em círculo). O centro urbano e bairros próximos encontram-se localizados em uma bacia visual delimitada pelo começo da serra ao leste e norte da cidade com as áreas intensamente arborizadas do Cinturão Verde. No horizonte desta fotografia (ao norte), aparece a silhueta da serra que, em seu conjunto, forma um cenário azul. A paisagem natural e urbana funde-se no que parece ser uma multiplicidade de áreas verdes pertencentes às zonas de preservação (como o Cinturão Verde, planícies do Rio Pardinho ou parques) ou mesmo profusamente dispersas pelas áreas urbanizadas. A paisagem rural e urbana, pela própria escala da cidade, de médio porte, pode ser percebida visualmente pelos limites das áreas urbanizadas em relação aos condicionantes naturais. Neste sentido, as áreas da várzea do Rio Pardinho, da mesma maneira que o começo da encosta da serra, são fortes determinantes no processo de ocupação e expansão urbana.



Figura 12: Vistas aéreas parciais de Santa Cruz do Sul: norte-sul e sul-norte

Fonte: Foto do autor.

O mapa da figura 10 também apresentou a localização espacial e a enumeração dos bairros existentes em Santa Cruz do Sul. Os bairros localizam-se em áreas urbanas já consolidadas, mas também em espaços que apresentam características rurais. O bairro

Centro possui a maior concentração de atividades institucionais, comerciais e de prestação de serviços. Outras duas áreas urbanas que possuem concentração de atividades comerciais e de serviços estão localizadas mais ao sul da cidade (entre os bairros Ana Ney e Arroio Grande) e ao oeste, com limite definido pela BR 471 (tangenciando os bairros Avenida, Goiás e Schulz). De maneira geral, a formação dos bairros em Santa Cruz do Sul é um resultado do processo de crescimento urbano e expansão horizontal da cidade e ocorreu a partir do núcleo inicial da povoação, ou do bairro Centro e da malha ortogonal delimitada como a área de estudo. Caracterizam-se, portanto, como áreas predominantemente residenciais, à exceção dos distritos industriais.

As diferenças dos padrões de ocupação nas áreas urbanas estão também condicionadas às diversas realidades sociais e econômicas da população local. Os bairros mais próximos ao centro urbano, e que tem população com poder aquisitivo mais alto, são os de Higienópolis e Santo Inácio. Já os localizados ao norte e ao leste, como Germânia, Linha Santa Cruz, Jardim Europa, Country, João Alves e Monte Verde, situam-se nas áreas de maior altitude, e alguns tangenciam a área de preservação do Cinturão Verde. Na zona sul da cidade, a formação dos bairros esteve vinculada ao processo de industrialização, com a implantação do Distrito Industrial. Alguns destes bairros, como por exemplo Santuário, Santa Vitória, Faxinal Menino Deus, Dona Carlota e Rauber, concentram os grupos sociais com menor renda, bem como espaços habitacionais populares, a exemplo do Minha Casa Minha Vida. Estas áreas habitacionais estão vinculadas à infraestrutura viária regional (BR 471), bem como com à localização industrial periférica. Em seu conjunto, os bairros da zona sul, incluindo Castelo Branco, Santo Antônio, Aliança, Esmeralda, Progresso, ocupam a maior extensão territorial e formam um vetor de desenvolvimento urbano em direção sul (localização do Distrito Industrial). O Distrito Industrial concentra as empresas fumageiras e é conhecido como o maior polo mundial de beneficiamento de tabaco.

A figura 13⁵ apresenta o mapa da cidade de Santa Cruz do Sul, destacando-se as principais áreas de preservação ambiental, a hierarquia das vias, as interseções, parques, praças e zoneamentos de uso e ocupação do solo. A apresentação deste mapa, selecionado do Plano Diretor de Desenvolvimento Social e Urbano de Santa Cruz do Sul, é utilizado também como referência para caracterização da paisagem natural e urbana bem como dos principais aspectos que estão relacionados ao planejamento.

⁵ As atribuições de índices de uso e ocupação do solo urbano, bem como outros instrumentos de planejamento, estão descritos no apêndice A desta pesquisa.

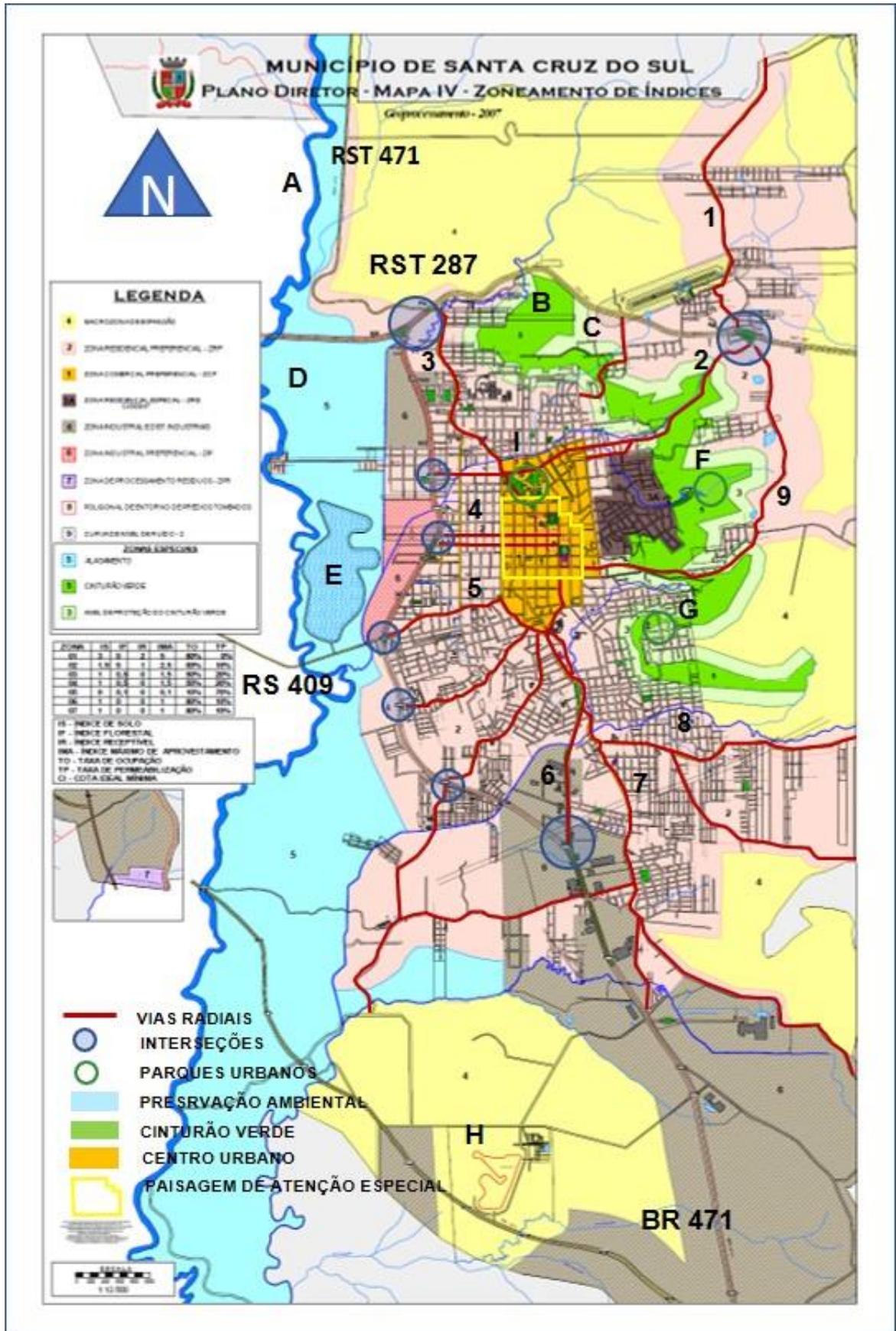


Figura 13: Mapa do Plano Diretor Urbano: áreas de preservação ambiental, zoneamentos e estrutura viária. Fonte: SANTA CRUZ DO SUL. Plano Diretor Urbano. Adaptado pelo autor, 2017.

No mapa da figura 13 pode-se observar que as áreas de interesse ambiental estão protegidas pelo Plano Diretor Urbano a partir da delimitação do zoneamento de preservação denominado de Cinturão Verde. Já, outro zoneamento ambiental, denominado de Anel de Proteção do Cinturão Verde, é constituído por uma faixa de preservação que delimita o contorno do Cinturão Verde, tanto na pré-encosta quanto em sua parte superior (figura 13, respectivamente letras B e C).

As áreas de preservação ambiental estão também delimitadas na parte oeste da cidade (letra D da figura 13), nas planícies aluviais do Rio Pardinho. Neste espaço, também se encontra o lago artificial conhecido por Lago Dourado, atual reservatório de água que é abastecido pelo Rio Pardinho (letra A). No planejamento, os zoneamentos ambientais têm instrumentos urbanísticos específicos, como a utilização do índice florestal no Cinturão Verde (proporção entre área preservada de mata nativa e área construída) e exigências especiais para o seu parcelamento e ocupação. Já o anel de proteção ao Cinturão Verde (áreas de seu entorno imediato) possui mecanismos para proteção da paisagem que são conferidos pela limitação da altura das edificações em quatro pavimentos, bem como cota ideal (porção mínima de terreno que corresponde a cada economia do lote).

No mapa da figura 13, foram também destacadas as vias radiais (em hachura vermelha) que constituem os principais acessos ao centro urbano (hachurado na cor amarela escura) e que é correspondente à zona comercial preferencial. Já a linha amarela, localizada internamente à zona comercial preferencial, delimita a paisagem de atenção especial que constitui a área de estudo desta pesquisa. O quadro 14 apresenta a classificação das vias radiais, ao longo das quais prolonga-se também o zoneamento comercial preferencial:

Quadro 14: Vias radiais de acesso ao centro urbano

Numeração	Nome da via radial
1	Avenida Prefeito Orlando Oscar Baumhardt
2	Acesso Graesel
3	Avenida Independência
4	Rua 28 de Setembro e Rua Júlio de Castilhos
5	Avenida Gaspar Bartholomay
6	Avenida Presidente Castelo Branco
7	Avenida Deputado Euclides Nicolau Kliemann
8	Rua Barão do Arroio Grande
9	Rua João Werlang e Avenida Léo Kraether

Fonte: Plano Diretor Urbano de Santa Cruz do Sul. Mapa VI – Sistema Viário. Elaborado pelo autor.

As vias radiais, a partir das suas intersecções com a estrutura rodoviária de contorno da área urbana, conectam-se com a zona comercial preferencial (coincidente com o centro urbano) e com a paisagem de atenção especial, que é delimitada pelas seguintes vias: em sentido oeste pela Rua Carlos Trein Filho; ao norte pela Rua Galvão Costa (e duas quadras,

respectivamente, pertencentes às Ruas 7 de Setembro e Borges de Medeiros); ao leste pela Rua Thomas Flores (e em duas quadras respectivamente pertencentes às Ruas Marechal Floriano e Marechal Deodoro); ao sul pela Rua Senador Pinheiro Machado.

No planejamento, a delimitação da zona comercial preferencial coincide com o bairro Centro e inclui toda a área de estudo e o Centro Histórico da Cidade. Este zoneamento tem os maiores índices de aproveitamento do solo bem como taxa de ocupação para as edificações que atinge 80 % da superfície do terreno. Apresenta também ausência da taxa de permeabilidade ou exigência para recuos de ajardinamento. A inclusão, neste zoneamento e na zona preferencial residencial, de um instrumento denominado de “índice receptível”, ainda que nunca tenha sido utilizado, refere-se à possibilidade de transferência do direito de construção em determinadas situações, como no caso da preservação de imóveis considerados de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural. A transferência e recepção de índices pode ocorrer em zonas residenciais preferenciais e na zona comercial preferencial, havendo limites máximos para a sua aquisição em termos de totais acumulados em conjunto com o índice de aproveitamento do solo.

Quanto ao planejamento, e em relação ao conjunto dos bairros, estes são considerados zonas residências preferenciais, a exceção do bairro Higienópolis, situado ao leste da área de estudo. Este bairro, de classe média alta, é considerado zona residencial especial e é o único que também possui o instrumento da cota ideal. A cota ideal dificulta, por exemplo, a densificação do bairro bem como a construção de edificações em altura. Por outro lado, a existência da cota ideal no bairro Higienópolis expressa a preocupação dos moradores com a proteção ao entorno de suas habitações e com a manutenção das características da paisagem. O zoneamento residencial preferencial apresenta recuos de ajardinamento de quatro metros para o recuo frontal, e de dois e quatro metros para os lotes de esquinas, respeitadas eventuais exigências do sistema viário. As principais informações relacionadas ao planejamento estão sintetizadas no apêndice A desta pesquisa.

5.3 A paisagem de atenção especial e o patrimônio cultural material

A cidade de Santa Cruz do Sul tem parte da sua identidade histórica associada às particularidades expressas pelo planejamento inicial da cidade, tais como as ruas largas, com passeios amplos e bem arborizados, praças e jardins. Neste contexto, a área de estudo herdou duas características importantes da sua fisionomia atual: uma que é decorrente do urbanismo administrativo luso amplamente utilizado na metade do século XIX para fundação de novas nucleações urbanas e que se caracterizou pelo projeto de uma malha urbana ortogonal regular (com ruas retilíneas de 22 metros de largura e quadras de 132 metros);

outra, a influência cultural da imigração alemã, que se expressou de forma particular sobre a organização espacial deste traçado (ROCHE, 1969, p. 210).

Em relação à primeira característica, o projeto do traçado urbano inicial (1855) englobava um total de 25 quadras, prevendo também a elaboração de duas praças. Os critérios básicos de localização espacial deste traçado foram as características do relevo (que apresenta leve declividade), a hidrografia do local bem como a relação da malha com os principais caminhos e vias já existentes. A atual Praça Getúlio Vargas (vide figura 15), prevista no traçado original, constituiu-se como a primeira referência simbólica e espacial do plano urbanístico, seguida pela construção da Igreja Católica (atual Catedral São João Batista) e posteriormente, pela Praça da Bandeira, que sedia o prédio da Prefeitura Municipal. Já quanto ao processo de colonização e influência da imigração alemã, a apropriação gradativa do espaço urbano conferiu a este identidades distintas e características da sociedade local. Entre estas, a localização criteriosa das principais instituições religiosas e educativas ou sócio-recreativas, de acordo com a fé católica ou evangélica (Luterana); a formação de áreas industriais associadas ao crescimento econômico da cidade e especialmente vinculadas ao fumo; as particularidades da arquitetura e das práticas socioculturais.

A paisagem de atenção especial (vide mapa da figura 14), por estar vinculada em sua delimitação espacial ao planejamento urbano inicial de Santa Cruz do Sul (correspondente aos planos iniciais de 1855, 1870 e 1922), concentra um extenso patrimônio arquitetônico e urbanístico pertencente ao final do século XIX e começo do século XX, especialmente. Em relação ao patrimônio cultural, o Plano Diretor define que o acervo arquitetônico e urbanístico do Município é estabelecido por legislação específica, o que ocorre por meio da Lei nº 7.382 de 19 de agosto de 2015. O Plano Diretor, contudo, é sucinto, não estabelecendo diretrizes gerais em relação ao patrimônio cultural e natural do Município em sua totalidade. A maior contribuição desta lei para a proteção da paisagem é a restrição de altura de 07 metros para as edificações situadas à quadra da Catedral São João Batista (zoneamento de proteção) e a possibilidade de utilização de transferência de índices como incentivo à preservação patrimonial.

Portanto, a Lei nº7.382, de 19 de agosto de 2015, é o principal instrumento legal de proteção e inclui um total de 57 bens culturais classificados em três categorias distintas no centro urbano: bens de preservação integral; bens de preservação parcial e bens protegidos. A discriminação e a enumeração destes bens culturais e de suas categorias está disponibilizada no apêndice B desta pesquisa e foi também classificada na figura 14. Já a apresentação detalhada deste patrimônio bem como das principais características da área de estudo, são demonstradas ao final deste capítulo e fazem parte de uma observação crítica da paisagem.

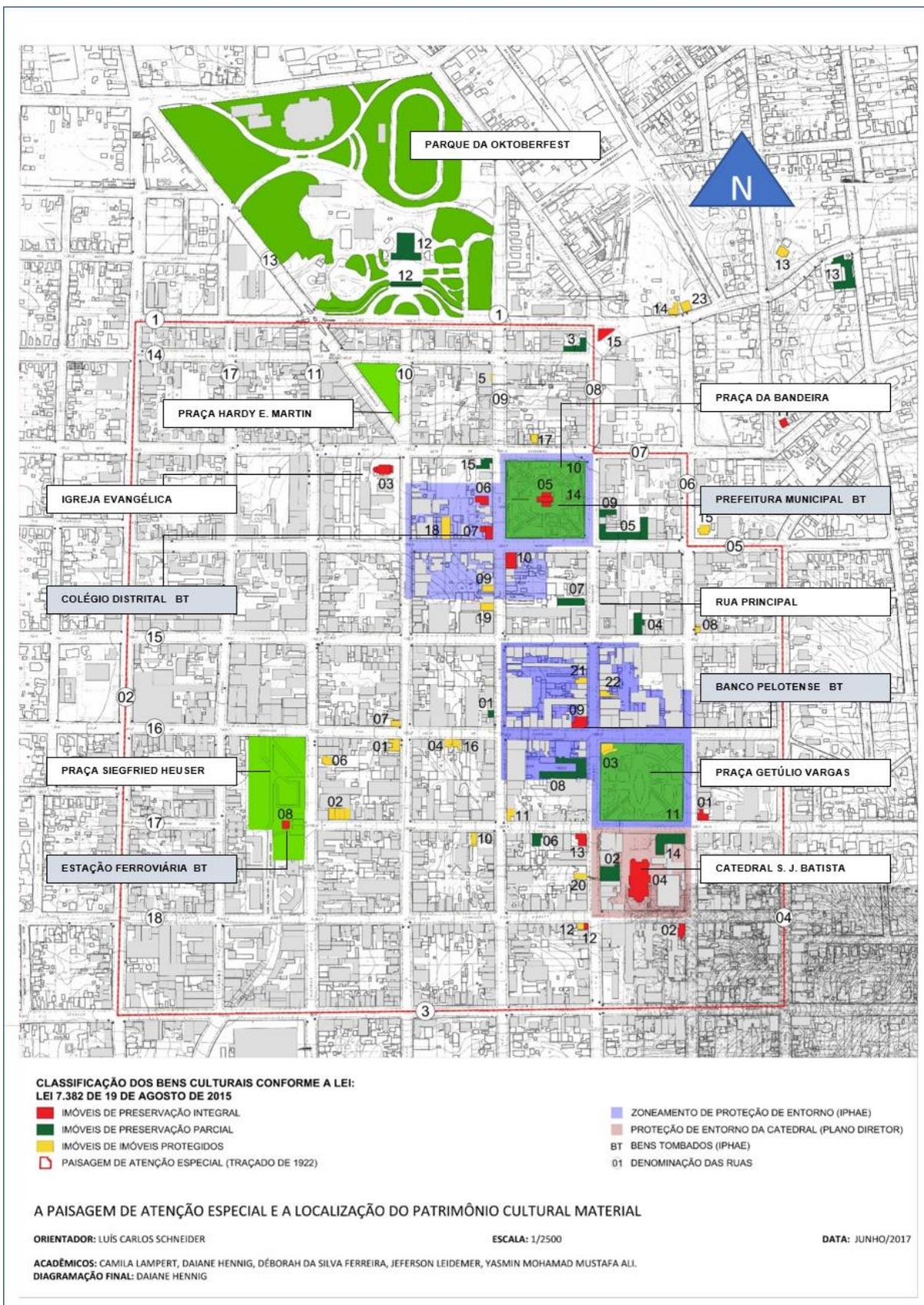


Figura 14: A paisagem de atenção especial e a localização do patrimônio cultural material
 Fonte: Base cartográfica: levantamento aerofotogramétrico de 1976. Mapa realizado pelo autor.
 Diagramação final: acadêmica Daiane Hennig.

A tabela 01 apresenta a classificação dos 57 bens patrimoniais organizados por localização, categorias e quantidades. Pode-se observar que três bens estão localizados no distrito de Rio Pardinho, um dos berços locais da imigração alemã e atual sede distrital. Outro imóvel está localizado no atual bairro Linha Santa Cruz, primeira colônia ocupada pelos alemães que chegaram a Santa Cruz do Sul.

Tabela 01: Classificação dos bens patrimoniais conforme Lei nº7.382, de 19 de agosto de 2015

BENS PATRIMONIAIS EM DISTRITOS OU ÁREAS PERIURBANAS	
Categorias e localização	Quantidade
Edificações	
- Distrito de Rio Pardinho;	2
- Bairro de Linha Santa Cruz;	1
Espaços	
- Cemitério em Rio Pardinho;	1
Subtotal	4
BENS PATRIMONIAIS DA ÁREA URBANA – BAIRRO CENTRO	
Categorias	Quantidade
Edificações arquitetura eclética	41
Edificações arquitetura moderna	08
Espaço aberto público	
- Praças (Getúlio Vargas e da Bandeira)	02
Monumentos (bustos e memoriais)	02
Subtotal	53
Total de bens patrimoniais	57

Fonte: Lei nº 7.382, de 19 de agosto de 2015. Organizado pelo autor.

Todos os outros 53 bens culturais protegidos na lei estão localizados no bairro Centro e são pertencentes à arquitetura eclética (41 bens) ou moderna (8 bens), somando-se ainda duas praças (originalmente previstas no planejamento inicial da cidade) e dois monumentos (Monumento ao Imigrante e Monumento à Independência).

Do conjunto destes 53 bens ocorrem as seguintes situações de uso original das edificações: 17 bens institucionais; 14 bens de uso comercial ou misto (habitação e comércio); 15 bens de uso residencial; 02 bens de uso industrial. Acrescentam-se, ainda, a estes totais, as duas praças (Praça da Bandeira e Praça Getúlio Vargas), os dois monumentos e o pórtico/pavilhão da Oktoberfest.

Na figura 14 pode-se observar que a concentração dos bens legalmente protegidos ocorre na área definida pelo projeto do traçado urbano de 1922 (linha vermelha) e que é denominada nesta pesquisa de paisagem de atenção especial. Destaca-se, contudo, que a delimitação espacial da área de estudo estabelece somente uma referência a partir da qual se utilizam metodologias próprias para a leitura da paisagem que extrapolam a mera abrangência físico-territorial. Dos 53 bens patrimoniais existentes no bairro centro, um total de 48 encontram-se localizados internamente à paisagem de atenção especial ou em seu perímetro imediato e cinco estão localizados nas suas proximidades.

Uma segunda classificação, no mapa da figura 14, foi realizada para demonstrar as categorias dos imóveis segundo os diferentes níveis de preservação que a eles são conferidos pela lei nº 7.382, de 19 de agosto de 2015. Neste sentido, a utilização das cores vermelha, verde e amarela dos bens culturais, refere-se, respectivamente, a sua preservação integral, parcial e à proteção. No quadro 15, apresentam-se as numerações (de 01 até 18) com denominações das vias que constituem os limites da paisagem de atenção especial (área de estudo), bem como das suas ruas internas.

Quadro 15: Nomenclatura das vias da paisagem de atenção especial

Nº	Ruas de delimitação da área de estudo	Nº	Ruas internas à área de estudo
1	Galvão Costa	10	Venâncio Aires
2	Carlos Trein Filho	11	Ernesto Alves
3	Senador Pinheiro Machado	12	Assis Brasil
4	Thomas Flores	13	Independência
5	Borges de Medeiros	14	Tiradentes
6	Marechal Deodoro	15	28 de Setembro
7	07 de Setembro	16	Júlio de Castilhos
8	Marechal Floriano (rua principal)	17	Ramiro Barcelos
9	Tenente Coronel Brito	18	Fernando Abott

Fonte: elaborado pelo autor.

Os zoneamentos em cor azul, no mapa da figura 14, estão relacionados às poligonais de preservação do entorno de bens tombados pelo Instituto de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPAHE – RS): Colégio Distrital (tombado em 18/03/1991; imóvel nº 11) e Banco Pelotense (tombado desde 18/03/1991, atual Centro de Cultura Regina Simonis; imóvel nº 09). As duas outras edificações são a da Prefeitura Municipal (tombada em 12/08/2011; imóvel nº 05), que está localizada no interior da praça da Bandeira e a antiga Estação Férrea (tombada em 26/08/2011; imóvel nº 08), que desde 1987 sedia o Centro de Cultura Jornalista Francisco José Frantz. Estes bens são pertencentes à arquitetura eclética urbana, e são considerados como categorias de preservação integral pela Lei municipal nº 7.382. As zonas de proteção de entorno dos bens tombados pelo Estado apresentam diretrizes e restrições construtivas que estão descritas no apêndice A.

Entre as principais, citam-se, como exemplo, as restrições volumétricas e de alturas das edificações. Neste sentido, por exemplo, é estabelecida a altura máxima de dois pavimentos para novas edificações na quadra do Colégio Distrital e altura máxima de três pavimentos nas demais quadras; altura máxima de dois pavimentos para novas edificações na quadra do Banco Pelotense e quatro pavimentos nas demais quadras, à exceção da quadra da Catedral São João Batista (bem cultural de preservação integral nº 04). A quadra da Catedral São João Batista tem limite de altura de sete metros para novas edificações,

sendo que este parâmetro é estabelecido somente pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Social e Urbano.

Em relação aos afastamentos e recuos dos bens culturais do passeio público, a tabela 02 apresenta os seguintes dados:

Tabela 02: Afastamento e recuos dos bens culturais em relação ao passeio público

Recuos Frontais	Afastamentos Laterais		
	Sem afastamentos	Com afastamentos	Jardins privados
Conjunto de bens			
Sem recuo	9	29	4
Com recuo		10	5
Totais		48	9
Observação: excluídos do total de bens as duas praças, dois monumentos e o pórtico/pavilhão.			
Edificações classificadas como comerciais ou mistas (comércio e residência)			
Sem recuo	7	7	-
Com recuo			-
Totais		14	-
Edificações classificadas como residenciais			
Sem recuo		10	3
Com recuo		5	5
Totais		15	8

Fonte: organizado pelo autor.

No conjunto de bens patrimoniais apresentam-se as situações de 29 imóveis sem recuo frontal do alinhamento da calçada, mas com a presença de um ou dois afastamentos laterais do lote. Há também dez imóveis que apresentam recuo frontal e afastamentos laterais, incluídos nestes, em sua totalidade, os imóveis institucionais e residenciais. Já os imóveis comerciais ou mistos (uso residencial e comercial) não apresentam recuos frontais, podendo, contudo, apresentarem afastamentos laterais. Em relação às edificações classificadas como residenciais, dez não apresentam recuos frontais, mas possuem afastamentos laterais onde, em três casos, ocorrem jardins. Cinco imóveis residenciais apresentam tanto recuos frontais quanto afastamentos laterais. Nestes casos, estão também a maioria dos jardins privados (ainda que atualmente muitos possam ter somente gramados) colocados ao redor da casa ou no afastamento lateral.

5.4 A visibilidade da paisagem de atenção especial e do patrimônio cultural

A apresentação de duas imagens neste texto são um recorte da mesma paisagem urbana. Foram isoladas de maneira intencional, com o propósito de que qualquer observador possa contemplar, em uma representação digitalmente renderizada, somente uma parte de uma cidade qualquer. A visualização ocorre, por isso, a certa distância em termos de horizonte, e na segunda foto, que é apresentada posteriormente, adicionaram-se somente

dois elementos: uma igreja e uma suave colina. Se as fotografias forem vistas isoladamente, pode-se afirmar que a primeira (figura 15) revela uma massa de edificações verticais em meio ao que aparenta ser um conjunto de casas.

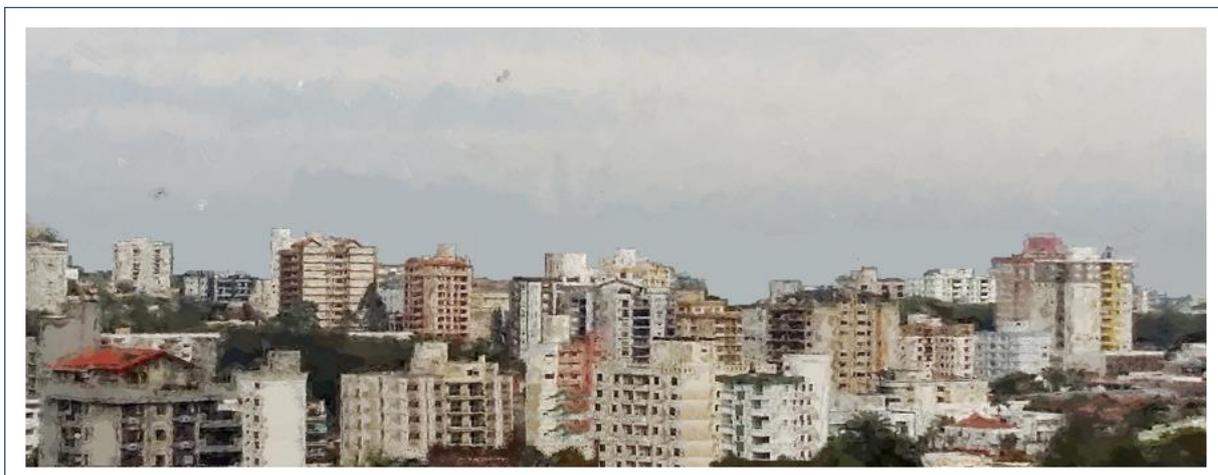


Figura 15: Uma paisagem contemporânea

Fonte: acervo pessoal (imagem renderizada com subtração de elementos da paisagem).

O observador perceberá então um pano de fundo neutro na forma de um céu cinza, nublado. Um céu que pode retratar tanto uma prematura frieza do outono, quanto um calor abafado de verão. Será janeiro ou abril afinal? Ou em outra possível interpretação, será esta uma paisagem de uma manhã ou de uma tarde? Por que a indicação das condições climáticas, ou do horário, não poderão acontecer pelas poucas referências da natureza presentes na fotografia. Há uma percepção, contudo, que pode ser orientada pela sensibilidade e pelo acúmulo de vivências e das memórias de quem vê e interpreta os lugares. Pode-se deduzir também que a paisagem da figura 16 tem suaves ondulações. Estão escondidas, dissimuladas, mas revelam-se pelos ritmos das alturas das edificações, se adequando à fisionomia do relevo. Os prédios, por sua vez, apresentam-se tanto em sua situação de conjunto quanto individualmente. Em seu conjunto, pode-se ver que possuem diferentes tamanhos, mas a escala reconhecível é a do homem. Pois se veem portas, janelas, telhados...e demais elementos que nos permitem entender as proporções das coisas com elas e entre si mesmas. O conjunto das edificações forma também uma massa edificada que aparenta homogeneidade, mas ainda assim, ao apurar-se o olhar, observam-se muitas diferenças. Assim, com pouco esforço, percebe-se o prédio mais alto e com maior volume situado à direita da fotografia. Há também outro, no canto inferior esquerdo da imagem, onde o último andar da edificação parece ser uma casa com telhados de cerâmica. E há um prédio isolado, onde o céu e o horizonte destacam os espaços vazios de seu entorno.

As diferentes texturas, cores e formatos das edificações revelam também particularidades apesar da similaridade de geometrias e desenhos. Os prédios são

reconhecidos pelo observador como casas, ou habitações coletivas, e talvez se presuma um bairro residencial. Por outro lado, as edificações aparentam ser bem conservadas e não há evidências de que ali encontrem-se igrejas ou outras edificações (de qualquer tipo) que possam indicar a existência de um passado, ou mais do que uma história recente. Assim, a única ligação com o tempo é a certeza de que esta fotografia representa uma cidade contemporânea, mas nada diz sobre sua real extensão ou mesmo sobre a situação social e cultural da população. Ainda assim, reconhece-se, de imediato, que não se trata de uma área ocupada por populações carentes, nem mesmo de um conjunto habitacional. Esta fotografia, neste seu fragmento, esconde um conjunto da qual faz parte, mas induz a pensar em uma representação de um bairro com contexto social e econômico mais privilegiado.

O conjunto das edificações permite reconhecer também determinados limites. À esquerda, a massa arbórea que surge entre os prédios indicaria um espaço livre, talvez um parque ou uma rua? Ou mesmo ao lado direito da figura a massa das edificações parece estar tensionada por uma espécie de eixo verde que pode ser uma rua arborizada. Não se veem áreas rurais, somente cidade. Por fim, o observador pode questionar a procedência da fotografia-pintura e nada terá além de suposições. Se é bairro de alguma metrópole, ou se é parte de uma outra cidade qualquer, pode-se imaginar que a sua própria localização poderia corresponder a muitas regiões diferentes do planeta.

Na segunda fotografia (figura 16), acrescentaram-se somente dois elementos que foram intencionalmente subtraídos da imagem anterior. Uma alta igreja, que surge no centro da composição e cuja dominância das torres, em termos de escala, a transformam em marco na paisagem urbana. A imponência do monumento permite perceber a possibilidade de outras dimensões históricas e culturais do espaço. Este marco espacial e visual, combinado à adição da suave colina, distante no horizonte, indica a existência de outro lugar, além daquele que é observado. Um nó, ou mesmo um centro, apontado pela verticalidade e excepcionalidade da arquitetura. Nada se retirou do que já foi interpretado na primeira fotografia, mas as colocações de somente dois elementos, marcos espaciais, um pertencente à natureza (a colina) e outro próprio da arquitetura (a Igreja) são capazes de conferir uma identidade a imagem, pois lhe alteram a estrutura e os significados. A visibilidade destes elementos remete à indagação de como estes marcos espaciais são histórica e culturalmente reconhecidos participando ativamente da visibilidade da paisagem em diferentes escalas.

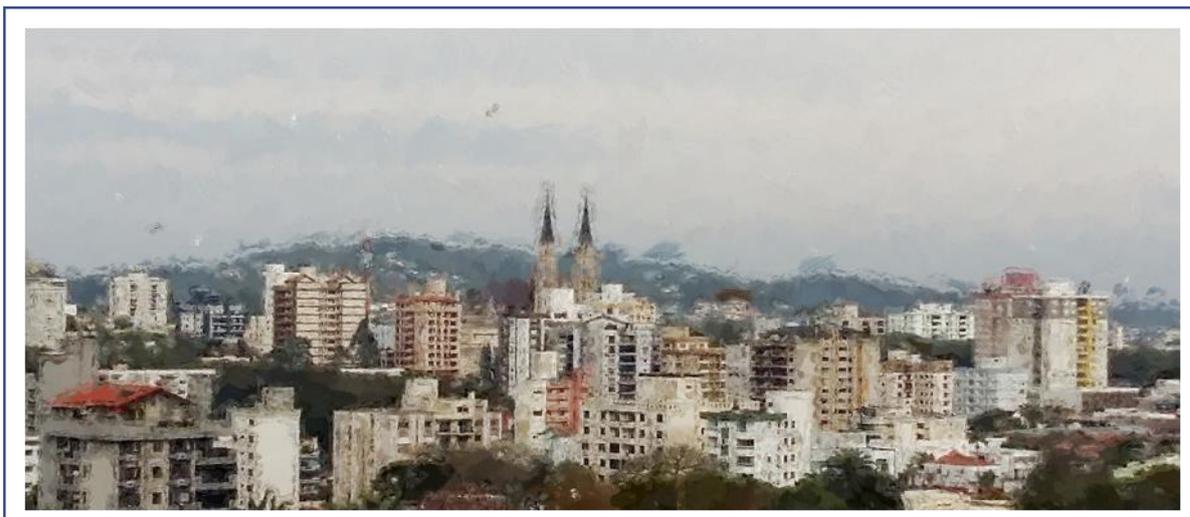


Figura 16: Um recorte da paisagem urbana de Santa Cruz do Sul, vista sul

Fonte: acervo pessoal (imagem renderizada).

A Catedral São João Batista, em destaque na foto, por exemplo, é considerada como a maior em estilo neogótico da América Latina, e, enquanto monumento urbano, consolidou-se, historicamente, como uma das principais “logomarcas” do município de Santa Cruz do Sul. Mas, para além disso, é também um templo construído e vivido pela fé, ou ainda uma marca que simboliza um dos principais bairros da cidade: seu centro urbano. Ao mesmo tempo, a comparação entre as duas imagens demonstra a indissociabilidade do patrimônio cultural, em uma fusão da natureza e da arquitetura na composição de uma paisagem vinculada à história e à cultura da sociedade local.

As descrições das duas imagens abordaram aspectos gerais visíveis da forma e estrutura na escala urbana, por meio das categorias utilizadas por Lynch (1997) e Panerai (1983). Para estes autores, a percepção das formas (e a associação das suas unidades ou partes físicas componentes) pode ser realizada a partir da identificação de elementos como as vias e rotas, limites, bairros ou setores, pontos nodais/nós e marcos. Tais categorias apresentam estabilidade e coerência entre si e contribuem para a identificação da estrutura da paisagem da maneira como é apreendida e percebida visualmente pela população. A aplicação destas categorias também possibilita integrar características relacionadas aos elementos da natureza e as marcas da cultura. Assim, um marco pode corresponder tanto a um monumento artificial quanto natural, como uma igreja ou uma serra. Ou um limite pode ser a percepção visual da finitude de áreas urbanas em contraste com a natureza ou ainda expressar as divisões perceptíveis da forma entre as diferentes partes que compõem uma cidade. As categorias de Lynch e Panerai podem revelar associações comuns e compartilhadas para a interpretação visual das formas urbanas, contribuindo para entender a estrutura da paisagem em sua globalidade, bem como destacando os indicadores visuais mais marcantes ou característicos em relação à área de estudo. A imagem da cidade relaciona,

assim, dois componentes fundamentais: o reconhecimento visual (e, portanto, a diferenciação) das formas urbanas pela população; a sua capacidade de apreensão pela apropriação simbólica, social, cultural e histórica. Neste segundo aspecto, e na impossibilidade de realização de um conjunto de mapas mentais de imagens da cidade a partir da participação dos diferentes setores e segmentos da sociedade, a identificação das categorias considera também a subjetividade do pesquisador na interpretação. Contudo, pretende-se minimizar esse aspecto a partir da busca de informações técnicas relacionadas às categorias por meio da pesquisa em bases cartográficas, dados socioeconômicos, históricos e culturais.

Portanto, a inserção da paisagem de atenção especial (malha ortogonal azul na figura 17) foi realizada por meio da sua contextualização à paisagem urbana, identificada por meio da utilização das categorias de marcos, vias, limites e nós. Estes elementos também podem, de acordo com as diferentes circunstâncias de localização dos observadores, serem visualizados e constituem-se como fortes referências espaciais que contribuem para entender a estrutura visível da paisagem em sua globalidade.

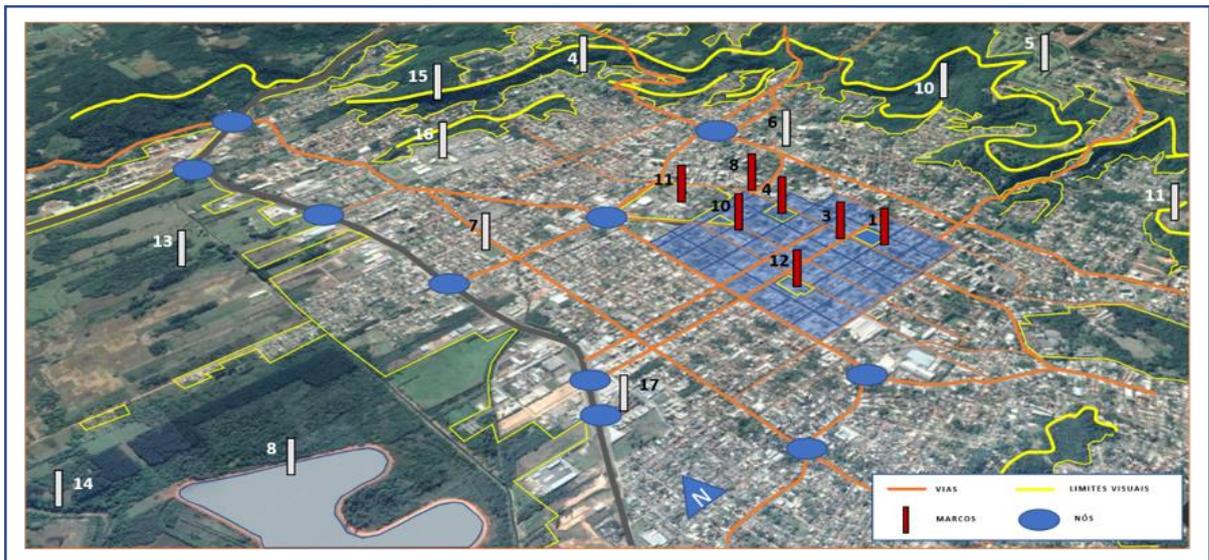


Figura 17: Utilização das categorias de vias, marcos, limites, bairros e nós

Fonte: Realizado pelo autor com base em Lynch (1997) e Panerai (1983).
Imagens satélite Google Earth (2016).

A apreensão das categorias marcos, vias, limites, nós e bairros foi realizada por meio da hierarquização das informações: delimitação da paisagem de atenção especial (considerada em sua totalidade como um nó pela centralidade e concentração de funções urbanas); estrutura viária principal de acesso à cidade e a paisagem de atenção especial bem como conexões (vias e nós); as principais referências espaciais (os marcos visuais ou

referências simbólicas e culturais da cidade); visualização dos elementos da natureza (fisionomia dos morros, planícies) ou das áreas urbanas (limites entre o urbano e o rural).

Desta maneira, na figura 17, utilizou-se a cor azul para representar os principais nós, o vermelho para as vias principais e o amarelo para demonstrar os limites e as diferenciações visuais entre a paisagem urbana, a natureza e o meio rural. Em relação aos principais marcos referenciais, procurou-se, conforme informações da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul, organizar uma classificação dos elementos que estão associados à divulgação da imagem da cidade, e, portanto, de sua paisagem urbana e natural. Estes marcos, constituídos por monumentos, edificações, praças e outros espaços, aparecem como os principais pontos de interesse turístico e cultural. Neste sentido, todos marcos simbólicos foram classificados segundo a sua localização espacial externa ou interna à paisagem de atenção especial e estão apresentados no quadro 16.

Os marcos internos à área de estudo foram também utilizados como referência para o estabelecimento de pontos de observação e elaboração de um percurso de caracterização da paisagem de atenção especial, em sua relação com o patrimônio e o planejamento. O quadro 16, associado à identificação do patrimônio cultural material, também permite perceber que todos os espaços (à exceção do museu do Colégio Mauá e do Túnel Verde) são também considerados bens patrimoniais pela Lei nº7.382, de 19 de agosto de 2015.

Quadro 16: Marcos externos e internos à paisagem de atenção especial

Marcos externos à área de estudo	Marcos Internos à área de estudo
1. Aeroporto	1. Catedral São João Batista
2. Autódromo	2. Praça Getúlio Vargas
3. Bonecos Fritz e Frida	3. Casa de Artes Regina Simonis
4. Casa de Retiro Loyola	4. Praça da Bandeira
5. Country Clube	5. Palacinho da Prefeitura
6. Estádio dos Eucaliptos	6. Gruta da Coquinha
7. Estádio dos Plátanos	7. Museu do Colégio Mauá
8. Lago Dourado	8. Monumento ao Imigrante
9. Parque da Santa Cruz	9. Túnel Verde
10. Parque da Gruta	10. Igreja Evangélica
11. Santuário de Schoenstadt	11. Parque da Oktoberfest
12. Seminário de São João Batista	12. Centro de Cultura Jornalista Francisco J. Frantz
Outras referências de localização espacial:	
13. Planície do Rio Pardinho	
14. Rio Pardinho	
15. Cinturão Verde	
16. Universidade de SCS Unisc	
17. Rodoviária	

Fonte: SANTA CRUZ DO SUL, 2017.

A observação da paisagem de atenção especial, portanto, é realizada ao longo do percurso que destaca os principais marcos simbólicos e o patrimônio cultural material da área de estudo, de maneira contextualizada à estrutura visual da cidade. Neste sentido, outro

elemento muito importante para a visibilidade da paisagem de atenção especial decorre das condições particulares do seu relevo, de forma associada à malha urbana ortogonal. Como o entorno imediato e mesmo distante da área de estudo participa ativamente da visualização da paisagem procedeu-se também à análise das características básicas do traçado urbano. O desenho geométrico do espaço aberto público (quadras em padrão regular com ruas largas e retas) possibilita ampla visualização ao longo do eixo das vias, destacando-se as esquinas, onde as mudanças de direção aumentam o campo visual do observador. Neste sentido, a visualização externa e interna à paisagem de atenção especial, e dos principais monumentos, ou marcos (ou outros elementos) é também proporcional às áreas que apresentam declividade mais alta.

Segundo a figura 18, as áreas mais altas estão hachuradas em azul e as mais baixas na cor verde claro. Na área em azul, pode-se observar a concentração de marcos internos da paisagem conforme numerados e descritos no quadro 16. As linhas vermelhas indicam a organização do percurso a ser utilizado para a caracterização da paisagem de atenção especial, e as esferas os diferentes pontos de observação utilizados para os registros fotográficos.

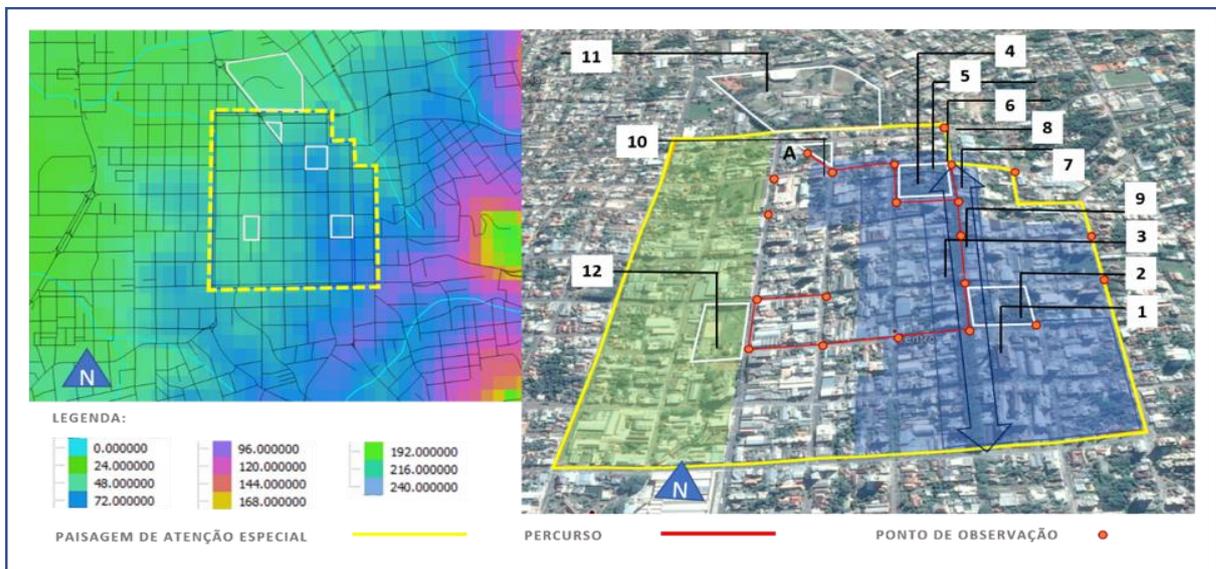


Figura 18: Relevômetro, visibilidade e marcos internos da paisagem de atenção especial
 Fonte: Mapa hipsométrico: Tecnol. Bruno Deprá, Núcleo de Gestão Pública - NGP/UNISC – RS.
 Imagens satélite Google Earth (2016): adaptações realizadas pelo autor.

Em termos de conjunto das principais características do traçado urbano, a tabela 03, apresenta os elementos que compõem o espaço aberto público e as suas descrições quantitativas. Como o entorno imediato e mesmo distante da área de estudo participa ativamente da visualização das características básicas da paisagem, foi necessário também realizar algumas adequações para organização da tabela. A área proposta como limite

espacial para a pesquisa possibilita quantificar todos elementos internos como número de vias, quadras, praças, largos, canteiros centrais, projetos especiais entre outros. Alguns dos atributos, contudo, foram quantificados considerando a relação que apresentam com os bens culturais ou com o entorno imediato. Entre eles, estão os que podem potencializar efeitos cênicos ou visuais do desenho do espaço aberto público ou com o patrimônio. Desta maneira, incluíram-se na tabela também as características de entorno imediato do traçado, como as interrupções de vias, mudanças de direção, cruzamentos ou nós, parques e praças, quando associados ao patrimônio cultural ou praças e parques.

Os elementos de composição do traçado urbano e as suas principais características estão descritos na tabela 03 e representados na figura 19. Esta identificação permite expor determinados padrões de configuração espacial, que podem estar vinculados a efeitos cênicos ou estéticos da paisagem urbana em sua relação com o patrimônio cultural material.

Tabela 03: A influência do traçado na composição da paisagem urbana

Elementos ou características do traçado	Quantidades
- quadras padrão (formato quadrado)	44
- quadras em outros padrões	08
- praças	04
- vias	18
- esquinas	67
- interrupção de vias	09
- mudanças de direção das vias	08
- cruzamentos ou nós	06
- largos	02
- canteiros centrais	02
- praças e parques	05
- projetos especiais. Exemplo: calçadão e outros.	01

Observação:

Larguras das vias: padrão de 22 metros. Passeio público: 3,50 metros. Quadra: padrão de 132 metros. Lotes: esquinas 26.40 x 26.40 metros/meio de quadra: 13.20 x 66,00 metros e 13.20 x 26.40 metros.

Fonte: organizado pelo autor.

Na tabela 03, pode-se observar que a paisagem de atenção especial apresenta 44 quadras no formato quadricular em dimensões de 132 metros por 132 metros. As quadras que não estão neste padrão (e que ocorrem em formato retangular) estão localizadas na frente sul do Parque da Oktoberfest (vide figura 20) incluindo-se, também, nas proximidades de seu entorno, a Praça Hardy Elmiro Martin (em formato triangular). Já a Praça Siegfried Heuser (Estação Férrea) apresenta uma configuração de desenho formada por duas quadras quadriculares padrão. A situação original de parcelamento do solo está também representada na figura 19.

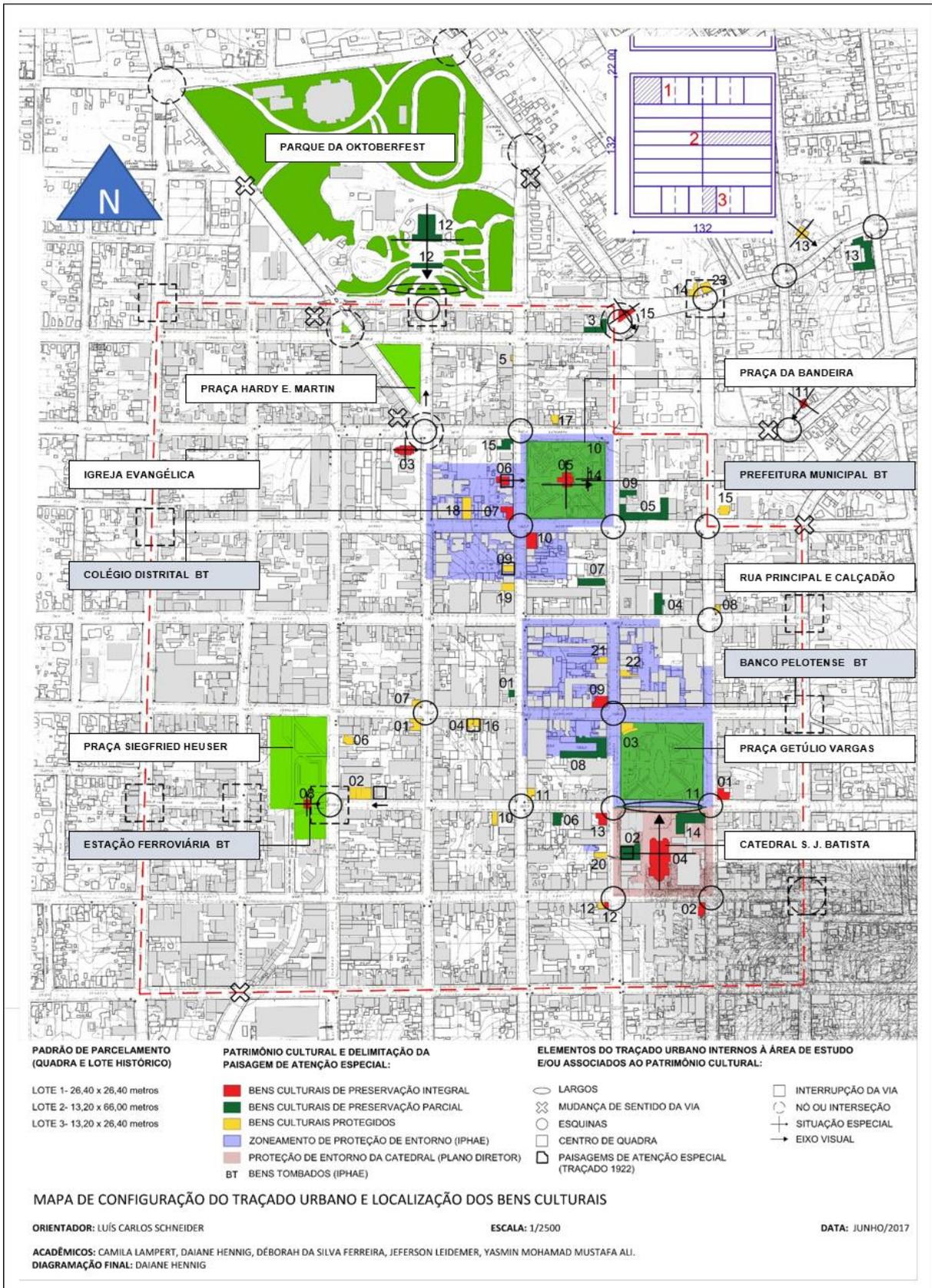


Figura 19: A configuração do traçado urbano e a localização dos bens culturais materiais
 Fonte: organizado pelo autor. Diagramação final: acadêmica Daiane Hennig.

As quadras apresentavam, originalmente, um total de 22 lotes, com dimensões de 26.40 x 26.40 metros (lotes de esquinas) e 13,20 x 66,00 metros para os lotes de meio de quadra. Posteriormente, os lotes maiores (26.40 x 26.40 metros) de meio de quadra foram sendo subdivididos em lotes menores de 13.20 x 26.40 metros. As orientações espaciais das quadras e da disposição dos lotes não são iguais na composição do traçado, o que gerou diferentes configurações ao longo das ruas e faces de quadras. Contudo, mesmo com a alternância de orientação espacial das quadras, ocorreu a permanência do lote das esquinas e do seu dimensionamento original.

As diferenciações de formatos geométricos e dos tamanhos de algumas quadras contribuem para distinguir estes espaços da homogeneidade e regularidade da malha ortogonal. O traçado interno à área de estudo apresenta também um conjunto de 18 vias e de 67 esquinas, com um total de quatro praças. Também ocorrem nove interrupções de vias, seis cruzamentos ou nós (intersecções marcadas por canteiros, monumentos, ou convergências de vias com hierarquia superior) e 08 mudanças de direção ou continuidade da via.

Na paisagem de atenção especial, e em relação às edificações tombadas pelo Estado, duas estão localizadas em esquinas e duas no centro de praças públicas. Neste sentido, a partir do total de 53 bens imóveis listados na Lei nº 7.382, de 19 de agosto de 2015, organizou-se a tabela 04, que considera aspectos referentes à localização espacial do patrimônio cultural material de maneira associada às principais características do traçado urbano do centro urbano e da área de estudo conforme demonstrado na figura 19. A tabela 04 revela que a configuração do traçado, suas esquinas, eixos de vias e interrupções, bem como localização das praças e dos largos, está intrinsecamente ligada à localização dos bens patrimoniais conferindo-lhe valorização visual e simbólica na paisagem urbana.

Tabela 04: Categorias situacionais dos bens patrimoniais conforme figura 19

Categorias locacionais dos bens patrimoniais	Centro		Área de estudo	
	Situação	Bens	Situação	Bens
Esquinas com bens patrimoniais	20	25	17	22
Centro de quadra com bens patrimoniais	-	-	4	4
Situação especial de localização do bem cultural	10	10	8	8
Praças	2	2	2	2
Bens no entorno ou na Praça da Bandeira	-	-	-	9
Bens no entorno ou na Praça Getúlio Vargas	-	-	-	7
Largos	2	6	2	6
Bens no largo da Praça Getúlio Vargas	-	-	-	4
Bens no largo do Parque da Oktoberfest	-	-	-	2
Outras situações	8	8	8	8

Observação:

Excluiu-se da contagem de esquinas com bens patrimoniais a situação especial das duas praças (por apresentarem 4 esquinas cada). Incluíram-se o Monumento do Imigrante, o Pórtico da Oktoberfest e a residência Kaempf (nº 15) como parte da área de estudo.

Fonte: organizado pelo autor.

A tabela 04 também demonstra a especial relevância das esquinas, pois, do total de 53 bens culturais localizados no bairro Centro, 25 estão localizados em 20 esquinas. Já na área de estudo e entorno imediato, existem 17 esquinas que concentram um total de 22 bens patrimoniais. Há também casos de localização de dois e três bens patrimoniais por esquina, o que confere uma determinada hierarquia ao espaço, sob o ponto de vista da localização do patrimônio cultural. Estes padrões são também coincidentes com a seleção do percurso realizado para observação e caracterização da paisagem.

Segundo a tabela 04 e a figura 19, destacam-se no sentido norte sul as seguintes vias por número de esquinas e localização de bens patrimoniais: as Ruas Marechal Floriano (5 esquinas com 9 bens), Marechal Deodoro (4 esquinas com 5 bens), Tenente Coronel Brito (3 esquinas com 4 bens) e Venâncio Aires (3 esquinas e 5 localizações). No sentido leste-oeste, destaca-se a Rua Ramiro Barcelos (4 esquinas e 5 bens) e a Borges de Medeiros (3 esquinas e 4 bens). Outras transversais, com duas esquinas pelo menos, no sentido leste-oeste, são as Ruas Fernando Abott, Júlio de Castilhos, 07 de Setembro e Galvão Costa.

Das localizações de bens culturais em centro de quadra, selecionaram-se somente os bens que apresentam relação com a configuração original dos lotes (padrão 26.40 x 26.40 metros) ou que apresentam dois lotes centrais ocupados de 13.20 x 66,00 metros cada. No conjunto, ocorrem 04 situações deste tipo onde destaca-se a localização do prédio da Maçonaria e da Sociedade Aliança Católica.

Alguns dos bens culturais apresentam situações especiais na paisagem, devido a sua significância histórico-simbólica associada à sua localização espacial e às características do traçado urbano, do relevo e do próprio monumento. Nas situações especiais, a visualização do monumento ou marco pode também ocorrer em diferentes pontos de observação, ao mesmo tempo em que se estabelecem eixos visuais. É o caso, por exemplo, da Igreja Matriz, onde o porte da edificação e altura das torres permite a sua ampla visualização na paisagem urbana. Seu eixo visual dominante, contudo, está orientado em direção norte para a Praça Getúlio Vargas. Já a Rua Venâncio Aires é interrompida em seu sentido norte, pelo acesso principal do Parque da Oktoberfest e a Rua Ramiro Barcelos é interrompida em sentido oeste pela Estação Férrea. Tanto o Pórtico quanto a Estação Ferroviária estão também livres de interferência visual em seu entorno imediato e situam-se em planos de relevo mais baixos. Em relação às mudanças de direção das vias, por exemplo, o cruzamento da Avenida Independência com a Rua Venâncio Aires e 07 de Setembro também apresenta um monumento, localizado em sua esquina (Igreja Evangélica), entroncamento de cinco vias. Já o Monumento ao Imigrante localiza-se em um cruzamento ao final do eixo da Rua Marechal Deodoro (em direção norte), em plano mais alto, o que possibilita ampla visibilidade deste bem a partir da via principal (principal eixo de visibilidade do monumento), bem como na sua continuidade ao longo da Rua João Pessoa e Avenida Galvão Costa. Ressalta-se, portanto,

que um mesmo espaço pode ter somadas algumas categorias situacionais, como é o caso de esquinas, que ao mesmo tempo, também são nós ou cruzamentos podendo ainda apresentar mudanças de direção e novas perspectivas visuais.

Como situações especiais, portanto, foram classificados os seguintes bens: a Catedral São João Batista; a Prefeitura Municipal e o Monumento da Independência, ambos localizados na Praça da Bandeira; a Estação Férrea localizada no eixo da Rua Ramiro Barcelos; a Maçonaria, localizada no alinhamento simétrico da Praça e da Prefeitura Municipal; o Pórtico e o Pavilhão da Oktoberfest, localizado no eixo da Rua Venâncio Aires; a Igreja Evangélica na esquina do cruzamento das vias Venâncio Aires com 07 de Setembro; a residência Schütz e a residência Textor, que apresentam situações peculiares de localização no lote.

Em relação às Praças da Bandeira e Getúlio Vargas, e o seu desenho geométrico (conforme traçado de 1922), os principais acessos ocorrem pelas diagonais (esquinas) e pela face da quadra voltada à rua principal. São também os espaços que agregam o maior número de bens patrimoniais em seu entorno. A praça da Bandeira apresenta um total de nove bens em seu entorno imediato, incluindo-se nestes a própria Prefeitura e o Monumento à Independência. Já a praça Getúlio Vargas apresenta um total de sete bens em seu entorno, incluindo a Catedral e o Banco Pelotense (tombado).

O traçado urbano também apresenta um projeto especial e dois largos, assim denominados pela sua caracterização como segmentos de ruas que apresentam características especiais. O projeto especial do “calçadão” (localizado ao longo de duas quadras da Rua Marechal Floriano) possui canteiros centrais e alargamento dos passeios públicos. Os dois espaços que constituem os largos encontram-se localizados em frente a dois bens culturais: um, ao longo do acesso principal (Pórtico) do Parque da Oktoberfest, na Rua Galvão Costa; outro, entre a Catedral São João Batista e a praça Getúlio Vargas, na Rua Ramiro Barcelos. Em frente ao Parque da Oktoberfest, ocorre um alargamento da via que possibilita ampla visão dos jardins e do acesso ao Parque. Já na Rua Ramiro Barcelos, em frente à Catedral São João Batista, ocorrem dois planos de altura distintos delimitados por um canteiro central com escadarias. Neste sentido, a Catedral São João Batista encontra-se em um plano mais alto do que a Praça Getúlio Vargas, ao mesmo tempo em que o jardim em frente à Igreja é uma extensão visual contextualizada ao eixo da praça.

Em termos de conjunto, a localização espacial do patrimônio cultural material legalmente reconhecido ocorre a partir do alinhamento da quadra da Catedral em sentido norte. Salientou-se este aspecto por que um dos maiores vetores de desenvolvimento urbano de Santa Cruz do Sul está localizado ao sul da área urbana e em direção ao Distrito Industrial. Isto implica em dois aspectos: na concentração de símbolos espaciais e da representação da paisagem urbana; a necessidade de observar, nas novas paisagens urbanas, a qualidade paisagística do que futuramente se constituirá como novo patrimônio edificado.

Quanto ao estilo dos bens culturais na paisagem de atenção especial, destacou-se, na caracterização da paisagem, a importância da arquitetura eclética que é representada, na área de estudo, por um total de 41 edificações havendo somente cinco bens que são pertencentes à arquitetura moderna. Já em relação à altura das edificações, todos os bens culturais apresentam no máximo dois pavimentos, à exceção dos monumentos como a Igreja Evangélica ou Católica, o colégio das Irmãs (quatro pavimentos) e o colégio São Luís (três pavimentos).

5.5 Caracterização da paisagem de atenção especial e do patrimônio cultural em sua relação com o planejamento

A caracterização da paisagem de atenção especial e do patrimônio cultural material foi realizada com dois objetivos: a apresentação dos principais monumentos e referências simbólicas da cidade, tanto do ponto de vista da arquitetura e dos bens culturais quanto da paisagem experimentada e vivida pela coletividade; a elaboração de uma síntese das diferentes relações que o patrimônio mantém com a paisagem construída e com as ações de planejamento.

Em relação ao primeiro objetivo, o critério utilizado para identificação dos pontos de observação da paisagem ocorreu de maneira associada entre as características demonstradas pelo próprio traçado em sua relação com a localização dos bens culturais e as principais imagens históricas e simbólicas da cidade. Concluiu-se que as esquinas (nós) possibilitam melhores condições de visibilidade e estas passaram a ser a principal referência para a elaboração dos registros fotográficos, o que possibilitou imagens em diferentes direções. A união dos pontos de observação, apresentados no mapa da figura 20, estabeleceu também o percurso ou roteiro da caracterização. Ao longo do roteiro, os eixos retos das vias (no sentido norte-sul e leste-oeste) possibilitaram, nas partes mais altas da área de estudo, a melhor visualização do horizonte. As escalas de observação mais distantes, e que participam ativamente na observação do espaço local, são descritas por meio das categorias de marcos, limites, nós, bairros e vias.

Já as descrições locais do espaço procuram focar as principais características arquitetônicas e urbanísticas de cada ponto observado. Para tanto, salientam-se, primeiramente, as edificações consideradas como monumentos e bens culturais materiais protegidos pela lei nº 7.382 em sua relação com o entorno e com os diferentes níveis de proteção que são conferidos pela legislação. Os principais monumentos receberam de maneira sintética, uma classificação estética e histórica.

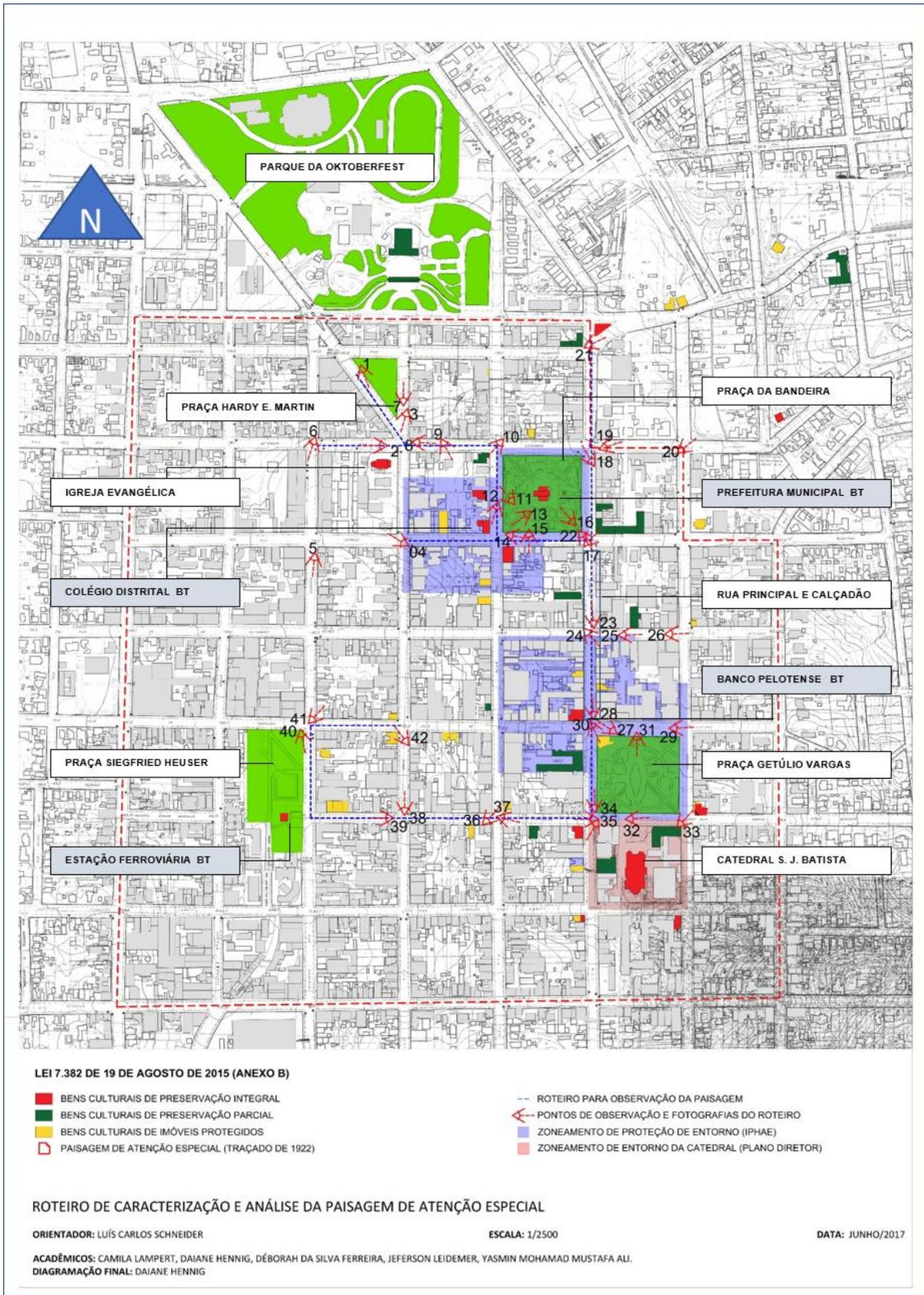


Figura 20: Roteiro de caracterização e análise da paisagem de atenção especial
 Fonte: organizado pelo autor. Diagramação final: acadêmica Daiane Hennig.

Observou-se também, a presença de outros bens culturais constantes em levantamentos patrimoniais como os realizados pela Prefeitura Municipal/Pró-Memória-GTZ, pela Inventariação do Patrimônio Arquitetônico da área central urbana de Santa Cruz do Sul (Prefeitura Municipal/UNISC, 2003) bem como em trabalhos científicos como os de Lovato (2016), May (2013) e Helfer (2002). Este conjunto de informações permitiu ampliar a abordagem da paisagem em seu enfoque patrimonial, identificando-se bens culturais que podem pertencer, por exemplo, à arquitetura menor. Outras características marcantes da paisagem estão relacionadas aos elementos que compõem o espaço aberto público tais como os passeios e as faixas carroçáveis, as praças, parques, a arborização, os tipos de pavimentação, aclives ou declives das ruas, jardins.

A identidade de cada lugar está também associada à paisagem experimentada e vivida pela população, motivo pelo qual complementam-se as descrições com as diferentes significações dadas pelo uso dos bens culturais ou das principais práticas socioculturais.

O segundo objetivo permitiu avaliar os principais problemas e potencialidades da preservação patrimonial em relação à paisagem construída. As demolições de edificações com valor histórico, as novas obras e impactos visuais, a publicidade abusiva, a refuncionalização dos bens culturais e respectivas modernizações descaracterizantes da arquitetura, entre outros aspectos, são decorrência dos processos de transformação da paisagem. Por outro lado, este cenário ocorre em detrimento do reconhecimento de valores históricos e culturais, bem como pela fragilidade das políticas públicas e da gestão municipal que podem ocasionar descontinuidades visuais e fragmentação em diferentes níveis, da edificação em si ao conjunto de seu entorno edificado. As descrições dos espaços, portanto, também focam os principais aspectos legais e as ações do poder público que implicam reconhecimento ou valorização patrimonial.

O percurso realizado (demonstrado nas figuras 14 e 18) inicia pela Avenida Independência (uma das vias de acesso ao centro urbano), continuando pelas ruas que concentram a maior parte do patrimônio cultural material da área de estudo. Entende-se que os registros fotográficos utilizados para caracterização da área de estudo são um recorte espacial muito limitado em termos de observação da totalidade da paisagem. O roteiro, contudo, expõe as principais imagens que são valorizadas e divulgadas como patrimônio e paisagem de Santa Cruz do Sul, sem deixar de realizar uma leitura crítica que classifica e ressalta tanto as qualidades culturais, ambientais ou estéticas quanto às possíveis interferências e dilemas urbanos na preservação e conservação patrimonial.

A paisagem de atenção especial, e a maior parte da área central urbana, é caracterizada por espaços abertos públicos (vias e praças) arborizados, bem como pela visualização, ao norte e leste, das áreas que são pertencentes ao Cinturão Verde. Na figura 21, ambas as fotografias foram tiradas do alto da torre da Catedral São João Batista (em

direção norte e oeste, respectivamente). Na primeira imagem, pode-se ver, o chafariz da Praça Getúlio Vargas, bem como, à esquerda, uma linha de árvores mais altas que formam o que a população chama de “túnel verde” da cidade. A denominação “túnel verde” provém da percepção de fechamento da via (em forma de túnel), devido ao entrelaçamento da copa das tipuanas que têm, aproximadamente, entre 12 e 15 metros de altura. O alinhamento do Túnel Verde, no sentido sul-norte, ocorre a partir da Rua Senador Pinheiro Machado estendendo-se na Rua principal da cidade, ao longo de cinco vias, até aproximadamente a Praça da Bandeira, onde ocorre um fechamento parcial e não completo das copas das árvores. Ao se observarem ambas as imagens, a primeira também revela uma maior concentração de edificações verticais ao norte e leste da área de estudo, em comparação com o sul e noroeste.

No horizonte, destaca-se, na primeira imagem, a visão parcial do Cinturão Verde (zoneamento da encosta), e na segunda, as áreas mais planas pertencentes à planície do Rio Pardinho.

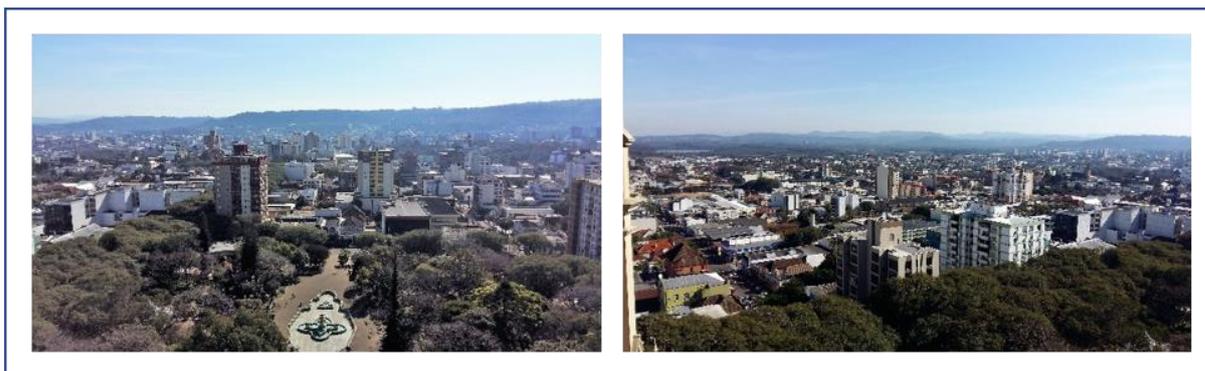


Figura 21: Vista do centro da cidade a partir da Igreja Matriz, respectivamente: em direção norte; em direção noroeste e sul
Fonte: Acervo pessoal.

Um dos principais acessos à Rua Marechal Floriano (rua principal da cidade) ocorre pela Avenida Independência, única via diagonal dentro do traçado urbano de 1922. A figura 22, mostra, em sua primeira imagem, a Avenida Independência e a praça Hardy Elmiro Martim à sua esquerda. Ao final da Avenida Independência, existe uma interseção (ou nó), devido ao cruzamento de cinco ruas, e, em uma destas esquinas, está localizada a Igreja Evangélica. A primeira imagem apresenta também algumas edificações características de Santa Cruz do Sul, como as casas com frontões triangulares localizadas em frente à praça. Estas edificações foram identificadas como patrimônio arquitetônico pelo primeiro levantamento patrimonial realizado em 1987, em uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul e a Sociedade de Cooperação Técnica Brasil Alemanha (GTZ). As edificações ainda existentes situam-se, aproximadamente, da metade da Avenida Independência até a sua esquina com a

07 de setembro e formam um conjunto da arquitetura menor não reconhecida como patrimônio pelo Município.

Na segunda imagem da figura 22, destaca-se, no horizonte, a visão do Cerro do Botucaraí (ao oeste), em fotografia tirada a partir da interseção (nó) formada pelas Ruas Venâncio Aires com 07 de Setembro e Avenida Independência. Na esquina à esquerda da mesma imagem, está localizada a Igreja Evangélica de Confissão Luterana de Santa Cruz do Sul. A visão do Botucaraí, bem como dos bairros e das áreas limites de urbanização da cidade com a planície do Rio Pardo, configuram uma das paisagens mais recorrentes nas partes mais altas da paisagem de atenção especial em direção oeste. As vias largas e retas, com passeios amplos e arborizados para os pedestres, são também características marcantes da paisagem urbana, salientando-se a baixa altura das edificações, que apresentam de um até dois pavimentos. Na segunda imagem da figura 22, pode-se observar, no passeio à esquerda, o perfil de alinhamento das extremosas ou resedás vermelhas (árvores de médio porte), que são uma das marcas da paisagem urbana e constituem-se como símbolo não oficial da cidade desde 1972.

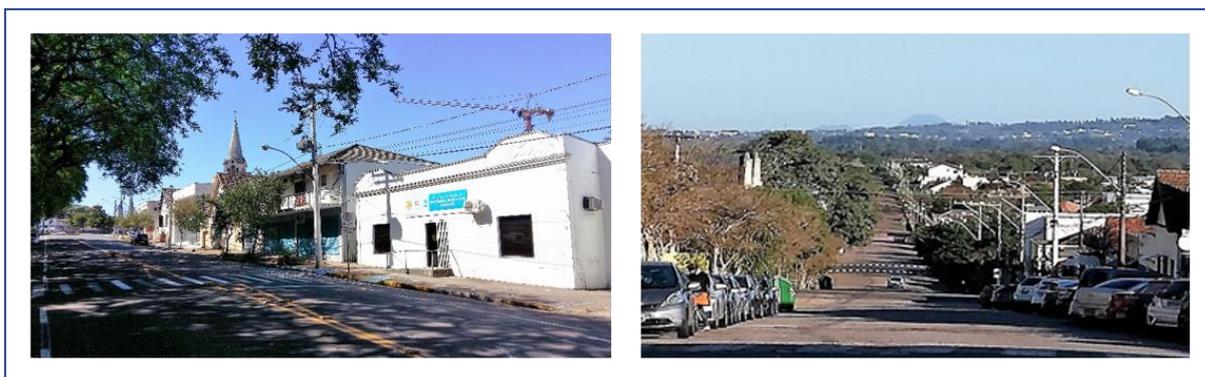


Figura 22: Vista da avenida Independência com edificações características da paisagem e vista do Botucaraí (fotografias 01 e 02)

Fonte: Acervo pessoal.

Na figura 23, e a partir de fotografia tirada da Rua Venâncio Aires em direção sul, para o plano mais alto do relevo, está localizada a esquina da Igreja Evangélica de Confissão Luterana de Santa Cruz do Sul. A Igreja, em estilo neorromânico, e com capacidade para aproximadamente 500 pessoas, foi construída em 1924 e é um dos maiores templos desta religião no Rio Grande do Sul.



Figura 23: Igreja Evangélica de Santa Cruz do Sul (fotografia 03)

Fonte: Acervo pessoal.

A Comunidade Evangélica de Santa Cruz do Sul foi fundada em 1862, e o primeiro templo foi construído, originalmente, em outra esquina diagonal à Praça da Bandeira. A mudança de localização da primeira igreja para o sítio atual possibilitou a ocupação de uma área equivalente a meia quadra, que é formada pelas Ruas Borges de Medeiros, Venâncio Aires e 07 de setembro. Na figura 24, tirada em direção oeste e norte, a partir da esquina das Ruas Borges de Medeiros e Venâncio Aires, pode-se observar a metade da quadra pertencente à Comunidade Evangélica, incluindo casas de pastores, secretarias e salão paroquial.



Figura 24: Igreja Evangélica – visão panorâmica Comunidade Evangélica (fotografia 04)

Fonte: Acervo pessoal.

Também na figura 24, pode-se observar os alinhamentos da arborização urbana (resedás vermelhas), e as diferentes texturizações das vias: passeios públicos originais, feitos de lajes em pedra grês, levemente rosada e característica da região, bem como paralelepípedos de granito nas faixas carroçáveis. O revestimento asfáltico da Rua Venâncio Aires foi realizado (no começo do século) sobre a pavimentação de pedras e corresponde à modernização das vias, com o objetivo de melhorias do transporte coletivo urbano, especialmente.

A Igreja Evangélica, na lei nº 7382 (artigo 4º), é considerada um imóvel de preservação integral, garantindo-se, portanto, ações voltadas à conservação e à preservação deste bem cultural, de maneira a não descaracterizar a arquitetura original. A paisagem do seu entorno edificado, contudo, não apresenta proteção. Na figura 24, pode-se observar, aos fundos da Igreja, o surgimento de volumetrias de grande porte (com aproximadamente 13 pavimentos). Este empreendimento comercial e residencial, em fase de construção, tem a previsão de duplicação das faixas de torres ao longo de toda quadra, formando, portanto, um novo limite visual para o cenário da Igreja e seu entorno. A propriedade desta obra, originalmente, era pertencente à antiga Companhia de Fumos de Santa Cruz do Sul. O prédio da Companhia de Fumos, ainda que estivesse listado como patrimônio cultural material em inventário realizado entre a Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul e a Universidade de Santa Cruz do Sul UNISC (2003), foi demolido para a construção do novo empreendimento.

De maneira similar a muitas situações deste tipo, este fato poderia representar, de forma simbólica, os conflitos entre o surgimento de novas paisagens e as dificuldades de preservação das que apresentam valor cultural. A ausência de regulações dadas pelo planejamento quanto a alturas das novas edificações em áreas de interesse patrimonial, por exemplo, altera toda paisagem de entorno da Igreja, que é descrita pelo próprio Município como uma edificação que "...por sua beleza, destaca-se no cenário urbano do município." (SANTA CRUZ DO SUL, 2017). Do lado oeste da cidade, a Igreja deixará de ser um marco visual para a Cidade pois a altura da nova obra, ainda que situada em plano de terreno mais baixo, oculta o monumento, ao mesmo tempo em que lhe serve de cenário de fundos no lado leste.



Figura 25: Empreendimento de grande porte na quadra da Igreja Evangélica

Fonte: Imagem obtida em <http://www.santacruz.rs.gov.br/noticias/132/cigha-anuncia-investimento-superior-a-r-100-milhoes-para-santa-cruz-do-sul>.

Na figura 25, a imagem de divulgação comercial da nova obra ilustra o porte e o volume da nova edificação, ressaltando-se a ausência da Igreja Evangélica em contraponto à nova paisagem urbana. Esta ausência explica-se, evidentemente, pelo foco do empreendedor em

seu investimento. Por outro lado, também pela falta de diretrizes de planejamento nas áreas que apresentam interesse cultural e paisagístico.

Cabe destacar, portanto, ações contraditórias do Município. Se, por um lado, a paisagem da Igreja é divulgada como representativa da cidade e da história de Santa Cruz do Sul, por outro lado, o próprio Município divulga a imagem da figura 25, onde, além da ausência do monumento, há o anúncio de investimentos que "...prometem mudar a paisagem urbana". (SANTA CRUZ DO SUL, 2017). Mas empreendimentos deste porte necessitam, para além da aplicação das poucas regulações urbanísticas (de índices e/ou taxas de ocupação) previstas pelo Plano Diretor local, de instrumentos como estudos de impacto ambiental ou de vizinhança, além de audiências públicas para esclarecimento de questões específicas ligadas ao projeto, o que, contudo, não ocorreu.

Em outra perspectiva, é preciso também, como exemplificação, contextualizar a localização do novo empreendimento, cujo principal acesso ocorre na Rua Ernesto Alves. Esta via, historicamente, esteve vinculada à localização de indústrias de beneficiamento e comercialização do tabaco. A partir dos anos 70, e com as mudanças das empresas fumageiras (e outras) para o novo Distrito Industrial da cidade, as edificações que eram industriais passaram a ficar ociosas ou subutilizadas e foram substituídas por atividades comerciais, ou mesmo institucionais.

A figura 26, em fotografia das Ruas Ernesto Alves com Borges de Medeiros, mostra alguns exemplos da arquitetura industrial remanescente. As fotografias apresentam exemplos de pavilhões ociosos que ocupam, em alguns locais, grandes áreas ou mesmo quadras inteiras no centro da cidade. A arquitetura industrial foi, efetivamente, a característica histórica mais marcante da Rua Ernesto Alves. Mas, com o abandono das empresas que estavam localizadas nesta rua (e em maior ou menor intensidade também em vias paralelas e transversais) e sua transferência para o Distrito Industrial, iniciou-se, gradativamente, um processo de readequação de usos e de ocupação do espaço.

A requalificação do eixo viário da Rua Ernesto Alves, portanto, é merecedora de estudos específicos que incluam novas diretrizes de planejamento. Se, por um lado, é importante reconhecer os espaços que, pelo seu valor patrimonial, são pertencentes à identidade histórica da paisagem, por outro, há que se considerar que muitas das permanências podem se constituir, eventualmente, como paradigmas para a construção de novas paisagens.



Figura 26: Vista da Rua Ernesto Alves com Borges de Medeiros e 07 de Setembro (em direção sul – fotografias 05 e 06)

Fonte: Acervo pessoal.

Neste sentido, ressalta-se que o zoneamento estabelecido pelo Plano Diretor é caracterizado pela funcionalidade modernista (estabelecendo uma zona comercial preferencial homogênea em termos de usos), o que implica em um tratamento não diferenciado dos diferentes espaços da cidade.

Retornando ao percurso de caracterização das principais cenas representativas do patrimônio e da cidade de Santa Cruz do Sul, apresenta-se, a partir da esquina da Igreja Evangélica, em direção norte, a vista do acesso principal ao Parque da Oktoberfest (figura 27), que é considerado também um dos cartões postais do Município.

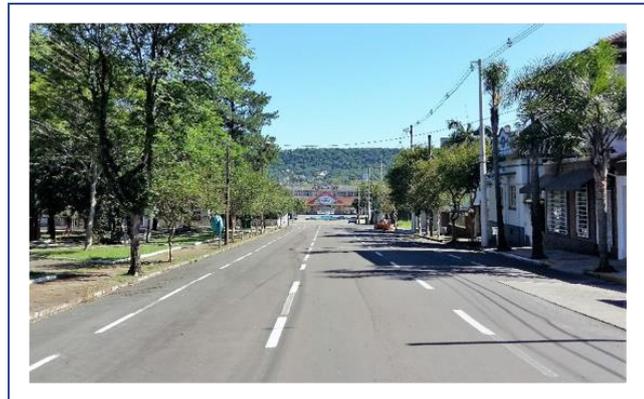


Figura 27: Interrupção da Rua Venâncio Aires ao norte e vista do acesso principal do Parque da Oktoberfest (fotografia 07)

Fonte: Acervo pessoal.

O Parque da Oktoberfest é uma área de aproximadamente 14 hectares situada no centro urbano, que tem uma infraestrutura constituída por pavilhões e espaços para exposições, quadras esportivas, pista atlética, entre outros equipamentos. Além de ser uma área utilizada pela população para lazer e recreação, também sedia a Festa da Oktoberfest e o Encontro de Artes e Tradição Gaúcha - ENART, bem como uma série de outros eventos e

programações culturais e desportivas. O ENART, promovido pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho, é considerado um dos maiores eventos de arte amadora da América Latina e é promovido, anualmente, desde 1997. Já a Oktoberfest, é realizada anualmente, desde 1984, e é considerada a maior festa cultural do Município, reunindo desfiles, culinária, música, entre outras manifestações vinculadas à tradição germânica.

Na figura 27, pode-se observar o efeito cênico originado pela interrupção da Rua Venâncio Aires com a visão do pórtico de acesso principal (reconhecido como bem cultural) do Parque da Oktoberfest. O Parque delimita a paisagem de atenção especial ao norte e o Cinturão Verde e também participa da paisagem enquanto limite visual do horizonte. À esquerda da imagem, localiza-se a Praça Hardy Elmiro Martin e, ao lado direito da via, pode-se observar o baixo entorno edificado composto por residências. Muitas das edificações no entorno da praça, e mesmo ao longo da via em direção ao Parque, ainda que não estejam listadas como sendo de interesse patrimonial, são pertencentes à arquitetura eclética urbana. Algumas destas são habitações muito características da paisagem local, apresentando alinhamento da edificação no passeio público pública e frontões triangulares nas fachadas. Outras apresentam jardins frontais ou mesmo laterais à edificação. Ainda que a Praça Hardy Elmiro Martin esteja muito próxima ao parque e à Igreja, e esteja plenamente equipada e com projeto paisagístico completo, salienta-se a pouca apropriação social e cultural deste espaço e a ausência de reconhecimento da arquitetura menor características do seu entorno.



Figura 28: Vista da Rua 07 de setembro (da esquina da Igreja Evangélica em direção leste) com detalhe ampliado do jardim da Residência Riedel (fotografias 08 e 09)

Fonte: Acervo pessoal.

Da esquina da Igreja Evangélica, em direção leste pela Rua 07 de Setembro, a figura 28 mostra, na primeira imagem, dois passeios públicos. Do lado esquerdo, pode-se observar as substituições de pavimentação do passeio público, onde permanecem partes das superfícies originais das lajes em pedra grês. A pavimentação original da faixa carroçável da via foi substituída pela pavimentação asfáltica, solução universal de desenho urbano. Houve

também a supressão de toda arborização urbana (extremosas) que permaneceu, contudo, ao longo da maior parte dos passeios públicos do outro lado da via.

Estas situações ocorrem, com maior ou menor intensidade, em toda área de estudo, revelando as descontinuidades visuais da paisagem. Do lado direito, houve a preservação de algumas das residências, como a casa Riedl (segunda imagem da figura 27), e que consta no inventário realizado entre Prefeitura Municipal e Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. Já do lado esquerdo, houve a demolição de residências (algumas das quais eram potencialmente representativas em termos da arquitetura eclética urbana) e a construção de novas edificações predominantemente mistas (residência e comércio). Há, também, casos em que ocorre a demolição de obras de interesse cultural com posterior subutilização da propriedade. Esta subutilização é decorrência da demolição de edificações que apresentam valores patrimoniais não havendo aproveitamento do terreno para outra atividade. Em outros termos, o lote tem a sua valorização imobiliária assegurada sem os riscos que são representados pela possibilidade de preservação patrimonial.

Na fotografia da figura 29, tirada em direção oeste e sul da esquina das Ruas Tenente Coronel Brito e 07 de Setembro, pode-se observar o conjunto da paisagem construída em diferentes épocas. No horizonte ao oeste, em direção à Igreja Evangélica, aparecem as novas construções (em andamento), que compõem o seu novo cenário de fundos.



Figura 29: Esquina das Ruas Tenente Coronel Brito e 07 de Setembro (fotografia 10)
Fonte: Acervo pessoal.

À direita da fotografia, e na esquina, localiza-se uma edificação que foi construída sobre uma residência da arquitetura eclética (levantamento da Prefeitura Municipal/GTZ de 1987), onde o alinhamento da nova obra, em seu quarto pavimento, está projetado sobre o passeio público. A ocupação do espaço público aéreo é permitida a partir do segundo pavimento da edificação, e a projeção da nova construção pode ocorrer até uma largura de 1,20 sobre o passeio público (Código de Obras de Santa Cruz do Sul).

No centro da figura 29, está o prédio da CORSAN, listado como patrimônio da arquitetura moderna pela Lei nº 7.382. Nesta paisagem, destaca-se, também, a praça (à esquerda da fotografia) bem como algumas edificações verticais. Os lotes estreitos e profundos das quadras (padrão de 13.40 x 66,00 metros) e os índices altos de aproveitamento do solo geraram muitas situações de edificações altas com empenas cegas, algumas das quais, localizadas no entorno imediato de edificações de interesse patrimonial.

Este é o caso, por exemplo, na sequência do percurso, do prédio da Maçonaria (primeira imagem da figura 30). A fundação da loja Maçônica, ao final do século XIX, teve um grande significado simbólico. A edificação foi construída na metade da quadra da Rua Tenente Coronel Brito (entre as Ruas Borges de Medeiros e 07 de Setembro), no eixo simétrico oeste da Praça da Bandeira e da edificação da Prefeitura Municipal ou “Palacinho”. O prédio da Maçonaria encontra-se, assim, alinhado visualmente como cenário de fundos da edificação que representa o Governo Municipal. Estas relações simbólicas e espaciais, longe de serem fortuitas, expressam a importância da sociedade maçônica em suas ligações com a administração do Município. O prédio da Maçonaria também está listado como patrimônio pela Lei nº 7.382.



Figura 30: Prédio da Maçonaria e esquina da rua Tenente Coronel Brito com a rua Borges de Medeiros – (fotografias 11 e 12)

Fonte: Acervo pessoal.

Contudo, a primeira imagem da figura 30 demonstra como a inserção de uma nova edificação vertical ao lado de uma edificação com valor patrimonial pode acarretar prejuízo no entendimento dos seus significados simbólicos. A edificação vertical, neste caso, passa a ser o ponto focal para onde converge o olhar, competindo com a hierarquia que é dada pela localização da maçonaria no centro da quadra. Esta situação também se agrava pela colocação inadequada do mobiliário urbano, como no caso, da parada de ônibus em frente ao prédio da Maçonaria, o que se constitui em um obstáculo visual para percepção do eixo visual.

Retomando o percurso, e ao longo da Rua Tenente Coronel Brito, em direção sul (esquina com a Rua Borges de Medeiros na segunda imagem da figura 30), pode-se ver duas edificações que são ocupadas atualmente pela Administração Pública Municipal e que também apresentam relevância patrimonial: o Colégio Distrital (atual sede da Secretaria de Planejamento e prédio tombado pelo IPHAE) e a Secretaria da Administração e Fazenda. Desta esquina, em direção sul, a Rua Tenente Coronel Brito acompanha o desnível do terreno e pode-se observar, no horizonte do seu eixo, as copas das árvores dos Jacarandás em parte da via.



Figura 31: Vista da esquina das Ruas Tenente Coronel Brito e Borges de Medeiros (fotografia 13)

Fonte: Acervo pessoal.

Na figura 31, em fotografia tirada do caminho diagonal da praça da Bandeira, aparecem três edificações, entre as quais duas já foram citadas anteriormente. As edificações laterais a este caminho são consideradas patrimônio de preservação integral pela Lei nº 7.382, e são pertencentes à arquitetura eclética. Já a edificação central é pertencente à arquitetura moderna e é reconhecida como representativa deste estilo pelo trabalho de Helfer (2002). A primeira edificação, à esquerda, foi construída em 1926, para sediar a Caixa Cooperativa Mercantil Santa Cruzense. A edificação do centro foi construída na década de 60, para sediar o Banco do Brasil e é a atual Secretaria da Administração e Fazenda. A edificação, na lateral direita da fotografia, foi construída em 1903 e é o antigo Colégio Distrital, atual Secretaria de Planejamento. Parte das funções administrativas municipais estão localizadas em imóveis de interesse patrimonial no entorno da Praça da Bandeira e do “Palacinho” da Prefeitura. A permanência das funções administrativas nestes espaços é também coerente com a representação simbólica da Praça da Bandeira que, historicamente, sempre esteve vinculada a estas atividades institucionais. Portanto, a própria esquina está associada, pela população, a um local de interesse específico, e que se conecta pela sua diagonal ao centro da Praça da Bandeira, onde localiza-se a sede da Prefeitura Municipal ou “Palacinho”.

O entorno da Praça da Bandeira, conforme a figura 32, e ao longo da Rua Borges de Medeiros (na primeira imagem em direção leste), demonstra algumas características da paisagem construída nas décadas anteriores. O passeio público pavimentado em pedra grês; a arborização urbana composta pelas fileiras de resedás, de um lado da via, e Jacarandás do outro; as edificações de um pavimento construídas no alinhamento do passeio público. A este respeito, na segunda imagem da figura 32, pode-se ver um conjunto arquitetônico que, apesar de não estar reconhecido como sendo de interesse patrimonial, é característico da paisagem urbana.



Figura 32: Vista da lateral sul da Praça na Borges de Medeiros e conjunto de edificações características da paisagem e pertencentes à arquitetura menor (fotografias 14 e 15)

Fonte: Acervo pessoal.

Na primeira casa, à esquerda, a residência segue um padrão do tipo colonial, com arcos de volta perfeita e simetria na fachada, e um pequeno afastamento lateral (corredor) em um dos lados do lote. Esta solução, ainda que tenha tido posteriormente algumas intervenções modernizantes (da arquitetura eclética), foi amplamente utilizada no interior do Município. Já nas outras duas edificações, pode-se perceber a simplicidade formal das residências construídas sobre o alinhamento da via pública e onde destacam-se, visualmente, os telhados de quatro águas. Os telhados de cerâmica (especialmente em edificações de pequeno porte até dois pavimentos), com maior inclinação (devido ao uso da telha do tipo Marselha), são característicos da área de estudo. Outro aspecto a ser observado são as modernizações descaracterizantes da arquitetura original, que incluem alterações nos formatos das esquadrias, texturas, ou mesmo excesso de publicidade.

Na próxima esquina (Rua Marechal Floriano com Borges de Medeiros) e, na figura 33, pode-se ver o caminho diagonal da praça da Bandeira em direção ao prédio conhecido como Palacinho da Prefeitura. O desenho paisagístico da Praça utiliza, como princípio básico, a sua divisão em quatro quadrantes de formato triangular, em que os principais eixos ou caminhos conectam as esquinas com o centro da quadra. A Praça apresenta, também, outros

elementos, que estão distribuídos na sua composição paisagística. Entre eles, play-ground, o mastro da Bandeira Nacional, a Gruta da Coquinha, e monumentos, como o da Independência. O desenho paisagístico da Praça é considerado como pertencente à preservação parcial, e o imóvel da Prefeitura como sendo de preservação integral pela Lei nº 7.382.



Figura 33: Praça da Bandeira e Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul (fotografia 16)
Fonte: Acervo pessoal.

Já o Palacinho, de estilo eclético com elementos da arquitetura clássica greco-romana, ocupa o centro da Praça. A sua fachada principal (para o leste) é voltada para a rua principal da cidade, ou Marechal Floriano. Esta edificação é considerada um dos marcos simbólicos da paisagem de Santa Cruz do Sul e sedia atividades administrativas vinculadas ao gabinete do Prefeito Municipal.

Na figura 34, em fotografia tirada também da esquina da Rua Marechal Floriano (rua principal da cidade) com a Rua Borges de Medeiros em direção norte, está localizada a antiga edificação do Colégio Mauá (considerado imóvel de preservação parcial). À esquerda da fotografia, pode-se ver o amplo passeio público da Praça da Bandeira, que compõe a frente do acesso principal do Palacinho da Prefeitura. Este passeio público caracteriza-se também por ser um espaço de encontro social, especialmente utilizado nos domingos à tarde com chimarrão, música e outras atividades. A concentração de cafés, bares e restaurantes localizados nas proximidades deste local também reúne diferentes grupos de pessoas o que caracteriza o conjunto da área como um dos espaços de lazer e recreação da sociedade local.



Figura 34: Esquina da Rua Marechal Floriano com a rua Borges de Medeiros (fotografia 17)

Fonte: Acervo pessoal.

Na figura 34, também é possível observar, em direção sul, uma parte do Túnel Verde da cidade. Neste trecho da Rua Marechal Floriano, contudo, a sensação do fechamento das copas perde o efeito de enclausuramento que apresenta em sua direção oposta, ao sul. Já na rua lateral, à direita, a Rua caracteriza-se pelo fechamento das copas de outra espécie de árvores, os Jacarandás. A esquina também corresponde a um padrão característico do desenho da cidade, enquanto, resultado do cruzamento ortogonal das vias e da utilização dos paralelepípedos de granito com passeios amplos em pedra grês. Neste local, houve poucas interferências de desenho urbano, à exceção das adaptações realizadas para a colocação de rampas de acesso aos portadores de necessidades especiais.

Seguindo em direção norte, e ao longo da via principal até a esquina da Praça da Bandeira com a Rua 07 de Setembro, podem-se observar, na figura 35, duas edificações pertencentes à arquitetura eclética (não reconhecida como patrimônio), que se encontram descaracterizadas em termos de formatos das janelas e portas, bem como outros elementos como os telhados. A refuncionalização das edificações é acompanhada, na maior parte dos casos, de desconhecimento do significado da produção arquitetônica, o que resulta em intervenções e reformas descaracterizantes de todo tipo. Soma-se, também, a publicidade abusiva, que pode ser percebida no uso de cores, painéis comerciais, banners, entre outros.

A esquina e a existência destes bens, contudo, carregam em si um potencial latente. São um contraponto à formação de novas paisagens que se desenvolvem em seu entorno preservando, em parte, qualidades relacionadas às características históricas da paisagem urbana. As relações entre a localização de monumentos, ou outros bens culturais, com as esquinas e centros de quadra, demonstram a importância destes espaços do ponto de vista da visibilidade do patrimônio arquitetônico na área de estudo.



Figura 35: Esquinas das Ruas 07 de Setembro com a rua Marechal Floriano (fotografia 18)
Fonte: Acervo pessoal.

Os novos espaços construídos, contudo, podem incorporar algumas das qualidades presentes historicamente na paisagem urbana. Como exemplo, citam-se os jardins, conforme demonstrado na primeira imagem da figura 36. No caso da arquitetura residencial moderna construída entre as décadas do final de 30 e começo dos anos 70, muitas das edificações apresentam afastamentos frontais e/ou laterais para os jardins ou gramados. Esta peculiaridade histórica está também vinculada à tradição cultural do cultivo de flores e plantas ornamentais, bem como do cuidado com o pátio das residências. Contudo, novas edificações, construídas posteriormente na área de estudo, não apresentam este tipo de recuos.



Figura 36: Exemplo de jardins nas edificações residenciais e intervenções de desenho urbano nos cruzamentos (fotografia 19 e 20)
Fonte: Acervo pessoal.

A preocupação com os jardins também é uma característica da Administração Pública. Canteiros floridos, colocados em esquinas das vias, como demonstrado na segunda imagem da figura 36, ou mesmo nas praças, demonstram o zelo pela estética urbana. Ainda assim, o desenho urbano pode merecer uma ressalva, pois ocorre a fragmentação de pisos e texturas dos passeios públicos e das faixas carroçáveis das vias. Nesse sentido, a materialidade dos projetos poderia estar vinculada às características históricas da paisagem urbana.

Seguindo pela rua Marechal Floriano, em direção norte, e no limite de delimitação da paisagem de atenção especial, está localizado o Monumento ao Imigrante (figura 37). O Monumento ao Imigrante, construído em 1969, é uma homenagem aos primeiros colonizadores alemães de Santa Cruz do Sul. Seu principal elemento arquitetônico é um painel côncavo com onze metros de largura e três de altura composto por ladrilhos. A imagem do painel é uma representação da paisagem natural de Santa Cruz do Sul, destacando-se no desenho, os seguintes elementos: no cenário de horizonte, a serra; em um plano intermediário, o perfil da cidade e das indústrias e, em um primeiro plano, o trabalho de um agricultor semeando a terra. Em frente ao painel, está localizada a estátua de um imigrante, que, do ponto de vista do observador, parece estar inserida em meio à representação da paisagem citada anteriormente.



Figura 37: Monumento aos Imigrantes e mudanças de direção da rua principal (fotografia 21)
Fonte: Acervo pessoal.

A partir da localização do monumento, e em sentido norte e leste, ocorre uma mudança de direção da rua principal. As vias prolongam-se em declive e oferecem ao observador uma paisagem ampla e aberta para o Cinturão Verde no horizonte. No entorno imediato do monumento, está localizada uma edificação patrimonial construída na primeira década do século XX, que era o antigo Presídio Municipal. Este bem cultural, pertencente ao Município, e considerado patrimônio de preservação parcial, tem sido objeto de venda da municipalidade. Ao longo das Ruas Tiradentes e Galvão Costa, fora dos limites da paisagem de atenção especial, encontram-se também duas outras edificações patrimoniais de relevância cultural: o Comércio e Residência Dilem e a Residência Schütz.

Em 2016 e 2017, o espaço do Monumento passou por diferentes intervenções realizadas pela Administração Municipal. As ruas Tiradentes e Galvão Costa receberam pavimentação asfáltica. E a Praça do Monumento também recebeu ampliações do passeio público localizado em seu entorno, bem como um novo ajardinamento e pavimentações.

Retornando pela rua principal em direção sul, para a esquina da Rua Marechal Floriano com a Rua Borges de Medeiros, a figura 38 mostra o início do Túnel Verde na rua principal da cidade. A extensão do Túnel Verde estende-se desta esquina em direção sul e ao longo da via principal da cidade, para além dos limites da paisagem de atenção especial. Para a população, contudo, a ideia de “rua principal e túnel verde” parece estar fortemente associada à concentração comercial que ocorre a partir da Rua Senador Pinheiro Machado em direção norte e até as proximidades da Praça da Bandeira.



Figura 38: Esquina da Rua Marechal Floriano com a Rua Borges de Medeiros em direção sul (fotografia 22)

Fonte: Acervo pessoal.

Na esquina da figura 38, pode-se ver, à direita, outra edificação pertencente originalmente à arquitetura eclética (não reconhecida oficialmente), e que se caracteriza por ser um bar muito frequentado pela sociedade local. Este bar-choperia soma-se a outros estabelecimentos, como lancherias, sorveterias, cafés, que estão instalados no entorno da esquina e ao longo da via principal da cidade. Parte destes estabelecimentos utilizam o passeio público para colocação de mesas de atendimento, e este conjunto de atividades propicia uma intensa apropriação social.

Na próxima esquina, ao sul (figura 39), entre a rua principal e 28 de Setembro, duas imagens demonstram a percepção de fechamento das copas das árvores do Túnel Verde. Pode-se observar também que o entrelaçamento das copas das árvores não permite perceber a existência de edificações mais altas.

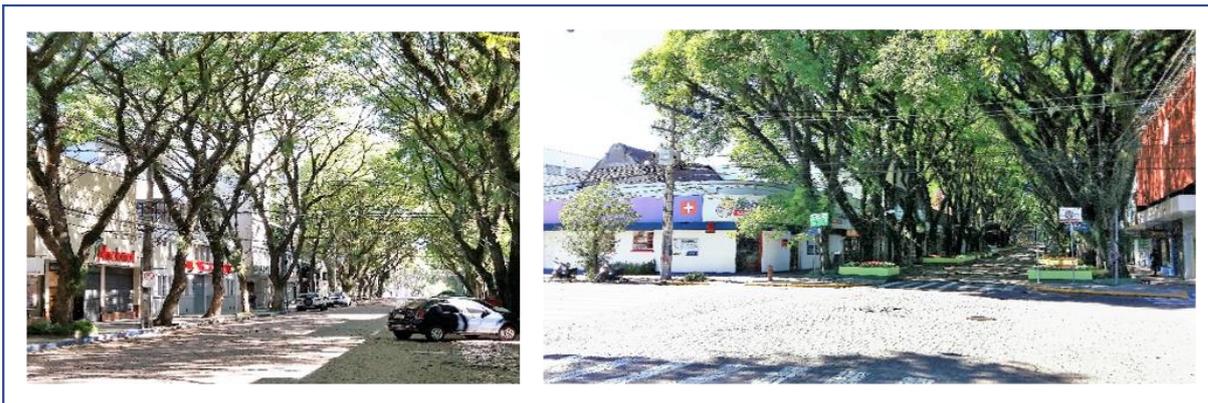


Figura 39: Vistas sul e norte da rua principal, esquina com a Rua 28 de Setembro (fotografias 23 e 24)

Fonte: Acervo pessoal.

A percepção de fechamento das copas é interrompida nas esquinas pela descontinuidade do alinhamento das árvores, o que também amplia o campo visual em outras direções. Na primeira imagem, em direção norte, à esquerda da fotografia, encontra-se uma das edificações patrimoniais, em estilo Art Decô, que tiveram grande influência na vida social e recreativa da comunidade. O Clube União, construído em 1932-1933, é uma das sociedades mais tradicionais da sociedade santa-cruzense na promoção de eventos como bailes, jantares e festas. A sede, que estava localizada na via principal encerrou suas atividades em 2015 e está, atualmente, ocupada por um estabelecimento comercial.

Na segunda imagem da figura 39, à esquerda do Túnel Verde, está localizada a edificação que sediou a primeira Câmara de Vereadores do Município. Neste local, existe também um pequeno monumento com placa alusiva ao fato histórico. Desta esquina, em direção sul, e por duas quadras, na metade dos anos 90, houve a implantação de melhorias na via principal. O passeio público recebeu canteiros de flores e bancos, bem como pavimentação e desenhos em um modelo que foi inspirado nos “calçadões” amplamente projetados nas décadas de 70 e 80. Não houve a interrupção da via para a circulação de veículos. As quadras da rua principal e transversais, também apresentam uma concentração de atividades comerciais e constituem o principal polo comercial da cidade.

Na figura 40, da mesma esquina anterior, olhando em direção leste, pode-se perceber a interrupção da Rua 28 de Setembro ao encontrar a Rua Thomás Flores em plano mais alto. No final do eixo da via, pode-se ver o começo da encosta da serra e uma residência. O eixo final das vias, no sentido oeste-leste, são áreas de interesse visual pois permitem a observação da paisagem natural.



Figura 40: Rua 28 de Setembro (fotografias 25 e 26)

Fonte: Acervo pessoal.

A Rua Thomas Flores (delimitação espacial da área de estudo) também apresenta muitas residências pertencentes à arquitetura residencial moderna, que foi construída entre os anos 40 e 60, e com existência de recuos e jardins frontais. Atualmente, a maior parte destas residências passaram a sediar atividades de prestação de serviços, como clínicas especializadas, centros de saúde, entre outros. Já na segunda imagem da figura 40 (esquina das Ruas Marechal Deodoro com 28 de Setembro), é feita uma aproximação visual que destaca a edificação patrimonial (categoria de imóvel protegido) conhecida como Residência Shmidt. Esta residência, pertencente à arquitetura eclética, também apresentava, originalmente, jardins em todo seu entorno. As intervenções realizadas posteriormente permitiram a ocupação do espaço de entorno da edificação com justaposição das novas edificações.

Na figura 41, em fotografia tirada da esquina da Rua Júlio de Castilhos com a rua principal, está localizado (na primeira imagem) o antigo Banco Pelotense, construído entre 1920-1922 e pertencente à arquitetura eclética.



Figura 41: Centro de Cultura Regina Simonis e vista norte do Túnel Verde (fotografias 27 e 28)

Fonte: Acervo pessoal.

Este imóvel, tombado pelo IPHAE, sedia atualmente a Casa de Artes Regina Simonis desenvolvendo atividades culturais voltadas a exposições temáticas e palestras. Recentemente, a Associação Pró-Cultura, mantenedora da entidade, está em fase de captação de recursos para execução do projeto de restauro da edificação. Já na segunda imagem da figura 41, uma vista da rua principal em direção norte mostra o Túnel Verde e o calçamento da rua principal. O calçamento apresenta pavimentação diferenciada no passeio público, recuos para estacionamentos destinados a carga e descarga de mercadorias, canteiros floridos e espaços de descanso para o pedestre com colocação de bancos. Estas quadras também apresentam diretrizes especiais de planejamento vinculadas ao entorno de bens tombados pelo IPHAE. Há, portanto, e na aprovação de novos projetos, ou mesmo reformas de edificações, a existência de regulações especiais relacionadas a limitações de alturas, infraestrutura, entre outros aspectos.

Na mesma esquina, em direção leste, também ocorre a interrupção do final do eixo da via Júlio de Castilhos com a Rua Thomás Flores (primeira imagem da figura 42). Já no sentido sul, a segunda imagem mostra a esquina diagonal do Banco Pelotense onde está localizado o Quiosque da Praça Getúlio Vargas.



Figura 42: Rua Júlio de Castilhos e vista do Quiosque da Praça (fotografias 29 e 30)

Fonte: Acervo pessoal.

O Quiosque (patrimônio de preservação parcial) passou por reformas que ampliaram a sua estrutura de atendimento. É uma edificação pertencente à arquitetura moderna e foi construída na década de 50 do século passado. O seu bar e restaurante são frequentados há décadas pela sociedade local e o espaço permanece sendo um dos locais mais tradicionais de encontro da rua principal.

Já na figura 43, em fotografia tirada a partir da Rua Júlio de Castilhos em direção sul, pode-se ver a Catedral São João Batista e a Praça Getúlio Vargas. A Catedral, neogótica, foi concluída e inaugurada em 1939, sendo o maior templo neste estilo na América do Sul. A Igreja apresenta uma nave central com comprimento de 80 metros, largura total de 38 metros

e torres com 83 metros de altura. A imponência do monumento, nesta imagem, do ponto de vista do observador, deriva da sua escala, centralidade com o eixo da praça e contraste com um fundo infinito formado pelo céu.

Já a Praça Getúlio Vargas ocupa uma quadra inteira, tendo seu desenho paisagístico composto de forma similar à Praça da Bandeira: os caminhos principais convergem das esquinas para o centro da praça, onde está localizado um chafariz. Esta Praça, bem como a sua extensão com a Igreja, é amplamente utilizada pela população para exposições, feiras, encontros, shows destacando-se algumas atividades e práticas culturais como feira do livro, Christkind Fest (celebração de Natal), entre outros.



Figura 43: Vista da Praça Getúlio Vargas e Catedral São João Batista (da Rua Júlio de Castilhos em direção sul – fotografia 31)

Fonte: Acervo pessoal.

Outra particularidade da Praça Getúlio Vargas é a existência de uma associação de voluntários que tem como objetivo desenvolver melhorias voltadas à qualificação do seu mobiliário e equipamentos, bem como na promoção de eventos, etc. Como espaço de transição entre a Catedral e a Praça, na Rua Ramiro Barcelos (vide primeira imagem da figura 44), a Rua apresenta um canteiro central, escadarias e um desnível de altura de aproximadamente um metro e meio. Este desnível proporciona um plano mais alto para a Igreja, que possui um recuo frontal formado por jardins. A Catedral, pela lei nº 7.382, é considerada imóvel de preservação integral, e a Praça Getúlio Vargas é um bem de preservação parcial.

A segunda imagem da figura 44, em fotografia tirada da esquina da Rua Marechal Deodoro com a Rua Ramiro Barcelos, mostra a edificação do antigo Bispado (originalmente casa paroquial). A Diocese de Santa Cruz do Sul foi criada em 1959. Esta obra, reformada na primeira década do século XX, é também considerada de preservação integral. A nova obra, construída no entorno imediato do antigo bispado, apresenta afastamentos laterais e preservou parte da ambiência original.



Figura 44: Vista leste para Rua Ramiro Barcelos e esquina da Rua Ramiro Barcelos com a Rua Marechal Deodoro (fotografias 32 e 33)

Fonte: Acervo pessoal.

A fotografia da figura 45 é uma vista no sentido norte, a partir da esquina da Rua Marechal Floriano com a Rua Ramiro Barcelos. A imagem mostra parte do projeto especial do calçadão ao longo da via principal da cidade e é, também, um espaço público amplamente utilizado como áreas de lazer e de recreação.

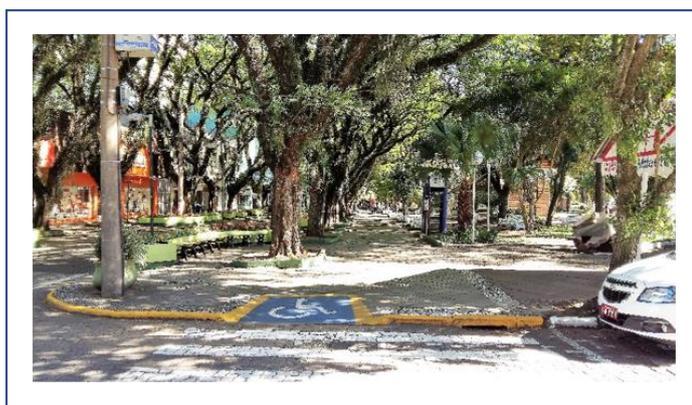


Figura 45: Esquina da rua principal com a Rua Ramiro Barcelos – vista em direção norte do Túnel Verde e da Praça Getúlio Vargas (fotografia 34)

Fonte: Acervo pessoal.

O Túnel Verde, ainda que não seja um patrimônio instituído legalmente pelo Município, tem reconhecimento afetivo, estético e simbólico da população. Por estes motivos, a sua

manutenção e conservação são objetos de preocupação da municipalidade, em que pese os riscos representados pela fragilidade das árvores e para a segurança de bens e pessoas.

A figura 46, em fotografia panorâmica tirada em direção sul (da rua principal) e oeste (da Rua Ramiro Barcelos), mostra o Túnel Verde (sem a continuidade do calçadão), bem como a interrupção da Rua Ramiro Barcelos ao final do seu eixo pela antiga Estação Ferroviária (bem cultural tombado pelo IPHAE). O plano mais alto da rua principal permite uma boa visualização ao oeste (e das áreas com cotas mais baixas). A Estação Férrea (com o cerro do Botucaraí ao horizonte) é um elemento surpresa na paisagem urbana.

Na esquina também se localiza um sobrado residencial e comercial, listado como preservação integral. O Comércio e Residência Frantz (1914), ainda que seja considerado patrimônio cultural pela legislação local, apresenta, a exemplo de muitos outros bens culturais na mesma situação, a fragmentação visual resultante dos excessos ocasionados pela utilização de cores e anúncios publicitários. Este aspecto, contudo, ocorre pela ausência de regulações sobre este tema.



Figura 46: Esquina da rua principal com a Rua Ramiro Barcelos – vista em direção sul do Túnel Verde/vista em direção oeste com interrupção da via (fotografia 35)

Fonte: Acervo pessoal.

Prosseguindo o roteiro em direção oeste, para a próxima esquina, localizada entre as Ruas Ramiro Barcelos e Tenente Coronel Brito, a primeira imagem da figura 47 mostra a Residência Hennig, considerada pela lei nº 7.382 como imóvel protegido. O bem cultural apresenta um conjunto de reformas descaracterizantes da arquitetura original com adição de novos formatos, materiais construtivos e supressão de elementos arquitetônicos. Há, também a colocação de uma profusa mídia externa composta por anúncios, como painéis adesivados.



Figura 47: Esquina das Ruas Ramiro Barcelos e Tenente Coronel Brito (fotografias 36 e 37)
Fonte: Acervo pessoal.

Já a segunda imagem mostra (em direção leste) uma visão do aclive da Rua Ramiro Barcelos, destacando-se a esquina (Hotel Santa Cruz) e um conjunto de edificações de baixa altura, das quais algumas são pertencentes ao patrimônio reconhecido pelo Município. No ponto mais alto da rua pode-se observar também o alinhamento das copas das árvores do Túnel Verde e a Catedral São João Batista.

Na esquina entre as Ruas Ramiro Barcelos e Venâncio Aires, a primeira imagem da figura 48 mostra a Estação Férrea ao final da Rua Ramiro Barcelos e a segunda imagem uma visão do eixo da Rua Venâncio Aires em direção norte e no sentido da Igreja Evangélica.



Figura 48: Ruas Ramiro Barcelos e Venâncio Aires – vista para o Centro de Cultura Francisco José Frantz (direção oeste); rua Venâncio Aires (direção norte) – (fotografias 38 e 39)
Fonte: Acervo pessoal.

Em ambas as vias, pode-se perceber que a arborização urbana permanece, mas há uma profusão de espécimes diferentes, o que provoca uma percepção de fragmentação nos alinhamentos ainda existentes ou, em outro olhar, de diversidade, em termos de conjunto. A mesma situação ocorre em termos da textura das pavimentações, tanto do passeio público quanto da faixa carroçável. Na primeira fotografia da figura 48, pode-se observar a

predominância das edificações com baixa altura, enquanto, na segunda, pode-se perceber a ocorrência de edificações verticais.

Na esquina formada entre as Ruas Ernesto Alves e Júlio de Castilhos, a figura 49 (tirada em direção sul) mostra a praça Siegfried Heuser (à direita da imagem) e a lateral norte da Estação Ferroviária. À esquerda da mesma imagem, localiza-se a Residência Meurer. Esta residência, classificada como imóvel protegido, foi construída aproximadamente em 1910, em um período em que a Rua Ernesto Alves, passou a consolidar-se como referência na localização das atividades industriais. Estas atividades foram impulsionadas pela localização da Estação Ferroviária, inaugurada em 1905, no ramal que ligava a cidade à Estrada de Ferro Porto Alegre – Uruguaiana. A desativação da Estação, na década de 60, foi seguida pelo abandono da área, que é atualmente de propriedade da Prefeitura. Em 1987, a estação ferroviária foi destinada (pela Lei nº 2017, de 24/11/87) à sede do Centro de Cultura Jornalista Francisco José Frantz, mantendo-se com este nome e atividades até a atualidade. Em 2011, passou a ser um bem tombado pelo IPHAE, mas não apresenta legislação de proteção ao entorno.



Figura 49: Vista da esquina da Rua Ernesto Alves e Júlio de Castilhos – Praça Siegfried Heuser e Estação Férrea (fotografia 40)

Fonte: Acervo pessoal.

Na mesma esquina, em direção norte (figura 50), pode-se perceber que todas as vias estão asfaltadas, e que ocorrem diversas lacunas da arborização urbana no passeio público da Rua Ernesto Alves. Estas lacunas localizam-se também na Rua Assis Brasil, Venâncio Aires, bem como muitas de suas transversais. Pode-se observar, também, ao centro da imagem, um conjunto de edificações originalmente pertencentes à arquitetura eclética urbana característica do local. São bens culturais não reconhecidos oficialmente como patrimônio e que fazem parte de uma arquitetura menor, constituída por antigas residências.

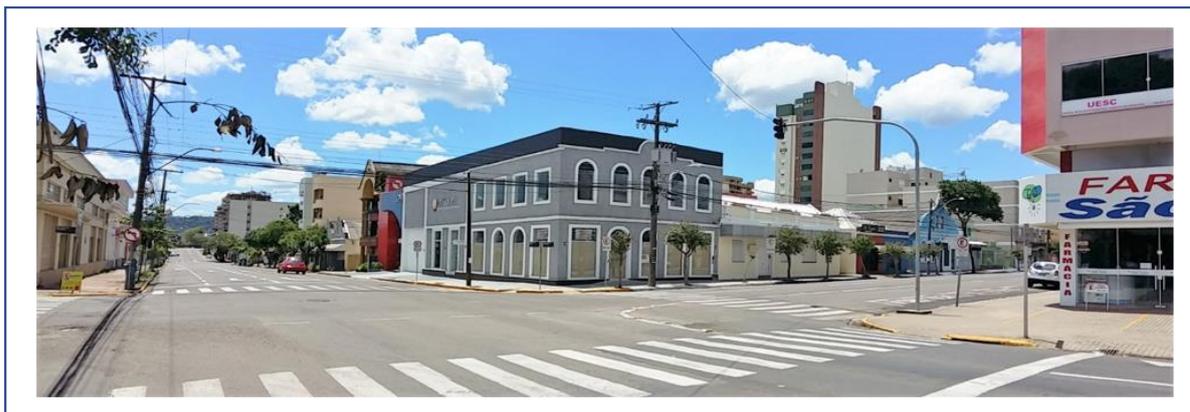


Figura 50: Esquina das Ruas Ernesto Alves e Júlio de Castilhos (fotografia 41)
Fonte: Acervo pessoal.

A edificação em azul, contudo, revela um fato novo. O sobrado que estava localizado nesta esquina foi demolido, e a edificação atual manteve o projeto do volume original, bem como de alguns dos elementos arquitetônicos. Esta ação não é isolada e foi observada também em outras edificações pertencentes à arquitetura menor. O que pode revelar o reconhecimento implícito às qualidades históricas, afetivas ou estéticas em algumas das reconstruções e reformas realizadas.

Como última esquina deste roteiro, nas Ruas Júlio de Castilhos e Venâncio Aires, a figura 51 mostra duas edificações oficialmente reconhecidas como patrimônio. A primeira edificação, à esquerda, é o prédio dos Correios (que mantém sua função original), pertencente à arquitetura moderna. Em relação ao patrimônio cultural material, as edificações modernas, como a Agência dos Correios, são objeto de estudo recente e constituem interesse para a preservação patrimonial. Há, contudo, pouca informação sobre o tema, tendo-se apresentando alguns dos casos listados em catálogos ou publicações existentes.



Figura 51: Esquina das Ruas Júlio de Castilhos e Venâncio Aires (fotografia 42)
Fonte: Acervo pessoal.

A segunda edificação, localizada também na esquina (em azul), é a Residência Jacobs, pertencente à arquitetura eclética. Ambas são consideradas bens imóveis protegidos pela lei nº 7.382. Nesta imagem final, podem-se perceber diversas transformações espaciais e convivência de diferentes épocas e estilos. As pavimentações asfálticas, que foram realizadas sobre os paralelepípedos de granito, os fragmentos da arborização urbana original (como resedás ou legustres), os novos desenhos de cruzamentos para veículos e pedestres, as diferentes texturas de pavimentação dos passeios públicos, as alterações de usos do solo e significados sociais, entre outros. Estes aspectos constituem, em seu conjunto, algumas das principais alterações observadas nos espaços públicos abertos da área de estudo, as quais denominaram-se fragmentação patrimonial, pois revelam as descontinuidades e rupturas entre padrões históricos que caracterizam a paisagem.

Observou-se, contudo, que mesmo com o processo de crescimento e desenvolvimento da Cidade, especialmente a partir da década de 70, permaneceram, como representação simbólica do Município e da paisagem construída, os espaços que possuem forte associação com os bens culturais e naturais. O conjunto dos bens patrimoniais, em sua relação com a paisagem (monumento, praças, composições estéticas como alinhamentos de árvores, cenários, o reconhecimento das práticas e significações culturais), presentes na área de estudo ou seu entorno imediato, constitui também a maior parte das atrações que são consideradas turísticas. Por outro lado, as categorias de preservação patrimoniais da Lei nº 7.382, demonstram ser insuficientes para garantir a integridade de imóveis classificados como sendo de proteção ou preservação parcial. Observou-se, também, a existência de valores de interesse cultural, natural ou visual, que são representativos e característicos da paisagem urbana e que poderiam ser considerados no planejamento e na construção das novas paisagens.

5.6 A paisagem como indicadora de conflitos e potencialidades entre o patrimônio e o planejamento

A abordagem realizada para caracterização de Santa Cruz do Sul e da área de estudo possibilitou elaborar uma síntese dos principais conflitos e potencialidades da paisagem de atenção especial em sua relação com o patrimônio cultural e o planejamento urbano em diferentes escalas espaciais. No contexto da cidade, tanto o Cinturão Verde, quanto as áreas de preservação do Rio Pardinho, são zoneamentos ambientais estabelecidos pelo Plano Diretor Urbano. Contudo, a preservação ambiental das encostas estabelecida pelo Plano Diretor deveria estar contextualizada com a legislação federal de proteção da Mata Atlântica reconhecendo-a como parte do patrimônio cultural e natural nacional. Estas ações deveriam também estender-se para todas as áreas rurais e urbanas do Município e apresentar

delimitações físicas no macrozoneamento ambiental (apêndice A). A importância da Mata Atlântica está definida na lei municipal nº 6.447, de 04 de janeiro de 2012, relacionada às normas de manejo, proteção, conservação das formações vegetais e arborização do Município. Contudo, e no Plano Diretor, a questão patrimonial refere-se somente aos imóveis públicos ou privados considerados de valor histórico e cultural, não considerando outros aspectos relevantes da paisagem, como a natureza.

Na paisagem de atenção especial, o Cinturão Verde é um marco visual presente no horizonte de todas as ruas, no sentido sul-norte e oeste-leste, ao mesmo tempo em que a sua visibilidade apresenta alta significância simbólica e afetiva para a população local. O Cinturão Verde representa a preservação, a presença de parques, mas é também elemento de valorização estética da paisagem urbana em diferentes escalas. Ainda que não tenham a mesma valorização simbólica e afetiva, as áreas das várzeas do Rio Pardinho, visíveis ao oeste e somente das ruas com relevo mais alto na área de estudo, constituem, também, um importante patrimônio natural. Os limites estabelecidos pelos zoneamentos ambientais das duas áreas de preservação estabelecem também os limites visuais de percepção das áreas urbanizadas e das áreas rurais na paisagem de atenção especial. Tais aspectos demonstram a complexa interligação entre o planejamento e as diferentes escalas espaciais do território para manutenção da qualidade da paisagem natural.

Também quanto ao patrimônio natural, salientou-se a identificação afetiva e simbólica da população com o Túnel Verde, formado pelo alinhamento das tipuanas na Rua Marechal Floriano. Embora o Túnel Verde não tenha reconhecimento legal como patrimônio cultural ou natural, o mesmo apresenta alta significância para a paisagem, agregando qualidade ambiental e estética à principal rua comercial da Cidade. Observou-se, também, que outras composições de arborizações urbanas, como as das extremosas, apresentam extensos trechos de substituições de espécimes, ou mesmo lacunas, ao longo dos passeios públicos. Estas situações parecem também estar relacionadas às transformações de uso predominantemente residencial para comercial, e formalmente instituídas pelo zoneamento comercial preferencial na lei do Plano Diretor. O plano de arborização (Lei nº 6;447, de 04/01/2012), quanto à questão patrimonial, refere-se, em seu artigo 11, à necessidade de compatibilização e integração de projetos de arborização de ruas com os monumentos, prédios históricos ou tombados. No artigo 12, contudo, a lei manifesta novos valores ecológicos relacionados à utilização de espécies predominantemente nativas, com objetivo de promoção da biodiversidade. Não há, portanto, o reconhecimento de determinadas espécimes, como as extremosas ou mesmo referência à importância do Túnel Verde como monumento natural. Salienta-se, ainda, a importância ambiental das duas praças da rua principal (Praça Getúlio Vargas e da Bandeira, reconhecidas pela lei de preservação patrimonial pelo seu valor histórico e cultural) e a necessidade de estender a valorização para

outras áreas ambientais, como o Parque da Oktoberfest, Praça Siegfried Heuser e Hardy E. Martin.

Em relação aos principais marcos da paisagem de atenção especial, destacou-se a visibilidade da Catedral São João Batista para a cidade de Santa Cruz do Sul. Em menor escala (devido ao porte), existem outros monumentos ou marcos visíveis à distância, como a Igreja Evangélica ou mesmo a parte superior da copa das árvores do Túnel Verde, sendo estes uma referência espacial em uma escala mais local. Já internamente à paisagem de atenção especial, nas áreas com relevo mais elevado, podem-se observar marcos distantes como o Botucaraí, o Cinturão Verde, ou as áreas da várzea do Rio Pardinho, que constituem, conforme a declividade da via, o cenário de horizonte. A verticalização do centro urbano, contudo, pode restringir a visibilidade destes monumentos ou cenários naturais na paisagem urbana.

Em relação ao patrimônio cultural material, destacaram-se os principais bens culturais listados pela Lei nº 7.382, suas relações quanto a sua localização espacial, como as esquinas e a sua significância turística e simbólica. Os tombamentos realizados pelo IPAHE e a delimitação das proteções de entorno dos bens culturais englobaram a maior parte da rua principal da cidade, estabelecendo restrições, entre as quais destacam-se, especialmente, as de altura das edificações. Estas restrições parecem ter contribuído para manter a homogeneidade visual da via, preservando um baixo entorno edificado. Os contrastes de altura (entre bens culturais e novas edificações) são os que ocorreram anteriormente à promulgação da legislação de proteção ao entorno dos bens tombados. A limitação de altura para novas edificações, contudo, não parece ter diminuído a valorização simbólica e a importância funcional das áreas urbanas centrais que apresentam, em seu conjunto, grande dinamicidade econômica e apropriação social pela população. As áreas internas às poligonais de preservação do entorno dos bens tombados estão também sob fiscalização do IPHAE (em uma atuação de gestão conjunta com o Município), com o objetivo de regular eventuais impactos visuais que alterem a identidade do lugar. Contudo, foi permitida a aprovação de uma parada de ônibus que obstrui visualmente o prédio da Maçonaria, o que revela um problema de gestão compartilhada dos entes públicos. De maneira similar, ainda que os bens tombados pareçam apresentar excelente integridade física e visual, o mesmo não ocorre com diversos outros bens imóveis que são listados pela lei municipal nº 7.382.

Excluindo-se as zonas de proteção ao entorno de bens tombados, os impactos visuais de novas obras privadas, ou mesmo públicas, não são considerados no planejamento da Cidade. Como exemplo, observou-se o caso da Igreja Evangélica de Santa Cruz do Sul e a ausência de diretrizes para preservação do seu entorno edificado. Outras questões dizem respeito à ausência de regulações do planejamento para o controle de densidades ou da volumetria das edificações. A paisagem construída é basicamente reflexo da aplicação dos

índices de aproveitamento do solo e das taxas de ocupação previstas pelo Plano Diretor. Não existe, na área de estudo, aplicação de recuos de ajardinamento. O controle da forma edificada, em relação aos seus afastamentos e recuos necessários para iluminação e ventilação, é regido pelo Código de Obras do Município. A este respeito, observou-se que as fachadas de novas edificações podem ser construídas, a partir do segundo pavimento, sobre o passeio público (apêndice A). Este dispositivo deveria ser revisto, pois utiliza o espaço aéreo público ocasionando estreitamento visual da via e interferindo sobre os projetos de arborização urbana.

Outros instrumentos que poderiam ser úteis para a preservação patrimonial e para a qualificação do espaço urbano (previstos pelo Estatuto das Cidades), tais como os estudos de impacto, audiências públicas, transferências de índices, apesar de estarem disponibilizados pelo Plano Diretor, não possuem lei específica de regulamentação dos procedimentos legais e técnicos. Destaca-se, contudo, que em 2016, houve incentivo aos proprietários de bens patrimoniais, com aprovação de lei de isenção de imposto predial e territorial urbano (Lei nº 7.497, de 06 de janeiro de 2016). Mas a isenção aplica-se somente para as categorias A e B da Lei nº 7.382, de 19 de agosto de 2015.

A lei nº 7382, de 19 de agosto de 2015, consolida a legislação sobre os procedimentos para proteção do patrimônio histórico e cultural, mas revela lacunas. As categorias de preservação elencadas na classificação dos bens patrimoniais (A – preservação integral, B – preservação parcial e C – imóveis protegidos) permitiram a aprovação de novos projetos ou intervenções de reformas descaracterizantes da arquitetura original, como observado no exemplo da Residência Hennig e outros imóveis. A própria classificação realizada para preservação dos imóveis sugere diferentes possibilidades de intervenção. A Casa Regina Simonis, como bem tombado, e que apresenta projeto técnico de restauro e proteção de entorno, é exceção e não prática recorrente. Observou-se também que, mesmo em imóveis elencados na lei, não há nenhum tipo de controle quanto à utilização e emprego de mídias externas.

O Município também apresenta ações paradoxais em relação à preservação do patrimônio cultural material. Há investimentos voltados à melhoria e qualificação de monumentos. São exemplos as intervenções realizadas no Monumento ao Imigrantes e na Praça da Bandeira, bem como de incentivo ao uso de bens culturais para as próprias secretarias municipais, como no caso do antigo Colégio Distrital. Por outro lado, a municipalidade também procura vender bens de interesse patrimonial, como é o caso do antigo Presídio Municipal, que é de propriedade pública. A ausência de reconhecimento de determinadas qualidades da paisagem construída parece facilitar algumas ações de gestão. É o caso da substituição das pavimentações (de paralelepípedos) por asfalto com objetivo de melhoria da mobilidade urbana. Ocorre também a ausência de consideração pelos efeitos

estéticos e cênicos das extremosas (ou outros espécimes) para a cidade de Santa Cruz do Sul. Neste sentido, ainda que a maior parte das ruas permaneça muito arborizada, há também os riscos de supressão de toda vegetação dos passeios públicos, como demonstrado em partes das Ruas Venâncio Aires, Ernesto Alves e algumas de suas ruas transversais.

Outro aspecto diz respeito à verificação de muitas potencialidades relacionadas ao reconhecimento de um patrimônio cultural material, ou de uma arquitetura menor, não incluída pela legislação nº 7.382. Muitas destas edificações localizam-se no entorno de monumentos ou dos bens culturais oficialmente protegidos, sendo pertencentes tanto à arquitetura eclética quanto moderna. Produções científicas como as de Helfer (2002), Keller (2014), Bittencourt et al. (2016), Wink (2002), comprovam a existência de bens cujo valor histórico e cultural deveria ser merecedor de uma atenção especial. É o caso de conjuntos apresentados no roteiro de caracterização da paisagem, muitos dos quais encontram-se em áreas de proteção do entorno de monumentos tombados, e, portanto, também, sob a fiscalização orientadora do IPHAE. Quanto à população, esta também apresenta ações paradoxais em relação à preservação do seu patrimônio. Há desde casos de demolições de bens com interesse cultural, onde os terrenos permanecem ociosos ou subutilizados à espera de valorização imobiliária, até as ações coordenadas pela sociedade na melhoria e qualificação de espaços públicos, como no caso da Praça Getúlio Vargas ou entidades como a Associação Pró-Cultura.

Em relação aos elementos de infraestrutura (redes, sinalização, acessibilidade, mobiliário) observaram-se somente alguns dos principais aspectos que alteram significativamente a visualização da paisagem e do patrimônio. Neste sentido, por exemplo, salientaram-se as interferências causadas pela localização do mobiliário urbano (como a obstrução visual da parada de ônibus em frente ao prédio da maçonaria), ou mesmo novos desenhos urbanos, como os cruzamentos de esquinas, e as discontinuidades em termos de materialidade e projetos.

6 IDENTIFICAÇÃO DAS MARCAS DA PAISAGEM – IMAGEM HISTÓRICA E CULTURAL

Para a organização do capítulo correspondente à identificação das marcas e da imagem histórica e cultural da paisagem, adotaram-se dois procedimentos metodológicos básicos. O primeiro está relacionado à identificação das marcas materiais da cultura do homem em sua interação com a natureza na paisagem, organizando-se a sua classificação em marcas patrimoniais (legalmente protegidas ou então reconhecidas em publicações científicas e/ou catálogos técnicos) e não patrimoniais. Contudo, e ainda que a pesquisa enfoque as marcas materiais com o objetivo de reconhecimento e inventariação das mesmas não se desconsideram as suas relações com outras manifestações imateriais da cultura. Neste sentido, o segundo procedimento é a identificação e atribuição de valores à paisagem por meio da leitura das marcas patrimoniais materiais e da evolução da área de estudo, organizando-se fases ou períodos históricos relacionados às principais transformações do espaço urbano. Nesta perspectiva, procura-se também demonstrar as principais relações interescares entre o território e a paisagem de atenção especial, o que lhe confere uma imagem e carga histórica e cultural distintas.

A figura 52 apresenta a classificação das marcas da paisagem em categorias e atributos salientando-se, ainda, a etapa de sua identificação e leitura. As marcas são o resultado da interação da cultura e das ações do homem em sua relação com a natureza e constituem-se, na arquitetura e no urbanismo, como as manifestações materiais visíveis dos traçados das cidades, monumentos, edificações, formas de parcelamento ou de uso do solo, parques, praças, estradas, vias entre outros. Em relação à paisagem urbana e à área de estudo, as marcas da arquitetura e do urbanismo são descritas e classificadas, segundo os padrões de sua organização, em espaços abertos públicos (praças, parques e vias), espaços abertos privados (quadras e parcelamento do solo) e forma construída (monumentos e edificações).

A identificação e a análise das marcas patrimoniais ocorreu por meio da identificação do patrimônio cultural e ambiental legalmente reconhecido pelo Município de Santa Cruz do Sul. Em relação ao patrimônio ambiental, considerou-se, como ponto de partida, o que está disposto pela lei do Plano Diretor e, portanto, relacionado às áreas de preservação formadas pelo Cinturão Verde e pela várzea do Rio Pardinho. Já a identificação e análise dos bens culturais materiais ocorreu a partir do documento do “Inventário do patrimônio arquitetônico: área central urbana de Santa Cruz do Sul”, realizado em 2003 entre a Prefeitura Municipal e a Universidade de Santa Cruz do Sul. Salienta-se que o documento da inventariação subsidiou posteriormente a elaboração da Lei nº7.382, de 19 de agosto de 2015, apresentando bens culturais que não foram incluídos na legislação de preservação. A

classificação patrimonial ocorreu, assim, sobre um total de 65 bens culturais, dos quais 57 estão legalmente protegidos. Os bens culturais da Lei nº 7.382, bem como a classificação do patrimônio inventariado estão nos apêndices B e C desta pesquisa.

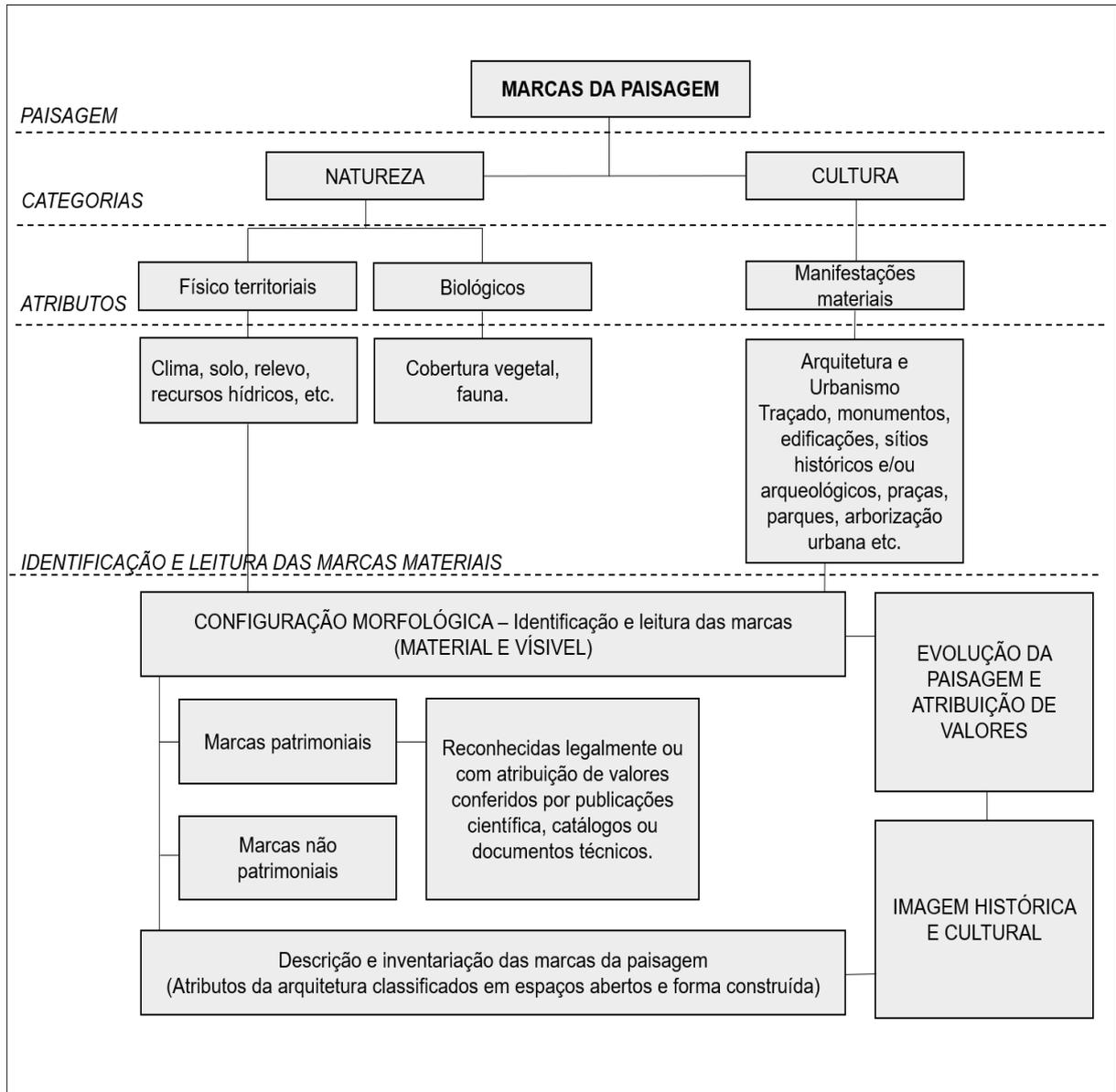


Figura 52: Identificação das marcas - imagem histórica e cultural da paisagem

Fonte: elaborado pelo autor com base em Berque(1998), Criado (2012), Meining (2002), Silva et al.:(2007).

A análise de localização dos bens culturais legalmente protegidos da paisagem urbana, definiu a área delimitada para a pesquisa, considerando-se a mesma, conforme Nogué e Salá (2008), uma paisagem de atenção especial. O conjunto de marcas patrimoniais, constituídas por bens culturais e ambientais, estabeleceu a referência material a partir da qual procedeu-se a leitura e análise dos valores da paisagem de Santa Cruz do Sul, procurando-se sempre manter as relações escalares com a área de estudo.

A pesquisa patrimonial também incluiu diversos trabalhos científicos que contribuíram para ampliar a visão patrimonial para além do que está reconhecido legalmente. Os principais trabalhos que possibilitaram expandir os resultados sobre as potencialidades estéticas representadas pela arquitetura eclética e moderna são: a pesquisa realizada por este autor e publicada por Lovato (2016), entre o período de 2012 e 2014, sobre a arquitetura eclética de Santa Cruz do Sul e o trabalho de Helfer (2002), sobre a arquitetura moderna. Outra contribuição muito relevante foi obtida a partir do documento “Memórias de Santa Cruz do Sul”, realizado em 1987. Os bens culturais identificados nestas publicações ampliaram as possibilidades de percepção do entorno de bens culturais legalmente reconhecidos como patrimônio e podem, potencialmente, contribuir para a manutenção das características históricas da paisagem urbana. Pesquisaram-se também os monumentos de pequeno porte enquanto formas simbólicas espaciais.

O segundo procedimento metodológico está relacionado à construção da imagem histórica e cultural, com a atribuição de valores históricos, ambientais, culturais, simbólicos e identitários, bem como visuais (cênicos e estéticos) para a paisagem. Estes valores foram identificados de acordo com a organização de fases históricas de evolução da paisagem construída. As periodizações históricas foram realizadas a partir da análise de publicações e pesquisas que abrangem estudos científicos sobre o patrimônio cultural material e imaterial, a evolução urbana ou o desenvolvimento social e econômico de Santa Cruz do Sul. Entre estes dois últimos, salientam-se as obras de Martin (1979), Menezes (2005), Noronha (2012), Montali (1979), Silveira (1997 e 2007) e Wink (2002). Tem-se consciência, também, que a maior parte destes autores utiliza uma concepção histórica materialista embasada no progresso das técnicas e do desenvolvimento das forças produtivas. A análise dos aspectos culturais, contudo, não tem como objetivo questionar a lógica do desenvolvimento humano na história quanto aos modos de produção e construção da realidade social.

A construção da imagem histórica e cultural revela-se, assim, por meio da identificação e leitura dos principais registros físicos ou marcas materiais da paisagem e da sua contextualização aos principais fatos e acontecimentos políticos, sociais e econômicos, aos quais são atribuídos sentidos culturais expressos pela toponímia, formas simbólicas espaciais, significação dos lugares, práticas socioculturais (tais como os costumes, hábitos, tradições, idioma) e valores estéticos da paisagem.

A síntese histórica de evolução da paisagem possibilitou contextualizar o patrimônio arquitetônico legalmente reconhecido da área de estudo em duas fases distintas: a primeira, entre 1849 e 1976, que inclui a totalidade do que é atualmente reconhecido como patrimônio cultural material; a segunda fase, posterior a esta data, que se estende até a atualidade e é correspondente à consolidação de Santa Cruz do Sul como cidade polo, e com a formação

de novas paisagens. No quadro 17, apresentam-se, de forma sintética, as fases gerais e períodos correspondentes à evolução da paisagem de Santa Cruz do Sul:

Quadro 17: Fases e períodos correspondentes à imagem histórica e cultural da paisagem de Santa Cruz do Sul (RS)

FASES GERAIS As marcas da arquitetura	PERÍODOS – VALORES DA PAISAGEM IMAGEM HISTÓRICA E CULTURAL
<p>FASE 1. De 1849 – 1976 As marcas da arquitetura e os bens patrimoniais</p> <p>Identificação das marcas da paisagem;</p> <p>Identificação, classificação e contextualização do patrimônio cultural material;</p> <p>Identificação da imagem histórica e cultural da paisagem;</p> <p>Observação: Todos os bens culturais materiais legalmente reconhecidos encontram-se incluídos nos períodos da Fase 1 e estão disponíveis para consulta no apêndice C.</p>	<p>6.1 A natureza e as marcas indígenas na paisagem urbana</p> <p>As marcas da formação e do desenvolvimento da Colônia de Santa Cruz</p> <p>6.2 A ocupação portuguesa e o contexto da imigração alemã; 6.3 A formação da Colônia de Santa Cruz; 6.4 A paisagem do galo e da solidão; 6.5 As marcas do desenvolvimento na paisagem rural.</p> <p>As marcas do desenvolvimento urbano</p> <p>6.6 A formação do núcleo urbano e da paisagem institucional (1855 – 1877) - De povoação a freguesia (1859); - A formação da paisagem institucional.</p> <p>6.7 O desenvolvimento urbano e a paisagem do trem (1878 – 1917) - A consolidação da paisagem institucional; - A cidade e a paisagem do trem.</p> <p>6.8 A paisagem do progresso e do embelezamento urbano (1918 – 1976) - A paisagem da industrialização; - Paisagem do embelezamento urbano; - O patrimônio da arquitetura eclética e moderna; - A Festa Nacional do Fumo FENAF; - A rua principal da cidade; - Áreas industriais; - Áreas residenciais; - Principais elementos da paisagem.</p>
<p>FASE 2. De 1977 – 2017 As novas paisagens</p> <p>Identificação das novas paisagens ;</p> <p>Relação das novas paisagens com a área central urbana e paisagem de atenção especial;</p>	<p>6.9 As novas paisagens (1977 – 2017) - O crescimento urbano e a formação dos bairros; - As alterações da área de estudo; - Os novos elementos simbólicos e identitários; - A paisagem do Túnel Verde e do cinturão; - A paisagem da Oktoberfest; - A paisagem comercial; - A paisagem das periferias; - Os novos elementos na paisagem.</p>

Fonte: realizado pelo autor.

A primeira fase incluiu os períodos relacionados à formação e origem da Colônia de Santa Cruz até a industrialização do núcleo urbano e internacionalização do setor fumageiro, que, em seu conjunto, estão datados entre os anos de 1849 e 1976. Para Wink (2002), a data de 1965 marca o início da consolidação de Santa Cruz do Sul como Polo Regional enquanto Montali (1979) e Noronha (2012) discorrem sobre as intensas transformações ocorridas no

setor fumageiro até a data de 1976. A partir da análise das obras destes autores, concluiu-se que a consolidação do processo de industrialização do fumo, a partir da entrada do capital estrangeiro, teve muitas implicações para as transformações da paisagem da área central urbana, utilizando-se, portanto, esta última data como referência para a periodização.

Acrescenta-se ainda que, de maneira paralela ao aumento da população e ao crescimento econômico e urbano, as décadas de 70 e 80 também estão marcadas pelas ações de planejamento. Neste sentido, surgem as primeiras preocupações com a preservação patrimonial e é elaborado, em 1979, o primeiro Plano Diretor Urbano de Santa Cruz do Sul. Estas ações de planejamento também propiciaram, para a pesquisa, melhores bases cartográficas, como levantamentos patrimoniais, a base do levantamento aerofotogramétrico (1976) e fotos de satélite não existentes nos períodos anteriores.

Após estas considerações teóricas e práticas, decidiu-se utilizar a data de 1976 como a data temporal de corte entre as duas fases, pois coincide com a aceleração do processo de desenvolvimento urbano. Na segunda fase, a partir de 1977 e que se estende até a atualidade, há intensas transformações do espaço construído, surgindo novas paisagens urbanas em um contexto de verticalização e refuncionalização do bairro Centro. As refuncionalizações da paisagem são demonstradas a partir da produção de diferentes mapas temáticos de uso do solo, procurando-se identificar as principais relações que estabelecem com o patrimônio cultural material bem como com as alterações de significados da paisagem. Ao mesmo tempo, ocorrem intensas perdas patrimoniais e ressignificações simbólicas sobre a identidade da área central.

O resultado desta etapa da pesquisa, e que é organizado no capítulo seguinte, foi a produção de mapas temáticos da paisagem de atenção especial. Os primeiros mapas estão relacionados à descrição e inventariação das principais marcas da arquitetura, bem como dos espaços abertos públicos. O mapa dos espaços abertos públicos destaca as praças, parques, monumentos, espaços de memória, a arborização urbana, os tipos de pavimentações, bem como outros elementos singulares da paisagem como jardins, chafarizes entre outros. Já o mapa das marcas da arquitetura classifica os bens culturais materiais bem como apresenta uma restituição morfológica de todas as edificações que são pertencentes à primeira fase de evolução da paisagem.

A restituição morfológica das edificações foi realizada tendo como base o levantamento aerofotogramétrico e as imagens aéreas de 1976, contraposta a imagens aéreas atuais obtidas no Google Earth (2016). A sobreposição destas imagens possibilitou verificar, pelo formato das edificações, as marcas anteriores ao período de 1976 que permaneceram até a atualidade. Este trabalho contou também com ampla pesquisa de imagens, bem como observação de campo para complementação das informações. Entre as marcas da arquitetura pertencentes à primeira fase, e, portanto, ao período anterior a 1976,

foram realizadas as classificações relacionadas aos seus valores patrimoniais e estéticos categorizando-se da seguinte maneira: as marcas patrimoniais (definidas por lei); edificações ecléticas e modernas (constantes em publicações científicas).

O mesmo procedimento de restituição morfológica das edificações foi realizado em relação à paisagem posterior a 1976. Salienta-se que, a Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul não possui um cadastro atualizado das edificações, e que a restituição foi realizada dentro dos limites possibilitados pela resolução das imagens aéreas do Google Earth. Da mesma maneira, os interiores de quadra, apesar de procurar-se realizar a restituição das formas, não foram observados “in locu”.

A distinção de cores do mapa das marcas da arquitetura permite, rapidamente, observar as paisagens novas, ou posteriores a 1976, e as antigas, anteriores a este período. Trata-se, evidentemente, de um exercício teórico, pois a paisagem é única e indivisível. Contudo, a divisão morfológica em estratos históricos possibilitou uma visão de conjunto das questões patrimoniais, permitindo refletir sobre as possibilidades de entorno dos bens culturais e constituindo-se, portanto, em um primeiro parâmetro espacial que pode contribuir para ações de planejamento e preservação patrimonial.

Obteve-se, também, informações sobre os espaços que apresentam maior carga cultural ou histórica para a sociedade local, possibilitando a realização de análises críticas sobre as relações entre paisagem e patrimônio. Como resultado da pesquisa sobre a evolução da cidade, foram produzidos mapas temáticos correspondentes aos valores da paisagem na área de estudo: de interesse paisagístico-ambiental; interesse visual e cultural. No seu conjunto, os mapas de valores também podem ser utilizados como base ou mesmo parâmetros espaciais para tomadas de decisão no planejamento e na elaboração de objetivos de qualidade paisagística vinculados à proteção do caráter da paisagem.

6.1 A natureza e as marcas indígenas na paisagem urbana

O “Parque da Gruta”, ou como era popularmente conhecido, “Parque da Gruta dos Índios”, é um dos principais espaços públicos do município e da cidade de Santa Cruz do Sul, atraindo muitos visitantes locais e turistas devido à beleza da sua paisagem natural. Geograficamente, está localizado em um pequeno vale formado pelas encostas locais, e que se constituem como o começo da Depressão Central do Rio Grande do Sul. O início da serra, para além do contraste com as áreas de campos ao sul e oeste do estado, apresenta também diversas áreas ainda cobertas pela Mata Atlântica. São reminiscências da natureza original caracterizadas pela presença de muitas nascentes de água e de florestas em diferentes fases ou estágios de conservação ou regeneração. E estas matas e serras, se de um lado compõem

o parque, em seu conjunto também envolvem, com o horizonte de campos, planícies e rios, a paisagem da cidade.

Em Santa Cruz do Sul, todas as áreas urbanas ao leste e ao norte do Centro Histórico estão delimitadas por uma extensa área de preservação ambiental conhecida como Cinturão Verde, que ocupa aproximadamente 463 hectares coincidentes com o começo da Serra. Conforme Wenzel (2013, p.62) apud Putzke (2003), a vegetação da floresta estacional do Cinturão Verde tem a ocorrência de um número muito significativo de espécies entres as quais algas (91 espécies); *líquens* (83 espécies); *briófitas* (91 espécies); *pteridophytas* (57 espécies); *angiospermae* (1700 espécies, das quais 180 são árvores); *gymnospermae* (2 espécies arbóreas). A riqueza da flora acompanha a da fauna, onde para Wenzel (2013, p. 67), as pesquisas e estudos realizados apontam aproximadamente 290 espécies (aves, mamíferos, peixes, anfíbios, répteis) e outras 1900 espécies de insetos, de um total que pode atingir 5000. É, portanto, tanto um refúgio para as espécies quanto uma área biologicamente pouco conhecida, o que o torna um monumento vivo.

Por outro lado, o Cinturão Verde, e que engloba em sua totalidade o parque da Gruta, é também um marco geográfico e de orientação espacial. Sua ampla visibilidade, a partir de qualquer ponto da cidade, atua como referência em termos de localização geográfica. Ao mesmo tempo, é parte integrante da paisagem natural ainda remanescente, que tanto impressionou viajantes como Avé-Lallemant, na metade do século XIX, para quem a serra, em Santa Cruz do Sul, é como um mar de ondas de mato, verde e azul, ondulado e extenso como o oceano. Mas pode-se afirmar também que, ainda que a cobertura vegetal original esteja fragmentada e reduzida, a sensibilidade com o espetáculo da natureza permanece. Como o exemplo da imagem na figura 53, que foi publicada com destaque na capa do Jornal local, Gazeta do Sul, em abril de 2017.



Figura 53: Florescimento das paineiras no Cinturão Verde de Santa Cruz do Sul

Fonte: Jornal Gazeta do Sul, 31 de março de 2017. Foto Bruno Petry.

O florescimento das paineiras, árvores nativas da região, causa, a cada ano, encantamento e admiração em toda população. Ao longo dos meses de março e abril, em pleno outono, altera-se o verde da paisagem para diferentes tons vibrantes de rosa e rosa escuro. No caso do Parque da Gruta, situado em meio ao Cinturão Verde, a existência de uma flora e fauna relativamente bem preservadas, com a presença de animais livres como macacos-prego e tucanos em meio aos visitantes, contribui para caracterizar a sensação de refúgio e de certo isolamento em relação à atual paisagem urbana. Atualmente, toda a área do Parque está delimitada por zoneamentos de preservação ambiental, constituindo-se em um espaço de lazer e de recreação aberto ao público que propicia muitas atividades, como trilhas ecológicas e de aventura, espaços contemplativos e de camping, restaurante, entre outras. O conjunto destas qualidades, aliado à sua fácil acessibilidade, pois está situado somente a dois quilômetros do centro urbano, marca a sua referência como um dos pontos turísticos mais visitados na região.

Originalmente, toda a área foi uma propriedade rural de aproximadamente 17 hectares, adquirida pelo Município no início do século XX, com o objetivo de instalar a primeira estação hidráulica da cidade (hoje desativada e praticamente em ruínas). A denominação do Parque da Gruta está ligada à existência, no local, de uma caverna escavada profundamente na rocha arenítica de uma de suas encostas (formação Botucatu na geologia). A origem e a possível utilização da gruta, contudo, permanecem em discussão. A sua formação, para os geólogos, foi decorrente de um processo natural provocado pela erosão pluvial. Já pesquisas mais recentes revelam possíveis marcas de escavações realizadas por preguiças gigantes, o que levanta a hipótese de que a gruta possa ter sido uma paleotoca. Mas as lendas e tradições locais sempre associaram o local com à existência de indígenas e à sua utilização como moradia. Por isso, Parque foi chamado, durante décadas, pela população como Parque da “Gruta dos Índios”. Por outro lado, do ponto de vista arqueológico, nunca houve comprovação da existência de vestígios indígenas no interior da gruta, e sim nos seus arredores e em toda região do Vale do Rio Pardo.

Ainda assim, e próximo às construções em pedra arenítica da primeira hidráulica da cidade (inaugurada no começo do século XX), localiza-se um pequeno monumento retangular, também em pedra arenítica, com uma placa de bronze que presta uma homenagem ao índio. Este poema, escrito pela Professora Elisa Gil Borowsky, refere-se, de maneira romântica ao “índio - nosso irmão”. Ressalta as tribos cujas “pegadas” marcaram a sua passagem, mas que ficaram encobertas neste “chão”, hoje coberto de brisas, saudades e flores. A homenagem poética, independentemente da realidade dos fatos, marca permanentemente a presença indígena junto à paisagem natural e a induz a uma história que talvez nunca seja plenamente revelada ou encontrada. Por outro lado, as discussões sobre a existência ou não de indígenas no local acabou por provocar uma alteração na denominação oficial do parque para “Parque

da Gruta”, somente. Ainda assim, a presença (imaginária ou não) do índio continua tão real quanto o monumento (figura 54), pertence ao nome popular do parque e a memória do lugar.

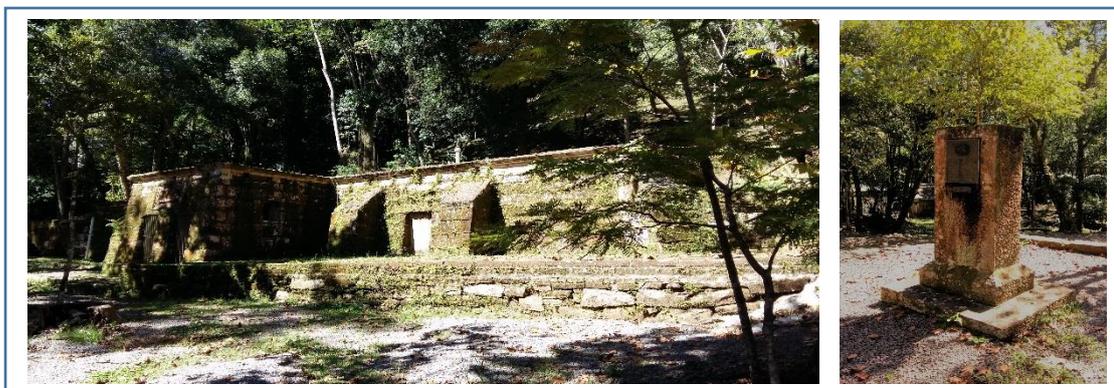


Figura 54: Parque da Gruta: hidráulica e monumento em homenagem ao Índio
Fonte: Acervo pessoal.

Na região do Vale do Rio Pardo, conforme Ribeiro (1991, p. 28), as pesquisas arqueológicas comprovaram efetivamente a existência de muitas culturas indígenas conhecidas pela forma de tradições, tais como a Umbu, Humaitá, Vieira, Taquara e a Tupi-Guarani. A mais antiga delas, Tradição Umbu (fase Rio Pardinho), remonta a um período aproximado de 3000 anos atrás. De maneira geral, as suas áreas de distribuição foram muito variadas, e as tradições apresentaram diferentes aspectos culturais em termos de seus modos de vida e costumes, sendo que algumas foram predominantemente coletoras e pescadoras, outras, horticultoras. A natureza da região foi pródiga com recursos tanto em termos de seu ambiente florestal quanto animal, fornecendo todos os meios para a subsistência do homem em termos de sua alimentação e de confecção dos implementos necessários à sua sobrevivência.

Por isso, e conforme Ribeiro (1991, p.51), os grupos que ocuparam o Vale do Rio Pardo, apesar de tecnologicamente primitivos, tinham conhecimento de aspectos como o melhor solo para o cultivo, das pedras ideais para o lascamento, ou polimento ou do tipo de argila (tabatinga) para a confecção de cerâmicas. Mas mesmas tradições também apresentam diferentes fases e áreas de dispersão ao longo do tempo, o que originou muitas variações culturais e, conseqüentemente, técnicas utilizadas para confecção de instrumentos ou de habitações, por exemplo. Segundo Martin⁶ (1979, p. 12), os indígenas que habitaram a região onde se encontra atualmente a cidade de Santa Cruz do Sul pertenceram a dois períodos distintos: pré-cerâmico e cerâmico. O período pré-cerâmico abrange duas fases,

⁶ Hardy Elmiro Martin (1927-1996) foi professor e diretor do Colégio Mauá de Santa Cruz do Sul desenvolvendo atividades docentes por um período de quase 35 anos. Foi também pesquisador da história local e fundador e diretor do Museu do mesmo colégio que reúne um extenso acervo sobre a cultura indígena bem como da colonização alemã.

respectivamente denominadas de Rio Pardinho e fase Santa Cruz e Serra. No primeiro, relacionado a grupos de caçadores, foi encontrado material lítico (pontas de flecha, furadores, raspadores de diversos tipos, etc.) em vales de arroios e rios como o Rio Pardo, Rio Pardinho, Arroio Plumps e que estão provavelmente datados entre 4.000 e 8.000 A.C. Os estudos dos sítios arqueológicos da segunda fase levantaram a hipótese de que ambas as fases se vinculam-se a um grupo indígena conhecido por Jê. Já no período cerâmico, a evolução da fase Santa Cruz e Serra tem origem Jê. Há também a tradição dos Tupi-Guarani, que, para Martin (1979, p. 13) foram ceramistas e constituíram-se nas tribos indígenas mais numerosas existentes na região de Santa Cruz do Sul. O museu do Colégio Mauá, existente desde a década de 1960, reúne uma coleção de mais de 60.000 fragmentos deste tipo de cerâmica, incluindo pontas de flechas, urnas funerárias e peças líticas polidas.

A última ocupação pré-histórica na região foi efetivamente a da tradição Tupi-Guarani cuja área de dispersão foi da Amazônia ao Rio da Prata e do Atlântico à Bolívia e Paraguai. Ribeiro (1991, p. 30) afirma que esta ocupação apresentou um total de três fases distintas, e a mais antiga (Botucaraí) surgiu aproximadamente há 450 anos atrás e teve preferência pelo Vale do Rio Pardo. A segunda apareceu cem anos depois e instalou-se no Rio Pardinho, e a terceira (meados do século XVII até meados do século XIX) deixou suas marcas no Rio Pardo. Os Tupi-Guarani da fase Botucaraí que permaneceram na encosta do planalto entraram em contato em 1633 com os jesuítas espanhóis e com as reduções, o que originou uma fase transicional entre as tradições Tupi-guarani e Íbero indígenas. Neste sentido, e para Ribeiro (1991, p.32), a Redução de Jesus Maria (localizada à margem direita do Rio Pardo, na cidade de Candelária) formava, com São Cristóvão e São Joaquim, os postos mais avançados na ocupação leste do território gaúcho. A Redução de Jesus Maria, fundada pelo jesuíta espanhol Pedro Mola, era próspera e chegou a abrigar cerca de 6 mil nativos da nação Tupi-Guarani antes da sua tomada pelos bandeirantes paulistas em 1636.

Neste contexto, a existência de uma povoação indígena também levanta algumas possibilidades: a de que tenham havido marcas deixadas pela agricultura. Para Suertegaray (2002, p. 13), e de forma geral, os jesuítas da Companhia de Jesus tiveram um papel fundamental na orientação dos índios para um cultivo mais sistemático da erva mate, bebida que já era tradicionalmente apreciada pelos indígenas. O hábito de tomar a erva-mate foi também, gradativamente, transmitido aos espanhóis e portugueses. Estes, desde o início da ocupação dos territórios gaúchos, relataram o uso da bebida com o propósito de obter uma maior resistência ao trabalho ou para redução da fome e sede. A erva-mate foi, portanto, e desde muito cedo, um produto de beneficiamento e comércio muito importante no estado do Rio Grande do Sul. Segundo Eckert (2011, p. 29), o processo de expansão da frente portuguesa ao sul os colocou em contato com a erva-mate, que era também conhecida como erva do diabo na América Espanhola. Em termos da produção ervateira, há registros desde

1761 de que os índios missioneiros, localizados próximos à Serra de Botucaraí, e na região do Vale do Rio Pardo, dedicavam-se ao fabrico da erva.

As ruínas arqueológicas da Redução Jesus Maria estão localizadas ao oeste de Santa Cruz do Sul, no município de Candelária, em um local que é conhecido como Trincheira na localidade de Linha Curitiba. Estão relativamente próximas ao morro ou cerro do Botucaraí, conhecido também pela denominação de “Santo Cerro”. O nome do morro deriva do guarani *Ybity karaí* onde a expressão *karaí* tem o significado de “sagrado”. Não se tem conhecimento exato sobre a origem da expressão indígena, se é anterior ou mais próxima à época em que a região foi uma redução jesuítica do século XVII. O cerro do Botucaraí, visível no horizonte oeste da paisagem urbana de Santa Cruz do Sul, é formado por rocha basáltica e granito, e constitui-se em uma elevação isolada de 569 metros de altura em relação ao nível do mar. Como se destaca na região do Vale do Rio Pardo, ao sul, das encostas do planalto, é considerado um dos morros isolados mais altos do Estado e em dias claros, essa visibilidade se estende por dezenas de quilômetros. O lugar é também cercado de lendas. Aproximadamente na metade do século XIX, um monge eremita, conhecido por João Maria de Agostini, viveu no local e ganhou notoriedade pela suposta cura de enfermos por meio da fé. Por estes motivos, o morro santo recebe muitos visitantes tanto em busca de usufruição da paisagem natural quanto em peregrinações realizadas especialmente em épocas como a Páscoa, Sexta Feira Santa e Natal.



Figura 55: Cinturão Verde e o Cerro do Botucaraí na paisagem oeste de Santa Cruz do Sul

Fonte: disponível no site <http://www.santacruzcountryclub.com.br/fotos.html>

A fotografia da figura 55 é uma vista aérea de parte do Cinturão Verde e da cidade de Santa Cruz do Sul no sentido leste-oeste. Pode-se ver, na parte superior da encosta da serra, as delimitações das matas e também a existência de gramados, estes últimos pertencentes

ao clube de golfe local. Imediatamente abaixo, em um pequeno vale formado pelas mesmas encostas, está localizado o Parque da Gruta, também conhecido por Gruta dos Índios.

A paisagem natural revela, neste exemplo, o horizonte de campos em direção oeste (e sul) com as reminiscências da Mata Atlântica que cercam, em seu conjunto, toda a cidade ao leste e ao norte. O início da serra é o principal contraste da paisagem com a planície onde pode-se ver (ao centro da fotografia) o lago conhecido como Lago Dourado. A esfera em azul marca a localização da Catedral São João Batista, um dos monumentos-símbolos da cidade. Na fotografia, é possível ver as torres da Catedral neogótica, cuja altura é de 82 metros. A localização da Catedral marca também a área pertencente ao centro urbano e ao traçado histórico objeto desta pesquisa. À direita da foto, e também em direção oeste, observa-se a elevação isolada conhecida como morro do Botucaraí. A orientação das ruas da cidade, no sentido norte-sul e leste-oeste, permite, em seus pontos mais altos, a ampla visibilidade da paisagem natural e do Botucaraí, que tem também alguns significados de caráter prático para a população local. As chuvas mais fortes e longas são provenientes do sul e do oeste, o que implica que a visão clara e límpida do morro prenuncia “tempo bom”, ou boas condições climáticas.

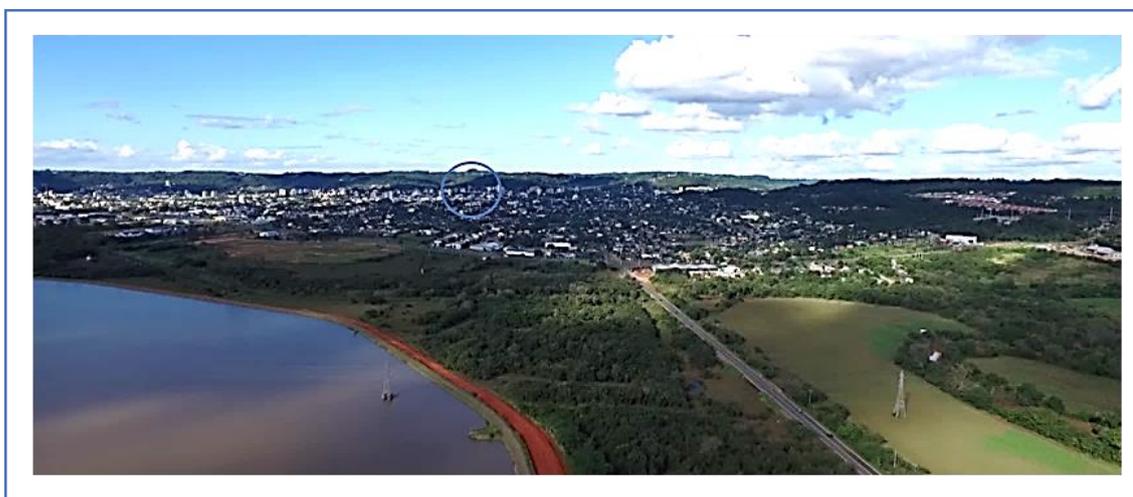


Figura 56: O Lago Dourado e a paisagem da cidade de Santa Cruz do Sul ao leste
Fonte: acervo pessoal.

A figura 56 é uma fotografia em sentido oposto à imagem anterior. Foi realizada a partir do Lago Dourado (localizado a oeste da cidade) em direção leste. Esta obra, artificial e construída na primeira década deste século, é margeado ao oeste pelo Rio Pardinho e pelas suas várzeas, que constituem o limite natural das áreas urbanas. Trata-se do principal reservatório de água potável da cidade, que substituiu as antigas funções de abastecimento de água da estação hidráulica do Parque da Gruta. O Lago Dourado tem recebido especial atenção pela beleza do local e é, atualmente, um espaço aberto ao público para lazer e

esportes. Seu nome é uma alusão ao reflexo do pôr do sol sobre o espelho da água ao entardecer. No centro da fotografia, destacado pelo círculo em azul, pode-se ver a Catedral São João Batista, que constitui um dos principais marcos de referência espacial. A cidade de Santa Cruz situa-se nas planícies do Rio Pardo e a Catedral ocupa uma das áreas mais altas, próxima à pré-encosta da serra, o que lhe confere grande visibilidade. Nos sentidos norte (esquerda da figura) e sul, e como cenário da cidade, percebe-se o contorno da serra também limite de expansão da área urbana. Estas encostas, suaves, constituem, junto com as áreas das várzeas do Rio Pardo, os maiores espaços de preservação ambiental da cidade. São também conhecidas pelo nome de Cinturão Verde por estenderem-se ao longo de toda cidade.

6.2 A ocupação portuguesa e o contexto da imigração alemã

Com o fim das reduções missioneiras (em sua primeira fase), uma boa parte dos indígenas que sobreviveram retornaram para o lado oeste do Uruguai, atual Argentina, em busca de maior proteção da Espanha. Os jesuítas retornaram ao Rio Grande do Sul somente após 1687, quando então fundam os Sete Povos das Missões. Foram atraídos possivelmente pelos grandes rebanhos de gado e também para conter o gradativo avanço dos portugueses. A região platina e o Rio Grande do Sul sempre estiveram no centro de interesses das Coroas Espanhola e Portuguesa. Para evitar essas disputas, houve a promulgação de diversos tratados, o primeiro dos quais, de Tordesilhas em 1494, delimitava o território português até a cidade de Laguna. A vontade de Portugal, contudo, era de estender os seus domínios até o Rio da Prata (atualmente no Uruguai), motivo pelo qual fundou a Colônia de Sacramento. Se no lado noroeste do Estado havia as reduções e a formação social missioneira espanhola (em sua segunda fase), por outro, e a partir de Laguna, e mais tarde, pelo Planalto Serrano, desciam os portugueses na busca pelo gado, que seria comercializado nas regiões de mineração (SCHNEIDER, 2005, p. 83). Foi, portanto, a importância do comércio mear que estabeleceu os primeiros vínculos entre o Sul e o Centro do Brasil. Posteriormente, seguiu-se, como estratégia de colonização portuguesa, a concessão de sesmarias e a utilização das vias fluviais para penetração no território do continente de Rio Grande de São Pedro.

Neste contexto, e em 1715, o Capitão Francisco de Brito Peixoto subiu o Rio Jacuí e, na altura de onde hoje se situa a cidade de Rio Pardo, denominou um de seus afluentes como Rio Pardo, devido à cor pardacenta de suas águas. Deste nome, possivelmente, deriva também o nome do Rio Pardo, que é um dos seus principais contribuintes e margeia a cidade de Santa Cruz do Sul. Em 1750, e após a assinatura do Tratado de Madri, avançam os processos de concessão de sesmarias ao longo de rios como o Jacuí, Vacacaí, Piratini e se iniciam as fundações de diversos núcleos e povoações em direção ao interior do território.

Em 1752, Gomes Freire de Andrade, chefe da primeira comissão de demarcação da fronteira da Região Sul, subiu também o Rio Jacuí e, na confluência com o Rio Pardo, instalou um posto de defesa do território sobre um promontório. A fundação da futura cidade de Rio Pardo, ocorreu quando, ao cessarem as guerras guaraníticas, consolida-se a Fortaleza Militar Jesus Maria José e tem início a constituição de uma povoação formada por militares, portugueses e guaranis. O quartel do Regimento dos Dragões instala-se, então, definitivamente, em Rio Pardo. Neste período, e devido ao não cumprimento do Tratado de Madri, é fundada também, nas proximidades da Fortaleza, a Aldeia de São Nicolau em 1756. Esta abrigou em torno de 700 famílias de índios missioneiros de origem guarani. A aldeia permaneceu até aproximadamente o terceiro quartel do século XIX (SILVA e MELO, 2009, p. 02). De forma geral, e ao longo do século XVIII, a economia do Estado consolida-se principalmente a partir da produção do charque, e intensificam-se ações voltadas ao povoamento do território. O governo português, conforme Baitolo e Luz (1998, p.17), organiza e financia a imigração de famílias açorianas como modo de aumentar a população, consolidar o território português e incrementar a economia. Estes objetivos, para estes autores, permanecem posteriormente para a colonização estrangeira.

Após a conquista definitiva da extensa região das Missões, e já no início do século XIX, tem início uma fase de organização administrativa e política do estado do Rio Grande do Sul. Em 1809, são criados os primeiros quatro municípios da Capitania de São Pedro: Porto Alegre, Viamão, Santo Antônio da Patrulha e Rio Pardo. A elevação de freguesia de Rio Pardo à condição de Vila ocorre em 1811, com nomeação de cargos públicos como vereadores, juízes, entre outros (SCHNEIDER, 2005, p. 121). Rio Pardo foi, então, um importante entreposto militar e comercial, e ocupava uma situação estratégica na Região. Os Rios Jacuí e Pardo, navegáveis, asseguravam o transporte de mercadorias e de pessoas, e o porto da Cidade tinha grande movimentação. A cidade de Rio Pardo, visitada por personalidades como o naturalista francês Saint Hilaire (em 1821), deixou a este a impressão a de ser uma cidade rica, próspera e de caráter comercial (SAINT HILAIRE, 1974, p. 192). Era a partir dali que se realizava o comércio com Porto Alegre e com outras regiões do Estado, como a serra e a fronteira.

Contudo, a imensa extensão territorial do município de Rio Pardo logo passa por uma sucessão de divisões administrativas. Até 1822, e por volta do período de independência do Brasil, o Município perdeu boa parte de sua área (território oeste do Rio Grande do Sul) para o novo município de Cachoeira do Sul, e em 1849, desmembraram-se também as áreas ao sul, com a formação do município de Encruzilhada do Sul (SCHNEIDER, 2005, p.123). Em torno de 1858, a cidade de Rio Pardo concentrava uma população variada de habitantes, constituída por colonizadores portugueses, negros, indígenas, tropeiros, militares. A

população negra, conforme Schneider (2005, p. 131), era aproximadamente de um quarto dos habitantes, e o idioma mais comumente falado, além do português, era o guarani.

O Sul do Brasil, portanto, já tinha muitas influências culturais recebidas por parte de indígenas, espanhóis, negros, portugueses, quando surgiram os projetos relacionados à colonização por frentes imigratórias como as alemãs e italianas. Há, neste contexto, uma série de fatores que contribuíram para dar sentido à imigração no Sul do Brasil: as constantes ameaças às fronteiras e os vazios demográficos; a existência de áreas devolutas; um clima não propício ao plantio de produtos como o café; a potencialidade de plantio de outros produtos que também poderiam ser rentáveis e abastecer o mercado interno, entre outros. A implantação de um novo modelo, baseado na pequena propriedade, poderia também contribuir para formar um melhor equilíbrio político em relação à predominância do latifúndio pecuarista. De forma geral, o povoamento do Rio Grande do Sul e as posteriores subdivisões político-administrativas foram responsáveis pela caracterização da paisagem gaúcha. As áreas de campo, situadas a oeste e ao sul do estado, com ocupações mais rarefeitas, e as áreas de mata, correspondentes à serra, densamente ocupadas pelos processos de colonização.

Por outro lado, e na Europa do século XIX, o contexto econômico e social da imigração era de profundas transformações, causadas por um período de transição entre o sistema de produção artesanal e agrícola para o industrial. O aumento da população, as novas tecnologias e a crescente industrialização acarretaram também o surgimento de uma massa de desempregados, muitos dos quais camponeses expulsos do campo e que buscavam oportunidades de trabalho. Esta realidade acabou favorecendo enormemente o processo imigratório europeu. A disponibilidade de terras no Brasil e o interesse da Coroa Portuguesa, aliados às propagandas feitas na Europa por meio de agências de imigração, atraíram grande fluxo de imigrantes ao longo de todo século XIX.

Conforme Martins (1979, p. 17), a vinda de imigrantes alemães ao Brasil, com objetivo de colonização, teve um grande desenvolvimento a partir do casamento de Dona Leopoldina com o príncipe Dom Pedro. Logo após, houve a fundação de diversas colônias na Bahia (Colônia Leopoldina, em 1818, e São Jorge dos Ilhéus, em 1822) e no Rio de Janeiro (Nova Friburgo em 1823). No Rio Grande do Sul, em 1824, é fundada a Colônia de São Leopoldo, com uma leva dos primeiros 39 imigrantes alemães. Esta é considerada um marco histórico bem-sucedido. A chegada dos imigrantes em Porto Alegre, em 25 de julho de 1824, passou a ser comemorada como o “dia do colono”. Se, por um lado, existia o interesse de povoamento e desenvolvimento de regiões despovoadas do estado, por outro, as revoluções constantes também favoreciam o objetivo de buscar possíveis soldados dispostos a reforçar as formas armadas brasileiras, em caso de necessidade.

Contudo, e após 1830, diversos problemas político-administrativos e, especialmente, a Revolução Farroupilha interromperam o fluxo de imigrantes até 1845. Após a Revolução Farroupilha, o processo de imigração foi retomado no Rio Grande do Sul e expandiu-se para a região dos Vales dos Rios Caí, Taquari e Jacuí. A partir de então, e com a visita, conforme Martin (1979, p. 18), de suas Majestades Imperiais às províncias do Sul, houve um apaziguamento definitivo e retomada do processo de colonização.

O governo imperial, a partir desta data, cede às províncias maior autonomia no processo de povoamento de suas regiões; sendo assim, a própria província de São Pedro recebe terras para a colonização, sendo estas destinadas ao início do povoamento da região que, mais tarde, dará origem à cidade de Santa Cruz do Sul. Em consequência disto, torna-se esta a primeira colônia fundada pela própria província. (BAITOLO e LUZ, 1998, p.23)

Esta segunda fase da imigração, posterior à Revolução Farroupilha, concentrou-se na fundação de colônias ao longo dos vales do Rio Taquari, Pardo e Pardinho. Neste período surgem, por intenções do governo provincial, as colônias de Santa Cruz do Sul, a colônia de Santo Ângelo (região pertencente aos municípios de Cachoeira do Sul e Agudo), a colônia de Santa Maria do Mundo Novo (compreendendo os municípios de Três Coroas, Taquara e Igrejinha), e a colônia de São Lourenço do Sul, às margens da Lagoa dos Patos. Ambas as fases estão representadas na figura 57, que é referente às colônias alemãs no sul do Brasil. A este respeito, algumas colônias, como no caso de Santa Cruz do Sul, hachurada em amarelo no mapa, foram fundadas por ordem do governo provincial e outras por particulares ou associações e sociedades.

As legislações que influenciaram a criação da Colônia de Santa Cruz do Sul foram, conforme Martin (1979, p. 20) a Lei nº 514, de 28.10.1848 e a Lei nº 229, de 04.12.1851. A primeira determinou a cada uma das províncias do Império uma porção de terras consideradas áreas devolutas a serem exclusivamente destinadas à colonização, sem a utilização de “braços escravos”. A segunda apresentava uma série de determinações a serem cumpridas pelo presidente da Província, tais como: medições e demarcações das terras devolutas apropriadas para as colônias; nomeação de agentes recrutadores de imigrantes na Europa; a concessão gratuita de terras e de despesas de condução dos colonos desde o porto de Rio Grande; as nomeações de diretores da Colônia e uma série de obrigações para os imigrantes incluindo certificados de bom comportamento.

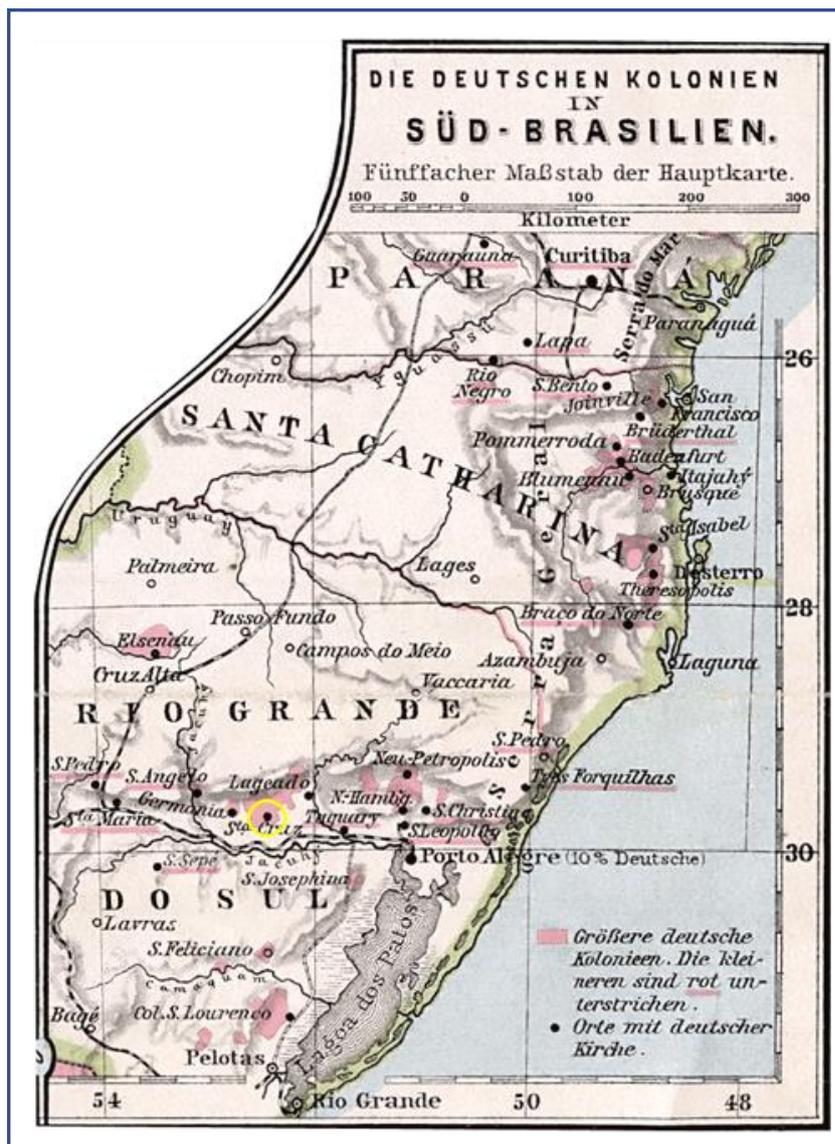


Figura 57: As colônias alemãs no Sul do Brasil

Fonte: Bibliothek allgemeinen und praktischen Wissens für Militärärzte, Band I, 1905.

As legislações que influenciaram a criação da Colônia de Santa Cruz do Sul foram, conforme Martin (1979, p. 20) a Lei nº 514, de 28.10.1848 e a Lei nº 229, de 04.12.1851. A primeira determinou a cada uma das províncias do Império uma porção de terras consideradas áreas devolutas a serem exclusivamente destinadas à colonização, sem a utilização de “braços escravos”. A segunda apresentava uma série de determinações a serem cumpridas pelo presidente da Província, tais como: medições e demarcações das terras devolutas apropriadas para as colônias; nomeação de agentes recrutadores de imigrantes na Europa; a concessão gratuita de terras e de despesas de condução dos colonos desde o porto de Rio Grande; as nomeações de diretores da Colônia e uma série de obrigações para os imigrantes incluindo certificados de bom comportamento.

Contudo, conforme Martins (1979, p. 23), já no espaço compreendido entre as leis, houve a fundação da Colônia de Santa Cruz, ocorrendo a chegada dos primeiros colonos em 19 de dezembro de 1849. O governo provincial, na incapacidade de cumprimento de todas as disposições previstas na legislação anterior, publicou a Lei nº 304 (novembro de 1854), alterando cláusulas anteriormente estabelecidas. A mais importantes referia-se à revogação da doação das terras, que passaram a serem vendidas aos colonos, e ao compromisso de restituição dos valores financiados em um prazo máximo de cinco anos. Os primeiros colonos que chegaram até esta data puderam ter benefícios especiais que, contudo, não foram aplicados aos imigrantes posteriores

O recrutamento de imigrantes foi realizado por agentes particulares na Alemanha. Estes tinham como objetivo fazer a divulgação do processo e a seleção e inscrição dos candidatos à imigração. A maior parte dos imigrantes alemães que vieram para Santa Cruz, a partir de 1849, são procedentes de regiões como a Pomerânia, Renânia e a Silésia. Houve, contudo, muitas dificuldades. A começar pelas propagandas enganosas realizadas para a sedução dos imigrantes, propondo vantagens não cumpridas posteriormente pelo governo brasileiro. Outras questões diziam respeito às próprias condições de transporte, realizado em navios lotados, muito além de sua capacidade, em viagens marítimas que poderiam ser de um tempo superior a três meses.

Um dos principais portos na Alemanha era o de Hamburgo, de onde saíam os navios em direção ao Rio de Janeiro e, posteriormente ao Rio Grande do Sul, em uma travessia de aproximadamente 12.000 quilômetros. Ao chegarem a Porto Alegre, os imigrantes continuariam sua viagem pelo Rio Jacuí até chegarem ao porto de Rio Pardo, de onde então, a cavalo, em lombo de burro ou em carroças, se dirigiram às colônias. Ali, muitos imigrantes logo descobririam que poderiam ficar à espera da demarcação de seus lotes e que boa parte das promessas realizadas pelos agentes de imigração não seriam efetivamente cumpridas pelo governo. Nos primeiros anos, em especial, houve problemas graves, mas aos poucos, o governo procurou se estruturar em termos de órgãos e leis para subsidiar o processo de imigração. Neste sentido, e conforme Baitolo e Luz (1998, p. 28), houve a legalização de apoio governamental aos imigrantes. Passou a ser atribuição do presidente da Província mandar medir, demarcar e levantar o valor das colônias existentes, bem como explorar as terras devolutas a serem apropriadas. Fica claro também que cada colono, que se apresentasse com guia de seu agente de imigração ao Presidente da Província iria receber, de forma gratuita, propriedade de terras na Colônia de Santa Cruz do Sul ou outras que fossem estabelecidas. Mas o processo de imigração tornou-se mais oneroso do que o previsto e, em 1854, as terras já deixaram de serem doadas e passaram a serem vendidas aos colonos.

6.3 A formação da Colônia de Santa Cruz

Á época do começo da imigração, e entre Rio Pardo e a futura Colônia de Santa Cruz, já haviam vários proprietários de terra, de origem portuguesa. Em 1822, foi concedido a João de Faria uma sesmaria onde é hoje o atual município de Santa Cruz do Sul.

O local em questão passou a ser chamado “Faxinal do Faria”. A erva-mate e a criação de gado eram, então, as melhores fontes de renda dos moradores. Os pés de erva estavam no alto da Serra, como se dizia “Cima da Serra”. Trazer a erva até Rio Pardo, ou ao menos até o Faxinal, era um problema. A casa em que residia João de Faria, era um sobrado de madeira, ficava nos altos da rua Marechal Floriano. (MARTINS, 1979, p.27)

Após a revolução Farroupilha, em 1847, houve uma retomada no desenvolvimento da Província e tanto o governo quanto a Câmara de Rio Pardo tinham interesse na ligação entre os Campos de Cima da Serra e a Cidade. Esta estrada, que ligaria Rio Pardo com os campos de Cima da Serra foi aberta por Abel Correa Câmara, razão pela qual ficou conhecida também como “Picada do Abel”. Em 1848, conforme Martins (1979, p. 30), já havia também a procura de terras devolutas na região compreendida entre o Rio Pardo e Rio Pardinho, bem como na Serra Geral. Em outubro de 1849, o Governo Provincial contrata o Engenheiro Frederico Augusto de Vasconcellos Almeida Pereira Cabral, formado na Universidade de Coimbra, com o objetivo de realizar a demarcação e delimitação de lotes agrícolas reservados aos colonos alemães. Estes lotes foram demarcados na “Picada do Abel”, também conhecida como “Picada Santa Cruz”, e possuíam, originalmente, uma largura de 440 metros de frente por 1.760 metros (200 x 800 braças). Os lotes, distribuídos a partir de 1851 (Lei nº 229, de 04.12.1851), passaram a ter de frente de 220 metros (por 2.200 metros de profundidade) e maior comprimento (MARTINS, 1979, p. 33). Concluídas as primeiras delimitações de propriedades, e já em 19 de dezembro de 1849, chegaram os primeiros 12 colonos alemães considerados fundadores da Colônia de Santa Cruz. Além dos imigrantes, fora da área estipulada para a futura Colônia, haviam poucos possuidores de terras ou de sesmarias. Estas, de forma geral, ocupavam as áreas de campos, e as áreas devolutas coincidiam com as da Serra Geral.

Os primeiros imigrantes logo foram seguidos por outros, procedentes da antiga Prússia, Pomerânia, Silésia, Renânia, entre outras regiões alemãs. Para Baitolo e Cruz (1998, p. 37), esta é a primeira fase da colonização em Santa Cruz do Sul, que vai até a data de 1854, onde há uma preocupação emergencial com as questões ligadas à subsistência: apropriação da terra, construção da habitação, o plantio. Ainda que pudesse haver motivação pela chegada e pela expectativa de uma nova vida, também havia uma assistência precária e irregular do governo provincial. Este colocava algumas determinações ao imigrante recém-

chegado. O colono deveria derrubar a mata e iniciar o cultivo em um prazo de dois anos, e a terra não poderia ser ocupada por outras pessoas além dele mesmo e de sua família. Havia também a proibição de utilização da mão de obra escrava.

Em outubro de 1850, é nomeado o primeiro Vice-Diretor da Colônia de Santa Cruz do Sul, Evaristo Alves de Oliveira, pois o Diretor Geral era João Daniel Hillebrand, da Colônia de São Leopoldo. Em um dos relatórios encaminhados pelo Diretor da Colônia de Santa Cruz do Sul (transcrito por Martins, 1997, p.40), pode-se ter uma imagem dos primeiros assentamentos. Evaristo descreve a longa distância entre Rio Pardo e a Colônia, bem como a proximidade desta última com o Rio Pardinho, repleto de pequenas cachoeiras e que, talvez, pudesse ser navegável. O Rio Pardinho é, para ele, uma potencialidade em termos de transporte, pois pode contribuir para o desenvolvimento do futuro comércio e da indústria, em especial da erva-mate. Descreve também o apreço que sente pelos colonos alemães instalados na Picada de Santa Cruz, em um total de 70 ou 80 pessoas, principalmente devido à moralidade, bons costumes e pela capacidade de trabalho na lavoura. Segue falando das possibilidades da agricultura, citando os produtos já produzidos, como o fumo, algodão, cana, batatas, mandioca e diversos outros vegetais. Por outro lado, cita as dificuldades como a inexistência de cemitérios e de assistência religiosa, bem como os abusos provocados pelo comércio de atravessadores que elevam os preços de produtos.

Sobre o nome de Santa Cruz, Martin (1979, p. 45) salienta que há ausência de evidências realmente concretas a respeito. A denominação surge em diversos documentos a partir de 1850, relacionados a “Picada de Santa Cruz” ou “Estrada de Santa Cruz”. A tradição oral afirma que, no faxinal do Faria, havia um comerciante de nome Cruz e os colonos ao descenderem a serra para fazerem negócios, diziam “...*wir gehen zum Cruz...*”, traduzido por “...nós vamos ao Cruz...”. Esta teria sido, posteriormente, a origem do nome da cidade. Mas, para Martins, tal tradição não corresponde à realidade, visto que há documentos que comprovam que a denominação de “nova Colônia de Santa Cruz” já era utilizada anteriormente à chegada dos primeiros imigrantes às suas propriedades.

O subdiretor Evaristo ficou por pouco tempo nas suas atividades, sendo logo substituído pelo Engenheiro João Martinho Buff. Este era alemão, nascido em 1800, em Rödelheim, e veio Brasil em 1824, na qualidade de militar contratado como Capitão do 28º Batalhão de Caçadores. Posteriormente, dedicou-se à agrimensura e à engenharia, vindo a residir em Rio Pardo. (MARTINS, 1997, p. 48) Na figura 5, e na planta da Colônia de Santa Cruz realizada por Buff, pode-se ler também o nome de “Povoação de São João”, o que no mínimo comprova que havia duas denominações diferentes em uso.

Os relatórios detalhados de Buff são uma comprovação das diferentes solicitações encaminhadas ao governo provincial e à Câmara de Rio Pardo para melhoria das condições de infraestrutura local e de atendimento aos colonos. Seus relatórios parecem ser também

mais realistas. Em julho de 1851, afirma que somente 20 colonos estavam bem estabelecidos e que os mesmos contribuíam para auxiliar os recém-chegados. Estes últimos, em um primeiro momento, e em face às adversidades, somente conseguiam levantar suas casas e plantar pequenas hortas. Por outro lado, na Colônia, já existem aves domésticas, bem como porcos que garantem a abundância de gordura.

Buff também discorre sobre as dificuldades psicológicas dos imigrantes vindos da Europa com a ideia de acostumar-se ao “mato”. Muitos estão, portanto, sempre incomodados e doentes, especialmente por resistência a acostumarem-se com “...o estilo do país” (MARTINS, 1979, p. 52). Nos relatórios há, também, referências a demandas como as de médico, professor, bem como a necessidade de construção de igrejas devido à devoção religiosa dos colonos. Outras indicações dizem respeito às plantações “grandes” como as de fumo em rama, o que possibilitaria a exportação de alguma quantidade do produto.

Para Baitolo e Luz (1998, p. 39), uma boa parte das solicitações encaminhadas pelo diretor da Colônia não eram atendidas, ou então eram adiadas pelo governo da Província. Este aspecto implicou na necessidade de resolução de muitos problemas na própria Colônia, como na área da educação e saúde, onde imigrantes passam a exercer profissões como as de professor ou mesmo curandeiro. Buff fica responsável pela demarcação das terras na região do Faxinal do João Faria e, mais tarde, segundo Baitolo e Luz (1998, p. 41), na propriedade de Dona Josefa Maria Branca, atual município de Vera Cruz (conhecida primeiramente por Vila Thereza). As propriedades foram demarcadas e, após determinado período de assentamento dos colonos, houve a cobrança da terra. Para Baitolo e Luz (1998, p. 40), foi ao longo da administração de Buff que se iniciaram, em 1853, as trocas comerciais com Rio Pardo, a partir de excedentes de produtos como feijão, milho, batata e fumo.

No mapa da figura 58, pode-se ver a estrada de Cima da Serra (2), primeiramente denominada Picada do Abel, mais tarde conhecida como Picada Velha, e posteriormente (também na atualidade), como Linha Santa Cruz. As aberturas dos caminhos e demarcação dos lotes para assentamento dos colonos iniciaram em 1849. As dimensões, apesar de variáveis, se guiavam por determinados padrões, que, conforme Baitolo e Luz (1998, p. 34), eram individuais, de forma geométrica retangular, transversais em relação a picada (ou caminho), onde possuíam em torno de 220 metros de frente até 3.520 metros de fundos. Os arroios e rios tiveram grande importância como referência espacial para a abertura de novas estradas (caminhos conhecidos pela denominação de “linhas” e “picadas”) e da disposição dos lotes. Desta maneira uma boa parte das propriedades, estreitas e de grande profundidade, apresentam disponibilidade de água.

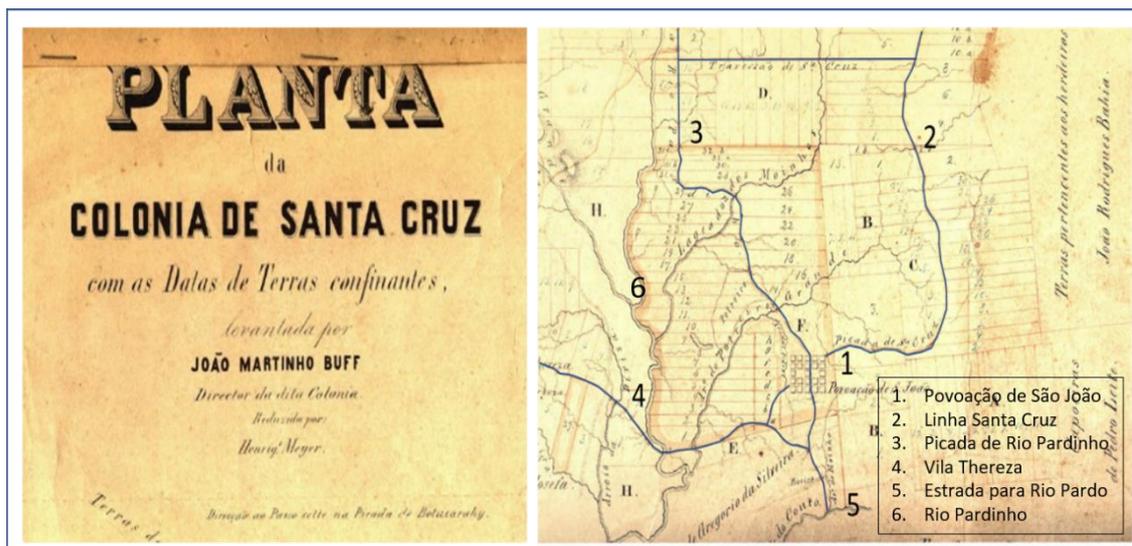


Figura 58: Planta da Colônia de Santa Cruz

Fonte: Elaborado pelo autor com base em mapa de Heuser (2017).

Os colonos continuaram chegando e, em 1857, houve a continuidade de abertura da picada de Rio Pardinho até a área que hoje compreende a cidade e o município de Sinimbu. Esta última recebeu seu nome em homenagem a Cansanção de Sinimbu. A importância do Rio Pardinho, como referência na delimitação espacial dos lotes coloniais, não se estendeu para as propostas de sua utilização como via de transporte. Após inspeção realizada por Buff, o mesmo concluiu que era inviável por diversos motivos: as grandes enchentes que frequentemente obstruíam o canal e que eram então sucedidas por períodos de secas; a grande quantidade de curvas existentes.

O projeto geométrico da futura povoação (primeiramente denominada São João) surge, conforme mapa da figura 5, na área entre o Rio Pardinho e o início da Serra. Sua composição é um traçado geométrico de 25 quadras, com previsão de duas quadras para as futuras praças. A localização do traçado está na convergência dos acessos entre Rio Pardo e as linhas Santa Cruz, Rio Pardinho e para Vila Thereza.

6.4 A paisagem do galo e da solidão

Robert Christian Bertolt Avé-Lallemant (1812 – 1884), nascido em Lübeck, Alemanha, foi médico e estabeleceu-se no período entre 1838-1855 no Rio de Janeiro, exercendo atividades na Santa Casa de Misericórdia. Em 1855, já havendo retornado à Alemanha, engajou-se na expedição Novara cujo objetivo era realizar uma viagem ao redor do planeta. Contudo, ao entrar em discordância com alguns dos integrantes desta expedição, desembarcou novamente no Rio de Janeiro, de onde partiu para fazer suas duas grandes excursões ao Norte e ao Sul do Brasil. Neste contexto, Lallemant faz uma descrição detalhada

das paisagens existentes no país, percorrendo profusamente sobre seus habitantes, usos e costumes, o clima, a flora e fauna, as singularidades e peculiaridades locais. Sua viagem ao Sul do Brasil é um registro precioso para entender o contexto histórico e cultural da colonização alemã em meio à paisagem natural.

Ao navegar, em 1858, pelo Rio Jacuí, e em direção de Porto Alegre à cidade de Rio Pardo, descreve todo o percurso e o cenário fluvial. As graciosas perspectivas da paisagem natural compostas pelo céu, pelas matas, nevoeiros, os bancos de areia, as corredeiras, ilhas e a largura impressionante do rio em cenários pouco animados pelos seres humanos. O rio e suas margens são povoadas de garças brancas e cinzentas, galinholas, curicacas, tartarugas, capivaras. Chegando em Rio Pardo em 12 de março, Avé-Lallemant (1980, p.166) a descreve como uma das cidades mais velhas da Província, um entreposto comercial situado em uma elevação localizada na confluência do Jacuí com o Rio Pardo. Para ele, o desenvolvimento da navegação a vapor trouxe prejuízo econômico aos comerciantes ali estabelecidos favorecendo os negociantes estabelecidos em Porto Alegre. De maneira que Rio Pardo, apesar de ter 3.500 habitantes, ruas largas e limpas, magníficas residências, belas igrejas, um hospital e mesmo quartel, apresenta vestígios do abandono. É uma cidade silenciosa onde não mais funcionam as casas comerciais no andar térreo das edificações.

A uma milha da cidade, Avé-Lallemant visita a Aldeia de São Nicolau, da qual tem uma impressão desfavorável. A aldeia é ocupada por índios, muitos dos quais oriundos das Missões Guaraníticas, e para os quais foi construída uma capela em frente a uma pequena praça. Vivem, para ele, em situação miserável, desprovida do sentido de existência. Ao mesmo tempo, compara esta situação com a da recente Colônia de Santa Cruz, situada somente a uma distância de cinco milhas do mesmo local. Em Santa Cruz, segundo afirma, a coragem e a diligência alemãs utilizam o machado nas florestas, preparam a lavoura a partir do fogo fazendo recuar as matas antes indômitas. Já os índios, de forma geral ou bugres, como os denomina “...assinalavam o esconderijo com as onças e tapires, onde apenas bandos de bugios uivavam, saltando de galho em galho” (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 169). O exemplo exibido por Lallemant revela, neste momento histórico, a profunda dicotomia existente entre o conceito de cultura, associado hierarquicamente à civilização e em contraste com a natureza.

Sua viagem, a cavalo, para Santa Cruz ocorre na data de 13 de março. Parte de Rio Pardo através dos campos em direção à serra desenhada no céu límpido ao norte. São campos que podem ser planos ou muito ondulados e constituem-se pelo que diz serem pastagens naturais ou abertas que formam uma oposição às matas e às encostas vistas ao longe. Estas formam um “quadro” ermo, uma moldura de florestas escuras ou serras azuis no horizonte. A estrada poeirenta que liga a nova Colônia de Santa Cruz à cidade de Rio Pardo é evitada por um guia hábil, que utiliza de sua experiência para cavalgar pelo campo, onde se

sucedem descrições de espécimes da flora e fauna locais. Lastomáceas, rubiáceas, tocas de tatus, perdizes, gaviões, montículos de cupins. Os campos formam para ele uma “...terra realmente característica...” (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 171) e, já nas proximidades de Santa Cruz revela que muitos estrangeiros, como Bonpland, já haviam se dedicado ao estudo da botânica da região. Mas esta flora já inclui a mão do homem, pois salienta a cultura de magníficas laranjeiras, figueiras, ameixeiras e macieiras localizadas em um distrito campestre.

Ao passar por um regato, Avé-Lallemant chega a uma grande e larga clareira limitada pelo terreno montanhoso e pelas florestas. As alterações bruscas da paisagem natural revelam o começo da colônia alemã de Santa Cruz do Sul e o lugar chama-se Fachinal. O lugar central da Vila de Santa Cruz está assinalado por um grande quadrado, futura praça “principal”. Contudo, descreve a existência de somente três ou quatro casas e o começo das obras da Igreja Católica em frente à praça, esta última coberta por relva verde. Hospeda-se com uma família e admira-se com a solidão do local e as preocupações dos colonos com a educação dos filhos.

Fachinal de Santa Cruz é decerto solitário! Quando, no dia 14 de março de manhã cedo, saí para a frente da casa, parecia ter diante de mim todo um mar de ondas de mato, especialmente à esquerda, e tão verde-azul, tão extenso como a imensa superfície do oceano, em formas gigantescas e elevações, mas com a mesma profunda solidude e fascinante monotonia. Para todos os lados, um oceano de matas! Nenhuma torre brilha a distância, nenhuma aldeia, nenhuma casa. Apenas um lugar, cuja coloração poderia lembrar a cultura do solo. Só a fumaça que sobe lentamente de alguns pontos, anuncia que audazes agricultores já se estabeleceram no vale solitário, que do caos da natureza selvagem brotará uma cultura policiada! (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 169)

Tal paisagem natural é profusamente narrada pela variedade da fauna e flora locais como as grandes copas das árvores, os papagaios, os guinchos dos macacos. Por outro lado, são comparados ao estado natural e primitivo, bem como a sensações como a brutalidade e o desespero. Mas ao ouvir, ao longe, o canto de um galo, Lallemant enfatiza o seu significado simbólico como “...a morte da floresta e a vida da civilização” (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 173). Porque o galo canta sobre a cerca da casa do colono e anuncia o espaço do homem que conquista gradativamente a floresta. A associação da metáfora do galo, de um animal domesticado, representando toda a cultura do homem, é desta maneira colocada novamente em contraste com a natureza, bela e magnífica em sua contemplação, mas também perigosa, inóspita, bruta e oposta ao conceito de civilização.

Ao regressar de seu passeio na floresta, comenta sobre o aspecto animado da praça, espaço de transações comerciais. Os colonos alemães chegam a cavalo com alforjas carregadas de produtos como milho e feijão e ali efetuam suas vendas e também compras de outros mantimentos. Descreve os sobrenomes alemães como Müller, Schultz, Meyer, entre

outros e as crianças, meninos e meninas de cabelos louros que com grande habilidade conduzem eles próprios os cavalos. Após o meio dia, Lallemand prossegue sua visita à Colônia em direção à picada do Rio Pardinho, localizada a sudoeste do Fachinal. É uma região mais “montuosa” e o acesso à localidade torna-se cada vez mais precário. As colônias,⁷ ou propriedades de terra dos colonos, estão dispostas de forma perpendicular às estradas, enfileiradas lado a lado, com medidas de 100 braças de frente e 1500 braças de fundos (182 metros x 2.743 metros).

Sobre a picada (caminho) de Rio Pardinho, há muitas observações valiosas. Em alguns lugares, a floresta já havia desaparecido completamente, à exceção das palmeiras, as quais aparentemente os alemães respeitavam como símbolo de sua nova pátria. São as palmeiras e as culturas verdes, como a do milho, que se sobressaem em uma paisagem natural devastada por incêndios provocados para abrir espaço para as lavouras. Em todos os locais, restos de árvores carbonizadas, motivo pelo qual é preciso muito tempo para que uma propriedade possa dar sinais de “repouso” e de uma certa “amenidade exterior”. Ao passar pelo Rio Pardinho, cujo nome também denomina toda a localidade da picada, o descreve como artéria vital, que infelizmente, não apresenta condições de navegabilidade. O nível de água, baixo, preocupa Lallemand, visto que o contínuo desmatamento ao longo de todas suas margens pode trazer ainda mais prejuízo ao abastecimento do rio. Por outro lado, em épocas de chuvas, é um rio que pode ser considerado “mau vizinho”, pois está sujeito a grandes cheias e à interrupção total dos meios de transporte da Picada. Ao longo do seu itinerário, encontra-se com muitos colonos alemães provenientes da Silésia e da Pomerânia, aos quais faz perguntas para obter uma visão mais completa do quadro da administração local. Hospeda-se em casa de um deles, e os chama todos de “boa gente”, estranhando o fato de que, mesmo à noite, não se fechava porta alguma da casa. Na manhã seguinte, prossegue sua viagem, sempre referindo-se a lavouras viçosas em meio a florestas verdes e carbonizadas, tudo acompanhado pela mais profunda solidão. Inicia uma subida íngreme e difícil em direção à picada de Santa Cruz, localizada no dorso da serra. Enquanto que no vale do Rio Pardinho a floresta é destruída e queimada de baixo para cima, na Picada Santa Cruz a lavoura se estende de cima para baixo, ainda que entre as duas picadas permaneça uma grande faixa de matas nativas. Contudo, logo percebe vantagens na picada de Santa Cruz por tratar-se de uma estrada larga e carroçável, que, percorrendo ali um divisor de águas, constitui também a principal via que liga o Jacuí (e Rio Pardo) ao norte do Estado. É a ligação

⁷ O termo colônia refere-se a um território que é ocupado e administrado por determinado grupo de indivíduos que detenham poder militar ou então representantes do governo de um país ao qual esse território não pertencia originalmente. Neste texto o termo colônia é entendido simplesmente como lote individual ou então conjunto de lotes de determinado território.

em direção a Nossa Senhora da Soledade do Passo Fundo, onde mais adiante passa pelo Rio Uruguai, seguindo, então, em direção à Província do Paraná até São Paulo.

Para Lallemand, passear pela Picada de Santa Cruz a cavalo é um prazer, pois pode perceber as prósperas colônias, ao mesmo tempo em que contempla as florestas situadas no vale abaixo. Segue até a localidade de Boa Vista, onde é possível enxergar a paisagem até oito ou dez milhas de distância. Ainda que saliente que o "...onipotente "faça-se" da cultura ainda não tenha penetrado ali" (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 179). Ao voltar para o Fachinal, é pego pelo entardecer e comenta as dificuldades do retorno em meio a uma noite escura, cercado pelas matas densas. Na outra manhã, segue visita a uma terceira picada, ou Linha Josefa (atual município de Vera Cruz), onde espera conhecer o S.r. Johann Marin Buff, diretor da Colônia. Seguindo em direção oeste, atravessa novamente o Rio Pardino e chega a um vasto campo onde estão edificadas cabanas provisórias, cuja função era receber colonos recém-chegados. Nas proximidades, estavam sendo realizadas as medições de terra pelo diretor da Colônia, que apesar de estar ali instalado provisoriamente, tinha sua residência fixa em Rio Pardo. Johan Martin Buff não causa boa impressão em Avé Laliement. O descreve como velho soldado, chegado ao Brasil em 1829, e aborreceu-se pela maneira como a Colônia de Santa Cruz é administrada. Para Lallemand, os homens ali vencem com o seu trabalho e nada devem à administração (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 180).

Ao regressar novamente ao Fachinal, dá por encerrada a sua visita às Colônias e faz muitos apontamentos valiosos. Cita o ano de 1849 como o de fundação da Colônia de Santa Cruz, com destinação de oito a dez léguas quadradas para o estabelecimento de imigrantes alemães. Ainda que, dentre estes, muitos tenham mostrado grande aptidão e flexibilidade para lidar com o novo meio, outros não estavam, de forma alguma, preparados para desbravar a mata virgem. Diz ter conversado com estes últimos, amargurados e arrependidos por terem confiado nas palavras dos agentes de emigração. A Colônia foi um espaço de grandes lutas e esforços e necessitava de maiores atenções e assistência, motivo pelo qual Lallemand destaca o nome de Cansação de Sinimbu. Cansação, então presidente da Província do Rio Grande do Sul, também visitou a Colônia de Santa Cruz procurando auxiliá-la e protegê-la com a certeza de que seria vigorosa e próspera como a de São Leopoldo, fundada na segunda década do século XIX.

Ao fazer um relato geral das colônias visitadas em 1858, Avé Lallemand diz que havia uma previsão original de recebimento de 2.000 colonos, mas o número de habitantes já excede a 2.500. Entre estes, muitos receberam emolumentos do governo, mas também muitos não receberam subsídio algum. Ao perguntar aos colonos qual o prazo necessário, após a derrubada da mata, para começar a viver das lavouras, recebe a seguinte resposta: "Depois de um ano, muito bem." (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 184). A este respeito, cita a prosperidade de alguns dos colonos locais, ainda que saliente suas queixas. Neste período,

também não há assistência médica e os colonos estão inteiramente abandonados. Há os riscos das picadas de cobra como as jararacas. Ouve também reclamações sobre a solidão dos colonos e as dificuldades para encontrar uma esposa. Discorre também sobre outras questões relacionadas às más estradas e ao risco que representam para os animais de cargas e para o transporte de produtos. As pontes são efetivamente construídas pelo governo, mas afirma que muitas das obras não são realizadas corretamente. Em relação à escola, refere-se às grandes distâncias a serem percorridas e a certa indolência dos pais que se desculparam em não encaminhar os filhos devido às necessidades do trabalho. Relata, inclusive, o trabalho realizado por crianças na roça ou seus múltiplos afazeres domésticos. Por isso, parece perceber uma espécie de coragem nativa, pois conta que, apesar da Colônia nada ter sofrido dos bugres (indígenas), são comuns os ataques de onças a animais domésticos como os cachorros. Para Avé-Lallemant uma boa parcela dos problemas da colônia está relacionada a uma má administração realizada pelo diretor da Colônia. Conclui por um prognóstico feliz para Santa Cruz, ainda que para esta, façam muita falta elementos importantes como a navegabilidade do Rio Pardinho e uma maior proximidade de Porto Alegre.

6.5 As marcas do desenvolvimento na paisagem rural

A chegada dos colonos ocorreu em uma região desabitada do Estado, e é possível imaginar, pelas descrições anteriores, os conflitos e as expectativas de ordem pessoal a que estiveram expostos. De um lado, vinham na condição de proprietários da terra e esperançosos de um futuro melhor do que lhes reservava seu país de origem. Por outro, uma natureza bela, pródiga, mas ao mesmo tempo desconhecida e selvagem, o isolamento da colônia, as aflições para o atendimento das necessidades mais imediatas, como a habitação e alimentação.

A partir da metade do século XIX, na economia nacional, o contexto era o da produção e de comercialização do café, ao lado do início das primeiras manufaturas e da industrialização de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. As políticas de imigração realizadas no Sul do Brasil favoreceram a inserção da economia colonial aos recentes mercados capitalistas. Com o passar do tempo, e com a produção de excedentes, a Colônia passou a ser percebida como mercado de compra de produtos manufaturados e industrializados, mas também como fonte de matérias-primas ou produtos alimentares. Para Silveira (2007, p. 146), outras variáveis importantes foram a necessidade de os colonos saldarem suas dívidas no pagamento das suas terras e da aquisição de equipamentos a partir da produção de excedentes e de escolhas favoráveis em termos de rendimentos. Ao considerar também o tamanho da propriedade do colono e a capacidade de produtividade da terra, houve gradativamente a valorização de culturas que detinham maior importância comercial.

Portanto, estes aspectos determinaram que, em relação ao conjunto das colônias alemãs na região, houvesse uma gradativa alteração em relação a situações de venda de eventuais excedentes para outras voltadas à organização da produção para a venda. Os produtos como batata, milho, feijão, destinavam-se à subsistência do colono e ao consumo local, enquanto outros, como fumo e a banha, poderiam ser comercializados no mercado nacional ou mesmo internacional. (SILVEIRA, 2007).

Para Cunha (1991, p.163), a administração colonial e os comerciantes tiveram papéis de destaque para o desenvolvimento e posterior especialização das lavouras de fumicultura. A administração utilizou-se de meios diretos e indiretos para estimular a produção do tabaco: a distribuição de sementes, informações técnicas sobre o cultivo, melhoramento das vias de transporte, estímulo ao desenvolvimento do comércio, entre outros. Conforme Silveira (2007, p. 154), este contexto acabou por especializar, a partir de 1881, as áreas coloniais da região de Santa Cruz na cultura do fumo em folha. Esta especialização, ao lado de fatores como as características fundiárias e o meio natural, influenciou a formação da paisagem percebida no Município e na região.

A cultura do fumo desenvolveu-se em Santa Cruz, de onde, pouco a pouco, se estendeu para a periferia, para colônias mais recentes, como Candelária, fundada em 1863, Sobradinho, instalada em 1901, e numa parte do município de Cachoeira (distrito de Agudo). Foi ela que transformou as linhas de edificações das chácaras isoladas e das povoações: ao lado de cada casa eleva-se o barracão de fumo, secadouro de largas aberturas, cuja ventilação é regulada por lâminas de madeira que se podem orientar. Ocupa as melhores terras e a maior parte da área cultivada. (ROCHE, 1969, p. 184-185)

De 1859 em diante, ao lado do rápido desenvolvimento econômico, ocorre um progressivo aumento na população das áreas coloniais. Este é ocasionado pela continuidade na chegada de novos imigrantes e também pelo próprio crescimento demográfico. Este expressivo aumento populacional contribuiu também para o início da formação de um mercado local. No começo do século XX Santa Cruz, conforme a tabela 05, já apresentava 23.158 habitantes, superando o município de Rio Pardo.

Tabela 05: Evolução da população em Santa Cruz do Sul e Rio Pardo

Cidades	População total				
	1859	1872	1890	1900	1920
Rio Pardo	7.023	11.571	21.320	22.478	30.400
Santa Cruz	2.732	7.310	15.536	23.158	37.500

Fonte: adaptado de Silveira (2007, p. 147)

A prosperidade econômica e o crescimento da população foram acompanhados também pelas alterações político-administrativas. De Distrito de Santa Cruz, pertencente a Rio Pardo, a Colônia foi elevada a Vila de Santa Cruz pela lei provincial nº 1079, de 31 de

março de 1877. Deste período até 1905, o Município possuía três distritos, dois criados por ato municipal (Distrito Sede, Pinhal e Estância) e um por lei provincial (Distrito de Vila Thereza, atual Vera Cruz). Em 1905, o decreto estadual nº 837, de 19 de novembro, eleva a Vila de Santa Cruz a condição de cidade. Já em 1911, o Município apresenta seis distritos constituídos pela Sede, Estância, Herval, Monte Alverne, Pinhal e Vila Tereza. Em 1923 e 1924, são criados, também por ato municipal, os distritos de Sinimbu e Trombudo (atual município de Vale do Sol). A partir deste momento, vai ocorrendo uma série de alterações político-administrativas, e o Município vai, gradativamente, perdendo a maior parte de sua extensão territorial pela formação de novos municípios.

O mapa da figura 59, realizado em comemoração ao primeiro centenário da Independência do Brasil, foi elaborado por ordem do intendente municipal Gaspar Bartholomay e produzido pelos engenheiros Carlos Trein Filho e Oscar Jhanke. Neste mapa (de 1922), pode ser vista a delimitação municipal (limites definidos pela hachura em cor rosa), bem como dos sete distritos (limites em hachura verde) e das linhas e picadas existentes (hachuras amarelas). O mapa traz também informações valiosas, como a localização dos elementos naturais (arroyos, áreas de mata), as coordenadas geográficas e elementos de infra-estrutura. Entre estes últimos, a localização de estradas, ferrovia, igrejas protestantes e católicas, cemitérios, escolas, moinhos, pontes, centro de telefone e telégrafo entre outros. É também um mapa que apresenta, de forma detalhada, a localização e a disposição das propriedades (minifúndios), bem como da formação de povoações como as de Rio Pardinho e Linha Santa Cruz, ou da atual cidade de Vera Cruz, que compõem também o entorno da paisagem urbana de Santa Cruz do Sul. No seu conjunto, pode-se afirmar que, mesmo na contemporaneidade, estas marcas das delimitações territoriais seguem atuando como condicionantes sobre o desenvolvimento da paisagem rural e urbana.

Em relação as principais vias que conectam a cidade de Santa Cruz (nº 1) com o seu interior e outras localidades, pode-se observar que a principal estrada de ligação da sede urbana continua sendo com Rio Pardo (nº 5), seguida em importância pela linha ferroviária (nº 6). A linha ferroviária entre Porto Alegre e Uruguaiana chegou a Rio Pardo em 1883, conectando-se posteriormente com Santa Cruz do Sul em 1905, com a inauguração da estação ferroviária. Outras estradas numeradas no mapa (nº 2 e nº 3) são, respectivamente, as antigas picadas de Linha Santa Cruz e Rio Pardinho, e que foram sendo estendidas ao interior do Município em direção a Monte Alverne e Sinimbu.

Neste sentido, o modelo da propriedade rural, aberto ao longo de estradas conhecidas como picadas, linhas e travessas (denominadas, em alemão, de “*Schneise*”, ou então, pela adaptação do termo no idioma português como “*pikade*”) são marcas típicas da paisagem rural na região de imigração e lhe conferiram uma organização socioespacial distinta.

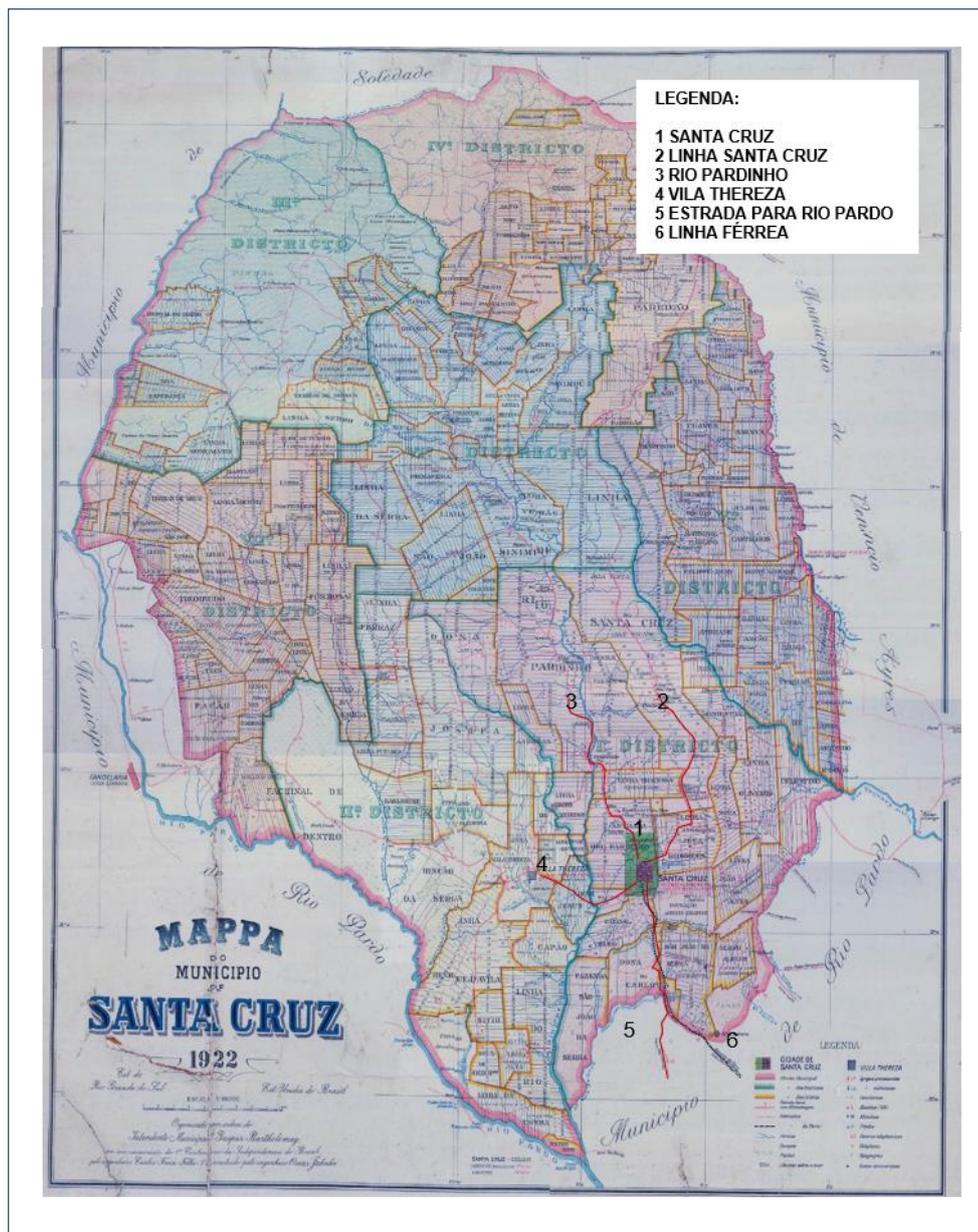


Figura 59: Mapa do município de Santa Cruz em 1922
 Fonte: Elaborado pelo autor com base em mapa Heuser (2017).

De acordo com Weimer (1992, p. 63), a delimitação das picadas foi realizada por engenheiros e agrimensores responsáveis pelo planejamento de abertura de caminhos lineares na floresta subtropical. A picada foi, portanto, uma marca de penetração e ocupação no território sendo que, de maneira paralela a implantação dos caminhos e das vias, foram demarcados os lotes sorteados ou vendidos aos imigrantes. Conforme lembra Etges et al. (2004), as linhas coloniais se caracterizaram por seguir, normalmente, os fundos de vales fluviais ou mesmo de divisores de água. Já os lotes, estreitos e profundos, estendem-se ao longo das linhas e esta forma de ocupação gerou um habitat disperso em termos de povoação ao mesmo tempo em que corresponderam a formação de um sistema de vizinhança muito particular. Neste aspecto, os estudos de Weimer (1992, p. 105) apresentam os interesses

comuns dos colonos na construção de obras como igrejas, escolas, cemitérios ou casas comerciais (conhecidas como “vendas”), comumente localizadas no entroncamento das picadas. Desta maneira, a linha ou picada, passava a destacar-se também como elemento organizador e orientador da vida comunal e haviam estreitas relações de vizinhança baseadas na cooperação e no auxílio mútuo.

Nos estudos realizados por Bittencourt (2009, 2014), a paisagem de Rio Pardinho é muito particular pois estende-se ao longo de uma estrada paralela ao rio e tem como característica básica o povoamento em forma de uma Strassendorf (aldeia ao longo de uma estrada). É, portanto, um raro exemplo de urbanismo linear, ao mesmo tempo em que apresenta um extenso acervo de bens culturais e naturais, constituindo-se, em seu conjunto, um patrimônio a ser preservado.

As delimitações das propriedades (lotes) utilizaram, primeiramente, o empilhamento de pedras areníticas ou basálticas para a formação de muros. Mais tarde, as cercas foram também construídas com postes de madeira e arames. Os muros de pedra, ainda existentes e visíveis na paisagem rural, são delimitações das antigas propriedades rurais. Já as atividades exercidas em cada lote, segundo Weimer (1983), expressam diferentes adaptações culturais. Em termos gerais, os lotes coloniais apresentam, conforme a figura 60, um núcleo constituído pela casa principal (em preto) e uma edificação menor ou cozinha, que é afastada da residência. Na proximidade imediata encontram-se, também, diversas outras edificações, construídas em madeira e dispostas em volta de um espaço aberto ou “pátio”. Estas construções destinam-se para o abrigo dos animais ou como suporte para a produção agrícola e constituem-se em celeiro, estábulo, paiol, forno, entre outras. Há que se considerar também que muitas destas necessidades eram novas para os imigrantes, como no caso do paiol de milho ou da moenda de cana. Em frente da residência ou em suas proximidades, situa-se o jardim e horta. Há ainda espaços destinados ao pomar, à lavoura e ao potreiro, bem como para a mata, esta última situada nos fundos da propriedade.

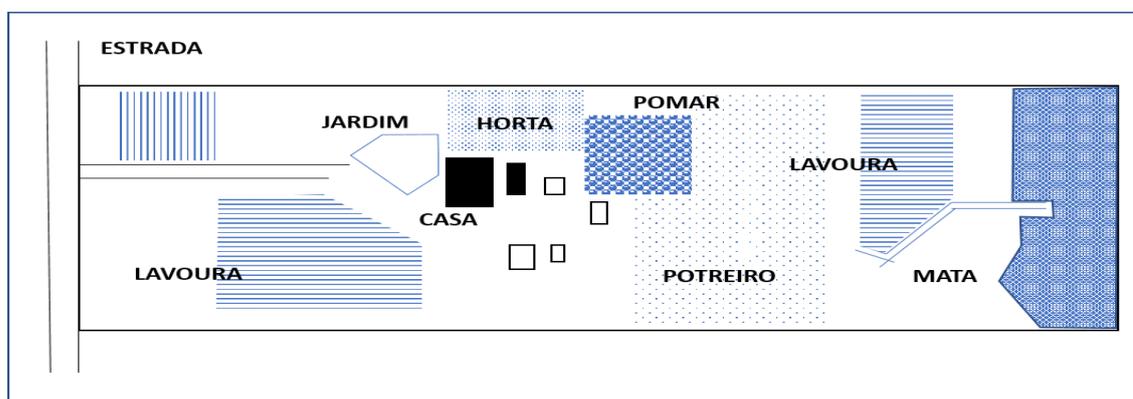


Figura 60: Modelo de organização espacial do lote colonial
Fonte: elaborado pelo autor com base em Weimer (1983).

O modelo da figura 60 ainda pode ser percebido na paisagem rural de Santa Cruz do Sul e da região do Vale do Rio Pardo. Há, contudo, que contextualizar-se algumas questões. As primeiras edificações realizadas pelos colonos foram ranchos provisórios. Neste sentido, e para Weimer (1983), Avé-Lallemant cometeu um equívoco ao associar a permanência das palmeiras com a identificação do imigrante pela nova pátria. As palmeiras, para Weimer (1983), tiveram suas folhagens utilizadas para a construção das primeiras coberturas dos abrigos e posteriormente dos ranchos provisórios que foram realizados pelos colonos. Neste sentido, e para Cunha (1991, p. 133), as primeiras habitações dos colonos denominavam-se de “*lehnhütte*” e foram construídas com materiais disponibilizados pela própria natureza (madeira das matas, argila) e uso de tecnologias primitivas. Destas primeiras habitações provisórias, contudo, não há registros físicos. As primeiras residências definitivas foram realizadas somente de dez a trinta anos após a chegada dos imigrantes. Neste momento, surgiram em Santa Cruz do Sul construções em ⁸enxaimel (*fachwerkbau*). Há evidências que demonstram que as primeiras coberturas foram realizadas com telhados de caibros e tábuas (*shindeln*), estas últimas substituídas mais tarde pelas folhas de flandres (ferro zincado).

As construções em enxaimel apresentaram também diferentes fases, de acordo com a disponibilidade de material. As mais antigas tiveram seus tramos de madeira preenchidos com taipa. Posteriormente, foram utilizados também pedras e tijolos para vedação da estrutura. A terceira fase das habitações, após as construções em enxaimel, utilizou as pedras areníticas abundantes na região. Estas edificações foram construídas, muitas vezes, a partir da cooperação coletiva e em mutirão. Utilizaram pedras do tipo grês (que apresenta leve coloração rosa), aparelhadas e rejuntadas com argamassa de barro ou areia e cal.

Ainda que as edificações em enxaimel sejam atualmente raras, existem exemplares no interior do Município e, mesmo mais próximo ao centro urbano, em Rio Pardinho e Linha Santa Cruz. Já as edificações construídas em pedra arenítica (também denominada pedra grês) são mais recorrentes e, com a prosperidade econômica do colono e sua família, muitas foram rebocadas, ou mesmo ampliadas posteriormente. Neste sentido, destacam-se as situações de permanência da edificação original no lote e de uma nova construção que é realizada em seu entorno ou mesmo adjacência. As edificações coloniais em pedra grês constituem o exemplo mais abundante desta paisagem histórica e são encontradas no interior do município, destacando-se pela sua cor rosada ou avermelhada.

Na figura 61, estão duas paisagens típicas. A primeira registra o modelo de organização espacial original da propriedade rural. Neste exemplo, em Rio Pardinho, a casa mais próxima da estrada é uma edificação da década de 40/50 do século passado, construída

⁸ Enxaimel ou *Fachwerkbau* é uma edificação estruturada por um tramado de madeira composto por peças horizontais, verticais e diagonais. As peças são encaixadas entre si de maneira a formar uma estrutura que pode ser preenchida com materiais como taipa de barro, pedras e tijolos. (nota do autor)

à frente da primeira casa, original, e que é em pedra grês. Podem-se perceber também, ao lado direito das casas, as outras edificações, como celeiros e estábulos construídos em madeira e cobertos por telhas do tipo marselhesa. Na fotografia seguinte, pode-se ver a imagem de um galpão de fumo, utilizado para secagem e construído em tijolos. São construções que ainda estão em uso e podem ser típicas na paisagem local e regional.



Figura 61: Organização espacial de uma propriedade agrícola em Rio Pardo
Fonte: acervo pessoal (foto de 2017).

Enquanto uma das práticas culturais e econômicas mais antigas da região, a produção do fumo também utilizava a mão de obra familiar, incluindo idosos e crianças. Há, no processo de produção tradicional do fumo, a preparação de sementeiras, o transplante e o cultivo, este último realizado normalmente entre os meses de fevereiro até abril. Ao longo deste período também ocorrem práticas que envolvem manejo do solo, o constante combate às pragas, a proteção contra eventos climáticos entre outros. Após esta primeira etapa, é realizada a colheita de forma manual, e as folhas, no período colonial, eram levadas em carroças até o galpão de secagem. No galpão de secagem as folhas são penduradas por um ou dois meses com o cuidado de evitar a umidificação. Após este tempo e a completa secagem das folhas, estas são classificadas e então vendidas para casas comerciais ou, atualmente, para as indústrias. Nas indústrias ou estabelecimentos comerciais, o fumo passa por um processo de cura ou fermentação que pode durar aproximadamente dois meses. Após este último processo, há nova classificação das folhas, que são então enfardadas em grandes pacotes comercializados no mercado nacional ou internacional.

O ambiente e o contexto social e cultural de inserção dos imigrantes alemães à sua nova região, para Martins (1979, p. 25), contribuiu muito para a percepção da necessidade de colaboração mútua. Colaboração esta que se estende ao vizinho, em uma relação de reciprocidade, mas também para as formas associativas da comunidade voltadas à resolução de problemas. É preciso realizar por conta própria, e ser independente, autônomo, mas

também compreender a necessidade de apoio e envolvimento da coletividade. Por outro lado, e na própria carga cultural dos imigrantes estava vinculada a “verein”, usualmente empregada para significar a associação, união ou vinculação a diferentes tipos de sociedades. De maneira que:

Transmitiram conhecimentos trazidos da Europa; novas técnicas de construção empregaram como o “Fachwerk”; danças e canções de cavalaria, dos Ulanos, de Atiradores, dos “Stechklub” ou “Stechverein”, isto tudo, é verdade, bastante mais tarde, mas o imigrante alemão e seus descendentes sempre gostaram de música. Métodos precisos de trabalho fizeram produtivos os minifúndios. As carroças de quatro rodas começaram a percorrer nossas estradas... (MARTINS, 1979, p. 25)

A partir dos dados estatísticos de 1854 do relatório de Buff, transcrito por Martins (1979, p. 98) podem-se levantar também outras considerações. Naquele ano, já havia um total de 958 pessoas ocupando a Colônia, dos quais 815 são estrangeiros ou imigrantes, na maior parte, provenientes do que era território alemão. Entre as profissões declaradas, em torno de 60 por cento são lavradores, mas há também carpinteiros, ferreiros, marceneiros, fabricantes de moinhos, padeiros, vidraceiros, funileiros, sapateiros, pedreiros, negociantes, alfaiates, mecânicos entre outros. Há também indicações de outras profissões ou ofícios, como músicos, ecônomos, militares. Neste sentido, duas questões devem ser salientadas. Desde o início da formação da Colônia, e no caso de Santa Cruz, não haviam somente agricultores. Muitos exerciam atividades que exigiam conhecimentos e habilidades técnicas específicas. Por outro lado, é preciso frisar também que a povoação, nunca foi exclusivamente ocupada por alemães.

Conforme visto, a ocupação histórica da região e o contexto de inserção da povoação propiciaram muitas oportunidades de encontros e trocas culturais já à época de chegada dos imigrantes. Este fator contribuiu, em muitos sentidos, para a sua adaptação em solo estrangeiro. Há relatos orais, por exemplo, de ervas medicinais utilizadas pelos colonos, e que anteriormente já eram conhecidas pelos indígenas para doenças como asma, bronquites, febres. Por outro lado, as influências de outras culturas europeias, como a portuguesa, sempre estiveram presentes, em especial pela proximidade com Rio Pardo. Além das propriedades já existentes (sesmarias e terras doadas a João Farias da Rosa, Gregório da Silveira, entre muitos outros) as próprias ações de delimitação territorial e planejamento partiram de ações do governo provincial. Foi a partir de Rio Pardo que se estabeleceram, também, as primeiras relações administrativas da Colônia e, posteriormente, as trocas comerciais.

A vida cultural dos imigrantes alemães deve considerar também a variedade e a particularidade de locais de sua região de procedência. Não formavam entre si mesmos um grupo homogêneo. Havia diferenças religiosas e mesmo idiomáticas, ou de costumes, entre

grupos que migraram de regiões muito diferentes entre si, como a Prússia, a Renânia ou a Silésia, entre outras. A soma destes aspectos, e das relações e intercâmbios sociais nesta fusão de culturas exigiria um estudo específico, muito mais aprofundado. Pretendem-se salientar os aspectos que se consideraram mais relevantes em termos de caracterização de hábitos, costumes, práticas, religiosidade, festividades, ou então, das tradições que estão associadas à cultura alemã. Esta caracterização envolve um conjunto de práticas socioculturais que contribuíram para formar uma imagem histórica e cultural da paisagem relacionada ao processo inicial de colonização e imigração. Muitas destas persistem ou transformaram-se, conforme novos contextos e influências recebidas pela continuidade do desenvolvimento de Santa Cruz Mas, ainda assim., estas marcas culturais podem ser percebidas como legados da memória, em boa parte ainda viva e presente, que contribui para particularizar as relações de identidade históricas existentes, e que se mantêm ativas, especialmente, no interior do Município.

Em relação ao idioma, e segundo Fausel (1961, p. 03), a imigração trouxe consigo vários dialetos, e não havia, portanto, desde o início, uma homogeneidade da expressão linguística. A partir da exemplificação do caso de São Leopoldo, e para este autor, os próprios grupos de imigrantes e seus descendentes tiveram evoluções linguísticas diferenciadas.

[...]os colonizadores e pioneiros continuaram desembrenhando a mata virgem e abrindo novas colônias, levando consigo a velha herança linguística e cultural; o segundo grupo, de moldes diferentes, transformou-se nos futuros comerciantes e industrialistas da capital crescente e entrou em contato contínuo com a vida econômica e, no curso do tempo, também política e cultural do país inteiro; enquanto que os restantes, muitos artesãos e a classe média da pequena vila, ficaram e por muito tempo vacilaram entre as duas formas de vida. (FAUSEL, 1961, p. 02)

Os imigrantes, desde o momento em que chegaram ao novo país, traziam em sua bagagem cultural uma extensa variedade de padrões linguísticos relacionados à sua situação social e, forçosamente, entraram em contato com um meio físico e grupos culturalmente diferentes. Para Júnior Oberacker (1957, p. 01), o meio físico e a necessidade de expansão do vocabulário, ao lado da assimilação cultural, acarretaram na transformação e construção de muitas palavras novas, bem como uso simultâneo de outras em português. Mas há também que se considerar que o alemão escrito, amplamente difundido por meio da publicação de livros escolares, anuários, jornais e mesmo revistas e livros importados, também se manifestou na formação e na continuidade de uso do idioma.

Para Fausel (1961, p. 05), o alemão escrito, predominantemente na forma culta, contribuiu para conservar e aumentar o vocabulário. Em Santa Cruz do Sul, por exemplo, o jornal “Kolonie”, fundado em 1891 e editado em alemão, foi considerado um dos mais importantes periódicos fora do eixo Porto Alegre e São Leopoldo. Somente durante um curto

período, e ao longo da Primeira Guerra Mundial, o jornal foi publicado em português. Mas, já em torno da segunda década do século XX, voltou a ser publicado em alemão, tendo uma tiragem de aproximadamente três mil exemplares. O jornal encerrou suas atividades no começo da Segunda Guerra Mundial devido à campanha de nacionalização que foi realizada no governo de Getúlio Vargas e que proibiu o uso de idiomas estrangeiros. O “Kolonie” foi substituído, então, em 1945, pelo jornal Gazeta de Santa Cruz, posteriormente denominado Gazeta do Sul, e que é, na atualidade, também o maior jornal em circulação na região do Vale do Rio Pardo. Mas, segundo Fausel, todo o alemão escrito e falado transformou-se em uma força viva do idioma nas comunidades, bem como da cultura local. O alemão escrito também se inseriu, em Santa Cruz do Sul, a partir da ampla utilização de livros escolares e almanaques (coletâneas de assuntos diversos), bem como da importação de livros e outras publicações técnicas como dicionários etc.

O alemão falado, por outro lado, foi o idioma predominante na casa de descendentes de imigrantes até, pelo menos, a campanha de nacionalização em 1941. Esta teve impactos culturais significativos em todas as regiões de imigração do Estado, especialmente a italiana e a alemã. Até aquele momento, ainda havia um expressivo número da população em Santa Cruz do Sul que não utilizavam o português, muitas vezes, por desconhecimento. Havia sido educados em um contexto onde a própria formação escolar foi oportunizada no idioma alemão. Ao mesmo tempo, também não associavam a este fato qualquer dúvida de sua nacionalidade brasileira. Mas, paralelamente, ocorreram também outras situações. Houveram muitas resistências deliberadas ao emprego do idioma português por questões identitárias e culturais. Após a Segunda Guerra Mundial, a língua alemã continuou sendo utilizada em um nível mais privado, relacionado à vida familiar e relações pessoais mais próximas. Contudo, houve a diminuição gradativa do seu emprego mesmo neste nível doméstico. Atualmente, ainda que em menor escala, o idioma ainda é conhecido e utilizado pelos descendentes e é mais recorrente em localidades como os distritos de Santa Cruz do Sul e municípios de menor porte, como, por exemplo, Candelária, Sinimbu e Vale do Sol. Um aspecto idiomático peculiar, neste sentido, são as questões de léxico e de pronúncia da língua portuguesa que podem ser observadas na acentuação das palavras ou, então, pelo “sotaque” muito característico. Mais recentemente, as ações educativas realizadas em escolas públicas municipais de Santa Cruz do Sul, e mesmo privadas, passaram também a oportunizar o ensino do idioma alemão ao lado do inglês.

Um dos aspectos idiomáticos que podem ser percebidos na paisagem de Santa Cruz do Sul é a denominação de localidades em língua alemã. São marcas de apropriação do território e, apesar de parte destas denominações estarem em desuso, ainda assim são reconhecidas pela memória da população local. É o caso de *Alte Pikade* (traduzido por picada velha e que é atualmente a Linha Santa Cruz) e *Neue Pikade* (picada nova, ou então, distrito

de Rio Pardinho). Entre estas duas localidades, em uma reta que as conecta no sentido oeste-leste, está a *Querpikad*, conhecida também por Linha Travessa. Paralelamente à Linha Santa Cruz, ao leste, encontra-se a *Oesterreich Pikade*, ou Linha Áustria, e, em Rio Pardinho, a Linha 07 de Setembro é ainda conhecida por *Fingerhut*. Há uma infinidade de exemplos, no interior do Município, de nomes alemães dados às estradas, linhas ou elementos naturais. Também na Cidade, encontram-se muitas denominações, e entre elas, as que são utilizadas para as estradas de acesso em direção a Santa Cruz do Sul. Por exemplo, a “...subida do acesso Graesel”, que era chamada de *kässchmier Pikade*. Esta, mais tarde passou a ser denominada pelo nome atual “Graesel”, devido ao salão de baile da família residente no local. Ou de Linha João Alves, que foi conhecida também como *Rettings Pikade e Deutsche Pikade*. João Alves, conforme Müller (1999, p.52), foi também o primeiro delegado da Povoação de São João de Santa Cruz, entre 1860 e 1864, motivo da nomenclatura atual. Ou, ainda, os rios e arroios que passam pela cidade, como o Arroio das Pedras (Steinbach), até uma propriedade específica ao longo de uma rua sem saída, como o corredor Frey (ou *Freier Eck*, que significa canto dos Frei). As denominações dos nomes alemães para as localidades são uma recorrência e uma marca da cultura local, ainda que haja, na atualidade, diferentes traduções ou (re) interpretações em outros contextos.

Fausel (1961, p. 07) discorre também sobre a importância da religião, bem como da vinda dos “*Brummers*”, para o cultivo de um alemão mais padronizado, especialmente nos centros urbanizados. Em relação ao primeiro aspecto, os imigrantes trouxeram a religião protestante, e à época de sua chegada, a religião oficial no Brasil era a Católica. Por ocasião da fundação do Sínodo Rio Grandense (Igreja Evangélica Luterana), realizada em São Leopoldo em 1886, a comunidade de Santa Cruz do Sul já estava representada a partir do pastor Friederich Hildebrand. Ao mesmo tempo, havia também a vinda de padres provenientes da Alemanha. Estes dois aspectos oportunizaram a realização de cultos e missas no idioma alemão e português. No caso da Igreja Protestante ou Evangélica, essa tradição se perpetua até a atualidade em muitas igrejas do interior do Município, e mesmo em algumas ocasiões especiais na Igreja Sede, localizada em Santa Cruz do Sul. Envolvem também outras questões culturais, como as festividades, ritos, procissões, hinários religiosos e as músicas tradicionais utilizadas pela comunidade. Em relação à música, por exemplo, é comum a existência de coros masculinos, femininos e mistos ou mesmo eventos específicos voltados ao encontro de corais. As Igrejas também sempre tiveram um papel muito importante na comunidade por meio de suas associações, entre elas, as de caráter benemerente.

Para Martins (1979, p. 136) não houve, nos primeiros anos da colonização, problemas relacionados a conflitos entre as duas religiões. As diferentes localidades eram habitadas tanto por católicos quanto por evangélicos. Contudo, também deixa antever que posteriormente à fase de implantação da Colônia, houve problemas. De fato, evangélicos e

católicos, bem como padres e pastores, tiveram interesses comuns relacionados ao desenvolvimento da Colônia. Ao mesmo tempo, as diferenças na fé transformaram-se também em animosidades e divergências pessoais. Neste aspecto, permanecem relatos na comunidade de Santa Cruz do Sul, tanto em áreas urbanas ou rurais, dos casamentos não realizados ou de amizades desfeitas, por exemplo, em virtude das desavenças religiosas. Estas animosidades foram, de maneira geral, persistentes até a primeira metade do século XX, aproximadamente. A este respeito, existem denominações históricas para alguns espaços próximos a cidade de Santa Cruz do Sul, e que são utilizadas ainda, por moradores mais antigos de Linha Rio Pardo e Linha Santa Cruz. A primeira Linha corresponderia, em alemão, ao *Evangelische Eck* (canto ou lugar evangélico, no caso de Rio Pardo) e a segunda, ao *Católica Eck* (canto ou lugar católico, no caso de Linha Santa Cruz). As nomenclaturas revelam a apropriação simbólica e cultural que foi dada a certas localidades pelos seus moradores, em maioria composta por evangélicos ou católicos.



Figura 62: Antiga Igreja Evangélica e cemitério de Rio Pardo

Fonte: acervo pessoal (foto de 2017).

A Comunidade Evangélica de Rio Pardo surgiu a partir da realização de uma assembleia que reuniu 52 habitantes em março de 1866, na qual a primeira decisão foi a fundação de uma igreja/escola na localidade. Este fato é marcado, em frente à Igreja, com uma placa de homenagem ao lançamento da pedra angular em 17/04/1866. A obra, construída em pedra grês com argamassa de barro, é considerada uma das mais antigas igrejas evangélicas da América Latina (figura 62), mas atualmente não há mais uso da edificação. Ao lado da obra, foi construído também o Cemitério Evangélico de Rio Pardo e que é considerado patrimônio histórico pela Lei Nº 7.382, de 19 de Agosto de 2015. O cemitério, cercado por muros de pedra grês, tem também lápides altas construídas sobre os túmulos no mesmo material. As lápides são artesanalmente esculpidas e apresentam epitáfios na forma de homenagens ou mesmo frases e pensamentos poéticos escritos em alemão.

A importância histórica de Rio Pardinho e a sua proximidade com o centro urbano, levaram o Município a organizar um roteiro turístico que é apresentado como “Rota Germânica”. Neste roteiro, ao longo do eixo Rio Pardinho - Sinimbu, são destacados os pontos turísticos mais peculiares, como a Igreja Evangélica e o seu cemitério, o núcleo de Rio Pardinho com seu monumento (figura 63), a arquitetura local, restaurantes, artesanato e eventos ou a gastronomia típica.



Figura 63: Foto de Rio Pardinho e Monumento ao Imigrante

Fonte: acervo pessoal (2017).

Sobre a questão dos *Brummers*, Fausel (1961, p. 07) esclarece que estes foram membros da legião estrangeira no Brasil, que vieram contratados pelo governo brasileiro, em 1851, para lutarem na Guerra contra Oribe e Rosas. Após cumpridas as suas funções, muitos permaneceram no Brasil e instalaram-se em colônias onde exerceram muita influência cultural. Os *Brummers* tinham um nível educacional superior à maioria dos imigrantes alemães, e se transformaram em professores, redatores e também políticos. Para Assmann e Mazo (2012, p. 10), os *Brummers* chegaram em 1855 em Santa Cruz do Sul, tendo participação ativa na fundação da “Schützengilde”, ou então, prática de cavalaria e do tiro ao alvo.

As fundações de muitas sociedades de atiradores (*Schützenverein*), assim como outras sociedades, somente ocorreram a partir do momento em que os comerciantes obtiveram determinada prosperidade. Em Santa Cruz do Sul, surgiram sociedades de atiradores na própria povoação, em 1872; em Rio Pardinho, em 1882; em Linha Santa Cruz em 1884; em Sinimbu, em 1886, entre outras. Estas sociedades estavam profundamente vinculadas a sentimentos identitários e manifestações culturais alemãs e promoviam também a participação e a integração social entres diferentes membros da comunidade. A denominação “Deutscher Schützenverein” (traduzido por Sociedade Alemã de Atiradores) revela, por si, uma ideia de identidade étnica dos seus membros integrantes. Conforme Assmann e Mazo (2012, p. 32), as denominações passaram a incorporar mais tarde a

expressão “*Brasilianische*” (traduzido por brasileira) para representar a construção de uma nova identidade integrada à pátria.

As sociedades de atiradores promoviam, desta forma, uma boa parte de práticas esportivas, ou mesmo de contato social, e de outras atividades recreativas, como tiro, cavalaria e bolão. Havia também a promoção de eventos e outras festividades conhecidas por Schützenfest (ASSMANN E MAZO, 2012, p. 18), com eleições de “reis” e “rainhas” das festas, desfiles uniformizados, torneios etc.

O espírito associativo dos alemães, portanto, originou a formação de muitos grupos, associações, com fins esportivos, recreativos e culturais, dando origem às sociedades, entre as quais, mesmo na atualidade, podem se destacar: as Sociedades de Cavalaria, os Ulanos, os Lanceiros, Sociedades de Atiradores, Sociedades de Bolão. Entre algumas das festividades mais típicas e tradicionais, ainda recorrentes no interior do Município, estão os “kerbes” e as “quermesses”, realizados desde o começo da imigração. As quermesses são um tipo de festa, realizadas com comida, bebida, barracas de sorteio, jogos, danças e brincadeiras diversas, muitas vezes associadas a datas especiais ou então às Igrejas. Já os “kerbs” normalmente ocorrem em salões comunitários e são bailes realizados à noite com música, bandinhas, bebidas e comida e que tinham, originalmente, uma duração de três dias de festividades.

Em relação à gastronomia, existem uma diversidade de pratos típicos apreciados e ou conhecidos pela população local. Podem ser citados alguns mais característicos, como o chucrute, *Eisbein* (joelho de porco), *Hackepeter* (feito à base de carne crua e bem temperada), *Knödel* ou *Klöße* (bolinhos cozidos), porco no rolete, linguiças e salsichas, entre outros. Também na produção de bebidas, doces, bolos, salgados, tais como a cerveja artesanal, *marzipan*, a chimia (doce parecido com geleia e feito a partir de melaço e batata doce, ou frutas), folhados, tortas etc. Desta última categoria, quer-se fazer o registro de somente um produto, pois incorpora um exemplo de resgate e aplicação comercial de uma prática sociocultural. As cucas são também parte da culinária alemão, e procedem do termo “*kuchen*”. Não há registros precisos sobre a origem da tradição da produção das cucas em Santa Cruz do Sul, mas a receita mais conhecida é a *Streuselkuchen*, ou cuca de açúcar. As receitas tradicionais também podiam incorporar, comumente, frutas da estação, como uva, figos, laranja ou outros produtos como ricota, por exemplo. No contexto histórico e cultural local, a produção das cucas é uma prática que vem passando de geração em geração e as cucas sempre foram produzidas para o consumo doméstico e também para todo tipo de eventos, festividades e comemorações. A sua comercialização, em grande escala, contudo, é um fato mais recente. Com o passar do tempo, também as cucas foram se aprimorando e tornando-se cada vez mais sofisticadas. Atualmente, são tema de um evento tradicional denominado “Festa das Cucas”, realizado anualmente em um parque urbano localizado no centro da

Cidade. O exemplo de sucesso da comercialização de cucas, para além de representar simbolicamente o Município e parte de sua tradição alemã, também insere-se em um novo contexto: o da multiplicidade de sabores e de tipos de consumidores. Este aspecto incorporou à receita tradicional maior variedade e riqueza nas formas de seu preparo. Na figura 64, e em Rio Pardinho, apresenta-se um exemplo da manutenção da tradição de organização das quermesses e da venda de cucas caseiras.



Figura 64: As cucas e as quermesses: uma tradição local

Fonte: acervo pessoal (foto de 2017).

Antes da década de 70, especialmente, o Município e a região foram marcados pelo cooperativismo, que, em síntese, pode ser definido como a associação de pessoas ou grupos engajados na resolução de problemas comuns. O espírito cooperativista tornou-se uma forte base para a produção e distribuição de riquezas com objetivo de obtenção de vantagens comuns. Muitas destas edificações ainda são visíveis, como no caso da Cooperativa Agrícola Linha Santa Cruz e da Cooperativa de Rio Pardinho. As cooperativas foram criadas a partir das crescentes necessidades de beneficiamento e comercialização do tabaco. Mas também outras atividades agropecuárias estavam envolvidas, como o estoque de banha de porco. Também eram espaços de comercialização para os seus associados, disponibilizando a venda de diversos produtos como confecções, bebidas, ração, mantimentos (feijão, farinha de milho e trigo entre outros), vestuários, equipamentos e utensílios variados. Por este motivo, tiveram um grande papel histórico, social e econômico nas localidades onde foram instaladas.

A Cooperativa Agrícola de Linha Santa Cruz (figura 65), situada na Avenida Orlando Oscar Baumhardt (antiga Picada do Abel), foi oficialmente reconhecida, em 2010, como patrimônio arquitetônico (Projeto 48/E/2010) e é também considerada patrimônio histórico pela Lei Nº 7.382 de 2015. Em frente à edificação foi colocado um pequeno monumento e placa comemorativa com informações gerais como a sua filiação à União Sul-Brasileira de Cooperativas e a data de fundação ocorrida em 1913.



Figura 65: Cooperativa de Linha Santa Cruz
Acervo: acervo pessoal (foto de 2017).

As cooperativas, portanto, representam simbolicamente o espírito de apoio e cooperação entre colonos que procuraram solucionar os problemas coletivos e oportunizar a comercialização dos produtos agropecuários. A arquitetura segue um modelo colonial muito presente na paisagem rural, com telhados muito inclinados, e em duas águas (telhas tipo Marselha) e esquadrias em arco pleno. Na parte posterior da edificação, e nos anos 50, foi também construído um salão para realização de eventos diversos, como bailes e festas. Atualmente o prédio da antiga Cooperativa abriga outras funções, como as de posto de saúde e sede dos escoteiros.

Diferentemente de Rio Pardo, a Linha Santa Cruz, ou a antiga “Picada do Abel” está inserida, ao norte da cidade, em área mais alta e dentro do perímetro urbano. A antiga “picada do Abel” é atualmente denominada de Avenida Orlando Oscar Baumhardt. Esta avenida conecta-se, em sua extensão, com um dos principais eixos de acesso ao centro urbano, também conhecido por Acesso Grasel, e onde também passa o eixo rodoviário da RS 287 (Porto Alegre e Santa Maria). No ponto de cruzamento das três vias, existe uma rótula viária que atualmente está em reformulação para a construção de um viaduto. Nesta área, de maneira integrada à rótula, está localizado o primeiro monumento comemorativo da Imigração Alemã, inaugurado em 1949 (figura 65), e homenageando os cem anos de colonização. Posteriormente, na década de 90, foram também inauguradas duas estátuas alusivas à Festa da Oktoberfest. Este é um dos maiores eventos da cidade de Santa Cruz do Sul e os bonecos, denominados “Fritz e Frida”, representam a festa, mas também, de certa forma, as características locais da imigração e da cultura alemã.



Figura 66: Acesso a Santa Cruz do Sul: bonecos “Fritz” e “Frida” ao lado do monumento de cem anos da colonização alemã

Fonte: acervo pessoal (foto de 2017).

A convivência entre dois monumentos tão diferentes, contudo, revela peculiaridades. O monumento comemorativo aos cem anos (localizado à direita da figura 66) é uma peça granítica de pequeno porte, discretamente localizada em termos de sua visibilidade, contendo datas e uma imagem simbólica da paisagem local. É uma oposição aos bonecos, cuja escala, visibilidade e tema demonstram uma função simbólica distinta. Os bonecos, alegóricos, têm a intenção de representar a identidade local de maneira associada a determinadas práticas ou tradições de origem alemã por meio da Oktoberfest. Mas o evento, e no sentido utilizado por Hobsbawm e Ranger (1984), é uma tradição inventada, pois não corresponde a uma festividade típica local trazida pelos alemães ao longo do processo de colonização. A festa incorpora, assim, novos elementos “inventados” àquelas práticas tradicionais já existentes. A denominação Fritz e Frida, como nomes típicos de origem alemã, passou a estar associada, simbolicamente, ao espaço e à paisagem do lugar. Por outro lado, e para além da festa, também procuram representar no município uma determinada coesão social e cultural.

6.6 A formação do núcleo urbano e da paisagem institucional (1855 – 1877)

As dificuldades que os primeiros imigrantes tiveram, foram muitas e de toda ordem. De sua longa viagem até a Colônia, às surpresas e desafios advindos de uma natureza totalmente diversa de sua origem. Até 1852, sucederam-se as chegadas de colonos e ocorreu o início do povoamento de linhas e picadas, mas não havia ainda definições sobre a futura povoação. Ao mesmo tempo, era preciso urgência, após a sua chegada, para a criação de abrigos provisórios, para o desbravamento das matas, além de uma grande capacidade de adaptação para a agricultura. Por estes motivos, os primeiros anos exigiram um grande esforço voltado, por um lado, para a subsistência pessoal, e por outro, para a garantia de sucesso de todo empreendimento realizado pela Província.

Este sucesso dependeria, em parte, da administração pública e dos investimentos direcionados à infraestrutura básica, como a abertura e o melhoramento contínuo das estradas, por exemplo. Neste contexto, a etapa seguinte seria também a de implantação de um núcleo urbano capaz de sediar uma sede administrativa para a Colônia bem como o de dar suporte para o desenvolvimento de suas atividades.

Até 1854, já haviam sido abertas as picadas Santa Cruz, a picada Nova e a picada de Rio Pardinho, e iniciava-se a desapropriação de terras para abertura da picada de Dona Josefa (em direção ao atual município de Vera Cruz). Em 1853, foi realizada a compra de um quarto de légua da área conhecida como Sesmaria ou Faxinal do Faria de propriedade do Sr. João Faria Rosa, com o objetivo de implantação da futura povoação. O perímetro desta sesmaria tinha como limites: ao sul, o arroio das Pedras; ao oeste, o Rio Pardinho até o arroio Lajeado, subindo por este até o Serro do Pinheiro; ao leste, pelos limites da cordilheira da Serra até encontrar novamente o arroio das Pedras (MENEZES, 2005, p.39). Após a escolha do local, e com consequente desapropriação e pagamento pela propriedade, o Governo Provincial encarregou o Capitão Tenente Francisco Cândido de Castro Menezes de proceder ao projeto e à medição da área destinada à povoação. A área utilizada compreendia 4.234.382 m² distribuídos, distribuídas, conforme Menezes (2005, p.40) da seguinte forma: cidade (752.928 m²), chácaras (ao redor da área urbana com 2.994.163 m²), logradouro público e dois cemitérios (487.291 m²).

Já no começo de 1855, o Capitão Tenente Castro Menezes começou os trabalhos de medição da área destinada à povoação de Santa Cruz. O projeto, uma malha ortogonal, foi uma solução-padrão extensamente adotada pelos engenheiros militares para o projeto de cidades que apresentaram urgência na implantação de seus núcleos. A planta original, elaborada por Castro de Menezes, previa um traçado regular composto por um total de 25 quadras com previsão de duas praças. Nos trabalhos de levantamento e medição, foi solicitada a colaboração do então diretor da Colônia, João Martinho Buff.

Na figura 67, pode-se perceber, no traçado atual da cidade de Santa Cruz do Sul, as diferenças existentes em seu relevo, que variam de uma altura média de 24 metros na planície do Rio Pardinho até 216 metros na parte superior da encosta da serra. O mapa mostra também a hidrografia local, já alterada neste mapa temático em função da ocupação atual. Seguindo pelo sentido norte ao sul, aparecem os arroios Lajeado, Sanga Preta, Jucuri e Arroio da Gruta, Arroio do Almoço e Arroio das Pedras. A localização da área para a futura povoação, estava, assim, provida de recursos hídricos e localizava-se no cruzamento dos principais caminhos e picadas já existentes. Para Menezes (2005), a área do povoado era repleta de gravatás, com macegas e pequenos banhados.

A respeito da localização da futura povoação ter sido realizada na pré-encosta inferior da serra e não em Linha Santa Cruz (áreas mais altas e onde houve a concessão das

primeiras colônias), há na tradição oral alguns relatos que podem contribuir para entender os motivos. Estes dizem respeito tanto à abundância de água nas planícies do rio Pardo quanto ao fato de que Linha Santa Cruz era mais suscetível a temporais e intensos nevoeiros. Tais questões, contudo, fazem parte da memória de habitantes mais antigos da localidade.

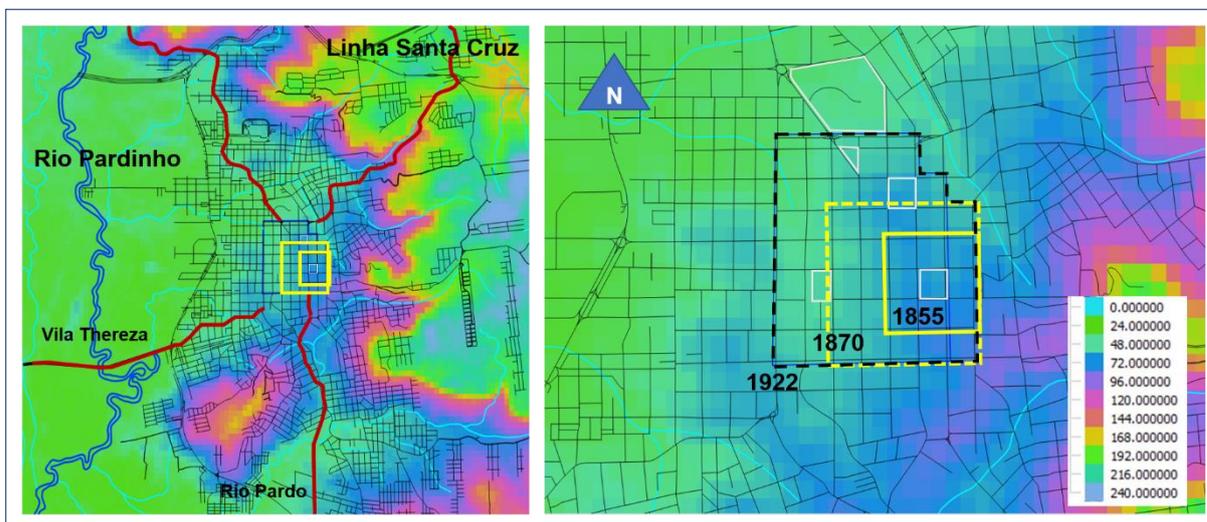


Figura 67: Relevo de Santa Cruz do Sul e traçado de 1855 e 1870

Fonte: Mapas elaborados por Bruno Deprá – Técn.geoprocessamento NGP/UNISC e organizados por Luiz C. Schneider, 2017.

Ao analisar-se a figura 67 em conjunto com a figura 68, pode-se perceber que os mapas de 1855 e de 1870 são praticamente iguais, sendo que o relevo e a localização espacial foram determinantes para a escolha do sítio urbano. Em 1855 a demarcação inicial do traçado (linha amarela contínua na figura 67), ocorreu de forma a localizar a futura praça (marcada em linha branca) no ponto mais alto do terreno. A praça e o seu entorno imediato compõem as primeiras nove quadras efetivamente ocupadas na povoação e são correspondentes à parte mais plana e mais alta do relevo. Por outro lado, esta localização espacial também privilegiava a conectividade do plano com as principais estradas e vias já existentes.

Na figura 68 pode-se observar, na linha tracejada sobre o mapa de 1855, as primeiras oito quadras que foram efetivamente demarcadas e ocupadas, denominadas pelas letras de A até H. A nona quadra estava posicionada ao centro das quadras anteriores e foi o espaço destinado à praça de São Pedro (atualmente Praça Getúlio Vargas). O mapa do traçado de 1855 permaneceu praticamente inalterado até 1870, distinguindo-se entre ambos o fato do segundo apresentar o cadastro das edificações já construídas. Em ambos há também a previsão de áreas, localizadas no seu entorno imediato, reservadas tanto para a futura ampliação do traçado quanto para localização de chácaras destinadas ao abastecimento urbano.

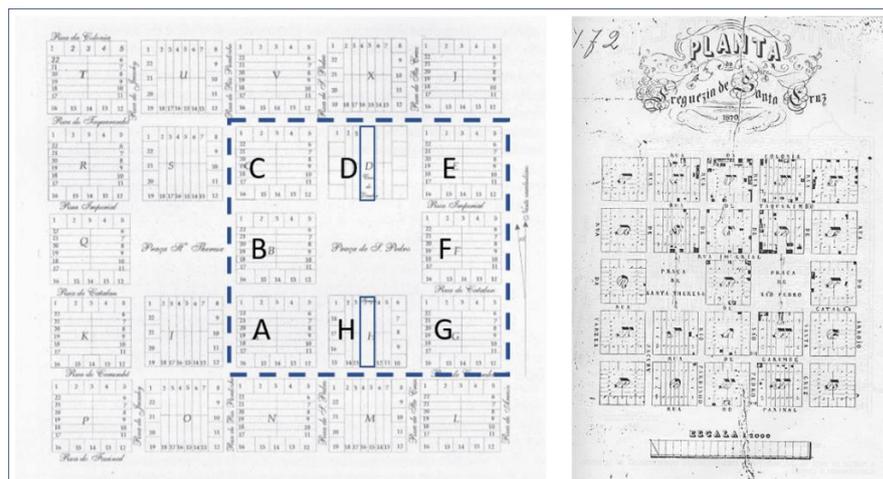


Figura 68: Mapa de Santa Cruz do Sul em 1855 e 1870

Fonte: mapas de 1855 e 1870 adaptados pelo autor com base em Wink (2002, p.46)

Cada quadra tem 132 metros de face, com ruas de 22 metros de largura perfeitamente alinhadas com os pontos cardeais. As ruas são idênticas, paralelas entre si e traçadas no sentido norte-sul e leste-oeste. A quadra é subdividida em 22 lotes, que para Baitolo e Luz (1998, p.47) seriam concedidos pelo Governo. Conforme Martins (1979, p. 101), a quadra “H”, situada ao lado sul da Praça de São Pedro, teve destinados dois lotes para a construção da Igreja. No lado norte, e na quadra “D”, houve a reserva de lotes para os edifícios públicos. Há também dois padrões de lotes: o primeiro, com 13,20 de frente por 66,00 metros de profundidade; o segundo, com 26.40 metros de frente x 26.40 metros de profundidade. Este último padrão corresponde a todos os lotes de esquina da malha. Há também uma alternância na disposição das quadras, de maneira que as ruas têm, em um de seus lados, o conjunto de lotes com frentes mais largas, e de outro, os lotes com as frentes mais estreitas.

No mapa da figura 68, pode-se ver também a denominação das ruas no sentido leste-oeste, começando pelo norte, em direção ao sul, da seguinte maneira: Rua da Colônia (atual Rua Borges de Medeiros); Rua de Taquarimbó (Rua 28 de Setembro); Rua Imperial (atual Rua Júlio de Castilhos); Rua de Catalã (atual Rua Ramiro Barcelos) e rua de Carumbé (atual Rua Fernando Abott). Já as ruas no sentido norte-sul, começando pelo oeste, tinham as denominações de: Rua de Jacuh (atual Rua Venâncio Aires); Rua de Rio Pardinho (atual Rua Tenente Coronel Brito); Rua de São Pedro (atual Marechal Floriano); Rua de Santa Cruz (atual Rua Marechal Deodoro); Rua do Arroio (atual Rua Thomás Flores). Há ainda a praça de São Pedro (atual Praça Getúlio Vargas) e uma previsão de nova praça localizada ao oeste denominada no mapa como Praça de Santa Theresa, que, contudo, não foi construída neste local. Dos nomes originais das ruas, destacam-se três temas: a religião, pelas denominações de santos, os nomes referentes à identidade da própria localidade, como a Rua da Colônia e Rio Pardinho. Há ainda a presença de nomes indígenas. Estes últimos, em tupi-guarani têm os seguintes significados: Jacuhy significa rio dos jacus (ave silvestre de grande porte) e

Carumbé, literalmente, significa o que é achatado ou arredondado. Já o termo Taquarembó relaciona-se ao “riacho das taquaras”.

Para Baitolo e Luz (1998, p. 48) entre os imigrantes chegados à nova pátria, havia camponeses e também muitos que exerciam profissões ou tinham habilidades técnicas específicas em seus países de origem. Havia artesãos, ferreiros, carpinteiros, alfaiates, professores entre outros, que, a partir da formação de um núcleo urbano, passaram a ter maiores oportunidades no desenvolvimento de suas atividades. O desenvolvimento da economia, conforme Baioto e Luz (1998, p. 44), esteve relacionado, em um primeiro momento, à agricultura de subsistência. Decorrida essa primeira etapa, houve o início da formação de excedentes que, posteriormente, passaram a ter como objetivo uma produção voltada à exportação e ao comércio com cidades vizinhas. Neste sentido, e na década de 60 do século XIX, o fumo, ao lado de outros produtos como o feijão e milho, iniciaram a se destacar em termos de produção. De 4.700 arrobas no começo da década, para 14.500 arrobas em 1865. O desenvolvimento desta produção progrediu na medida em que ocorreu a continuidade do processo de imigração e também das melhorias da infraestrutura de transporte. Esta era precária, realizada em carroças e lombos de cavalos e burros. Aliadas à distância dos grandes centros, haviam também os “atravessadores” ou comerciantes que elevavam propositadamente os preços dos produtos básicos para os consumidores.

Em relação às primeiras novas quadras construídas, para Menezes (2005, p.50) a procura dos terrenos foi vagarosa e a construção das edificações sucedeu-se da mesma maneira. No começo, por exemplo, houve a distribuição de muitos terrenos a ex-soldados que serviram na Guerra dos Rosas, mas muitos dos primitivos concessionários não tomaram efetivamente posse de sua propriedade. Em relação aos primitivos concessionários das nove primeiras quadras ocupadas, há 76 sobrenomes que podem estar associados à origem alemã (incluindo-se neste total alguns de outras nacionalidades como a inglesa e a polonesa) e 85 sobrenomes com origem portuguesa (incluindo-se neste total alguns com possível proveniência espanhola), predominantemente. A verificação dos sobrenomes e a sua distribuição espacial é um dado que permite demonstrar, desde a origem da povoação, a convivência direta dos alemães com a cultura nacional. Ainda que, posteriormente, muitos destes lotes não tenham sido ocupados pelos concessionários originais. São, contudo, dados importantes para desmistificar as informações que procuram relacionar a origem da povoação à exclusividade étnica ou cultural germânica. No projeto do traçado, havia também a previsão de propriedades rurais que comporiam o entorno da povoação. Essas propriedades foram denominadas de chácaras e tinham como objetivo o abastecimento agrícola do núcleo urbano. Em relação as chácaras, as duas primeiras concessões estão registradas em 1857 e 1859 e as últimas em 1877 (MENEZES, 2005).

A primeira alteração realizada no Plano Urbanístico, segundo Wink (2002, p.65) ocorreu em 1870 e esteve relacionada à proposta de uma nova localização para a segunda praça, cuja denominação originalmente prevista era de Santa Thereza. Esta seria construída, conforme o traçado de 1855 e de 1870, em uma distância de uma quadra na direção sul em relação à Praça de São Pedro, e em área com menor cota de altura. A praça efetivamente construída, contudo, foi delimitada fora do perímetro do traçado original de 25 quadras, e em direção norte. Para Wink (2002), esta alteração foi realizada devido à pouca proximidade prevista entre as praças do desenho original. Mas, ao olhar-se a localização dada para a nova praça, atualmente conhecida por Praça da Bandeira, pode-se perceber que esta ocorreu em direção norte, duas quadras após a praça de São Pedro e em terreno com cota de altura similar. A área escolhida para a segunda praça conferiu um novo sentido para a futura paisagem e para o conjunto do traçado, pois possibilitou um espelhamento dos espaços públicos ao longo da principal via e manteve a mesma visibilidade proporcionada pela topografia do terreno. Esta nova localização também parece estar mais de acordo com a extensão natural do eixo norte-sul, situado entre as praças e relacionado às conexões da povoação com as estradas já existentes, ou seja: em direção a Rio Pardo, Linha Santa Cruz e Picada Nova e Linha de Rio Pardinho.

Consolida-se, portanto, a partir deste momento, o eixo da Rua São Pedro (atual Rua Marechal Floriano) no sentido norte-sul, conectando as duas praças: a existente e denominada de São Pedro (atual Praça Getúlio Vargas) com a Praça do Carvalho (atual Praça da Bandeira). Esta via passou a ser a principal rua da Cidade, ao mesmo tempo em que foram ocorrendo, ao longo do seu eixo, novas construções. A percepção da importância hierárquica e simbólica da via também persiste na contemporaneidade a partir das denominações utilizadas pela população local como “rua principal”, “rua do centro”, “rua central” ou simplesmente “centro”, entre outras.

Na planta de 1870, já é possível perceber, aproximadamente, um total de cem edificações. Em termos de sua distribuição espacial, há predominância de concentração destas edificações no entorno da Praça São Pedro e ao longo da Rua São Pedro, incluindo suas transversais a partir da praça, e em direção norte até o final da quadrícula. Neste sentido, chama atenção também a quantidade de edificações já dispostas ao longo da Rua da Colônia, no extremo norte, limite da malha ortogonal. Um olhar sobre as edificações existentes na planta de 1870 revela que, em termos de sua implantação, não ocorrem recuos frontais e estas localizam-se, predominantemente nos limites de alinhamento com o passeio público.

A primeira casa erigida na povoação foi a de Guilherme Lewis no local onde hoje está o Banco Sul Brasileiro. A primeira casa de material erguida na povoação foi a de Carlos Trein, em 1861, onde atualmente está o Clube União e o Edifício Dona Paula. (MARTINS, 1979, p. 102)

A casa de Guilherme Lewis foi erguida em 1855, na esquina da atual Rua Ramiro Barcelos com a Rua Marechal Floriano. O proprietário, de nacionalidade norte-americana, recebeu o viajante Avé-Lallemant, cujas descrições literárias da incipiente povoação correspondem à melhor imagem histórica e cultural desta paisagem. Em 8 de janeiro de 1859, a povoação foi elevada à categoria de freguesia, com a criação da primeira paróquia. Neste ano, também ocorreu a substituição de João Martinho Buff como diretor da Colônia. Para Lallemant, esta é a paisagem da natureza e da solidão onde o canto do galo prenuncia o começo da civilização. Esta, contudo, vai surgindo também a partir da consolidação das instituições como as religiosas.

Antes da existência de igrejas, os ofícios religiosos foram realizados em casas de particulares e eram ministrados por um vigário que vinha de Rio Pardo (Menezes, 2005, p. 66). A primeira igreja foi uma capela construída no mesmo local onde hoje se encontra a Catedral de São João Batista. A denominação de São João, inclusive, foi por algum tempo também utilizada como santo padroeiro da população, confundindo-se, em alguns documentos com o próprio nome da Colônia de Santa Cruz. A construção desta igreja foi realizada por Guilherme Lewis, que assinou contrato com o Governo Provincial em 1857. O projeto foi realizado na Seção de Obras Públicas Provinciais em Porto Alegre, e incluíram-se determinações para construção das edificações em alvenaria (feita de pedras e tijolos) bem como referentes à qualidade da mão de obra e da utilização de materiais como as madeiras, que deviam ser de lei.

Segundo Martins (1979, p. 130), a igreja católica sofreu diversos atrasos em sua construção, mas foi concluída em 12 de dezembro de 1861. Para Menezes (2005, p. 66), a Igreja Matriz foi concluída em 1863 e inaugurada no dia de São João Batista (24 de junho), considerado padroeiro da freguesia. Nesta data, a população da Colônia já era de 3.367 habitantes. Esta população continuava aumentando, e para o mesmo autor, e em 1867, a população total já era de 4.794 habitantes, dos quais 2.403 eram católicos e 2.391 evangélicos. Neste contexto, aproximadamente metade dos homens eram lavradores e já haviam muitos estabelecimentos industriais como atafonas, engenhos de açúcar, fábricas de azeite, carretas e arreios, curtumes, ferrarias, etc. Também em 1867, já havia (em toda Colônia) três igrejas católicas, quatro igrejas protestantes e 13 escolas. Em relação às escolas, duas eram públicas e subvencionadas pela Província, enquanto as outras eram particulares, sendo, portanto, pagas pelos pais dos alunos (MENEZES, 2005, p.71).

Na freguesia a comunidade evangélica foi fundada em 1862, e a primeira igreja foi construída na esquina das Ruas Tenente Coronel Brito com a Rua Borges de Medeiros (uma das esquinas da antiga Praça do Carvalho, atual Praça da Bandeira) e concluída em 1867. Posteriormente, esta foi demolida e a nova obra, onde encontra-se a Igreja atual, foi construída nas esquinas das atuais Ruas Venâncio Aires e Sete de Setembro. Já o centro

administrativo original foi construído no local onde, posteriormente, em 1871, foi fundada a escola evangélica (Colégio Mauá).

Conforme Menezes (2005, p. 58), até 1862, já haviam duas escolas públicas na povoação. Em 1864, é criada uma agência do correio, bem como é nomeado agente público responsável. Em 1866, fundava-se a sociedade recreativa conhecida como Clube União e, nesta mesma data, foi também demarcada a povoação da Vila Tereza, atual Vera Cruz. A este respeito, destaca-se que a planta desta povoação utilizou as mesmas configurações de traçado e parcelamento utilizadas em Santa Cruz.

Após os dez primeiros anos da Colônia, caracterizados por uma economia de subsistência, a povoação passa a destacar-se economicamente. Conforme Krause (1991, p.57), as atividades profissionais desenvolvidas na década de 60 do século XIX no núcleo urbano comprovam a existência de muitos prestadores de serviços (alfaiates, ferreiros, sapateiros), negociantes e fabricantes de produtos como cerveja, charutos. Na década de 70 do século XIX, conforme Wink (2002, p.55), a freguesia já tinha uma população total de 6.000 habitantes com 487 residentes no núcleo urbano. Esta pequena população urbana era constituída, em sua maioria, por artesãos, comerciantes e funcionários públicos de maneira que:

A inserção desse contingente populacional em uma área, antes praticamente deserta, fez com que uma forte motivação fosse dada à economia de toda a região, iniciando-se uma nova fase de seu desenvolvimento. (WINK, 2002, p. 55)

Entre os muitos produtos exportados pela Colônia destacam-se o fumo e a banha. O tabaco passou, gradativamente, a ter uma produção crescente devido às vantagens que estavam relacionadas ao seu preço do mercado, bem como cultivo, preparo e transporte.

Foi efetivamente a partir desta década que ocorreram as construções das principais instituições de ensino, duas escolas particulares católicas e uma evangélica. A escola católica do Colégio São Luís (1872) e a escola “Sagrado Coração de Jesus” (1874) localizaram-se no entorno imediato da Praça de São Pedro. A primeira, no centro da quadra “B” e a segunda, na quadra “H”, ao lado da Igreja Católica. Já a escola evangélica Sinodal (1871) localizou-se na Rua da Colônia (atual Rua Borges de Medeiros) em seu cruzamento com a Rua São Pedro (atual Rua Marechal Floriano ou rua principal). Outro ato religioso importante ocorreu em 1872, a partir da bênção concedida ao cemitério católico da povoação, localizado em direção sul nas proximidades do traçado. Também neste ano, foi criado o cemitério público, ao norte, no local onde atualmente se encontra a Igreja Evangélica.

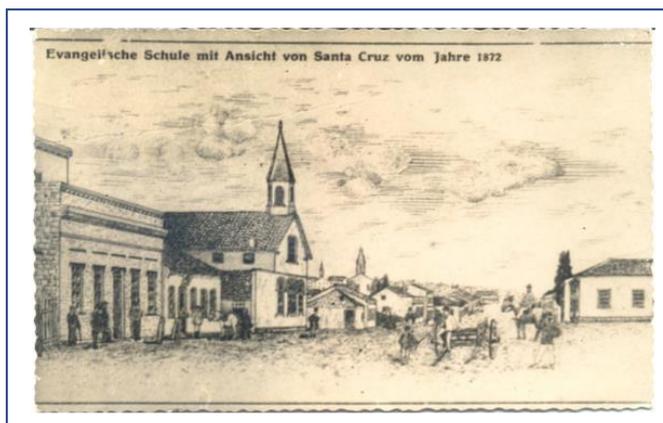
Como uma das principais marcas da paisagem, portanto, pode-se perceber a formação de espaços públicos como as praças e a construção simbólica de sua identidade a partir das localizações institucionais reservadas para a Igreja Católica e a administração pública. As

instituições, representadas por órgãos públicos, igrejas, escolas, clubes, vão gradativamente se consolidando em uma paisagem institucional, que, contudo, reserva também peculiaridades. Na estrutura da planta, conforme Noronha (2012, p. 109), houve preocupação em separar as quadras por filiação religiosa, ou seja, entre católicos e protestantes. A linha simbólica para concessão dos lotes segundo a fé religiosa, para este autor, se daria pela Rua Imperial, atual Rua Júlio de Castilhos (sentido leste-oeste), separando o norte, e o entorno da atual Praça da Bandeira (evangélico), do sul, com o entorno da atual Praça Getúlio Vargas (católico). Já para Bittencourt e Keller (2017), a aprovação da planta da cidade de 1855 definia a ocupação do território de forma dividida entre católicos e protestantes, mas o limite físico, e simbólico utilizava o eixo leste-oeste da Rua Taquarimbó (atual Rua 28 de Setembro) de maneira a dividir-se também o norte e o sul da cidade. Ao sul da rua estava a ocupação predominantemente católica, ao norte a ocupação evangélica, enquanto que, entre a Rua 28 de Setembro e a Rua Júlio de Castilhos, havia uma zona intermediária reservada a comerciantes de outras origens.

A separação simbólica do espaço urbano, entre católicos e protestantes, bem como as desavenças (casamentos, batizados, enterros entre outros) existentes entre os dois credos religiosos é também parte da memória e de muitas histórias de moradores locais. Ao mesmo tempo, pode contribuir para explicar, pelo menos em parte, a tendência de localização espacial das principais instituições⁹. Ao norte do traçado e no entorno da atual Praça da Bandeira localizaram-se a Igreja Evangélica, o colégio Synodal (evangélico) e, mais tarde, também, a própria Intendência Municipal (construída no centro da atual Praça da Bandeira entre 1886 e 1889) e a Sociedade Maçônica de Santa Cruz (construída em 1895), à época, constituída majoritariamente por protestantes. Para Noronha (2012, p. 110), esse conjunto de instituições, ao qual futuramente vão-se somar-se também o poder econômico do Banco Agrícola Mercantil (que será construído em 1926 no mesmo terreno da primeira Igreja Evangélica) e da Companhia de Fumos Santa Cruz (1922 -1923), sugere fortemente a localização de uma elite urbana ligada ao protestantismo.

Ao sul do traçado, e no entorno da atual Praça Getúlio Vargas, estão localizadas a Igreja Católica, o Colégio Marista São Luís (construído pelos irmãos Maristas em 1871), o Colégio Sagrado Coração de Jesus (construído em 1874), o cemitério católico (1872). Posteriormente, nas proximidades imediatas, também foram construídos o Clube Aliança Católica e o Hospital Santa Cruz (construídos pelos padres franciscanos em 1908) e o cemitério católico.

⁹ Todas edificações citadas, à exceção do hospital Santa Cruz e do cemitério católico, são também bens culturais constantes da Lei nº 7.382 de 19 de agosto de 2015.



**Figura 69: Igreja Evangélica com vista de Santa Cruz do Sul no ano de 1872
(Evangelische Schule mit Ansicht von Santa Cruz vom Jahre 1872)**

Fonte: acervo pessoal (foto de 2017).

A imagem mais antiga da paisagem de Santa Cruz do Sul, obtida nesta pesquisa, é a de um cartão postal intitulado Escola Evangélica com vista de Santa Cruz no ano de 1872 (figura 69). O postal mostra a primeira escola evangélica, ou o colégio Synodal, localizado na esquina das atuais Ruas Borges de Medeiros e Marechal Floriano (rua central). Na imagem, pode-se ver a importância da via principal da povoação, que é ladeada pelas edificações de um pavimento, e onde destacam-se a Escola Evangélica (ao centro) e a torre da recém construída Igreja Católica no cenário de fundos. O alinhamento das construções ocorre na delimitação frontal do lote, sem a existência de passeios públicos nas ruas. As edificações que aparecem no postal são construções de um pavimento feitas em tijolos ou pedras e rebocadas em sua parte frontal com a via. Em algumas, percebe-se o uso de platibanda e elementos como a cornija. Em outras, ficam evidentes as antigas soluções coloniais onde as águas dos telhados desaguam diretamente sobre o passeio público e via. À direita da fotografia, está a esquina da Praça do Carvalho (atual Praça da Bandeira). A Escola Evangélica assemelha-se a uma igreja, já que a edificação apresenta uma pequena torre que encima o telhado. Esta solução arquitetônica pode revelar, neste momento histórico, uma adaptação simbólica da integração entre a escola e a Igreja Evangélica em um contexto onde a religião oficial era somente a Católica.

A Colônia de Santa Cruz foi extinta em 1872 e transformou-se efetivamente em distrito de Rio Pardo. Deste momento em diante o desenvolvimento notável da colônia e da povoação teve o seu reconhecimento dado pela sua emancipação política e elevação à categoria de município em 31 de março de 1877 (MENEZES, 2005, p.81). Com a elevação de freguesia a município, a então povoação de Santa Cruz poderia ter instalada a Câmara Municipal, o que efetivamente ocorreu um ano após, em prédio que estava localizado na esquina das atuais Ruas 28 de setembro e Rua Marechal Floriano (rua principal). A esquina encontra-se também localizada no limite simbólico da divisão espacial entre católicos e protestantes, o que parece

ser muito conciliador. A partir da instalação da Câmara, o Município pode eleger e empossar vereadores, bem como criar comissões, nomear inspetores dos distritos e contratar funcionários públicos. Um dos primeiros vereadores eleitos, Sr. Carlos Trein Filho, também diretor da colônia, continuou a exercer ambos os cargos até 1890. Este fato histórico é marcado no local com uma placa colocada em um pequeno monumento erguido no próprio local. Para Wink (2002, p. 70), este acontecimento também marca uma nova fase no desenvolvimento urbano de Santa Cruz do Sul, marcada pela industrialização e que se estende até 1917.

6.7 O desenvolvimento urbano e a paisagem do trem (1878 – 1917)

A fase do Tabaco, que, para Wink (2002, p.70), estende-se entre o período de 1878 e 1917, é caracterizada pelo crescente aumento e exportação agrícola da produção fumageira. Já para Noronha (2012), o período entre 1882 e 1917 foi marcado pela ascensão de uma média burguesia local e formação de estabelecimentos comerciais e industriais. São, portanto, estabelecidas as bases para uma vida urbana mais completa. De fato, já na Exposição Brasileira-Alemã, realizada em 1881, em Porto Alegre, o Município havia se destacado pela produção e exportação de fumo em folha, tanto em termos de qualidade quanto de quantidade. Esta produção passou, predominantemente, a caracterizar a paisagem rural e urbana da cidade, de tal maneira que, em 1910, e conforme Menezes (2005, p. 107):

Ao município de Santa Cruz deve-se a iniciativa da cultura do fumo em grande escala nesta Província. Ali é o que ela começou e ali é que ela se tem desenvolvido mais do que em outro lugar da Província. Hoje planta-se mais ou menos fumo por toda a parte entre nós; a cultura tende a crescer rapidamente e com proporções avultadas.

A produção fumageira do município de Santa Cruz abrangia também, em termos de delimitação territorial os atuais municípios de Venâncio Aires, Candelária, Vera Cruz, Vale do Sol e Sinimbu. No período compreendido entre 1886 e 1915, a exportação do fumo extrapola o mercado nacional e abrange gradativamente os países europeus. Ao mesmo tempo, a intermediação de compra e venda do fumo, aliada a outros produtos agrícolas, passou a gerar acumulação de capital e a propiciar o surgimento e o desenvolvimento do comércio e novos empreendimentos. As manufaturas passam a se industrializar e tem início o capitalismo industrial na Cidade. Entre as manufaturas, incluem-se produtos alimentícios, chapéus, vestuário, cadeiras, entre outros relacionados à formação de um mercado local. Já a partir de 1882, a cidade também apresenta uma indústria embasada, para além das fábricas de fumo, em telhas de tijolos, fundições, serrarias, óleos etc.

Estas informações podem ser confirmadas pelas estatísticas de aumento da exportação no ano, bem como do incremento das atividades comerciais. E este é, portanto, o contexto de fundação da Caixa Cooperativa Santa Cruzense em 1904, cujo principal objetivo era o de assegurar as operações financeiras necessárias às atividades comerciais e industriais, especialmente as vinculadas à produção e exportação do fumo (SILVEIRA, 2007, p. 186).

Os dados demográficos do Município apresentam paralelidade ao crescimento econômico e ao desenvolvimento urbano. Do começo da colonização até a data de 1910, conforme Menezes (2005, p. 256), a tabela 06 apresenta os seguintes dados:

Tabela 06: Crescimento populacional entre 1850 e 1910

Ano	População
1850	72
1851	400
1860	2500
1870	5809
1880	11.000
1890	15.372
1900	23.122
1910	30.010

Fonte: Menezes (2005, p. 256).

Ao lado de fatores como a elevação de freguesia a município, a implantação da Câmara e o desenvolvimento populacional e econômico, houve muitas ações na vila. Para Menezes (2005, p. 139), em 1886, havia 858 habitantes na povoação com um total de 143 edificações. A Câmara, então, decidiu pela construção de uma edificação própria. Neste sentido, um dos principais acontecimentos políticos, foi a realização, em 1886, de um plebiscito com a população para a escolha de um novo espaço, mais próprio, para a nova Câmara de Vereadores. Decidiu-se que esta seria construída na atual Praça da Bandeira (antiga Praça do Carvalho, que foi posteriormente denominada, após a Proclamação da República, como Praça XV de Novembro). Em março de 1889, é inaugurado, em meio a muitas festividades, o prédio da Intendência Municipal. Já havia, então, no funcionalismo público, diversas ocupações como contadores, secretários, fiscais, arruadores bem com juiz municipal, escrivães, delegados de polícia e outras repartições públicas relacionadas, por exemplo, ao correio e telégrafo.

A Proclamação da República, conforme Noronha (2012, p. 91), mudou radicalmente a relação entre a elite política protestante e o Estado Brasileiro. A separação entre Igreja e o Estado permitiu ampliar o peso político desse segmento da população, pois esse grupo se beneficiava, de um lado pelo seu nível de escolaridade e, por outro, pela sua capacidade de integração a uma classe média urbana e industrial. Os estudos de Noronha, bem como de

Krause apontam, portanto, para uma maior influência política e econômica exercida pelos protestantes neste período histórico.

A nova obra da Intendência Municipal foi implantada no centro geométrico da Praça com sua fachada frontal voltada para a rua principal. A construção da edificação, eclética, apresenta na utilização de elementos da arquitetura clássica greco-romana a adoção simbólica de um estilo muito adotado pelos simpatizantes republicanos, por pressupor uma determinada idealização dos valores democráticos. É também a primeira de muitas edificações ecléticas oficiais que irão surgir e que constituem, na atualidade, patrimônio material oficialmente reconhecido pelo Município.

É o caso, também, da construção da Loja Maçônica, que já tinha sede fundada na Vila desde 1887. Em 1897, é inaugurada esta edificação, cuja implantação também aparenta ter alto conteúdo simbólico. A construção, também eclética e de grande porte para o contexto da época, está localizada na atual Rua Tenente Coronel Brito, no centro da quadra, e exatamente no eixo de fundos do prédio da Intendência Municipal. A sua localização compõe uma geometria imaginária de um triângulo (que é também um dos símbolos maçons) entre a edificação da Intendência Municipal com a esquina onde esteve localizada a primeira Igreja Evangélica (esquina das atuais Ruas Borges de Medeiros e Tenente Coronel Brito), e que foi posteriormente substituída pela potência econômica representada pela Caixa Cooperativa Santa Cruzense. Na figura 70, datada aproximadamente da primeira década do século XX, pode-se ver, em destaque, a implantação da Intendência Municipal no centro da Praça e a obra da Loja Maçônica localizada aos fundos e no eixo simétrico da Prefeitura. É possível observar, também, o desenho e ajardinamento da Praça com caminhos diagonais, que vão das esquinas ao centro, bem como a existência de cercamento, posteriormente retirado.

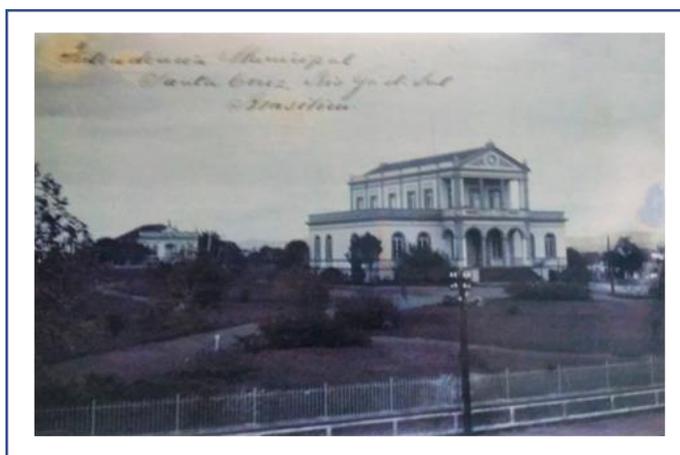


Figura 70: Praça XV de Novembro, prédio da Prefeitura e prédio da Maçonaria
Fonte: acervo pessoal (data aproximada: primeira década do século XX).

Também na década de oitenta do século XIX, houve alterações nos nomes das ruas. A Rua de São Pedro passou a denominar-se Silveira Martins (líder do Partido Liberal) e a Rua Taquarembó passou a ser a Rua 28 de Setembro, em homenagem à data de instalação do Município. Após a Proclamação da República, o vereador presidente da Câmara, Tenente Coronel Brito, também acatou uma proposta de substituição da nomenclatura de ruas e praças. Em 1892, a Intendência alterou a denominação de quatro ruas da Vila da seguinte maneira: a Rua “Antão de Faria” passou a denominar-se “Major Pantaleão Teles”; a Rua “Apolínario Porto Alegre” para “Coronel Tomás Flores”; a Rua “Assis Brasil” para Rua “Fernando Abott” e a Rua “Marechal Câmara” para rua “Tenente Coronel Brito” (MENEZES, 2005, p. 202).

No período entre 1897 e 1900, é realizada a construção do Quartel da Guarda Municipal e a cadeia, situada nas proximidades da Intendência Municipal. Neste mesmo intervalo de tempo, conforme Wink (2002, p. 88), ocorreu a transferência do primeiro cemitério, que estava localizado na área onde atualmente está construída a Igreja Evangélica de Santa Cruz do Sul. Dos apontamentos extraídos pela Intendência Municipal de Santa Cruz, e em relação ao município de Santa Cruz, o recenseamento federal, realizado em dezembro de 1900, aponta a existência de 2563 habitantes na Vila. A gestão do Intendente Municipal Engenheiro Adalberto Pitta Pinheiro, entre 1900 e 1904, teve, a partir daí uma grande repercussão sobre o desenvolvimento da cidade. Entre os diversos melhoramentos, devem ser citados a iluminação da sede municipal por luz elétrica; as linhas telefônicas para Villa Thereza (atual cidade de Vera Cruz); as ações voltadas ao ajardinamento da Praça XV de Novembro em 1902 (atual Praça da Bandeira, vide figura 70) e os seus muitos esforços para a construção do Colégio Distrital (Menezes, 2005, p. 223). Esta última edificação, construída em 1903, localizada na esquina das atuais ruas Tenente Coronel Brito e Borges de Medeiros, teve também importância simbólica por representar o esforço de atividades de ensino que propiciariam o uso e a difusão do idioma nacional. Neste último aspecto, salienta-se a preocupação com as questões idiomáticas, pois o alemão era ensinado pelas escolas aos colonos em detrimento da língua portuguesa, o que aumentava, na visão de Menezes, a segregação cultural.

Na administração seguinte, do Intendente Sr. Galvão Costa (1904 – 1908), ocorrem dois fatos de muita importância na mesma data. Em 19 de novembro de 1905, é oficialmente inaugurada a Estação Férrea, e a Vila de Santa Cruz é elevada à categoria de cidade. O acontecimento teve a presença do Governador do Estado, Sr. Antônio Augusto Borges de Medeiros. Na inauguração, as casas foram enfeitadas com lanternas e houveram festividades para receber o então Governador Borges de Medeiros. Em sua homenagem, seu nome passou a substituir o nome da Rua da Colônia. Afinal a Colônia, agora, se conectava ao

mundo com a chegada do trem, que por sua vez também influenciaria a formação de uma nova paisagem urbana.

A implantação do ramal ferroviário entre Santa Cruz e a estação do Couto, em Rio Pardo, na linha entre Porto Alegre e Uruguaiana, teve grande significado funcional e simbólico. A implantação da linha férrea agilizou o transporte de pessoas e mercadorias, impulsionando o desenvolvimento social e econômico da cidade. O projeto da ferrovia também teve implicações para o traçado urbano. A linha férrea, que saía de Rio Pardo em direção a Santa Cruz do Sul, chegava na área sul da cidade de Santa Cruz descrevendo leves curvas sinuosas que procuravam contornar as elevações do terreno até chegar na área mais plana e baixa da malha urbana. Esta área de chegada do trem e de instalação da Estação Férrea foi doada por ato municipal, que conforme Bittencourt e Keller (2017, p. 04), abrangia também o espaço ocupado pelo atual Parque da Oktoberfest.

A implantação da estação foi realizada ao final oeste da Rua Ramiro Barcelos, interrompendo a malha ortogonal e agregando duas quadras inteiras por motivos funcionais. Após a construção da estação férrea, houve a valorização do eixo desta via (sentido leste-oeste) em sua conexão com a rua principal da cidade. Ao mesmo tempo, a interrupção do traçado em frente à Estação Férrea conferiu ao espaço uma valorização cênica no conjunto da malha perfeitamente ortogonal.

Deste momento em diante, também se intensificou o processo de uso e ocupação comercial e industrial da área de entorno da Estação Férrea e do eixo da Rua Ernesto Alves no sentido norte-sul. Nas décadas seguintes, surgiram muitos estabelecimentos comerciais e industriais voltados ao fumo, bem como a outros produtos como o café, óleo de linhaça, ferragens, sabão, agropecuários, entre outros. São exemplos empresas como: Café Pescador e a empresa Torres e Cia., ambos localizados em frente à antiga estação; a Companhia Brasileira de Fumo em Folha (Souza Cruz) e a indústria Klemm Gabe ao sul; ao norte empresas como a Baumhard Irmãos e a Cia. de Fumos Santa Cruz.

A linha do trem também propiciava facilidades para carga e descarga de mercadorias, motivo pelo qual passava por diversas propriedades de estabelecimentos industriais. Entre as indústrias beneficiadas por essas facilidades, de acordo com Bittencourt e Keller (2017, p. 05), "...destacam-se Tatsch Tabacos e Cia., Baumhardt, Companhia Brasileira de Fumo em Folha, a British American Tobacco, Fábrica de Óleo de Linhaça Klemm & Gabe e a Fábrica de Gelo...". A instalação das indústrias também exigia grandes propriedades, o que alterou significativamente o padrão de configuração dos lotes, especialmente entre as Ruas Assis Brasil e Ernesto Alves.

Estas peculiaridades tiveram também seus reflexos na arquitetura como no caso da edificação pertencente à empresa Tatsch Tabacos e Cia.. A própria forma da construção seguiu a sinuosidade da linha férrea, tendo sido o projeto arquitetônico realizado de forma a

favorecer a carga e descarga de mercadorias. As análises de Bittencourt e Keller (2017) sobre o espaço fabril de Santa Cruz do Sul, concentrado no eixo da Rua Gaspar Silveira Martins e da Estação Ferroviária, estão relacionadas às edificações do período do começo do século XX até a década de 30, aproximadamente, que receberam influência do estilo conhecido por Nova Objetividade (em alemão *Neue Sachlichkeit*). A principal característica deste estilo é o de apresentar-se como tendência muito conservadora que apresenta elevado comedimento formal e uso racional. Há, portanto, uma simplificação dos elementos clássicos da arquitetura. O conjunto destas edificações industriais e comerciais representam, portanto, e ainda que não estejam oficialmente reconhecidos, um patrimônio importante na formação da primeira paisagem industrial da cidade.

Pouco após a implantação da Estação Férrea, na administração de Galvão Costa, também ocorrem outras ações de relevância para o desenvolvimento da cidade. Em 1906, foi instalada a primeira usina elétrica, que esteve localizada na quadra sul da Praça do Carvalho, e é, portanto, inaugurada a iluminação pública e particular da Cidade. Já em 1908, ocorre a implantação da rede de água na Cidade, a partir do primeiro reservatório, construídos em propriedade de João Wurdig, onde hoje encontra-se o Parque da Gruta (MENEZES, 2005, p. 212).

Até 1910 as ruas já estavam denominadas pelos nomes atuais, à exceção da Rua da República, da Major Pantaleão Teles e da Quintino Bocaiuva. (MENEZES, 2005, p. 204). As ruas da cidade estão assim nomeadas: Rua da República, Rua Marechal Deodoro, Coronel Thomas Flores, Tenente Coronel Brito, Venâncio Aires, Ernesto Alves, Tiradentes, 7 de Setembro, Major Pantaleão Teles, Júlio de Castilhos, 28 de setembro, Ramiro Barcelos, Fernando Abbot, Quintino Bocaíuva.

Quanto às sociedades, além do Clube União (a mais antiga, existente desde 23 de abril de 1866), são fundados dois clubes sociais muito importantes, respectivamente, em 1893 e em 1900: a Sociedade Ginástica e a Aliança Católica. Segundo Menezes (2005, p. 304), em 1910, havia, no Município, em torno de cem sociedades diversas, das quais a maior parte tinha finalidade recreativa. Na cidade havia, por exemplo, as *Turnverein*, de Atiradores *Tell*, Riograndense e Germânia, *Ulanen-Club*, *Tennis-Club*, *Schütverein*, entre outras. Conforme Wink (2002, p.84) houveram diversos jornais criados a partir de 1887, como exemplos: *A Cruzada* (publicação em língua portuguesa e considerado o primeiro jornal impresso em Santa Cruz, 1887), *Kolonie* (1891), *Fortschritt* (1902), *Santacruzzer Anzeiger* (1905).

Na figura 71, a imagem do cartão postal utiliza duas paisagens para representar Santa Cruz em 1902. São dois marcos urbanos que estão relacionados às duas praças e a rua principal da cidade. Na primeira figura, observa-se a edificação da primeira Igreja Católica construída no alinhamento do passeio público e em frente à Praça de São Pedro. A fotografia, tirada em direção sudeste, permite perceber as edificações de um pavimento no entorno da

Praça e da Igreja, bem como os morros que compõem a paisagem urbana. A praça é, então, um descampado aberto sem a presença de árvores e o perfil da vila contrasta com o cenário de fundos da serra, parcialmente coberta pela vegetação nativa. A segunda imagem revela a topografia da rua principal da cidade que aparece delineada pelas edificações. À esquerda da fotografia, o volume maior é a edificação da atual Prefeitura Municipal localizada na praça da Bandeira.



Figura 71: Cartão Postal Saudações de Santa Cruz (Gruss aus Santa Cruz)

Fonte: acervo pessoal (foto de 2017).

Em 1917, a população urbana alcançou 3.400 pessoas, e ocorreu também a instalação da empresa The Brazilian Tobacco Corporation (subsidiária no Brasil da British American Tobacco), instalada fora dos limites da cidade. A mesma empresa originou posteriormente (em 1920) a Companhia Brasileira de Fumo em Folha e, em 1995, passou a ser chamada Souza Cruz. Para Silveira (2007, p.209), a data de 1917 corresponde a um marco da internacionalização do setor agrofumageiro regional. Em 1918, ocorre a construção da primeira usina de processamento de fumo em folha do país. Surgiram, posteriormente, outras empresas, como a Companhia de Fumos Santa Cruz, criada a partir de capital local e da fusão de seis outros estabelecimentos. Além destas duas, outras empresas surgiram, tais como (SILVEIRA, 2007, p. 216): Kliemann & Cia. (em 1921); Carlos Boetcher & Cia. (em 1923); Tabacos Tatsch (em 1935); Tabacos Santa Cruz Ltda. (em 1951), entre outras. A produção, beneficiamento industrial e a exportação do fumo adquiriram na região uma grande importância.

De acordo com Wink (2002, p. 74), em 1917 a cidade já contava com muitas empresas em diferentes áreas, como a fabril, preparação de banhas, bebidas (cervejas e gasosas),

fundições, equipamentos agrícolas entre outras. Havia, portanto, uma grande diversidade de outras atividades econômicas urbanas, entre as que permaneceram listadas como patrimônio cultural material, citam-se as edificações ecléticas das empresas conhecidas como as Máquinas Schreiner e a fundição Binz.

Os cartões postais existentes entre o começo do século XX e a década de 20 expõem as imagens dos principais espaços e marcos urbanos pelos quais a cidade se apresenta simbolicamente. Destaca-se aqui, por exemplo, em relação ao idioma, que muitos dos postais estão escritos em alemão, ou então, em alemão e português. Os temas dos postais, conforme o quadro 18, apresentam as duas praças, bem como as principais edificações da época, igrejas, sociedades, escolas e empresas.

Quadro 18: Cartões postais de Santa Cruz no começo do século XX

Imagem	Postal	¹⁰Data
A	Egreja Catholica – Katholische Kirche – Santa Cruz, R.G.S Br.	1918
B	Santa Cruz, Rua da República	1901
C	Santa Cruz do Sul Igreja Protestante – Evagelische Kirche	S/D
D	Santa Cruz, Loge Lessing	1902
E	Evangelische Kirche (Igreja Evangélica)	1904
F	Santa Cruz, Deutsche Synodal Schule (Colégio Alemão Synodal)	1908
G	Santa Cruz, Hotel do Comércio	S/D
H	Estação Santa Cruz – Eisenbahnstation Santa Cruz, R.G.S, Br.	S/D
I	Edifício da Companhia de Fumos Santa Cruz	S/D

Fonte: organizado pelo autor.

Na figura 72, os cartões postais do começo do século XX (B, D e E), mostram, respectivamente, duas sociedades (Aliança Católica e o prédio da Maçonaria ou Loge Lessing), bem como a localização da primeira Igreja Evangélica, que foi construída na esquina das atuais Ruas Borges de Medeiros e Tenente Coronel Brito. A localização original da Igreja Evangélica, portanto, fazia parte do entorno da Praça XV de Novembro (atual Praça da Bandeira) que já aparece, em 1904, com o projeto paisagístico realizado na administração de Pita Pinheiro (imagem C). Nesta praça, o seu centro é ocupado pelo atual prédio da Prefeitura Municipal. A nova edificação da Igreja Evangélica passou a ocupar, em 1924, a esquina da Rua Venâncio Aires com a Rua 7 de Setembro. A antiga igreja foi demolida, e o seu espaço foi ocupado pela Caixa Cooperativa Santa Cruzense. Em volta da mesma praça, encontra-se também a edificação conhecida como “prédio da maçonaria”, e que se situa no alinhamento de fundos da Prefeitura Municipal.

¹⁰ As datas foram obtidas a partir do selo de postagem ou pela leitura de textos contidos no próprio cartão. A expressão S/D foi utilizada para os cartões onde não se obteve data escrita exata tendo sido a mesma estimada por aproximação.



Figura 72: Cartões postais de Santa Cruz do Sul: início do século XX até a década de 1920

Fonte: acervo pessoal (foto de 2017).

A imagem “A” mostra a primeira Igreja Católica construída em frente à Praça de São Pedro (atual Getúlio Vargas), ainda sem nenhuma proposta de ajardinamento até 1918. Trata-se de um descampado, assim como descrito por Avé-Lallemant. Esta Igreja foi demolida e substituída pela construção da Catedral São João Batista, erguida em estilo neogótico e inaugurada em 1939. A Catedral São João Batista, em conjunto com a nova construção do Colégio Synodal (mais tarde denominado de Colégio Mauá), foram as duas últimas obras da arquitetura eclética construídas na área central urbana.

Já a imagem “B”, datada de começo do século XX, mostra a vista da Rua da República (atual Rua Marechal Floriano) na mesma quadra em que está situada a Igreja Católica. Pode-se observar a existência de passeios públicos e também de uma incipiente arborização urbana. As imagens “A” e “B” também mostram os padrões de ocupação dos imóveis nos lotes, onde o alinhamento frontal é realizado no limite do terreno com o passeio público, observando-se também, em algumas situações, a existência de afastamento lateral das edificações. A arborização urbana e os passeios da Rua da República também aparecem na imagem “F”, referente ao colégio Synodal. Esta edificação, que surgiu no primeiro postal de paisagem urbana identificada nesta pesquisa, já não apresenta mais a torre como possível alusão simbólica à religião evangélica. Em 1922, é inaugurado, no mesmo local, a nova escola construída em estilo eclético e que passou a ser conhecida como Colégio Mauá.

As imagens “H” e “I” localizam-se fora do entorno das duas praças ou da rua principal. A Estação Ferroviária, foi inaugurada em 1905 em áreas do logradouro público, estando situada na atual Rua Ernesto Alves. Nesta mesma rua, em suas proximidades, ocorreu, gradativamente, a localização de muitas atividades industriais e comerciais, a exemplo da Torres & Cia. (comércio de fumo), Tabacos Tatsch, Café Carioca, etc. Também no mesmo eixo viário, instalou-se, em 1923, a Companhia de Fumos Santa Cruz (imagem I).

6.8 A paisagem do progresso e do embelezamento urbano (1918 – 1976)

A industrialização de Santa Cruz do Sul, para Wink (2002, p.97), correspondeu a uma fase distinta da evolução urbana no período compreendido entre 1917 e 1965. Já conforme Montali (1979, p. 64), e no mesmo intervalo histórico, ocorreu a consolidação da estrutura de produção industrial que caracterizaria a economia de Santa Cruz do Sul. Este processo, contudo, e conforme esta autora, se estende até 1976, incorporando o período de internacionalização do setor fumageiro, que impulsionou intensas transformações na expansão e no crescimento urbano.

O processo de industrialização teve, no século XIX, uma origem artesanal, que esteve relacionada ao desenvolvimento da agricultura e de um comércio direcionado à exportação que, ao longo do tempo, propiciou acumulação de capital e investimentos na área industrial, destacando-se a produção e a comercialização do fumo. Para Bittencourt (2016, p. 103), as novas tecnologias, como a secagem em estufas e o plantio de diferentes tipos de fumo, contribuíram muito para impulsionar a economia, gerando grande lucratividade empresarial e retorno em termos de arrecadação financeira para o Município. Este conjunto de fatores contribuiu, de forma decisiva, para que o desenvolvimento econômico, entre a década de 20 e a de 60, fosse caracterizado pela prosperidade e pela ampliação de diversas empresas de fumo, algumas das quais já estavam estabelecidas. Entre as principais, como exemplo, podem ser citadas a Hennig e Cia. (fundada em 1880), Tabacos Tatsch (fundada em 1905), Kliemann e Cia. (1915), Boetcher Wartchow S/A (fundada em 1932). Posteriormente, surgiram outras como a Sudan Tabacos fundada em 1940 e a Kannenberg & Cia. na década de 50.

Para Noronha (2012, p. 64), a partir de 1918, ocorrem importantes fatos relacionados à evolução empresarial e ao aumento do processo de industrialização do fumo, tanto em termos de seu beneficiamento quanto da fabricação de cigarros. Para este autor, três estabelecimentos podem ser considerados referências em nível local, estadual e nacional: a consolidação da Exportadora Hennig S/A (beneficiamento de fumo); a instalação da Companhia Brasileira de Fumo em Folha (indústria de cigarros ligada à British American Tobacco, e conhecida a partir de 1955 como Souza Cruz); a fusão de médios empresários

locais do setor de beneficiamento de fumo que fundaram a Companhia de Fumos Santa Cruz, e que foi a maior indústria de cigarros em 1918.

De forma paralela às atividades fumageiras e da sua importância para a economia local, também houve o florescimento de outras indústrias. Estas estavam voltadas a produção de bens de consumo, como banha, bolachas, doces e balas, cerveja, óleo de linhaça, sabão, artefatos de borracha, entre outros. Outros tipos de atividades estavam voltadas ao beneficiamento de madeiras, metalurgia, fabricação de móveis etc. Em relação a estas últimas, a origem artesanal das indústrias pode ser percebida em empresas como as Máquinas Schreiner e Binz. Em ambas, relacionadas à fundição e também construção de maquinários, ocorreu a fusão de fatores como o conhecimento técnico empregado pelos proprietários e a inserção das suas atividades em uma economia propícia à venda de implementos agrícolas. São também consideradas patrimônio cultural, tanto pela sua importância histórica quanto pelo valor estético das edificações.

Neste contexto, as primeiras décadas do século XX foram marcadas por importantes transformações da paisagem e da arquitetura. Em 1922, já havia 4 000 moradores na cidade e 33.500 pessoas na área rural do Município (WINK, 2002, p. 109). Ao longo do processo de industrialização, ocorreu também o gradativo aumento da população urbana. Para Silveira (2007), a crescente diminuição das propriedades agrícolas, devido ao processo sucessório, foi um dos fatores que contribuíram para forçar a migração dos filhos de agricultores em busca de melhores condições de vida. Outro fator decisivo foi a atração exercida pela disponibilidade crescente de oportunidades de emprego e renda no comércio e na indústria.

A partir de 1922, e nas décadas seguintes, conforme a tabela 07, pode-se perceber a continuidade de aumento da população urbana, ao mesmo tempo em que há um decréscimo percentual da população rural.

Tabela 07: População de Santa Cruz do Sul entre os períodos de 1940 e 1970

Ano	Total	Urbana	%	Rural	%
1930	-	-	-	-	-
1940	55.041	6.115	11,1	48.926	88,9
1950	69.605	15.712	22,6	53.983	77,4
1960	76.854	22.026	28,6	54.826	71,4
1970	86.806	33.076	38,1	53.730	61,9

Fonte: Censos Demográficos do Rio Grande do Sul - FIBGE. Observação: não há dados disponíveis da década de 1930.

O progresso e a prosperidade econômica foram acompanhados pelo crescimento demográfico, refletindo-se na expansão da malha urbana. A planta da cidade de Santa Cruz de 1922 (figura 73), realizada na gestão do Intendente Gaspar Bartholomay, expandiu os limites do traçado urbano em direção oeste, até a atual Rua Carlos Trein e, ao norte, até os

limites com a atual Rua Tiradentes. Deste período, em torno de 1920 e 1930, havia limites naturais. As áreas ao norte, que constituíam logradouro público, eram denominadas pela população como “várzea” por serem a parte mais baixa do terreno e propensas a inundações. Ao leste, a cidade tinha como uma de suas referências a localização da chácara das Freiras, que compõem parte do que hoje forma o Bairro Higienópolis. Esta área, situada na pré-encosta da serra, era conhecida também pela população como “...de trás do céu”, provavelmente em alusão simbólica ao contraste entre o morro e o azul do céu com a ocupação religiosa. Já ao oeste, em áreas planas, havia a chácara dos Irmãos Maristas. No entorno imediato da malha urbana (figura 73), pode-se observar a configuração das chácaras que, pela sua disposição espacial, impunham limites à expansão do traçado urbano. A partir de 1920, inicia-se o parcelamento das chácaras situadas no entorno da cidade sendo que muitas já eram dedicadas somente ao lazer e recreação.

Fora do traçado urbano de 1922, estava localizada também a Companhia Brasileira de Fumos em Folha (atual Souza Cruz), margeada pelo percurso da linha férrea no sentido sul-norte em direção à estação. Gradativamente, e com a expansão da malha urbana, vai ocorrendo a estruturação e consolidação das principais vias de acesso à cidade. São elas as vias de acesso ao norte, como as atuais Avenida Independência (em direção a Rio Pardo), João Pessoa e Galvão Costa (em direção à Linha Santa Cruz); de acesso ao oeste pelas Ruas Carlos Trein e Gaspar Bartholomay (em direção a Vera Cruz); ao sul, a partir do alongamento da via Marechal Deodoro, e da consolidação da rua principal (em direção a Rio Pardo).

Tendo como referência o inventário patrimonial realizado pela Prefeitura Municipal e Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC (2003), e que serviu posteriormente como base para discussão da proposta de lei de preservação patrimonial do Município, classificaram-se os bens culturais pertencentes às edificações ecléticas conforme a data de sua construção e uso, de maneira a inseri-los no traçado de 1922, que é correspondente ao seu período histórico. Salienta-se também que, na legislação de preservação patrimonial, a delimitação do traçado de 1922, concentra a maior parte das edificações legalmente protegidas. O inventário patrimonial de 2003, contudo, é mais abrangente em termos de inclusão de bens culturais, apresentando inclusive obras já demolidas, motivo pelo qual optou-se pela sua utilização como referência.

A arquitetura deste período é caracterizada pelo ecletismo, e os usos foram sistematizados da seguinte maneira: institucional, comercial, misto, residencial e industrial. Desta maneira, e no mapa de 1922 (figura 73) pode-se perceber, que conforme a evolução econômica e o desenvolvimento da cidade, há a indicação de predominância ou consolidação de algumas localizações espaciais na paisagem urbana. São concentrações de usos que passaram a conferir determinados significados sociais ou culturais.

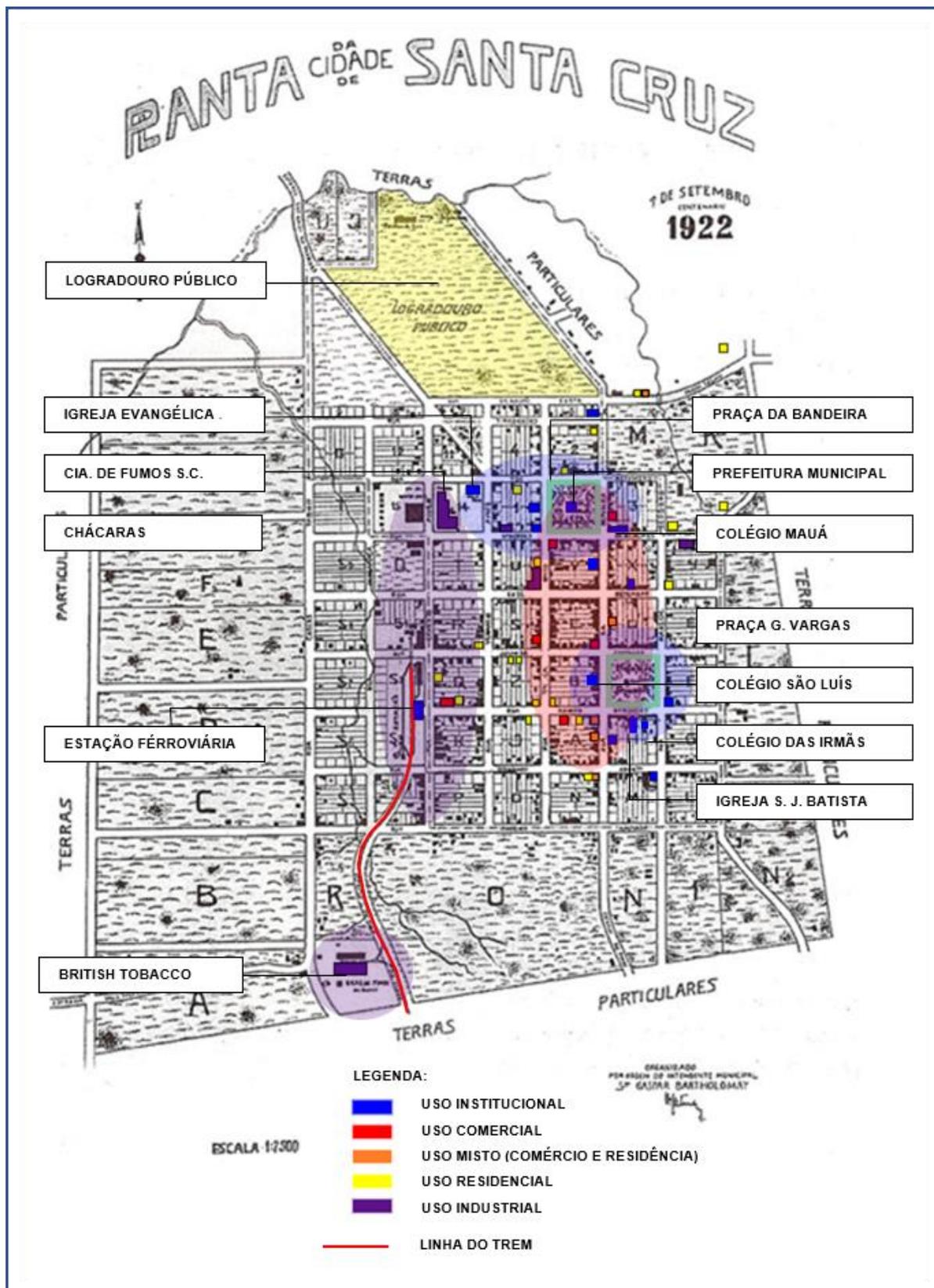


Figura 73: Planta da Cidade de Santa Cruz em 1922 e usos do patrimônio
 Fonte: Desenho da planta CEDOC/UNISC. Adaptações no desenho realizadas pelo autor.

Nas zonas em roxo estão marcadas as áreas onde houve a instalação de empresas como a British American Tobacco e a Companhia de Fumos Santa Cruz, ambas localizadas no eixo da atual Rua Ernesto Alves. Em 1918, os irmãos Schütz inauguram a Companhia de Fumos Santa Cruz (Figura 74). A Companhia de Fumos é o resultado de uma fusão de capitais locais para a construção de uma única empresa de fabricação de cigarros destinada a abastecer o consumo do mercado estadual e nacional. Houve um rápido crescimento dos negócios e, em 1921, já haviam sido adquiridas grandes áreas, estrategicamente situadas ao norte da atual Rua Ernesto Alves, de fácil acesso a Estação Ferroviária. Nestas áreas, houve a construção das instalações de armazenagem, produção e venda de cigarros. O conjunto destas edificações ocupava uma quadra e meia da cidade e foi concluído em 1927. Apesar de sua importância histórica e cultural para a Cidade, a edificação correspondente ao quarteirão leste, mesma quadra da Igreja Evangélica, foi demolida em 2014.

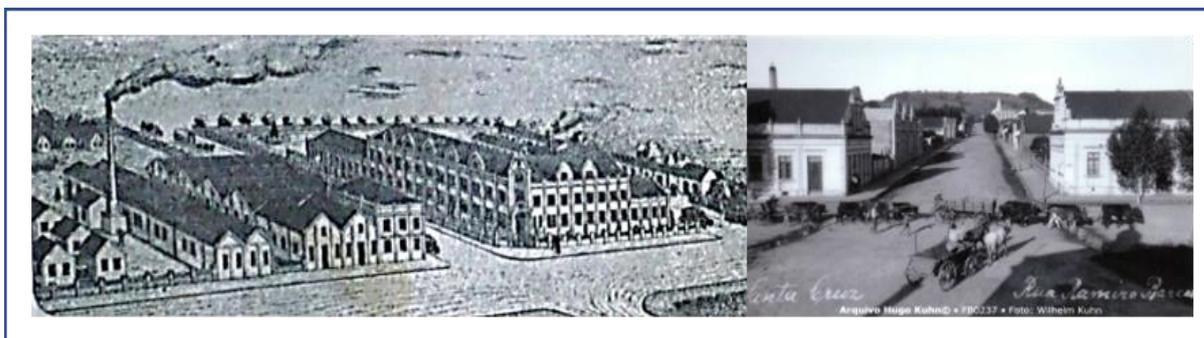


Figura 74: Companhia de Fumos Santa Cruz na Rua Ernesto Alves e eixo da Rua Ramiro Barcelos

Fonte: Primeira imagem: Noronha (2012, p. 301). Segunda imagem: acervo Hugo Khun (década de 20).

Na segunda fotografia, à direita da figura 74, pode-se ver o eixo da Rua Ramiro Barcelos no sentido que parte da Estação Ferroviária (oeste) em direção à rua principal (leste). Nesta paisagem, o trajeto da rua sobe uma pequena elevação até a parte mais alta do terreno e tem como cenário o perfil da serra conhecido por “...detrás do céu” e a antiga Igreja Católica. Por outro lado, a estação ferroviária, localizada ao centro do eixo da Rua Ernesto Alves é a única interrupção do traçado urbano ao oeste, sendo, portanto, um ponto focal e um elemento surpresa na paisagem. Destacam-se também as ruas largas, sem calçamento, mas com passeios públicos em ambos os lados da via bem como o alinhamento construtivo das edificações das esquinas.

Antes da chegada do trem, as atividades industriais estavam localizadas de forma dispersa em toda malha urbana, caso, por exemplo, das edificações constantes no inventário como as Máquinas Schreiner, a Fundação Binz ou a antiga litografia Minerva (demolida). Posteriormente, a implantação da Estação Férrea contribuiu para atrair novos investimentos

comerciais e industriais com tendência de localização destes usos ao longo do eixo da Rua Ernesto Alves. Esta tendência vai-se consolidar gradativamente até a década de 60 e 70, e com o encerramento de atividades da Estação Férrea, ocorre também um lento abandono das funções industriais do centro da cidade.

A zona marcada em vermelho no mapa da figura 21 corresponde à área delimitada pela rua principal e pela Rua Tenente Coronel Brito, bem como suas transversais. São áreas onde estão localizadas atividades comerciais, como os hotéis, bancos e o comércio em geral. Destacam-se, especialmente: o Banco Pelotense, a Caixa União Popular, a Caixa Cooperativa Mercantil Santa Cruzense, o Hotel das Moças, Hotel do Comércio, entre outros. Há também muitas edificações comerciais e residenciais conhecidas pelos nomes dos proprietários, como Bartholomay, Eifler, Frantz, Muller, etc.

Em azul, e relacionado às atividades institucionais, estão hachuradas as áreas de entorno das duas praças localizadas na rua principal da cidade. No centro da Praça da Bandeira, encontra-se a Prefeitura Municipal. O entorno imediato da Praça da Bandeira tem a localização do prédio da Maçonaria (ao oeste), do Colégio Mauá (ao leste) e do Colégio Distrital (sudoeste), bem como da primeira usina elétrica da cidade (ao norte). Nas proximidades, encontra-se ainda a nova edificação da Igreja Evangélica (e o cemitério evangélico) e a edificação do Presídio Municipal. Há, portanto, uma concentração das funções institucionais relacionadas à administração pública, bem como as vinculadas a Igreja Evangélica.

Já no entorno da atual Praça Getúlio Vargas, estão localizados, ao sul, a Igreja Católica, o Colégio das Irmãs (Irmandade Franciscana), a Sociedade Aliança Católica, o Hospital Santa Cruz e a sua capela. Ainda ao sul, e na distância de 6 quadras, encontra-se o cemitério católico. Ao oeste da praça, está localizado o Colégio dos Irmãos Maristas e, ao leste o prédio do Bispado. O conjunto destas edificações e espaços está relacionado a educação, lazer, recreação, culto e saúde, vinculados a religião católica. A concentração institucional das duas praças expõe, desta maneira, apropriações simbólicas e culturais na construção da paisagem urbana. Contudo, a utilização das duas praças nunca esteve relacionada de forma exclusiva as atividades religiosas e ambas sempre foram espaços de lazer e de recreação para a sociedade.

Na planta de 1922, surgem também os projetos paisagísticos das praças onde pode-se observar que os desenhos geométricos valorizam o centro, os eixos diagonais e as esquinas. O desenho das praças também é patrimônio cultural oficialmente reconhecido. A Praça da Bandeira teve seu projeto paisagístico executado antes da Praça Getúlio Vargas. Em 7 de setembro de 1922, foi construído um espaço de memória com o lançamento da pedra fundamental do Monumento Centenário da Independência do Brasil, erguido em frente à Prefeitura Municipal. Já a Praça 15 de Novembro (atual Praça Getúlio Vargas) teve seu projeto

paisagístico construído após o final da década de 40. Nesta praça havia, até então, e em seu centro, um quiosque muito utilizado para encontros e atividades sociais.

A construção de todas estas edificações ocorreu em um período marcado pela influência do ecletismo na paisagem. São obras institucionais, comerciais, industriais e residenciais que substituíram as obras anteriores (do período colonial) ou lhe deram renovação em uma estética arquitetônica que abrangeu as duas últimas décadas do século XIX até a terceira década do século XX. Neste sentido, e para Keller (2014), as edificações ecléticas podem ser classificadas em duas fases distintas: a compreendida entre 1886 e 1918; a posterior, que evolui até a data de 1929. Entre os prédios mais representativos da primeira fase, encontram-se: o prédio da Prefeitura Municipal; a Loja Maçônica; o Colégio Distrital e a Estação Ferroviária, já citados nesta pesquisa. Mas outras edificações representativas desta primeira fase são também edificações residenciais, como a casa Frantz (localizada na esquina das atuais Ruas Fernando Abott com Marechal Floriano) 1886, a residência Riedl (1910) e o comércio e residência Frantz (1914). Todas estas obras são patrimônio cultural do Município. A segunda fase, para Keller (2014, p. 127), está vinculada à prosperidade econômica, com especial ênfase no tabaco e na progressiva intensificação de obras e construções que surgem na cidade de Santa Cruz.

Para exemplificar a importância deste patrimônio cultural, destacaram-se algumas destas obras conforme descrito no quadro 19. Estas edificações fazem parte do catálogo de inventariação do patrimônio arquitetônico de Santa Cruz do Sul, realizado pela Prefeitura Municipal e pela Universidade de Santa Cruz do Sul em 2003. O conjunto das obras que constituem efetivamente o patrimônio eclético urbano e que são protegidas por lei foi também classificado conforme o seu uso e data de construção, de maneira integrada as fases desta pesquisa, e está disponível para consulta nos apêndices B e C.

Quadro 19: Exemplificação do patrimônio eclético classificado por usos

Uso institucional	Igreja Evangélica (1921 – 1924) Catedral São João Batista (1928 – 1939)
Uso comercial	Caixa Cooperativa Mercantil Santa Cruzense (1926) Caixa União Popular (1925) Banco Pelotense (1920 – 1922)
Uso misto	Comércio e residência Eifler (sem data) Padaria e residência Muller (1929)
Uso residencial	Residência Hennig (década de 1920) Residência Frantz (década de 1920) Residência Riedl (1910)
Uso industrial	Máquinas Schreiner (data da obra: década de 1920) Fundições Binz (1927) Torres & Cia (1927)

Fonte: elaborado pelo autor com base em Inventário do Patrimônio Arquitetônico: área central urbana de Santa Cruz do Sul. PMSCS/UNISC, 2003.

A construção das novas igrejas, católica e evangélica, ocorreu na década de 20 e 30. Para Noronha (2012), os dados quantitativos sobre o número de evangélicos e protestantes existentes em Santa Cruz do Sul demonstram um relativo equilíbrio até a década de 1930. Os dados pesquisados por Krause (1991) apontam também uma correlação entre a religião e o setor empresarial. Neste sentido, ambas as pesquisas sugerem uma composição percentual maior de estabelecimentos industriais de integrantes evangélicos em relação aos católicos, bem como de uma maior participação destes na vida política. A partir da década de 30, contudo, há uma tendência de crescimento numérico dos católicos. Para Noronha (2012, p. 111) um ponto de conflito com os protestantes ocorreu devido a construção das novas igrejas nas décadas de 1920 e 1930.

Em 1924 os protestantes inauguraram sua igreja, maior que a católica, mostrando à comunidade o nível de prosperidade de uma elite urbana que controlava a Companhia de Fumos Santa Cruz S/A e integrava 90% dos acionistas da Caixa de Crédito Santa-Cruzense, futuro Banco Agrícola Mercantil S/A. (NORONHA, 2012, p. 111)

A construção da nova Igreja Evangélica, em estilo românico, foi realizada na esquina das atuais Ruas Venâncio Aires e Sete de Setembro entre o período de 1922 (lançamento da pedra angular) e 30 de novembro de 1924, data de sua inauguração. Para este dia festivo, compareceram muitos fiéis, que se emocionaram ao som do novo órgão e dos corais entoando músicas em alemão como “Die Himmel rühmen”. Na figura 75, uma imagem da Igreja a partir da Rua Venâncio Aires revela a paisagem urbana da época.



Figura 75: Igreja Evangélica de Confissão Luterana de Santa Cruz do Sul – centro
Fonte: Comunidade Evangélica Centro. IECLB. História de Santa Cruz do Sul. Década de 1920.

Nesta imagem, pode-se observar as ruas não pavimentadas, calçadas estreitas de um lado da via e a arborização composta por plátanos. As árvores foram plantadas ao longo da rua em direção à atual Avenida Independência. Posteriormente, seriam removidas e na década de 40/ 50 foram substituídas em um projeto de arborização urbana que utilizou espécies como as extremosas e as legustres. A propriedade da Igreja abrange toda face da

quadra da rua Venâncio Aires (ao leste) em um total de meio quarteirão, tendo em sua divisa oeste a Companhia de Fumos Santa Cruz. Este lote foi gradativamente ocupado pelas casas dos pastores, salão comunitário, secretarias e administração paroquial.

Também os católicos, em um contexto de aumento progressivo de fiéis (e da população urbana), firmaram parcerias entre a elite local e a Arquidiocese de Porto Alegre para a construção de sua nova igreja. Em julho de 1927, foi lançado um edital de concorrência pública para um novo projeto. O projeto vencedor, contudo, não foi executado. Conforme Keller (2014, p. 170), a comissão responsável pela construção apelou ao Arcebispo solicitando aprovação de outro anteprojeto de autoria do austríaco Simão Gramlich. Esta solicitação foi efetivamente atendida em 1928, ano em que também se iniciaram as obras da nova Igreja. A Catedral seria construída em estilo neo-gótico em uma escala que a colocaria como o maior templo, neste estilo, na América do Sul. Tratou-se, efetivamente, de uma obra simbólica que marcou a paisagem urbana, a fé católica, ao mesmo tempo em que expôs a prosperidade e o progresso do Município.

O porte do empreendimento, contudo, necessitou de volumosas somas de recursos. Houve também contratempos entre construtores e o arquiteto responsável, o que gerou muitas interrupções ao longo da execução da obra. A inauguração da nova Catedral, portanto, ocorreu onze anos após o início das obras, em 24 de dezembro de 1939.



Figura 76: Catedral São João Batista

Fonte: acervo pessoal (foto de 2017).

Na figura 76, pode-se observar que a Catedral São João Batista foi construída imediatamente atrás da igreja original. Esta foi demolida após a conclusão da nova obra. A monumentalidade da nova igreja sinaliza o espaço inicial de formação da povoação de Santa Cruz do Sul. A localização do monumento está também alinhada com o eixo central da praça, em cujo entorno surgiram as primeiras edificações da cidade. A inauguração da Igreja Matriz, diferentemente do da Igreja Evangélica, ocorreu em um período em que se iniciaram os conflitos da Segunda Guerra Mundial, bem como a campanha de nacionalização do Estado Novo. Havia, então, uma série de restrições como, por exemplo, a de proibição de uso do

idioma alemão. Neste sentido, para Keller (2014, p. 172), a inauguração da nova igreja ocorreu em uma manhã e “...a comunidade reuniu-se em silêncio na antiga matriz e partiu em procissão silenciosa até o recinto vigiado da nova matriz”. Foi uma celebração simples com missa proferida em língua portuguesa. A inauguração da Catedral também poderia encerrar, simbolicamente, a fase de construções no estilo eclético da área central urbana de Santa Cruz do Sul.

Na figura 77, e da esquerda para a direita, estão exemplificadas as edificações ecléticas de uso comercial por meio da Caixa Cooperativa Mercantil Santa-Cruzense, da Caixa União Popular e do Banco Pelotense. A Caixa Cooperativa (originalmente chamada de “Spar und Darlehnskasse”) foi um importante estabelecimento de crédito que deu suporte às atividades industriais e comerciais da Cidade. Já estava instalada, desde a sua fundação em 1904, em uma esquina da rua principal com a 28 de setembro, mudando-se, posteriormente, para a esquina das Ruas Borges de Medeiros com a Tenente Coronel Brito, em local onde mais tarde seria construído o Banco do Brasil (atual Secretaria de Administração do Município). Com a construção da nova Igreja Evangélica em outro local, a antiga igreja foi demolida e o terreno arrematado para a construção da nova edificação da Caixa Cooperativa Mercantil, inaugurada em 1926.



Figura 77: Arquitetura Eclética da área central urbana: edificações de uso comercial
 Fonte: Inventário do Patrimônio Arquitetônico: área central urbana de Santa Cruz do Sul. PMSCS/UNISC, 2003.

A Caixa União Popular, começou suas atividades em 1919, por meio de iniciativa do padre suíço Theodor Amstad. A obra foi construída na Rua Ramiro Barcelos e inaugurada em 1925. A última obra da figura 77, à direita, corresponde ao Banco Pelotense, inaugurado em 1922 e localizando na esquina das Ruas Marechal Floriano com a Júlio de Castilhos. Com a liquidação do Banco Pelotense em 1931, a edificação sediou outras instituições como o Banrisul e a Exatoria Estadual. Em 1991 o prédio foi tombado pelo secretário estadual Sr. Carlos J. Appel (Portaria nº 05/91, 10 de março de 1991) sendo atual sede da Associação Pró- Cultura e é conhecido por sediar a Casa das Artes Regina Simonis.

Em relação às edificações de caráter comercial e institucional, salientam-se alguns aspectos referentes a sua localização espacial na paisagem urbana, como a escolha dos

espaços de entorno das praças, mas também do cruzamento das principais vias. Neste sentido, e ao se considerar o tipo de lotes e a malha ortogonal, percebe-se a recorrência na utilização preferencial dos lotes das esquinas ou então próximos ao centro de quadra. As localizações preferenciais de esquinas podem ser percebidas em muitas edificações considerados bens culturais como, por exemplo, o Colégio Mauá, a edificação do Bispado, o colégio das Irmãs, a Capela do Hospital Santa Cruz, o colégio Distrital, a Igreja Evangélica. Da mesma forma, ocorre a utilização do centro de quadra, citando-se como exemplos a própria Catedral São João Batista, a sociedade Aliança Católica, o colégio São Luís, a Maçonaria, a sociedade Ginástica. Outro aspecto relevante é a marcação das esquinas pela colocação do acesso principal de entrada.

Na figura 78, estão exemplificadas três obras ecléticas representativas do patrimônio industrial, respectivamente, da esquerda para a direita: Máquinas Schreiner, Fundições Binz e Torres & Cia. A Máquinas Schreiner foi fundada em 1882, e a Fundação Binz, em 1911, e representam o processo de nascimento da indústria ligada ao processo de imigração. Segundo Bittencourt (2016, p. 05), a arquitetura industrial adotou um estilo arquitetônico mais simplificado e econômico, visando a utilidade e a racionalização do espaço fabril e correspondente ao “Neue Sachlichkeit”, ou nova objetividade. A empresa Torres & Cia localiza-se ao final da Rua Ramiro Barcelos, praticamente em frente à Estação Ferroviária. Foi construída em 1927 (BITTENCOURT, 2016, p.11), apresentando, contudo, muito mais sofisticação arquitetônica na sequência de pavilhões e platibandas, que apresentam volutas e curvas sinuosas que remetem ao estilo barroco.



Figura 78: Arquitetura Eclética da área central urbana: edificações de uso industrial

Fonte: Inventário do Patrimônio Arquitetônico: área central urbana de Santa Cruz do Sul. PMSCS/UNISC, 2003.

Em relação às edificações residenciais, selecionaram-se três exemplos de bens culturais. Na sequência da figura 79, apresentam-se as casas das famílias Hennig, Riedl e Frantz. A primeira, da esquerda para a direita, foi residência de Arnaldo O. Hennig, fundador e diretor da Exportadora Henning de Tabaccos, bem como da Companhia de Cigarros Sinimbu. A residência, construída na década de 1920, situa-se na Rua Ramiro Barcelos. A segunda residência, construída em 1910, em dois terrenos localizados ao centro da quadra

da Rua Sete de Setembro, foi pertencente a José E. Riedl, austríaco e fundador da Riedl & Cia., que publicava o jornal “Die Kolonie”. A terceira casa, também construída na década de 20, foi residência de Francisco José Frantz, fundador do jornal Gazeta do Sul, que iniciou atividades após o fechamento do Jornal Kolonie em 1941. Estas edificações residenciais são consideradas bens culturais pelo inventário realizado entre a Prefeitura Municipal e a Universidade de Santa Cruz do Sul (2003). Contudo, a residência Riedl, por exemplo, não está incluída como imóvel de preservação patrimonial na legislação municipal. Portanto, há que se considerar a importância de ampliar legalmente o reconhecimento de imóveis que estão excluídos de qualquer proteção legal.



Figura 79: Arquitetura Eclética da área central urbana: edificações de uso residencial
 Fonte: Inventário do Patrimônio Arquitetônico: área central urbana de Santa Cruz do Sul. PMSCS/UNISC, 2003.

Os padrões de ocupação da arquitetura residencial eclética, em seu conjunto, também expressam muitos aspectos característicos da paisagem urbana local. Como exemplo, o alinhamento das casas com o passeio público mantendo afastamentos laterais, de um dos lados, pelo menos, para iluminação e ventilação. Outra situação recorrente é o afastamento da edificação em todas as divisas do lote. Em ambos os padrões de ocupação do imóvel no terreno, ocorrem a formação de jardins laterais, frontais ou mesmo no entorno das residências. Em relação a esta particularidade, o cuidado e o cultivo dos jardins das casas foi uma das práticas adotadas pelos moradores locais que, posteriormente, fizeram com que a cidade fosse lembrada por muitos visitantes pela beleza e variedade das flores.

Outro trabalho utilizado como fonte para identificação das marcas da arquitetura eclética foi produto de uma pesquisa realizada entre 2012 e 2014 e intitulada “Qualidade visual do Patrimônio arquitetônico eclético na paisagem urbana da área central de Santa Cruz do Sul: o impacto das mídias exteriores”. Este trabalho, coordenado por este pesquisador, teve como um de seus objetivos o levantamento completo da arquitetura eclética existente no centro urbano, bem como o de avaliar as condições de integridade física e legibilidade das edificações. Em relação a esta pesquisa, e conforme Lovato (2016, p. 118), muitos dos imóveis que efetivamente são inventariados e protegidos legalmente em Santa Cruz do Sul

possuem igual relevância em termos de valores históricos ou arquitetônicos de edificações ecléticas que não estão reconhecidas como bens culturais.

Como exemplo, apresentam-se as edificações residenciais ecléticas da figura 80, respectivamente localizadas: a primeira, ao final do eixo da Rua Venâncio Aires, em frente ao Parque da Oktoberfest; a segunda na Rua Júlio de Castilhos, ao lado do Centro de Cultura Regina Simonis e, a última, na rua Borges de Medeiros, proximidades da Igreja Evangélica.



Figura 80: Arquitetura eclética em Santa Cruz do Sul

Fonte: acervo pessoal (fotos de 2017).

Esta arquitetura, não inventariada, compõe um exemplo de ampliação das potencialidades de entorno de bens culturais legalmente protegidos, valorizando a paisagem em termos de reconhecimentos dos valores culturais e da história local. Salienta-se, ainda, que muitas destas edificações estão em excelente estado de conservação e preservação. Por outro lado, e pela ausência de valorização da sua importância na paisagem urbana, são também os bens culturais mais suscetíveis a todo tipo de modernizações e à demolição.

A este respeito, na figura 81, selecionaram-se também, a título de exemplificação, obras ecléticas que demonstram as descaracterizações modernizantes (primeira fotografia), bem como as perdas ocorridas recentemente.



Figura 81: Descaracterização e perda da arquitetura eclética urbana

Fonte: acervo pessoal (fotos de 2014).

As edificações da segunda e da terceira fotografia foram demolidas em 2015. A ausência de reconhecimento da arquitetura menor, das indústrias ou edificações de menor

porte, tem apagado uma das marcas desta arquitetura na paisagem urbana: a variedade de frontões e a riqueza de suas ornamentações, muitos dos quais remetem ao estilo barroco.

O contexto de inserção da arquitetura eclética na paisagem urbana pode ser observado na figura 82, que apresenta uma fotografia aérea de 1935 da área de estudo. Nesta imagem, o entorno edificado é composto por prédios com altura de um ou dois pavimentos e as ruas caracterizam-se pela pouca arborização e pela ausência de calçamento das faixas carroçáveis. Já existem passeios públicos em parte da cidade e a sua construção utilizou a pedra grês. As pedras grês sempre foram abundantes nas pedreiras locais e apresentam uma leve tonalidade avermelhada.

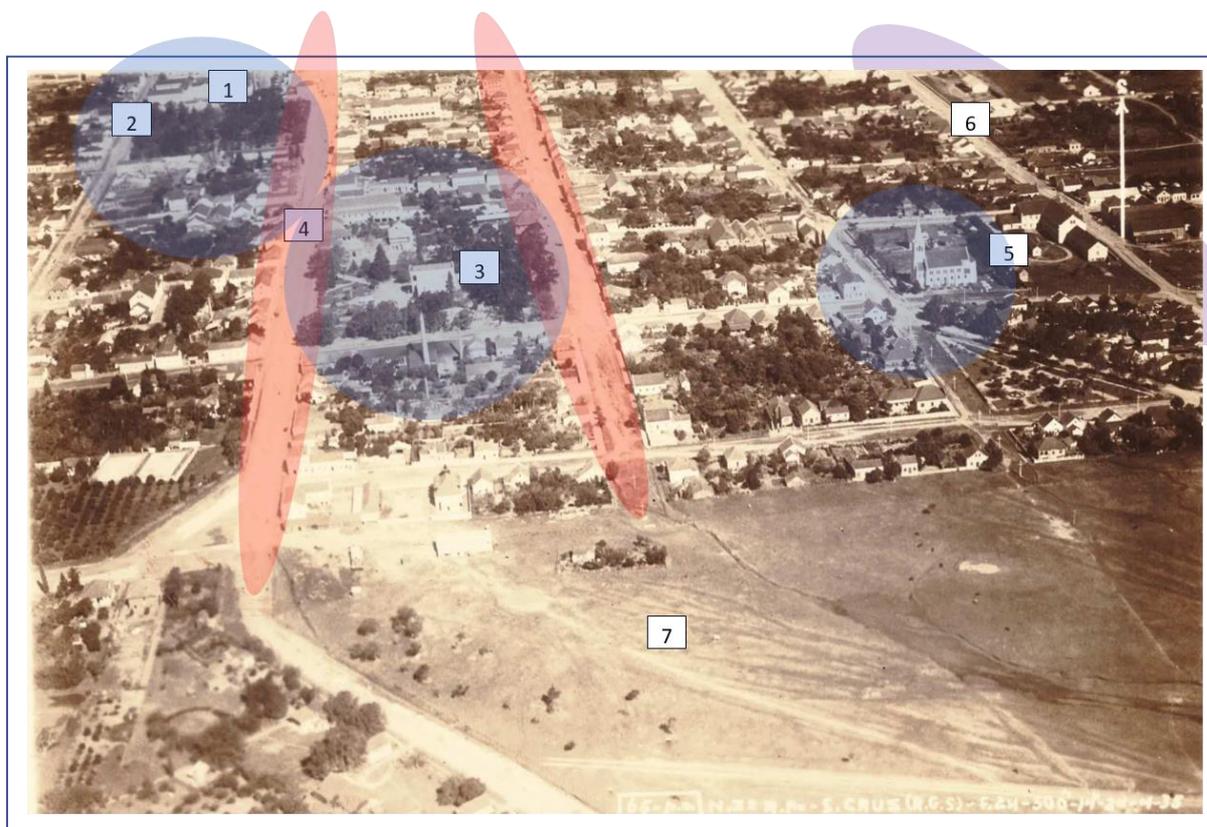


Figura 82: Imagem aérea de Santa Cruz do Sul em 1935

Fonte: acervo Ronaldo Wink. Imagem alterada pelo autor.

Em relação à ocupação, os dois espaços caracterizados pela concentração de usos institucionais estão hachurados em azul. O primeiro é correspondente à Praça Getúlio Vargas (2) e à Igreja Católica (1); o segundo, à Praça da Bandeira e ao prédio da Prefeitura Municipal (3). Entre estes dois espaços, localiza-se o principal eixo comercial, ou a Rua Marechal Floriano (4), hachurado em vermelho. Este eixo faz a conexão entre as praças e é também paralelo à formação de um novo eixo comercial ao leste, Rua Tenente Coronel Brito. Estas duas vias, e suas transversais, concentram a maior parte das atividades comerciais da

Cidade. A terceira área institucional surge a partir da nova localização da Igreja Evangélica ao leste, que ocupa a metade da quadra com a Companhia de Fumos (5).

A Companhia de Fumos está localizada no eixo da Rua Ernesto Alves (hachurado na cor lilás) na direção norte-sul até a Estação Ferroviária (6). Ao sul, como limite das vias urbanas, encontram-se o logradouro público, cujas áreas irão formar, futuramente, o Parque da Oktoberfest (7) bem como a Vila Militar e áreas destinadas a funções governamentais, como o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem do Rio Grande do Sul (DAER).

Além da construção de monumentos, novas obras e melhorias urbanas, as primeiras décadas do século XX foram também marcadas por uma intensa aspiração de manter as tradições e as raízes culturais germânicas. Santa Cruz do Sul possuía um número muito expressivo de sociedades desportivo-recreativas (como exemplo clubes de bolão, sociedades de cavalaria, de tiro) e também clubes de canto, leitura, música, teatro bem como associações beneficentes ligadas às comunidades católicas e evangélicas (KIPPER, 1979, p. 34). O papel das sociedades representava contato e troca social e também estava relacionado, de certa forma, à conservação do “Deutschtum”, entendido culturalmente como um “espírito de germanidade” (KIPPER, 1979, p.16). Entre as principais sociedades existentes na área de estudo, destacam-se a Sociedade Ginástica (fundada em 1893), o Clube União (fundado em 1866) e a Aliança Católica (fundada em 1900). Todas promoviam eventos, como bailes e festas, jogos, exercendo uma função integradora na comunidade local.

A cidade também já tinha programação cinematográfica, como o Cine Teatro União (1919) e o Cine Teatro Ginástica (em 1925), além de muitas apresentações de grupos teatrais ou musicais, alguns dos quais vindos da Alemanha. Neste sentido, muitas sociedades, especialmente as religiosas e educativas, mantinham contatos e estreitas ligações com o exterior, recebendo diversos benefícios em termos de recursos para compra de equipamentos, publicações, livros, ou mesmo para a manutenção e o desenvolvimento de suas atividades. Para Kipper (1979, p. 49), os descendentes de alemães em Santa Cruz do Sul sentiam orgulho de sua origem e da manutenção de sua cultura como o linguajar, usos e costumes, enquanto valor sentimental e não político. Essa identidade germânica expressou-se, portanto, no uso do idioma, e para Kipper (1979, p. 16), o período anterior a 1937 em Santa Cruz é marcado fortemente pelo “Deutschtum”. Este foi também intensamente cultivado pelas muitas sociedades culturais, desportivas e recreativas do Município.

A língua mais falada e mais lida ainda é o alemão. O povo ainda se reúne em suas sociedades para os tradicionais “kerbs” e “konigfest”. Nos coros das igrejas a maioria dos cantos são entoados em alemão. As escolas ainda são mantidas pelos colonos e nelas um bom número de crianças continua sendo alfabetizada em alemão. Persistem as ligações culturais com a pátria mãe. (KIPPER, 1979, p. 16)

Na cidade de Santa Cruz, o alemão era utilizado tanto na vida privada e doméstica, quanto na vida pública, em atividades religiosas como casamentos, batizados, missas e cultos. Foi ensinado em escolas, utilizado como escrita para redação de documentos, como atas, estatutos e regimentos de sociedades culturais e recreativas. Também era usualmente empregado na vida econômica, em repartições públicas e privadas. De acordo com Kipper (1979, p. 20), um dos motivos de permanência do idioma como principal língua tantas décadas após a formação da colônia teve sua origem na ausência de preocupações do Governo do Estado na instrução escolar do idioma nacional. Por outro lado, houveram também as questões identitárias e culturais firmemente atreladas aos sentimentos de identidade e coesão do grupo social.

Este contexto cultural, contudo, altera-se após 1938, a partir das campanhas de nacionalização promovidas pelo Estado Novo. No Rio Grande do Sul, o governo promoveu ações de assimilação e integração dos assim denominados “quistos étnicos” na sociedade brasileira. Para tanto, foram tomadas muitas medidas que, conforme Kipper (1979, p. 17), incluíam nacionalização do ensino primário, controle das sociedades e suas filiações, proibição de uso do idioma alemão em lugares públicos ou em cerimônias religiosas incluindo-se também a proibição da circulação de jornais e outras publicações em língua estrangeira. Neste contexto, o Jornal “Kolonie”, impresso desde 1891 e que foi um dos mais destacados jornais em língua alemã no Estado, finda sua existência em 1941.

Para Noronha (2012, p. 88), o período de 1918 até o final da Segunda Guerra Mundial esteve atrelado a muitas transformações de ordem política e cultural. Após a Primeira Guerra Mundial, e a partir da década de 1920, emerge uma valorização da cultura nacional, o que implicou na gradativa perda cultural de comunidades como as italianas e alemãs. Foi, de fato, a partir de 1930, que se iniciaram os conflitos e as tensões entre as práticas germânicas como o uso do alemão falado e escrito, o ensino do idioma em escolas, com uma nova postura relacionada ao patriotismo brasileiro. Estas questões tiveram seu momento mais marcante na campanha de nacionalização de Getúlio Vargas. A partir de 1938, as medidas de repressão foram de grande impacto para a comunidade local, e a proibição de falar o idioma alemão ocasionou alterações no cotidiano da população.

Neste contexto, todas as questões relacionadas à esfera pública (pagamentos de impostos, contas, alvarás), à vida social e cultural (celebrações, festas, ofícios religiosos) e mesmo à vida privada, passaram a estar fiscalizadas e sob controle do Estado. A comunidade procurou, a sua maneira, adaptar-se às novas determinações legais, mas com grandes perdas culturais. Os anos de 1942 e 1943, segundo Kipper (1979, p. 24) marcam o auge desta crise, com a cooptação de cidadãos, por parte do Estado, para intensificar a vigilância e a fiscalização das medidas de repressão.

A campanha de nacionalização teve, portanto, um grande impacto sobre a vida social e cultural de Santa Cruz, bem como de municípios vizinhos. Estas medidas ocasionaram mudanças no tipo de sociedades, com diminuição do número das de Cavalaria e Tiro ao Alvo, por exemplo. Por outro lado, para Kipper (1979, p. 37), houve o aumento de outras como as de Bolão e Futebol. Outras festas tradicionais, como a “könningfest” praticamente se extinguíram, ao mesmo tempo em que as características da cultura germânica deixaram, gradativamente, de serem tão evidentes.

Por estes motivos, o contexto anterior a 1945, para Noronha (2012, p. 37) e Kipper (1979), tem como marca cultural a identidade germânica expressa a partir do idioma, da imprensa escrita, das festas e tradições culturais, bem como das eventuais manifestações simpáticas ao nazismo, conforme estudos realizados por Schmidt (2004) e Vogt (2001). É um discurso consolidado no mesmo momento em que emergiram empresas como a Companhia de Fumos Santa Cruz S/A e a Caixa de Crédito Santa Cruzense (futuro Banco Agrícola Mercantil S/A). A comunidade de Santa Cruz criou uma elite local que foi capaz de integrar a economia da cidade ao estado e ao país. Essa elite também conseguiu, para Noronha (2012, p.37), imprimir reconhecimento nacional, e, em parte, produzir sua memória a partir da sua bagagem cultural de forma aliada ao sucesso do tabaco.

A partir de 1945 o discurso que era centrado na identidade germânica passou a se deslocar, gradativamente, para o progresso econômico, especialmente o desenvolvimento da economia fumageira. Para Montali (1979, p. 55), o fumo vendido de Santa Cruz para fora do Rio Grande do Sul até 1919 era, em sua maior parte, não beneficiado. Mas este quadro se altera com a instalação das empresas de beneficiamento e fabricação de cigarros, como a Souza Cruz (em 1919), Cia. de Fumos (1918), a Tabacos Tatsch (em 1932) e a Companhia de Cigarros Sinimbu (em 1948). Além do fumo, também houve instalação de indústrias de produtos alimentares (segundo lugar em ordem de importância industrial), tais como o Frigorífico Excelsior (a partir de 1940), bem como de borracha, vestuários, móveis e outros. Em 1940, a indústria já representava 33% da renda gerada pelo Município enquanto o comércio e a agricultura atingiam percentuais de 34% e 27 %, respectivamente. Havia então 135 estabelecimentos industriais, e este número teve um crescimento de 190% até a década de 50, atingindo 392 indústrias. Estes aumentos, de acordo com Montali (1979, p.57), continuaram ocorrendo até a década de 60, ainda que em menor intensidade. A indústria de fumo consolida-se definitivamente, como o setor mais importante da economia do Município e “...em 1955 a indústria do fumo era responsável por 58,9 % do valor da produção industrial e ocupava 41,3 % da força de trabalho empregada no setor” (MONTALI, 1979, p. 57). Como uma das consequências da expansão industrial, ocorreu também a formação de um proletariado urbano que atendeu às necessidades das grandes empresas industriais e dos diversos estabelecimentos de médio e pequeno porte de propriedade familiar.

No contexto político- administrativo, também ocorreram alterações. No período de 1939 até 1943, o Município passou a ter 7 distritos, respectivamente: a sede, Herveiras (substituindo a denominação de Herval São João), Monte Alverne, Sete Léguas (substituindo a denominação de Estância), Sinimbu, Tereza (substituindo a denominação de Vila Tereza) e Trombudo. Pouco tempo depois, e com a promulgação do decreto-lei estadual nº 720, de 29-12-1944, o Município passou a receber oficialmente a denominação de **Santa Cruz do Sul**. Os distritos citados anteriormente permanecem até 1950, quando novamente ocorrem novas alterações. Entre os anos de 1956 e 1958, há a criação de 06 distritos: Gramado Xavier (1953), Rio Pardinho (1956), Formosa (1957), Boa Vista, Linha Santa Cruz e Paredão (os últimos três, estabelecidos em 1958). Em 1959, o Município perde área com o desmembramento do distrito de Tereza, que passa a constituir o município vizinho, ao oeste, de Vera Cruz. Após a criação do distrito de Fontoura Gonçalves, também em 1959, Santa Cruz do Sul permanece com 13 distritos até a data de 1979.

Como símbolos institucionais, o Município adotou brasão e hino. O brasão (vide figura 83), adotado em 1964, e que permanece até a atualidade, é uma estilização realizada a partir de uma cruz de prata que define quartéis, ou quatro partes de um todo. A cruz tem o significado simbólico de “Santa Cruz”, e, no primeiro quartel (superior esquerdo), está a representação do perfil geográfico do Município por meio do desenho de três pinheiros e dois cerros. À sua direita, está um casal de colonos que simboliza os agricultores e os imigrantes; na parte inferior, quartel esquerdo, está desenhado um arado antigo, também de ouro, símbolo do desenvolvimento e da riqueza produzida a partir da terra. No cartel inferior direito, a representação de símbolos do comércio e da indústria. Todo escudo está ladeado por ramos de folhas de fumo em flor, e o conjunto é encimado por uma coroa de quatro torres em prata.

Já o hino do Município é, essencialmente, um louvor à imigração e à bravura alemã, bem como à “terra” ou à paisagem, composta por serras e pelo trabalho do homem que eleva troféus e catedrais. O hino é, de maneira geral, uma glorificação dos feitos da cultura germânica sobre a natureza, recitando também a “cruz santa” como marco simbólico. Por outro lado, também pode-se perceber ainda a forte influência do “Deutschtum” e a ausência do reconhecimento de outras contribuições culturais.



Figura 83: Brasão do município de Santa Cruz do Sul
 Fonte: SANTA CRUZ DO SUL (2017).

O rápido crescimento econômico e populacional, entre as décadas de 40 e 70, tem muitos reflexos sobre a paisagem construída. A partir da década de 40, e ao norte da cidade, Wink (2002, p. 128) discorre sobre as tentativas de urbanização da área do logradouro público com objetivos de transformá-la em área de recreação. Em 1949, haviam intenções voltadas à construção de um parque que se chamaria Centenário, em comemoração aos 100 anos da Imigração Alemã. Mas, e ainda que houvesse sido realizado um projeto específico para esta finalidade, as obras não foram executadas.

Posteriormente, já na década de 50, foi organizada uma comissão cujo principal objetivo foi o de divulgar a cidade e a economia local por meio da organização da Festa Nacional do Fumo, ou FENAF. O projeto do parque foi, então, idealizado para sediar a futura exposição voltada ao fumo, bem como converter-se em parque municipal. A primeira FENAF foi realizada em 1966, com construção do pórtico e do pavilhão central e um projeto paisagístico composto por lagos e espaços reservados para exposições. Destacam-se também, na concepção paisagística de acesso ao parque, os desenhos geométricos de canteiros inspirados nas formas de folhas de fumo. O fumo, assim, converte-se tanto em logomarca do Município quanto em marca espacial simbólica da cidade de Santa Cruz do Sul, fundindo-se com a sua identidade. Após a primeira FENAF, seguiram-se mais duas comemorações deste tipo, respectivamente em 1972 e 1978. Na segunda festa, foi construída a “Bierhaus”, ou casa da cerveja, em estilo típico alemão, e com o propósito de divulgar a gastronomia e o folclore típico germânico. No terceiro evento, somaram-se também as comemorações alusivas ao centenário do Município.

Já ao sul da área de estudo, e em 1941, foram destinadas extensas áreas para a implantação do III Batalhão do 7º Regimento de Infantaria do Exército. A zona oeste da área do quartel era também delimitada pela linha do trem, atual Rua Paul Harris. A sinuosidade da

linha férrea, em direção à estação e às áreas industriais, também deixou sua marca na evolução do traçado urbano.

Contudo, e após um período de quase 60 anos de atividades, a ferrovia é extinta em 1963. Conforme Bittencourt e Keller (2017, p. 07), este fato provocou um enorme impacto emocional na população, e houveram intensas campanhas realizadas pela volta do trem.

Lideranças político-empresariais e o próprio jornal Gazeta do Sul iniciaram um movimento pela volta do trem. Ainda sob o governo de João Goulart, em 05 de agosto de 1963, a “Maria Fumaça” estava de volta. Houve festa e banda de música do 8º RI, que marchou garboso pelas ruas do centro da cidade, chegando às 8:30 defronte à Estação. A Gazeta do Sul revela que às 9 h iniciou viagem até Ramiz Galvão. A população aplaudia ao longo dos trilhos. Próximo ao 8º RI a tropa estava em prontidão para saudar a passagem do trem, que chegou na Estação do Couto e foi recebido pelo prefeito Olintho Meurer e autoridades, às 10h10. Retornou à Santa Cruz às 13 h. Finalmente a derradeira viagem aconteceu em setembro de 1965... (BITTENCOURT e KELLER, 2017, p. 07)

O relato acima demonstra o valor sentimental dado pela população de Santa Cruz do Sul ao trem “Maria Fumaça”. A paisagem cultural e econômica do trem deixou marcas materiais e simbólicas para a Cidade. A linha férrea influenciou o traçado geométrico de ruas, espaços e edificações e, ao longo de sua existência, conferiu à paisagem urbana também uma significação afetiva. As próximas décadas, a partir de então, são legadas pelas marcas materiais do transporte automotivo e da construção de rodovias intermunicipais, que se consolidam a partir da década de 50, especialmente.

O crescimento urbano de Santa Cruz do Sul está apresentado, na figura 84, da origem da povoação até 1976. O menor círculo corresponde à Praça Getúlio Vargas e o seu entorno, núcleo inicial da povoação. Em amarelo, está hachurado o traçado de 1922, e em vermelho, as principais vias de acesso radiais ao centro urbano numeradas de um até quatro. A cidade, de maneira geral, expandiu-se a partir destas principais vias que se conectam à malha do traçado central. As vias de números 1 e 2, ao norte da cidade, respectivamente, Acesso Graesel (continuando pela Rua Gaspar Silveira Martins e Rua Galvão Costa até a rua principal) e Avenida Independência orientam o desenvolvimento em direção às antigas colônias do Município: Linha Santa Cruz e Rio Pardinho. São também, a partir da década de 60, vias urbanas que se consolidam com a estruturação das rodovias gaúchas, pois conectam-se à RST 287, que faz a ligação Santa Maria – Porto Alegre. A cidade expandiu-se também ao oeste, em direção às áreas das várzeas do Rio Pardinho, atingindo a rodovia BR 471 que margeia e delimita toda área urbana. Esta rodovia segue em direção a Rio Pardo-Porto Alegre e em seu trajeto conecta-se com a Rua Gaspar Bartholomay (3) e com a Rua Presidente Castelo Branco (4), que constitui o acesso sul da cidade. É em sentido centro – sul e oeste

também, em áreas como o entorno do quartel militar ou ao longo da Gaspar Bartholomay que se observa a maior expansão da área urbana em termos de superfície ocupada.

A partir de 1950, segundo Wink (2003, p. 129), também surgem os primeiros registros sobre a formação de becos e vilas formados por uma população de baixa renda. A este respeito, uma publicação do Jornal Gazeta do Sul datada desta década, noticia que a área popularmente conhecida como “Camboim”, localizada ao sudoeste da cidade, apresenta um grave quadro de miséria e de precariedade social não condizentes com a situação de riqueza e de prosperidade de Santa Cruz do Sul. O fato é que a própria expressão “Camboim” também passou a equivaler a pobreza na sociedade local. Ser pertencente ao “Camboim” ou mesmo “Várzea” denotaria, portanto, o indivíduo sem educação, prosperidade ou mesmo sem qualidades morais. Inversamente, e no sentido norte, as áreas urbanas que se expandiram em direção às pré-encostas da serra e ao Parque da Gruta dos Índios, formaram o bairro conhecido por Higienópolis (parte da área conhecida como “de trás do céu”), e que se constituiu, a partir da década de 50, como o novo espaço residencial da elite urbana. Este bairro tem como marca simbólica a ascensão social, refletindo-se na ocupação urbana pela construção de edificações residenciais de alto padrão construtivo.

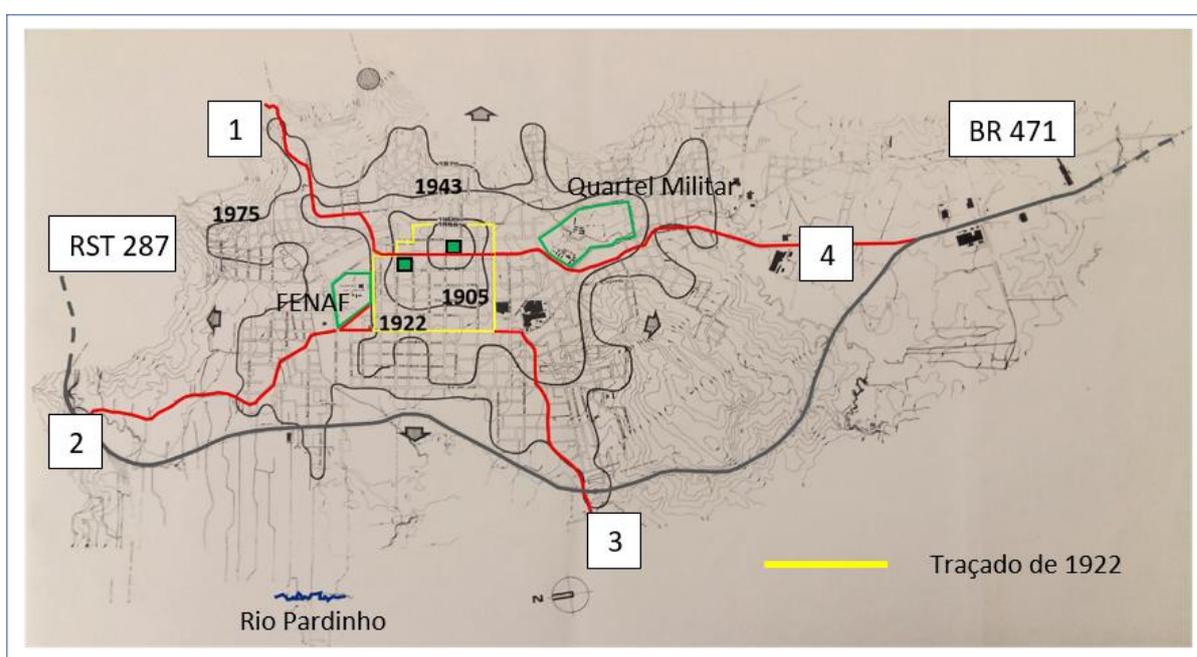


Figura 84: Síntese da evolução urbana de Santa Cruz do Sul até 1975

Fonte: Santa Cruz do Sul. Prefeitura (1976). Com alterações realizadas pelo autor.

Em 1955, e na figura 85, tirada do no sentido leste-oeste, pode-se perceber a dominância visual da Catedral sobre o conjunto das edificações. A pré-encosta aparece com grandes extensões de campos conhecidos como “potreiros”, que são espaços de alimentação do gado ou então áreas agriculturáveis. À direita da fotografia, em menor escala, pode-se ver

também a torre da Igreja Evangélica. A rua em frente à Catedral, ou Rua Ramiro Barcelos, é interrompida em direção oeste pela Estação Ferroviária, enquanto a sua paralela, à direita da imagem, Rua Júlio de Castilhos, prolonga-se ao oeste em direção à planície do Rio Pardinho. Todas estas novas áreas ocupadas em direção ao rio são extensões da malha quadriculada de 1922, que mantêm a ortogonalidade, mas alteram as dimensões de quadras e a configuração de parcelamento do solo.

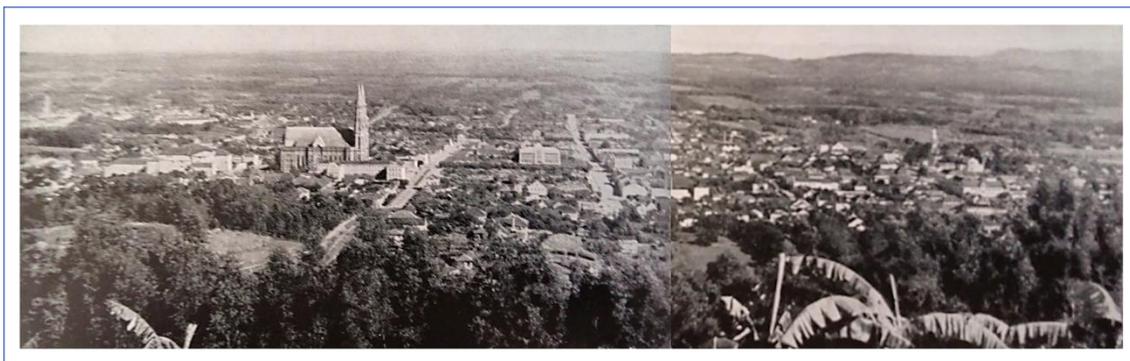


Figura 85: Paisagem de Santa Cruz do Sul em 1955

Fonte: acervo pessoal (foto de 2017).

A paisagem urbana também se transforma simbolicamente, configurando o que, para Noronha (2012, p.37), são ações de embelezamento da cidade. Um olhar sobre os cartões postais das décadas de 50 e 60, apresentados na figura 86, revela algumas das principais obras e espaços representativos da paisagem. No cartão postal “A” (final da década de 50), a imponência do porte da Catedral e a Praça Getúlio Vargas são marcos que, simbolicamente, representam Santa Cruz do Sul. Como cenário de fundos desta imagem, pode-se perceber o contorno da serra com presença de áreas de lavoura. No mesmo postal, também aparece o projeto paisagístico da Praça Getúlio Vargas, que está concluído e apresenta delimitação de canteiros e plantio das árvores. A pavimentação do passeio público da rua principal (em frente à Praça) é feita de pedras portuguesas, e tem arborização urbana. Os trabalhos de calçamento das ruas da cidade iniciaram a partir da década de 40 (WINK, 2000, p.122), começando pela rua principal e expandindo-se posteriormente para outras vias. Para pavimentação das faixas carroçáveis, foram utilizados paralelepípedos de granito. Muitas das edificações de entorno da Praça são pertencentes ao período da arquitetura eclética, citando-se, como exemplo, o prédio do Bispado (esquina das Ruas Marechal Deodoro e Ramiro Barcelos) e a parte antiga do Colégio das Irmãs. A respeito do prédio do Bispado (anteriormente casa paroquial construída em 1913), é importante destacar que houve elevação a sede de Diocese em 1959, com nomeação do primeiro bispo Dom Alberto Etges. A importância deste fato histórico originou um espaço de memória ao Bispo (construído na década de 90), com a colocação de um monumento na própria praça e em frente à Catedral.

Aparecem ainda, nesta imagem, as marcas da arquitetura moderna: o Quiosque da praça e o Colégio das Irmãs. O restaurante-bar “quiosque”, localizado na esquina da rua principal com a rua Júlio de Castilhos, é uma das obras consideradas patrimônio da arquitetura moderna, assim como o Colégio das Irmãs, prédio de três pavimentos construído entre 1954 e 1960, e localizado na esquina leste da quadra da Catedral. O quiosque foi, durante décadas, um espaço de encontros da sociedade santa-cruzense, sendo conhecido pelo seu funcionamento ininterrupto ao longo do dia.

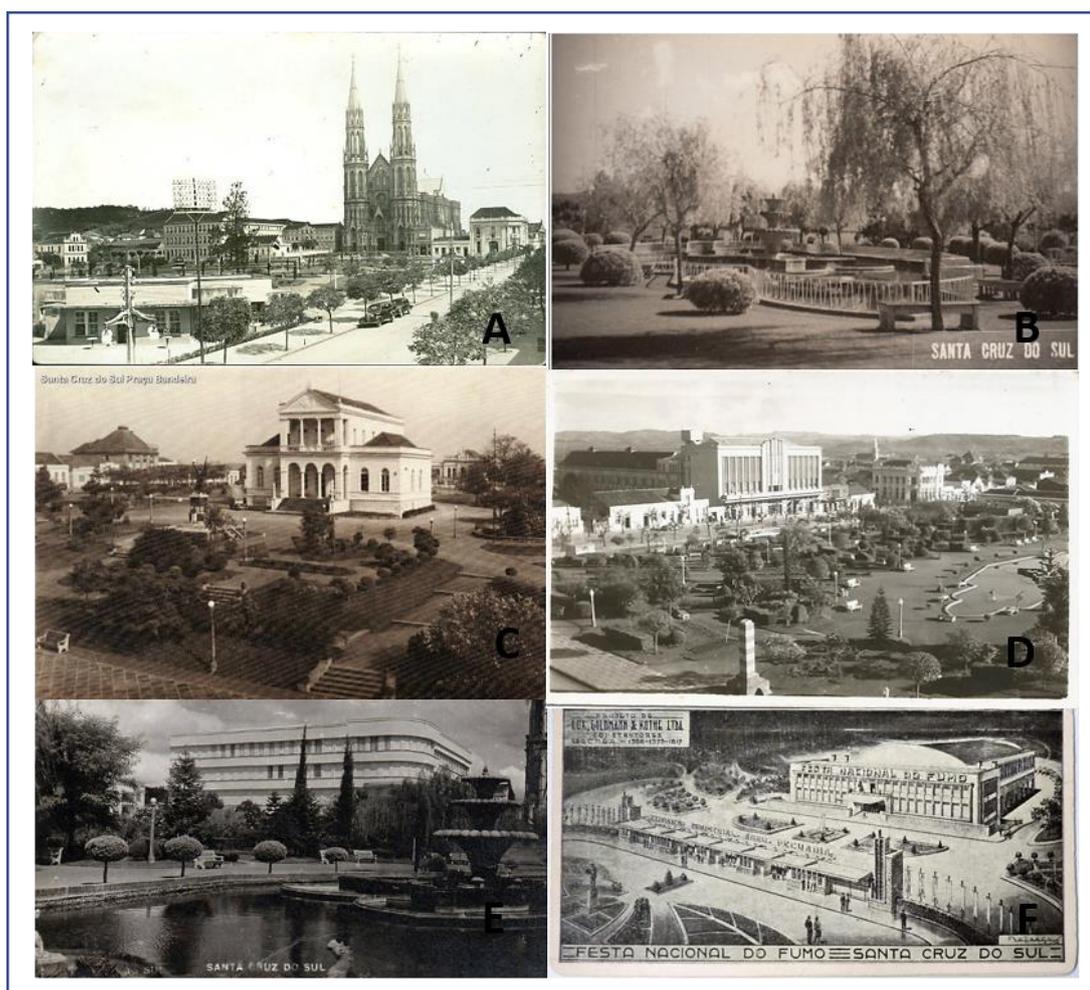


Figura 86: Cartões postais de Santa Cruz do Sul na década de 50 e 60

Fonte: acervo pessoal (foto de 2017).

Nos cartões postais “B”, “C” (década de 50 e 60, respectivamente), aparecem detalhes do centro da Praça Getúlio Vargas e do seu chafariz. No cartão postal “D”, aparece o novo prédio do Colégio São Luís, obra inaugurada em 1957, e também pertencente ao patrimônio arquitetônico legalmente reconhecido. Esse educandário, que iniciou suas atividades em 1871, com os Jesuítas foi assumido no começo do século XX pelos irmãos Maristas. Nestes postais, portanto, podem-se ver o destaque dado aos colégios tanto pela qualidade da sua educação quanto pela modernidade expressa simbolicamente por meio da sua arquitetura. O

cartão postal “C” mostra a Praça da Bandeira e o prédio da Prefeitura Municipal na década de 50. O projeto paisagístico, canteiros, pavimentação e vegetação está concluído. O entorno da Praça (passeio público) e as diagonais de acesso ao centro são pavimentados com a pedra grês, de leve cor rosada e característica da região. Já o centro da Praça utiliza também as pedras de granito. Em frente à Praça está colocado o monumento comemorativo à Independência do Brasil, obra escultórica em bronze inaugurada em 1924. Já o cartão postal “E” divulga a realização da Festa Nacional do Fumo. Na imagem, pode-se observar que os desenhos dos canteiros em frente ao pórtico de entrada, que foram inspirados na forma de folhas de fumo. É uma forma simbólica espacial que tem como objetivo realçar a identidade local a partir da valorização do que constitui o principal produto da economia. O pórtico e o pavilhão são também pertencentes à arquitetura moderna, tendo sido construídos no começo da década de 60.

A paisagem urbana dos anos 50 e 60 apresenta a consolidação de ações de embelezamento ocasionadas pela pavimentação de ruas, calçamentos, arborização, pela implantação dos projetos paisagísticos das praças e parques ou pela preocupação com a qualidade estética das novas edificações. Uma visão de conjunto destes elementos pode ser vista na fotografia da figura 87, tirada no sentido sudeste da área de estudo. Nesta imagem, o centro da composição é a Catedral, cujo porte e altura sobressaem-se em relação ao conjunto de edificações existentes e que apresentam entre um até no máximo quatro pavimentos.

Na rua principal, e em sua paralela ao oeste (em destaque na fotografia), Rua Tenente Coronel Brito, ocorrem as funções comerciais e sócio culturais da Cidade. A rua principal apresenta um comércio eminentemente familiar e próspero. São lojas, drogarias, estabelecimentos de vendas de peças e produtos agrícolas, vestuário. Alguns destes estabelecimentos passaram a ser referências tradicionais para a cidade. Podem-se citar como exemplos, a “Drogaria Santa Cruz”, Lojas Zimmer Goettert, Mailander, Waechter, entre outras. Estas denominações comerciais foram, ao longo de muito tempo, simbólicas para a compra de produtos de qualidade e seguiram atuando como referências de localização espacial, em alguns casos, para muito depois do encerramento de suas atividades.

Já na Rua Tenente Coronel Brito, o comércio se distingue pela existência de diversos hotéis, tais como Hotel Central, Hotel Schutz, Hotel Santa Cruz, bares, atividades comerciais, como armazéns e lojas, bem como pela implantação da rodoviária na esquina desta via com a Rua Júlio de Castilhos. A Rua Tenente Coronel Brito foi também uma referência comercial muito importante, especialmente para os agricultores que vinham do interior para a cidade. Os agricultores recebiam também, pela população urbana, a denominação de “colonos”, expressão que, contudo, poderia ser utilizada também no sentido depreciativo. De forma geral, os colonos realizavam a compra de mercadorias ou gêneros de necessidades pessoais

especialmente nesta via e na rua Ernesto Alves, onde também vendiam-se implementos agrícolas. Outro objetivo dos agricultores, em suas idas à cidade, era a realização da venda dos seus produtos, particularmente o fumo. Segundo o tipo de atividades e de populações, ocorreu uma relativa diferenciação simbólica da rua principal e sua paralela, a Rua Tenente Coronel Brito, ainda que o comércio também se concentrasse nas vias transversais próximas a estes dois eixos.

A relativa especialidade comercial das duas vias também remetia a significados sociais distintos para a população, devido à concentração, na rua principal da cidade, dos usos recreativos e sociais. Na Rua Marechal Floriano situavam-se, então, os principais clubes da Cidade, como o Clube União (1932), Sociedade Aliança Católica, o Clube Corinthians, Quiosque da Praça Getúlio Vargas e o hotel mais elegante da cidade, Charrua. Já a Rua Tenente Coronel Brito oferecia todo tipo de serviços, como pequenos bares e restaurantes, padarias, hospedagem, vestuário e um comércio de menor porte e de características mais populares.

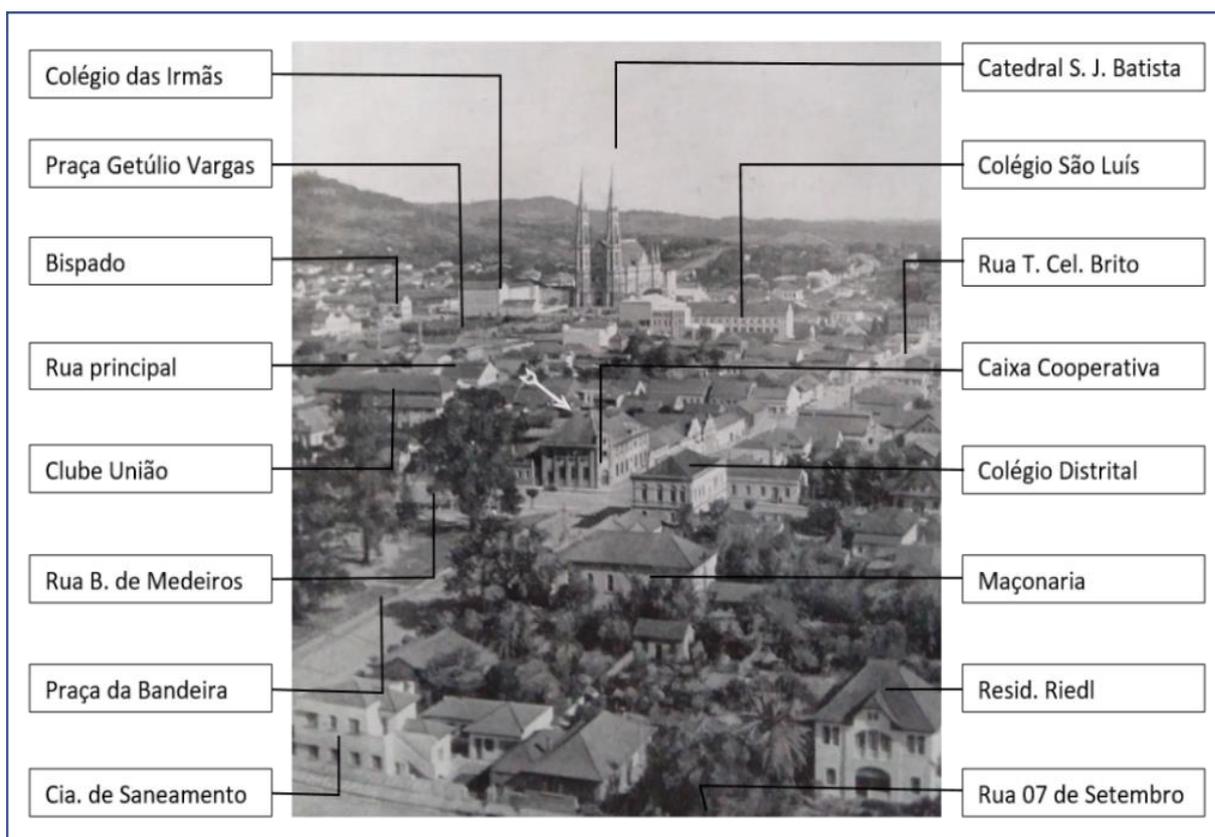


Figura 87: A paisagem dos anos 50 na área central urbana

Fonte: acervo pessoal (década de 50).

Nas décadas de 50 e 60, a área industrial da cidade estava concentrada ao longo da Rua Ernesto Alves. O desenvolvimento e a prosperidade econômica do comércio e da indústria propiciaram as bases para a organização de entidades que representassem os

interesses destes setores. Para Noronha (2012, p. 68), a Associação Comercial e Industrial de Santa Cruz do Sul teve um papel relevante para a inclusão da Cidade, no período compreendido entre 1955 – 1960, junto ao programa de metas do governo de Juscelino Kubitschek. Neste contexto, são realizadas solicitações para os programas de expansão de rede elétrica, telefônica e rodoviária, bem como de estudos para a instalação de um Distrito Industrial, que efetivamente seria implantado nos anos 70.

As edificações indicadas nas legendas da figura 87 são pertencentes ao patrimônio legalmente reconhecido pelo município. Inclui também a edificação moderna da Companhia Rio Grandense de Saneamento pois a partir da década de 40 o Estado encampou o abastecimento e a água passou a ser captada no Rio Pardinho. Também nessa década, foi feito o projeto de esgotamento sanitário com estação de tratamento de efluentes inaugurada em 1952 (WINK 2002, p. 117). Em relação à questão ambiental, a imagem também demonstra as extensas áreas ocupadas pela agricultura nas encostas da serra. As matas são fragmentos entre descampados utilizados como poteiros (pastagem) ou lavouras. Por outro lado, na área urbana, os lotes estreitos e profundos são caracterizados pela ocupação realizada no alinhamento da via. Este padrão de ocupação, em interação com a miscigenação comercial e residencial da área de estudo, resultou em pátios e interiores de quadras extremamente arborizadas. Este aspecto pode ser percebido na primeira e na segunda quadras da figura 87, e é uma recorrência em todo traçado urbano (correspondente a delimitação do plano de 1922) e parte de sua extensão ao oeste. São pomares, hortas e jardins cultivados no pátio das residências, e que tinham estreita relação com as práticas sociais.

As décadas de 40 e 50 foram marcadas pelos projetos de arborização urbana realizados em todo quadrilátero da área central e suas expansões. Os principais espécimes utilizados foram: o legustre, o jacarandá, a tipuana e a extremosa. Esta última, que foi plantada em maiores extensões do que as anteriores, devido às suas particularidades de floração e colorações sazonais vermelhas, é reconhecida desde a década de 70 como símbolo de Santa Cruz do Sul, podendo ser vista em diversas vias da cidade. (CORRÊA, H. Santa Cruz do Sul pintada em tons de rosa. Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul, 26 fev.2016, Geral, p.13)

A década de 60 foi de grandes transformações para a indústria fumageira. A crise do setor tem suas origens já no começo da década de 60, com a adoção, por parte do Governo Federal, de políticas anti-inflacionárias e retração de créditos, que tiveram grande impacto nas indústrias nacionais. Somou-se, na indústria do fumo, tanto a restrição de financiamento da produção quanto as dificuldades ocasionadas pela depressão econômica para comercialização do produto. Por outro lado, a política econômica também determinou muitas medidas que favoreceram a entrada de capital internacional para a indústria de fumo de Santa Cruz do Sul. A crise do fumo levou à gradativa descapitalização das empresas fumageiras locais e deu início, a partir de 1965, ao processo de internacionalização do setor. Segundo

Montali (1979), o período entre 1966 e 1976 corresponde à monopolização da economia fumageira em um contexto político-nacional relacionado à implantação do regime militar brasileiro. De acordo com Wink (2002), a data de 1965 em diante marca o início de fatores que vão determinar o processo de formação da cidade polo-regional. Conforme Noronha (2012, p. 71), o período compreendido entre 1966 e 1976 representa um novo estágio no desenvolvimento econômico da Cidade, ocorrendo a consolidação da industrialização de Santa Cruz do Sul.

O contexto da crise do setor fumageiro ocorreu também de forma paralela à mobilidade do capital estrangeiro. Neste sentido, Noronha (2012, p. 73) aponta três fatores básicos para explicar o rápido processo de internacionalização da indústria fumageira: o deslocamento das indústrias fumageiras da Rodésia, na África, para a região de Santa Cruz do Sul; a política macroeconômica do Governo Federal embasada em grandes empresas estatais e nacionais e no capital estrangeiro; o parque industrial e a capacidade produtivas já existentes em Santa Cruz do Sul, que potencializaram a sua readequação e inserção no cenário econômico nacional e internacional. A crise na Rodésia, portanto, foi um dos fatores determinantes para o deslocamento do capital estrangeiro e seus investimentos na Cidade e na economia local.

Neste período, as maiores empresas foram a Companhia Souza Cruz, a Companhia de Fumos Santa Cruz, a Tabacos Tatsch e a Companhia de Cigarros Sinimbu. Em 1970, a Companhia de Fumos Santa Cruz passa a ter o controle acionário da empresa alemã Remtsmann, e em 1975 é adquirida pela Phillip Morris. Já a Tabacos Tatsch (fundada em 1932) teve uma gradual aquisição realizada por um grupo econômico holandês, sendo adquirida em 1970 pela Tabacos Brasileiros Limitada, de capital americano, posteriormente Universal Leaf Tabacos (EUA). A Companhia de Cigarros Sinimbu (1948), de propriedade da família Hennig, no começo da década de 1970, teve suas ações adquiridas, em 1972, pelo grupo econômico alemão Brinkmann. Em 1975, a R. J. Reynolds Tabacos do Brasil, de capital americano, adquire todo complexo. Empresas como a Boetcher Wartchow & Cia. Ltda, e a Kliemann & Cia., de capital local, foram adquiridas pela Universal Leaf Tobacco. Esta última companhia expandiu-se e adquiriu grande parte das empresas que beneficiavam fumo e forneciam o produto para indústrias de cigarros, como a Souza Cruz e Phillip Morris.

Após 1965, as indústrias de beneficiamento de fumo que foram instaladas são: a Armada S. A. (em 1968, e de capital alemão); a Meridional Tabacos (em 1975, e de capital francês); a Tabra Exportadora de Tabacos do Brasil (em 1970 e de capital norte-americano). Neste contexto, a única empresa de fumo com capital nacional é a fabricação de Cigarros Sudan, que, contudo, suspendeu suas atividades em 1980 (MONTALI, 1979, p.71). Ao mesmo tempo em que se evidencia esse processo de desnacionalização das indústrias, segundo Montali (1979, p. 75), ocorre uma aceleração do crescimento da produção através das melhorias dos processos produtivos, dos investimentos de capital e da melhor qualidade do

produto final. Houve, desta maneira, um crescimento da produção do fumo em torno de 48% nas safras do começo da década de 70. Esta conjuntura, em 1970, reflete-se nos percentuais de empregos ocupados pela indústria (50, 87 %), pelo comércio (35,42%) e serviços (13, 71 %).

Na metade da década de 70, conforme a figura 88, a concentração das atividades industriais, de forma geral, e segundo relatório da Prefeitura Municipal (1976, p. 88), ocorreu na área urbana compreendida pelas Ruas Marechal Floriano, Senador Pinheiro Machado, Carlos Trein Filho e Galvão Costa. São vias ainda coincidentes com o traçado de 1922. As indústrias predominantes em porte e número estão relacionadas à transformação de fumo, seguidas pelas mecânicas, de alimentação, têxtil, vestuários e artefatos de borracha. Sua distribuição espacial ocorre na área central da cidade, especialmente, ao longo da Rua Ernesto Alves (figura 88 em hachura lilás) e Assis Brasil, onde localizam-se todas as principais indústrias de fumo acompanhadas de indústrias de outros setores, de pequeno e médio porte, como a Klemm Gabe e Cia. Ltda., Gruending Irmãos S.A. Fora do eixo da Rua Ernesto Alves, mas em menor número, também ocorrem outras empresas distribuídas de forma dispersa na malha central, como a Bergel e Baumhardt S. A., Fundições Binz, Metalúrgica Mohr, Mercur S.A etc. Outra concentração industrial iniciou ao sul da cidade, em direção à BR 471 e de Rio Pardo nos dois lados da rodovia. Mas as indústrias de fumo localizadas na zona central são as pioneiras e ocupam grandes propriedades, que chegam a quadras inteiras, bem como possuem toda infraestrutura de água, luz e esgoto. São áreas construídas que se distinguem do restante do centro urbano e mesmo da cidade, pela forte presença da arquitetura industrial conferindo-lhe também significados relacionados ao espaço de trabalho. Esta é a paisagem urbana do fumo, que concentrou por décadas a maior parte dos trabalhadores urbanos. Destes lugares, também se originava, para o restante da cidade, o forte cheiro de fumo cru estocado nos grandes pavilhões das empresas de tabaco.

Já o comércio, e serviços e outros órgãos da administração pública concentram-se e expandem suas atividades, principalmente, ao longo das Rua Tenente Coronel Brito e Rua Marechal Floriano, entre as Ruas Senador Pinheiro Machado e Galvão Costa. No centro destas duas vias (hachuradas em vermelho no sentido norte-sul), está localizada a Estação Rodoviária, que influenciou, gradativamente a formação de um novo eixo no sentido leste-oeste e em direção à Br 471, localizada nos limites da área urbana.

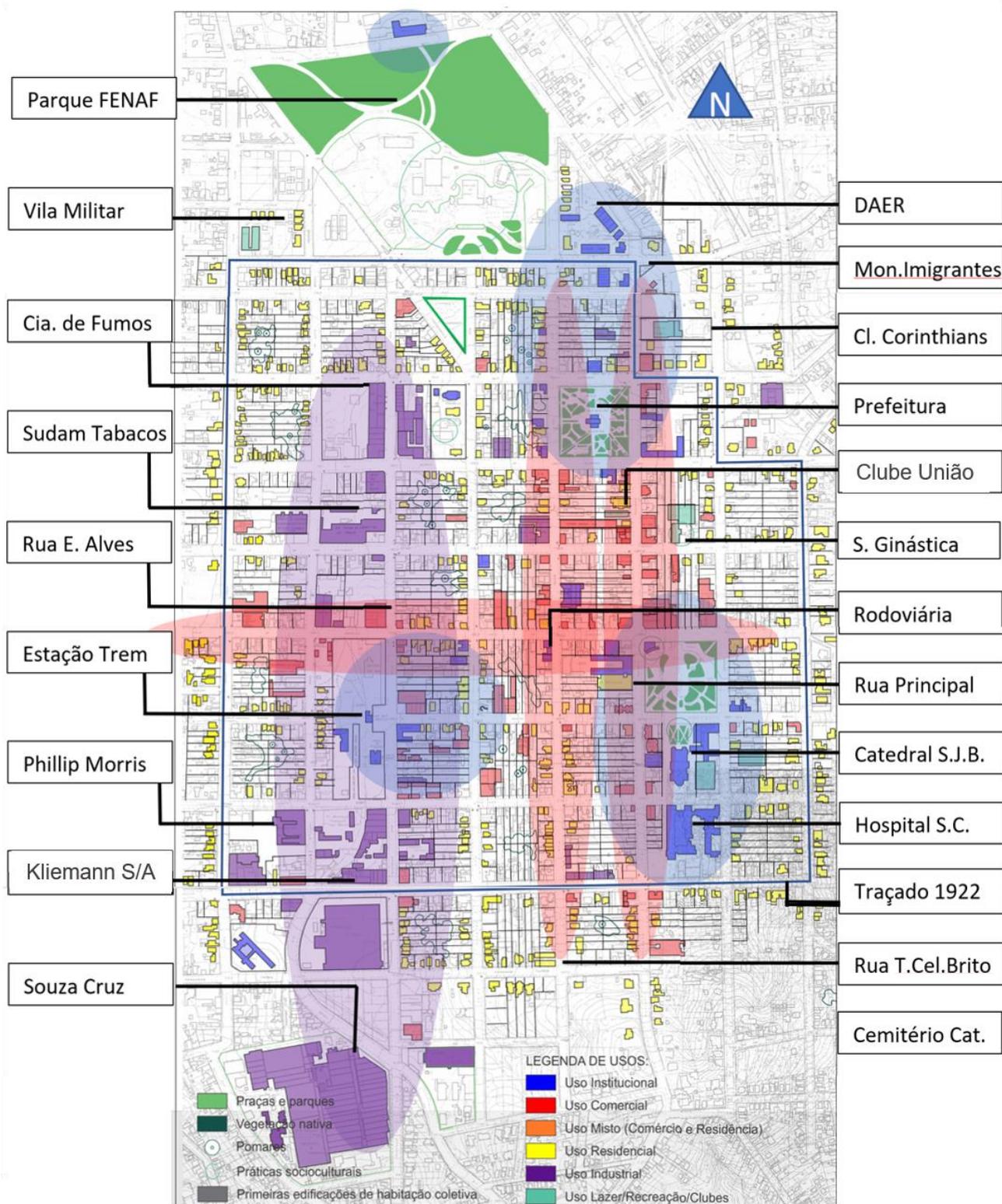


Figura 88: Mapa de uso e parcelamento do solo em Santa Cruz do Sul em 1976

Fonte: base cartográfica PM Santa Cruz do Sul (levantamento aerofotogramétrico de 1976).

Elaborado pelo autor. Desenho bolsista: Daiane Hennig.

As Ruas Marechal Floriano e Tenente Coronel Brito consolidam-se como vias comerciais e apresentam serviços bancários, financeiros, atividades liberais. São ruas cuja paisagem já era marcada pelos estabelecimentos tradicionais de caráter familiar. Entre alguns dos principais estabelecimentos da década de 70, citam-se o Comércio Zimmer-Goettert S.A, Casas Kirst, Lojas Keller & Nievesberg, Bazar Rech, Bazar Khun, Farmácias Cruzeiro. A maior parte destas lojas ou estabelecimentos de propriedade familiar encerraram suas atividades nas décadas de 80 e 90, ao mesmo tempo em que começam a surgir novas redes comerciais na Cidade. Permaneceram, contudo, e durante muito tempo, como referência espacial para a localização de lugares.

A rua principal da cidade, ou Marechal Floriano, manteve a concentração de atividades sociais e culturais diversas como o cinema Vitória e os clubes recreativos. Destes, destaca-se o Clube União, projetado e construído em 1932 especificamente para ser o espaço mais requintado da cidade. O Clube União, e que é a sociedade mais antiga de Santa Cruz do Sul, foi uma das primeiras obras da arquitetura moderna e é arrolado como bem patrimonial. Caracterizou-se por sediar durante décadas os eventos e festas mais elegantes da cidade como Réveillon, bailes de debutantes ou de entidades como Rotary Clube e Lions, formaturas, etc. Além dos clubes sociais, o desenvolvimento de atividades recreativas também ocorria, ao longo da década de 70, em bares e restaurantes, como o Quiosque da Praça. Um aspecto peculiar foi, durante muito tempo, a utilização de um posto de gasolina, conhecido por “Posto Tapuia”, para a reunião da geração jovem à noite. A utilização deste espaço, próximo à Praça da Prefeitura, e na rua principal, ocorreu durante um período de quase 30 anos, congregando diferentes grupos sociais e etários.

Na figura 88, pode-se observar também que, na década de 70, permanecem as concentrações de áreas de uso institucional (hachuras em azul claro), voltadas a administração pública no entorno da Praça da Bandeira, ao norte, estendendo-se para novas áreas destinadas ao Departamento Autônomo de Rodagem – DAER. Ao sul, no entorno da Praça Getúlio Vargas, a paisagem, além das características comerciais, está consolidada pelas atividades religiosas, de educação e de saúde (Hospital Santa Cruz). Há também a localização de novas atividades institucionais na Rua Venâncio Aires, como a Companhia Rio-Grandense de Telefonia e da Agência dos Correios (década de 50), que é reconhecida como patrimônio arquitetônico moderno.

Em relação ao uso residencial, as habitações unifamiliares encontravam-se distribuídas por toda malha urbana. As habitações apresentam duas situações distintas: as que tem o alinhamento frontal no limite do passeio público, como por exemplo na rua Venâncio Aires; as que têm recuos de jardim, como no caso das que estão localizadas nas Ruas Thomás Flores e Carlos Trein Filho. Ainda que estas duas situações ocorram, em muitas ruas, de forma combinada, alguns espaços apresentam o predomínio de um dos dois padrões. No

primeiro caso, sem afastamento do passeio público, as residências comumente tinham acesso direto à rua e podiam também apresentar acessos e jardins laterais. No segundo caso, ocorreu a formação de jardins frontais e liberação da edificação em relação aos afastamentos laterais do lote. A figura 88 permite visualizar os lotes profundos e estreitos que apresentam ainda (conforme análise do levantamento aerofotogramétrico de 1976) vegetação nativa, jardins e pomares nos pátios das residências. Esta é uma característica histórica e cultural associada a um conjunto de práticas sociais, que estavam também relacionadas às atividades de cuidados dos pomares e jardins. Os pomares possuíam árvores frutíferas diversas (como parreiras de uvas, laranjas, peras, maçãs, mamão, goiabas etc.) e estavam incluídos nas práticas culinárias para produção de doces, sucos, cucas. Da mesma forma, os jardins tinham, além da ornamentação estética, uma função prática: ramalhetes providenciavam presentes em ocasiões como aniversários, formaturas ou mesmo velórios e enterros.

As ações de embelezamento urbano, que originaram o plantio de espécimes arbóreas nas calçadas em frente às casas, contribuíram para diminuir a aridez de uma paisagem urbana caracterizada pelas ruas largas e retilíneas e também qualificaram ambientalmente o espaço da residência. Neste contexto, as janelas e portas das casas abriam-se para o verde e flores das árvores. O exterior, ou espaço aberto público, é, de certa forma, o reflexo do interior das residências e dos seus pátios. A limpeza das calçadas, por outro lado, também era realizada pelos moradores, pois havia a utilização do passeio público como extensão de algumas atividades sociais. À noite, ainda na década de 70, famílias sentavam-se tranquilamente em frente às suas casas para conversas longas ou encontros com vizinhos, ou crianças brincavam na rua. No período compreendido entre as décadas de 50 até 70, consolidou-se a imagem de Santa Cruz do Sul como uma cidade “florida”.

A paisagem construída é também marcada pela horizontalidade das edificações institucionais, comerciais ou residenciais, variando, na média, entre alturas de um ou dois pavimentos. Há poucas edificações habitacionais coletivas verticais, podendo ser citadas, entre estas, até 1976, e com altura superior a quatro pavimentos os seguintes edifícios: Dona Paula, construído na década de 60 ao lado do Clube União; Dona Helena; Guarujá e Dom Castor. Registra-se também o hotel Charrua, de sete pavimentos, localizado na esquina da rua principal em frente à Praça da Bandeira.

Nos cartões postais das décadas de 60 e 70, conforme figura 89, as imagens revelam a horizontalidade da paisagem na rua principal, bem como destacam algumas das poucas edificações verticais. Pode-se observar também os resultados das ações de embelezamento urbano nas praças e nas vias a partir da arborização, dos desenhos dos canteiros e da composição de jardins, dos elementos como chafarizes e espelhos d’água. São imagens que estão atreladas à divulgação da cidade e do seu progresso obtido especialmente a partir da produção do fumo. Contribuem ainda para identificar alguns dos principais pontos de

observação da paisagem, ao mesmo tempo em que possibilitam revelar significações culturais e simbólicas.

Na série de postais, quatro imagens (C, G, H e I) apresentam inscrições que estão relacionadas diretamente à construção simbólica da identidade do Município e da cidade pois lhe atribuem referências tais como “A capital do Fumo” ou ainda “A capital brasileira do Fumo”. Um dos cartões postais, efetivamente, apresenta uma plantação de fumo, conforme mostrado na imagem “D”, onde um agricultor está fazendo a colheita da sua safra. O Município, portanto, apresenta-se pela sua economia e pelo progresso que é, em grande parte, resultado das atividades comerciais vinculadas ao tabaco, e que lhe conferiram projeção no cenário nacional e internacional.



Figura 89: Cartões postais de Santa Cruz do Sul – décadas de 60 e 70

Fonte: acervo pessoal.

Outros cartões postais têm como temas os espaços institucionais vinculados às Igrejas, colégios ou Município incluindo ainda os monumentos e as praças da cidade. Como por exemplo, o postal da imagem “A”, intitulado como “Catedral e Praça Getúlio Vargas: a maior igreja de estilo gótico da América do Sul” e “G”, como “A capital do fumo: vista parcial ao fundo da Catedral em estilo gótico (a maior da América do Sul)”. A imagem “A” evidencia a relação de continuidade visual entre o eixo da Igreja e o da Praça Getúlio Vargas. O chafariz da praça também é um dos elementos centrais da composição estética, ladeado pela

vegetação ornamental arbustiva (tipo *buxus*) e árvores conhecidas por “salgueiros-chorões”. A preocupação paisagística transparece como um dos valores do embelezamento do espaço.

Já na imagem “G”, pode-se perceber a imponência da Catedral sobre o conjunto da paisagem urbana da área central, de baixo entorno edificado. A Catedral ocupa o centro da fotografia e distingue-se pelo seu porte e escala, ao mesmo tempo em que é também enfatizado o estilo “gótico”. Contudo, esta distinção estética, do ponto de vista histórico, está equivocada. O gótico relaciona-se às situações muito peculiares das igrejas que se destacam em meio as cidades europeias medievais. A Igreja Católica de Santa Cruz é, de fato, neogótica, e está inserida no contexto do ecletismo. Mas é possível indagar se, à época do concurso e escolha do projeto da Catedral na década de 20, em pleno sentimento do “*Deutschum*”, houve, para adoção do estilo neogótico, alguma significação cultural específica. Ainda no postal “G”, pode-se observar que o cenário de fundos é a paisagem de entorno da cidade (as suaves ondulações do começo da serra), destacando-se o eixo no sentido sul-norte da rua principal da cidade, ou Marechal Floriano. Pode-se observar, ao longo da via, o alinhamento das edificações com o passeio público, bem como os telhados característicos de telhas cerâmicas. A paisagem urbana já reflete também os efeitos dos projetos de arborização propostos para a cidade nas décadas anteriores. A rua principal, na imagem “G”, é o principal eixo comercial que se destaca pelas fileiras das árvores do tipo “tipuanas” e conecta a Praça Getúlio Vargas com a Praça da Bandeira, sede da Prefeitura Municipal. Pode-se perceber ainda que os interiores das quadras são intensamente arborizados, aspecto que parece ser tanto resultado cultural pela presença de pomares e jardins quanto da miscigenação de uso do solo e dos padrões originais de parcelamento do solo definidos por lotes estreitos e profundos.

A Praça Getúlio Vargas aparece também no postal “C”, que é denominado como “A capital brasileira do Fumo: vista área parcial”, e que tem uma orientação espacial no sentido sudeste. O conjunto mostra a intensa arborização urbana com um cenário composto pelas pré-encostas da serra. O morro que está destacado na parte superior central da fotografia era a área conhecida pela denominação de “de trás do céu”, pertencente à antiga “chácara das freiras”. Em destaque, aparece ao lado direito, o Colégio das Irmãs, patrimônio moderno legalmente reconhecido pelo Município. A fotografia também revela um primeiro contraste, as novas e poucas obras verticais, como o Edifício Guarujá que está à esquerda da imagem. O começo da verticalização na cidade conferia aos primeiros edifícios uma importância simbólica de ingresso na modernidade. Esta importância simbólica parece estar reforçada em outras imagens. Como no postal “F”, intitulado “Entardecer em Santa Cruz do Sul, com o pôr do sol no horizonte do Botucaraí”. A fotografia, tirada no sentido leste-oeste, em vista aérea próxima à Praça Getúlio Vargas em direção ao cerro do Botucaraí, é uma alusão poética à beleza do espetáculo proporcionado pela paisagem natural. Ao mesmo tempo, o foco central

da imagem não é o “morro santo”, de antigo nome indígena, mas sim, algumas das novas obras construídas na paisagem urbana, como o Edifício Guarujá. Contudo a existência do postal parece comprovar a ligação afetiva com a paisagem natural e com a história do lugar representada também pelos mitos e pela presença longínqua do monumento natural.

Dois outros cartões postais, “B” e “E”, são fotografias de monumentos e respectivos espaços de entorno, que estão localizados na área norte do centro urbano. A fotografia “B”, intitulada “Praça da Bandeira e Prefeitura Municipal”, tirada no sentido leste-oeste, mostra a beleza do ajardinamento e da edificação eclética, com elementos do neoclássico, da Prefeitura Municipal. No horizonte, pode-se ver a paisagem natural formada pelas áreas de campo situadas ao oeste da cidade. Nesta composição, a linha do horizonte é interrompida por uma pequena torre isolada, e que é a Igreja Evangélica. Ainda no cenário de fundos da Prefeitura, aparecem duas edificações: o prédio da maçonaria e a antiga Caixa Cooperativa Santa-Cruzensense. O postal “E”, intitulado “Igreja Evangélica de Santa Cruz do Sul -RS”, também representa a cidade mostrando a edificação (de característica neorromânica) e o espaço de entorno da instituição. Este é composto por toda área urbana correspondente à metade da quadra em que se localiza a Igreja. Ali situam-se também as casas de pastores, bem como administração e salão da comunidade. É uma paisagem reservada aos evangélicos e situa-se também próxima a uma pequena praça e ao parque da FENAF.

Todos estes postais correspondem, pelo menos parcialmente, a marcas que representam seletivamente a paisagem de Santa Cruz do Sul em termos de seus valores históricos, ambientais, culturais, simbólicos e identitários. A sua divulgação também ocorreu em período histórico em que as cidades, de maneira geral, passaram a se preocupar com a sua identidade (ou representação desta), tanto por motivos de divulgação de potencialidades e atração de novos investimentos, quanto pelo interesse turístico, mas ao qual também corresponde, em última análise, um interesse econômico. A divulgação do postal “H”, denominada “A capital do fumo. Vista do Hotel Charrua”, apresenta a infraestrutura moderna capaz de receber e acomodar visitantes e turistas. De forma paralela aos negócios do Tabaco ou dos interesses turísticos promovidos por eventos como a FENAF, houve também a construção de um espaço de memória. Este está representado no Postal “I”, intitulado “A capital do fumo. Vista do Monumento do Imigrante”. Este monumento tem intuito de homenagear a imigração alemã e foi concluído no começo dos anos 70. Está localizado no cruzamento da Rua Marechal Floriano com a Rua Galvão Costa, em um espaço de ampla visualização e em direção à antiga estrada de Linha Santa Cruz. A representação da paisagem de Santa Cruz do Sul exposta neste monumento vincula a ideia da natureza, do homem rural e da cidade que surge com as indústrias e revela, por meio do trabalho, o progresso da sociedade.

A paisagem do progresso e do fumo, as ações de embelezamento urbano ou de construção de espaços de memória descritas até esta parte da pesquisa estiveram também vinculadas, em seus diferentes períodos, a discursos políticos. Como exemplo deste aspecto, cita-se, por ocasião da publicação da obra comemorativa aos cem anos do Município, intitulada “Centenário de Santa Cruz do Sul (1878 - 1978)”, a preocupação política com a humanização da cidade. O prefácio da obra destaca diferentes ações da administração pública e o pensamento político relacionado ao empenho em priorizar os problemas que afetam o maior número de pessoas. Mas neste sentido, também enfatiza:

É inegável que Santa Cruz do Sul está ficando mais agradável de ser vivida. Nota-se isto nos mínimos detalhes. O cuidado com as ruas, a limpeza, a colocação e reposição de luminárias. A pavimentação. A sinalização. A melhorias dos bairros mais afastados do centro. (SANTA CRUZ DO SUL. PREFEITURA. Centenário de Santa Cruz do Sul [19--], p.02)

O embelezamento urbano, em conjunto com a melhoria da infraestrutura urbana, pode ser percebido também como uma transformação simbólica da cidade, que ocorreu de maneira vinculada ao discurso prioritariamente centrado nas ideias de progresso e de desenvolvimento da economia fumageira. A “Capital do Fumo” equivale, neste sentido, a uma marca logotípica de qualidade. O progresso representado no Monumento do Imigrantes está também firmemente ancorado no valor do trabalho, e este parece estar associado a idealização de uma das principais virtudes do imigrante alemão. É preciso lembrar, contudo, que ainda que tenha havido uma grande influência cultural da imigração alemã, o Município e a cidade de Santa Cruz do Sul nunca foram exclusivamente germânicos e receberam muitas contribuições culturais desde a origem de sua formação. Este é um monumento em aberto.

O Monumento do Imigrantes, oficialmente reconhecido pela legislação como patrimônio cultural, é também a marca patrimonial de datação mais recente. Conclui-se, portanto, nesta pesquisa, a parte relacionada à identificação das marcas patrimoniais oficialmente reconhecidas e de sua imagem histórica e cultural. Neste sentido, o principal objetivo foi o de, modestamente, procurar apreender valores e entender de forma sintética o conjunto das relações entre o patrimônio cultural e a construção da paisagem. Por outro lado, possibilitou também incluir mais informações sobre as marcas que apresentam potencialidade patrimonial. A paisagem, contudo, continua em sua evolução e formação de novas marcas, e que para o conjunto da sociedade, tem igual relevância e significação cultural.

6.9 As novas paisagens (1977 - 2017)

Foi ao longo da década de 70 que o Município de Santa Cruz do Sul passou a ter uma aceleração do processo de urbanização de forma paralela à consolidação da atividade agroindustrial fumageira e do capital internacional. O conjunto de mudanças da economia, representado principalmente pela entrada do capital monopolista na Cidade teve grande impacto e causou muitas transformações na cidade. Entre alguns dos principais, citam-se a contínua ampliação do perímetro urbano, o aumento progressivo da população e o crescimento das vilas mais populares localizadas na periferia urbana. Além destes fatores, podem somar-se também o aumento e a intensificação de atividades construtivas e a especulação imobiliária.

A partir da década de setenta, o incremento da produção fumageira através das alterações impetradas pelas multinacionais – aumento da área plantada e da produtividade nas propriedades rurais, bem como a modernização e ampliação do processo de beneficiamento de fumo nas usinas – passou a determinar uma nova dinâmica ao desenvolvimento urbano local. (SILVEIRA, 1997, p. 78)

A partir de então, de acordo com Silveira (1997, p.78), a paisagem urbana vai expressar mais intensamente as contradições que são inerentes ao modo de produção capitalista por meio da diversidade de situações de usos e ocupações do solo, que acentuam um desenvolvimento desigual e excludente.

Contudo, o começo da formação de um proletariado, para Montali (1979), já teve início a partir da década de 50, como resultado do gradativo crescimento da cidade e da industrialização. A população operária ou a composta pelos migrantes, conforme Silveira (1997, p. 91), ocupou gradativamente os terrenos mais periféricos ou, ainda, estabeleceu-se em vilas populares. Este foi, por exemplo, o contexto histórico de formação do bairro Camboim (atual bairro Bom Jesus), basicamente constituído por migrantes de outros Municípios. Esta população construiu suas habitações em locais mais afastados do centro urbano. Algumas destas ocupações foram realizadas em áreas das antigas chácaras que estavam localizadas mais próximas das indústrias. Para Silveira (1997, p. 66), outros bairros operários que tiveram seu surgimento associado às periferias urbanas são a Vila São Luiz e Vila Verena (localizados ao norte da área central e atual Bairro Santo Inácio), Vila Schulz (atual Bairro Vila Schulz) e Vila São Roque (esta última atual, Bairro Arroio Grande), localizados, respectivamente, ao sudoeste e sudeste do centro urbano.

Já a elite construiu suas residências em áreas imediatamente periféricas ao traçado histórico de 1922, em ruas como a Thomás Flores ao norte, a Galvão Costa ao sul, a Carlos Trein ao oeste e ao sul, no entorno da rua Capitão Fernando Tatsch, bem como na própria

Rua Marechal Floriano. Ao norte, e em direção ao Parque da Gruta dos Índios, houve (até a década de 70) a consolidação do bairro Higienópolis, tradicionalmente associado às classes mais abastadas da sociedade santa-cruzense.

Durante todo período de 1960 até 1989, para Silveira (1997, p. 81), o setor fumageiro foi o ramo que mais empregou pessoas por estabelecimento no Município, apresentando os maiores valores de produção e de transformação industrial. Até 1970, quase 86 % da população economicamente ativa tinha sua atuação em atividades primárias, especialmente a agricultura, e os setores secundário e terciário apresentavam em média 7 % cada um. Esta situação foi drasticamente alterada a partir dos anos 70. Em 1980, os setores secundários e terciários da economia passaram a empregar, respectivamente, os percentuais de 31 % e 28 %, enquanto o setor primário passou a 41 % da população economicamente ativa do Município (SILVEIRA, 1997, p. 82). Estes dados indicam uma reorientação da utilização da força de trabalho na economia local, e deste momento em diante, são as atividades industriais e terciárias, em seu conjunto, que se destacam e passam a orientar a economia municipal, ainda que se mantenha a significância das atividades primárias (em especial quanto à produção do fumo).

Também para Almeida e Alves (2007), a entrada do capital internacional, no último quartel do século, trouxe um novo ritmo de produção e de preços agrícolas que resultou no aumento da urbanização e no recebimento de migrações intra e inter-regionais. As indústrias fumageiras passaram, assim, a ser uma referência na produção de tabaco no Brasil, citando-se, como exemplos, os parques da Souza Cruz, Phillip Morris e Universal Leaf. Neste sentido, e entre o período de 1970 até 2000, houve uma elevação do Produto Interno Bruto setorial da indústria (PIB) de 884,70 % atingindo o valor de 890.345 (R\$ mil), e que representa 57,64 % do total gerado com outros setores como a agropecuária e os serviços. O segundo setor de maior PIB é o de serviços, com elevação de 300,03 % neste período, atingindo um valor de 517.00 (R\$ mil) e representando 33,47 % do total. Na agricultura, a produção do fumo apresenta a maior especialização produtiva, em que pese destacarem-se ações que digam respeito à diversificação, como a horticultura e a fruticultura (ALMEIDA E ALVES, 2007, p.146). Estes autores demonstram que, na especialização industrial do Município, houve preponderância da indústria do fumo e de uma cadeia produtiva que lidera o processo de acumulação do capital. Mas há também, gradativamente, um incremento de outras atividades industriais, como as ligadas ao vestuário, alimentação, borracha, bebidas, e outras de transformação. Os dados apontados por Almeida e Alves (2007, p.146), pela análise de pessoas efetivamente ocupadas por setor da economia, demonstram uma tendência à diversificação, especialmente vinculadas ao setor de serviços. Para Silveira (1997, p.83), o fortalecimento ou consolidação das atividades comerciais e de serviços pode ser observado por meio do aumento do número de agências bancárias, seguradoras, empresas de

transporte, implementos agrícolas, hotéis entre outras. Neste contexto, Santa Cruz do Sul consolidou-se como polo regional do Vale do Rio Pardo em áreas voltadas à prestação de serviços, como também a educação e a saúde, bem como enquanto sede de funções institucionais para a Região do Rio Pardo.

Paralelamente ao desenvolvimento e ao crescimento econômico, houve também um rápido aumento demográfico. Os dados da tabela 08 mostram que, entre os anos 70 e 80, ocorreu uma diminuição da população rural de 61,9 % para 44,7 %, com crescimento da população urbana de 38,1 % para 55,3 %.

Tabela 08: Evolução da população urbana e rural em Santa Cruz do Sul – RS

Ano	P. Urbana	%	P. Rural	%	Total
1970	33.076	38,1	53.730	61,9	86.806
1980	55.095	55,3	44.541	44,7	99.636
1990	78.955	67,0	38.818	33,0	117.773
2000	93.786	87,1	13.846	12,9	107.632
2010	105.190	88,0	13.184	12,0	118.374
2015					126.084 *

Fonte: Censos demográficos do Rio Grande do Sul – período de 1970/2010 IBGE *2015 – estimativa IBGE.

A partir da década de 80, o índice de crescimento da população urbana mantém-se ascendente, e com correspondência inversa à população rural, e são, respectivamente de 88 % e 12 %. Estes dados, durante a década de 90, poderiam ter alterações, visto que houveram emancipações dos distritos de Trombudo (atual município de Vale do Sol), Sinimbu e Gramado Xavier. Estas alterações, contudo, se recalculadas, iriam contribuir ainda mais para aumentar o percentual da população urbana de Santa Cruz do Sul, dadas as características rurais dos municípios desmembrados.

Para Silveira (1997, p. 85), o aumento da população urbana é um reflexo das imigrações originárias da zona rural do Município bem como, majoritariamente, de outros municípios vizinhos. Os fluxos migratórios, ao longo das décadas de 70, 80 e 90, mantiveram-se intensos e ocorreram basicamente motivados pela busca de oportunidades de trabalho no mercado local. Por outro lado, este movimento originou também uma intensa troca social e cultural com populações migrantes de municípios do Vale do Rio Pardo, como Rio Pardo, Encruzilhada do Sul, General Câmara, Sobradinho e também de outras regiões do Estado e do País. Cabe destacar aqui que o Vale do Rio Pardo tem sua história associada à multiplicidade cultural, incluindo, na sua formação, as influências da colonização açoriana, alemã, italiana, africana, bem como, em menor escala, da presença indígena.

A partir de 1977, e de maneira paralela à rápida expansão horizontal da cidade, ocorreu a complexificação das atuações do mercado imobiliário e da construção civil. Estas também se expandiram para ações voltadas à intensificação de uso e ocupação do solo pela

verticalização das edificações. Este processo ocorreu, especialmente, na área central e na zona norte da cidade a partir da década de 90.

Neste contexto de forte continuidade de migração do campo para cidade, expansão horizontal, adensamento vertical, crescimento gradativo do setor industrial e terciário da economia (com concentração de usos na área central urbana), ocorreu a evolução da cidade e a formação de novas paisagens. Houve também a instalação de muitos equipamentos de relevância que orientaram o desenvolvimento urbano. A figura 90 apresenta a periodização de expansão horizontal de Santa Cruz do Sul entre as datas de 1976-1997 e 2017, identificando-se também o traçado histórico de 1922, correspondente a letra "A". Pode-se perceber que a expansão urbana, a partir de 1976, continuou a ocorrer prioritariamente ao longo das vias radiais hachuradas em vermelho. Estas estão numeradas conforme segue: 1 – Acesso Graesel; 2 – Avenida Independência; 3 – Avenida Gaspar Bartholomay; 4- Avenida Presidente Castelo Branco. Todas estas vias conectam o centro aos bairros, aos distritos (das áreas rurais como Rio Pardinho e Monte Alverne via Linha Santa Cruz) e rodovias intermunicipais de acesso à cidade. Outras vias de acesso ao centro urbano e ao traçado de 1922, são as Ruas Coronel Oscar Jost e Júlio de Castilhos (direção oeste sentido leste); Ruas Dona Carlota e Rua da Pedreira (sentido sul em direção norte); Rua Juca Werlang e João Werlang (sentido leste em direção oeste).

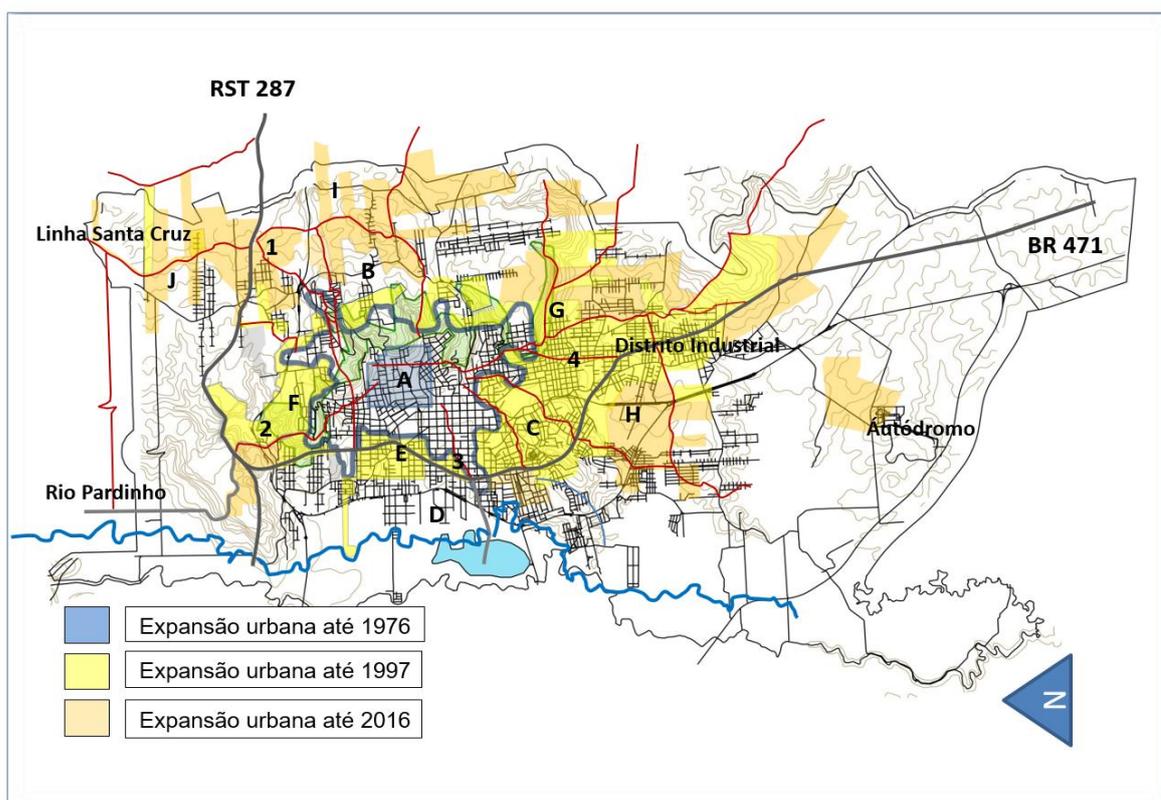


Figura 90: Expansão urbana de Santa Cruz do Sul entre 1976 – 2017
 Fonte: Realizado pelo autor com base em SCS/Prefeitura (1976)

As áreas urbanas em si, e conforme Wink (2002, p. 231), expandiram-se em todas as direções com crescimento induzido também pela implantação de algum equipamento importante. Para Wink (2002, p. 226), "...o crescimento na direção sul deu-se através da Avenida Euclides Nicolau Kliemann, continuação da Rua Marechal Floriano, principal da cidade, rumo à Rio Pardo...", e, portanto, em direção ao parque industrial onde localizam-se as grandes fumageiras e o local de trabalho de grande parte da população urbana. A criação do Distrito Industrial, realizada em 1973, a partir da Avenida Presidente Castelo Branco em direção à BR 471, atraiu para as suas proximidades e para a periferia da cidade diversos bairros de classe operária. Isso ocorreu também, segundo Wink (2002, p. 231), com o apoio da Prefeitura Municipal, acarretando na ampliação ou o surgimento de bairros atualmente conhecidos como Bom Jesus, Pedreira, Faxinal Menino Deus e Santa Vitória (localizados aproximadamente nas letras "C" e "H"). Já na área "G", a expansão urbana ocorreu ao longo da Rua Barão do Arroio Grande e Avenida Deputado Euclides N. Kliemann, dando origem ao tradicional bairro Arroio Grande e, posteriormente a novos bairros, como Santo Antônio, São João, Aliança, Esmeralda e outros. A consolidação do novo Distrito Industrial, na década de 70 e 80, também acarretou na transferência das indústrias, que anteriormente estavam localizadas no eixo da Rua Ernesto Alves.

A partir de 1976, no lado oeste da cidade (letra "E"), a expansão urbana ultrapassou a Rua São José em direção à BR 471. Na década de oitenta, após a implantação da nova Estação Rodoviária ao longo da mesma rodovia, houve também a consolidação de empresas e prestadores de serviços como revendas de veículos, oficinas mecânicas, funilarias, supermercados, transportes etc. O limite da expansão urbana e da paisagem passou a ser a planície do Rio Pardinho ao oeste e suas áreas sempre sujeitas às inundações sazonais. Na planície do Rio Pardinho foi construído também, no final da década de 90, o reservatório de abastecimento de água da cidade, conhecido por "Lago Dourado" (letra "D"), ocupando um espelho d'água de 120 hectares. Nas proximidades do Lago Dourado, e em direção sudoeste do centro urbano, a Avenida Gaspar Bartholomay (de nº 3) consolidou-se como eixo de crescimento em direção à rodovia BR 471 e com a RS 409, que conecta Santa Cruz do Sul com o município de Vera Cruz.

No lado leste da cidade, houve a consolidação e ampliação bairro residencial Higienópolis (com incorporação da antiga Chácara das Freiras), ocupado pela população com maior renda e poder aquisitivo. Este movimento de ocupação das classes mais abastadas acentuou-se ao longo das décadas de 90 em direção norte e leste, até os limites do que atualmente constitui as áreas de preservação ambientais conhecidas por "Cinturão Verde", que estão hachuradas em verde pela letra "B". Atualmente, a ocupação urbana ultrapassou a pré-encosta e expandiu-se para a parte superior do Cinturão Verde (letras "I" e "J"). Estas novas ocupações são também origem dos atuais bairros Linha Santa Cruz, Country Clube e

João Alves e distinguem-se pelos padrões de parcelamento e das edificações. Neste sentido, as classes com maior poder aquisitivo ocupam áreas mais próximas ao entorno imediato do Cinturão Verde (em seu lado norte e leste). Estes espaços, que apresentam maior qualidade ambiental e paisagística, também concentram a maior parte dos condomínios fechados destinados à população de alta renda.

A implantação da Universidade de Santa Cruz do Sul em 1993, ao norte do traçado (em área denominada pela letra “F”), foi também um importante vetor de desenvolvimento econômico, social e cultural para a cidade de Santa Cruz do Sul. O campus sede, de 43,2 hectares, insere-se em meio a áreas residenciais formadas pelos bairros Santo Inácio, Universitário e Independência. Ao sul da cidade, em 2005, foi inaugurado um novo parque que sedia o Autódromo Internacional de Santa Cruz do Sul, considerado um dos mais seguros e modernos do Brasil. Este parque encontra-se isolado em relação à ocupação urbana.

O mapa da figura 91 mostra algumas das principais características da paisagem de Santa Cruz do Sul relacionadas aos padrões gerais de uso e/ou ocupação do solo urbano e de maneira vinculada à localização dos bairros da cidade. O número 1, por exemplo, indica a área que contém a localização do bairro centro e da paisagem de atenção especial, de uso predominantemente comercial.

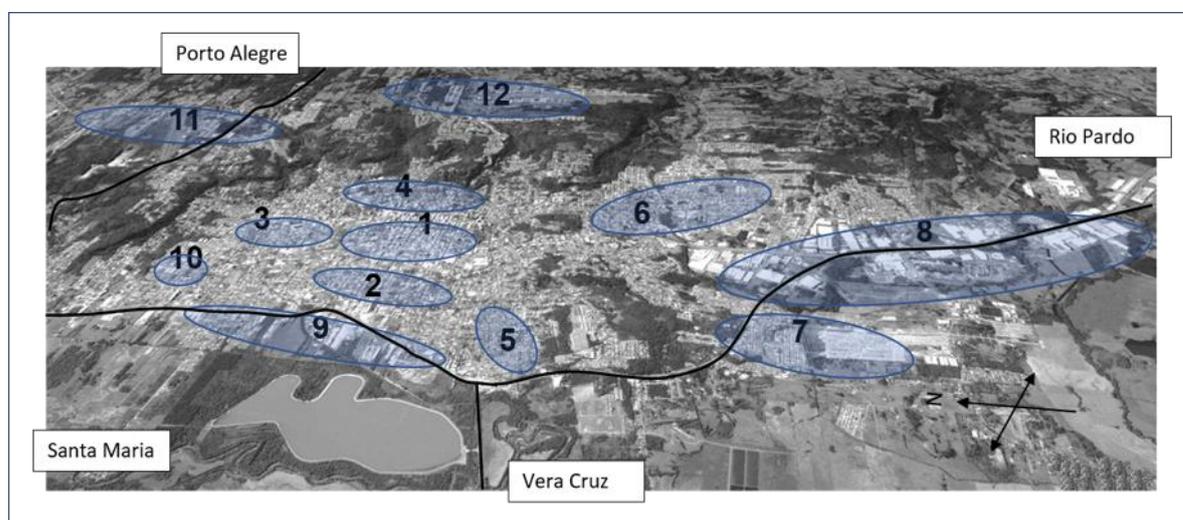


Figura 91: A paisagem da cidade e os padrões gerais de uso e ocupação do solo

Fonte: elaborado pelo autor com base em imagem disponibilizada pelo Google Earth Pro 7.1. (setembro de 2017)

O traçado da paisagem de atenção especial expandiu-se em direção oeste (até a BR 471), de maneira a manter a sua ortogonalidade (número 2, atual bairro Goiás). Contudo, as quadras são menores e alteraram-se as configurações de parcelamento do solo. A regularidade da malha ortogonal não se manteve em outras direções, pois se confrontou com novos elementos condicionantes para o seu desenho. Estes elementos foram, basicamente,

as condições topográficas, os parques (Parque da Oktoberfest, Quartel Militar), áreas industriais (como a antiga Souza Cruz) e própria estruturação viária radial. A estrutura viária radial, que foi representada na figura 90, apresenta um uso misto de comércio e serviços, mas a concentração destas atividades ocorre especialmente nos trechos que cruzam o centro urbano. Também na direção oeste, no número 09, podem-se observar os limites naturais da cidade com as várzeas do Rio Pardinho. Estas áreas situam-se no entorno da Br 471, e ao longo deste eixo rodoviário houve a gradativa localização de atividades industriais, comerciais, de prestação de serviços.

No entorno da área central, os números 4 e 3 indicam, respectivamente, a localização dos bairros residenciais Higienópolis e Santo Inácio. No entorno da Universidade de Santa Cruz do Sul (número 10), estão outros bairros residenciais como o Universitário e Independência. Ao norte e leste, é possível observar os limites naturais de expansão dados pelas pré-encostas, onde também ocorreu a formação de novos bairros residenciais. No número 11, está indicado o bairro de Linha Santa Cruz e, no número 12, estão indicadas as localizações dos bairros Country e Linha João Alves. A topografia mais alta destas localidades originou, recentemente, uma denominação popular correspondente a “cidade alta”.

Na parte sul da cidade, destacam-se as áreas industriais do Distrito Industrial (número 8) e as extensas áreas predominantemente residenciais localizada entre os números 5, 6 e 7. As numerações, em si, representam a localização de alguns dos bairros populares, entre eles o Bom Jesus (5), Dona Carlota e Santa Vitória (7). Já o bairro Arroio Grande e outros formados em seu entorno estão indicados pelo número 6.

O desenvolvimento econômico social e econômico experimentado por Santa Cruz do Sul neste período originou muitas transformações na paisagem de atenção especial, entre elas as alterações de uso e ocupação do solo. O mapa da figura 92 apresenta a discriminação de usos em tipos comercial (incluindo prestação de serviços), residencial, misto (comércio e residência), industrial, institucional e atividades de lazer, recreação e cultura. A classificação das atividades foi realizada por meio da observação direta da paisagem urbana, bem como pelas imagens disponibilizadas pelo Google Earth Pro (setembro de 2017).

Pode-se observar que a concentração de usos comerciais e de serviços ocorre, de maneira geral, no quadrilátero formado pelas Ruas Borges de Medeiros, Assis Brasil, Senador Pinheiro Machado e Marechal Deodoro seguido, em importância, pela presença das atividades institucionais e em menor escala das atividades mistas (residências e comércio). Neste sentido, em contraponto ao mapa de usos de 1976, as ruas residenciais tradicionais que apresentavam habitações unifamiliares até as décadas de 80 e 90, como a Rua Venâncio Aires e Tenente Coronel Brito (e suas transversais) apresentam na atualidade a predominância de atividades comerciais e de serviços. Estas duas vias, a partir da década de 90, vão consolidar também os principais eixos de transporte coletivo de acesso ao centro

urbano. São, portanto, ruas que apresentaram investimentos na infraestrutura de transporte, como paradas de ônibus, sendo também as primeiras a receberem pavimentação asfáltica sobre o calçamento anterior, que era de paralelepípedos de granito.

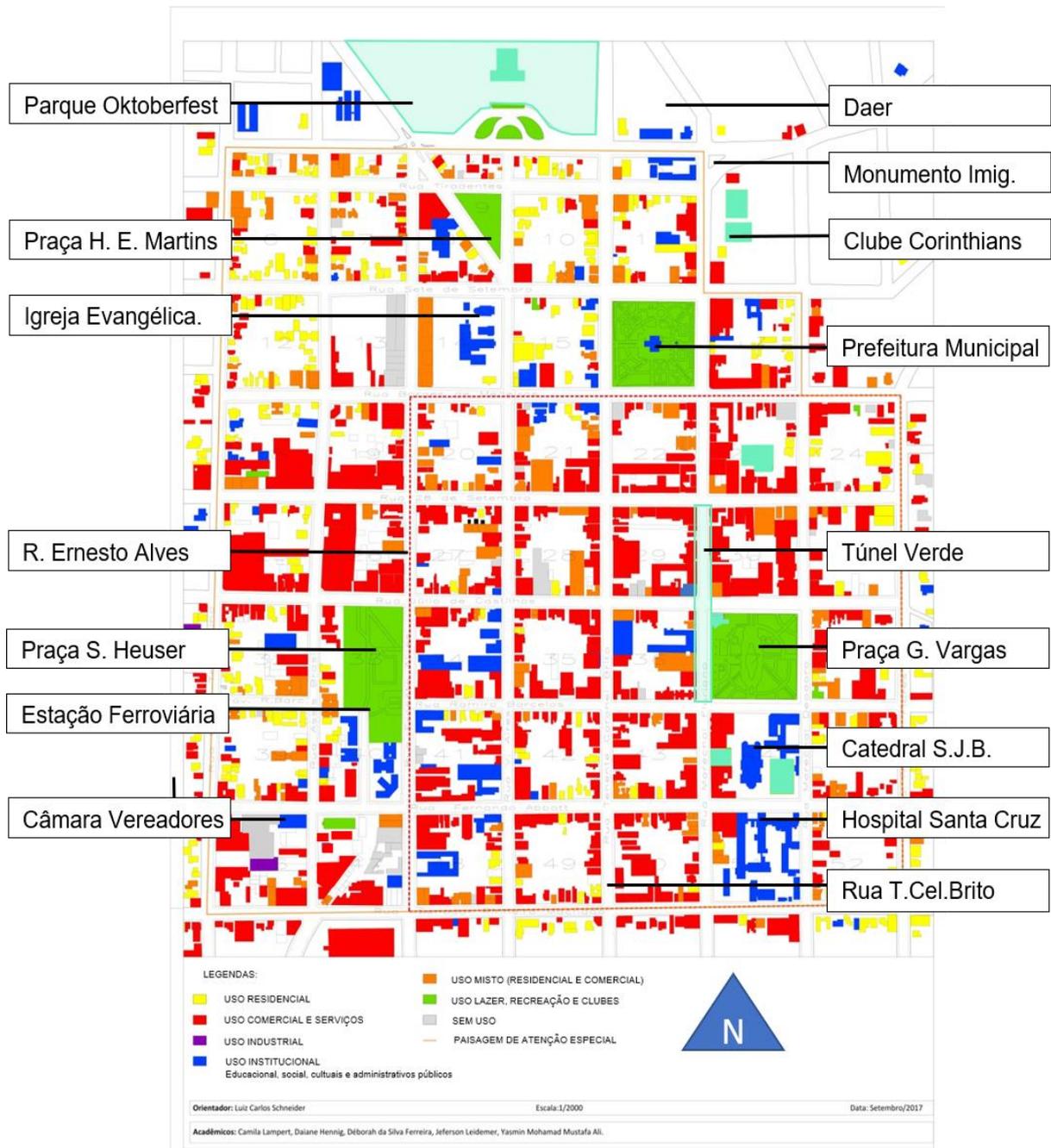


Figura 92: Mapa de uso do solo em 2017: traçado de 1922

Fonte: elaborado com base no mapa do levantamento aerofotogramétrico de 1976 e imagens de satélite disponibilizadas pelo Google Earth Pro 7.1/setembro de 2017.

As alterações de usos ocorreram também na Rua Ernesto Alves, que entre as décadas de 60 e 70 concentrava atividades industriais, atualmente localizadas no Distrito Industrial. A Rua Ernesto Alves, bem como a Rua Venâncio Aires, mostram também uma tendência à

concentração de diversos tipos de usos institucionais e administrativos. Estes ocorrem, especialmente, nas proximidades da Praça Siegfried Heuser, e o seu entorno concentra, por exemplo, atividades como a Agência de Correios, Instituto de Previdência Social, Fórum, Delegacia, Promotoria Pública, Postos de Saúde, entre outros.

Outro aspecto que pode ser salientado, na Rua Ernesto Alves, é a subutilização ou mesmo ociosidade de propriedades que foram, anteriormente, pertencentes ao primeiro parque industrial da cidade. Ainda que não tenha sido possível obter informações atualizadas sobre a situação fundiária, muitas das propriedades localizadas entre a área compreendida pelas Ruas Ernesto Alves e Carlos Trein, bem como pela Assis Brasil, possuem lotes muito superiores aos padrões históricos delimitados no quadrilátero inicial do traçado urbano. O esvaziamento da função industrial ocasionou também a subutilização, ociosidade ou não utilização de parte das propriedades. Contudo, outro aspecto relevante é o da refuncionalização, ou atribuição de novos usos comerciais e de serviços, que gerou duas situações distintas: a renovação construtiva da área por meio da implantação de novas atividades comerciais, residências ou mistas; o aproveitamento das estruturas já existentes, onde a propriedade ou o imóvel foi adequado às novas necessidades. Nesta última situação, observa-se, na paisagem urbana, a fragmentação visual ocasionada pela ocupação de atividades comerciais e de prestação de serviços distintas em um mesmo imóvel. Esta situação ocorre, também recorrentemente, em muitos imóveis que são considerados bens culturais do Município, ou outros de interesse patrimonial. De maneira geral, a refuncionalização expressa-se pelo conjunto de intervenções modernizantes que ocasionam, na maior parte dos casos, diversas descaracterizações da forma construída.

Além do entorno da Praça Siegfried Heuser, o aumento do uso institucional pode ser observado também em outras áreas. Permanecem, de maneira geral, as significações simbólicas e identitárias (dos usos institucionais como os administrativos e religiosos) consolidadas no entorno de ambas as praças da rua principal da cidade. Na Praça da Bandeira e na edificação do “Palacinho da Prefeitura” (denominação popular), que sediava concomitantemente a Prefeitura e a Câmara de Vereadores houve, contudo, diversas alterações. A Câmara de Vereadores, que funcionava no segundo piso do “Palacinho”, transferiu-se para outro local no começo da década de 90. Na mesma década, houve também uma transferência das funções administrativas do Gabinete do Prefeito e do “Salão Nobre da Prefeitura” (espaço de recebimento e reuniões) para o Parque da Oktoberfest por um período de aproximadamente dez anos. Este esvaziamento simbólico do Palacinho, que é um dos principais bens culturais do Município, foi percebido pela população como parte da disputa política em que a oposição se propunha à renovação em um discurso de aproximação popular. O abandono da praça, durante algum tempo, foi um reflexo de determinadas intenções políticas que estavam relacionadas à apropriação simbólica de outro espaço. Atualmente, e

em uma situação antagônica, o Gabinete do Prefeito retornou ao “Palacinho da Prefeitura”, e permanecem as discussões relacionadas à elaboração de um centro administrativo único, pois as secretarias municipais estão distribuídas em diferentes edificações, algumas das quais são pertencentes ao patrimônio.

A Praça da Bandeira, enquanto símbolo do poder administrativo, também atraiu para as suas proximidades outras funções complementares que, a partir da década de 80, passaram a estar localizadas em seu entorno imediato ou nas proximidades. A edificação do Colégio Distrital, situado na esquina das Ruas Borges de Medeiros e Tenente Coronel Brito, já foi ocupada pelo Fórum e atualmente é sede da Secretaria de Planejamento. A sua esquina oposta sedia a Secretaria de Administração e da Fazenda, por exemplo. Ainda no entorno desta praça, em imóveis que tem relevância patrimonial, se destaca a transferência do Colégio Mauá, que em 1981 mudou-se para uma nova área situada nas proximidades da Gruta dos Índios. A edificação atual permanece parcialmente em uso e sedia bares, comércio e também o espaço Camarim, referência cultural em shows e espetáculos teatrais.

Já no entorno da praça Getúlio Vargas, ocorreu a transferência da Mitra Diocesana para uma nova edificação, localizada na mesma quadra. O antigo prédio do Bispado passou a sediar, em 2006, um espaço dedicado à cultura e denominado Memorial das Artes de Santa Cruz (MASC), mas não houve consolidação desta atividade. Na esquina da rua principal com a Rua Júlio de Castilhos, houve duas alterações importantes: a instalação da Associação Pró-Cultura (desde 1994) no Banco Pelotense; a reforma do Quiosque da praça. O Quiosque permanece como ponto de encontro tradicional e é também referência para a população como restaurante e bar. Com a extinção do Colégio Sagrado Coração de Jesus, fundado pelas irmãs franciscanas no final do século XIX, mantiveram-se as atividades educativas no mesmo local a partir do ingresso do Colégio Dom Alberto (em 2003), complexo que reúne ensino médio e cursos de graduação e pós-graduação. Permaneceram também as atividades exercidas pelo Colégio São Luís e pela Igreja Católica. Na quadra ao sul da Catedral, houve a consolidação do Hospital Santa Cruz, considerado uma das referências institucionais regionais na área da saúde.

A Praça Getúlio Vargas também incorpora muitas das atividades sociais e culturais da sociedade santa-cruzense. É um espaço de diversas práticas relacionadas à organização de eventos diversos (feiras de artesanato, feiras de livros, exposições, shows) bem como de atividades de lazer e recreação. Atividades sociais e lúdicas, como simplesmente passear, encontrar conhecidos, são exercidas neste espaço e também, em menor escala, na Praça da Bandeira. O eixo viário formado entre as duas praças também oferece muitas alternativas em horários distintos. Ao longo da rua principal da cidade, as empresas tradicionais de propriedades familiares até as décadas de 90, foram lentamente substituídas por um comércio de menor porte e pelo ingresso de redes comerciais. Ao mesmo tempo, há também um

comércio voltado ao entretenimento e lazer, que reúne bares, choperias, lancherias. Houve também alterações relacionadas às sociedades representadas pelos tradicionais clubes Aliança, Corinthians e Clube União, todas sediadas na rua principal da cidade. A Aliança Católica e o Clube União possuem outras sedes, em áreas que são afastadas do centro urbano e que apresentam infraestrutura completa de lazer e esportes. No Centro permaneceram as sedes originais da Aliança Católica, e houve, em 2015, a fusão dos clubes União e Corinthians. A partir desta fusão, o prédio do Clube União, referência simbólica para a sociedade local como o espaço dos eventos de maior significância social, encerrou as suas atividades e em 2016, foi ocupado por uma rede do setor varejista. Cabe salientar que o fechamento do Clube União, na rua principal da cidade, causou uma comoção em redes sociais a partir das manifestações espontâneas de memórias de associados e não associados. Neste sentido, as lembranças saudosas de carnavais, namoros, bailes, jantares, festas, foram expostas com fotografias, comentários e histórias pessoais formando um contraponto aos que manifestavam a inexorabilidade do progresso e do desenvolvimento da Cidade.

Se na década de 70 alguns dos principais espaços de lazer estavam concentrados na área urbana central (quiosque, sociedades, cinemas), a década de 80 também assistiu ao deslocamento destas funções para a Avenida do Imigrante. A Avenida, cujo nome também é simbolicamente uma homenagem aos pioneiros, conecta a Rua Galvão Costa com a Rua Coronel Oscar Jost,, e passou a ser ocupada por boates, bares e lancherias, tornando-se umas das referências da população jovem como espaço de lazer e de recreação. Na atualidade, ainda que permaneçam alguns bares nesta avenida, houve também o surgimento de muitos outros espaços de lazer que estão dispersos em vias periféricas ao traçado de 1922, como por exemplo, na Rua Gaspar Silveira Martins.

Em relação às funções institucionais religiosas, houve o ingresso de muitos credos evangélicos, tais como Batista, Universal do Reino de Deus, entre outros. Estes novos templos, por vezes ocupados de forma provisória, estão localizados nas proximidades ou ao longo das Ruas Venâncio Aires e Ernesto Alves e passaram a ser também uma referência simbólica em termos de localização espacial. No espaço ocupado pela Igreja Evangélica Luterana de Santa Cruz do Sul, a área de entorno predominantemente residencial passou a ser de uso comercial e de prestação de serviços. Estas alterações, mais recentemente (a partir de 2014), acarretaram a demolição de muitas das edificações ecléticas que estavam associadas à paisagem tradicional de entorno da Igreja. Na atualidade, à exceção, da metade da quadra da própria Igreja, trata-se de uma paisagem quase que totalmente renovada.

Os elementos da paisagem que estiveram associados ao embelezamento urbano da cidade, como a pavimentação em pedra grês (passeio de pedestres) e paralelepípedos de granito (na faixa carroçável), também tiveram muitas alterações. Uma das imagens fortemente

associadas com a paisagem urbana de Santa Cruz do Sul são as ruas largas com baixo entorno edificado, bem como as casas e os cuidados com os jardins. O passeio de pedra grês apresenta uma leve tonalidade rosada e a rua, na sua faixa carroçável, tem uma característica cor cinza claro de alto brilho à luz solar. A vinculação deste conjunto de texturas e cores das vias completava-se com a arborização urbana, constituída principalmente por quatro espécimes: a extremosa, o legustre, as tipuanas e os jacarandás (em menor escala) e a sensação de “limpeza” da cidade pela ausência de lixo nas ruas e nos passeios públicos.

Mas as transformações do uso residencial e a intensificação do uso comercial, em toda área de estudo, tiveram também reflexos associados à natureza. As residências unifamiliares apresentaram, historicamente, uma relação muito mais imediata com o espaço aberto público. Na ausência de recuo frontal da edificação, especialmente, as portas e janelas das casas, por exemplo, se beneficiavam pela existência do verde urbano. Por este motivo, possivelmente, como prática recorrente, havia o cuidado com a limpeza do passeio, pois a sua apropriação equivalia a percebê-lo como extensão da própria casa. Às gradativas alterações de uso e ocupação do solo, seguiram-se outras lógicas de apropriação do espaço. O predomínio das atividades comerciais em ruas como a Tenente Coronel Brito, Venâncio Aires, Ernesto Alves, Assis Brasil e suas transversais ocorreu de forma paralela à supressão de boa parte da arborização urbana. O comércio beneficia-se, funcionalmente, das condições de acessibilidade e visibilidade. Seguiram-se também, na década de 90, discussões sobre a salubridade de espécimes plantadas, como no caso do legustre, considerado alergênico, e, portanto, removível. A extremosa, ainda que considerada árvore símbolo do Município, teve também grandes supressões. Os efeitos estéticos promovidos pelas composições homogêneas e intencionais foram-se alterando à medida em que a arborização foi sendo substituída por outros espécimes (de todo tipo e porte), ou ainda efetivamente suprimida. Estas questões, associadas à substituição das pavimentações, passou a representar também uma nova paisagem do espaço aberto público percebida pela fragmentação entre elementos historicamente presentes e os novos, resultado de um conjunto de novas práticas e usos.

Na figura 93, a primeira imagem, à esquerda, é uma vista no sentido sul-norte a partir da Rua Venâncio Aires, tendo ao fundo, como cenário, a torre da Igreja Evangélica e a silhueta da encosta. Já a segunda fotografia é uma aproximação da vista da Igreja. A mesma via é também eixo de acesso ao pórtico de entrada do Parque da Oktoberfest. Na primeira imagem, podem-se perceber, no passeio à esquerda, as lacunas da vegetação urbana (extremosa, com floração vermelha). Uma das características históricas da paisagem urbana são os efeitos estéticos e cênicos obtidos pela sequência de disposição linear das árvores, por vezes associados às mudanças de estações. As florações vermelhas no verão, a caducidade das folhas e suas tonalidades laranjas e vermelha no outono, a ausência de folhas e flores no inverno e a cor verde-claro na primavera. Algumas áreas da cidade, como na segunda

imagem, nas proximidades da Igreja, ainda preservam uma vegetação relativamente intacta. Há porem, além de supressões, extensas áreas do passeio público onde não há mais canteiros reservados a arborização.

Outro aspecto que pode ser percebido, ao se observar a esquina da segunda imagem, é o contraste entre a pavimentação asfáltica e os paralelepípedos de granito. Após o asfaltamento da Rua Tenente Coronel Brito e da Rua Venâncio Aires, e especialmente a partir de 2010, houveram programas destinados à pavimentação asfáltica do centro urbano, privilegiando-se as questões de mobilidade bem como de acessibilidade.



Figura 93: Arborização urbana na Rua Venâncio Aires

Fonte: acervo pessoal (setembro de 2017).

Ainda na primeira imagem da figura 93, pode-se perceber a sequência das novas construções (à esquerda) com a formação de empenas cegas nas laterais devido a características históricas dos lotes estreitos e profundos. As características predominantemente comerciais durante o dia, e o esvaziamento da população à noite, acarretaram também a sua utilização, em alguns casos, para prostituição ou comércio de drogas. O exemplo destas fotografias e dos diferentes contrastes estende-se, com maior ou menor intensidade, para toda a área delimitada na pesquisa.

A consolidação das áreas comerciais também acarretou uma supressão das vegetações existentes no interior das quadras. Os lotes, estreitos e profundos, apresentavam uma multiplicidade de jardins e pomares, atrelados anteriormente à lógica das habitações unifamiliares, o que pode ser percebido quantitativamente pelos registros do levantamento aerofotogramétrico de 1976. A ocupação atual revela o aumento da ocupação e da impermeabilização do solo, ainda que, na ausência de cadastros mais precisos, não se possa aferir esse dado de forma quantitativa, mas sim de forma comparativa ao observarem-se imagens deste período contrapostas às de 2016. Por outro lado, se as áreas de vegetação praticamente extinguíram-se no interior das quadras, houve o aumento da vegetação no entorno da cidade. Este aumento pode ser percebido pela recuperação parcial das matas das encostas que ladeiam a cidade. De maneira geral, e a partir de 1977, por ocasião da

implantação do primeiro Plano Diretor Urbano, toda esta área passou a ser denominada de Cinturão Verde, ainda que não houvessem delimitações de zoneamento. Este zoneamento foi institucionalizado 20 anos após, com a promulgação do segundo Plano Diretor, e a sua recuperação gradativa a transformou em elemento simbólico e maior área de preservação ambiental da cidade. O verde anteriormente existente no interior das quadras passou a ser vivido e percebido pelo verde que cerca a cidade e a paisagem de atenção especial.

As análises de Oliveira (2013) relacionadas ao desenvolvimento do processo de verticalização na cidade de Santa Cruz do Sul, no período de 1970 até 2010, também corroboram a aceleração das transformações espaciais da área central urbana. Para este autor, a verticalização urbana é entendida como uma atividade econômica de produção da cidade que privilegia os detentores de capital. O espaço urbano assim, tem uma sobrevalorização sintetizada na produção do edifício vertical. No período estudado por Oliveira houve a separação de três fases distintas, respectivamente: de 1970 a 1986, relacionado à internacionalização da indústria fumageira e desenvolvimento do mercado imobiliário; de 1987 até 1994, onde ocorre o processo de verticalização, e de 1995 até 2010, com estabilização da economia brasileira até implementação dos Planos de Aceleração do Crescimento.

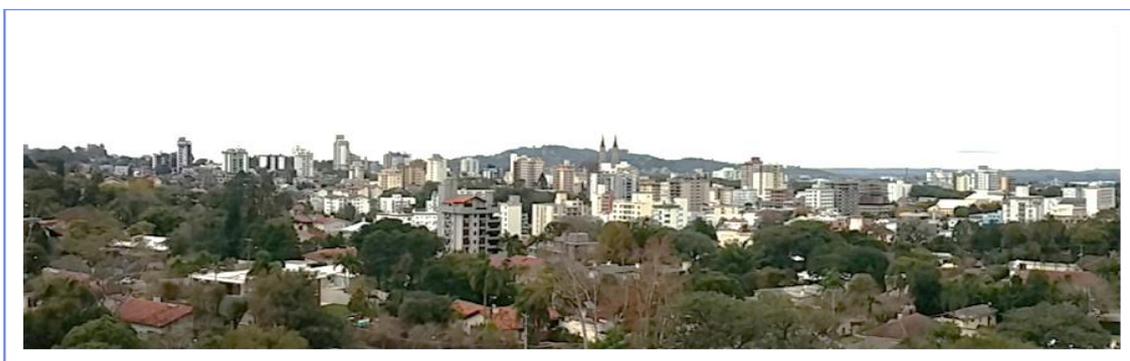


Figura 94: Processo de verticalização do centro urbano, vista no sentido norte-sul

Fonte: acervo pessoal (foto de 2017).

De maneira geral, no caso de Santa Cruz do Sul, os dados de Oliveira demonstram que, dentro destes três períodos, foram construídos um total de 411 prédios, destacando-se prioritariamente a prevalência de edificações habitacionais em detrimento das comerciais. Outro aspecto está relacionado à questão locacional. Segundo OLIVEIRA (2013, p. 207), houve a construção de 188 prédios na área central urbana (bairro), o que equivale a 49,09 % do total de edificações construídas entre 1970 e 2010.

No final dos anos 80, a transferência das Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul para seu campus universitário ao norte da cidade, e a posterior implantação, em 1993, da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, gerou um novo polo que influenciou o

crescimento urbano. Neste sentido, os bairros com maior número de construções verticais são Santo Inácio (12,01 %) e o Universitário (10,44 %), ambos localizados ao norte da cidade e entre a Universidade e o bairro Centro. Os bairros Centro, Santo Inácio e Universitário totalizam 71,54 % das edificações, e, na paisagem urbana, conforme a figura 94, a maior parte das edificações verticais pode ser observada em um eixo visual que se estende no sentido norte-sul. Também é possível identificar a área central urbana a partir da localização das torres da Igreja Católica, principal referência espacial e simbólica do bairro Centro bem como do Município. Mas o maior adensamento vertical da cidade concentra-se no bairro Centro ressaltando-se a tendência de crescimento significativo deste processo. Ao mesmo tempo, as edificações altas, pela sua forma arquitetônica, salientam-se na paisagem urbana e marcam também, simbolicamente, a vitalidade econômica da cidade.

Neste cenário, de refuncionalização e do processo de verticalização do centro urbano, as transformações da paisagem também são afetadas pelos novos investimentos imobiliários. O discurso do progresso, neste contexto, é permeado por expressões que qualificam o crescimento econômico e o atrelam a uma nova paisagem. Como exemplo, na publicação do Jornal Gazeta do Sul (ESPECIAL, 24 e 25 de maio de 2014, p. 24) onde:

A paisagem urbana, que cresce na vertical, reflete o bom momento da construção civil e da comercialização de imóveis em Santa Cruz do Sul. Basta olhar para o lado e constatar: novas edificações eclodem por todos os lados.

Esta referência é feita de maneira elogiosa às “ondas de concreto”, que na visão do jornalista, mostram também o aumento percentual registrado em oito anos, de 2005 até 2013, das áreas licenciadas pela Secretaria de Planejamento para a construção civil. São, para áreas residencial, comercial e industrial, respectivamente, as taxas de 511,15%, 486, 2% e 203,1 %. Os dados são também complementados a partir da apresentação dos novos investimentos imobiliários previstos, ou já em andamento, para a área urbana, mas, e especialmente, concentrados no centro da cidade. São atividades tais como novas edificações residências e comerciais, previsão de construção de Centro Administrativo para a Prefeitura Municipal, construção ou ampliação de novas redes de supermercados, agências bancárias, shopping centers, entre outros. Por outro lado, há também o discurso otimista de empresários do setor imobiliário pela previsão de novas obras. As possibilidades de construção das novas paisagens são mostradas à população em uma perspectiva positiva de renovação do existente. Ao mesmo tempo, não se percebem preocupações com eventuais impactos que algumas as novas obras possam causar, tanto do ponto de vista individual quanto de seu conjunto às características históricas da paisagem urbana.

Em relação aos novos elementos identitários para a cidade, a década de 80 marca o começo de muitas transformações simbólicas de Santa Cruz do Sul. A indústria do tabaco,

enquanto principal atividade econômica do Município e da região do Vale do Rio Pardo, sempre esteve implicada nas contradições entre o seu marketing de divulgação e os efeitos nocivos do produto para a saúde. O crescente movimento antitabagista, em nível mundial, também redundou em diversas iniciativas, tanto por parte da Organização Mundial da Saúde, quanto do Governo Brasileiro, de uma gradativa restrição ao consumo de cigarros. O ápice deste processo foi a adesão do Brasil, em 2005, à Convenção-Quadro da Organização Mundial da Saúde para Controle do Tabaco. Este é um tratado internacional de saúde pública que determina a total proibição da propaganda e promoção de produtos derivados do tabaco, ou mesmo de patrocínio de eventos que estejam relacionados ao produto.

As celebrações da Festa Nacional do Fumo, realizadas em 1966, 1972 e 1978, e que tinham como objetivo a celebração da indústria fumageira, foram substituídas, a partir de 1984 pela organização da Oktoberfest. O discurso passou a ser, então, um retorno às tradições germânicas, ainda que esta festa, originária e característica da região sul da Alemanha, não tenha em Santa Cruz do Sul uma tradição cultural associada diretamente à procedência da sua imigração. A Oktoberfest é, assim, mais próxima a uma tradição inventada, ainda que muitas das suas atividades, que incluem gastronomia, danças, jogos, sejam, efetivamente, parte de algumas das tradições culturais locais.

A festa é realizada anualmente desde 1984 no parque que, de “FENAF”, passou a se chamar de Parque da Oktoberfest. Conta com o apoio de diferentes entidades públicas e privadas, e é, atualmente um grande evento cultural e turístico para a Cidade. Uma das suas repercussões é o “embelezamento” da cidade. Em época de festa, há uma preparação para o evento com a colocação de flâmulas e bandeiras na rua principal, bem como desfiles alegóricos, bandas de música, carros de chope, concertos, etc. Desta maneira, a festa também parece ter uma função política, ao apresentar uma cidade que, mesmo sendo constituída atualmente por diferentes etnias e culturas, procura reafirmar laços e identidades com as tradições germânicas.

Na imagem “A” da figura 95, relacionada ao cartão postal de uma das primeiras edições da Oktoberfest, pode-se perceber a associação entre os espaços institucionais que representam simbolicamente a cidade (Praça Getúlio Vargas e Igreja Matriz) e as jovens que estão vestidas em trajes típicos da região da Baviera. O cartão intitula-se como “A capital do fumo. Catedral e praça Getúlio Vargas, com garotas vestidas tipicamente para a tradicional Oktoberfest. A maior Igreja de Estilo Gótico da América do Sul”. Nos cartões postais da década de 80, ainda em uma época com poucas restrições ao consumo do produto, persiste a vinculação da cidade como “A capital do fumo”.

Quanto aos trajes típicos, e na realidade, a procedência da maior parte dos imigrantes revelaria outras tradições de vestimenta, mas a imagem é representativa das tradições germânicas que incluem ainda eleições para a Rainha e Princesas. A imagem “G” mostra a

“Bierhaus”, casa típica de gastronomia e atividades folclóricas germânicas, que se situa no interior do Parque da Oktoberfest. O postal também intitula a cidade de Santa Cruz como Capital do Fumo e faz referências aos jovens trajados tipicamente. O acesso do parque, por outro lado, está representado no postal “I” ou “Pórtico de entrada do Parque da Oktoberfest”. Nesta imagem observa-se que o pórtico anterior, da FENAF, teve reformas inspiradas no estilo “enxaimel”, que passa a ser também simbólico e representativo da cultura alemã. A imagem “B” é uma vista aérea do Parque da Oktoberfest, ao entardecer, destacando o acesso principal e os pavilhões. Este postal, contudo, também revela um dos elementos que passariam a ter grande significação simbólica para a população santacruzense: a do Cinturão Verde emoldurando a cidade.

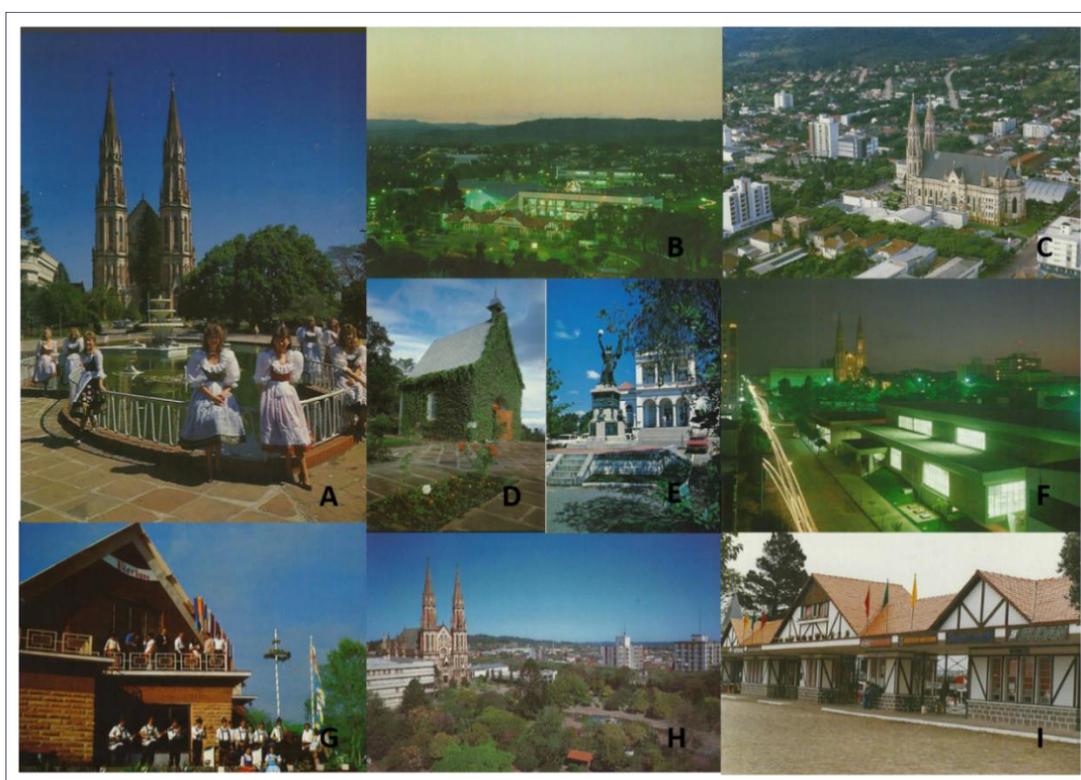


Figura 95: Cartões postais de Santa Cruz do Sul na década de 80

Fonte: acervo pessoal.

Na divulgação simbólica da cidade, permanecem as imagens associadas à Prefeitura e a Praça da Bandeira (nesta última observa-se o destaque conferido ao Monumento da Independência), bem como surgem vistas aéreas da paisagem da área central urbana (postais “C” e “H”). Nestes dois postais, destacam-se as denominações da Capital Brasileira ou Nacional do Fumo associadas à Imagem da Catedral e da Praça Getúlio Vargas. Em ambas as imagens é possível ver também o eixo da rua principal da cidade e o desenvolvimento das tipuanas que passaram a cobrir toda a largura da via formando um túnel. O efeito de recobrimento da rua pela vegetação, em uma extensão de aproximadamente cinco quadras,

lhe conferiu a denominação popular de “Túnel Verde”. O “Túnel Verde”, assim como o “Cinturão Verde”, passam, portanto, neste período, a ser símbolos representativos de Santa Cruz do Sul. A área central é destaque também no postal “F”. A produção desta imagem, que tem a denominação de vista noturna parcial (da Capital Brasileira do Fumo) associa a identidade urbana com a Catedral São João Batista. O foco do postal, contudo, revela a intenção de expressar a modernidade da paisagem a partir de dois elementos novos: a rua em destaque é paralela à rua principal, e passou a ser reconhecida por sediar novas agências bancárias, entre elas o Banco do Brasil e o Bannisul (em destaque na imagem).

Outro detalhe importante é revelado pela preocupação em capturar o movimento a partir dos feixes luminosos dos veículos ou mesmo da iluminação à noite da Catedral e de outras edificações. Por fim, no postal “D”, revela-se uma das primeiras imagens que não estão na área central e que representam a devoção religiosa. A pequena capela é uma vista parcial do Santuário de *Schöenstatt*, que se encontra na BR 471 na zona sul da Cidade.

A figura 96, referente aos cartões postais utilizados na década de 90, possibilita outro olhar para as antigas e novas imagens que estão associadas à paisagem e à identidade de Santa Cruz do Sul. Há também um componente novo. Nesta década, foi organizado um concurso (promovido pela Câmara Junior de Santa Cruz do Sul) para escolha das imagens que seriam representativas da cidade.



Figura 96: Selo da Igreja Matriz e cartões postais de Santa Cruz do Sul na década de 90
Fonte: acervo pessoal.

Entre estas, apresentam-se as imagens “C”, “D”, “E” e “G” que se tornaram, por concurso, cartões postais. As outras são pertencentes as imagens que são selecionadas pelo próprio Município sendo que, monumentos como a Prefeitura Municipal e a Igreja Evangélica continuaram sendo cartões postais. Entre as imagens dos cartões postais escolhidos por concurso, contudo, pode-se ver a espetacularização do elemento temático, do monumento ou mesmo da paisagem destacada por cores e pela utilização da luz. Há, portanto, uma sensibilidade nova na apreciação estética, que em parte é possível estimular a partir da tecnologia empregada para iluminação dos monumentos, bem como das diferentes maneiras de captura e tratamento intencional da imagem. Assim, há uma renovação na leitura estética da paisagem e da sua divulgação, como no caso da Igreja Católica (letra “G”), onde o perfil das torres é reconhecido em meio ao crepúsculo vermelho.

Entre os cartões postais deste período também aparece a imagem da Catedral São João Batista de Santa Cruz do Sul estampada em selo comemorativo (postal “A”). Este selo demonstra que a própria imagem da Catedral estava definitivamente vinculada no País como umas das principais logomarcas da cidade e do município.

Também nesta década surgem novos projetos de embelezamento do centro urbano. Na imagem “D”, destaca-se a construção do chafariz que foi colocado em frente ao Pórtico de entrada do Parque da Oktoberfest. Já na vista aérea no postal “C”, pode-se observar que os antigos desenhos dos canteiros em frente ao parque (em forma de folha de fumo na época da Feira Nacional do Fumo) estão repletos de flores. Neste postal também estão associados elementos como o chafariz, o Pórtico e o acesso ao Parque, com o cenário de fundos do Cinturão Verde, que passou a ser oficialmente reconhecido pelo município no Plano Diretor. Já o postal “B” apresenta a rua principal da cidade modernizada por um projeto que incluiu canteiros e floreiras laterais à via, novas pavimentações para pedestres, bancos e espaços de estar. Estas qualificações, associadas ao crescimento das tipuanas, consolidou a imagem do “Túnel Verde” como uma das paisagens-símbolos da Cidade. A preocupação com o desenvolvimento de novos projetos, nesta década, também foi capaz de criar novas identidades. Por exemplo, com a construção do “Parque da Santa Cruz” (postal “E”), em uma antiga pedreira localizada em área do Cinturão Verde. Neste local foi erguida a cruz que é visível ao sul da área central urbana. A construção da cruz, simbolicamente, também remete ao nome e ao hino do Município. Também localizado no Cinturão Verde, e no postal “F”, é apresentando o Parque da Gruta dos Índios com o slogan “Venha conhecer Santa Cruz do Sul. É um dos recantos mais acolhedores de nossa região”. Desta maneira, se os cartões postais revelam uma reafirmação simbólica de bens culturais como os monumentos, espaços institucionais ou práticas culturais já existentes, há também novos elementos associados à construção de identidade da paisagem urbana.

Alguns símbolos, contudo, também revelam profundas contradições no desenvolvimento da cidade-polo. Como exemplo, o hino de Santa Cruz do Sul, criado em 1963, e cuja composição é basicamente uma exaltação de virtudes do imigrante alemão. Não há na letra da música o reconhecimento da participação de outras etnias e culturas no desenvolvimento econômico e social do Município e da cidade. Estas questões fomentaram, no começo do século XXI, um intenso debate na comunidade entre defensores de manutenção do hino da forma como foi composto e dos antagonistas, que sugerem reformulação dos seus conteúdos. Sem encerrar a questão, e ciente da importância desta discussão simbólica, selecionou-se um texto publicado no jornal local que poderia sintetizar um olhar para a construção das novas paisagens de Santa Cruz do Sul:

Estamos em busca de igualdade social. Acredito que as pessoas negras ou afrodescendentes, ficariam mais felizes se adotássemos o seguinte slogan; Santa Cruz do Sul, cidade das várias etnias, um povo feliz, venha conhecer. Somos um povo unido, independentemente de sua cultura ou cor, somos em Santa Cruz do Sul todos irmãos. (GAZETA DO SUL, 24/05/2001, p. 04)

Este comentário pessoal, realizado por ocasião das discussões sobre a manutenção ou alteração do hino da cidade, pode ser estendido a todos grupos sociais e culturais na necessidade de inclusão, de forma plural e diversificada, dos seus símbolos de afirmação identitária na paisagem vivida e percebida pela população.

7. OS VALORES DA PAISAGEM E OS PARÂMETROS ESPACIAIS

A análise de evolução da paisagem possibilitou identificar algumas das principais manifestações culturais materiais e imateriais da área de estudo, e que estão vinculadas às suas características históricas. As configurações espaciais resultantes do processo de desenvolvimento da paisagem, contudo, são uma soma, nunca concluída e em permanente evolução, das marcas que são considerados próprias, originais ou características do lugar e de uma comunidade. Neste contexto, a história, a natureza e a cultura exerceram um importante papel para o entendimento do que pode ser representativo em termos de valores de interesse histórico, ambiental-paisagístico, cultural (incluindo-se nestes os valores simbólicos e identitários) ou visual (estético-cênico).

Este capítulo apresenta uma descrição sintética destes valores, e dos principais elementos componentes dos espaços abertos (públicos e privados) e da forma construída (monumentos e edificações). Ao longo da classificação dos valores, expõem-se também as considerações referentes a parâmetros espaciais voltados à proteção das características históricas da paisagem de atenção especial. O quadro 20 apresenta as marcas descritas e inventariadas da arquitetura, conforme segue:

Quadro 20: As marcas descritas e inventariadas na paisagem de atenção especial

Forma urbana	Discriminação
Espaço aberto público	Caracterização de vias, praças e parques, quadras; (geometria do traçado e características de dimensionamento, texturas); Caracterização da arborização (principais espécimes).
Espaço aberto privado	Quadras e formas históricas de parcelamento do solo; Aspectos relacionais – jardins, pátios.
Forma construída	Patrimônio e bens culturais: Caracterização dos monumentos; Caracterização das edificações – bens culturais e principais tipologias e estilos.

Fonte: realizado pelo autor em fevereiro de 2018. Classificação morfológica com base em Moudon (2016) e Krafta (2014).

A investigação dos valores da paisagem e das suas marcas materiais está também relacionada à hipótese desta pesquisa, à medida em que se questiona se podem estabelecer, no planejamento, parâmetros espaciais que contribuem para a diminuição da fragmentação patrimonial e do aumento de qualificação dos espaços urbanos. Entendem-se, por parâmetros espaciais, segundo Ferreira (2004, p.531), os critérios, normas de comparação, padrões e referências capazes de orientar ou influenciar as decisões no planejamento e gestão do espaço urbano e que podem, portanto, embasar a elaboração de objetivos de qualidade paisagística. Lembrando Criado (2012, p.111), os objetivos de qualidade paisagística estão voltados à proteção, manutenção, conservação, restauração, renovação ou mesmo melhoria

do caráter da paisagem, podendo inclusive haverem combinações entre estes, conforme a particularidade das situações que se apresentam. As estratégias de planejamento, por sua vez, são planos de ação que viabilizam o cumprimento dos objetivos de qualidade paisagística, bem como da inclusão dos parâmetros voltados à manutenção do caráter e/ou das qualidades selecionadas para a paisagem.

A seleção e classificação sintética de valores para a paisagem, em seu conjunto, já constituem um parâmetro geral qualitativo que permite realizar um contraponto ao planejamento e às tendências de transformações espaciais da paisagem construída. Contudo, e para Souza (2002, p. 68), as adaptações singularizantes dos parâmetros "...são realizadas pelos próprios indivíduos/cidadãos envolvidos no planejamento ou na gestão em um determinado espaço e tempo, e não pelo pesquisador ou planejador profissional". Para este autor, as adaptações singularizantes, são ajustes dos parâmetros gerais que decorrem em função da particularidade de cada situação concreta. Não cabe, portanto, ao pesquisador, propor adaptações singularizantes dos parâmetros sem considerar para além dos atores sociais e da dimensão política outros fatores e variáveis que estão vinculados ao desenvolvimento socioespacial. Este é o limite entre a vontade do pesquisador em estabelecer objetivos e parâmetros específicos (ou indicadores para o planejamento) ou demonstrar o conjunto de possibilidades, de tendências e alternativas na construção de cenários do planejamento.

Os mapas temáticos apresentados neste capítulo, portanto, decorrem primeiramente de uma análise sintética dos valores atribuídos às marcas da paisagem, com apresentação dos principais atributos característicos do espaço aberto e da forma construída. Estes atributos estão vinculados aos valores de interesse histórico, paisagístico-ambientais, culturais (incluindo-se nesta categoria os valores simbólicos) e visuais (estético e cênicos), considerando-se que os objetivos de qualidade paisagística estão relacionados à proteção da paisagem e do seu caráter. Em seu conjunto, os valores estabelecem referências qualitativas aos atributos ou características que são usadas para estabelecer comparações na transformação da paisagem urbana podendo assim, também serem utilizados como parâmetros gerais ou mesmo particulares (subordinados).

7.1 Análise dos valores históricos e das marcas da arquitetura na paisagem

Os valores históricos e as marcas da arquitetura na área de estudo, de forma sintética, estão definidos pelo projeto inicial do traçado ortogonal (e das características do espaço aberto público e privado) e pela forma construída expressa por marcos simbólicos como os monumentos e as edificações patrimoniais. Nestas configurações, por exemplo, salientaram-se aspectos como: a origem da malha urbana e a sua composição e evolução (vias, praças,

quadras e lotes); as situações peculiares das praças, esquinas e centros de quadra em sua relação com a localização do patrimônio cultural. Também se analisaram as diferenciações geométricas no desenho das quadras e vias, o desenho de parques e praças, as interrupções de ruas e a formação de largos, bem como as características básicas de visibilidade da paisagem de atenção especial: a localização dos monumentos e das praças mais importantes em planos mais altos; ruas largas e retilíneas interrompidas de maneira regular por esquinas e formando eixos visuais em diferentes orientações espaciais; a interrupção de vias causando efeitos-surpresa na paisagem.

Neste contexto, o traçado de 1922 constitui uma parte substancial do bairro Centro expandindo-se, em termos de malha ortogonal, ao sul até a rua Senador Pinheiro Machado. e ao oeste em direção ao bairro Goiás e até a Rua São José, próxima à Br 471. Contudo, e nesta última direção, alteram-se os formatos das quadras e de composição dos lotes. A delimitação da área de estudo apresenta uma configuração única de parcelamento em relação ao restante da cidade, o que lhe poderia conferir, em conjunto com a sua significação histórica, funcional e simbólica, a característica de ser uma unidade de paisagem distinta.

A figura 97 apresenta a síntese das principais marcas históricas e patrimoniais da área de estudo. A apropriação cultural da malha urbana originou a divisão espacial simbólica entre católicos e protestantes a partir da Rua 28 de Setembro (em sentidos norte e sul) e parece ter tido forte influência sobre a localização de monumentos e bens culturais institucionais. No lado sul, ocorreu a ocupação das nove primeiras quadras, cujo centro foi a Praça Getúlio Vargas. Esta praça é também a principal referência espacial determinante de localização da Igreja São João Batista, bem como das sociedades e colégios católicos. A localização da igreja católica, em eixo simétrico à praça, corresponde ao ponto mais alto e visível do sítio. Já na esquina do limite simbólico com a rua principal da cidade, houve a instalação da Câmara Municipal. Esta paisagem, denominada nesta pesquisa de institucional, completa a sua formação com a implantação da Praça da Bandeira, ao centro da qual se constrói o prédio da Prefeitura. No entorno ou proximidades, instalaram-se sociedades e instituições evangélicas (como Colégio Mauá e Sociedade Ginástica), bem como a Maçonaria. A Igreja Evangélica, posteriormente, passou a ocupar uma área equivalente a meio quarteirão e a localizar-se em uma esquina, que por sua vez é também um nó ou cruzamento de um dos principais pontos de acesso ao interior do Município, em direção a Rio Pardo (comunidade, que em sua origem, foi predominantemente evangélica). As duas praças da Rua Marechal Floriano estão unidas pelo eixo da rua principal da cidade (em direção a Rio Pardo e Linha Santa Cruz) e este conjunto, na sua totalidade, ocorre no plano mais alto e visível da malha.

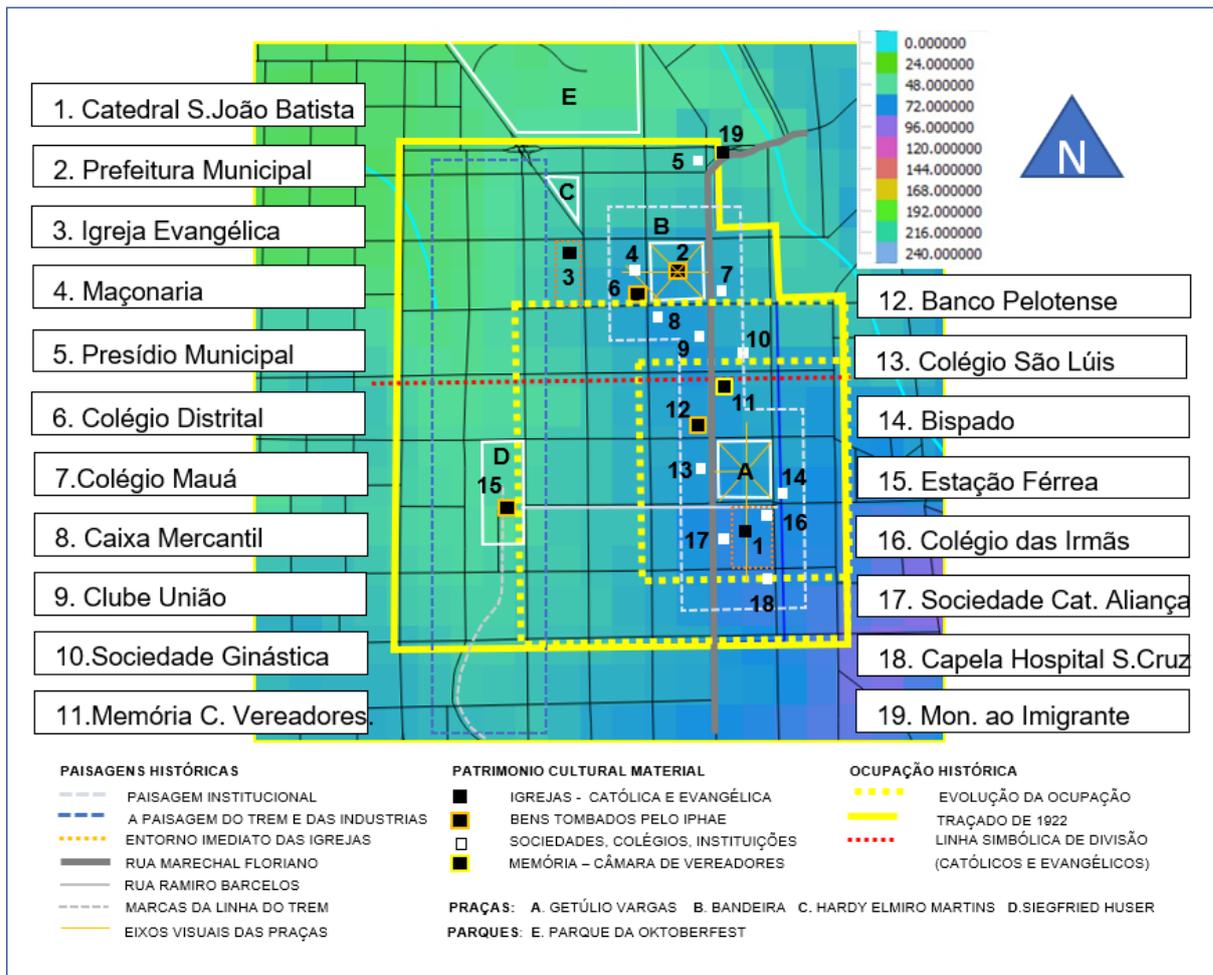


Figura 97: Síntese dos valores históricos e das marcas da paisagem de atenção especial – Traçado e monumentos

Fonte: elaborado pelo autor.

No traçado de 1922, aparecem os projetos paisagísticos das duas praças da rua principal, bem como de uma terceira praça, localizada entre as Rua Venâncio Aires e Independência. As praças apresentam um desenho formado por caminhos diagonais que vão do seu centro (ponto focal) para as esquinas. O eixo central das praças, contudo, é utilizado para proporcionar a melhor visualização dos monumentos. O prédio da Prefeitura (ou Palacinho) encontra-se voltado para a rua principal, e na Praça Getúlio Vargas, o principal eixo de visualização está orientando em direção à Catedral São João Batista. Na parte mais baixa do relevo da malha ortogonal, ocorreu a concentração de atividades industriais nas proximidades da Estação Férrea, ao longo das ruas Ernesto Alves e, posteriormente, também na Assis Brasil e transversais. É a “paisagem do trem e das indústrias”, onde o traçado da linha férrea é uma das marcas ainda perceptíveis no traçado da cidade.

A rua principal da Cidade consolidou-se também como principal referência comercial (e significação social e simbólica), seguida pela Rua Tenente Coronel Brito. Já as habitações ocuparam todo traçado urbano, e a localização de residências das classes mais abastadas

tendeu a se concentrar nas proximidades da rua principal da cidade ou mesmo ao longo do seu eixo. Salientou-se ainda, que do ponto de vista patrimonial, a paisagem de atenção especial ainda apresenta muitas edificações relevantes em termos da sua arquitetura eclética ou moderna. Estas obras, ainda que não estejam reconhecidas oficialmente como patrimônio material, poderiam compor partes significativas de entorno de alguns bens listados pela lei nº 7.382, assim como de outros espaços urbanos, contribuindo para manutenção de características históricas e identitárias da paisagem.

Os valores históricos das marcas patrimoniais da arquitetura foram também classificados em diferentes fases de desenvolvimento, que estão atreladas à construção da paisagem de atenção especial e do seu progressivo embelezamento urbano. Tais ações ocorreram em paralelo ao crescimento econômico do Município com especial destaque para o papel da indústria do fumo, e também estiveram vinculadas a diferentes aspectos culturais e simbólicos. Em uma primeira fase, da origem e formação da povoação até 1976, demonstrou-se, e em relação aos espaços abertos públicos (ruas, praças e parques), a preocupação com as melhorias realizadas na infraestrutura ressaltando-se, especialmente, aspectos como o calçamento das vias, ajardinamento das praças, criação de parques (FENAF), os projetos de arborização urbana, a construção de significações e de monumentos simbólicos (os eixos visuais da Maçonaria com o prédio da Prefeitura, Monumento ao Imigrante) e institucionais, entre outros.

Por outro lado, também procurou-se contextualizar os principais aspectos culturais vinculados a esta paisagem construída, destacando-se a significação dos espaços de acordo com os padrões de seus usos e de ocupação, bem como dos registros de algumas das principais práticas socioespaciais e dos pontos de observação e imagens desta paisagem. A caracterização do espaço aberto público também é realizada a partir da descrição dos principais tipos de pavimentações das vias e dos espécimes de arborização urbana.

A figura 98 apresenta os principais elementos de embelezamento urbano do espaço aberto público relacionados à caracterização histórica da paisagem, destacando-se, além dos monumentos: o patrimônio cultural material, as praças e parques, os monumentos de menor porte (como estátuas, bustos, placas comemorativas, homenagens e similares) e outros elementos denominados de singulares e constituídos por chafarizes, escadarias, jardins públicos, entre outros.

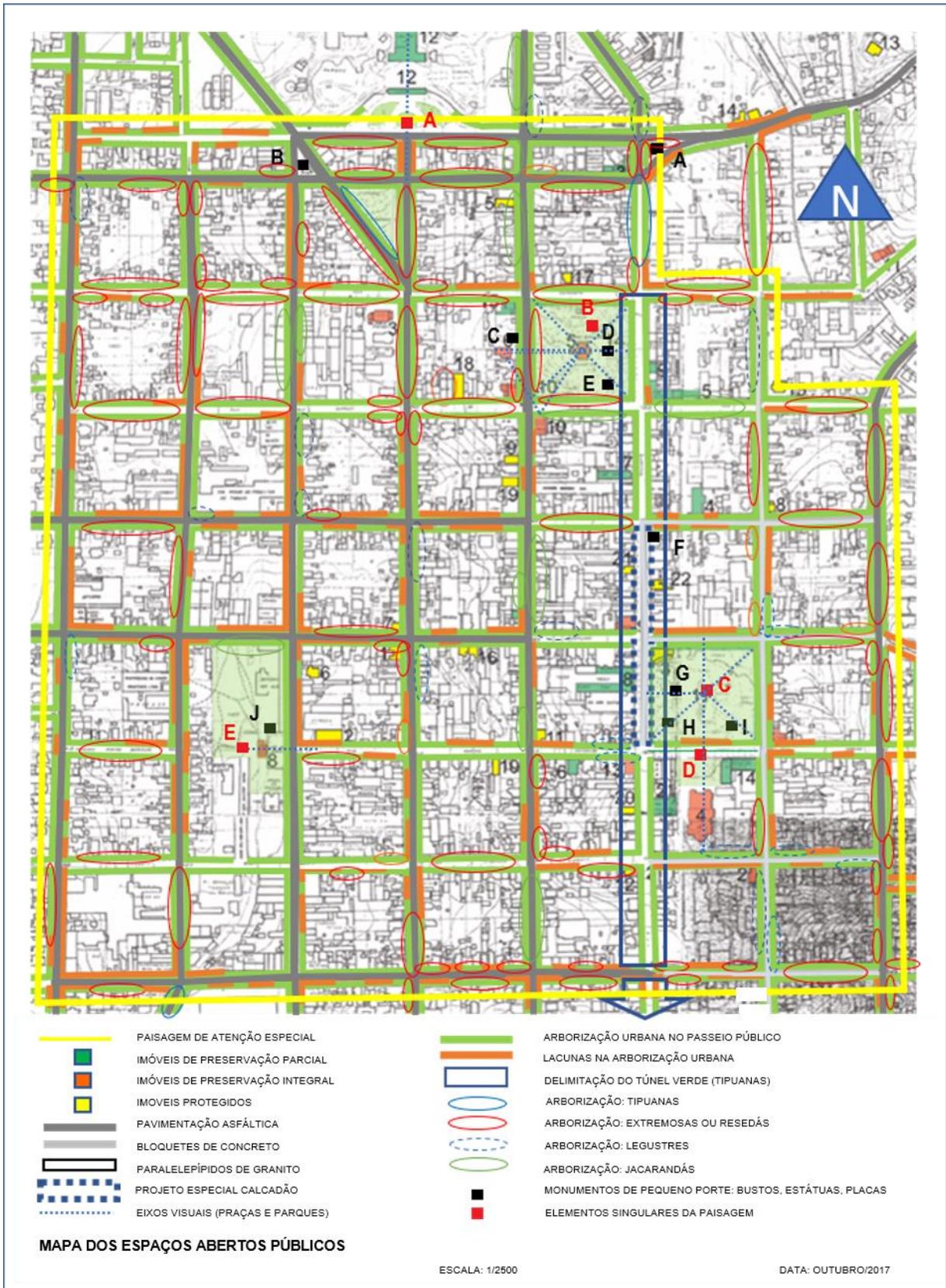


Figura 98: Mapa dos espaços abertos públicos

Fonte: realizado pelo autor (novembro de 2017). Base cartográfica: levantamento aerofotogramétrico 1976.

O quadro 21 lista os monumentos de menor porte e com significância simbólica para perpetuação da memória, bem como de elementos singulares da paisagem presentes na figura 98.

Quadro 21: Monumentos de pequeno porte e elementos singulares da paisagem

Monumentos de pequeno porte	Elementos singulares da paisagem
A. Monumento ao Imigrante	A. Chafariz da Oktoberfest
B. Monumento ao Pracinha	B. Gruta da Coquinha
C. Homenagem a Carlos Trein Filho	C. Chafariz da Praça Getúlio Vargas
D. Monumento à Independência	D. Jardim do Largo da Catedral
E. Homenagem ao Professor André Klarmann	E. Locomotiva (Estação Férrea)
F. Placa da Câmara de Vereadores	
G. Monumento Comemorativo às Mães	
H. Busto de Getúlio Vargas	
I. Estátua de Dom Alberto Etges	
J. Escultura Homem de Ferro	
Observação: o Monumento ao Imigrante também apresenta chafariz.	

Fonte: realizado pelo autor.

À exceção do monumento ao Pracinha (localizado em uma rótula) e da Escultura chamada “Homem de Ferro” (localizado na antiga Estação Ferroviária), todos outros estão situados nas Praças Getúlio Vargas e Bandeira, ou na rua principal da cidade. Desta maneira, a localização espacial das formas simbólicas, além de reforçar a memória histórica, confere maior importância ao eixo da rua principal da cidade e espaços como as praças.

Já em uma escala local, a localização dos monumentos de menor porte está relacionada à hierarquia de eixos visuais principais e secundários do espaço que os contém e que são capazes de proporcionar a sua melhor visibilidade. A mesma situação ocorre para a localização dos elementos singulares da paisagem. Na figura 98, as vias do espaço público, em suas faixas carroçáveis, estão caracterizadas de acordo com a utilização de pavimentação feita por pedras (paralelepípedos de granito), bloquetes de concreto ou revestimento asfáltico. Ressalta-se que a pavimentação original de toda paisagem de atenção especial, até a década de 80, foi de paralelepípedos de granito e, após esta data, houve substituições de revestimentos, como os de bloquetes de concreto em algumas ruas.

As ações mais recentes da gestão pública (especialmente a partir de 2015) estão direcionadas à utilização da pavimentação asfáltica em todas as vias hierarquicamente mais importantes. Na figura 98, podem ser observadas as ruas onde houve substituição de revestimentos de paralelepípedos pelo asfalto na paisagem de atenção especial, especialmente no sentido norte-sul. Com exceção da Rua Marechal Floriano e da Rua

Marechal Deodoro, todas outras vias (nesta orientação espacial) estão asfaltadas. Esta situação decorre, aparentemente, da localização do bairro Centro e dos vetores de desenvolvimento da cidade em direção sul e norte. Já no sentido oeste-leste, e nas vias que são, hierarquicamente, de menor importância, houve maior preservação das situações originais de pavimentação das vias.

Os revestimentos em pedra apresentam grande relevância histórica para a identidade da paisagem de Santa Cruz do Sul e, de certa maneira, podem estar também associados a alguns valores como a aparência das ruas “largas e limpas”. Do ponto de vista estético, a pedra permanece praticamente imutável em sua aparência externa, enquanto que o revestimento asfáltico apresenta rápidos desgastes e exige manutenção e conservação constantes. A situação dos passeios públicos, originalmente construídos em pedra grés, e pelo seu nível de fragmentação e descontinuidade visual, apresenta potencial de valorização estética em espaços tais como o entorno das praças, especialmente.

Outro elemento pesquisado foi a arborização urbana, representada pelos principais espécimes utilizados na primeira fase de evolução histórica e relacionadas ao embelezamento urbano. Estas foram identificadas como sendo: a legustre; a extremosa (ou resedá); as tipuanas e os jacarandás. O levantamento destes espécimes teve-se à identificação dos conjuntos homogêneos ainda existentes e capazes de propiciar fruição estética e visual. No mapa da figura 98, apresenta-se o levantamento da arborização urbana constituído por tipos de composições ainda presentes na área de estudo. Não se consideraram, neste levantamento (realizado pela utilização do Street View - Google – imagens de 2016 e observação direta realizada em outubro de 2017), os espécimes de caráter ornamental e de pequeno porte tais como hibiscos, ciprestes e similares. Foram registradas também todas as lacunas de arborização em espaços superiores à extensão das frentes de dois lotes.

A rua principal da cidade é a principal referência paisagística para a arborização urbana, devido a formação do Túnel Verde. A extensão do alinhamento total das tipuanas se estende, em diferentes níveis de fechamento das copas, da Praça da Bandeira em direção sul, por aproximadamente oito quadras. Ao longo do Túnel Verde, em uma extensão de duas quadras, situa-se outro importante elemento paisagístico conhecido como Calçada da cidade.

Em termos de conjunto, contudo, pode-se perceber na área de estudo, a existência de continuidade de alinhamentos de outros espécimes como as extremosas e, em muito menor escala, os jacarandás e legustres. As extremosas (ou resedás) estão presentes, em fragmentos ou em maiores extensões, em boa parte da área de estudo, bem como encontram-se disseminadas em outros bairros e áreas contíguas da paisagem de atenção especial. Destacam-se alguns eixos (ou segmentos de vias), como os das Ruas Tiradentes, 07 de Setembro, Borges de Medeiros e Senador Pinheiro Machado no sentido Leste-Oeste.

Já no sentido norte-sul, salienta-se a Rua Thomás Flores, em quase toda a sua extensão, incluindo-se muitas de suas vias transversais. Alguns espaços, como o entorno da Igreja Evangélica e da Praça Hardy Elmiro Martin, bem como o largo do Parque da Oktboberfest, apresentam quase a totalidade de sua arborização urbana composta pelas extremosas.

No conjunto da arborização urbana, as espécies pesquisadas também coexistem com outros tipos como as palmeiras, ingás, ipês, entre outras. Contudo, os maiores efeitos cênicos são derivados da quantidade de mesmas espécies plantadas com determinadas finalidades estéticas. Não se observou a existência de efeitos estéticos em conjuntos homogêneos e alinhamentos de outros tipos de árvores. Outro aspecto relevante, que pode ser percebido na figura 98, é a supressão da arborização em diversos eixos viários, especialmente ao longo das Ruas Júlio de Castilhos e 28 de Setembro (sentido Leste-Oeste) e das Ruas Ernesto Alves, Venâncio Aires e Assis Brasil (sentido norte-sul), bem como em muitas de suas transversais.

Em relação à forma construída (monumentos e edificações em seu conjunto), a leitura histórica da paisagem possibilitou classificar os bens culturais materiais em estilos arquitetônicos, usos, e fases, que estão relacionadas a sua periodização histórica (vide apêndice C). As fases e imagens atribuídas à evolução da paisagem contribuíram para contextualizar a formação do patrimônio cultural material, mas também permitiram revelar as transformações espaciais e algumas das principais características históricas dos espaços urbanos.

Com o objetivo de ampliar o enfoque patrimonial, procurou-se distinguir a existência de duas paisagens construídas nas seguintes fases: uma paisagem histórica com potencial interesse patrimonial (e que é entorno dos bens culturais oficialmente reconhecidos); as novas paisagens construídas a partir de 1977. Nestas últimas ocorrem novas significações culturais e atribuição de valores, como no caso do Túnel Verde ou do Cinturão Verde, por exemplo. Este exercício de visão simultânea de dois momentos históricos distintos, contudo, está inserido em uma realidade onde a paisagem, sempre única, é indissociável em sua percepção da totalidade. As duas paisagens apresentadas na figura 99 são denominadas, respectivamente, de marcas materiais anteriores a 1976 e marcas contemporâneas da arquitetura (1977 – 2017). Em seu conjunto, apresentam a forma urbana constituída pelos espaços abertos públicos (traçado urbano de praças, vias e quadras) e pela forma construída (monumentos e edificações).

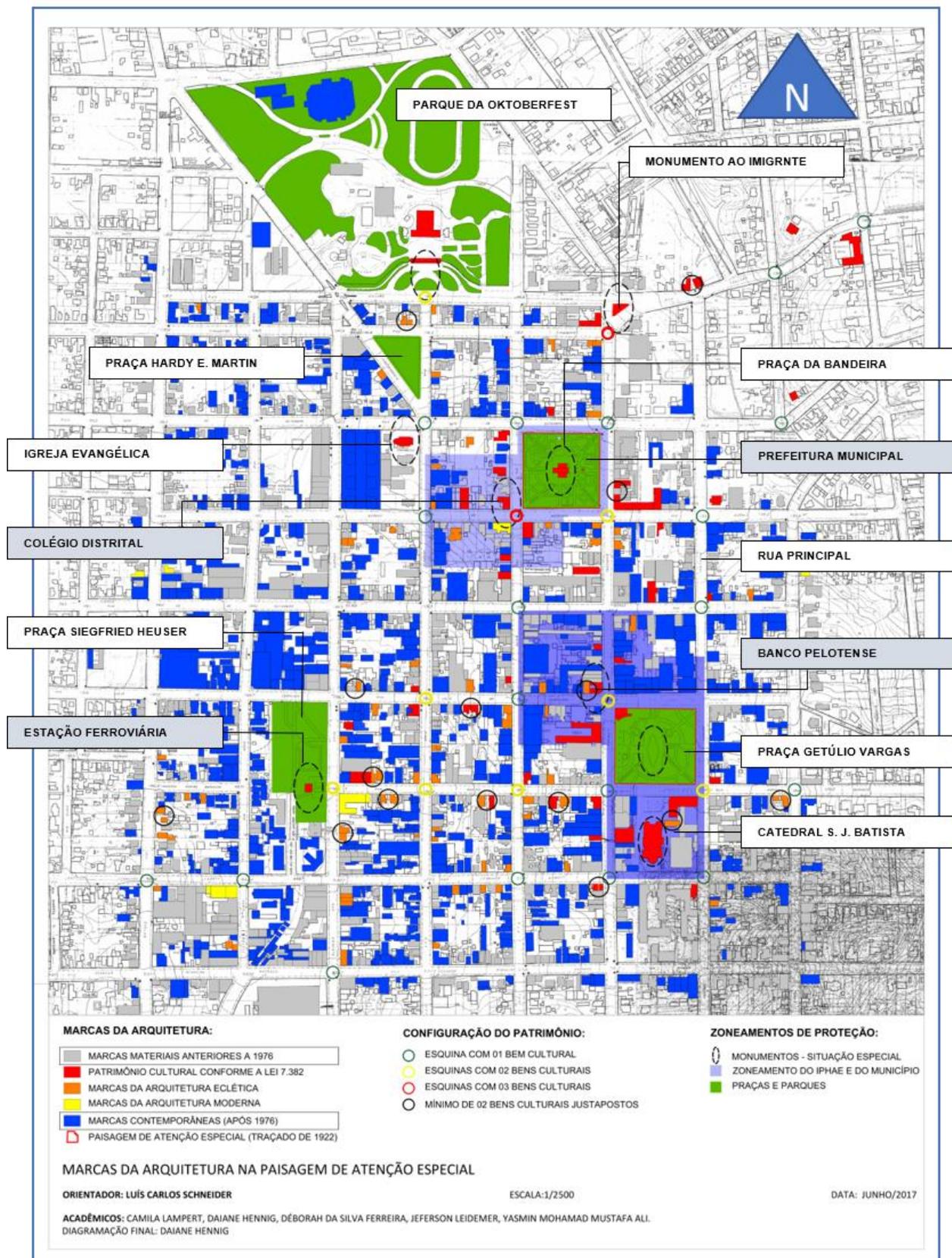


Figura 99: As marcas da arquitetura na paisagem de atenção especial

Fonte: restituição da forma construída realizada pelo autor com imagens de satélite Google Earth (2016).

Na paisagem existente até 1976, destacaram-se as marcas da arquitetura relacionadas ao patrimônio arquitetônico conforme a lei nº 7.382, ressaltando-se que este é, em sua maior parte, constituído por edificações pertencentes a arquitetura eclética, à exceção dos seguintes bens: Colégio São Luís, Colégio das Irmãs, Edificação da CORSAN, Quiosque e Monumento ao Imigrante. Outras marcas da arquitetura eclética, existentes na figura 99, são provenientes de pesquisa realizada entre os anos de 2012 e 2014 por este autor e englobam o conjunto das edificações ainda remanescentes neste estilo até julho de 2017. São resultados da pesquisa de Schneider, dois artigos científicos (MAY, 2013; LOVATO, 2016) e uma premiação obtida no Seminário de Iniciação Científica da Universidade de Santa Cruz do Sul em 2013. Este trabalho, intitulado “Arquitetura eclética da área central urbana de Santa Cruz do Sul: o impacto das mídias exteriores”, teve como objetivo avaliar o impacto das mídias exteriores sobre o patrimônio cultural eclético. Entretanto, salienta-se que as 73 edificações ecléticas selecionadas para inclusão nesta pesquisa apresentam diferentes estados de integridade física e conservação dos imóveis. A utilização deste trabalho, contudo, possibilitou ampliar as potencialidades de entorno do patrimônio cultural eclético oficialmente reconhecido para reconhecer a homogeneidade estilística. Não existem outros bens culturais ecléticos na área de estudo além dos que estão representados no mapa da figura 99. Uma segunda investigação que contribuiu para ampliar o reconhecimento do estilo de bens culturais foi o trabalho de Helfer (2002), que discorre sobre a arquitetura modernista de Santa Cruz do Sul e que permitiu a inclusão de mais seis edificações da arquitetura moderna na área de estudo.

Utilizaram-se também outros trabalhos, como o levantamento patrimonial realizado entre Prefeitura Municipal e Sociedade de Cooperação Técnica Brasil – Alemanha (GTZ), em 1987, e o Inventário do Patrimônio Arquitetônico da área central urbana de Santa Cruz do Sul, realizado entre a Prefeitura Municipal e a Universidade de Santa Cruz do Sul em 2003. As marcas da arquitetura eclética e da arquitetura moderna, reconhecidas em publicações científicas ou pela Lei nº 7.382, somam-se, na paisagem de atenção especial, ao conjunto de marcas existentes até 1976 e pertencentes à primeira fase de evolução histórica da paisagem.

O desenho da forma construída (monumentos e edificações) foi realizado a partir da identificação e da comparação das edificações existentes entre os anos de 1976 (levantamento aerofotogramétrico e fotográfico) com as de 2016 /2017 (levantamento google Earth 2016 e pesquisa fotográfica com observação de campo) e está, portanto, sujeito a imprecisão de resolução das imagens. A ausência de cadastro atualizado e georreferenciado do Município não permitiu identificar a situação cadastral atualizada dos lotes das quadras. Foi possível, contudo, relacionar o parcelamento atual do solo com o parcelamento original das marcas anteriores a 1976.

A análise dos mapas de uso do solo entre 1976 e 2017 contribuiu para demonstrar os padrões gerais de uso e ocupação do solo da paisagem de atenção especial, bem como o

processo de refuncionalização dos espaços e edificações. Este processo ocorre sobre as estruturas existentes e, a maior parte das marcas materiais anteriores a 1976 está submetida, na contemporaneidade, a uma intensa readequação de usos. Os novos usos podem ser percebidos visualmente na paisagem urbana, pois se materializam pelas diferentes intervenções modernizantes nas edificações construídas na primeira fase. Esta arquitetura compõe, assim, uma substancial área da paisagem de especial atenção, ao mesmo tempo em que é uma paisagem do cotidiano e apresenta funções comerciais e institucionais, especialmente.

As novas paisagens surgiram em um contexto econômico de internacionalização do capital fumageiro e de ampliação das funções urbanas institucionais, comerciais e de prestação de serviços. A formação de uma cidade polo também ocorreu ao lado de processos complexos, como a verticalização das edificações. Neste sentido, um dos principais conflitos visuais entre as formas construídas da primeira e da segunda fase histórica pode ser observado pela descontinuidade de altura das edificações. Isso ocorre devido ao baixo entorno edificado da primeira fase, contraposto às novas edificações verticais. No mapa da figura 100, apresenta-se a localização dos bens culturais e o conjunto da forma construída classificada de acordo com as médias de altura das edificações até nove ou mais pavimentos. No caso dos bens culturais ecléticos com dois pavimentos (e que apresentam pés direitos mais altos), estimou-se a sua altura correspondente ao padrão de 3 pavimentos (três metros de altura por pavimento). O Banco Pelotense, por exemplo, têm dois pavimentos, mas sua classificação ocorre com o parâmetro de três pavimentos, devido ao pé direito mais alto de construções antigas.

A análise combinada das figuras 98 e 99 permite observar as diferenças de altura entre as edificações construídas na primeira e na segunda fase. As relações de descontinuidade são geradas pelo contraste entre edificações mais altas da paisagem contemporânea e o baixo entorno edificado (de uns até dois pavimentos), característico das formas construídas anteriores a 1976. Pode-se observar, também, que as novas edificações apresentam ausência de recuos de ajardinamentos, bem como maior ocupação do solo. Quanto às alturas dos bens patrimoniais, e à exceção dos que são pertencentes à arquitetura moderna (com poucos casos de três e quatro pavimentos), a maior parte dos imóveis ecléticos apresenta de um a dois pavimentos. A maior parte das edificações patrimoniais listadas na lei nº 7.382 não apresenta recuos frontais em relação ao alinhamento da calçada, a exceção das residências que podem ter afastamentos laterais e/ou frontais com a presença de jardins.

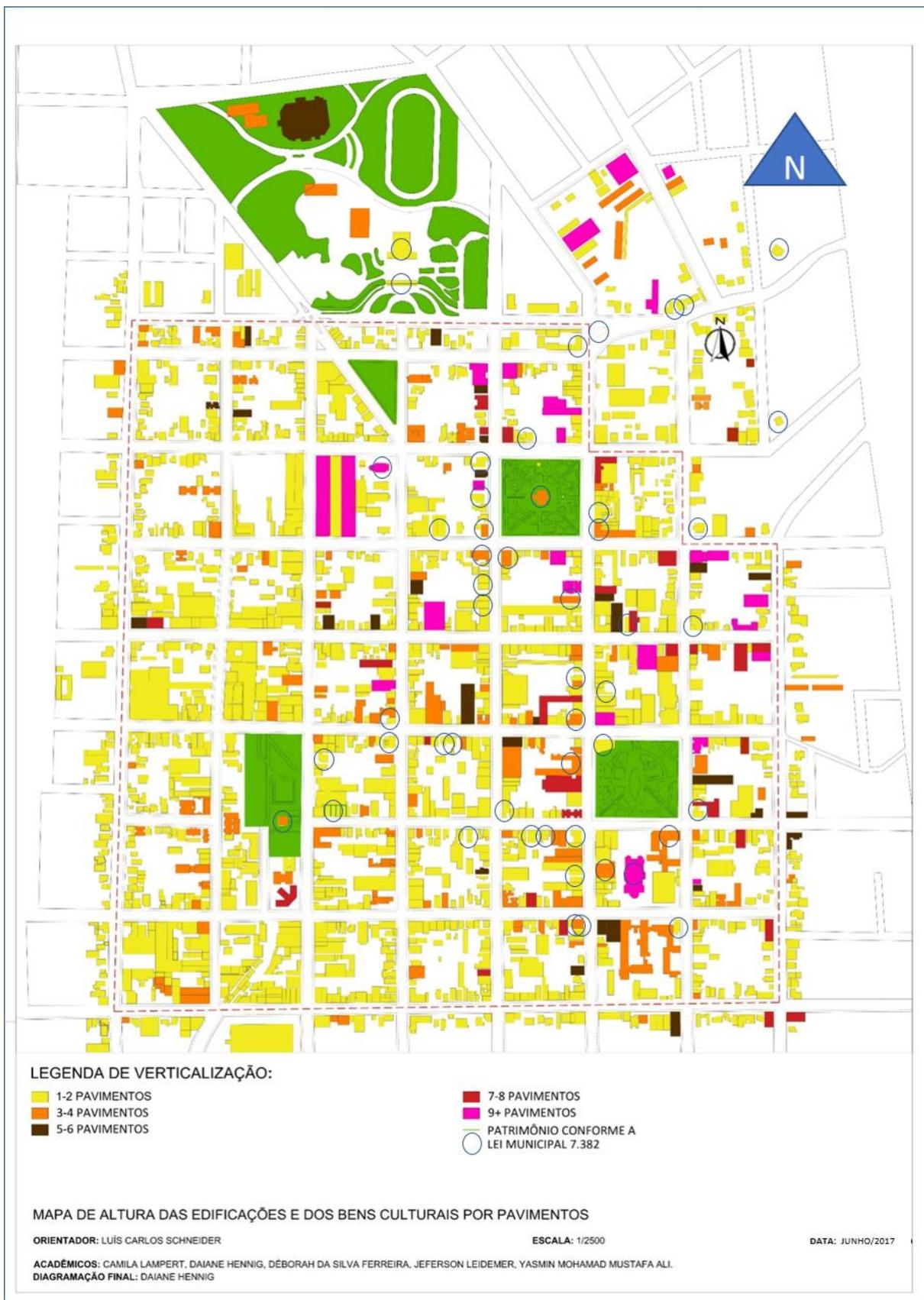


Figura 100: Altura das edificações e dos bens culturais por pavimentos
 Fonte: realizado pelo autor. Observação de campo realizada em novembro de 2017.

Ao observar-se o conjunto das marcas materiais anteriores a 1976, pode-se perceber a existência de recuos frontais e de jardins, ou mesmo pátios internos com presença de vegetação. Os recuos frontais com jardins ocorrem especialmente em eixos ou áreas que foram predominantemente residenciais. Na Rua Thomas Flores e na Rua Carlos Trein, Filho, por exemplo, ocorre a concentração de residências da arquitetura moderna, algumas das quais citadas no trabalho de Helfer (2002). Estas duas ruas situam-se, respectivamente, nos limites leste e oeste de entorno da paisagem de atenção especial e apresentam tipologias arquitetônicas mais homogêneas (habitações unifamiliares), o que confere ao espaço identidade mais definida. No caso da rua principal da cidade e suas paralelas, há diversidade de situações funcionais (residência e comércio) e variedade tipológica. Neste contexto, o patrimônio arquitetônico eclético, por exemplo, encontra-se fragmentado, mesmo que ainda ocorram poucas e determinadas concentrações deste estilo de edificações em algumas vias. Portanto, o reconhecimento de outros bens culturais correspondentes ao mesmo estilo da maior parte do patrimônio listado pela Lei nº 7.382 pode contribuir para valorização de seu entorno, bem como para a manutenção de características históricas do espaço.

Em relação às descontinuidades abruptas de altura entre as edificações anteriores e posteriores a 1976, estas parecem ser uma das principais causas de ruptura visual de determinados padrões de organização do espaço, especialmente no entorno dos bens culturais. Nestas situações, e conforme já demonstrado na observação da paisagem, também ocorreram, ocasionalmente, empenas laterais cegas ao lado de monumentos. Pode-se ressaltar também as diferenças de escala e porte das novas edificações (de qualquer tipo) e as questões relacionais de seu posicionamento no lote sem necessidades de recuos frontais, por exemplo. Estas questões são decorrentes, no planejamento, da intensificação da ocupação do solo (com elevação de índices de aproveitamento e taxas de ocupação), bem como das ausências de restrições volumétricas, recuos ou taxas de permeabilidade. Em contraponto à ausência de limites do planejamento, contudo, os padrões de organização das formas construídas anteriores a 1976, como baixo entorno edificado e existência de recuos e afastamentos laterais, de maneira paralela à distribuição regular dos lotes, são potencialidades para manutenção de uma lógica de ordem espacial sem prejuízo da diversidade e variedade tipológica.

Em relação às novas paisagens, demonstraram-se também algumas das principais ações da administração pública voltadas à qualificação dos espaços urbanos, como por exemplo, a elaboração do Calçadão na rua principal, a criação da Praça Siegfried Heuser, a preservação da Estação Férrea e de outros monumentos, a ressignificação de espaços (Parque da Oktoberfest), a ampliação das áreas comerciais, as novas tendências de localização de áreas institucionais, entre outros aspectos. Ocorre também a construção de novas significações simbólicas e afetivas para a população. Este é o caso, por exemplo, de

marcos como o Túnel Verde, Cinturão Verde e Parque da Cruz, especialmente. Por outro lado, foi também observada a negação de muitos valores característicos da identidade urbana local. É o caso da substituição ou supressão de espécimes da arborização urbana, a ausência ou insuficiência de afastamento lateral ou recuo frontal das novas edificações, o aumento das áreas impermeabilizadas, as alterações ocasionadas pelo uso da pavimentação asfáltica de vias, a ausência de controle da verticalização, entre outros aspectos.

As marcas contemporâneas (em azul), de maneira geral, ocorrem sobre toda a paisagem de atenção especial. A formação de novas paisagens construídas pode ser percebida em diversas graduações de intensidade ao longo das quadras, correspondendo, em muitos casos, à completa renovação do existente. Na Rua Júlio de Castilhos, por exemplo, que constitui a principal via de acesso ao centro urbano no sentido oeste-leste, houve a formação de uma nova paisagem construída entre as Ruas Ernesto Alves e Carlos Trein. O mesmo ocorreu na Rua Assis Brasil, entre a Rua 28 de Setembro e a Rua Fernando Abott, bem como em diversos outros trechos, em sua totalidade ou partes fragmentadas. A construção das novas paisagens, por outro lado, ocorre no contexto de ações de planejamento estabelecidas a partir do primeiro plano diretor urbano, em 1977, no qual institucionalizou-se o zoneamento comercial do centro urbano. A este zoneamento, seguiram-se os parâmetros urbanísticos de elevação dos índices de solo e das taxas de ocupação com ausência de recuos frontais ou de jardins.

Na figura 99 também são apresentados os principais monumentos e espaços que são considerados como situação especial na paisagem que, pela sua significação histórica e simbólica, demandam ações de proteção paisagística. São eles: o Monumento ao Imigrante; o Parque da Oktoberfest; A Igreja Evangélica de Santa Cruz do Sul; o Colégio Distrital; o Palacinho e a Praça da Bandeira (Prefeitura Municipal); o conjunto constituído pela Praça Getúlio Vargas, Banco Pelotense e a Catedral São João Batista; a Estação Ferroviária. A conexão destes monumentos e espaços (praças e parques) entre si é realizada especialmente por vias como as Ruas Marechal Floriano, Ramiro Barcelos, Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, 07 de Setembro e Venâncio Aires. Outro critério utilizado para identificação das áreas e vias de maior interesse para proteção paisagística são os próprios zoneamentos já instituídos pelo IPHAE e pelo Município, englobando-se ainda o perímetro de todas praças onde há existência de bens de relevância cultural em seu entorno. Estas duas ações englobam, à exceção de um bem situado na Rua Tenente Coronel Brito e quatro na Rua Galvão Costa, todos imóveis listados como patrimônio cultural pela Lei nº 7.382.

As particularidades do traçado e da localização da maior parte dos bens patrimoniais em esquinas estabeleceu também uma associação importante para a sua visibilidade. Neste sentido, procurou-se hierarquizar as esquinas que apresentam um, dois ou três bens de interesse cultural. Não existem esquinas com a presença de 04 imóveis de interesse cultural.

Ao incluírem-se bens potencialmente culturais aos já oficialmente reconhecidos pela Lei nº 7.382, ocorre um aumento de 16 esquinas para um total de 26 esquinas que concentram um total de 38 imóveis. Excluíram-se, na contagem, as esquinas das praças, pois considera-se que todas são especialmente relevantes em termos de proteção paisagística. As esquinas das praças oportunizam maior amplitude na visualização dos espaços, bem como oportunizam mudanças de direção que são causadas pela continuidade dos eixos visuais direcionados ao seu centro. A tabela 09, relacionada à localização do patrimônio cultural em esquinas, apresenta os seguintes resultados:

Tabela 09: Localização do patrimônio da Lei nº 7382 e outros bens culturais nas esquinas da paisagem de atenção especial e limites do entorno imediato

Nº Bens culturais	Nº Esquinas	Total de bens
1	16	16
2	08	16
3	02	06
Totais	26	38

Fonte: realizado pelo autor.

No total existem 16 esquinas que possuem um bem cultural, oito esquinas que possuem dois bens e somente duas que possuem três bens culturais. Entre as que apresentam maior concentração (três bens culturais) estão a esquina do Monumento ao Imigrante e a da Rua Borges de Medeiros com Tenente Coronel Brito (prédio tombado do Colégio Distrital, esquina da Praça da Bandeira). Ambas também são marcos simbólicos e turísticos, destacados pelos cartões postais da Cidade. Entre as esquinas que apresentam dois bens (conforme demonstrado na figura 99) existem oito casos, a maioria localizada ao longo do eixo da Rua Ramiro Barcelos (quatro casos). Outros eixos com a presença de dois bens por esquina são as Ruas Júlio de Castilhos (2 casos) e Marechal Floriano (esquina da Praça da Bandeira e esquina da Praça Getúlio Vargas). Destaca-se, ainda, a existência de um caso no cruzamento da rua Galvão Costa em sua interrupção com a Rua Venâncio Aires, frente de acesso ao Parque da Oktoberfest.

Na sequência, outro procedimento foi o de identificar os conjuntos arquitetônicos compostos por no mínimo dois bens culturais (com homogeneidade estilística), justapostos em termos de contiguidade dos lotes. No caso de Santa Cruz do Sul, não foram identificadas mais do que três situações onde ocorre justaposição de três bens culturais e que são pertencentes à arquitetura eclética, pois há poucas obras e trabalhos científicos relacionados à arquitetura moderna. Outra ação complementar foi a de analisar as maiores concentrações de bens culturais existentes entre as esquinas de cada quadra, considerando-se também as

maiores extensões visíveis das fachadas. A análise combinada dos principais monumentos, praças e suas conexões, bem como das esquinas, conjuntos arquitetônicos e concentração de bens culturais resultou na identificação das seguintes vias, por ordem de importância: Rua Marechal Floriano; Rua Ramiro Barcelos; Rua Júlio de Castilhos; Rua Borges de Medeiros; Rua Tenente Coronel Brito; Rua Ernesto Alves; Rua Venâncio Aires; Rua Galvão Costa; Rua Fernando Abott; Rua Carlos Trein.

Outra análise relevante está associada à evolução histórica da paisagem, e às transformações de significados dos espaços urbanos e do patrimônio material, ocasionados pelas alterações de usos. No caso de Santa Cruz do Sul, por exemplo, a paisagem que foi delimitada como institucional ainda apresenta forte correspondência com seu significado original. A Praça da Bandeira e a Praça Getúlio Vargas, bem como o seu entorno edificado constituído por monumentos e bens patrimoniais de natureza institucional atestam a permanência de muitos usos originais e a manutenção de seus significados. É o caso das atividades da administração pública exercidas no Palacinho da Prefeitura, na Praça da Bandeira e em seu entorno, que lhe conferem especial significação simbólica, ou mesmo da Igreja Católica em frente à praça Getúlio Vargas. Concorrem ainda outros usos que permaneceram ativos nestes espaços, tais como a Sociedade Maçônica, Sociedade Aliança Católica e Colégio São Luís. As substituições de usos de mesma natureza, como no caso do Colégio das Irmãs, onde atualmente funcionam as Faculdades Dom Alberto, ou mesmo o antigo Colégio Distrital, onde atualmente funciona a sede da Secretaria de Planejamento, demonstraram-se compatíveis com o caráter do lugar. O que implica pensar criticamente o papel que é exercido pelos usos, especialmente o das instituições, na atribuição de sentidos e valores simbólicos da paisagem. A tabela 10 apresenta a classificação dos bens culturais listados pela Lei 7.382, a partir da distinção da categoria de imóveis e dos seus respectivos usos originais (institucional, comercial, misto, residencial e industrial) contrapostos aos usos atuais em 2017.

De maneira geral, a tabela demonstra a permanência de usos institucionais do patrimônio cultural, mesmo que muitos destes tenham também novos significados para a população. Pode-se observar também que, à exceção de dois bens localizados externamente à paisagem de atenção especial (e que estão localizados no bairro Centro), todos outros imóveis apresentaram, em 2017, os usos do tipo comercial ou misto (comércio e residência). No caso da arquitetura eclética, há poucos exemplares de imóveis que permaneceram com uso original residencial, e estes casos não ocorrem entre os listados como protegidos pela lei. Outro dado relevante são os imóveis listados na lei que não apresentam qualquer tipo de uso por estarem subutilizados ou mesmo disponibilizados para locação. Esta situação, contudo, também merece atenção. Dois destes imóveis, por exemplo, situam-se nas esquinas das praças e são edificações em excelente estado de preservação e conservação.

Tabela 10: Análise de usos dos bens culturais da Lei 7.382 de 19 de agosto de 2015

Bens culturais imóveis				
Tipos de usos	Uso original		Uso em 2017	
	Centro	Área estudo	Centro	Área estudo
Institucional	17	17	16	16
Comércio	7	7	23	21
Uso misto	7	6	4	3
Residencial	15	11	2	0
Industrial	2	2	0	0
Sem uso			3	3
Subtotal	48	43	48	43
Outros bens culturais				
Praças e monumentos				
Praças		2		
Monumentos		2		
Outros				
- pórtico da Oktoberfest e pavilhão		1		
Subtotal		5		
Total		53		

Fonte: realizado pelo autor.

Salienta-se ainda que, concomitantemente ao patrimônio cultural material, e de forma associada aos principais espaços da cidade, como as praças, parques, rua principal ou ruas comerciais, ocorrem um conjunto de práticas socioculturais que apresentam interesse para a paisagem experimentada e vivida pela população.

7.2 Valores de interesse paisagístico-ambiental

O Cinturão Verde, em especial, constitui uma extensa área de preservação ambiental que contribui para garantir a proteção da diversidade da flora e fauna local na área urbana. Pode ser considerado uma floresta urbana que apresenta grande potencial de conexão com outros espaços de interesse ambiental na composição de um sistema de áreas verdes para a Cidade. A estratégia de composição de um sistema de áreas verdes, no planejamento, implica em estender o domínio público que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa para todas as escalas da cidade, bem como implementar outras já existentes. Ainda que a área de preservação do Cinturão Verde ocupe uma extensão de 463 hectares, a quase totalidade da sua área é particular e os dois parques existentes e efetivamente abertos ao público ocupam somente em torno de 7 % da sua superfície. Outro aspecto a ressaltar é o de

que a variedade de espécies de vegetação da Mata Atlântica pode estabelecer um parâmetro a ser utilizado, por exemplo, nas ações de arborização das ruas e praças.

Em uma escala local, no entorno imediato da área de estudo, está localizado o Parque da Oktoberfest, que é o maior parque totalmente inserido na malha urbana. O seu plano original (vinculado a FENAF), contudo, não é reconhecido e valorizado como elemento de projeto. A realização anual da festa da Oktoberfest e outras atividades ou eventos exigem controle de acessos ao Parque, que é totalmente cercado e, cujo acesso principal, ocorre pelo pórtico da Rua Galvão Costa. O plano original do Parque apresentava possibilidades de conexão dos caminhos internos com a estrutura viária urbana. Atualmente, o perímetro externo do Parque compõe-se de significativas extensões de calçadas que poderiam ser comparadas a não lugares, pois não oferecem nenhum tipo de atrativo ao transeunte. Portanto, o próprio desenho paisagístico do parque pode ser um condicionante ou parâmetro a ser utilizado para discussão de melhorias do desenho urbano, bem como, na área ambiental, contribuir para a manutenção de áreas permeáveis e de cobertura vegetal para a cidade como um todo. Acrescenta-se ainda a importância de qualificação ambiental do largo situado em frente ao Parque e que apresenta desenhos (como os de folhas de fumo) do projeto original.

Em relação às áreas verdes internas à paisagem de atenção especial, existem quatro praças: Getúlio Vargas; da Bandeira, Hardy E. Martins e Siegfried Heuser. Salienta-se, nesta última praça, e em contraste às demais áreas verdes, a ausência de vegetação de médio e pequeno porte, bem como a tendência, no seu entorno, de perda parcial da arborização urbana. As ruas da paisagem de atenção especial (bem como as suas extensões) tiveram como uma de suas características históricas a intensa arborização do passeio público, destacando-se, no eixo da rua Marechal Floriano, a existência do Túnel Verde. Este alinhamento de árvores, formado por tipuanas, é um dos marcos mais visíveis do centro urbano e confere grande qualidade ambiental à rua principal da cidade. Ao mesmo tempo, e em que pese que o conjunto dos projetos de arborização urbana foi resultado de um planejamento realizados a partir das décadas de 40 e 50, as espécies exóticas, como o legustre e extremosas, também guardam forte apelo afetivo ou cênico.

Contudo, as restrições atuais à utilização destas espécies parecem advir de novos valores ecológicos, conforme descrito inclusive no Plano de Arborização do Município. Mas, e apesar de estarem previstas no planejamento, as ações de substituição de espécimes exóticos por nativas não foram observadas na área de estudo. No mapa da figura 101, é possível observar as extensões de passeio público onde ocorreu a gradativa supressão da arborização urbana sem reposições de novos espécimes.

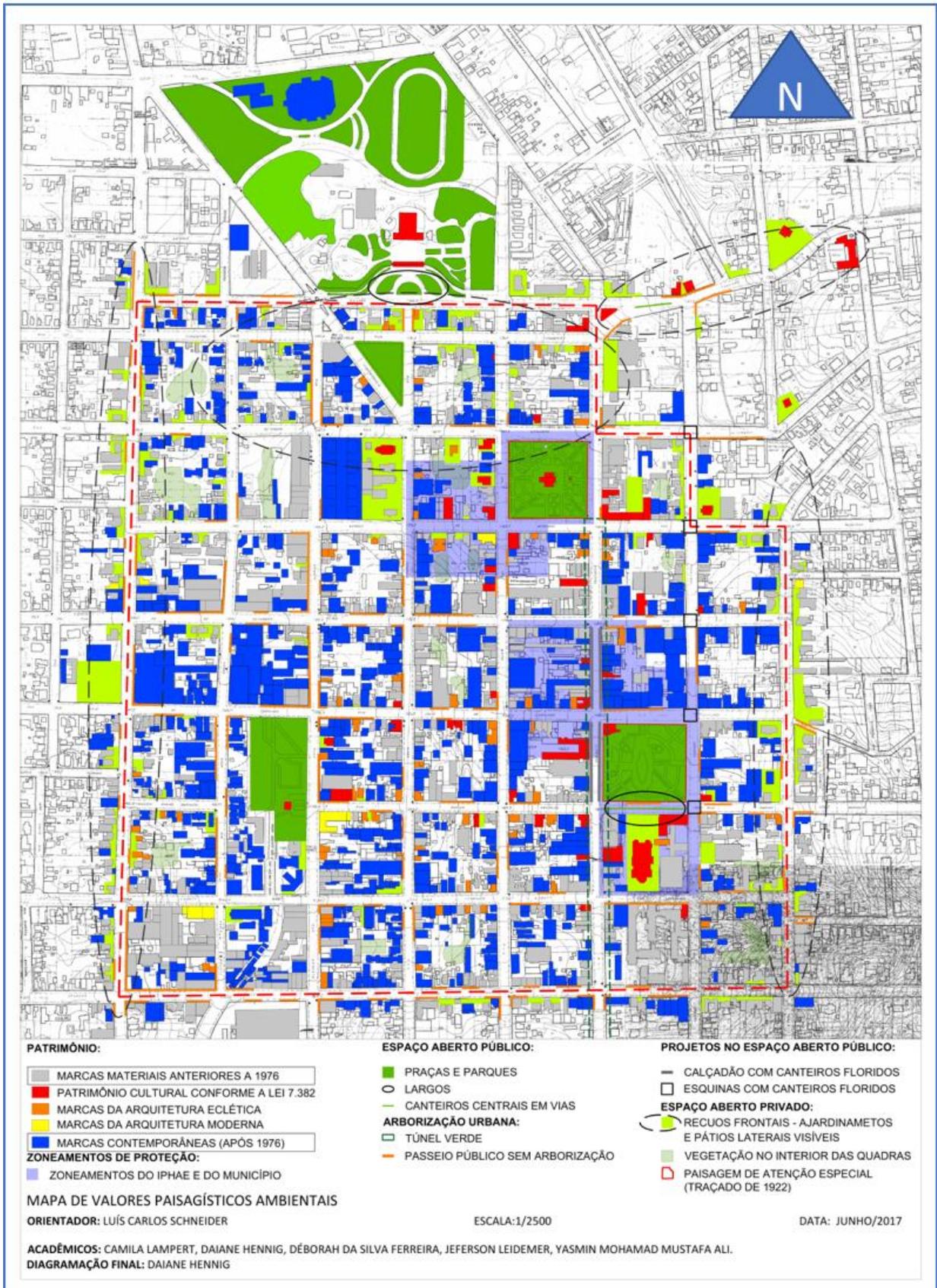


Figura 101: Mapa de valores de interesse paisagístico-ambiental
 Fonte: realizado pelo autor.

A recuperação da arborização urbana, composta por espécimes nativas, pode contribuir para viabilizar conexões ecológicas entre áreas verdes e, inclusive, oportunizar a criação de refúgios da avifauna urbana, por exemplo. Contudo, as novas propostas ou planos de arborização urbana poderiam considerar também, por exemplo, a existência de outros parâmetros. Culturalmente, algumas das vias da cidade que apresentam extremosas ou rezedás estão profundamente vinculadas à identidade histórica da paisagem e à afetividade da população. A mesma situação ocorre com a espécie legustre, cujas remoções sistemáticas iniciaram sob a justificativa de prevenção a alergias. Por outro lado, pôde-se demonstrar na figura 98, que as remoções de espécimes consideradas exóticas carecem de substituições por uma nova vegetação. Tais ações, tanto de ausência de planejamento quanto de fiscalização provocaram, em muitos espaços, a fragmentação da paisagem em termos de continuidade visual da arborização urbana, ocasionando prejuízos ambientais e estéticos. Neste sentido, muitas ruas da paisagem de atenção especial apresentam ausência de vegetação urbana em sua totalidade ou em grandes extensões, notadamente onde houve renovações totais da paisagem provocadas pela refuncionalização do espaço, que, de residencial, passou a ser comercial.

A arborização, portanto, e como parâmetro espacial, pode estar associada em dois níveis distintos. O primeiro considera que a existência da arborização urbana no passeio público é uma condição essencial vinculada historicamente as características da cidade bem como com a qualidade ambiental e estética em um sentido mais amplo. Nesta perspectiva, devem ser tomadas medidas para recuperação das áreas onde houve supressão da arborização urbana com indicação do plantio de novas espécimes nativas. Acrescente-se a este aspecto, que, mesmo entre novas espécimes nativas, há também aquelas capazes de oportunizar a fruição estética ocasionada pela variedade, cores da floração etc.

Já o segundo nível, sem desconsiderar o primeiro parâmetro, pode reconhecer a necessidade de proteção (bem como restauração) das espécimes que tenham vinculação histórica, cultural e estética com a paisagem local e cuja significação simbólica tanto contribui para a manutenção das características da paisagem.

Outro valor paisagístico-ambiental ocorre a partir da análise dos espaços abertos privados dos jardins e pátios. As quadras que, até a década de 70, caracterizavam-se pela existência de uso residencial, também apresentavam, no seu interior, vegetação composta especialmente por pomares, mas também por reminiscências nativas. Esta configuração, de pátios extremamente arborizados, parece manter-se em determinados espaços localizados no entorno do centro urbano, como no bairro Goiás (ao oeste da área de estudo), por exemplo, e cujo zoneamento corresponde à área residencial preferencial. Já na paisagem de atenção especial, esta situação passou a ser uma excepcionalidade. Na figura 101, destacaram-se as poucas áreas onde ainda ocorrem concentrações de vegetação nos pátios. Observou-se

também que a vegetação remanescente se manteve em áreas ou propriedades residenciais. As reduções de áreas permeáveis do solo, e de vegetação no interior das quadras também ocorreu de forma paralela ao crescimento da cidade onde as alterações de usos da paisagem de atenção especial somou-se à elevação dos índices construtivos e dos parâmetros de ocupação do solo estipulados pelos Planos Diretores Urbanos a partir da década de 70. A perda destes valores ambientais, contudo, poderia merecer uma revisão dos parâmetros urbanísticos adotados pelo atual Plano Diretor, especialmente os vinculados às taxas de permeabilidade do solo, incentivos à preservação ambiental ou mesmo exigências de recuos e afastamentos obrigatórios para jardins, inexistentes na área de estudo.

Ainda assim, pode-se perceber a presença de jardins que estão vinculados às marcas da arquitetura anteriores a 1976 (figura 101), notadamente os pertencentes à arquitetura residencial moderna, onde destacaram-se os recuos frontais ainda existentes em ruas como a Thomas Flores, Carlos Trein Filho e trechos da Senador Pinheiro Machado. Outras áreas com existência de jardins estão localizadas entre a Igreja Evangélica e o Parque da Oktoberfest, e coincidem com a permanência de usos residenciais. Em todos estes casos, as edificações são constituídas por tipologias de habitações uni-familiares. Os recuos e ajardinamentos, portanto, estão relacionados à identidade de determinados eixos viários ou espaços residenciais e podem contribuir, como parâmetros espaciais vinculados também à manutenção da identidade histórica, bem como da qualidade ambiental e estética da cidade.

7.3 Valores de interesse visual (estéticos e cênicos)

Os valores de interesse visual foram definidos como externos e internos à área de estudo e relacionam-se às formas ou elementos característicos da paisagem, capazes de proporcionar efeitos cênicos e ou estéticos. Em uma escala regional, demonstrou-se, nas figuras 06 e 09, a visão da paisagem natural e de formas da natureza como o morro do Botucaraí, as encostas do começo da serra (ao norte), ou o horizonte de campos (ao sul e oeste). Já a análise combinada do relevo e do traçado urbano, nas figuras 17 e 18, apresentou os principais marcos visuais da paisagem urbana, tais como o Cinturão Verde, a várzea do Rio Pardinho, o Lago Dourado e o Parque da Cruz.

A paisagem natural da região, ou os marcos naturais e simbólicos da área urbana, citados no parágrafo anterior, são visíveis na parte mais alta da paisagem de atenção especial, especialmente em cotas superiores a 60 metros de altura. Esta visualização é favorecida pela orientação da malha ortogonal e de sua composição por vias largas e retas, particularmente nas esquinas (onde ocorrem mudanças de direção e amplitude visual), ou em locais como as praças da cidade. Os marcos naturais ou simbólicos, portanto, são parte ativa de um cenário que pode ser visualizado e percebido culturalmente no horizonte das vias, pois as encostas,

no seu conjunto, formam uma bacia visual cuja concavidade abriga em sua totalidade a área de estudo. A este respeito, as encostas do Cinturão Verde constituem a principal referência visual para a Cidade e para a paisagem de atenção especial. Em relação a este zoneamento ambiental, destaca-se a importância de preservação da homogeneidade visual do Cinturão Verde e da manutenção da visibilidade de seus contornos, livre de interferências visuais. Ainda que hajam instrumentos específicos voltados à sua preservação, constatou-se a ausência de regulação de alturas para novas edificações. Sugere-se, portanto, que o parâmetro adotado para este zoneamento, na lógica dos instrumentos urbanísticos já existentes, inclua um limite de altura das edificações que seja pelo menos inferior à altura da arborização, ou aproximadamente, dois pavimentos.

A ampliação da escala do traçado da paisagem de atenção especial, na imagem da figura 102, demonstra que as maiores diferenciações do seu relevo ocorrem entre as cotas de 86 metros acima do nível do mar, até 42 metros no seu ponto mais baixo. As áreas mais altas, e que se situam aproximadamente entre 60 e 80 metros, criam um plano mais elevado que é ladeado por duas microbacias visuais, respectivamente localizadas ao norte/nordeste e ao oeste da rua principal da Cidade. Ao norte, ocorre a gradativa diminuição das cotas de níveis até o Parque da Oktoberfest e, ao nordeste (ao longo da Rua Galvão Costa), existe um pequeno vale em direção às encostas do Cinturão Verde. Esta depressão ou vale é uma extensão visual do cenário do Monumento ao Imigrante, e por onde ocorre também uma das principais vias de acesso à cidade, a Rua Galvão Costa.

A área pertencente ao Parque da Oktoberfest, ao longo da rua Galvão Costa, é considerada áreas de interesse visual, mas também de fragilidade. Na figura 27, demonstrou-se que o eixo de visualização do Parque ocorre, a partir da Igreja Evangélica (em relevo mais alto), pela interrupção da Rua Venâncio Aires no seu sentido sul-norte. O parque da Oktoberfest, enquanto espaço público e símbolo da maior festa do Município, já foi objeto de projetos polêmicos, que não reconheceram o desenho paisagístico original como parâmetro para novas intervenções. Acrescente-se, a este fato, as tendências atuais de transformação do espaço situado entre o Parque, a Praça Hardy Elmiro Martins e a Igreja Evangélica de Santa Cruz. Portanto, há necessidade de proteção patrimonial do entorno dos monumentos e da praça para manutenção da qualidade paisagística.

Já nas Rua Galvão Costa e João Pessoa, o surgimento de edificações em altura nas proximidades do Monumento ao Imigrante (figura 37), pode ocasionar, gradativamente, a obstrução da visão do Cinturão Verde. A visibilidade de elementos ou marcos distantes da paisagem estão também relacionados a interação que ocorre em diferentes escalas de planejamento. Do ponto de vista local sugere-se que seja adotado também um parâmetro de regulação de alturas das novas edificações situadas no entorno do Monumento.

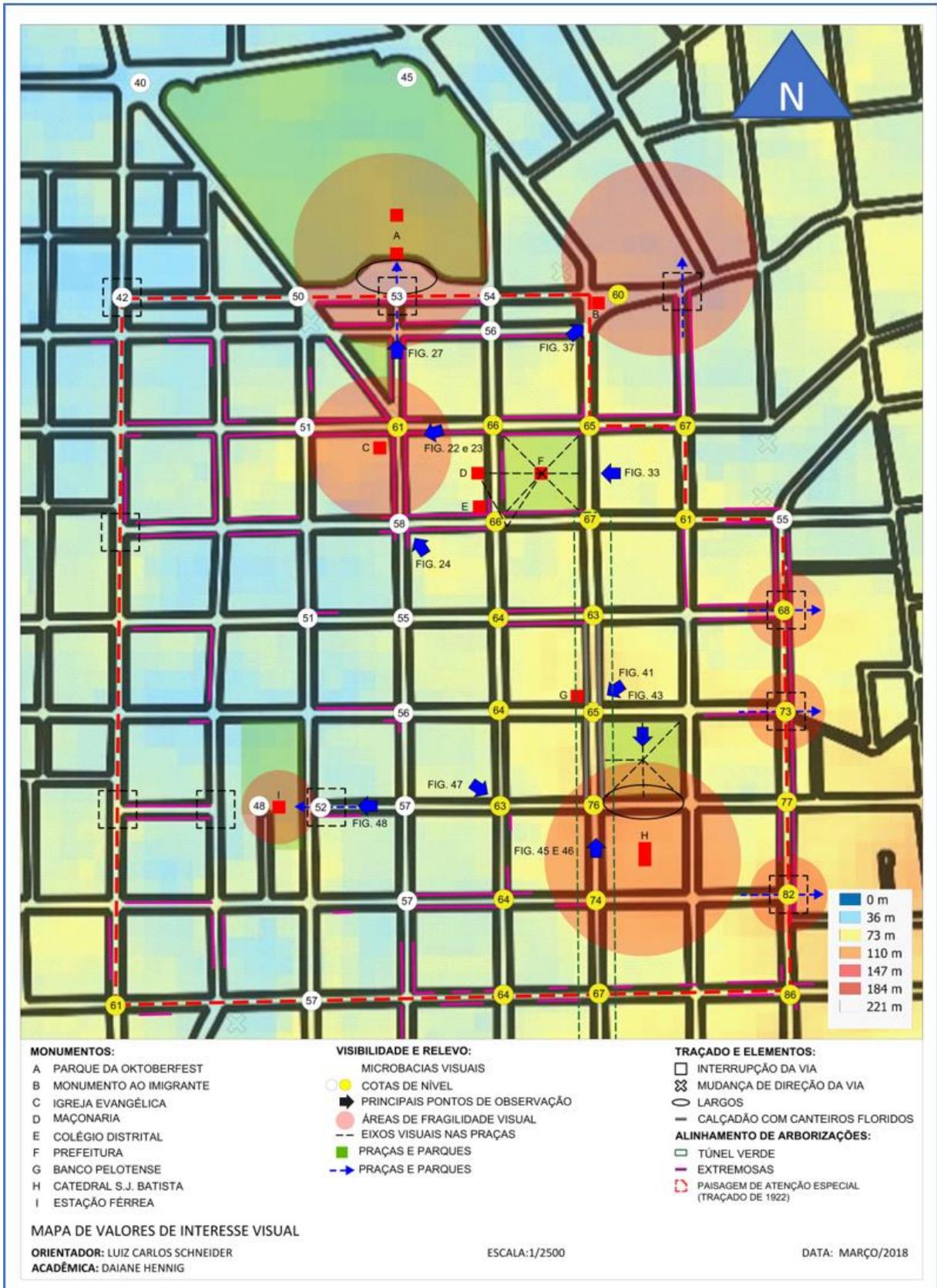


Figura 102: Mapa de valores de interesse visual (estéticos e cênicos)

Fonte: elaborado pelo autor. (mapas base - Técnico em Geoprocessamento: Bruno Deprá, Núcleo de Gestão Pública – UNISC/RS)

Ao oeste da rua principal da Cidade ocorre a maior microbacia visual da área de estudo, com gradativo declive do terreno em direção às Ruas Venâncio Aires e Ernesto Alves. O principal ponto de interesse é a visão da Estação ferroviária, situada em plano de relevo mais baixo. Esta é um ponto focal localizado ao final do eixo da Rua Ramiro Barcelos, e que tem também como cenário as áreas das várzeas do Rio Pardinho, o Lago Dourado e o Botucaraí. Já as áreas com cotas de altura superiores a 60 metros, de maneira geral, localizam-se em uma diagonal no sentido sul - oeste, da esquina da Rua Senador Pinheiro Machado com a Rua Thomas Flores (ponto mais alto com 86 metros) em direção ao Parque da Oktoberfest. A área mais alta, hachurada em amarelo na figura 102, apresenta melhor potencialidade de visualização da paisagem de horizonte bem como do seu entorno imediato formado por áreas mais baixas onde localizam-se o Parque da Oktoberfest e a Estação Ferroviária, por exemplo. Os planos de terreno iguais ou superiores à cota de 60 metros também concentram a maior parte dos monumentos e bens patrimoniais listados na Lei nº 7.382, além de quase todos os pontos de observação que, simbolicamente, são representativos da cidade de Santa Cruz do Sul. Às diferenças de altura do relevo, a concentração patrimonial e as características de visibilidade podem contribuir para estabelecer um parâmetro diferenciado de ocupação na área de estudo.

No plano mais elevado do sítio, marcaram-se outras áreas de interesse visual, destacando-se a situação das duas Igrejas bem como de três interrupções do traçado no sentido leste, na Rua Thomas Flores. A visualização da Catedral, em diferentes escalas de observação, é um dos mais importantes valores de interesse estético e cênico da Cidade. A Igreja Católica, pelo seu porte, constitui-se em importante elemento simbólico e é também um marco de referência espacial do centro urbano. A segunda referência visual, contudo, na paisagem contemporânea, é estabelecida pelo conjunto de edificações verticais construídas na segunda fase histórica de evolução da paisagem, que está localizada em um eixo sul-norte que cruza o bairro Centro em sua totalidade. Há, portanto, uma tendência à verticalização do centro urbano que pode ser observada na composição dos mapas 99 e 100, relacionados respectivamente, às marcas contemporâneas da paisagem e altura das edificações.

A visualização da Catedral permanece como referência em escala urbana, devido ao porte elevado da nave da igreja e da altura de suas torres. Para manter essa qualidade de visibilidade no conjunto da paisagem urbana, a visibilidade da nave (corpo central da igreja) poderia ser um parâmetro para discussão da altura máxima das novas edificações construídas na parte mais alta da área de estudo. Já, em uma escala local, e nas proximidades imediatas da Catedral, as regulações existentes (sete metros de altura para novas edificações situadas na quadra da Catedral) poderiam ser estendidas para garantir a visualização da igreja em seu entorno mais imediato, livre de interferência visual, conforme demonstrado nas figuras 43 e 47. Sugere-se, como parâmetro inicial para discussão, a expansão da regulação de altura já

existente para as quadras de entorno imediato da Catedral. No caso da Igreja Evangélica, não existe nenhuma proteção de entorno, ainda que este monumento dialogue com outros espaços próximos e de visibilidade simbólica. Da esquina da Igreja Evangélica, ao leste, ocorre a visualização do Botucaraí, e ao norte pode-se ver a Praça Elmiro Martins, bem como o Parque da Oktoberfest e o Cinturão Verde. A proteção paisagística das Igrejas Evangélica e Católica, poderia adotar, também, como parâmetros iniciais de discussão, os que são atualmente aplicados para as zonas de proteção do entorno dos bens tombados pelo Estado, ambos localizados nas proximidades imediatas destes monumentos.

Outras áreas de interesse visual ocorrem na Rua Thomas Flores, ao leste da rua principal, e estão relacionadas às interrupções de traçado e à visualização no horizonte da via do morro historicamente conhecido como “...de trás do céu” (atual bairro Higienópolis e também parte da encosta do Cinturão Verde). A regulação de altura, nestes espaços de interrupção das vias, pode possibilitar a continuidade de visualização do “morro do céu” ao final dos eixos das vias 28 de Setembro, Júlio de Castilhos e Fernando Abott.

Já os eixos visuais estabelecidos pelos desenhos paisagísticos das Praças da Bandeira e Getúlio Vargas, também podem contribuir para estabelecer parâmetros espaciais para a colocação de mobiliário urbano, monumentos de pequeno porte ou mesmo outros elementos de arquitetura efêmera e publicidade. De maneira geral, os caminhos diagonais das praças da Bandeira e Getúlio Vargas (que conectam seus respectivos centros em direção às esquinas) devem permitir ampla visibilidade aos monumentos e estarem livres de interferências visuais. A este respeito, destaca-se também a manutenção das conexões visuais e simbólicas do Palacinho, na Praça da Bandeira, com a edificação da Maçonaria (bem como com a antiga Caixa Mercantil Santa Cruzense) formando um triângulo imaginário, símbolo maçom.

Consideram-se também, de interesse visual, todas as esquinas ou nós que apresentam bens culturais, particularmente as das praças, da Igreja Evangélica, do Monumento ao Imigrante e da Estação Férrea. Nesta pesquisa, demonstrou-se a associação entre bens patrimoniais e a valorização das esquinas, bem como de centros de quadras, e estes padrões contribuem para a valorização da paisagem e do patrimônio. Em relação às esquinas, a sua hierarquia (estabelecida em relação a sua localização nas praças, bem como pelo número de bens culturais) pode implicar parâmetros diferenciados de proteção patrimonial. As esquinas com dois e três bens imóveis encontram-se, em seu conjunto, alinhadas com os principais eixos que conectam os monumentos e as áreas socialmente mais apreciadas entre si. Já as esquinas com um bem de interesse cultural ocorrem em outros locais, como na Rua Fernando Abott.

São também de interesse visual a proteção dos largos e canteiros centrais, como nos casos existentes na Praça Getúlio Vargas, em sua face de quadra para a Rua Ramiro Barcelos

e do Parque da Oktoberfest, em sua face de quadra para a Rua Galvão Costa. Estas composições valorizam e diferenciam os espaços e monumentos adjacentes em seu conjunto. Somam-se também as diferenciações geométricas do traçado ocasionadas, por exemplo, pelos formatos e escalas das Praças Hardy E.Martins (triangular) e Siefried Heuser (na extensão de duas quadras). No seu conjunto, as combinações entre as características básicas do relevo, do traçado, da localização espacial dos monumentos e dos principais eixos visuais estão apresentadas na figura 102. Foram incluídos também os registros dos principais pontos de observação da paisagem urbana, que podem ser utilizados como referência para manutenção da qualidade paisagística.

A arborização urbana também pode ser considerada como elemento que agrega qualidade visual para a área de estudo, bem como seu entorno imediato. Destacam-se os alinhamentos de arborizações de mesmo tipo, capazes de gerar efeitos cênicos ou estéticos causados pela visibilidade do conjunto da composição, como no caso do Túnel Verde formado pela copa das Tipuanas (singularidade), ou de espécimes como a Extremosa (floração vermelha). A área de estudo permanece, de forma geral, intensamente arborizada, mas conforme já demonstrado, muitos espaços apresentam uma lenta e gradativa supressão da vegetação urbana. Esta supressão, em contraponto às áreas ou partes intensamente arborizadas causa um contraste visual e uma percepção de perda de qualidades históricas da paisagem.

Na figura 102, destacou-se a localização do Túnel Verde, onde o entrelaçamento das copas das árvores ocasiona um efeito de homogeneização visual da via. Este efeito ocorre pela criação de um plano superior que atenua a visualização de edificações mais altas, ao mesmo tempo em que está associado esteticamente à presença da natureza e da qualidade ambiental da cidade. Já no caso das Extremosas, os efeitos estéticos da concentração de espécimes são particularmente intensos em vias próximas à Igreja Evangélica e ao Parque da Oktoberfest, bem como na Thomas Flores e trechos das Ruas Fernando Abott e Senador Pinheiro Machado. Nestas vias e espaços, particularmente, pode-se ter, nesse espécime, o parâmetro adotado para arborização. Sem desconsiderar, contudo, que em outros locais, mesmo em menor escala, também existem diferentes graus de arborização e efeitos estéticos causados por espécimes como os Jacarandás e pelo Legustre. A inclusão destes dois tipos de árvores poderia também ser adotada como parâmetro de seleção dos espécimes que compõem a arborização urbana na área de estudo.

Outra qualidade estética e cênica é a relação das residências (habitações unifamiliares) pertencentes à primeira fase com seus jardins constituídos por flores e/ou gramados, que são uma das referências históricas da paisagem construída. O efeito de conjunto destas situações ainda pode ser observado, especialmente, em eixos viários de ruas como a Thomas Flores, Carlos Trein Filho, bem como em áreas situadas nas proximidades

do Parque da Oktoberfest e da Igreja Evangélica. Estas áreas ou eixos, portanto, deveriam adotar parâmetros diferenciados que garantissem e incentivassem a permanências dos recuos em novas edificações.

Do ponto de vista patrimonial, constatou-se que a arquitetura eclética é o principal foco de atenção da preservação e as suas características gerais, à exceção dos monumentos, estão relacionadas a uma arquitetura de pequeno e médio porte, mas que também apresenta grande valor estilístico e cultural para a identidade da Cidade e para a história local. Neste contexto, pode-se perceber que ainda ocorrem a presença de frontões triangulares ou platibandas sinuosas em edificações pertencentes a uma arquitetura menor, que não é reconhecida pela lei nº 7.382. Outro aspecto a ressaltar é a tendência de ampliação dos valores estilísticos pela emergência de estudos ou pesquisas voltadas ao reconhecimento da arquitetura moderna (produzida entre as décadas de 30 e 70) ou de estilos, como a “Neue Sachlichkeit”, utilizada em edificações industriais do começo do século XX. O não reconhecimento das qualidades estéticas e artísticas da arquitetura, contudo, e independentemente de sua classificação como bem patrimonial, tem produzido resultados desastrosos. As intervenções ou reformas descaracterizantes em bens de interesse cultural são recorrentemente realizadas até o ponto de perda total da qualidade arquitetônica original. Portanto, um parâmetro espacial proposto para os bens culturais, poderia estar vinculado à preservação da sua qualidade visual, entendida como legibilidade entre as características originais do imóvel e o seu estado de conservação. A este respeito somam-se, os parâmetros a serem utilizados para regulação da publicidade ao ar livre, especialmente em imóveis de valor patrimonial.

Como valor estético na paisagem, incluiu-se também os efeitos produzidos pela utilização histórica de dois materiais nas vias públicas: a pedra grés nas calçadas e o paralelepípedo de granito na faixa carroçável. Não se observaram novos padrões que pudessem criar efeitos similares, à exceção do Calçadão, construído na década de 90, onde foi utilizada pedra basáltica cinza no passeio público. As renovações ou substituições destes dois materiais que apresentam características históricas vinculadas à paisagem urbana ocasionam também um efeito de fragmentação e descontinuidade visual. Uma das qualidades atribuídas à paisagem urbana, como as ruas largas e limpas, parece manter-se. Contudo, a substituição de revestimentos de pedra por texturas como a do asfalto, pode ocasionar a desvalorização visual ou histórica da rua, vista a necessidade de constante manutenção da nova pavimentação. Portanto, e em relação à pavimentação, a utilização das pedras grês poderia ser o parâmetro adotado para pavimentação das calçadas, e sugere-se a proteção das ruas pavimentadas com paralelepípidos, entre elas, os trechos ainda existentes das Ruas Marechal Floriano, Borges de Medeiros, Ramiro Barcelos, Sete de Setembro e Fernando Abott.

7.4 Valores culturais e simbólicos

A seleção dos valores de interesse cultural e simbólico foi realizada a partir do reconhecimento do patrimônio cultural e do conjunto de manifestações de natureza material e imaterial capazes de conferir uma caracterização única e singular da paisagem. Constituem-se, portanto, historicamente, como os principais aspectos da cultura e da natureza que apresentaram permanência no tempo e no espaço sem desconsiderar-se, contudo, novas atribuições de sentidos e significados da paisagem dadas pelos elementos simbólicos e identitários, ou as práticas socioculturais associadas à sociedade e ao conjunto do seu patrimônio.

Em relação aos povos indígenas, salientaram-se os dois únicos espaços de memória existentes em área urbana: o pequeno monumento localizado no Parque da Gruta (e que é denominado também, popularmente de Gruta dos “Índios”), e o acervo do museu do Colégio Mauá. O estudo das marcas indígenas pode também reconhecer determinadas práticas que foram integradas à economia e aos hábitos da região e mesmo do estado (como a erva mate, por exemplo). Contudo, há necessidade de aprofundamento de pesquisas arqueológicas ou históricas que possam revelar outros aspectos ou marcas da cultura indígena. Neste sentido, ocorre, por exemplo, o uso do tupi-guarani em algumas denominações regionais, como a do Cerro do Botucaraí, cuja visão na paisagem está repleta de significados.

A natureza também retorna, na contemporaneidade, como um importante valor de interesse cultural associado ao reconhecimento do patrimônio natural representado, por exemplo, pela Mata Atlântica e sua biodiversidade. Ao longo da evolução urbana de Santa Cruz do Sul, as áreas rurais localizadas na encosta da serra, que eram originalmente lavouras, passaram a ser urbanas, e ocorreram processos de regeneração da vegetação nativa no entorno da cidade. Após o último quartel do século XX ocorreu o reconhecimento do Cinturão Verde, que é, atualmente, um dos principais elementos simbólicos e identitários. Enquanto monumento natural, foi em parte recuperado pela legitimação do zoneamento ambiental conferido pelo planejamento na década de 90. Este zoneamento também abrange dois parques municipais: o da Gruta e o da Cruz, onde salientam-se, respectivamente, o valor de lazer e recreação do primeiro e o valor simbólico do segundo. Mas, em uma análise mais crítica, observou-se também que o Cinturão Verde corre o risco de representar mais um cenário do que um espaço que é efetivamente vivido pela população ou vinculado a preservação ecológica.

O interesse pela preservação da Mata Atlântica também não parece se estender para outras áreas urbanas ou rurais do Município. Outros ecossistemas, ainda que sejam estratégicos para o desenvolvimento urbano, também não parecem ter o mesmo valor afetivo ou de visibilidade para a população. O Rio Pardinho, por exemplo, constitui-se, no maior

manancial hídrico da Cidade. Contudo, a várzea e as planícies do rio necessitam de ações estratégicas voltadas à sua recuperação ambiental, o que pressupõe uma mudança cultural em relação ao uso e à ocupação deste ecossistema. As marcas naturais constituem-se, no planejamento, como parâmetros fundamentais para a discussão do modelo de desenvolvimento da Cidade.

O estudo realizado sobre a formação e do desenvolvimento da Colônia de Santa Cruz expuseram, de forma sintética, os antecedentes de ocupação vinculados ao contexto político de imigração europeia no Brasil na metade do século XIX. A influência cultural portuguesa ocorreu sob todos os pontos de vista administrativos da Colônia incluindo, como exemplo, as legislações e procedimentos para a sua fundação e marcas tais como a abertura de estradas, como a “Cima da Serra”, a Picada do “Abel”, o modelo de assentamento fundiário para os imigrantes e as delimitações para o traçado da povoação. A imigração alemã no Município legou valores de interesse cultural, entre os quais destacaram-se o espírito associativista (formação de sociedades e empreendimentos como cooperativas), a herança linguística (alemão escrito e falado), a religiosidade, as festas típicas, costumes, tradições e a gastronomia. Já do ponto de vista da economia, destacou-se o cultivo do fumo como uma prática cultural associada à pequena propriedade e à prosperidade econômica em que caibam também, as questões relacionadas as restrições à comercialização e ao uso do produto.

As marcas culturais da imigração alemã estão reconhecidas na forma de monumentos que estão localizados, tanto no interior do Município quanto na paisagem de atenção especial, como, por exemplo, no Monumento ao Imigrante. São elemento simbólicos e identitários relacionados à colonização do Município e foram construídos entre as décadas de 50 e 70. Mas, no seu conjunto, a paisagem rural carece de reconhecimento legal do seu patrimônio. A lei nº 7.382 inclui somente quatro bens patrimoniais, dos quais três estão localizados em Rio Pardinho (sede distrital) e um em Linha Santa Cruz (bairro).

As áreas rurais, conforme demonstrado neste trabalho, também apresentam um extenso patrimônio da imigração rural alemã, expresso pelas particularidades de configuração do traçado das estradas, ou picadas e travessas, com o dimensionamento dos lotes originais. Estas características gerais de ocupação do território influenciaram a localização de Igrejas, escolas, armazéns e salões de baile, dando também origem à formação de pequenos núcleos urbanos ao longo de estradas, como no caso de Rio Pardinho (distrito) ou a ocupação rarefeita em alguns entroncamentos de vias mais importantes. Em relação à arquitetura colonial, o Município apresenta exemplares de habitações enxaimel, edificações em pedra grês e de tijolos, cercas de pedra granítica, ou mesmo estruturas de madeira tradicionais como celeiros e estábulos. A arquitetura eclética também está presente em todo interior do Município e em sedes distritais como Monte Alverne e Rio Pardinho. Ainda que, nesta pesquisa, tenha-se exposto o aumento gradativo das restrições à cultura do fumo, a economia local e da região

tem um de seus pilares sustentado pelo plantio e industrialização do tabaco. Esta prática econômica pode ser percebida na paisagem rural, pela existência das lavouras e dos inúmeros galpões de secagem da folha de fumo. Outras práticas culturais e sociais associadas à imigração, também permanecem vivas, a exemplo do alemão falado, das quermesses, do “kerb” (festa típica), dos corais de igrejas, dos bailões, dos Kränzchen (em tradução literal “coroa” ou roda de mulheres), sociedades de damas, bolão de damas, entre outras. Permanecem também as denominações, no idioma alemão, que são utilizadas para nomear localidades ou as antigas picadas e travessas. Demonstrou-se, portanto, que a paisagem rural do Município foi construída a partir da colonização de camponeses com modos de vida e valores culturais próprios. Em um primeiro momento, seu principal objetivo foi o desenvolvimento de atividades voltadas à sobrevivência como o habitat e a produção de alimentos, mas na sequência, estabeleceram-se gradativamente atividades econômicas dominantes entre as quais destacaram-se as vinculadas ao plantio do fumo.

De maneira paralela ao processo de colonização ocorreu também a formação do núcleo urbano a partir da implantação do traçado de 1855. Sua característica básica foi a de ser uma solução-padrão utilizada pelos portugueses para a fundação de povoações. O traçado inicial localizou-se em área mais alta do relevo, entre o início da Serra e a planície do Rio Pardinho, de maneira a propiciar melhor conectividade com as estradas já existentes. A Praça Getúlio Vargas, situada no centro geométrico das nove quadras que foram inicialmente delimitadas para ocupação, logo destacou-se como ponto comercial e também referência espacial para a localização da Igreja Católica. Contudo, a carga cultural dos imigrantes, e especialmente as suas diferenças religiosas, originaram, de maneira distinta, concentrações espaciais e simbólicas de usos institucionais vinculados às igrejas, à sede administrativa (Prefeitura Municipal), educação (Colégios) bem como sociedades diversas. Neste sentido, a localização da segunda praça (Praça da Bandeira) e a formação de um eixo no sentido norte-sul, definido pela rua principal, originou o principal espaço comercial e institucional da cidade, localizado na parte mais alta do traçado. A permanência destas funções na contemporaneidade, ainda que com algumas alterações de sentido, também constitui valor de interesse cultural para a preservação dos significados originais da paisagem urbana e do seu patrimônio.

Por outro lado, e no começo do século XX, o rápido processo de industrialização do Município e o incremento das atividades comerciais, ao lado da ascensão de uma elite local, contribuíram para a formação de um patrimônio arquitetônico eclético que caracterizou a paisagem urbana. A construção de residências com jardins e pátios, os frontões das edificações para as ruas, de monumentos como as igrejas ou a Prefeitura Municipal, instituições bancárias, sociedades tradicionais, esportivas, entre outros, ocorreram de maneira paralela a aspiração de manutenção das tradições e das raízes culturais germânicas.

Salientou-se o uso das esquinas e do meio de quadras para implantação de muitas das edificações mais relevantes, bem como os primeiros projetos paisagísticos das praças. A consolidação das indústrias ocorreu de maneira paralela à implantação da Estação Férrea. No traçado de 1922, é possível perceber a valorização do eixo da Rua Ernesto Alves, bem como da Rua Ramiro Barcelos em direção oeste. Ao longo desta década também ocorre a construção das novas igrejas Católica (concluída em 1939) e Evangélica. Além da influência do ecletismo há também o estilo “Neue Sachlichkeit” voltado à arquitetura industrial. O patrimônio eclético, portanto, e as preocupações estéticas integradas ao planejamento da Cidade representam também um importante valor cultural para a paisagem de Santa Cruz do Sul.

A evolução político-administrativa do Município, o crescimento urbano e econômico foram parte do contexto que deu origem às ações de embelezamento urbano. Este ocorreu, a partir da década de 40, pela pavimentação de vias, arborizações, implementação dos projetos paisagísticos das Praças da Bandeira e Getúlio Vargas. A alteração gradativa do discurso da identidade germânica orientou-se cada vez mais para a ideia de progresso, na qual o fumo representou um importante valor simbólico e identitário. A cidade se apresenta, a partir da década de 60 e 70, como a “Capital do Fumo” ou “A Capital Brasileira do Fumo”, e a própria folha de fumo passa a ser utilizada no brasão do Município (que apresenta a cruz, imigrantes e fumo, progresso). Estes valores simbólicos se materializaram em festas, como a FENAF (Festa Nacional do Fumo) ou em desenhos paisagísticos de acesso ao novo parque municipal. O desenho original do Parque da FENAF, ainda que não esteja reconhecido, é também um importante elemento de interesse cultural. No mesmo contexto, a Catedral São João Batista passa a ser uma logomarca da cidade e do Município, sendo descrita como a maior igreja em estilo neogótico da América Latina.

Com o crescimento da população, o espaço residencial da elite urbana desloca-se para o entorno da área de estudo e surgem novos bairros, com novas significações simbólicas. A arquitetura moderna é o estilo utilizado para as novas edificações residenciais construídas a partir das décadas de 30 e 40 na primeira fase histórica. Nestas áreas, consolidam-se os jardins que ocorrem pela utilização de recuos frontais e afastamentos laterais das edificações no lote. Este estilo arquitetônico passa a ser também a estética adotada para a construção das novas instituições educacionais, políticas e administrativas e é empregado como valor simbólico na divulgação da paisagem. São exemplos os postais das instituições de ensino, como o Colégio das Irmãs e o Colégio São Luís, ambos localizados no entorno da Praça Getúlio Vargas. Até a década de 70, a área de estudo é marcada pela horizontalidade, pelo calçamento das ruas com paralelepípedos e calçadas com pedra grês, pelos alinhamentos de arborizações e seus efeitos de conjunto, pela imagem da cidade com “jardins” e ruas “largas” e “limpas”. O hino de Santa Cruz, de maneira seletiva, louva a Cruz e as virtudes do povo

alemão, e as “extremosas” são também homenageadas como árvores-símbolo da cidade. As edificações pertencentes à arquitetura moderna do período, entre o começo dos anos 30 e final dos anos 70, compõem, na contemporaneidade, a maior parte das permanências físicas remanescentes da primeira fase de estudo. Apesar de poucos trabalhos referentes a este tema, são também um espaço aberto para pesquisas e reconhecimento do seu valor na paisagem.

Após 1976, acentua-se o desenvolvimento econômico, especialmente a partir da entrada do capital internacional da indústria fumageira. Ocorre o gradativo incremento e fortalecimento das atividades comerciais e de diversificação de serviços. A paisagem urbana passa a refletir intensamente as contradições do seu crescimento com a formação de novos bairros, com significados sociais e culturais distintos, fragmentando-se o espaço de moradia entre as elites e as populações mais pobres. A área central urbana passa por intensas transformações espaciais e perde a sua heterogeneidade de usos, devido ao aumento de escala da cidade. Neste sentido, a paisagem de atenção especial, enquanto centro urbano, caracteriza-se pelo aumento das funções institucionais e pelo predomínio de atividades comerciais e de serviços. De maneira paralela, ocorre o processo de verticalização com predominância de uso residencial ou misto.

Culturalmente, as restrições ao uso e consumo do tabaco, ao lado da emergência de reafirmação identitária embasada na imigração alemã, dão origem à festa da Oktoberfest e alteram o nome do antigo parque da FENAF. O parque da Oktoberfest passa a ser um novo elemento simbólico materializado em construções novas, feitas no estilo “enxaimel”, que aludem à tradição alemã (pórtico de acesso ao Parque), ou pelo surgimento dos bonecos “Fritz e Frida”, localizados em um dos principais acessos da cidade. Na paisagem de atenção especial, surge também o “Túnel Verde”, que, localizado ao longo da rua principal da cidade, é efetivamente um resultado dos planos de arborização executados nas décadas anteriores. O Calçadão, realizado na década de 90, foi a última intervenção de grande porte realizada na área, excetuando-se as de infra-estrutura urbana. Outros símbolos identitários surgem no entorno da área de estudo ou da cidade, tais como o Parque da Gruta, Autódromo Internacional e Santuário de Schoenstadt, ou visíveis e vinculados à imagem da cidade e do próprio centro urbano, como são os casos do Cinturão Verde e da Cruz localizada no Parque da Cruz.

A análise combinada entre a história da paisagem, bem como das particularidades referentes às marcas materiais, dos principais elementos paisagísticos ambientais e de interesse visual, possibilitou a organização do mapa de valores culturais e simbólicos conforme apresentado na figura 103.

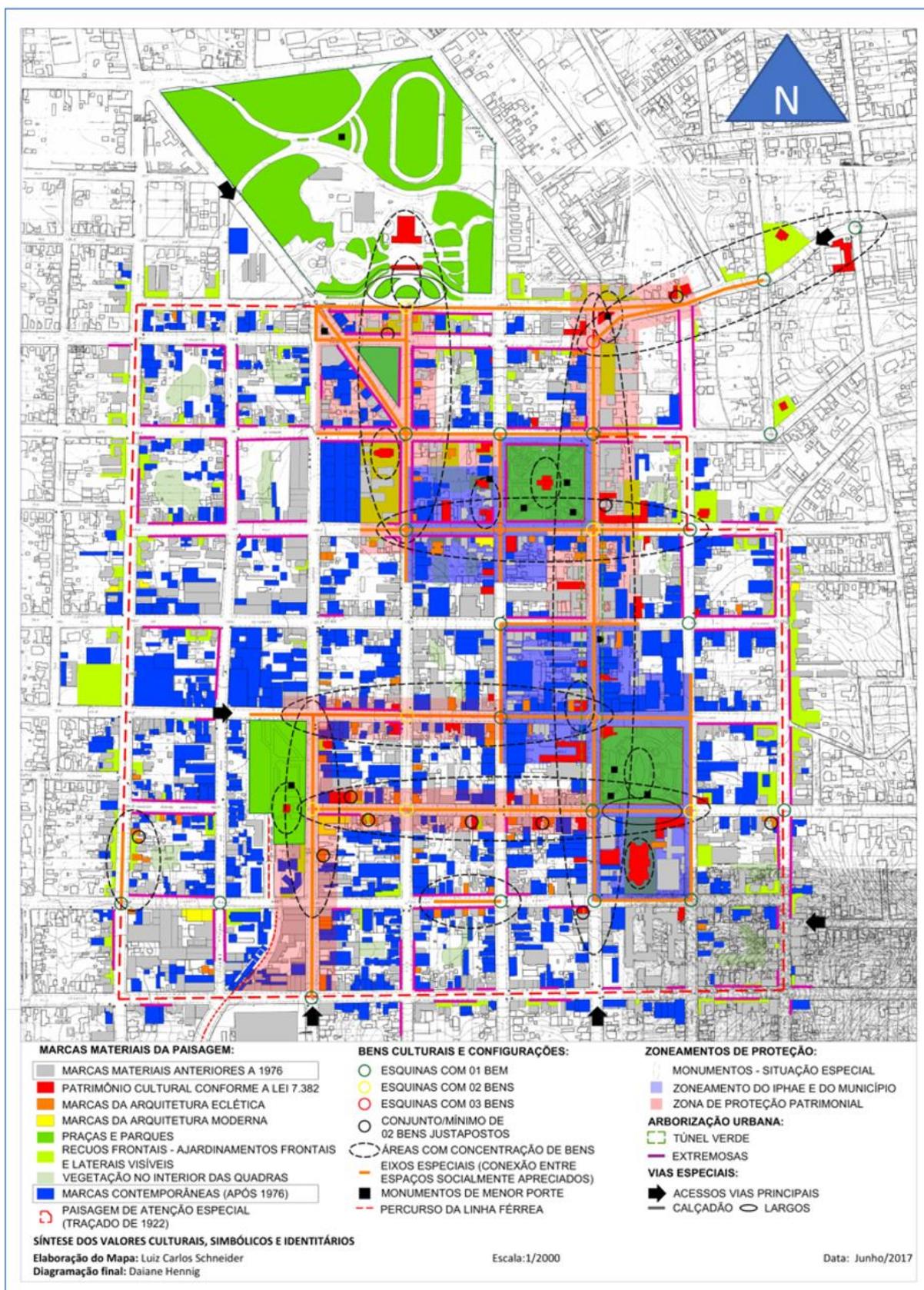


Figura 103: Síntese dos valores culturais e simbólicos

Fonte: elaborado pelo autor. (mapas base - Técnico em Geoprocessamento: Bruno Deprá, Núcleo de Gestão Pública – UNISC/RS)

Em relação às marcas anteriores a 1976, apresenta-se o traçado urbano de 1922 e suas principais características, a localização espacial dos monumentos e do patrimônio cultural material listado na lei nº 7382, as marcas da arquitetura eclética e moderna reconhecidas em publicações e catálogos patrimoniais, as áreas verdes como praças e parques, os recuos de ajardinamentos, bem como elementos da paisagem, como o Calçadão e alinhamentos das principais espécimes de arborização urbana do passeio público.

Todos estes elementos, em seu conjunto, são considerados valores culturais materiais, aos quais correspondem atribuições históricas, simbólicas e identitárias para a paisagem. A localização espacial dos principais monumentos, de maneira associada à leitura histórica, permitiu identificar a sua relação com duas áreas distintas, que são correspondentes a formação da paisagem institucional e da paisagem do trem (industrial). Entre ambas, salientaram-se as características de permanência de usos e significações culturais da primeira e de renovações na segunda.

A primeira área, situada em um plano mais alto do relevo e referente a paisagem institucional, vincula-se fortemente ao patrimônio pela manutenção de usos institucionais e práticas sócio-culturais associadas aos seus espaços de entorno. A segunda área, ou a paisagem do trem (figura 97), e sem perda de importância cultural, é uma paisagem de memória onde ocorreu a refuncionalização do espaço urbano, bem como de todas edificações de interesse patrimonial. Ao mesmo tempo, destacou-se a tendência de desenvolvimento desta área como nova paisagem institucional e comercial da Cidade, o que lhe confere importante dimensão funcional. A localização dos principais monumentos, bem como a seleção das áreas onde ocorre a concentração de bens culturais (incluindo-se nestes os pequenos conjuntos arquitetônicos e a hierarquia das esquinas) contribuem para identificar os principais eixos viários que apresentam maior relevância para a proteção do patrimônio edificado. Também se utilizou, como critério para identificação destas vias, todas as ruas que são entorno imediato das praças e aquelas internas aos zoneamentos de proteção de entorno estabelecidos pelo IPHAE e município. Os principais espaços e eixos viários, no sentido nortesul (figura 103), e onde ocorre a concentração de bens culturais e simbólicos, são: Parque da Oktoberfest, via Rua Venâncio Aires (passando pela praça Hardy E. Martins) até a Igreja Evangélica de Santa Cruz do Sul; vias 28 de Setembro e Borges de Medeiros (antiga Rua da Colônia), conectando a Igreja Evangélica e praça da Bandeira (e seus monumentos) até a Rua Marechal Floriano (rua principal); toda extensão da Rua Marechal Floriano (rua principal), conectando as Praças da Bandeira, Túnel Verde, Calçadão e Praça Getúlio Vargas (e monumentos) até esquina com a Rua Fernando Abbott; conexão da rua Ramiro Barcelos até a Estação Ferroviária e a antiga paisagem do trem, bem como desta pela Rua Julio de Castilhos até a rua principal da cidade; eixo da rua Ernesto Alves no contorno da Praça Sigfried Heuser.

As vias denominadas de eixos especiais também conectam, entre si, os espaços que são socialmente e culturalmente mais representativos na área de estudo. Este aspecto foi relevante para perceber as diferenciações internas da paisagem de atenção especial e propor um zoneamento de proteção patrimonial conforme demonstrado na figura 103. Neste zoneamento de proteção, ocorre a união da antiga paisagem histórica denominada paisagem do trem, com a paisagem institucional. O zoneamento também estabelece a proteção de entorno e dos principais pontos de observação de todos monumentos, à exceção da Catedral, cuja situação especial demanda parâmetro próprio ao caso. Desta maneira, a definição de um zoneamento de proteção patrimonial na área de estudo pode ser considerada um parâmetro espacial para aplicação de parâmetros urbanísticos distintos. Os limites espaciais deste zoneamento de proteção patrimonial foram estabelecidos pela utilização dos padrões originais de parcelamento do solo, motivo pelo qual propõe-se adotar o critério de 66 metros ou de 26.40 metros de profundidade dos lotes a partir da predominância de sua testada de frente nas quadras.

Neste zoneamento considerou-se que os entornos imediatos das quatro praças são áreas sensíveis para intervenções projetuais na paisagem. Estes espaços detêm grande importância para a manutenção da qualidade cultural e ambiental do bairro Centro e para proporcionar a valorização de elementos simbólicos e de identidade da Cidade. Constituem também, em conjunto com as ruas que compõem o seu entorno, os espaços abertos que ampliam o campo de visualização da paisagem e dos principais marcos naturais externos (como o Cinturão Verde, Botucuraí, Parque da Cruz e outros).

Outro aspecto essencial da proteção patrimonial é o reconhecimento do desenho paisagístico do Parque da FENAF (parcialmente restituído na figura 103), bem como do entorno imediato da Praça Hardy Elmiro Martins, que concentra diversos bens culturais pertencentes à arquitetura menor e não reconhecidos como patrimônio cultural. Já o entorno da Igreja e da comunidade evangélica ainda apresenta muitas das características originais da paisagem, como as calçadas em pedra grês e a arborização com extremosas. Por outro lado, esta área está também integrada visualmente a praça Hardy Elmiro Martin e ao próprio Parque da Oktoberfest, e este conjunto compõe uma das imagens mais representativas de Santa Cruz do Sul.

Na sequência deste zoneamento, as ligações do espaço da Praça Hardy Elmiro Martin e da Igreja Evangélica ocorrem pelas Ruas Borges de Medeiros e 07 de Setembro em direção à rua principal da cidade. No sentido norte-sul, a Rua Marechal Floriano apresenta um conjunto de situações peculiares que merecem atenção especial pelas circunstâncias que lhe conferem a condição de polo comercial da cidade, de lazer e recreação e de conexão com um conjunto de elementos simbólicos e patrimoniais de interesse cultural. A situação deste eixo diferencia-se também da Rua Tenente Coronel Brito, cuja significação cultural para a cidade

coincide como uma segunda referência comercial. No sentido leste-oeste, a Rua Ramiro Barcelos conecta a praça da Estação Férrea com o largo da Catedral São João Batista, apresentando a maior concentração do patrimônio edificado, bem como apresenta a pavimentação da via em paralelepípedos. Sua paralela, a Rua Júlio de Castilhos, também apresenta interesse patrimonial e é um dos principais acessos ao centro urbano. A Rua Ernesto Alves, por sua vez, concentra bens patrimoniais e potencialidades que são referentes à investigação dos valores da arquitetura industrial e da paisagem do trem.

Entre os principais critérios a serem adotados na zona de proteção patrimonial, sugere-se a inserção de parâmetros como os de regulação de altura e de controles da forma construída. Em relação à regulação de altura descreveram-se algumas das principais situações relacionadas aos monumentos como no caso da Catedral e da Igreja Evangélica, considerando-se também a importância de manutenção das qualidades presentes nos cenários característicos e representativos da Cidade. Quanto à forma construída, os parâmetros a serem utilizados devem estar relacionados à preservação da integridade dos bens culturais e dos seus espaços de entorno em toda área de estudo. Esta integridade, conforme demonstrado na observação da paisagem (Capítulo 5), está ameaçada pela ineficiência da legislação atual, que adota categorias distintas para os bens culturais estabelecendo níveis de preservação que permitiram a descaracterização dos imóveis. Por outro lado, pode-se demonstrar também que o nível de fragmentação da paisagem e do patrimônio pode ser diminuído ao estenderem-se ações de patrimonialização que reconheçam a arquitetura menor, bem como outros elementos da paisagem relevantes para manutenção da identidade dos espaços (como é o caso da arborização urbana ou das texturas originais das pavimentações). Também em relação à forma construída, no conjunto da paisagem, devem ser consideradas as situações que dizem respeito à manutenção dos padrões geométricos dos lotes de esquinas e meio de quadra em todos os eixos onde ocorra a presença de bens culturais. A manutenção das configurações de parcelamento do solo contribui para o planejamento de resultados formais para o conjunto da paisagem de atenção especial e é um parâmetro fundamental para a zona de proteção. A preservação dos padrões de regularidade nas testadas de frente dos lotes permite manter, em conjunto com a regulação de altura das edificações, determinadas ordens visuais no espaço aberto público, possibilitando, ao mesmo tempo, a existência de variedade tipológica, característica das cidades contemporâneas. Considera-se também fundamental preservar as situações de alinhamentos de recuos frontais das vias, quando existentes. Salienta-se ainda a necessidade de regulação da publicidade abusiva utilizada no conjunto da paisagem.

Há também outros valores de interesse sociocultural que estão relacionados ao conjunto de usos e práticas que são exercidas de maneira integrada aos bens culturais e aos espaços da cidade, suas ruas, parques e praças. No quadro 22, classificaram-se as principais

situações que se consideraram relevantes na área de estudo ou mesmo em sua proximidade imediata:

Quadro 22: O patrimônio cultural material e as práticas socioculturais

Bens patrimoniais Lei nº 7.382	Usos e práticas relacionadas ao bem
Espaço Camarim (patrimônio : Colégio Mauá)	Oficinas de teatro, apresentações culturais.
Casa das Artes Regina Simonis (patrimônio : Banco Pelotense)	Oficinas e exposições, apresentações culturais.
Casa de Cultura Jornalista Francisco J. Frantz(Estação ferroviária - patrimônio) Praça Siegfried Heuser	Oficinas e exposições; Playground, academia ao ar livre, Skate Park Municipal.
Praça da Banderia (patrimônio) Palacinho da Prefeitura (patrimônio)	Lazer – Encontro social (chimarrão à tarde); Sede administrativa- gabinete do prefeito.
Praça Getúlio Vargas(patrimônio) Quiosque da praça (patrimônio)	Atividades diversas: feira do livro, exposições, festas como Christkindfest, Halloween, Chorus Christi, shows; Encontro social, apresentações.
Sociedade Aliança Católica (patrimônio)	Atividades socioculturais e recreativas.
Colégio São Luís (patrimônio)	Atividades educativas.
Colégio das Irmãs (patrimônio)	Atividades educativas. Faculdades Integradas Dom Alberto. (atual).
Bens não patrimoniais	Usos e práticas relacionadas ao bem
Rua Marechal Floriano e Túnel Verde	Atividades de lazer e recreação (bares, restaurantes), eventos (desfiles comemorativos, Oktoberfest, Carnaval, Natal entre outros), polo comercial.
Hotel Charruá	Centro de eventos.
Museu do Colégio Mauá	Exposição permanente.
Esporte Clube União Corinthians	Atividades socioculturais e recreativas.
Parque da Oktoberfest (patrimônio : somente pórtico e um pavilhão/ não inclui o desenho do parque)	Festa da Oktoberfest, Festa das Cucas, Enarte, eventos diversos, atividades esportivas, lazer e recreação.

Fonte: organizado pelo autor (dezembro de 2017).

A organização do quadro 22 apresenta os principais usos e práticas associados aos bens culturais, às ruas ou praças da paisagem de atenção especial, e que apresentaram permanência no tempo e espaço. A carga cultural representada pela influência histórica da imigração alemã também se encontra presente na paisagem vivida, seja pelos monumentos e denominações de locais (Monumento ao Imigrante, Avenida dos Imigrantes, Parque da Oktoberfest entre outros) ou, em muito menor escala, por algumas práticas como o uso do idioma, culinária (Festa das Cucas) etc.

Contudo, a paisagem cultural de Santa Cruz incorpora uma multiplicidade de outras influências culturais. Neste sentido, por exemplo, a Cidade sedia um dos maiores destaques culturais gaúchos, o Encontro de Arte e Tradição Gaúcha, realizado anualmente no Parque da Oktoberfest. Possui também diversas associações voltadas à preservação das tradições gaúchas, bem como comunidades e associações de afrodescendentes, círculo cultural Bela Itália entre outros. As festas de bairros que ocorrem em Santa Cruz são tradicionais,

vinculadas também às comunidades ou à religião, tais como Festa do Divino Espírito Santo que leva o povo para a rua, festa da Igreja Santo Inácio, comunidade Santo Antônio. Registra-se, portanto, que a contemporaneidade da cidade polo, é muito complexa e diversificada culturalmente. A este respeito, destaca-se a escassez de novos símbolos capazes de expressar a contribuição de outras influências culturais presentes na cidade.

7.5 Considerações sobre os valores e os parâmetros espaciais da paisagem de atenção especial em sua relação com o planejamento

As abordagens metodológicas desta pesquisa concentraram-se em tempos diferentes: da apresentação e observação da paisagem do “aqui e agora”, como indicadora de conflitos e análise dos principais parâmetros utilizados no planejamento, até a abordagem histórica e cultural que, em seu conjunto, revelou valores relacionados a um conjunto de atributos materiais e imateriais da paisagem na área de estudo. A identificação dos valores, e a descrição e inventariação das marcas, possibilitou a organização de parâmetros espaciais que podem ser úteis como referência no planejamento e na manutenção de características históricas da paisagem.

Em relação ao primeiro aspecto, a identificação dos conflitos permitiu perceber o contexto de inserção do patrimônio cultural na área de estudo bem como identificar parte das relações que os bens culturais materiais e a paisagem apresentam com o planejamento. Destacou-se a fragilidade das leis quanto à preservação patrimonial e com a manutenção de características histórica da Cidade. Ao mesmo tempo, também se demonstrou a necessidade de ampliar o reconhecimento do patrimônio cultural (material e imaterial) e natural do Município pelo Plano Diretor de maneira integrada às diretrizes de desenvolvimento do território. Uma marca da natureza, como a Mata Atlântica, por exemplo, constitui-se em monumento na escala nacional, regional e municipal. Além disso, representa um importante patrimônio paisagístico da área urbana, o que lhe conferiu tratamento diferenciado no planejamento quanto à aplicação de parâmetros urbanísticos para a sua ocupação ou uso. Há, contudo, riscos para manutenção da integridade visual desta zona de preservação ambiental, representados, por exemplo, pela ausência de regulação de altura de novas edificações, bem como, especialmente, para a manutenção da biodiversidade do local. A tendência de desenvolvimento urbano é a de verticalização e ocupação intensiva dos limites da área de preservação ambiental. Outro aspecto é o de que a acessibilidade da população ao Cinturão Verde é restrita à utilização de dois parques públicos que ocupam, em seu conjunto, um pequeno percentual do total das áreas de preservação ambiental, que são propriedade privada. A ampliação dos parques existentes, e criação de outros, ao lado das

questões ecológicas e manutenção da qualidade visual, são questões estratégicas na discussão de um sistema de áreas verdes do Município.

Conforme a lei do Plano Diretor, também existem outras duas proteções da paisagem respectivamente localizadas na quadra da Catedral (limite de sete pavimentos para novas edificações) e no bairro Higienópolis (com instrumentos que dificultam a verticalização e densificação da área). O Plano, portanto, legitima tratamentos diferenciados para a paisagem urbana no entorno de dois monumentos que apresentam fortes valores motivacionais para a população (afetivos, simbólicos), ou quando houver interesse específico de determinado grupo social. Contudo, conforme demonstrado, há uma relação intrínseca entre o patrimônio cultural material e a representação simbólica da Cidade, que está especialmente concentrada no centro urbano e na paisagem de atenção especial. A este respeito, salienta-se, tanto a importância do seu reconhecimento legal e de manutenção e preservação das características históricas da paisagem, vinculada aos monumentos e aos bens culturais, quanto de ações de planejamento voltadas à construção e qualificação das novas paisagens na área de estudo.

A construção das novas paisagens, contudo, ocorre com poucos parâmetros urbanísticos, e não há, por exemplo, critérios específicos relacionados à função social da propriedade, limites de densidades, ou regramentos suficientes de controle da forma construída. Observou-se ainda a ausência de exigências relacionadas aos parâmetros de permeabilidade do solo, ou mesmo afastamentos e recuos de ajardinamento. No centro urbano, e para o mercado imobiliário, os bens culturais são considerados parte dos estoques construtivos, e o zoneamento comercial preferencial, homogêneo, não reconhece as particularidades relacionadas aos valores históricos. Em relação ao zoneamento atual, portanto, as observações mais importantes são direcionadas à necessidade de revisão dos parâmetros de usos (incentivando usos mistos – comércio e residência) bem como de ocupação (instituinto afastamentos e recuos de ajardinamento, regulações de altura, taxas de permeabilidade, zoneamentos especiais de proteção). Esta ação também deveria corresponder ao rompimento com os zoneamentos funcionalistas no planejamento, visto que mesmo a paisagem de atenção especial tem diferentes lógicas internas de organização espacial que resultam em diferentes qualidades paisagísticas.

A ausência de reconhecimento das características históricas da paisagem também permitiu flexibilidade ao poder público em atuações vinculadas ao planejamento e à gestão da Cidade bem como na proposição de planos setoriais. Esta situação foi agravada pela ausência de diretrizes gerais de desenvolvimento urbano embasadas em princípios, como os de sustentabilidade, por exemplo, e pela ausência de clareza de um modelo espacial para a Cidade e para a área de estudo. A este respeito, salienta-se que a gestão urbana poderia utilizar, como parâmetro espacial para verificação das magnitudes das mudanças da paisagem e atendimentos dos objetivos de proteção dos valores paisagísticos, os mapas de

estratos históricos relacionados à forma construída e aos espaços abertos públicos. Algumas áreas da paisagem de atenção especial apresentaram relativa estabilidade em suas configurações enquanto outras apresentam mudanças e incorporação de novos elementos. Estas distinções, ao lado da verificação dos processos que ocorrem na Cidade e na área de estudo, parecem ser essenciais para verificar, de forma dinâmica, as alterações, bem como a consistência de atendimento aos objetivos voltados à proteção da paisagem.

Quanto à preservação do patrimônio cultural, e apesar do Plano Diretor prever e disponibilizar instrumentos urbanísticos que poderiam ser utilizados para a gestão dos bens culturais, parecem haver dificuldades para a sua implementação. É o caso, por exemplo, da utilização dos índices transferíveis, que poderiam incentivar a preservação patrimonial, mas que necessitam, previamente, de leis específicas de regulação. Outros instrumentos urbanísticos, como estudos de impacto de vizinhança e direito de preempção, também carecem de regulação, apesar de estarem disponibilizados no Plano Diretor desde a efetiva implantação do zoneamento do Cinturão Verde, em 1997. Neste contexto, portanto, a preservação ambiental, como um todo, parece estar favorecida em detrimento de outros marcos simbólicos e históricos do Município.

Em relação aos bens culturais oficialmente reconhecidos, demonstrou-se a necessidade de revisão, do ponto de vista conceitual, da lei nº 7382 de 15/08/2015, que é referente à proteção do patrimônio cultural. Esta lei discrimina os bens imóveis por categorias de preservação e não aborda, por exemplo, o patrimônio cultural imaterial. As categorias de preservação, por sua vez, possibilitaram uma flexibilização de intervenções projetuais arquitetônicas, que resultaram em ações extremamente descaracterizantes de alguns imóveis que não foram classificados como sendo “preservação integral”. A lei distingue que os imóveis de preservação integral somente podem receber intervenções relacionadas à manutenção, conservação, reparação ou revitalização, enquanto que outras categorias ficam abertas à interpretação de denominações como a supressão parcial, reforma ou ampliação. As descaracterizações dos bens culturais, portanto, ocorreram em termos de alterações de volumetria, de formatos de esquadrias, supressão ou adição de elementos arquitetônicos, novas materialidades que podem retirar do patrimônio a sua legibilidade. Outro aspecto a ressaltar é a de que esta prática não contribui para a valorização cultural do bem na sociedade. Os mesmos tipos de intervenções descaracterizantes ocorrem em bens que são potencialmente patrimoniais e que foram reconhecidos nesta pesquisa a partir das publicações científicas ou de outros documentos técnicos.

Analisou-se também a importância da coerência na destinação de usos ao patrimônio. Neste sentido, esta pesquisa permitiu perceber a relação entre as significações simbólicas e sociais do espaço urbano com os usos do patrimônio, como, por exemplo, ocorre historicamente na paisagem institucional. No caso de Santa Cruz do Sul, o poder público e as

instituições podem ter um papel relevante para propiciar a manutenção de um patrimônio cultural dinâmico e integrado à paisagem da rua principal da cidade. Ao discutir-se, por exemplo, a construção de um novo centro administrativo para o Município, sugere-se analisar, anteriormente, a potencialidade representada pelas áreas disponibilizadas pelos bens culturais existentes. Ressalta-se que este trabalho comprovou a existência de um extenso acervo cultural no Município, e há necessidade de ampliação das ações de patrimonialização tanto na área urbana quanto rural.

Destacou-se também a necessidade de regulação da publicidade ao ar livre, especialmente considerando-se as delimitações de proteção ao entorno de bens tombados pelo IPHAE. As poligonais delimitadas por este órgão como proteção aos bens tombados foram efetivamente integradas ao planejamento, contudo, há necessidade de afinamento na gestão compartilhada dos entes públicos. Os bens culturais legalmente reconhecidos apresentam mídias externas na forma de painéis, cartazes, luminosos, cores extravagantes, que contribuem para aumentar a fragmentação visual do patrimônio. Ressalta-se também que, à parte as questões vinculadas ao patrimônio, a regulação da publicidade é também essencial para o conjunto da paisagem.

Já a leitura histórica de imagem da cidade, vinculada à identificação das marcas materiais da paisagem, permitiu identificar valores de interesse paisagístico-ambiental, visual e cultural na área de estudo, de maneira contextualizada a outras escalas espaciais. Em relação ao patrimônio e à paisagem de atenção especial, a diversidade de situações da forma urbana foi classificada em dois momentos históricos distintos, conforme apresentando no mapa da forma construída e no mapa dos espaços abertos públicos, especialmente. A inclusão dos valores no planejamento, contudo, implica estabelecer três procedimentos distintos: a revisão dos planos ou das leis; a inclusão de parâmetros espaciais associados aos valores da paisagem com o estabelecimento de objetivos de qualidade paisagística; a discussão dos valores e dos objetivos de qualidade paisagística por meio da participação social.

Em relação ao primeiro procedimento, destacaram-se as conclusões que estão relacionadas a potencialidades ou fragilidades da legislação e dos parâmetros utilizados no planejamento. O conjunto das leis representa parte de uma variável que influencia decisivamente na estruturação da paisagem urbana. Quanto ao segundo procedimento, os objetivos de qualidade paisagística podem abranger diferentes escalas do território e promovem a proteção do caráter, qualidades e valores da paisagem com a participação da população. Já o ordenamento do território deve integrar os objetivos de qualidade paisagística propondo ações, tais como as de valorização, recuperação ou renovação (criação de novas paisagens).

Quanto às marcas materiais patrimoniais e às marcas contemporâneas, demonstrou-se que a paisagem de atenção especial e os bens culturais apresentam diferentes tipos de fragmentação. Esta ocorre em nível do próprio patrimônio e da perda da sua legibilidade (ocasionada pelas sucessivas descaracterizações ou pela publicidade abusiva) até a desvalorização de qualidades do seu entorno construído e do conjunto da paisagem. No caso da área de estudo, há poucos e pequenos conjuntos arquitetônicos (em mesmo estilo), e o patrimônio cultural material encontra-se localizado de forma dispersa, ainda que ocorra relativa concentração ao longo de algumas vias. São as características históricas da paisagem urbana, seus elementos, como as praças, parques, arborização, pavimentações, conteúdos sociais e culturais, qualidades cênicas e simbólicas, que mantêm a coesão e o caráter dos lugares entre si. A delimitação de uma zona de proteção patrimonial ocorreu, assim, motivada pelo interesse para a sua preservação e gestão, pois esta apresentou alta representatividade e singularidade, motivo pelo qual estabeleceu-se um grau de valorização diferenciada para manutenção do seu caráter. Ocorrem também outras situações distintas que estão relacionadas à análise do caráter da paisagem na área de estudo. A este respeito, por exemplo, discorreu-se sobre as tendências de refuncionalização e renovação do espaço compreendido entre as Ruas Carlos Trein e Ernesto Alves, que apresenta uma situação fundiária diferenciada do restante da malha urbana. As propriedades pertencentes às antigas indústrias permitem novas construções, em porte e ocupação, que tendem à formação de uma nova paisagem construída. Observou-se também, especialmente nestas áreas, que são necessárias ações voltadas à requalificação paisagístico-ambiental dos espaços abertos públicos, pois estes apresentaram perda total ou parcial da arborização urbana, bem como uma renovação de pavimentações. A estrutura desta paisagem histórica, originalmente industrial, à exceção da Praça Siegfried Heuser e da Estação Férrea, apresenta muitos espaços degradados pela alteração total de suas características originais e pelos novos usos desenvolvidos. Há, portanto, poucos aspectos que apresentam interesse para a sua preservação, à exceção do patrimônio industrial e dos valores culturais já citados neste trabalho. Nestes espaços, as ações de renovação poderiam ser embasadas em perspectivas sustentáveis de desenvolvimento, bem como na recuperação de qualidades paisagísticas ainda existentes.

Outras áreas, como os eixos das Ruas Thomas Flores e Carlos Trein, bem como os espaços nas proximidades do Parque da Oktoberfest e Igreja Evangélica (da Rua Borges de Medeiros em direção norte) também apresentam qualidades paisagísticas que merecem valorização e proteção. Nestes casos, e em situações diferenciadas, ocorrem recuos frontais das habitações para jardins, bem como pavimentações de pedra, e mantêm-se muitos eixos de arborização constituídos pelas extremosas. Estas áreas, que ainda detêm características

históricas da paisagem urbana, são distinguíveis pela coerência na organização de seus componentes bem como pela existência de cenas de alta qualidade visual.

As análises deste trabalho foram possíveis a partir das leituras realizadas sobre o patrimônio cultural ou natural oficialmente reconhecido ou valorizado em publicações científicas, não se negando, contudo, a necessidade de aprofundamento e ampliação destes estudos bem como a importância de participação dos atores que vivenciam a paisagem. Contudo, pode-se demonstrar que o conjunto de características históricas da paisagem de atenção especial e de elementos vinculados aos valores de interesse ambiental, visual e cultural podem constituir-se em referências que permitem analisar determinadas situações do desenvolvimento urbano, estabelecendo, desta maneira, padrões ou parâmetros que podem contribuir para a redução da fragmentação patrimonial.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A paisagem, de maneira similar à ideia de patrimônio, é um conceito aberto e em permanente evolução, pois ambos estão vinculados às marcas que são conferidas pela cultura. Patrimônio e paisagem compartilham, portanto, de uma matriz cultural e de uma essência constituída pela realidade material, bem como pelas relações entre sujeito e objeto e as representações culturais e simbólicas. A ampliação destes conceitos também incorporou, gradativamente, os significados, sentidos e valores atribuídos a um extenso repertório de manifestações materiais e imateriais da cultura e para o conjunto de relações que estas apresentam com a natureza. Este processo acumulativo, e cada vez mais voltado à valorização das diferenças, desenvolveu-se de maneira a incluir a paisagem como uma categoria que está integrada ao patrimônio cultural e natural, procurando a superação das tradicionais distinções realizadas entre ambas. De certa forma, o extremo desse processo culminou na noção de paisagem patrimônio ou paisagem cultural, mas referindo-se, nestes casos, a tipos muitos específicos de expressão material e simbólica. A própria paisagem converteu-se assim, e nessa perspectiva, em uma espécie particular de patrimônio.

Contudo, a cultura, enquanto fenômeno dinâmico, compreende sempre mudanças e adaptações próprias dos valores da sociedade, que se refletem nas características de evolução e dos tipos de paisagens que são construídas ao longo do tempo. Algumas paisagens tendem à aceleração dos seus processos de transformação pela incorporação contínua de novos elementos e significados, enquanto outras apresentam maior estabilidade e reutilização das estruturas existentes. Em um contexto de globalização econômica e cultural, as forças de mudança que atuam sobre a paisagem urbana implicam em refletir sobre a importância da dimensão patrimonial e das permanências que estão atreladas à memória e à identidade. Por outro lado, a dimensão patrimonial também não é estática no tempo e no espaço e o patrimônio, assim como a paisagem, é também resultado de uma permanente construção histórica embasada nos valores culturais.

O patrimônio, portanto, é construído em uma relação permeada entre a cultura e o meio em que se desenvolve. Neste contexto, a utilização do conceito de marcas nesta pesquisa permitiu observar a evolução histórica da paisagem de Santa Cruz do Sul e da área de estudo, em diferentes escalas espaciais e como expressão das relações entre as manifestações materiais e imateriais da cultura com os principais aspectos físico-territoriais e biológicos da natureza. A atribuição de valores para a paisagem, na perspectiva da proteção do patrimônio, compreendeu a seleção, valorização, descrição e inventariação das suas marcas de maneira intrínseca a algumas das principais características históricas e culturais da sociedade. A organização das categorias e dos principais atributos da paisagem de

atenção especial, atrelados às periodizações históricas, permitiu também selecionar as manifestações materiais das marcas que apresentaram resistência no tempo.

A elaboração de mapas temáticos de estratificações revelou-se útil para a percepção das relações entre o patrimônio cultural arquitetônico-urbanístico e o seu entorno, bem como para a observação das discontinuidades históricas existentes entre as diferentes camadas históricas. A fragmentação de alguns dos atributos da paisagem urbana está relacionada às alterações de padrões ou configurações espaciais que foram analisadas nos espaços abertos públicos e privados em sua relação com a forma construída. Estas diferenças de padrões vinculam-se, também, às alterações que ocorreram nos sistemas de uso e ocupação do solo, ocasionadas pelas forças de mudanças. Neste sentido, destacaram-se os principais processos de transformação da paisagem de atenção especial tais como a verticalização e a refuncionalização dos espaços urbanos.

Do ponto de vista pragmático, as estratificações históricas da área de estudo, em conjunto com os valores de interesse paisagístico-ambiental, cultural e visual podem contribuir como suporte para a revisão ou elaboração de políticas públicas e para a gestão urbana em conjunto com a participação popular. A valorização da paisagem estabelece um contraponto ou parâmetro que permite estabelecer uma crítica aos processos de homogeneização cultural ou de perda dos elementos próprios de sua história, bem como das descaracterizações de paisagens naturais ou construídas.

Entre a mudança e transformação da paisagem urbana, ocasionada pelos processos de desenvolvimento e crescimento, e a manutenção de sua relativa estabilidade, onde ocorrem as políticas de proteção e preservação, inserem-se as regulações que são dadas pelo planejamento e pela gestão urbanas. Do ponto de vista da administração pública, podem-se salientar algumas das principais dificuldades, que de forma similar ao estudo de caso, apresentam-se como recorrência para o estudo e o planejamento das paisagens urbanas nos municípios brasileiros: a ausência de clareza no modelo espacial de desenvolvimento urbano e de sua relação com as políticas de preservação patrimonial enquanto potência e recurso do seu território; a fragilidades das leis de preservação ou mesmo da efetiva integração dos seus conteúdos com os diferentes planos setoriais; a necessidade de efetivação dos instrumentos urbanísticos disponibilizados para a proteção ou preservação da paisagem e do patrimônio; a escassez de dados e informações georreferenciadas para o planejamento e a gestão urbanas.

Em relação a este último aspecto, parece ser essencial ressaltar a necessidade de acervos cartográficos atualizados e adequados pelo uso de sistemas geográficos e cadastros técnicos multifinalitários no estudo da paisagem. O aprofundamento das análises espaciais urbanas deve contar com dados e informações suficientes para a elaboração de sínteses em diferentes escalas espaciais. Esta foi também uma das principais dificuldades metodológicas encontradas neste trabalho, superadas em parte pela disponibilização de imagens de satélites

gratuitas. Contudo, a rápida dinâmica de transformação da paisagem obriga também a uma permanente atualização das informações e a um processo de gestão mais técnico e ágil no monitoramento das transformações urbanas. Os registros fotográficos do roteiro, bem como os mapas das marcas materiais (primeira e segunda fases), permitem avaliar os sentidos das mudanças que ocorrem na paisagem em relação ao atendimento dos objetivos de qualidade paisagística voltados à proteção de características históricas. Entende-se, também, que a mudança pode ocasionar melhoramentos vinculados aos objetivos de proteção paisagística ou então à perda de qualidades distintas e/ou à emergência de novos valores. Da mesma maneira, a estabilidade não significa necessariamente a manutenção da qualidade do que é existente, mas pode também ser percebida como degradação.

A complexidade metodológica de abordagem da paisagem e do patrimônio no planejamento é também um tema sensível. A paisagem, configuração sempre instável e mutante, organiza-se como um sistema complexo de interações entre diferentes escalas de planejamento. Já a construção do planejamento ocorre pela setorização das políticas como, por exemplo, legislações específicas para o patrimônio cultural, natural ou outras partes concretas do território. Apresenta-se, aqui, portanto, um desafio para a superação das iniciativas individuais de proteção ou conservação com a necessidade de critérios que não se restrinjam ao que é especialmente valioso ou notável, estendendo-se os parâmetros mínimos de qualidade de vida ao conjunto do território.

Em relação a estes parâmetros, assumindo-se que o patrimônio corresponde à qualidade de vida, entendida como a crescente satisfação das necessidades materiais e imateriais, é indispensável que a participação social balize as tomadas de decisão em relação às transformações da paisagem. As questões mais abstratas do planejamento das cidades, que envolvem parâmetros urbanísticos específicos, são dificilmente apreendidas pela população. A concepção de hipóteses voltadas à construção de cenários atuais e futuros da paisagem urbana, vinculando-a à preservação patrimonial, pode motivar a participação efetiva da sociedade nos rumos do desenvolvimento socioespacial. A construção das novas paisagens e também do futuro patrimônio cultural ancorado nas pré-existências e nas forças do lugar, é um tema aberto no planejamento singular de cada cidade.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA. Disponível em: <<http://hidroweb.ana.gov.br/HidroWeb.asp?Tocltem=1040&TipoReg=4&MostraCon=false&CriaArq=false&TipoArq-1&SerieHist=false>>. Acesso em: 10 set. 2015.
- ALMEIDA, Carina Santos; ALVES, Lucir Reinaldo. *Estudo comparativo das potencialidades econômicas dos municípios regionais de Erechim e Santa Cruz do Sul no final do século XX*. Race, Unoesc, v.6, .2, p. 141 -160, jul/dez. 2007
- ANJOS, Francisco A. dos; LEITE, Fabiana Calçada de L. *A aplicabilidade dos elementos de morfologia urbana como categorias de leitura da cidade: o estudo do Plano Piloto de Brasília*. Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos ENG, 2010.
- ARANTES, Antônio Augusto. *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- ARGAN, Giulio Carlo. *Arte moderna: do iluminismo aos movimentos contemporâneos*. Tradução Denis Bottmann, Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. XXIV 709 p., il.color.;
- ASSMANN, Alice Beatriz e MAZZO, Janice Zarpellon. As Schützenvereine – Sociedade de Atiradores de Santa Cruz do Sul: um tiro certo na história do esporte no Rio Grande do Sul. *Revista Esporte e Sociedade*, Ano 7, nº 20, Set. 2012. P. 122 - 153
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)*. Tradução Teodoro Cabral. – Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. 417 p.
- BAITOLO, Carlos Daniel. *Santa Cruz do Sul*/Carlos Daniel Baitolo; ver. Renato da Luz – Porto Alegre; Marins Livreiro, 1998. 87 p.
- BARTALINI, Vladimir. Arte e Paisagem: uma união instável e sempre renovada. *Paisagem Ambiente*. n. 27. São Paulo – p.111-130. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/paam/article/view/77375>> Acesso em: 15 nov. 2016.
- BARTALINI, Vladimir. Natureza, paisagem e cidade. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*. v.20, n.33. 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/80919>> Acesso em: 15 nov. 2016.
- BENDER, Lissi Iria Azambuja. *Língua Alemã: um legado dos imigrantes alemães para Santa Cruz do Sul – RS*/Lissi Iria Bender Azambuja. – Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. 104 p.
- BERQUE, A. *Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural*. In: *Paisagem, Tempo e Cultura*. Org. R.L. Corrêa e Z. Rosendahl. Rio de Janeiro, EDUERJ, 1998 (1984). p. 84 – 91;
- BIBLIOTHEK ALLGEMEINEN UND PRAKTISCHEN WISSENS FÜR MILITÄRANWÄRTER. Band I, 1905. Deutsches Verlaghaus Bong & Co, Berlin, Leipzig, Wien, Stuttgart. Disponível em: <http://www.gifex.com/detail/2010-01-13-11723/Mapa-de-Amrica-del-Sur-1905.html> Acesso realizado em: novembro de 2016.

BITTENCOURT, Doris Maria M. de. *Rotas da Imigração Alemã na Região do Vale do Rio Pardo: a Rio Pardinho Strassendorf*. Fórum Patrimônio: amb. constr. e patr. sust., Belo Horizonte, v. 3, n. 2, jul/dez. 2009. Disponível em: http://www.forumpatrimonio.com.br/seer/index.php/php/forum_patrimonio/article/view/28 Acesso realizado em jun./2017.

BITTENCOURT, Dóris Maria Machado de. *Rio Pardinho Strassendorf*. 3º Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto – Desafios e Perspectivas. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <<http://www.forumpatrimonio.com.br/paisagem2014/trabalho/72/a-rio-pardinho-strassendorf>> Acesso em: jul. 2017

BITTENCOURT et al. *As primeiras indústrias, a arquitetura utilitária e o espaço fabril em Santa Cruz do Sul*. Revista Jovens Pesquisadores, Santa Cruz do Sul, v. 6, n.2, p. 99 – 114, 2016.

BITTENCOURT, Doris Maria Machado de; KELLER, Milton Roberto. *Paisagem da “Maria Fumaça” de Santa Cruz do Sul*. In: 1º Simpósio Científico ICOMOS Brasil Belo Horizonte, 2017.

BLANCO, Javier Rivera. *Paisaje y patrimonio*. In: MADERUELO, Javier[dir.]. *Paisaje e patrimonio*. Abada Editores, S. L., Pensar el Paisaje 05 (Centro de Arte y Naturaleza CDAN), Madrid, 2010. p.11 – 29;

BOTTENE, Sandro. *A paisagem na história da arte*. Monografia de graduação em Artes Visuais/Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul UNIJUÍ. 2009, 80 p. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/SandroBottene/a-paisagem-na-histria-da-arte>> Acesso em: out. 2016.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 3. ed. I – reimpressão, São Paulo, Companhia das Letras, 1992. 389 p.

BRITTO, Monique Cristine; FERREIRA, Cássia de Castro Martins. Paisagem e as diferentes abordagens geográficas. *Revista de Geografia PPGEO*, v. 02, n.1, 2011. p. 01-10.

CAMPOS, Heleniza Avila; SCHNEIDER, Luiz Carlos. *Arquitetura civil rural da imigração alemã*. In: CORREA, Marcus de Souza, ETGES, Virgínia Elizabeta. Território & população: 150 anos de Rio Pardinho. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 61 – 87;

CANCELA D'ABREU, Alexandre et al.: *A paisagem na revisão dos PDM: orientações para a implementação da Convenção Européia da Paisagem no âmbito municipal*. Documento técnico, DGOTDU - Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Documentos de orientação Edição Digital, Lisboa. Setembro/2011. 108 p.

CARAPINHA, Aurora. *Los tempos del paisaje*. In: MADERUELO, Javier[dir.]. Paisaje e historia. Abada Editores, S. L., Pensar el Paisaje 04 (Centro de Arte y Naturaleza CDAN), Madrid, 2009. p. 111 – 128.

CAUQUELIN, Anne. *A invenção da paisagem*. Coleção Arte & Comunicação, Ed. Edições 70, Lisboa, 2008. 147 p.;

CHAUÍ, M. *Convite a filosofia*. 13. ed. São Paulo: Ática. 2005;

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2001.

CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1999. 453 p.

COELHO, Leticia Castilhos. *A paisagem na fotografia: uma possibilidade de interpretação*. In: VERDUM, Roberto (org.) *Perceber e conceber paisagem*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. p. 207 – 226.

CONGRESSO LATINO-AMERICANO SOBRE A CULTURA ARQUITETÔNICA E URBANÍSTICA, 1991, Porto Alegre, RS. Anais, Porto Alegre: SMC, 1992. 242 p.

CONVENÇÃO EUROPEIA DA PAISAGEM. Decreto nº4/2005 de 20 de outubro de 2000, Florença Disponível em: < <http://www.ministeriopublico.pt/instrumento/convencao-europeia-da-paisagem-0> > Acesso em: 12 de novembro de 2016.

CORRÊA, H. *Santa Cruz do Sul pintada em tons de rosa*. Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul, 26 fev.2016, Geral, p.13

CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z.(Org.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro, EDUERJ, 1998 (1984).

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 224 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. Forma simbólica e espaço – algumas considerações. *GEOgraphia*. Ano IX, n. 17, 2007.

COSGROVE, Denis. *A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas*. In: R.L. Corrêa e Z. Rosendahl. (org.) *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro, EDUERJ, 1998 (1989). p. 92 – 122.

COSTA, Lara Moutinho da. *Cultura é natureza: tribos urbanas e povos tradicionais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. 164 p.

COSTA, Otávio. *Memória e Paisagem: em busca do simbólico dos lugares*. Espaço e Cultura, UERJ, RJ, Edição Comemorativa, p. 149 – 156, 1993–2008.

CRIADO, Arancha Muñoz. *Guia metodológica*. Estudios de Paisaje. Conselleria de Infraestructuras, território y médio ambiente, Valencia. 2012. 172 p.

CUNHA, Jorge Luiz da. *Os colonos alemães de Santa Cruz e a fumicultura: Santa Cruz do Sul: Rio Grande do Sul 1849-1881*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná 1988. 196 f.

EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. Introdução Sandro Castello Branco; revisão técnica Cezar Martari – São Paulo: Eidoa UNESP, 2005.

ECHANIZ, Ignacio Español. *El paisaje como percepción de las dinámicas y ritmos del territorio*. In: MADERUELO, Javier[dir.]. *Paisaje y Territorio*. Abada Editores, S. L., Pensar el Paisaje 03 (Centro de Arte y Naturaleza CDAN), Madrid, 2008. p. 203 – 225.

ECKERT, José Paulo. *O povo dos herveas – entre o extrativismo e a colonização (Santa Cruz, 1850 – 1900)*. Programa de Pós Graduação em História. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos UNISINOS RS. 2011, 187 p.

ETGES, Virgínia Elisabeta et al. *Turismo rural na região de Santa Cruz do Sul: aspectos paisagísticos-ambientais e histórico-culturais*. II Seminário sobre Desenvolvimento

Regional/Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Mestrado e Doutorado, 2004. p. 01- 36 Disponível em:
<<http://www.unisc.br/site/sidr/2004/urbano/09.pdf>> Acesso em: jul. 2017

FAUSEL, Erich. *O alemão falado no Rio Grande do Sul e suas transformações*. Conferência na Universidade do Rio Grande do Sul em Porto Alegre, junho de 1961. 21 p. Disponível em:
<http://www.est.com.br/periodicos/index.php/estudos_teologicos/article/viewFile/1637/1577> Acesso em: 08 jun. 2017.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa*/Aurélio Buarque de Holanda Ferreira; coordenação de edição Margarida dos Anjos, Marina Baird Ferreira; equipe de lexicografia Margarida dos Anjos.[et al.]. - 6.ed.rev.amp. Curitiba: Posigraf, 2004. 896 p.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL HENRIQUE LUIZ ROESSLER - FEPAM/RS. Disponível em: <<http://www.fepam.rs.gov.br/programas/kfw.asp>>. Acesso em: out. 2017.

GAZETA DO SUL, 28 de setembro de 2015. *Suplemento especial*: Santa Cruz apaixonada. 137 anos de crescimento. Jornal Gazeta do Sul, 31 de março de 2017

GLENN, S. S. (2004). *Individual behavior, culture, and social change*. *The Behavior Analyst*, 27, 133 – 151. Disponível em: <<https://accultura.files.wordpress.com/2007/09/glenn-2004-individual-behavior-culture-and-social-change.pdf>> Acesso em: 12 dez. 2016.

HELPER, Felipe. *Viagem insólita: a experiência da arquitetura moderna em Santa Cruz do Sul*, Dissertação de Mestrado – PROPAR/UFRGS, Porto Alegre, 2002. 100f.

HEUSER, Carlos. *Photografy*, 2017. Disponível em: <<http://heuser.pro.br>>. Acesso em: mai. 2017.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.) *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. Págs. 9 – 23.

HOLZER, Werther. *Paisagem, imaginário, identidade: alternativas para o estudo geográfico*. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (orgs.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, p. 149 – 168.

HORTA, Maria de L. P. CONGRESSO LATINO-AMERICANO SOBRE A CULTURA ARQUITETÔNICA E URBANÍSTICA, 1991, Porto Alegre, RS. Anais ... Porto Alegre: SMC, 1992. 242 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Histórico*. Disponível em:
<<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/rs/santa-cruz-do-sul/historico>>. Acesso em: abr. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística *O seu município em números em 2016*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=431680>> Acesso em: 28 out. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades*. Disponível em:
<<https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=431680>>. Acesso em: out. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística *Mapa de aplicação da Lei Nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006*. Adaptado pelo autor. Disponível em:
<ftp://geoftp.ibge.gov.br/informacoes_ambientais/vegetacao/mapas/brasil/lei11428_mata_atl_antica.pdf> Acesso em: out. 2017

IECLB. Comunidade Evangélica Centro. *História de Santa Cruz do Sul*. Década de 1920. Disponível em: <<http://ieclbcentro.blogspot.com.br/>> Acesso em: out. 2017.

IPHAE/RS. Instituto de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul –. Disponível em: <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=paginaInicialAc>>. Acesso em: out. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE CULTURA DEL PERÚ. *Documentos Fundamentales para el Patrimonio Cultural: textos internacionales para su recuperación, repatriación, conservación y difusión*. Biblioteca Nacional de Cultura del Perú, Lima – Perú, 2007. 500 p.

JUNIOR OBERACKER, Carlos H. *Transformações da língua alemã no Brasil*. Revista de Antropologia, v. 05 n. 01, junho de 1957, 36 p. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/110358>> Acesso em: 08 jun 2017.

KELLER, Milton Roberto. *Arquitetura eclética em Santa Cruz do Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2014. 216 p.

KIPPER, Maria Hoppe. *A campanha de nacionalização do Estado Novo em Santa Cruz do Sul: (1937-1945)*. Santa Cruz do Sul: ASPEC, c1979. 60 p. (Coleção História de Santa Cruz do Sul ; v. 1)

KOSSOY, Boris. *Realidades de ficções na trama fotográfica*./Boris Kossoy. 4. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

KRAUSE, Silvana. *Economia, política e religião em Santa Cruz do Sul na República Velha*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1991. 259 f.

LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*/Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003. 310 p.

LOVATO, Diego Hennig et al. *Qualidade visual do patrimônio arquitetônico eclético na paisagem urbana da área central de Santa Cruz do Sul: o impacto das mídias exteriores*. Revista Jovens Pesquisadores, Santa Cruz do Sul, v. 6, n. 1, jun. 2016. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/jovenspesquisadores/article/view/7286>> Acesso em: 27 ago. 2017.

LUGINBÜHL, Yves. *Las representaciones sociales del paisaje y sus evoluciones*. In: MADERUELO, Javier [dir.]. *Paisaje y Territorio*. Abada Editores, S. L., Pensar el Paisaje 03 (Centro de Arte y Naturaleza CDAN), Madrid, 2008. p. 143 – 180;

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 229 p.

MADERUELO, Javier [dir.]. *Paisaje y Territorio*. Abada Editores, S. L., Pensar el Paisaje 03 (Centro de Arte y Naturaleza CDAN), Madrid, 2008. 303 p.

MADERUELO, Javier. *Paisaje e historia*. Abada Editores, S. L., Pensar el Paisaje 04 (Centro de Arte y Naturaleza CDAN), Madrid, 2009. 316 p.

MADERUELO, Javier. *Paisaje e patrimonio*. Abada Editores, S. L., Pensar el Paisaje 05 (Centro de Arte y Naturaleza CDAN), Madrid, 2010. 348 p.

MAPA BIOMA DA MATA ATLÂNTICA. Disponível em: <ftp://geofp.ibge.gov.br/informacoes_ambientais/vegetacao/mapas/brasil/lei11428_mata_atlantica.pdf>. Acesso em: out. 2017.

- MARTIN, Hardy Elmiro. *Santa Cruz do Sul: de colônia a freguesia, 1849 – 1859*. Santa Cruz do Sul, Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul, 1979. (Coleção História de Santa Cruz do Sul, 2). 144 p.
- MARTIN, Hardy Elmiro. “*Recortes do passado de Santa Cruz.*” Organizado e atualizado por Olgário Vogt e Ana Carla Wunsch. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999;
- MARTINS, Éder de Souza [et al]. *Ecologia de paisagem: conceitos e aplicações potenciais no Brasil*. Eder de Souza Martins, Adriana Reatto, Osmar Abílio de Carvalho Jr., Renato Fontes Guimarães – Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2004. 35 p.
- MAY, Aparecida Mendes et al. *Pesquisa sobre arquitetura eclética em Santa Cruz do Sul e mídias exteriores*. Revista Jovens Pesquisadores, Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 2, p. 48-58, 2013.
- MEINING, Donald. *O olho que observa: dez versões da mesma cena*. Espaço e Cultura, UERJ, RJ, n. 13, p.25-46, Jan/Jun 2002. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/7762/5610>> Acesso em: 04 dez. 2016.
- MENDOZA, Josefina Gómez. *La mirada sobre El Paisaje: del conocimiento a la gestión*. In: MADERUELO, Javier[dir.]. Paisaje y Territorio. Abada Editores, S. L., Pensar el Paisaje 03 (Centro de Arte y Naturaleza CDAN), Madrid, 2008. p. 11–56.
- MENESES, Ulpiano. *O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas*. In: IPHAN. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Ouro Preto/MG, 2009. Brasília: IPHAN, 2012. p. 25 – 39. (Anais; v.2, t.1)
- MENEZES, João Bittencourt de. *Município de Santa Cruz do Sul*. 2. ed./ texto transcrito em ortografia atualizada por Arthur Rabuske. – Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. 304 p.
- MILLER, D.; DESS, G. Strategic management. 2 ed. New York, McGraw Hill, 1996.
- MONTALI, Lilia. *Do núcleo colonial ao capitalismo monopolista: produção de fumo em Santa Cruz do Sul*. 1979. 167 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, 1979. 167 p.
- MOUDON, A. V. *Urban morphology as an emerging interdisciplinary field*. Urban Morphology. 1: 3-10, 1997. Disponível em: <<http://www.urbanform.org/pdf/moudon1997.pdf>> Acesso em: 18 fev. 2016.
- MÜLLER, Armindo L. *Dicionário histórico e geográfico da região de Santa Cruz do Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999. 123 p.
- MÜLLER, Telmo Lauro. *Colônia alemã – 160 anos de história*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984. 128 p.
- NAME, Leo. *O conceito de paisagem na geografia e sua relação com a cultura*. Geotextos, v.6, n. 2, dez, 2010. 163-186. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/download/4835/3584>> Acesso em: 22 nov. 2016.
- NOGUÉ, Joan. SALA, Pere. *Protótipo de Catálogo de Paisaje. Bases conceptuales, metodológicas y procedimentales de los catálogos de Cataluña*. Observatório del Paisaje de Cataluña, Olot y Barcelona, 2006. 32 p.;

NORONHA, Andrius Estevam. *Beneméritos empresários: história social de uma elite de origem imigrantes do sul do Brasil (Santa Cruz do Sul, 1905 – 1966)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRRS. Porto Alegre, 2012. 370 fl.

OBSERVADR. *Observatório do Desenvolvimento Regional*. Disponível em: <<http://observadr.org.br/portal/banco-de-dados-regionais/vale-do-rio-pardo>> Acesso em: out. 2017.

OLIVEIRA, Gabriel Anibal Santos de. *Verticalização urbana em cidades médias: o caso de Santa Cruz do Sul – RS*. Boletim Gaúcho de Geografia, 40: 199 -218, maio, 2013.

PANERAI, Philippe. *Paisaje urbano y analisis pictórico*. In: Elementos de analisis urbano. Tradução de Juan Vioque Lozano. Madrid: Instituto de Estudios de Administracion Local, 1983. p. 159 – 178;

PELEGRINI, Sandra C. A. *Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas nas esferas do patrimônio cultural e natural*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.26, 2006. nº 51, p.115-140

PREFEITURA DE SANTA CRUZ DO SUL. *Informações gerais*. Disponível em: <<http://www.santacruz.rs.gov.br/municipio/santa-cruz-hoje>> Acesso em: 29 out. 2017.

PREFEITURA DE SANTA CRUZ DO SUL. *Localização*. Disponível em: <<http://www.santacruz.rs.gov.br/municipio/localizacao>>. Acesso em: out. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL. “*Memórias de Santa Cruz do Sul*.” Fundação Nacional pró-memória – Convênio de Cooperação Técnica Brasil/Alemanha/Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul/Ministério da Educação e Cultura/Secretaria da Cultura/Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 1987. 103 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL/UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL UNISC. *Inventário do Patrimônio Arquitetônico: área central urbana de Santa Cruz do Sul*. “Secretaria Municipal de Planejamento de Santa Cruz do Sul/Curso de Arquitetura e Urbanismo e Núcleo de Planejamento Urbano. 2003. 85 p. Disponível em: <https://issuu.com/arquitetunisc/docs/ipa_scs> Acesso em: out. 2017.

PUNTEL, Geovane Aparecida. *A paisagem na geografia*. In: VERDUM, Roberto (org.) *Paisagem: leituras, significados e transformações*”/[organizado por] Roberto Verdum...[et al.]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012, p. 23 – 33.

RENES, Johannes. *Paisajes europeos: continuidad y transformaciones*. In: MADERUELO, Javier[dir.]. *Paisaje e historia*. Abada Editores, S. L., Pensar el Paisaje 04 (Centro de Arte y Naturaleza CDAN), Madrid, 2009. p. 53 – 87.

RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz. *Arqueologia do Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul, Brasil*. 1991. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1991. 654 p.

RIBEIRO, R.W. *Paisagem Cultural e Patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007. 152 p.

RIEGL, ALOIS. *El culto moderno a los monumentos*. Madri: Visor, 1999.

RIO GRANDE DO SUL. *Decreto Nº 36.636, de 03 de maio de 1996*. Delimita a área da Mata Atlântica a que se refere o artigo 38 da Lei nº 9.519, de 21 de janeiro de 1992, que instituiu o Código Florestal do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=11024&hTexto=&Hid_IDNorma=11024> Acesso em: out. 2017.

ROCHA, Samir Alexandre. *Geografia Humanista: história, conceitos e o uso da paisagem percebida como perspectiva de estudo*. RA'E GA, n. 13, Curitiba: UFPR. p. 19 -27, 2007.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. 2 v.

ROGER, Alain. *La Naissance du Paysage em Occident*. In: Paisagem e Arte: a invenção da natureza, a evolução do olhar. SALGUEIRO, Heliana Angotti, coordenação/editor. São Paulo: H. Angotti Salgueiro, 2000. 452 p.

RUOSO, Damar. *O clima de Santa Cruz do Sul – RS e a percepção climática da população urbana*. Universidade Federal de Santa Maria – UFSM/RS, Programa de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Geografia, Santa Maria – RS, 2007. 172 p.

SAINT HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820 – 1821*. Trad. De Leonam de Azeredo Penna. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1974, 215 p.

SAMPAIO, Angelo A. S.; ANDERY, Maria Amaria Pie Abib. *Comportamento social, produção agregada e prática cultural: uma análise comportamental de fenômenos sociais*. Teor.e Pesq.; Brasília, Jan-Mar 2010, Vol. 26 n.1, pp 183 – 192;

SANTA CRUZ DO SUL (RS). Prefeitura. *Centenário de Santa Cruz do Sul: 1878-1978*. Porto Alegre: Edel, [19--]. 98 p.

SANTA CRUZ DO SUL (RS). Prefeitura. *Plano diretor de desenvolvimento urbano*. Santa Cruz do Sul: Prefeitura Municipal, 1976. 381 p.

SANTA CRUZ DO SUL. Município de Santa Cruz do Sul. Elaborado pelo autor com base em Geo PMSCS. Disponível em: <<http://www.santacruz.rs.gov.br/geo/>> Acesso em out. 2017

SANTA CRUZ DO SUL. Município de Santa Cruz do Sul. *Imagens*. Disponível em: <<http://www.santacruz.rs.gov.br/municipio/brasao>> Acesso em: ago. 2017

SANTA CRUZ DO SUL. Município de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz hoje: informações gerais. Disponível em: <http://www.santacruz.rs.gov.br/municipio/santa-cruz-hoje> Acesso em: ago. 2017

SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1983. 89 p.

SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade*. 2 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

SAUER, Carl O. *A morfologia da paisagem*. In: Paisagem, Tempo e Cultura. Org. R.L. Corrêa e Z. Rosendahl. Rio de Janeiro, EDUERJ, 1998 (1925). p. 12 – 74.

SAUL, Bruno Ciria. *Relação entre intensidade, duração e frequência de chuvas intensas para o município de Santa Cruz do Sul/RS*. Trabalho de Conclusão de Curso TCC/Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária. Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre. Porto Alegre-RS, 2015. 68 p.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. Companhia do Livro, São Paulo, 1996. 652p.

SCHIER, Raul Alfredo. *Trajelórias do conceito de paisagem na geografia. R.RA'E GA*, Editora UFPR Curitiba, n.7, 2003. p.79-85. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/raega/article/viewFile/3353/2689>> Acesso em: 22 nov. 2016.

SCHMIDT, João Pedro. *Comportamento eleitoral e ideologias em Santa Cruz do Sul: o nazismo, o integralismo e a esquerda*. 2004. Disponível em: <http://online.unisc.br/acadnet/moduloEleicoes/documentos/comportamento.pdf>> Acesso em: jul.2017.

SCIFONI, S. *A construção do patrimônio natural*. 2006. 293 f. Tese (doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006.

SCHNEIDER, Luiz Carlos. *Rio Pardo: evolução urbana e patrimônio arquitetônico-urbanístico*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. 231 p.

SERPA, Ângelo. *Milton Santos e a Paisagem: parâmetros para a construção de uma crítica da paisagem contemporânea*. Paisagem Ambiente, n. 27, São Paulo, 2010, p. 131 – 138.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE/RS. *Santa Cruz do Sul registra um dos melhores índices de desenvolvimento socioeconômico do estado*. Disponível em: <<https://sebrae-rs.com.br/santa-cruz-do-sul-registra-um-dos-melhores-indices-de-desenvolvimento-socioeconomico-do-estado>> Acesso em: 28 out.2017.

SILVA E MELO, Karina Moreira Ribeiro. *A aldeia de São Nicolau nos oitocentos: mais de um século “sem nada fazer, nada pensar, nada sentir!”*. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009. 09 p. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.1385.pdf>> Acesso em: 30 mai. 2017.

SILVA, Aline de Figueirôa; BRAGA, Anna Caroline; GAMEIRO, Fabiana Gonçalves; LIRA, Flaviana Barreto; SÁ CARNEIRO, Ana Rita; MELO, Vera Mayrinck. *Os valores patrimoniais da Paisagem Cultural: uma abordagem para o processo de intervenção*. Paisagem Ambiente: ensaios, n. 24, São Paulo, 2007, p. 297 -308.

SILVEIRA, R. L. L.; CAMPOS, H. A. ; SILVA, J. V. L. . Diagnóstico Técnico Regional - Configuração Territorial. In: Heitor Álvaro Petry; Rogério Leandro Lima da Silveira. (Org.). PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO VALE DO RIO PARDO (2015 / 2030). 1ed.Santa Cruz do Sul: Editora da Universidade de Santa Cruz do Sul - EDUNISC, 2017, v. 01, p. 34-40.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. *A produção da periferia urbana em Santa Cruz do Sul - RS: o lugar dos safristas na terra do fumo*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, 1997. 273 p.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. *Complexo Agroindustrial do fumo e território: a formação do espaço urbano e regional no Vale do Rio Pardo – RS*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas/Programa de Pós-Graduação de Geografia, 2007. 578 p.

SILVESTRE, Frederico López. *Pensar la historia del paisaje*. In: MADERUELO, Javier[dir.]. *Paisaje e historia*. Abada Editores, S. L., Pensar el Paisaje 04 (Centro de Arte y Naturaleza CDAN), Madrid, 2009. p. 09 – 52;

SOS MATA ATLÂNTICA. Disponível em: <<http://mapas.sosma.org.br/>> Acesso em: 29 out. 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 556 p.

STELLO, Vladimir Fernando. *Além das Reduções: A Paisagem Cultural da Região Missioneira*. 2011. 238 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SUERTEGARAY, Carlos Eduardo de Oliveira. *Dinâmica da cultura da erva-mate (Ilex paraguariensis St.Hil) em sistemas agroflorestais e monocultivos*. Programa de Pós-Graduação em Agrossistemas – Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina. 2002, 58p.

TORELLY, Luiz Philippe Peres. *Paisagem Cultural: uma contribuição ao debate*. In: Portal Vitruvius. Ano 09, v. 04, novembro de 2008. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/minha_cidade/mc240/mc240.asp> Acesso em: 08 de junho de 2016.

TOSCO, Carlos. *El paisaje histórico: instrumentos y métodos de investigación*. In: MADERUELO, Javier[dir.]. *Paisaje e historia*. Abada Editores, S. L., Pensar el Paisaje 04 (Centro de Arte y Naturaleza CDAN), Madrid, 2009. p.89 – 110.

VAZ, Valéria B. Diagnóstico Técnico Regional – Dimensão Ambiental. In: Heitor Álvaro Petry; Rogério Leandro Lima da Silveira. (Org.). PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO VALE DO RIO PARDO (2015 / 2030). 1ed.Santa Cruz do Sul: Editora da Universidade de Santa Cruz do Sul - EDUNISC, 2017, v. 01, p. 178-202.

VERDUM, Roberto (Org.). *Paisagem: leituras, significados e transformações*. [organizado por] Roberto Verdum...[et al.]. Porto Alegre: UFRGS, 2012. 256 p.

VERDUM, Roberto. *Perceber e conceber paisagem*. In: VERDUM, Roberto (org.). *Paisagem: leituras, significados e transformações* [org.] Roberto Verdum...[et al.]. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. p.15 -22;.

VIEIRA, Maria Elena Merege. *O jardim e a paisagem: espaço, arte, lugar*. São Paulo: Editora, 2007. 254 p.

VOGT, Olgário P.” *A produção de fumo em Santa Cruz do Sul, RS: 1849-1993.*” Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997;

VOGT, Olgário Paulo. “*Germanismo e nacionalização em Santa Cruz do Sul, RS.*” In: *Revista Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 7, n.2, p. 49-92, jul./dez. 2001. Disponível em: <<http://online.unisc.br/acadnet/moduloEleicoes/documentos/germanismo.pdf>> Acesso em: jul.2017.

WEIMER, Günter. *A arquitetura da imigração alemã: um estudo sobre a adaptação da arquitetura centro-européia ao meio rural do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Ed. da Universidade, UFRGS; São Paulo, Nobel, 1983. 296 p.

WEIMER, Günter. *Vida e morte da cidade teuto-gaucha*. In: WEIMER, Günter (Org.). *Urbanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 1992.143 p.

WENZEL, José Alberto. *Cinturão Verde: 20 anos de demarcação em Santa Cruz do Sul - E agora?* Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2013. 152 p.

WIKIPEDIA. *Die freie Enzyklopädie*. Disponível em:
<https://de.wikipedia.org/wiki/Deutsche_Einwanderung_in_Brasilien> Acesso em: abr.2017.

WINK, Ronaldo. *Santa Cruz do Sul: urbanização e desenvolvimento*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. 179 p.

Documentos Internacionais

Carta de Atenas. *Carta Internacional para Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios* (ICOMOS, Veneza, 1964);

Carta de Atenas. *Conservação de Monumentos de Arte e História* (Conferência Internacional de Atenas, Grécia, 1931);

Carta de Burra (ICOMOS, 1980);

Carta de Cracóvia. *Princípios para a Conservação e Restauração do Patrimônio Construído* (Conferência Internacional sobre a Conservação, Cracóvia, 2000);

Carta de Lisboa. *1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana* (Lisboa, outubro de 1995);

Carta sobre a salvaguarda dos jardins históricos (ICOMOS, Florença, 1981);

Convenção de Granada (Conselho da Europa, 1985);

Convenção Europeia da Paisagem – CEP (Conselho da Europa, 2000);

Convenção para salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, Paris, 2003);

Convenção para salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (UNESCO, Paris, 1972);

Declaração de Amsterdã (Conselho da Europa, 1975);

Declaração de Estocolmo (Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente – UNEP, junho de 1972);

Declaração do México (ICOMOS, 1985);

Documento de Nara (UNESCO, ICCROM e ICOMOS, 1994);

Normas de Quito, *Conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse Histórico e Artístico* (Organização dos Estados Americanos – OEA, 1967);

Recomendação Europa, de 11 de setembro de 1995. *Conservação integrada de áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas* (Conselho da Europa, 1995);

Recomendação Paris de Obras Públicas ou Privadas. 12ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas (ONU, novembro de 1968);

Legislação e documentos nacionais

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

Carta de Bagé (IPHAN, agosto de 2007);

Chancela da Paisagem Cultural Brasileira (IPHAN, Portaria 127 de 30 de abril de 2009).

APÊNDICE A

SÍNTESES DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E URBANO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL – RS

MACROZONEAMENTOS DO MUNICÍPIO

MACROZONAS	CRITÉRIOS	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO
EXPANSÃO URBANA	- Definição por exclusão; - Atividades agrícolas.	Atividades agrícolas e pastoris Inclui possibilidade de parcelamento do solo e ocupação prioritária.
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	- Leis ambientais; - Cinturão Verde e áreas similares; - Planície do Rio Pardinho; - Margens dos arroios; - Áreas impróprias à ocupação.	Ocupação restritiva; Projetos residenciais, turísticos, esportivos e recreativos integrados à preservação ambiental.
OCUPAÇÃO URBANA Zonas urbanas (ZU): - Sede; - Sedes distritais; - De interesse especial. Zonas Rurais: - identificadas por exclusão em contraponto às ZU.	- Perímetro urbano; - Densidades; - Infra-estrutura; - Função social (critérios gerais).	Zoneamentos específicos de: - Uso do solo; - Ocupação do solo. Denominadas como Zoneamento de Desenvolvimento.

Fonte: Plano Diretor de Desenvolvimento Social e Urbano do município de Santa Cruz do Sul. (Lei complementar 335 03/01/2007). Tabela elaborada pelo autor.

ZONEAMENTOS DA ÁREA URBANA – SEDE MUNICIPAL

ZONEAMENTO DE DESENVOLVIMENTO	
Zona Industrial – ZI	Atividades industriais de qualquer porte ou natureza.
Distritos Industriais DI	Atividades industriais.
Zona Comercial Preferencial – ZCP	Atividades comerciais e de serviços (preferenciais) com concessão de uso residencial.
Zona Industrial Preferencial – ZIP	Atividades industriais (preferenciais).
Zona de Processamento de Resíduos - ZPR	Atividade exclusiva.
Zona Especial – ZE	Zonas que necessitam proteção e regulamentações especiais (topografia, geologia e cobertura florestal); - ZE do Cinturão Verde; - ZE do anel de proteção ao Cinturão Verde. - ZE de Alagamento; - Poligonais do entorno de prédios tombados. (não está enquadrado como zona especial).
Zona Residencial Preferencial – ZRP.	Uso residencial dado por exclusão. Permite todo tipo de tipologias, residências bem como outros com finalidades de prestação de serviços, institucionais e recreativos.
Outros:	
Áreas especiais	- De proteção ao aeroporto; - Proteção ao Parque de Eventos; - Proteção à Zona de Processamento de Resíduos;

Fonte: Plano Diretor de Desenvolvimento Social e Urbano do município de Santa Cruz do Sul. (Lei complementar 335 03/01/2007). Tabela elaborada pelo autor.

ÍNDICES NA PAISAGEM DE ATENÇÃO ESPECIAL E ENTORNO

Zoneamento	IS	IF	IR	IMA	TO	TP
01 – Zoneamento Comercial Preferencial (inclui o bairro centro e a paisagem de atenção especial)	3	0	2	5	80%	0 %
02 – Zona Residencial Preferencial (inclui todo entorno imediato)	1,5	0	1	2,5	60%	10 %
03 – Zona Residencial Especial com Cota Ideal 03 – Anel de proteção ao Cinturão Verde (Ambos zoneamentos apresentam cota ideal ou CI. A cota ideal estabelece parâmetros para número total de economias residenciais por área de lote)	1	0,5	0	1,5	50%	20 %
05 – Cinturão Verde 05 – Áreas de alagamento do Rio Pardinho	0	0,1	0	0,1	10%	70 &
Observação: IS (índice de solo); IF (índice florestal); IR (índice receptível); IMA (índice máximo de aproveitamento); TO (taxa de ocupação); TP (taxa de permeabilidade).						

Fonte: Plano Diretor de Desenvolvimento Social e Urbano do município de Santa Cruz do Sul. (Lei complementar 335 03/01/2007). Tabela elaborada pelo autor.

PROTEÇÃO AO ENTORNO DE PRÉDIOS TOMBADOS (ZONAS ESPECIAIS)

TOMBAMENTO DO ESTADO – IPHAE	
BEM CULTURAL	CRITÉRIOS GERAIS ESTABELECIDOS PELO ZONEAMENTO
A. COLÉGIO DISTRITAL	Conforme Portaria Nº 28/02/SEDAC - aprovações prévias do IPHAE em todos tipos de intervenções realizadas na área tombada e que comprometam a visibilidade do bem tombado; - quadra do Colégio Distrital: altura máxima de dois pavimentos para novas construções (oito metros); - demais quadras: altura máxima de três pavimentos ou 11 metros; - limites das construções no alinhamento do passeio público; - restauração da pavimentação do passeio e via pública na área de entorno ao prédio tombado; - a arborização das vias e da praça devem valorizar o prédio tombado; - a propaganda comercial deve seguir padrões específicos aprovados pelo IPHAE;
B. BANCO PELOTENSE (Centro de Cultura Regina Simonis)	Conforme Portaria Nº 29/02/SEDAC - aprovações prévias do IPHAE em todos tipos de intervenções realizadas na área tombada e que comprometam a visibilidade do bem tombado; - restrições à publicidade; - preservação das edificações do primeiro quartel do século XX; - quadra do Banco Pelotense: altura máxima de dois pavimentos para novas construções (sete metros); - outros quarteirões (altura de quatro pavimentos ou 13 metros); Concessão especial para utilização de propaganda comercial desde que haja observância das regras de legislação específica e aprovação do IPHAE; - remoção de elementos que interfiram na visibilidade do imóvel. Inclui sugestão do deslocamento de “mudas” que ocultam parcialmente a fachada da Rua Júlio de Castilhos.
PROTEÇÃO DO PLANO DIRETOR	
C. ENTORNO DA CATEDRAL	Art. 79 do Plano Diretor. Quadra da Catedral com altura máxima de sete metros para as edificações.

Fonte: Plano Diretor de Desenvolvimento Social e Urbano do município de Santa Cruz do Sul. (Lei complementar 335 03/01/2007). Tabela elaborada pelo autor.

PLANEJAMENTO:
PLANO DIRETOR, LEGISLAÇÕES COMPLEMENTARES E PLANOS SETORIAIS

Planejamento: plano diretor, legislações complementares e planos setoriais		
Nº da lei	Tema	Objeto
Lei Complementar nº 335, de 03 de janeiro de 2007	Plano diretor de Desenvolvimento Social e Urbano. (revisão da lei em tramitação).	Estabelece diretrizes de desenvolvimento e modelo espacial.
Lei complementar nº 66, de 17 de janeiro de 2001.	Legislação complementar: Código de Obras.	Regula a forma construída Art. 78 – avanço de fachadas.
Lei nº 6447, de 04 de janeiro de 2012.	Planos setoriais: Plano de Arborização. Mobilidade e Acessibilidade. (em tramitação Plano de Mobilidade)	Art.11 (III e IV) e Art. 12 (I). Pavimentação e transporte coletivo.
Classificação do Patrimônio cultural material e imaterial		
Lei 7382, de 19 de agosto de 2015.	Patrimônio cultural material.	Identificação dos Bens culturais materiais em categorias A, B e C.
Lei nº 7.497, de 06 janeiro de 2016.	Procedimentos de Isenção de IPTU.	Isenção de IPTU para categorias A e B.
Lei nº 40, de 21 de novembro de 1994.	Sabiá como pássaro-símbolo do município.	Sabiá como pássaro símbolo.
Lei nº 6.644, de 06 de novembro de 2012.	Plano Municipal de Cultura.	

Fonte: realizado pelo autor.

APÊNDICE B
Bens culturais da Lei Nº 7.382, de 19 de agosto de 2015.

Consolida a legislação sobre os procedimentos para a proteção do Patrimônio Histórico e Cultural de Santa Cruz do Sul RS e dá outras providências.

Total: 57 bens culturais.

Classificação dos principais usos	Legenda	Quantidade
Institucional (Instituições públicas, sociedades, escolas etc.)	(I)	17
Comércio e uso misto (bancos, prestação de serviços etc.)	(C)	14
Industrial	(Ind)	2
Residencial	(R)	15
Praças e monumentos		
Praças		2
Monumentos		2
Outros - pórtico e pavilhão.		1
Total de bens patrimoniais do bairro centro		53

Fonte: tabela organizada pelo autor.

Observação: os bens sublinhados encontram-se fora do bairro centro.

IMÓVEIS DE PRESERVAÇÃO INTEGRAL

1. Prédio do Bispado, na Rua Marechal Deodoro, 572 e 582 (I);
2. Capela do Hospital Santa Cruz, na Rua Fernando Abott, 174 (I);
3. Igreja Evangélica, na Rua Venâncio Aires esquina Rua Sete Setembro (I);
4. Catedral São João Batista, na Rua Ramiro Barcelos (I);
5. Prédio da Prefeitura Municipal, na Praça da Bandeira (I);
6. Loja Lessing, na Rua Tenente Coronel Brito, 277 (I);
7. Colégio Distrital, na Rua Tenente Coronel Brito, 333 (I);
8. Estação Ferroviária, na Rua Ernesto Alves, s/n (I);
9. Banco Pelotense, na Rua Marechal Floriano, 651 (C);
10. Caixa Cooperativa Mercantil Santacruzense, na Rua Borges de Medeiros, 622 (C);
11. Residência Textor, na Rua Rio Branco, 864 (R);
12. Comércio e Residência Frantz 1886, na Rua Marechal Floriano, 987 (C);
13. Comércio e Residência Frantz 1914, na Rua Marechal Floriano, 829, 835, 843 (C);
14. Monumento à Independência, na Praça da Bandeira;
15. Monumento ao Imigrante, na Rua Marechal Floriano esquina Rua Galvão Costa;
16. Igreja Evangélica de Rio Pardinho (Igreja dos Imigrantes).

IMÓVEIS DE PRESERVAÇÃO PARCIAL

1. Banco da Província, na Rua Tenente Coronel Brito, 631 (C);
2. Sociedade Aliança Santa Cruz, na Rua Marechal Floriano, 898 (I);
3. Antigo presidio, na Rua Tiradentes, 15 (I);
4. Sociedade Ginástica Santa Cruz, na Rua Vinte e Oito de Setembro, 227 (I);
5. Colégio Mauá, na Rua Borges de Medeiros, 399 (I);
6. Caixa Rural União Popular, na Rua Ramiro Barcelos, 1086 (C);
7. Clube União, na Rua Marechal Floriano, 445 (I);
8. Colégio São Luís, na Rua Marechal Floriano, 705, 713, 719, 729 e 733 (I);
9. Hotel do Comércio, na Rua Marechal Floriano, 312 (C);
10. Praça da Bandeira, no quarteirão formado pelas Ruas Marechal Floriano, Borges de Medeiros, Tenente-coronel Brito e Sete de Setembro;
11. Praça Getúlio Vargas, no quarteirão formado pelas Ruas Marechal Floriano, Ramiro Barcelos, Marechal Deodoro e Júlio de Castilhos;

12. Pórtico de entrada e pavilhão de exposições (pavilhão central) do parque da antiga FENAF (Oktoberfest), na Rua Galvão Costa;
13. Expresso Gaúcho, na Rua Gaspar Silveira Martins, 1589 (C);
14. Colégio Sagrado Coração de Jesus, na Rua Ramiro Barcelos, 892 (I);
15. Companhia Riograndense de Saneamento, na Rua Tenente Coronel Brito, 221 (I);
16. Escola de Rio Pardinho;
17. Cemitério Evangélico de Rio Pardinho;
18. Cooperativa Agrícola Linha Santa Cruz, na Avenida Orlando Oscar Baumhardt nº 1432, em Linha Santa Cruz.

IMÓVEIS PROTEGIDOS

1. Agência de Correios e Telégrafos, na Rua Venâncio Aires, 683 (I);
2. Torres & Cia., na Rua Ramiro Barcelos, 1399, 1401, 1403 e 1421 (C);
3. Quiosque da Praça, na Praça Getúlio Vargas (C);
4. Residência Jost, na Rua Júlio de Castilhos, 534 (R);
5. Residência Konrad, na Rua Tenente Coronel Brito, 141 (R);
6. Residência Meurer, na Rua Ernesto Alves, 714; (R)
7. Residência Jacobs, na Rua Venâncio Aires, 621 e 623 (R);
8. Residência Schimidt, na Rua Marechal Deodoro, 280 (R);
9. Residência Becker, na Rua Tenente Coronel Brito, 425 (R);
10. Residência Frantz, na Rua Ramiro Barcelos, 1188 e 1198 (R);
11. Residência Henning, na Rua Tenente Coronel Brito, 764, 768 e 772 e Ramiro Barcelos, 1133 (R);
12. Residência Fröhlich, na Rua Fernando Abott, 322 (R);
13. Residência Schütz, na Rua Galvão Costa, 85 (R);
14. Residência Kessler, na Rua Galvão Costa, 347 (R);
15. Residência Kämpf, na Rua Borges de Medeiros, 299 (R);
16. Residência Heinz, na Rua Júlio de Castilhos, 520 (R);
17. Residência Melchior, na Rua Sete de Setembro, 385 (R);
18. Máquinas Schreiner, na Rua Borges de Medeiros, 721 e 733 (Ind.);
19. Máquinas Binz, na Rua Tenente Coronel Brito, 479 (Ind.);
20. Padaria e Residência Müller, na Rua Marechal Floriano, 895 (C);
21. Farmácia Muller, na Rua Marechal Floriano, 567 e 571 (C);
22. Comércio e Residência Eifler, na Rua Marechal Floriano, 590, 592, 594 e 600 (C);
23. Comércio e Residência Dilem, na Rua Galvão Costa, 323 (C).

Critérios de classificação dos bens culturais

Critérios	Discriminação sintética
Preservação integral	Conforme Art. 3º: preservação de caráter integral com preservação de sua totalidade em termos de volumetria, tipologia e estilo. Recebe apenas intervenções de manutenção e revitalização.
Preservação parcial	Conforme Art.4º: a preservação “deverá” ser de caráter parcial. Pode ter intervenções de supressão parcial, reforma ou ampliação, mas deve respeitar os aspectos relevantes de volumetria, tipologia e estilos originais da edificação priorizando a fachada principal.
Protegidos	Conforme Art. 5º: todos projetos de alteração, reforma, reparação ou demolição são procedidos de requerimento protocolado junto à Secretaria Municipal de Planejamento e são analisados pelos órgãos de planejamento.

Fonte: tabela organizada pelo autor com base na Lei Nº 7.382 de 19 de agosto de 2015.

APÊNDICE C

Classificação das marcas materiais patrimoniais na paisagem

Este apêndice tem como referência o documento produzido em 2003 e intitulado “Inventário do Patrimônio Arquitetônico: área central urbana de Santa Cruz do Sul”, realizado em 2003 pela Prefeitura Municipal e Universidade de Santa Cruz do Sul bem como a legislação para proteção do Patrimônio Histórico e Cultural, Lei nº7.382, de 19 de agosto de 2015.

A classificação ocorreu sobre um total de 65 bens culturais dos quais 57 estão legalmente protegidos. Os bens culturais estão cronologicamente dispostos conforme a periodização histórica utilizada para identificação das marcas materiais – imagem histórica e cultural da paisagem e categorizados conforme segue:

Edificação e estilo arquitetônico

Estilo arquitetônico	Cor
Arquitetura Eclética	
Arquitetura Moderna	
Não classificado	
Marca patrimonial	(P)

Data da obra e uso original

Uso original	Cor
Uso institucional	
Uso comercial	
Uso misto	
Uso residencial	
Uso industrial	

Níveis de preservação propostos pela Lei nº7.382, de 19 de agosto de 2015

(P)	Imóveis de preservação integral
(P)	Imóveis de preservação parcial
(P)	Imóveis protegidos

Observação:

As letras hachuradas em vermelho referem-se às instituições ou espaços que estão descritos e classificados também em outras fases e são obras que foram demolidas e reconstruídas. Obras que não estão localizadas nos limites do traçado de 1922 estão assinaladas por asteriscos.

CLASSIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL	
Edificação e estilo arquitetônico	Data da obra e uso
As marcas da formação e do desenvolvimento da Colônia de Santa Cruz do Sul em área rural	
(P) **Igreja Evangélica de Rio Pardinho (Igreja dos Imigrantes)	
(P) **Cemitério evangélico de Rio Pardinho	
(P) **Escola de Rio Pardinho	
(P) **Cooperativa Agrícola Linha Santa Cruz	
As marcas do desenvolvimento urbano	
A formação do núcleo urbano e da paisagem institucional (1855 – 1878)	
Praça de São Pedro (atual praça Getúlio Vargas)	1855
Praça do Carvalho (atual praça da Bandeira)	Aprox. 1870
Primeira Igreja Católica (Construção da Catedral S. J. Batista)	1863
Primeira Igreja Evangélica (Reconstruída posteriormente)	1867
Casa da Câmara (Construção de nova edificação)	S/D
Colégio Synodal (Construção do Colégio Mauá)	1871
Colégio dos Jesuítas (Construção do Colégio São Luís)	1872

Colégio Sagrado Coração de Jesus	1874
Clube União	1866
Cemitério Católico	1872
(P) Comércio e residência Dilem	Aprox. 1870
O desenvolvimento urbano e a paisagem do trem (1880 – 1917)	
(P) Banco da Província do Rio Grande do Sul	Aprox. 1880
(P) Comércio e residência Frantz (rua Marechal Floriano, 987)	1886
(P) Prefeitura Municipal	1886 - 1889
(P) Praça da Bandeira – primeiro projeto paisagístico de praça	1889
(P) Máquinas Schreiner	1890
(P) Residência Textor	1895
(P) Residência Jost	1899
(P) Sociedade Maçônica de Santa Cruz	1895 - 1897
(P) Sociedade Aliança Católica	1899 - 1900
(P) Colégio Distrital	1903
Residência Henrich Karl Schutz (demolido)	Aprox. 1904
(P) Residência Konrad	1904
(P) Estação Ferroviária	1905
Residência Riedl	1908 - 1910
(P) Presídio Municipal	1910 (?)
(P) Residência Meurer	Aprox. 1910
Residência Rockenbach	Aprox. 1910
(P) Residência Jacobs	1912
(P) Comércio e residência Frantz	1912 - 1914
(P) Residência Schmidt	Aprox. 1915
Litografia Minerva (demolido)	1915
(P) Sociedade Ginástica Santa Cruz do Sul	1915
(P) Bispado	1913-1914
A PAISAGEM DO PROGRESSO E DO EMBELEZAMENTO URBANO (1918 – 1976)	
(P) Residência Becker	1919
(P) Residência Frantz (ao lado da Gazeta do Sul)	Aprox. 1920
(P) Residência Hennig	Aprox. 1920
(P) Residência Froelich	Aprox. 1920
(P) **Residência Schutz	1920 - 1923
(P) Torres & Cia	1927
(P) Hotel do Comércio	Aprox. 1920 (?)
(P) Banco Pelotense	1920 - 1922
(P) Colégio Mauá	1921 - 1922
(P) Capela do Hospital Santa Cruz	1921-1922
(P) Igreja Evangélica de Santa Cruz	1921 - 1924
Companhia de Fumos Santa Cruz (demolido)	1922 - 1923
(P) Monumento da Independência	1924
(P) Caixa União Popular	1925
(P) Residência Kessler	1925 - 1926
(P) Caixa Cooperativa Mercantil Santa Cruzense	1926
(P) Residência Kaempf	1927 - 1945
(P) Fundação Binz	1927
(P) Padaria e residência Muller	1929
(P) Farmácia Muller	1930
(P) Residência Melchior	Década de 30-40
(P) Residência Heinz	Sem data
Residência Bruno Soares	Sem data
Residência Caspary (demolida)	Sem data
Comércio e residência Bartolomay	Sem data
(P) Comércio e residência Eifler	Sem data
(P) Catedral São João Batista	1928 - 1939
(P) Clube União	1932 - 1933

(P) Praça Getúlio Vargas – projeto paisagístico	A partir da década de 40
(P) Agência de Correios e Telégrafos	1949 - 1950
(P) Quiosque da Praça	Década de 50
(P) Colégio São Luís	1954 - 1957
(P) **Expresso Gaúcho	Década de 50/60
(P) Irmandade Franciscana (Colégio Sagrado Coração de Jesus ou “das Irmãs”)	1954 - 1960
(P) Companhia Rio Grandense de Saneamento	1962
(P) Pórtico de entrada e pavilhão de exposições Parque da Fenaf	1963 - 1966
(P) Monumento ao Imigrante	1972

Fonte: tabela organizada pelo autor.